

Novos paradigmas de produção e consumo

Experiências inovadoras

Organizadores

Leandro Moraes e Adriano Borges



Novos paradigmas de produção e consumo

Experiências inovadoras

Organizadores

Leandro Moraes e Adriano Borges



Instituto**Pólis**

Coordenação Geral

Leandro Pereira Morais
Adriano Borges Costa

Revisão

Laura Rocha

Projeto Gráfico e Diagramação

Adriana Fernandes

Capa

Daniel Kondo

Equipe de Pesquisadores

Adriano Borges Costa
Antônio Cruz
Inimá Pappiani Lacerda
Luciana Tuzzel
Luis Eduardo
Mariana M. Romão
Maria do Carmo Albuquerque
Raul Monteiro
Renata Pistelli
Vilma Barban

Parcerias Institucionais

Fundação Banco do Brasil – FBB
Organização Internacional do Trabalho – OIT/Brasil
Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA
Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES –MTE
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas –
SEBRAE Nacional

Participantes das Oficinas Preparatórias

Ayrton Saboya Junior – Banco do Nordeste
Caio Silveira – Expo Brasil Desenvolvimento Local
Claiton Mello – Fundação Banco do Brasil
Paulo Sérgio Muçouçah – OIT/Brasil
Luis Eduardo Parreiras – IPEA
Marcelo Galiza Pereira da Silva – IPEA
Juarez de Paula – SEBRAE/Nacional
Augusto Togni de Almeida – SEBRAE/Nacional
Maurício Sardá – SENAES
Ladislau Dowbor – PUC-SP
Anna Luiza Salles Souto – Instituto Pólis
Elizabeth Grimberg – Instituto Pólis
Paula Santoro – Instituto Pólis
Silvio Caccia Bava – Instituto Pólis
Cristiane Costa – Instituto Pólis
Jorge Kayano – Instituto Pólis
Jeroen Klink – UFABC
Rodrigo Fonseca – FINEP
Daniel Carvalho – FINEP
Antonio Cáceres Mora – Universidad de Sevilla

Novos paradigmas de produção e consumo : experiências inovadoras /
organizadores Leandro Morais e Adriano Borges – São Paulo : Instituto
Pólis, 2010.
468p.

1. Consumo (Economia) – Aspectos sociais. 2. Produção (Teoria
econômica) – Aspectos sociais. 3. Economia solidária. 4. Políticas públicas.
5. Desenvolvimento sustentável. I. Morais, Leandro. II. Borges, Adriano. III.
Instituto Pólis.

CDU 330.567.2

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Carlos José Quinteiro CRB8 5538

Instituto Pólis

Rua Araújo, 124 – Vila Buarque
01220-020 – São Paulo / SP

Novos paradigmas de produção e consumo

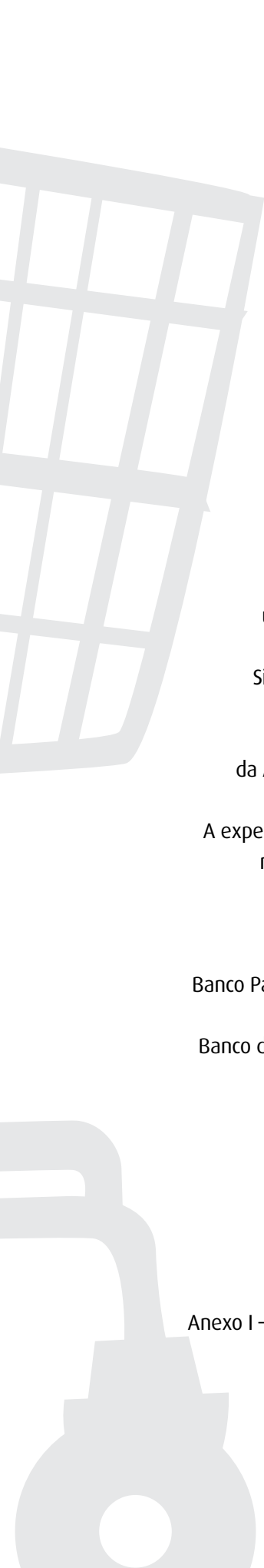
Experiências inovadoras

Organizadores

Leandro Moraes e Adriano Borges



Instituto**Pólis**



Sumário

Apresentação	7
Introdução	9
Por novos paradigmas de produção e consumo	13
O Povo Xavante e os impactos do Projeto Jaburu	21
Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), uma tecnologia social para construção da segurança alimentar	55
Sistemas Agroflorestais a partir da experiência de Ernest Gotsch	99
Novos paradigmas no semiárido brasileiro: a experiência da ASA na construção de novas modalidades de políticas públicas	143
A experiência da Cooper Ecosol e os aportes do consumo responsável na consolidação de novos paradigmas de produção e consumo	179
Rede Ecovida de Agroecologia	221
Banco Palmas como uma plataforma de desenvolvimento comunitário	249
Banco dos Cocais: uma experiência inovadora de bancos comunitários	295
A experiência da Justa Trama na construção de uma cadeia ecológica pela economia solidária	343
Asmare: uma inovação socioambiental	387
Município de Pirai: a cidade digital e o direito à informação	417
Anexo I – Considerações metodológicas para a análise das experiências	447

PARCERIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

A Fundação Banco do Brasil tem a satisfação de contribuir para a promoção do debate sobre novos paradigmas de produção e consumo, em parceria com o Instituto Polis. Entendemos que a presente publicação se relaciona com o conceito e a prática da Tecnologia Social, que busca o desenvolvimento sustentável, a melhoria de vida das pessoas, enfrentando, assim, o problema histórico da desigualdade social.

É com esse entendimento que nos dedicamos a construir e reaplicar tecnologias sociais nas áreas de educação e de geração de trabalho e renda, contribuindo com o protagonismo de homens e mulheres que mudam o curso da história e promovem a mudança social de suas comunidades Brasil afora.

Nossa atuação tem como premissas o respeito cultural, o cuidado ambiental, a solidariedade econômica e o fortalecimento de comunidades que participam e fazem a transformação social. Para isso, a consolidação de parcerias estratégicas, nacionais e locais, tem se mostrado imprescindível para assegurar a efetividade de ações empreendidas com base em um novo marco de produção e consumo, centrado no desenvolvimento humano.

A relevância estratégica desta publicação fica expressa com a descrição de experiências transformadoras em desenvolvimento local, das quais, em boa parte, nós da Fundação Banco do Brasil temos o orgulho de participar, por meio de nosso investimento social. Podemos citar alguns casos presentes nesta obra: a Tecnologia Social de Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS); a parceria com os a Associação dos Catadores de Papel e Material Reciclável de Minas Gerais (ASMARE); e o desafio compartilhado com a Articulação do Semiárido (ASA), nos Programas Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Uma Terra Duas Águas (P1+2).

A necessidade de aprofundar os estudos e debates sobre as experiências de desenvolvimento local e novos paradigmas de produção e consumo, com foco na equidade e transformação social, requer a dedicação e o investimento de todas as organizações que buscam construir uma sociedade mais sustentável.

É nisso que acreditamos e queremos compartilhar!

Jorge Streit

Presidente da Fundação Banco do Brasil

INTRODUÇÃO

“Em uma época em que os que detêm o poder estão seduzidos pela mais estreita lógica ditada por interesses de grupos privilegiados, falar de desenvolvimento como reencontro com o gênio criativo de nossa cultura pode parecer simples fuga na utopia. Ora, o utópico muitas vezes é fruto da percepção de dimensões secretas da realidade, um afloramento de energias contidas que antecipa a ampliação do horizonte de possibilidades aberto a uma sociedade”
(Celso Furtado, 2001).

A crise econômica e financeira, que em 2007-2008 teve suas manifestações mais agudas e se abateu principalmente sobre as principais economias do planeta, embora tenha destruído milhares de empregos e intensificado uma série de problemas socioeconômicos, pode também nos trazer alguns ensinamentos e oportunidades.

Frente aos desafios sociais e ambientais, vivenciar esta crise nos permitirá repensar nosso estilo de vida, em uma sociedade que sofre com a exclusão, a desigualdade, a pobreza, o aquecimento global, e apontar para a premente necessidade de construção de políticas públicas mais democráticas e participativas, que contemplem inclusão produtiva e social, redução da miséria e da concentração da renda, e sustentabilidade ambiental. Evidentemente, algo que não é nada trivial.

Esta crise não se constitui somente como fruto da debilidade regulatória dos sistemas financeiros, nem em razão apenas de uma crise moral e ética provocada pela ambição e avarizia, mas ela aponta para os limites do próprio modelo de desenvolvimento, defendido ardorosamente durante os anos 90 pelos organismos internacionais, inspirados na doutrina neoliberal.

A crise põe em cheque os paradigmas neoliberais e abre um novo período de discussões sobre a necessidade de se criar um novo modelo de desenvolvimento que tenha como propósito garantir uma vida digna para todos. É uma iniciativa “contracíclica” que ganha especial significado porque se inscreve na chave da defesa de direitos. Assim, reitera-se que a crise atual abre espaço para a construção de algo novo, inclusive, com a necessária e importante participação de toda a sociedade.

Na visão de Ladislau Dowbor, necessitamos desenvolver formas mais inteligentes de articulação entre os diversos objetivos econômicos, sociais, ambientais e culturais, e conseqüentemente, de colaboração entre os diversos atores que participam da construção social destes objetivos.

É nesta perspectiva que se insere a pesquisa *Novos Paradigmas de Produção e Consumo*, realizada pelo Instituto Pólis, cujo objetivo reside em mapear e estudar importantes experiências nas áreas de produção e consumo orientadas para a inclusão produtiva dos mais pobres e vulneráveis, para a afirmação dos direitos e para enfrentar as mudanças climáticas que ameaçam nossa existência. O propósito deste trabalho é extrair os ensinamentos de uma longa trajetória de experiên-

cias nascidas na sociedade civil e que são fruto de iniciativas de movimentos sociais e redes de cidadania. Muitas delas contam ou contaram com o apoio da cooperação internacional, assim como de instituições públicas, e resultaram em melhorias efetivas, especialmente no âmbito dos territórios em que atuam, no âmbito dos governos locais.

A pesquisa levou à constituição de uma rede de parceiros de extrema importância, tanto para as discussões concernentes aos avanços metodológicos construídos e implementados, quanto para a possibilidade de apontar continuidades e, sobretudo, para “dar vida” à plataforma de políticas públicas que é tida como um dos principais resultados desta investigação e que será fruto de uma posterior publicação.

A credibilidade e o reconhecimento das instituições parceiras envolvidas reitera e reforça a pertinência e relevância do tema, assim como a importância do trabalho conjunto. São parceiros desta empreitada coletiva e colaborativa: a OXFAM-NOVIB, financiadora desta pesquisa; o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que além de sua participação na produção de conteúdo nos concedeu duas bolsas de pesquisa para o estudo; a Fundação Banco do Brasil (FBB), cujo aporte financeiro foi decisivo para esta publicação; a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); o Sistema Brasileiro de Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE- Nacional); a Organização Internacional do Trabalho (OIT-Brasil); o Banco Regional do Nordeste; a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Vale complementar que fazem parte de nossa lista de parceiros, especialistas do Instituto Pólis – Anna Luisa Salles Souto, Christiane Costa, Elizabeth Grimberg, Jorge Kayano, Hamilton Faria, José Carlos Vaz, Silvio Caccia Bava – e especialistas externos, como o Prof. Ladislau Dowbor (da PUC-SP), Caio Silveira (organizador da EXPO-BRASIL DESENVOLVIMENTO LOCAL) e o Prof. Antonio Cáceres Mora (da Universidade de Sevilha, Espanha), entre outros.

Aos parceiros, queremos expressar o nosso muito obrigado pelo envolvimento e por todas as contribuições. Também é digno de registro o agradecimento ao fundamental trabalho realizado pelos pesquisadores, cujos nomes serão mencionados quando na apresentação de seus estudos.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Do ponto de vista metodológico, de forma panorâmica, cabem algumas informações. A pesquisa se iniciou com uma ampla revisão bibliográfica e consulta a diversos especialistas que tratam e atuam em diferentes áreas temáticas, tais como economia social e solidária; consumo responsável e solidário; agroecologia e permacultura; moedas sociais e bancos comunitários; gestão de resíduos sólidos; mudanças climáticas; segurança alimentar; cultura e cidades digitais; dentre outros. Esta etapa nos permitiu produzir uma avaliação sobre o “estado da arte”, capaz de nos indicar as tendências que apontam para o que estamos identificando como os novos paradigmas de produção e consumo.

Posteriormente, estabeleceram-se alguns elementos e critérios para a escolha das experiências que foram analisadas, bem como o recrutamento dos pesquisadores que realizaram esta importante atividade. A partir do Documento “Considerações metodológicas para a análise das experiências”¹, elaborado pela coordenação da pesquisa, estabeleceram-se as orientações gerais referentes à coleta de dados e aos eixos de análise, de forma a produzir estudos com “olhares” similares para as experiências, valorizando também suas especificidades.

Os estudos de caso trazem um olhar descritivo, onde a importância reside na apresentação clara da experiência, identificação dos atores envolvidos, funcionamento, antecedentes, etc.; um olhar analítico, onde se buscou compreender a relação destas experiências com a estrutura socioeconômica do território e as políticas públicas em que se insere; e um olhar também avaliativo, buscando abranger múltiplas dimensões, tais como gênero e raça, o conceito de bem-viver, questões ambientais, entre outras.

Vale mencionar que a pesquisa optou, quando da elaboração dos relatórios, por três níveis de análise: micro – as experiências, seus acúmulos práticos e suas especificidades; meso – as articulações e redes, os marcos legais, as políticas públicas e o campo de experiências similares; e macro – conceitos, tendências, novos paradigmas, e modelos de desenvolvimento, etc.

O trabalho de campo incluiu, além das entrevistas, visitas, levantamento documental e bibliográfico, conversas informais, bem como outras formas de registro da experiência.

Na parte descritiva da experiência (micro), foram definidos seis pontos principais de observação que guiaram a coleta de dados, informações e percepções, bem como a descrição da experiência. São eles: 1) características gerais da experiência; 2) história e antecedentes; 3) localidade e suas características; 4) caracterização dos beneficiários e/ou envolvidos na experiência; 5) gestão da iniciativa e 6) resultados e desafios.

No que diz respeito à caracterização meso, realizou-se um levantamento sobre o campo em que a experiência encontrava-se inserida, levando em conta os seguintes pontos: marcos legal e regulatório; políticas públicas existentes e em construção; articulações e redes; entidades de fomento e assistência; principais demandas e desafios.

Após a realização das visitas e elaboração dos relatórios, foram realizadas oficinas individuais com os pesquisadores, com um amplo material em mãos, fruto dos relatórios técnicos, e aí se discutiram os elementos encontrados, fruto dos aportes de cada uma das 11 experiências visitadas; elementos estes que serão usados como insumos para a estruturação da plataforma de políticas públicas, passo subsequente deste trabalho.

1 Ver anexo 1.

Como resultado desta etapa de nossa pesquisa, temos a grata satisfação de organizar esta coletânea com a publicação dos estudos de caso. Isto permitirá, além de conhecer o funcionamento, os avanços, os limites e as potencialidades das experiências inovadoras, buscar identificar os elementos paradigmáticos, no sentido de possibilitar sua replicabilidade e as formas de fomento em outros territórios.

O primeiro capítulo desta publicação – “Por Novos Paradigmas de Produção e Consumo” – sistematiza uma primeira fase deste trabalho, que consiste no esforço de formulação dos critérios pelos quais as experiências serão abordadas, documento publicado no jornal *Le Monde Diplomatique Brasil* de novembro de 2009. Os capítulos seguintes apresentarão as 11 experiências estudadas neste projeto.

Entendemos que este material é uma contribuição ao debate público para o qual convergem múltiplas experiências, como as da economia solidária, do comércio justo, dos empregos verdes, da agroecologia, da sustentabilidade ambiental, da inclusão produtiva, entre outras. Todas elas consideradas nos dias de hoje manifestações ou marginais, ou contra-hegemônicas, e que oferecem os novos elementos para se pensar um novo modelo de desenvolvimento.

Leandro Pereira Morais
Coordenador da Pesquisa



POR NOVOS PARADIGMAS DE PRODUÇÃO E CONSUMO

Por Leandro Pereira Morais e Adriano Borges Ferreira Costa

Em especial a partir dos anos 1980, passamos a conviver com um padrão de consumo muito alto, que agravou as desigualdades sociais. Essa situação gerou novas estratégias de resistência ao modelo dominante e abriu espaço para práticas alternativas, como a economia solidária e as experiências de desenvolvimento local

O fenômeno da 2ª Revolução Industrial e Tecnológica, ocorrido no último quarto do século XIX marcou uma nova era do desenvolvimento capitalista no mundo, dando início ao ciclo do motor à combustão. Constituiu-se, de fato, um novo padrão de produção e de consumo, com base em modernos sistemas de produção e de comercialização, onde o elemento-símbolo desta transformação irreversível foi o automóvel, bem como a utilização de uma série de produtos propiciada pela eletricidade e pelos avanços na indústria de bens de consumo duráveis, com elevadas escalas de produção e de consumo. No Brasil, esse padrão de produção e consumo constituiu-se, definitivamente, na segunda metade dos anos 1950, a partir do processo de industrialização “pesada”, no governo Juscelino Kubitschek.

Neste período, a industrialização acelerada, acompanhada da urbanização rápida, multiplicou as oportunidades de investimento e de geração de emprego e renda. No entanto, este quadro de significativo progresso material veio acompanhado do aumento da desigualdade e concentração de renda; gerou o aumento da pobreza e miséria urbanas, exportadas dos campos para as cidades, aonde muitos vieram em busca de novas oportunidades.

Passamos a conviver com um padrão de consumo que exige nível de renda mais alto, típico das sociedades mais industrializadas. Esse fato torna-se mais preocupante a partir dos anos 1980, que abre um período de queda da atividade econômica (crise econômica) com altos índices inflacionários, num cenário que ficou conhecido, do ponto de vista econômico, como a “década perdida”. Já os anos 1990 iniciaram-se com uma mudança radical no quadro financeiro internacional e com a implantação de uma “nova política de desenvolvimento”, baseada no receituário propugnado pelo Consenso de Washington, cujas principais características foram a liberalização comercial e de capitais, a privatização e a desregulamentação.

Seus efeitos foram notáveis em todo o mundo e, particularmente no Brasil, em que pese o fato da implantação de um efetivo controle inflacionário, as mudanças introduzidas na economia perfilarão um novo quadro de agravamento das fortes desigualdades econômicas e sociais, desta vez, acrescidas pelo significativo e assustador aumento do desemprego e da informalidade, pela precarização e desestruturação do mercado de trabalho nacional.

Essa situação gerou novas estratégias de resistência ao modelo dominante da parte dos pequenos produtores e trabalhadores avulsos. Abriu espaço para práti-

cas alternativas, o que conhecemos por economia social ou solidária e experiências de desenvolvimento local.

Passados mais de dez anos, essas experiências e práticas inovadoras trazem importantes elementos para a formulação de uma nova abordagem, mais ampla, de caráter estruturante, que projete ênfase em novas formas de produção e consumo.

Atualmente, marcados pelos desdobramentos da recente crise mundial, observamos que a superação da crise financeira mantém a mesma lógica especulativa. Percebemos que questões cruciais concernentes aos aspectos de inclusão social e sustentabilidade ambiental não foram enfrentadas e que se torna cada vez mais evidente que outras crises se seguirão.

O momento é oportuno para se pensar em um novo projeto de desenvolvimento, que seja capaz de aliar crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Torna-se obrigatório refletir e discutir sobre os nossos padrões atuais de produção e de consumo, uma vez que foram moldados pela lógica de desenvolvimento gestada com a Revolução Industrial e a ideia do *crescer mais, sempre mais, sem parar*, atendendo à progressiva e recorrente necessidade de acumulação do capital. Essa lógica parece ter nos distanciado de nossas necessidades básicas, bem como parece ter influído negativamente na forma pela qual nos relacionamos em sociedade e com o meio ambiente.

A transição para um novo modelo de desenvolvimento sustentável exige a modificação dos paradigmas de produção e de consumo vigentes. E, neste novo modelo, a questão da sustentabilidade é crucial.

Por sustentabilidade entende-se diferentes dimensões que se interrelacionam, como a ecológica (estoque e uso de recursos naturais utilizados na produção e no consumo); ambiental (capacidade da natureza de absorver e recuperar-se das agressões); demográfica (à luz das duas anteriores, analisar o impacto da dinâmica demográfica); cultural (criação/preservação de valores e práticas que induzam novos padrões de integração nacional, regional e local); social (melhoria da qualidade de vida e justiça distributiva); política (possibilidades de construção participativa da cidadania e de um novo projeto de desenvolvimento) e institucional (como todos esses aspectos se refletem na construção de novas institucionalidades sociais, políticas e econômicas¹).

PARADIGMAS E MUDANÇA DE PARADIGMAS

“*Paradigma*” é uma *palavra* muito utilizada. Representa em seu uso corriqueiro, um “modelo”, um “padrão”, até mesmo um modo de se compreender o mundo e uma sociedade. Apesar de ter sido utilizada por Platão e outros autores ao longo da história, a palavra paradigma foi disseminada e popularizada recentemente pelo físico Thomas Kuhn, em seu livro *A Estrutura das Revoluções Científicas*, publicado em 1962. Trouxe à tona o uso do conceito de paradigma

¹ Inspirado em “Brasil Século XXI: os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois da Rio 92”, FASE (1997).

aplicado à história do saber científico. Esse autor utilizou o conceito de paradigma para formular sua tese sobre a evolução não linear e contínua da ciência. Afirmou que não se trata de um processo de acumulação de conhecimento, mas que o progresso científico se dá por meio de saltos e quebras e, portanto, de mudanças de paradigmas. A prática científica pressupõe uma pré-compreensão do real que determinará o objeto, o método e o tipo de investigações. A verdade de cada teoria funciona apenas dentro do seu paradigma. Nesse sentido, os cientistas avançam dentro dos problemas que o paradigma escolhido permite detectar, de forma que a mudança de paradigma traga novos e diferentes tipos de questões como prioritárias e legítimas.

Segundo F. Capra, as últimas décadas do século XX registraram uma profunda crise mundial; crise complexa, multidimensional, “cuja facetas afetam todos os aspectos de nossa vida – a saúde e o modo de vida, a qualidade do meio ambiente e das relações sociais, da economia, tecnologia e política”². Paralelamente aos desastres ecológicos, fome, desemprego, dentre outras mazelas, as tecnologias evoluem com extrema rapidez, virtualmente entregando ao homem as chaves necessárias para a resolução de seus problemas materiais. Essas potencialidades, entretanto, se defontram com regimes políticos que, relegando a cidadania para um plano sem importância, tornam os cidadãos impotentes diante dos desafios contra os quais se defrontam.

Sobre a questão ambiental, acredita-se que níveis de crescimento econômico continuado, voltados para a satisfação de demandas por bens de consumo não-essenciais, são incompatíveis com um processo de desenvolvimento ecologicamente sustentável, o que acarreta a necessidade de mudanças nos padrões de consumo de bens materiais.

Nas últimas duas décadas surgiram experimentos importantes. Elementos que auxiliam na transição dos padrões de produção e consumo. A análise de algumas experiências reais permite-nos identificar que parte dessas novas estruturas está sendo formulada por indivíduos, comunidades e algumas organizações que atuam sob novas formas de pensamentos e de princípios.

ELEMENTOS QUE APONTAM PARA OS NOVOS PARADIGMAS DE PRODUÇÃO E CONSUMO

Agenda ambiental

A magnitude do fenômeno das mudanças climáticas e dos desastres ambientais põe na agenda mundial o debate sobre alternativas e a urgência em transformar os padrões de produção e consumo. A mudança da matriz energética, as práticas agroecológicas no campo, o padrão de mobilidade urbana e o uso racional da água são alguns dos temas discutidos amplamente nesse campo e que se tornarão ainda mais presentes no futuro próximo.

2 Capra, Fritjof. *O Ponto de Mutação*. São Paulo: Cultrix, 2006.

O bem viver

O bem-estar e a felicidade têm ficado subordinados aos objetivos de crescimento econômico e à permanente busca pela acumulação de capital. O PIB se revela como uma medida insuficiente para mensurar a qualidade de vida de uma população. Ou seja, se o objetivo principal do desenvolvimento passar a ser a melhoria da qualidade de vida da população, não faz sentido qualquer crescimento econômico que não traga a redução da pobreza e inclusão social. A redefinição da felicidade e do bem-estar como fim maior da sociedade é uma mudança de paradigma que requer, inclusive, uma revisão crítica de conceitos como desenvolvimento / subdesenvolvimento.

Colaboração

A atuação em redes colaborativas tem se apresentado como uma solução para muitos pequenos empreendimentos. A colaboração é uma tendência a ser considerada quando se discutem novos paradigmas de produção e consumo e deve ser entendida de forma abrangente e voltada à governança participativa, de modo a reforçar a centralidade da atuação da cidadania e suas representações coletivas, assim como as potencialidades do território.

Corresponsabilidade

No âmbito da produção e do consumo, verifica-se uma ainda tímida mudança no papel e no comportamento dos atores. A emergência de termos como consumo responsável, ético, consciente, bem como de investimento social e cidadania corporativa, indicam a construção de um novo agir econômico. Mas a corresponsabilidade transborda a esfera da produção e do consumo, fenômeno que está gerando novos atores e movimentos sociais e que pode ser ilustrado pelo conceito de *responsabilidades humanas*. Está trazendo mudanças ligadas à responsabilização dos indivíduos pelos problemas e desafios de nosso mundo, mas mais que isso, é um pensamento que afirma a capacidade de indivíduos e cidadãos de atuarem na construção da realidade existente.

Governança democrática

Este é um elemento absolutamente central, uma vez que vivemos num cenário em que as soluções dos impasses atuais passam pelo reconhecimento da existência de novos atores sociais e políticos, pela socialização do poder, pela descentralização das estruturas de gestão, pela radicalização da democracia. O repensar das estruturas decisórias e de participação popular em prol de um novo paradigma civilizatório se coloca nesse momento como relevante e pertinente. Nesta direção, o território precisa ser compreendido como o conjunto das relações sociais que constituem as formas de produção e de consumo locais, o *locus* para se pensar e para agir, de modo a estabelecer e construir novos caminhos a partir do fortalecimento da democratização.

Processos de desintermediação

A intermediação se tornou a atividade que mais se apropria da renda na economia, não porque de fato agrega valor, mas simplesmente porque controla o caminho entre os interessados em oferecer e obter algo. As intermediações devem existir, quando realmente necessárias. Criar canais alternativos de intermediação leva a condições mais justas em diversos setores. A comercialização direta dos produtores para consumidores e bancos comunitários são exemplos de como a desintermediação pode gerar condições mais justas para produtores e consumidores.

Trata-se da criação de circuitos curtos de produção e consumo, ou do encurtamento de circuitos, organizados territorialmente, a partir das potencialidades locais e com vista a criar condições sistêmicas mais favoráveis para produtores, consumidores e para o território.

Valorização do local

O território tende a se fortalecer como o espaço de construção da vida, da cultura, da política e também das relações econômicas. É necessário pensar numa mudança da cultura do desenvolvimento, em que uma comunidade deixa de ser vista como ator passivo, que espera pacientemente, para se converter no responsável pela construção de sua própria história e transformações.

Ao deslocar as iniciativas do desenvolvimento para o nível territorial, melhoraram-se as condições de participação e de decisão por parte dos cidadãos que passam atuar com base em práticas e soluções articuladas a partir de demandas específicas e dos problemas do território.

Inserção sociolaboral e geração de empregos “verdes”

A questão da inserção produtiva, de se enfrentar o desemprego e a falta de trabalho para grandes contingentes de pessoas, especialmente para os jovens, precisa ser equacionada de maneira coerente com a necessidade de construção de novos paradigmas de produção e consumo, especialmente considerando os desafios da degradação ambiental. Não se trata mais de ampliar a produção de automóveis e, portanto, o emprego nas cadeias de produção que integram este setor.

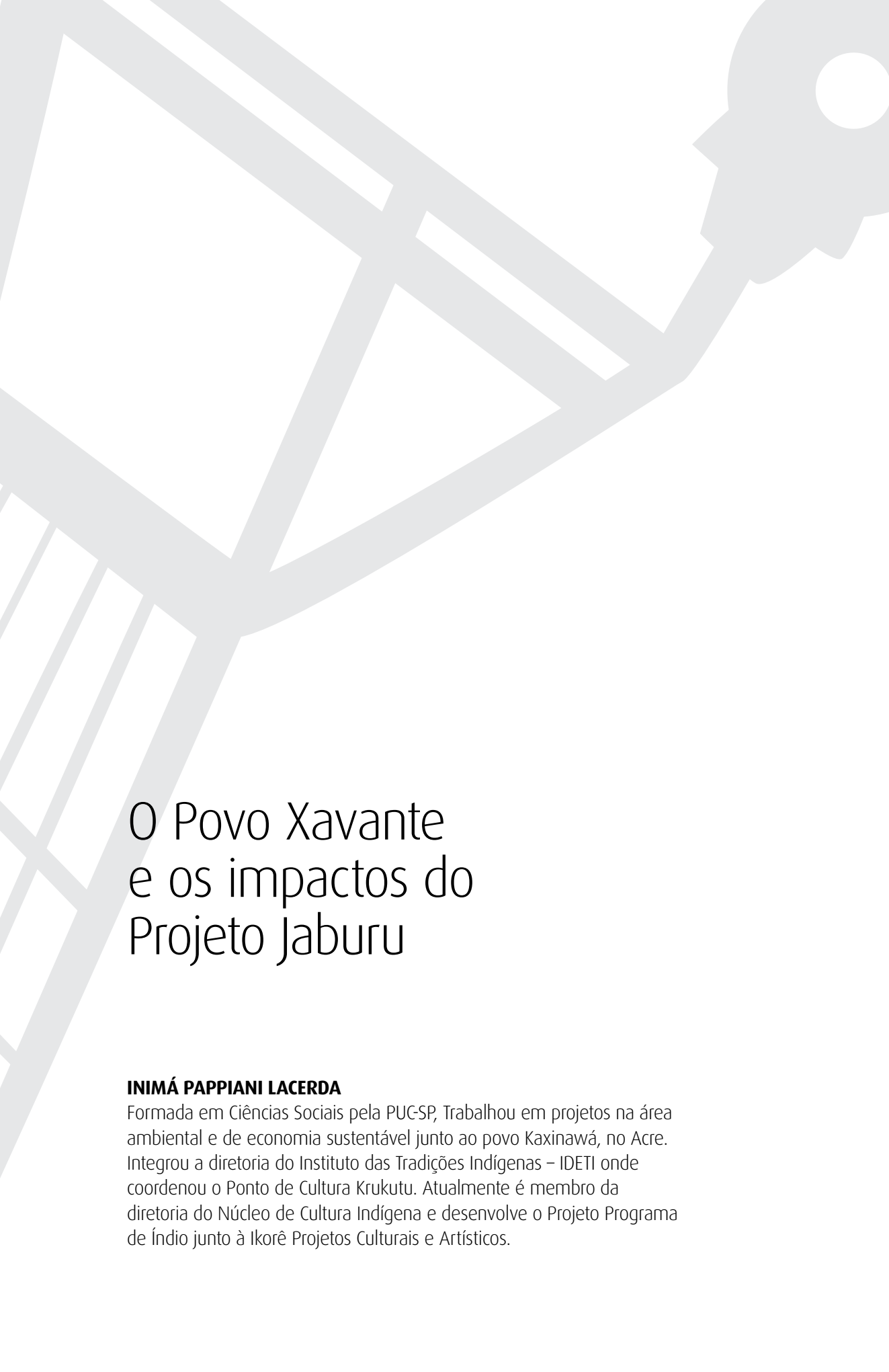
Os “empregos verdes” se apresentam como os propulsores-chave em direção a um desenvolvimento econômico e social, também sustentável ambientalmente. Esses empregos podem ser criados em todos os setores, em áreas urbanas e em zonas rurais, envolvendo desde o trabalho manual até o altamente qualificado.

Frente à perda de empregos ocasionada pela crise, alguns países têm adotado uma série de medidas de estímulo econômico com investimentos em setores “verdes”, como energia eólica, solar, térmica, biomassa, hidroelétrica, geotérmica. Essas medidas, além de contribuírem para a transformação da matriz energética atual, geram empregos, incluem os menos favorecidos e melhoram a eficiência energética em edifícios, no transporte público, nos aparelhos elétricos e nos automóveis, bem como ampliam a diversificação de energia limpa e renovável.

Também se abre uma nova frente de atividades, dissociadas da concepção de incremento de produtividade nas cadeias de produção, que são os empregos sociais, aqueles voltados, por exemplo, a cuidar do bem-estar dos grupos vulneráveis da população do território, a cuidar do lazer e das atividades culturais, entre outros.

À GUIA DE POSSÍVEIS ENCAMINHAMENTOS

Esses elementos devem ser entendidos não somente como alternativas econômicas de produção e de consumo, mas como um potencial emancipador. Deverão propor alternativas capazes de atuar em diferentes escalas, desde a local até a global. O desenvolvimento exitoso de práticas que respondam a esses elementos depende, em grande medida, da integração dos atores no território, que consigam atuar em redes de colaboração e de apoio mútuo, bem como construindo novas relações com o aparelho governamental.



O Povo Xavante e os impactos do Projeto Jaburu

INIMÁ PAPPIANI LACERDA

Formada em Ciências Sociais pela PUC-SP, Trabalhou em projetos na área ambiental e de economia sustentável junto ao povo Kaxinawá, no Acre. Integrou a diretoria do Instituto das Tradições Indígenas – IDETI onde coordenou o Ponto de Cultura Krukutu. Atualmente é membro da diretoria do Núcleo de Cultura Indígena e desenvolve o Projeto Programa de Índio junto à Ikorê Projetos Culturais e Artísticos.

INTRODUÇÃO

Os povos indígenas têm um paradigma de produção e consumo diferente do paradigma dominante. Uma produção voltada para atender as necessidades básicas da comunidade. Um consumo consciente e equilibrado. Este paradigma tem a natureza como provedora da vida: a água, o alimento, o abrigo, com a presença do espírito da criação. Neste paradigma, o ser humano não é melhor ou mais importante que qualquer outro ser da natureza, mantendo uma relação de respeito com todos os outros seres. É um paradigma de desenvolvimento baseado em valores cosmológicos de igualdade, reciprocidade, complementaridade, colaboração. Ou, nas palavras do povo Aimara, de “bem viver”.

Após a chegada dos “estrangeiros”, o modo de vida dessas populações passa por profundas transformações. Já não podem circular livremente pelo território, os recursos naturais passam a ser escassos, têm de conviver com uma sociedade cujos valores são diferentes e, muitas vezes, opostos aos seus. Uma sociedade onde prevalece o individualismo, a competição, a acumulação, que impõe sua cultura e seu modo de ver o mundo como padrão universal.

Os povos indígenas entram em choque com esse paradigma, pois ele não comporta seu modo de ser, sua visão de mundo. É neste contexto de embate que nascem diversas iniciativas, procurando criar alternativas de desenvolvimento que garantam sua sobrevivência, sem abandonar seus valores tradicionais.

Então, o novo paradigma que se coloca para os povos indígenas é aliar tecnologia e tradição para criar novas formas de produzir os bens necessários à manutenção da vida. Porém, “o desafio ou enigma que se põe aos índios consiste em saber se é realmente possível utilizar a potência tecnológica dos brancos, isto é, seu modo de objetivação – sua cultura – sem se deixar envenenar por sua absurda violência, sua grotesca fetichização da mercadoria, sua insuportável arrogância, isto é, por seu modo de subjetivação – sua sociedade” (CASTRO, in Instituto Socioambiental, 2000, p. 51).

O presente estudo busca olhar para uma dessas experiências dos povos indígenas à procura de alternativas de desenvolvimento e de uma nova relação com o mundo à sua volta e identificar elementos que apontem para a formulação de uma nova abordagem das relações de produção e consumo.

A iniciativa do povo xavante a partir do Projeto Jaburu foi escolhida por trazer alguns desses elementos, como: a governança democrática, a questão ambiental, a valorização local, a colaboração, a redefinição do sucesso.

Primeiramente são apresentadas as características gerais da experiência: o conceito do Projeto Jaburu, o contexto vivido pelo povo xavante, a governança nas aldeias e gestão da iniciativa, seus resultados e desafios. No capítulo II o olhar se volta para o campo na qual está inserida a experiência: a questão indígena no Brasil. Em seguida é realizada uma análise do ponto de vista das políticas públicas, do bem viver, da questão de gênero e, por fim, os dos desafios e estratégias que se colocam na atualidade.

1. O PROJETO JABURU E O POVO XAVANTE

1.1. O PROJETO JABURU

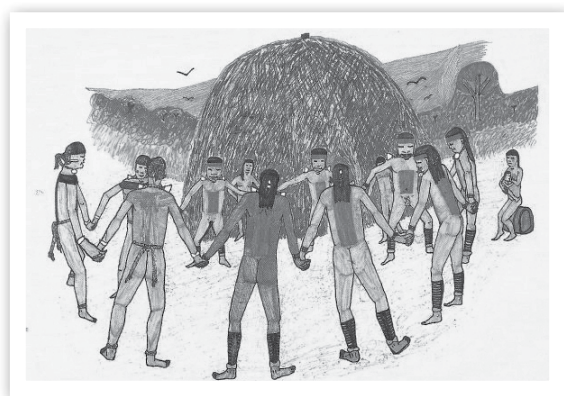
O povo auwê de Etenhiritipá mantém a Tradição.

É assim que eu vou falar. Para que os nossos filhos aprendam e mantenham a Tradição para as futuras gerações. Para que não acabe nunca.

Em Etenhiritipá existe a presença viva da força da Criação. Nós somos o povo verdadeiro, nós mantemos vivo o espírito da Criação.

Por que os brancos não respeitam o povo tradicional? Por que estão fazendo assim? É muito difícil tirar um povo verdadeiro de seu lugar. Por que os brancos querem fazer isso?

Vocês dizem que gostam da terra, vocês dizem que se preocupam com a terra. Isso não é verdade. Eu não vejo isso. Seus descendentes são numerosos, mas viraram a face para a verdade da Criação. Mal sabem quem são (XAVANTE, 1998).



© Wamrémé Za'ra, 1998.

Figura ilustrativa da aldeia

O sábio ancião Sereburã Xavante traz nestas palavras a essência do pensamento do povo xavante de Pimentel Barbosa, que é preservar seu modo de vida tradicional. Após o contato com os warazu¹, no final de década de 1940, essa comunidade buscou de formas diferentes, a cada período, traçar estratégias de convivência com os estrangeiros para manter seu modo de estar no mundo.

O povo xavante, um povo nativo, nômade, caçador e coletor, que se autodenomina A'uwê Uptabi (povo verdadeiro), teve nos últimos 60 anos seu território tradicional sistematicamente ocupado e devastado. A vegetação natural da região – o Cerrado – foi substituída por extensas monoculturas de arroz e soja, ou por pastagens.

As áreas demarcadas como territórios indígenas, são hoje ilhas de Cerrado natural onde ainda há diversidade biológica de flora e fauna, isoladas por fazendas e municípios que avançam cada vez mais, exercendo pressão crescente sobre os recursos de caça e pesca, alterando profundamente a vida tradicional dos povos indígenas da região.

¹ Warazu – estrangeiros, não índios.

Buscando mudar esse roteiro desastroso de contato com os warazu, uma geração inteira de pessoas auwë da Terra Indígena Pimentel Barbosa procurou criar, por meio do Projeto Jaburu, formas de defesa do seu território, proteção dos recursos naturais, desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis para sua subsistência e a afirmação como povo de cultura diferenciada dentro da sociedade brasileira.

A meta principal do Projeto Jaburu era a preservação ambiental para garantir a manutenção da alimentação tradicional. Esta meta foi desdobrada em três módulos: análise e manejo da fauna; educação ambiental; aproveitamento de frutas nativas do Cerrado.

O projeto, inicialmente voltado à preservação ambiental para a manutenção da alimentação tradicional dos xavante, foi tomando corpo e, além de manter seu objetivo inicial, revelou-se importante também para o fortalecimento socioeconômico e cultural da aldeia Pimentel Barbosa, para a melhoria da qualidade de vida dos indígenas e, em consequência, no aumento de sua expectativa de vida.

A aldeia Pimentel Barbosa foi a primeira a criar uma associação capaz de representá-la perante a sociedade dos brancos. Esse foi o resultado de um processo longo, que levou os xavante daquela aldeia a ter consciência de seus direitos como cidadãos e da necessidade de se capacitar para exercer tais direitos.

O Projeto Jaburu, apesar de extinto por volta de 1998, foi o marco que deu origem a muitas outras iniciativas na TI Pimentel Barbosa, e a um novo paradigma de desenvolvimento para o povo xavante. Seus objetivos de proteção dos recursos naturais, desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis e afirmação como povo de cultura diferenciada dentro da sociedade brasileira foram incorporados pela comunidade e, hoje, dão direção a outros projetos nas aldeias como, por exemplo, educação escolar indígena, nutrição infantil, manejo dos queixadas e produção de mel.



Aldeia Etenhiritipá

© Elaboração própria

1.2. O TERRITÓRIO E SUA POPULAÇÃO

O povo xavante vive hoje no estado de Mato Grosso, centro-oeste do Brasil, no bioma Cerrado. São cerca de 13 mil indígenas vivendo em, aproximadamente, 180 aldeias, em oito reservas diferentes. A língua que falam está classificada no tronco linguístico Jê.²

A TI Pimentel Barbosa, onde a experiência acontece, está localizada nos municípios de Canarana e Ribeirão Cascalheiras, próxima ao rio das Mortes, a cerca de 350 km ao norte do município de Barra do Garças, e a 212 km de Nova Xavantina. Sua área total é de aproximadamente 330 mil hectares, dos quais 22 mil haviam sido degradados pela ocupação ilegal de fazendeiros até 1980.

O município de Canarana, referência para chegar à aldeia, foi fundado em 1975, fica a 633 km da capital, Cuiabá, população de 18.014 habitantes (IBGE, 2009), densidade populacional de 1,8 hab/km². O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é 0,761 (PNUD, 2000), médio, o PIB R\$ 237.992 mil, e o PIB *per capita*, R\$ 12.705 (IBGE, 2005). É importante ressaltar que esses dados não contemplam a população indígena. Não existem dados sobre renda *per capita*, densidade populacional, IDH ou outros indicadores dessa população. Mesmo porque estes indicadores não contemplam a especificidade dessa realidade.

A região é predominantemente ocupada por grandes fazendas de soja, cana de açúcar e criação de gado, tendo grande concentração de renda na mão de poucos fazendeiros.

Partindo de Canarana para chegar a Pimentel Barbosa é preciso percorrer cerca de 250 km, boa parte de estrada de terra em péssimas condições.

A TI Pimentel Barbosa abriga atualmente seis aldeias, entre elas a aldeia Pimentel Barbosa, considerada entre os xavante como a aldeia mãe, e Etenhiritipá e Wederã onde foi realizado o estudo.

Em Etenhiritipá vivem cerca de 330 pessoas, em 25 casas que abrigam famílias extensas. Metade dessa população é composta por crianças, e o crescimento populacional tem sido intenso. Em Wederã vivem cerca de 70 pessoas, em nove casas, também com famílias extensas. Frequentam a escola 46 crianças que representam mais da metade da população da aldeia.

Cercadas pelo Cerrado, com sua terra vermelha e árvores retorcidas, o clima é bem definido: seco a metade do ano e, na outra metade, chuvoso.

As casas feitas de madeira e palha são dispostas, lado a lado, formando um semicírculo voltado para o rio; no centro, um grande pátio onde são realizadas as cerimônias, as reuniões, as brincadeiras.

As aldeias vivem basicamente do cultivo de mandioca, arroz, melancia, abóbora, batatas nativas, entre outros vegetais; caça, pesca (em menor escala) e criação de pequenos animais.

2 Auwê, Iny, Hunikuin, Boe – autodenominação dos povos xavante, karajá, kaxinawá e bororo, respectivamente.

Em cada família extensa, existe ao menos uma pessoa idosa que recebe aposentadoria; em algumas famílias existem até duas pessoas que recebem esse benefício.

Os indígenas recebem aposentadoria rural por idade, concedida pelo INSS como segurados especiais, para homens com mais de 65 anos e mulheres com mais de 60 anos, no valor de um salário mínimo, mediante a apresentação de certidão fornecida pela Fundação Nacional do Índio – Funai, certificando a condição do índio como trabalhador rural, desde que homologada pelo INSS.

Além das aposentadorias, considerando as duas aldeias, oito pessoas recebem salário como professores indígenas contratados pela Secretaria Estadual de Educação. Uma pessoa de cada aldeia recebe salário no valor de R\$ 970 como agente de saúde indígena, e outra, também de cada aldeia, recebe salário como agente sanitário indígena, ambas contratadas pela Funasa.

Em geral, essa renda é usada em benefício de toda a família, na compra de itens de alimentação incorporados na convivência com os não indígenas, sabão e velas, entre outros produtos.

Na TI existe um posto de saúde localizado na aldeia Pimentel Barbosa, mas que atende a todas as aldeias. Nesse posto, o atendimento do dia a dia é feito por enfermeiras e, periodicamente, há a presença de um médico.

As escolas das aldeias oferecem apenas o ensino fundamental e não há estatísticas de quantos alunos concluíram o curso, mas percebe-se o pouco interesse da comunidade no ensino escolar dos warazu.



© Elaboração própria

Família xavante

1.3. HISTÓRIA E ANTECEDENTES

Não sabemos como vamos viver daqui para a frente. O warazu está em volta. Para todo lado que vamos encontramos arame farpado. Está tudo cercado. Até o rio das Mortes está sendo cercado. Estão fazendo hidrovias. Vão tomar conta do rio também. Vão estragar o rio (XAVANTE, 1998).

A problemática territorial que dá origem à experiência remete à chegada dos warazu, mas se intensifica na década de 1940 quando é incentivada a marcha para o oeste para ocupação dos espaços “vazios” do sertão. Nesse momento, fecha-se o cerco e aumenta o interesse de particulares e do governo sobre suas terras.

O governo Getúlio Vargas cria dois órgãos para impulsionar a entrada expansionista no Brasil Central: a expedição Roncador-Xingu, considerada de interesse militar para fins de direito, com o objetivo de transpor o rio Araguaia e o rio das Mortes, encontrar os formadores do rio Xingu e descer até as florestas do vale da Amazônia; e a Fundação Brasil Central – FBC, com a função de implantar e sedentarizar núcleos populacionais na região.

Expressando a ideologia getulista do Programa de Integração Nacional, o Serviço de Proteção ao Índio – SPI alcança um primeiro grupo xavante em 1946, às margens do rio das Mortes. Até 1957, os demais também foram forçados a aceitar o contato, exauridos por epidemias, perseguições e massacres. Esse foi um período de intenso esforço do governo para “pacificar os índios” e desocupar as terras ocupadas tradicionalmente por esses povos.

A Segunda Guerra Mundial e a pressão americana para a criação de bases aéreas no Centro-Oeste brasileiro foi outro fator determinante para a ocupação da região. Nesse contexto é criada uma base em Nova Xavantina (MT) e outra na Serra do Cachimbo (PA).

Os campos de Cerrado, desvalorizados e tratados apenas como “mato e árvores retorcidas”, não eram reconhecidos como ecossistemas importantes, com fauna e flora única, rica e diversa. A geografia da região, com extensas planícies e platôs, facilita a agricultura mecanizada de grande extensão. A soma desses fatores, potencializada pelo investimento governamental, levou a uma ocupação rápida e devastadora do estado do Mato Grosso por uma população de colonos, em sua maioria, do Sul do país, implantando culturas de arroz, criação de gado e, posteriormente, produção de soja.

Todos esses elementos levaram à quase total perda das áreas de Cerrado nessa região do país, substituídas por campos de monocultura e pastagens. A consequência imediata foi a diminuição drástica da diversidade da fauna e da flora.

As comunidades indígenas foram obrigadas a viver em territórios extremamente reduzidos para a manutenção de seu modo de vida. As nascentes dos principais rios ficaram fora desses territórios. O desmatamento causou a morte de muitas nascentes e o assoreamento dos rios. A grande quantidade de agrotóxicos e fertilizantes utilizados nesse tipo de cultura compromete a qualidade de vida da população que

depende dessa água. É nesse contexto territorial que tem origem a experiência, com o povo xavante sendo obrigado a criar alternativas para sua sobrevivência.

1.4. A ESTRATÉGIA XAVANTE

Se quiséssemos podíamos ser capitalistas também e destruir tudo como fazem os warazu, arrendar a terra para ganhar dinheiro, produzir para vender, mas não é isso que queremos, o Cerrado tem muita coisa boa que eles nem conhecem, é isso que precisamos para viver... (trecho de depoimento de Paulo Supretaprá Xavante, cacique da aldeia Etenhiritipá).

Após o contato, a primeira iniciativa da comunidade de Pimentel Barbosa foi um movimento de resistência, de fechar-se para o mundo externo. Não aceitaram a presença de brancos (Funai e igreja) na aldeia e preservaram sua independência.

Na década de 1970, sentindo a necessidade de fazer frente à pressão exercida pela ocupação da região sobre seu território e seu modo de vida, começam a pôr em prática sua estratégia. Movidos pelo pensamento do importante líder xavante Apoê, escolheram oito meninos para ir viver na cidade, aprender a cultura dos estrangeiros, voltar e defender o território xavante.

Em 1979, após uma ação armada na qual os xavante invadiram as fazendas e expulsaram os fazendeiros em torno de suas aldeias, foi firmado um acordo com o governo reconhecendo o território de Pimentel Barbosa, e a área de 330 mil hectares começou a ser demarcada.

Na década de 1980, a comunidade passa a buscar o apoio dos warazu para frear o quadro de destruição de seu território. A comunidade tinha muita clareza do que queria nessa parceria com os brancos: aliar tecnologia e tradição.

A iniciativa do Projeto Jaburu teve origem no sonho de um ancião. O sonho de Sibupá apontava a necessidade de repovoar, com os bichos do Cerrado, as matas e campos da Terra Indígena. Esse sonho, levado ao conselho tradicional xavante – o Warã³ – e depois a todos os membros da aldeia, inspirou e conduziu o Projeto Jaburu. Em 1987, o sonho de Sibupá começa a se transformar em realidade, com o apoio de Wanderley de Castro, Ailton Krenak e Angela Pappiani, do Núcleo de Cultura Indígena.

O primeiro contato entre a aldeia Pimentel Barbosa e o Núcleo de Cultura Indígena – NCI se deu em 1985, por meio de Wanderley de Castro, então professor de psicologia da Universidade Católica de Goiás, que trabalhara com a BBC no Projeto “Décadas da Destruição”.

Em 1987 aconteceu a primeira viagem da equipe do NCI a Pimentel Barbosa. Ailton Krenak, Angela Pappiani, Wanderley e Edson Nishi passaram um mês na aldeia para entender o que a comunidade buscava. Começa então a mobilização para criar as condições para implantação do projeto.

3 Os povos indígenas no Brasil falam cerca de 180 idiomas diferentes, agrupados em troncos e famílias; não existe censo confiável dessa diversidade, mas estudos e pesquisas apontam que os dois grandes troncos linguísticos são o tupi e o macro-jê, existindo perto de 40 famílias linguísticas e dez línguas isoladas. Pappiani, 2009.

A partir de sua conceituação e elaboração, o Projeto Jaburu passa gradativamente a receber o apoio de instituições internacionais como Gaia Foundation e Earth Love Fund, de Londres; Interamerican Foundation, Rain Forest Foundation, The Network for Social Change, WWF, dos Estados Unidos, Comunidade Europeia e Chancelaria da Áustria, entre outras. A partir de 1990, o Projeto Jaburu e o Centro de Pesquisa Indígena (CPI) – braço especializado do Núcleo de Cultura Indígena – passam a se colocar também em nível nacional, recebendo apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), do Fundo Nacional do Meio Ambiente, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq, Piracicaba-SP) e da Universidade de Campinas.

O Centro de Pesquisa Indígena, criado em 1989 com o objetivo de buscar respostas para a consolidação dos territórios indígenas com alternativas econômicas e culturalmente viáveis, foi de fundamental importância no desenvolvimento da experiência. A aldeia Pimentel Barbosa foi parceira do CPI desde sua criação. O próprio conceito do CPI foi forjado dentro do pensamento tradicional e da estratégia de relação com o mundo dos brancos, que a comunidade de Pimentel Barbosa tem implementado.

“O Centro de Pesquisa Indígena não é um lugar. É um caminho que liga a memória da criação do mundo, presente nas narrativas tradicionais e no conhecimento antigo, com o conhecimento sobre o novo, que é o trabalho do cientista e do pesquisador”, define Ailton Krenak.

A partir de 1991, o plano de manejo da fauna, que tinha como objetivo mapear os animais e conhecer seus hábitos para criar um plano de gestão da caça na TI, e era coordenado pelo ecólogo Frans Leeuwenberg, busca o apoio do WWF. Não foi fácil obter o apoio dessa instituição, porque o Projeto Jaburu era algo novo para uma organização voltada à preservação pura e simples da vida selvagem em reservas onde a caça é absolutamente impensável. No entanto, o WWF acabou por reconhecer o mérito da iniciativa, garantindo-lhe apoio técnico e financeiro.

Além do plano de manejo da fauna, foi desenvolvido dentro do projeto um viveiro de mudas nativas do Cerrado para reflorestamento da área degradada, e o experimento de coleta, identificação e processamento de frutos nativos para consumo da comunidade e comercialização.

Outro foco de atenção da iniciativa era a área cultural, que tinha como objetivo afirmar os xavante como povo de cultura diferenciada dentro da sociedade brasileira. Nesta área de atuação, em 1994, foi lançado o CD Etenhiritipá – Cantos da Tradição Xavante, o primeiro CD de música indígena brasileira. A iniciativa da gravação do CD partiu da vontade dos velhos da aldeia e ficou marcada nas palavras do ancião Wabuá Xavante: “Ninguém respeita aquilo que não conhece. Precisamos mostrar quem somos, a força de nossa cultura. Só assim vão respeitar nosso direito, porque vão entender e admirar o que temos”.

Em 1995, a aldeia de Pimentel Barbosa viveu outra experiência inovadora: a participação profissional na gravação de uma faixa do álbum Roots, da banda de

rock Sepultura. Ainda nesse ano foi criado o Centro Cultural Xavante, em Nova Xavantina-MT. A proposta desse centro cultural era a divulgação da cultura xavante, com o objetivo de transformar a relação com a população local.

Em 1998, a aldeia de Pimentel Barbosa se dividiu em duas, sendo criada a aldeia Wederã, a 15 km dali. Por questões internas da comunidade, o Projeto Jaburu chegou ao fim. Alguns módulos que faziam parte dele continuaram com outros nomes, mas muito do conceito do projeto foi incorporado pela comunidade no seu dia a dia.

Com o crescimento populacional, dentro de um processo tradicional de resolução de conflitos, no final de 2006 a aldeia de Pimentel Barbosa se dividiu novamente, sendo então criada a aldeia Etenhiritipá, a 1 km dali.

Atualmente, a aldeia Etenhiritipá desenvolve um projeto de apicultura voltado à produção de mel para consumo da comunidade. Esse projeto é fruto da relação com um grupo de ambientalistas de Bremen, na Alemanha, que visitaram a aldeia num intercâmbio na época do Projeto Jaburu.

A aldeia Wederã desenvolve hoje uma série de ações que são herança do Projeto Jaburu, como o projeto de nutrição que procura fortalecer a alimentação tradicional com a valorização dos frutos do Cerrado e a conscientização da comunidade com relação à alimentação saudável, em parceria com a ONG Nossa Tribo, e conta com o apoio do Unicef. Desenvolve também um plano de manejo do queixada, animal que faz parte da dieta tradicional xavante.

1.5. IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS ALDEIAS

No campo das políticas públicas, as iniciativas em andamento atualmente são nas áreas de educação, saúde e cultura. Nas duas aldeias estão em andamento projetos de educação escolar indígena, introduzidos pelo MEC, com coordenação da Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso. Essa imposição, de cima para baixo, aliada à falta de preparo dos funcionários públicos, leva a comunidade a reivindicar uma alternativa de educação que seja útil para a vida na aldeia, e não um conteúdo totalmente abstrato sem relação com a vida das pessoas.

Na questão da saúde, onde existe a atuação da Funasa, a mesma crítica deve ser feita. É necessário um projeto de saúde que pense as especificidades de cada comunidade. Que atue na prevenção das doenças e não apenas no tratamento. Muitos problemas de saúde encontrados entre os xavante, como pressão alta, diabetes, anemia e obesidade poderiam ser evitados valorizando a alimentação tradicional. Mas não existem políticas públicas com esse foco, apenas projetos de iniciativa da própria comunidade em parceria com organizações não governamentais.

De acordo com Sereviá Idioriê Xavante “[...] o poder público, desde 1500, ainda vê a gente como índio, não como auwë, iny, hunikuin, boe⁴. Então é sempre assim – os índios. Na atual situação política queremos que essa palavra *índio* desapareça, porque vem com a ideia de preguiçoso, bêbado, atrasado. Estamos bri-

4 Warã – conselho tribal. Espaço das reuniões, discussões e decisões envolvendo todos os homens adultos da comunidade. Local, no centro do semicírculo da aldeia, onde acontecem todas as reuniões e cerimônias.

gando muito pelo conceito de povos indígenas e estamos fazendo com que o poder público pense um pouco mais nisso e faça projetos mais interessantes. O ponto de cultura é um caminho muito interessante”.

A aldeia Wederã teve um projeto de ponto de cultura aprovado pelo Ministério da Cultura dentro do programa Cultura Viva e desenvolve, além das atividades culturais tradicionais, que já ocorriam antes do projeto, oficinas de capacitação em audiovisual e o registro em vídeo para a comunidade ver a si própria e mostrar sua cultura ao público a partir do seu próprio ponto de vista.

“O ponto de cultura na comunidade é muito interessante. As atividades de capacitação, o registro em vídeo... mas enquanto burocracia, a papelada que a gente preenche não contempla o nosso diferencial; por exemplo, eu estou falando com você em português, mas a menina que trabalhou no vídeo de nutrição xavante, o rapaz que recolheu todo material, eles falam auwë.” diz Severiá.

1.6. GOVERNANÇA NAS ALDEIAS E A GESTÃO DO PROJETO JABURU

Pode-se dizer que a gestão da iniciativa e da aldeia como um todo é um exemplo concreto de governança democrática. Todas as decisões coletivas da aldeia são tomadas no Warã, inclusive as relacionadas com o projeto. “O Warã é um conselho tribal. Espaço das reuniões, discussões e decisões envolvendo todos os homens adultos da aldeia, onde acontecem todas as reuniões e cerimônias” (XAVANTE, 1998).

Apesar de o Warã ser um espaço dos homens adultos, os homens jovens e as mulheres não deixam de estar representados nele. Os homens jovens são representados no Warã por seus padrinhos. E as mulheres são representadas por seus maridos, irmãos e pais. O poder de decisão da mulher, apesar de se dar de maneira menos visível, menos evidente, não é menos efetivo. Seu posicionamento é marcado pelo convencimento dos homens, que posteriormente encaminham ou definem as questões na esfera pública.

É no Warã que são resolvidos os conflitos, todas as questões são discutidas até que se chegue a um acordo. Caso não haja acordo é provável uma divisão da aldeia, assim as famílias que estiverem contra determinada decisão se mudam, fundando uma nova aldeia.

De acordo com Angela Pappiani “o Warã é a personificação do que a gente chama de democracia. É a solução pelo consenso...”. Os xavante daquela comunidade têm uma forma muito organizada de decisão. Dentro da aldeia existe uma rede conectando todos, os papéis são interligados, dando vida ao coletivo.

Cada indivíduo dava a sua contribuição ao projeto. Os grandes caçadores, por exemplo, estiveram à frente do trabalho com o manejo da caça, juntamente com o ecólogo. Eles possuem o mapeamento do território dentro da cabeça, então trabalhavam com o pesquisador na elaboração de mapas. As mulheres entraram com o conhecimento dos frutos do Cerrado e trabalharam com a coleta e processamento dos alimentos. Os jovens que haviam estudado na cidade, criaram a ponte entre os

pesquisadores e a comunidade. Os velhos contribuíam com o conceito e a coordenação do trabalho.

Dentro da aldeia, o projeto era tocado pela própria comunidade. Fora da aldeia, o gerenciamento era feito pelo Núcleo de Cultura Indígena, uma organização indígena, junto com Cipassé Xavante, Severiá Idiorê e Caimi Waiassé Xavante.

O planejamento das atividades era feito pela comunidade com base nas estações do ano. A logística, a ida dos pesquisadores a campo, tudo isso era pensado de acordo com o melhor período para realizar cada trabalho. A avaliação oral por parte da comunidade era constante e acontecia no Warã. Dessas avaliações saíam os rumos a seguir.

Em São Paulo, sede do NCI, também aconteciam reuniões de avaliação, ao menos duas vezes ao ano, com todos os envolvidos na experiência: membros da comunidade, pesquisadores e equipe do NCI. Os parceiros internacionais também participavam das avaliações, realizavam auditorias e visitas a campo. Existia tanto um controle institucional e financeiro quanto de conteúdo e conceitos. Eram elaborados relatórios técnicos como ferramenta para o pesquisador e para acompanhamento do projeto, e relatórios de atividades com os avanços, dificuldades e avaliações.

1.7. RESULTADOS E DESAFIOS

Os resultados da experiência não se colocam apenas no âmbito do projeto. Eles se colocam num âmbito mais amplo, que é o da estratégia do povo xavante de Pimentel Barbosa, de constante adaptação e constante aprendizado para sobreviver. Apesar de, hoje, o povo xavante não correr mais o risco de desaparecer, permanece como desafio sua manutenção como povo auwë.

O Rô é um conceito muito importante para esse povo, difícil de traduzir, mas que se pode expressar como o universo em constante transformação e criação, como o espírito da criação. A cerca de arame farpado, o território delimitado fechando o horizonte faz com que o povo auwë fique parado, não circule mais. E assim o Rô não se sustenta. Esse espírito da criação, esse Rô, deve ser mantido em equilíbrio, e esse é o grande desafio, é esse o objetivo maior de todo o trabalho que vem sendo desenvolvido.

Toda a ação dessa comunidade para garantir a preservação do território, para “pacificar os brancos”, para se relacionar, é uma busca desse equilíbrio, do bem viver. Não é possível pensar em sucesso sem esse equilíbrio. O desenvolvimento para esse povo é ter todos os elementos necessários para a vida em equilíbrio. O Projeto Jaburu nasce da busca por esse equilíbrio e, de lá para cá, houve muitos avanços nesse sentido.

No âmbito do projeto pode-se considerar que os resultados concretos foram: um primeiro levantamento cartográfico do patrimônio físico e cultural da reserva; diversas realizações culturais destinadas a informar a sociedade contemporânea sobre o povo xavante, visando vencer preconceitos; a criação de novas tecnologias

de aproveitamento de frutos do Cerrado, com processamento de farinhas e conservas; abertura de duas estradas na reserva, facilitando o acesso aos recursos naturais e à vigilância do território; recuperação da mata nativa da área degradada da reserva; incorporação do conceito de manejo e, conseqüentemente, aumento da população de animais.

Os desafios para o desenvolvimento da experiência começaram com a dificuldade em encontrar profissionais capacitados para trabalhar no projeto. Não existiam, naquela época, pesquisadores com conhecimentos sobre plantas nativas do Cerrado e manejo de animais silvestres. Os pesquisadores não sabiam, por exemplo, como despertar algumas das sementes nativas da dormência, provocando sua germinação nos viveiros de mudas. O conhecimento tradicional teve contribuição fundamental. Foi na conversa com os velhos, por exemplo, que descobriram que algumas sementes só brotavam depois de digeridas pela anta.

Durante o desenvolvimento do trabalho, a relação dos pesquisadores com a comunidade foi um campo muito delicado, pois estes, muitas vezes, tinham uma posição arrogante e de superioridade em relação aos indígenas. Poucos tiveram humildade para reconhecer o conhecimento que aquelas pessoas tinham daquele lugar e foram capazes de desenvolver trabalho em equipe. O NCI e a Associação Xavante de Pimentel Barbosa tiveram papel importante nessa interlocução.

Conseguir apoio financeiro para a iniciativa, no Brasil, foi outro desafio. O apoio veio primeiro de instituições internacionais. As instituições brasileiras não estavam preparadas para trabalhar diretamente com os povos indígenas, que eram vistos como relativamente capazes, como expressava a própria Constituição. Então, preferiam entregar o dinheiro para organizações “donas dos índios”.

O NCI e a associação da aldeia tiveram o grande mérito de conseguir provar sua capacidade de planejamento e gerenciamento de altas somas de recursos. Reflexo disso é que, hoje, a Gaia Foundation, uma das apoiadoras internacionais do projeto, em sua comemoração de 20 anos, elegeu o trabalho do Centro de Pesquisa Indígena como uma de suas experiências de sucesso a serem divulgadas.

Como já foi mencionado, o projeto se dividia em quatro áreas prioritárias: viveiro de mudas nativas do Cerrado para reflorestamento; plano de manejo da fauna; experimento de coleta, identificação e processamento de frutos nativos do Cerrado; e afirmação como povo de cultura diferenciada dentro da sociedade brasileira. Em cada um desses pontos pode-se identificar avanços, desafios e inovações específicas que serão tratados a seguir.

O viveiro de mudas implantado na aldeia não foi incorporado por toda a comunidade. O cuidado minucioso exigido com as mudas nativas, o acompanhamento de seu desenvolvimento e o plantio no campo não funcionaram de forma eficiente dentro da realidade daquela aldeia. O que aconteceu, de fato, foi a recuperação mais natural da área que passou a ser frequentada pelos xavante que, além do plantio das mudas, começaram a jogar sementes diversas pelo chão e, pouco a pouco, o Cerrado foi se recuperando e os animais voltando.

O conhecimento tradicional dos anciões, aliado ao conhecimento científico dos pesquisadores, foi fator determinante para reverter o quadro de devastação da mata nativa de um terço do território.

O aumento dos animais na reserva estava diretamente ligado à recuperação dessa área, mas também ao manejo da caça, já que os animais, como os próprios xavante, estavam confinados a um território demarcado, cercado de fazendas por todos os lados. A equipe do NCI foi buscar ajuda de pesquisadores nas universidades e zoológicos, mas naquela época não encontraram pessoas no Brasil com conhecimentos sobre o hábito dos animais silvestres na natureza. O plano de manejo de caça só pode ser concretizado com a vinda de Frans Leeuwenberg, ecólogo que trabalhava com animais nas savanas da África.

A relação com o WWF, um dos apoiadores do trabalho de manejo de caça depois de implantado, foi muito difícil. De acordo com os envolvidos na gestão da experiência, essa instituição não entendia e não respeitava a metodologia desenvolvida juntamente com a comunidade. Depois de curto período desse apoio, o projeto parou, mas o manejo teve continuidade da maneira como foi incorporado pela comunidade.

O experimento de coleta, identificação e processamento de frutos nativos do Cerrado tinha como objetivo disponibilizar para consumo e comercialização os frutos tradicionalmente coletados pelos xavante. Assim, processados como farinhas ou conservas, esses frutos sazonais estariam disponíveis em diferentes épocas do ano. Essa ideia de fazer os alimentos durar não fazia parte do pensamento xavante, e a experiência não estava funcionando como imaginado. Após esta avaliação, esse módulo do projeto foi encerrado. Porém, contribuiu para a valorização da alimentação tradicional e popularização dos frutos do Cerrado na região centro-oeste do Brasil, com o processamento desses frutos sendo incorporado por comunidades não indígenas que vivem no Cerrado e que foram capacitadas pela Universidade de Goiás com base no aprendizado adquirido no Projeto Jaburu.

Paralelo ao trabalho de recuperação do território e da alimentação tradicional vem o de divulgação cultural. “Eventos e projetos culturais (palestras, gravação de CD com músicas tradicionais, troca de visitas com membros da Comunidade Europeia, organização de um Centro de Cultura Xavante em Nova Xavantina etc.) – realizados pela comunidade como desdobramentos do Projeto Jaburu – contribuíram para aumentar a compreensão das diferenças culturais e fomentar o respeito mútuo entre brancos e índios.” Afirmo o pesquisador Alessio (Programa Gestão Pública e Cidadania, 2004.)

O lançamento do CD e do videoclipe Etenhiritipá, exibido pelo programa Fantástico, da Rede Globo, colocou a comunidade na mídia em nível nacional e, na época, teve impacto enorme na população dos municípios vizinhos à TI. A participação no álbum Roots, da banda de rock Sepultura, colocou esse povo novamente na mídia, agora nacional e internacional. Esses produtos culturais, além de gerar recursos financeiros para a comunidade, têm grande impacto dentro da aldeia Pi-

mentel Barbosa. É um avanço, pois a partir daí eles começam a ser reconhecidos como xavante, com identidade própria e não mais como “índios” genéricos. Esse reconhecimento externo tem valor inestimável para quem vive na aldeia, com um impacto positivo, pois fortaleceu a identidade, a autoestima, valorizou a cultura desse povo, e isso foi sentido com muita força.

Esse espaço na grande mídia representa uma quebra de paradigma. Os “índios”, que até então foram retratados pela mídia apenas de maneira negativa, como ignorantes, bárbaros, obstáculo ao progresso, se colocam pela primeira vez de maneira positiva, mostrando seu conhecimento e a beleza de sua cultura.

A criação do Centro de Cultura Xavante, em Nova Xavantina, também teve resultado muito positivo. Na época, o preconceito na região era muito grande, chegando ao ponto de os indígenas serem impedidos de frequentar restaurantes e hotéis nas cidades vizinhas ao seu território. “As pessoas compareceram à inauguração do Centro Cultural com muito medo, pensavam que era uma armadilha dos “índios” para juntar todo mundo lá e acabar com eles, mas saíram de lá com outra impressão, encantados com o que viram: as fotografias, o coquetel com frutos nativos, a gentileza, a beleza daquelas pessoas que, até então, eles viam passando pela cidade, mas não conheciam”, relata Angela Pappiani.

O projeto “Xavante – 50 anos de contato” produziu o livro *Wamrême Za’ra – Nossa palavra, mito e história do povo xavante*, o documentário Auwê Uptabi – O Povo Verdadeiro, e apresentações de canto e dança ritual nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. O livro *Wamrême Za’ra – Nossa palavra* traz uma grande inovação: pela primeira vez, a autoria dos anciãos da aldeia é reconhecida.

Outro ponto importante do livro, do CD e do documentário é que todos esses produtos culturais foram gerados dentro da comunidade, como ideias próprias, desenvolvidos da maneira deles. Além disso, com esses trabalhos, o povo xavante toma consciência de que se o conhecimento do “branco” tem valor, o deles também tem, e buscam apoio jurídico para o registro dos direitos que passam a gerar recursos para a comunidade.

Esse é um novo campo para as comunidades indígenas, o dos direitos autorais, de imagem e de propriedade intelectual. Esse campo faz parte do novo paradigma de produção e consumo para esses povos, que até então tinham sua imagem e seus conhecimentos expropriados por pesquisadores, fotógrafos e outros, sem receber nem mesmo reconhecimento. Neste novo paradigma, passam a ser protagonistas na produção do conhecimento e a ter retorno, inclusive financeiro, com essas atividades.

O Projeto Jaburu teve sua importância reconhecida pelo Programa Gestão Pública e Cidadania, uma iniciativa conjunta da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (EAESP/FGV) e da Fundação Ford, sendo premiado dentro do Ciclo de Premiação de 1996.

Como vimos, os resultados dessas ações não beneficiaram apenas a comunidade de Pimentel Barbosa. Os pesquisadores se beneficiaram com o conhecimento

produzido pela experiência. As comunidades locais tiveram como benefício a criação de alternativas econômicas, como o processamento dos frutos do Cerrado. A sociedade brasileira pôde conhecer um pouco mais da diversidade cultural do país, da riqueza do Cerrado que só agora começa a ser percebida.

Os impactos da iniciativa são sentidos, hoje, nas aldeias de Pimentel Barbosa, que procuram dar continuidade ao trabalho, preservando a mata nativa no território, tentando manter suas tradições, afirmando sua identidade, buscando um equilíbrio nas relações com a sociedade envolvente.

2. CAMPO NO QUAL A EXPERIÊNCIA ESTÁ INSERIDA

O campo no qual a experiência analisada está inserida é, de forma ampla, o da própria questão indígena no Brasil.

Vivem hoje nesta região que identificamos como Brasil, o país de maior extensão territorial da América Latina, cerca de 220 etnias falando mais de 180 idiomas (PAPPIANI, 2009), em milhares de aldeias escondidas nas florestas, nas regiões de Cerrado, no sertão, nas praias do litoral e espremidas nas periferias das cidades. Uma população estimada em 735 mil pessoas de acordo com o IBGE, com diferentes culturas, maneiras de enxergar e expressar o mundo, mas ligadas por um traço em comum que é a tradição, a memória da criação do mundo, o movimento constante de recriação da vida.

Estima-se que quando os portugueses chegaram aqui, no século XVI, havia uma população indígena entre 2 e 4 milhões de pessoas, cerca de mil etnias diferentes (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2010) localizadas em toda a extensão do território. Ao longo dos séculos de ocupação, essa população foi reduzida drasticamente por guerras e epidemias. Sucessivas migrações deslocaram povos inteiros de seus territórios tradicionais, em busca de lugares mais seguros.

Nos últimos 400 anos, o processo de colonização alterou profundamente o ecossistema original, transformando regiões ocupadas pela Mata Atlântica, pelo Cerrado e por campos naturais em pastagens, monoculturas e grandes cidades. Essas transformações alteraram também a vida dos grupos indígenas que conseguiram sobreviver, exigindo das novas gerações um esforço de adaptação à nova realidade.

Atualmente, o Brasil é dos poucos países do mundo que ainda abriga povos indígenas sem nenhum contato com o “homem branco”. São cerca de 50 grupos indígenas (PAPPIANI, 2009) dos quais se tem notícia, que fogem sistematicamente do contato.

Por outro lado, há dezenas de outros grupos que, como a comunidade de Pimentel Barbosa, criaram novos padrões de relação com a sociedade nacional, estabelecendo associações indígenas, desenvolvendo atividades e projetos para proteção e defesa de seu território, para recuperação de áreas degradadas e pesquisa de alternativas para comercialização de produtos florestais renováveis. Dessa forma, esses grupos buscam caminhos novos de convivência com os “estrangeiros”, alternativas econômicas que atendam às necessidades incorporadas após o contato e que lhes permitam, ao mesmo tempo, viver dentro de sua cultura.

Os povos indígenas, depois de passarem à história como personagens do passado ou como exóticos e bárbaros obstáculos ao progresso, mudaram radicalmente essa imagem na década de 1980. Reuniões, assembleias e encontros puseram em contato etnias que não se conheciam, mas que defrontavam um inimigo comum: a ideia de progresso. Grupos tradicionalmente inimigos se uniam em torno de um objetivo: defender seus territórios e cultura. Para tanto, os povos indígenas tiveram

que aprender muito sobre os estrangeiros e incorporar conceitos, recursos e tecnologias que não faziam parte de sua tradição. Surgia assim, pela primeira vez no Brasil, um movimento indígena organizado de expressão nacional, a União das Nações Indígenas – UNI.

Esse período da história do Brasil foi também muito importante para toda a sociedade brasileira. Depois de mais de 20 anos de ditadura, a sociedade civil volta a se organizar por eleições diretas e pela Constituinte. Esse ambiente favorável contribuiu para o fortalecimento do movimento indígena, incorporando reivindicações dos grupos étnicos a uma luta maior pelo reconhecimento dos direitos civis.

Dentro de todo esse contexto, como resultado natural da expansão do movimento reivindicatório fundamentado na cultura e na tradição, em 1985 é criado o Núcleo de Cultura Indígena – NCI, uma organização não governamental dirigida por pessoas indígenas, com o objetivo de proteger e divulgar a cultura tradicional.

O Núcleo de Cultura Indígena foi parceiro da comunidade de Pimentel Barbosa na criação do Projeto Jaburu. Outra iniciativa do NCI foi o primeiro programa de rádio dirigido e apresentado por indígenas – o Programa de Índio, que esteve no ar durante cinco anos e integrou a programação da Rádio Universidade de São Paulo. A estreia do programa, em 1985, mobilizou a mídia e os ouvintes em torno de uma ideia original e que espantava pela ousadia. O Programa de Índio entrou no ar diretamente das regiões mais distantes para denunciar, em primeira mão, invasões de territórios, desrespeito ao direito dos povos indígenas, conflitos e manifestações. O rádio integra, a partir de então, um novo conjunto de instrumentos usados para criar laços de amizade e alianças, para conquistar respeito, resgatar o orgulho e a autoestima.

O movimento indígena estruturou-se reivindicando a demarcação de terras e a autodeterminação. A UNI desempenhou importante papel na defesa dos direitos indígenas na Constituinte. Em 1987, aliada ao movimento pró-índio, preparou e coletou assinaturas para uma emenda popular contendo uma proposta de capítulo sobre as populações indígenas. As emendas populares da UNI foram defendidas no plenário do Congresso Nacional pelo líder indígena Ailton Krenak. “Através de vigília permanente no Congresso Nacional, mais de uma centena de índios representando dezenas de povos indígenas acompanhou as negociações para a votação do capítulo “Dos índios”, até a vitória final na promulgação da nova Constituição, a 5 de outubro de 1988” (FREIRE & OLIVEIRA, 2006).

A partir de 1989, com a Constituição brasileira garantindo o direito sobre os territórios, cultura e tradição, a luta dos povos indígenas foi tomando outros rumos, buscando agora a consolidação dos territórios, a ocupação efetiva e consciente das áreas reservadas e a criação de alternativas econômicas.

Com os territórios demarcados e uma população crescente, com recursos naturais limitados e ameaçados pela presença de fazendas e cidades nos limites das áreas indígenas, como garantir para as novas gerações qualidade de vida, manutenção de ritos e costumes e preservação dos valores tradicionais?

Essas questões apareciam com muita clareza no pensamento dos velhos, das gerações que em muitos povos experimentaram a vida antes do contato e sentiram, de maneira mais intensa, os reflexos da presença dos estrangeiros em seus territórios.

E essas questões foram tomando forma, exigindo decisões, impondo novos rumos ao trabalho. Assim, em 1989, dentro de um processo de avanços e acompanhamento da realidade, surgia dentro do NCI o Programa de Formação e Apoio à Pesquisa, base do Centro de Pesquisa Indígena – CPI.

O CPI foi de fundamental importância nesse momento, criado com o objetivo de buscar respostas para a consolidação dos territórios indígenas, com alternativas econômicas e culturalmente viáveis.

Durante os quatro anos de atividades do CPI, a partir de sua base em Goiânia, foram desenvolvidos cinco programas específicos: experimentos com manejo de animais silvestres e criação em cativeiro de cateto, queixada e capivara; manejo de ambientes aquáticos com criatório de cinco espécies de peixes e camarão nativos; cultivo de 47 espécies de plantas nativas (coleta, seleção, germinação, transferência para campo, acompanhamento); desenvolvimento de tecnologias de coleta, processamento e comercialização de frutos nativos; e agricultura regenerativa.

Esse trabalho rendeu muitos frutos e, a partir de então, começavam a surgir pelo Brasil outras experiências como o Projeto Jaburu. No vale do rio Doce, no Sudeste do país, nas floretas do Juruá, no extremo Noroeste, as comunidades indígenas passam a desenvolver projetos de reflorestamento, de manejo e criação de animais silvestres, de aproveitamento de recursos florestais renováveis, com vistas a criar alternativas para a vida nas reservas.

Na área Krenak, no município de Resplendor, vale do Rio Doce, dois jovens que participaram do Programa de Formação do CPI foram os responsáveis pelo trabalho de reintrodução de animais silvestres e de reflorestamento da reserva, com a implantação de um viveiro de espécies nativas e transferência de mudas para o campo.

No Acre, o CPI envolveu, num trabalho conjunto, os povos ashaninka do rio Amônia, kaxinawá do Breu e yawanawá do Gregório, para executar projetos piloto nas áreas de: fauna, com diagnóstico de caça e pesca e proposta de plano de manejo; pesquisa e aproveitamento de recursos naturais renováveis, com pesquisa e identificação de aproveitamento econômico de óleos, essências e sementes nativas; couro vegetal, com desenvolvimento de processo e tecnologia apropriados para produção comercial de lâminas de tecidos impermeabilizados com látex, comercialmente identificados como Treetap.

O impacto dessas iniciativas nessas regiões foi a criação de alternativas para a fixação dessas populações indígenas em suas áreas, protegendo e preservando seu território e patrimônio, com saídas econômicas viáveis do ponto de vista cultural e ambiental.

Em 1990 nascia a Aliança dos Povos da Floresta, fruto do trabalho iniciado com Chico Mendes, integrando numa mesma luta índios, seringueiros e ribeiri-

nhos do Acre. Entre 1990 e 1992, o CPI foi sede de encontros de líderes ribeirinhos e seringueiros no processo de luta pela demarcação das reservas extrativistas e formulação de uma política de proteção e manejo para esses territórios.

Outro marco importante na questão indígena foi o Encontro Indígena de Altamira, em 1989, que reunificou e fortaleceu o movimento indígena na defesa de seus recursos naturais. Convocado para discutir a implantação de hidrelétricas no rio Xingu, o encontro consolidou um novo discurso indígena como defensor do meio ambiente, posteriormente consagrado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), realizada no Rio de Janeiro (FREIRE & OLIVEIRA, 2006.)

Após a ECO 92, “o processo de demarcação de terras indígenas foi acelerado e ficou definida a anuência governamental para numerosos projetos de preservação ambiental. Foram estabelecidas parcerias com agências multilaterais (Banco Mundial, BID, Comunidade Econômica Europeia, Grupo dos 7 etc.) que contam com apoio político da opinião pública internacional” (Idem).

Dentro da macropolítica planetária, as áreas indígenas passaram a ser pensadas como importantes unidades de conservação. No governo brasileiro, a adaptação foi bem mais lenta, mas, progressivamente, os ministérios (como o da Justiça e o do Meio Ambiente) e as fundações (como a Funai e o Ibama) estabelecem novos procedimentos e programas desenvolvidos com recursos da cooperação internacional. Surge, assim, o Projeto Piloto de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil – PPTAL, no âmbito da Funai, e o Programa de Desenvolvimento dos Povos Indígenas – PDPI, no âmbito do MMA.

No início dos anos 90, um conjunto de decretos veio transferir da Funai para os ministérios específicos as atribuições de assistência ao índio, no que tange à educação, à saúde e ao desenvolvimento... Atualmente existem programas e carteiras voltados para o atendimento aos indígenas em diferentes ministérios – Meio Ambiente (MMA), Desenvolvimento Agrário (MDA) e Desenvolvimento Social (MDS) (FREIRE & OLIVEIRA, 2006).

Nesse período, as agências financiadoras passam a destinar recursos diretamente às comunidades alvo e às iniciativas locais, sendo priorizados como parceiros ideais aqueles identificados como mais próximos dos grupos executores. As organizações indígenas passam a apresentar-se como os mais adequados postulantes de projetos de desenvolvimento e proteção ambiental. As regras e diretrizes desse novo contexto logo conduziram a um acentuado crescimento das organizações indígenas. No ano 2000, só na Amazônia, existiam 183 organizações indígenas (Idem).

Atualmente, comunidades como os ashaninka do rio Amônia, no Acre, entram no mercado de carbono. Os suruí, nos estados de Rondônia e Mato Grosso, e os tembé, no Pará, também ganharão para preservar a floresta, emitindo créditos de carbono. Este novo campo de pagamento por serviços ambientais pode ser considerado como alternativa viável, levando em consideração que a maior parte das florestas preservadas do Brasil está em áreas indígenas.

Apesar dos avanços no debate sobre as questões ambientais, estas continuam sendo deixadas em segundo plano no atual modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil. O Programa de Aceleração de Crescimento – PAC, do governo federal, visa somente o crescimento econômico e de maneira imediatista, sem levar em conta a gestão dos recursos naturais. A pressão exercida por esse modelo de desenvolvimento continua a exigir dos povos indígenas a criação de alternativas compatíveis com seu modo de estar no mundo.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS: ANÁLISES TRANSVERSAIS

3.1. POLÍTICAS PÚBLICAS

A Convenção Sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes 169/OIT, da qual o Brasil é signatário, assegura o direito dos povos indígenas viverem e se desenvolverem como povos diferenciados, em conformidade com seus próprios padrões. A Constituição brasileira também reconhece aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

Porém, de nada vale a criação de todas essas normas se elas não são respeitadas, se não são colocadas em prática.

O reconhecimento do direito dos índios à alteridade, de serem tratados de forma diferenciada, é o norte que deve orientar os planos de governo, a execução de políticas públicas [...] é absolutamente imperioso o respeito aos preceitos contidos na Constituição em vigor e na Convenção 169/OIT [...] para que as normas integradoras do sistema de proteção aos indígenas tenham eficácia (SANTOS FILHO, 2006, p. 139).

Não é isso que tem sido observado na experiência das comunidades indígenas com o poder público em relação à educação, à saúde, às políticas culturais, e mesmo na demarcação dos territórios.

O Estado deve adotar políticas públicas que proporcionem efetividade às normas de direitos humanos [...] sobretudo a Convenção 169/OIT, que se encontra em plena vigência no país, não descuidando as obrigações assumidas quando da aceitação das propostas da Agenda 21 (ONU-Rio/1992), promovendo assim a necessária eficácia ao direito indigenista, ao perseguido desenvolvimento sustentável e aos direitos humanos (Idem, p. 136).

O que observamos na prática é que as terras indígenas não representam os territórios tradicionalmente ocupados por esses povos, como previsto na Constituição. Pelo contrário, elas são ínfimas parcelas do que eles – povos originários – consideram como território tradicional.

O capítulo relativo à terra da Convenção 169/OIT recomenda que, caso a terra se torne pequena para determinado povo, deverá ser ampliada; que terras mesmo não consideradas tradicionalmente ocupadas, mas utilizadas pelos indígenas para sua sobrevivência, devem ser incluídas nos processos de demarcação; que as terras indígenas não devem ser apenas aquelas onde estão localizadas suas moradias, mas terras utilizadas para rituais, cultura, sobrevivência física e cultural.

Mas o Estado não cumpre com essas recomendações e grande parte da sociedade brasileira considera um absurdo esses direitos previstos para os povos indígenas. Não entendem o modo de vida dessas comunidades, e que para sustentar esse modo de vida é preciso um território amplo, com água limpa, com mata nativa onde buscam alimento e matéria-prima para a construção de suas casas, de seus adornos, onde estão seus ancestrais. Essas pessoas dizem: “Para o que eles preci-

sam de tanta terra? Não produzem nada. É um absurdo, um obstáculo ao progresso do país”.

Mas “se o progresso não é partilhado por todo mundo, se o desenvolvimento não enriqueceu e não propiciou o acesso à qualidade de vida e ao bem-estar para todo mundo, então que progresso é esse? Parece que nós tínhamos muito mais progresso e muito mais desenvolvimento quando a gente podia beber a água de todos os rios daqui, que podíamos respirar todos os ares daqui...” (KRENAK *in* NOVAES, 1999).

Com relação à educação escolar indígena, essas escolas deveriam ter mais autonomia, desde a arquitetura do prédio que vai abrigar a escola, para que as pessoas tenham vontade de frequentar o espaço, à criação de seus currículos, para que eles sejam úteis à vida. De que serve um aprendizado que não se relaciona com a sua vida? Não faz sentido. Não adianta de nada uma educação de cima para baixo, criada fora do contexto, da realidade das pessoas. Existem muitas pessoas indígenas que conhecem a realidade de suas comunidades e sabem o que querem e o que não querem da educação escolar. O que falta é o poder público parar e escutar essas pessoas, dialogar e construir junto um projeto interessante para a realidade específica de cada comunidade. E não uma proposta genérica, que vem de dentro do gabinete e não admite flexibilidade.

Severia Idioriê, coordenadora da Escola Wederã, nos dá um exemplo concreto: “A matemática pode ser útil na triangulação dos queixadas, para calcularmos o número de queixadas de um determinado bando e a área que esse bando ocupa”, mas diz que ainda é difícil encontrar profissionais que entendam essa realidade e consigam trabalhar com essa interdisciplinaridade.

A saúde indígena, no que tange às políticas públicas, é um escândalo. A atuação da Funasa está mais para a promoção da doença que para a promoção da saúde. A corrupção, em todos os níveis da instituição, impede que seja realizado um trabalho sério, mesmo por parte de organizações indígenas interessadas em reverter esse quadro calamitoso.

A saúde indígena, onde se vê saúde, é promovida pelas próprias comunidades por meio de seus pajés e curandeiros. É nesse âmbito que deveria haver um investimento. Incentivando as práticas de cura tradicionais, valorizando o trabalho do pajé para que ele não seja abandonado pelas novas gerações. Os hábitos de alimentação saudável também devem ser incentivados em detrimento do consumo cada vez maior de alimentos com sal, açúcar e gordura, que têm prejudicado muito as comunidades. Deve ser feito um trabalho preventivo, educativo, promovendo a saúde, e não focando todos os esforços para remediar as doenças.

O programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura, é um caminho positivo no sentido de dar espaço, de dar voz a esses pequenos produtores de cultura. Por meio desse programa têm sido criados os Pontos de Cultura Indígena, um trabalho que está começando, mas que tem grande potencial de gerar mudanças. O desafio maior é impedir que a burocracia que envolve esse programa emperre o

funcionamento do mesmo, permitindo a participação de comunidades que não possam atender a toda a papelada exigida para contratação e prestação de contas dos projetos.

O maior problema da questão indígena no Brasil é que o Brasil não conhece os povos indígenas, e como dizia o sábio ancião Xavante Wabuá: “Ninguém respeita aquilo que não conhece. Precisamos mostrar quem somos, a força de nossa cultura. Só assim vão respeitar nosso direito, porque vão entender e admirar o que temos”.

Portanto, é essencial a criação de novas políticas na área cultural, também com foco no público das cidades, para que o povo da cidade passe a conhecer esses habitantes originários do nosso país. Políticas que, junto com os Pontos de Cultura que acontecem dentro das aldeias, venham a contribuir para mudar essa situação.

Um caminho interessante poderia ser a criação de centros culturais, espaços culturais em que os povos indígenas possam mostrar sua cultura, realizar apresentações, exposições, palestras, rodas de conversa, comercialização de seu artesanato. Um espaço de troca e interação física real, não virtual, onde os artistas dessas comunidades pudessem mostrar seu trabalho.

Outro ponto importante a ser questionado é a legitimidade dos conselhos que atuam nas diversas áreas, nos âmbitos municipal, estadual e nacional. Esses conselhos, originalmente criados para orientar a formulação de políticas públicas para os povos indígenas, muitas vezes são compostos por uma maioria de brancos e os indígenas figuram apenas como cenário. Na prática, o conselho acaba servindo para dar legitimidade a decisões já tomadas à revelia das comunidades.

3.2. O BEM VIVER

O bem viver, para os povos indígenas, está diretamente ligado às questões de garantia do território com um ambiente saudável. O ar, a água, os animais, a mata, o espírito da criação, tudo está interligado. Não é possível viver bem numa área delimitada que deixa de fora as nascentes dos rios ou a morada dos espíritos.

O Rô deve estar em equilíbrio, e para isso é preciso estar em sintonia com a natureza, com a família, com a comunidade, com os espíritos. A natureza, o planeta Terra é a nossa casa, de toda a humanidade.

“Aprendemos a conhecer e a viver neste lugar. Este território é fundamental para continuar nossa tradição. Tudo que precisamos para nossa vida está aqui. O alimento, a palha de buriti para as casas, cestos e esteiras, a madeira mais apropriada para os brincos, as bordunas, os arcos e flechas”, diz Wabuá Xavante (PAPPIANI, 2009). Além do ambiente saudável, as boas relações são fundamentais para o bem viver. Não só dentro da família e da comunidade, mas também com o warazu.

Não é possível se sentir bem se você é tratado como um ser sem alma, sem direitos, sem valor. Ter a cultura valorizada, ser reconhecido como pertencente ao povo auwê, não como “índio”, aumenta a autoestima, faz se sentir bem, se sentir reconhecido como gente verdadeira, como povo verdadeiro, habitante originário dessa terra. Esse é um indicador de qualidade de vida para essas pessoas.

Ter recursos financeiros para as necessidades materiais da comunidade também é considerado importante. Como o carro para transportar as pessoas até a cidade ou até os pontos mais distantes da reserva. Este é, entre os bens materiais, o de maior destaque para a comunidade de Pimentel Barbosa.

A falta de tempo para estar com a família, com a comunidade, foi apontada como ponto negativo para os homens, líderes da comunidade, que vivem se ausentando para reuniões, encontros e formações fora da aldeia. Eles reivindicam que alguns desses encontros e reuniões poderiam acontecer lá. Por que são sempre eles que têm de ir ao encontro do outro, e nunca o contrário?

Por outro lado, viajar e conhecer outros lugares e pessoas diferentes é apontado como positivo. Como fator que contribui para ampliar os conhecimentos e a visão de mundo. Pode-se então considerar que o projeto contribuiu para melhorar o bem viver da comunidade. Ele foi avaliado, na língua xavante, como wëdi, que quer dizer positivo, bom, bonito.

É óbvio que não se atingiu o ideal. Existem muitos problemas e há muito a ser feito. Em todos os aspectos citados existem pontos que precisam ser trabalhados, e essa é uma batalha constante que não acaba nunca. Afinal, o paradigma hegemônico do “progresso” exercendo pressão sobre esses modos de vida tão diferentes está aí. A sociedade envolvente ainda não está preparada para lidar com essas diferenças. Elas são ameaçadoras.

Para a sociedade xavante, muito do que vem de fora ainda exerce um poder encantador. O embate é constante. O alimento do branco, a moto, a câmera, são objetos de desejo. Como disse Caimi Waiassé: “Para os jovens, principalmente, o lado de fora parece como o paraíso, mas é porque eles ainda não experimentaram viver lá e não viram como é duro, como é difícil, lá fora ainda somos vistos como alienígenas”. De acordo com Severiá, “fora da aldeia você deixa de ser índio, mas sem chegar a ser branco”. Essa é a realidade enfrentada por quem decide ir viver na cidade.

3.3. GÊNERO

As desigualdades entre homens e mulheres são construídas pela sociedade, e não determinadas pela diferença biológica entre os sexos. Elas são uma construção social. Meninos e meninas são educados para adquirir características e atribuições correspondentes aos considerados papéis femininos e masculinos. As crianças são levadas a se identificar com modelos do que é feminino e masculino para melhor desempenharem os papéis correspondentes. Porém, na nossa sociedade, os papéis atribuídos às mulheres não são só diferentes dos do homem, são também desvalorizados. Por isso, as mulheres vivem em condições de inferioridade e subordinação em relação aos homens (FARIA & NOBRE, 1997).

Essa desigualdade social entre homens e mulheres não aparece dentro da aldeia. Os papéis são distintos e bem definidos dentro da tradição, baseados em valores cosmológicos de igualdade, equilíbrio, reciprocidade e complementaridade.

Complementaridade vertical e não horizontal. Homens e mulheres são complementares, construindo o equilíbrio da sociedade. Um não é mais valorizado que o outro. Os dois são reconhecidos como fundamentais para que exista o bem-estar da família e da comunidade.

Na aldeia, homens abrem roça, caçam, pescam, participam do cuidado e da criação dos filhos, fazem esteiras, armas, cestas, cuidam da vigilância do território, são responsáveis pela madeira e construção da estrutura da casa. Quando exercem um trabalho remunerado, o recurso é usado em benefício da sua família. O território de poder do homem é o pátio e o entorno da aldeia.

Mulheres cuidam da roça, coletam frutos e tubérculos do Cerrado, pegam lenha, cozinham, buscam água, geram e participam do cuidado e da educação dos filhos, fazem cestos, colares e são responsáveis pela matéria-prima utilizada na confecção dos objetos de uso cotidiano, buscam a palha e fazem a cobertura da casa. O território de poder da mulher é a casa.

Essa divisão do trabalho tem base na tradição e não é contestada. Homem e mulher se complementam, e é essa união de esforços, de conhecimentos, que gera os frutos para a manutenção da família, que é a base do coletivo. Dentro da visão tradicional xavante, ninguém pode viver sozinho. A família é o núcleo fundamental e, para sua sustentação, as responsabilidades e atividades precisam ser divididas entre seus membros, não podem ser delegadas a outra pessoa mediante pagamento, são específicas dos pais e das mães, avós e avós, tios e tias, homens e mulheres. As mulheres de Pimentel Barbosa não gostam de se ausentar da aldeia. Raramente saem, por opção própria. Para elas, o cuidado com o futuro do povo xavante é sua responsabilidade, pois geram as novas gerações, transmitem a elas o conhecimento ancestral. Aos homens, guerreiros, cabe a responsabilidade pela proteção do território e pelo alimento que não brota da terra.

É importante reconhecer que fora dessa esfera da aldeia, da tradição indígena,

[...] a violência contra as mulheres – indígenas, negras, migrantes, pobres – é uma das faces mais perversas do autoritarismo que está na gênese do projeto colonial brasileiro. É um dos signos da intolerância vigente no Brasil nos últimos cinco séculos. No período colonial, as mulheres indígenas eram arrebatadas à força de suas aldeias para servir a seus algozes, concebendo e gerando braços para o trabalho. Hoje, elas são arrebatadas no sentido profundo de conceber, laceradas no corpo e na alma com a esterilização em massa, estratégia sofisticada de extinção dos povos indígenas. Essa e outras formas de violência são motivos para grande preocupação, exigindo uma resposta coletiva, que começa a ser construída nos movimentos de mulheres indígenas em diversas regiões do país (CIMI, 2011).

3.4. DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

Até a década de 1980 não existiam políticas públicas afirmativas para os povos indígenas. Então, algumas comunidades buscavam por conta própria recursos, parcerias e apoio para desenvolver projetos visando um desenvolvimento sustentável dentro de territórios demarcados.

As políticas públicas, com seu formato engessado, e as instituições que definem e executam essas políticas têm dificuldade em lidar com as especificidades de cada cultura. E as comunidades indígenas, com suas dinâmicas próprias, têm dificuldade em lidar com essa forma institucionalizada de fazer as coisas.

O desafio de viver em um território demarcado, cercado por cidades e fazendas e ainda gerar os bens necessários para a vida, e se relacionar com a sociedade envolvente sem deixar suas raízes, sem deixar de ser “gente verdadeira”.

O novo paradigma de desenvolvimento que se coloca para estas comunidades traz muitos desafios. Não só para os xavante de Pimentel Barbosa, mas para os povos indígenas como um todo, que se viram obrigados a criar alternativas de produção e consumo para sua suficiência, e de relação com os estrangeiros para sua sobrevivência.

Suficiência, porque esses povos não baseavam sua economia na subsistência, no mínimo necessário para sobreviver, e sim no suficiente para viver bem e em harmonia com a natureza.

Esse também é um grande desafio para os povos indígenas na atualidade, influenciar de maneira decisiva a política pública do Estado brasileiro. Grandes conquistas já foram realizadas nesse sentido. A própria Constituição, no que se refere à questão indígena, é uma delas. Sem a pressão do movimento indígena, organizado na época da Constituinte, isso não teria sido possível, os avanços com relação aos direitos não teriam sido conquistados.

Outras conquistas já foram alcançadas como resultado da estratégia desses povos de se organizar e se unir em busca de um objetivo comum. A União das Nações Indígenas projetou isso em nível nacional. O CPI reuniu diversos povos com pesquisadores, em busca de novas alternativas de desenvolvimento. O Projeto Jaburu foi uma delas e muitas outras se espalharam pelo país. Essas experiências estão num embate constante com o paradigma hegemônico e seu conceito de “desenvolvimento”.

Hoje, falta apoio a essas experiências. Continua sendo muito difícil conseguir recursos financeiros, apoio institucional e, até mesmo, pessoas engajadas nessa luta. O apoio político é praticamente nulo. Isso pode ser considerado um retrocesso, já que no passado, apesar de todas as dificuldades em conseguir apoio no Brasil, existiam diversas instituições estrangeiras que apoiavam a iniciativa. Atualmente, talvez por conta das desigualdades sociais cada vez maiores, de novas agendas prioritárias, de outros focos de atenção, o acesso aos recursos dessas instituições ficou mais difícil. E no Brasil, apesar de ter havido uma abertura com os Fundos Nacionais de Meio Ambiente e de Cultura, que passaram a apoiar projetos de comunidades indígenas, o apoio ainda não é suficiente. Faz-se necessário, para

ampliar essa ação, um maior investimento de recursos financeiros e o apoio técnico nesse sentido.

Apesar de tantos desafios para a continuidade do modo de vida dessa “gente verdadeira”, hoje vemos também um movimento positivo de valorização da diversidade. Esse movimento vem contribuir com a afirmação das identidades indígenas e aumenta a possibilidade de uma convivência mais harmoniosa entre os povos.

3.5. ENCAMINHAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DA PLATAFORMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A partir do estudo de caso da experiência do povo xavante e do conhecimento da realidade atual dos povos indígenas de maneira geral, levando em conta apontamentos dos documentos finais das Conferências Regionais dos Povos Indígenas (Funai, 2006), propomos os seguintes encaminhamentos para a construção de uma plataforma de políticas públicas para essas populações:

Autonomia e autodeterminação:

- Promover maior participação dos povos indígenas na tomada de decisões no cenário social, político e econômico nacional;
- Garantir a participação dos povos indígenas na formulação de políticas públicas;
- Proporcionar a formação profissional de indígenas nas áreas de saúde, educação, manejo da terra, Direito, entre outras, garantindo o desenvolvimento autossustentável das comunidades e, por consequência, sua maior autonomia;
- Dar prioridade aos indígenas nos concursos públicos da Funai;
- Proporcionar visitas de intercâmbio e troca de experiências entre os povos indígenas, visando o fortalecimento de redes;
- Reconhecimento ao direito da alteridade e respeito às normas colocadas na Constituição;
- Simplificar o acesso dos povos indígenas aos programas governamentais e não governamentais;
- Apoiar e incentivar empresas e cooperativas indígenas na comercialização de Produtos naturais.

Cultura:

- Ampliar os espaços nos veículos de comunicação para divulgação das culturas indígenas;
- Promoção da diversidade e das identidades étnicas dos povos indígenas, com a divulgação do nome de cada povo;
- Implantação de centros culturais dos povos indígenas nas cidades, para divulgação e valorização das culturas indígenas;
- Desenvolvimento, em conjunto com os povos indígenas, de mecanismos de proteção de seu patrimônio cultural material e imaterial, como plantas, ritos, danças, mitos, medicina e artesanato;

- Valorização dos anciões, dando incentivo para oficinas e encontros de transmissão de saberes.

Saúde:

- Resgatar e fortalecer as práticas de medicina tradicional, valorizando o trabalho dos pajés e parteiras dentro de suas comunidades, destinando recursos para implantação de projetos e práticas tradicionais de saúde;
- Implantação de farmácias vivas nos postos de saúde das aldeias;
- Garantir a participação efetiva das comunidades indígenas na elaboração de projetos e ações, e na formulação de uma nova política de saúde indígena;
- Estabelecer políticas para a segurança alimentar nas aldeias.

Gestão territorial e ambiental:

- Promover a formação e capacitação de indígenas em gestão ambiental, fiscalização e proteção dos territórios;
- Integrar as comunidades indígenas aos programas de fiscalização de florestas e áreas de proteção ambiental;
- Construir uma política de proteção do entorno das terras indígenas, garantindo a conservação de matas ciliares e rios que fazem limite com os territórios;
- Melhorar o acesso a recursos para projetos de autossustentação;
- Promover parcerias para a assessoria técnica de projetos das comunidades indígenas;
- Capacitação e fortalecimento das associações indígenas para que possam promover ações de desenvolvimento sustentável nas TI;
- Garantir a demarcação e ampliação dos territórios indígenas de maneira compatível com o modo de vida das comunidades;
- Assegurar que qualquer empreendimento que afete socioambientalmente uma comunidade só será realizado mediante o consentimento da mesma;
- Incentivar projetos de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, criação de animais silvestres e comercialização de artesanato;
- Criação de um fundo pelos serviços ambientais prestados pelos povos indígenas, que reverta em prol das organizações e comunidades indígenas;
- Promover estudos de mercado, beneficiamento e certificação de produtos produzidos nas TI em caráter de economia sustentável;
- Realização de censo socioeconômico e demográfico específico para os povos indígenas, a fim de obter dados que balizem a formulação de políticas públicas para essas populações;
- Reconhecer o desenvolvimento do ecoturismo como alternativa socioeconômica sustentável, e promover capacitação às comunidades interessadas.

Educação:

- Garantir a participação das comunidades indígenas na formulação das políticas de educação;
- Possibilitar o desenvolvimento de projetos políticos pedagógicos e currículos diferenciados que atendam as especificidades da cultura e da realidade de cada comunidade;
- Garantir a autonomia dos povos indígenas na gestão de suas escolas;
- Promover o intercâmbio cultural entre as escolas indígenas;
- Incluir alimentos tradicionais na merenda escolar indígena;
- Criar política de inclusão de estudantes indígenas nas universidades, que viabilize não só o acesso, mas a permanência desse estudante em seu ambiente de estudo.

GLOSSÁRIO

Auwë A'uwë/Uptabi – autodenominação do povo xavante: povo verdadeiro, gente verdadeira.

Boe – autodenominação do povo bororo.

Iny – autodenominação do povo karajá.

Hunikuin – autodenominação do povo kaxinawá: gente verdadeira.

Kraí – palavra na língua krenak para designar o “estrangeiro”, não índio.

Nape – palavra na língua yanomami para designar o “estrangeiro”, não índio.

Rö – conceito do povo xavante, que se pode expressar como universo em constante transformação e criação, espírito da criação.

Warazu – palavra na língua xavante usada para designar o “estrangeiro”, o que não é auwë, não índio.

Warã – conselho tribal. Espaço das reuniões, discussões e decisões envolvendo todos os homens adultos da comunidade. Local, no centro do semicírculo da aldeia, onde acontecem todas as reuniões e cerimônias.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Mariana; TAMARI, Mariana. Relatório da IV Cúpula Continental dos Povos Indígenas de Abya Laya. Puno, Peru, 2009.

CIMI. Semana dos povos indígenas 2010. *Terra Mercadoria ou vida?* Porantim. Brasília, DF, ano 33, nº 323, pp. 8-10, mar/2010.

_____. *Outros 500: construindo uma nova história*. Conselho Indigenista Missionário. São Paulo: Editora Salesiana, 2001.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de. (orgs.). *Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. O que é ser mulher? O que é ser homem? In: *Gênero e desigualdade*, São Paulo, pp. 11-14, 1997 (Cadernos Sempreviva).

IBGE. Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos 1991-2000. Rio de Janeiro, 2005.

_____. Divisão Territorial do Brasil. Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/area.php?nome=Canarana&codigo=&submit.x=43&submit.y=13. Acesso em 12 de abril de 2010.

_____. Estimativas da população para 1º de julho de 2009 (PDF). Estimativas de População. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009_DOU.pdf. Acesso em 12 de abril de 2010.

_____. Produto Interno Bruto dos Municípios 2002-2005. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005/tab01.pdf. Acesso em 12 de abril de 2010.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Povos indígenas no Brasil*. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quem-sao/introducao>. Acesso em 14 de abril de 2010.

_____. *Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

IKORÊ. *Programa de índio*. Disponível em: www.programadeindio.org. Acesso em 24 de fevereiro de 2010.

FREIRE, Carlos Augusto da Costa; OLIVEIRA, João Pacheco de. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/ Museu Nacional, 2006.

FUNAI. Relatórios sintetizados e documentos finais das conferências regionais dos povos Indígenas. Brasília: CGDOC/Funai, 2006.

LIEBGOTT, Roberto Antônio. *Povos indígenas e os desafios diante do atual modelo econômico brasileiro*. Porantim. Brasília, DF, ano 33, nº 323, p. 3, mar/2010.

KRENAK, Ailton, O eterno retorno do encontro, in: NOVAES, Adauto (org). *A outra margem do Ocidente*. Minc-Funarte/Companhia das Letras, 1999.

PAPPIANI, Angela. *Povo verdadeiro – Os povos indígenas no Brasil*. São Paulo: Ikorê, 2009.

PNUD. Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil. Atlas do Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2000). Disponível em: [www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm). Acesso em 12 de abril de 2010.

PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA. *Na trilha da cidadania – Iniciativas para a promoção dos direitos das comunidades indígenas*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2004.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

SANTOS FILHO, Roberto Lemos dos. *Apontamentos sobre o direito indigenista*. Curitiba: Juruá, 2006.

SPINK, Peter; CLEMENTE, Roberta (orgs.) *20 experiências de gestão pública e cidadania*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997.

TASSARA, Eda (org.). *O índio: ontem, hoje, amanhã: dossiê do Ciclo I*. Coordenação Maureen Bisilliat. São Paulo: Memorial da América Latina/ Edusp, 1991.

Taru Andé – O Encontro do Céu com a Terra. Episódio nº 10. Xavante. Direção Marco Altberg.

VIDAL, Lux (coord.). *O índio e a cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

XAVANTE, Seberurã et al. *Wamrême Za'ra – Nossa palavra: mito e história do povo xavante*; tradução Paulo Supretapã Xavante e Jurandir Siridiwe Xavante. 1ª ed. São Paulo: Senac, 1998.

Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), uma tecnologia social para construção da segurança alimentar

MARIANA M. ROMÃO

Formada em Gestão Ambiental, desenvolve ações de educação socioambiental na ótica da segurança alimentar e nutricional. Técnica da área de Segurança Alimentar do Instituto Pólis, atuando junto a comunidades de alta vulnerabilidade social e organizações da sociedade civil na implantação de políticas públicas que garantam o Direito Humano à Alimentação Adequada.

INTRODUÇÃO

Falar em novos paradigmas de produção e consumo nos remete a uma reflexão sobre inovações, permitindo adentrar um novo mundo de relações de consumo e tecnologias de produção. Novas relações com a natureza que consumimos constantemente, diariamente, a todo o momento; novas relações com o ar que inspiramos e que enviamos à atmosfera; novas relações com o lixo que geramos, proveniente de diversas ações corriqueiras, incluindo a mais frequente delas, a alimentação.

A realidade planetária atual apresenta um quadro de enormes crises de diversas ordens: ambientais, econômicas, sociais, culturais e políticas. Crises que vêm se agravando há décadas, e a sociedade vem sendo alertada sobre a gravidade dessa situação.

Diante disto, uma nova consciência nos é ofertada. A mudança nas relações de produção e consumo se faz urgente e necessária para a sobrevivência de nossa espécie sobre o planeta Terra. Mas será que essa é uma preocupação e ocupação da maioria dos seres humanos? Em que medida nossa espécie se conscientizou da gravidade dessas enormes crises colocadas e apresentadas constantemente nos meios de comunicação? De que maneira essa sociedade humana está se organizando em torno desse quadro de decadência e extermínio que se agrava cada vez mais?

Ao nos remeter à concepção de novos paradigmas de produção e consumo, nos permitimos olhar para o passado, o presente e o futuro. Em que período erramos? Como nos permitimos chegar a esse quadro? Muitos estudos podem responder a esses questionamentos, explicitando os diversos momentos na história da humanidade em que optamos pela evolução indiscriminada, sem planejamento e sem visão de futuro.

A maioria desses momentos históricos, como a Revolução Verde¹, por exemplo, trouxe para a humanidade diversas conquistas e avanços, facilitando a vida de muitas pessoas e possibilitando a aproximação entre mundos e realidades adversas. As crises advindas desses processos de evolução na história da humanidade, entretanto, trouxeram suas dívidas para o planeta.

Olhando ainda para o passado e relacionando-o com nosso presente, pode-se constatar que, junto a esse processo transformador de nossa sociedade, pequenas experiências marcadas por ações simples e favoráveis ao planeta Terra, heroicamente se sustentaram em meio ao caos que está se instaurando. São inúmeras as experiências que trazem benefícios ao nosso meio, auxiliando na integração social e preservação ambiental. É necessário, entretanto, uma melhor divulgação dessas experiências, possibilitando a sua reaplicação e disseminação.

As pesquisas realizadas neste campo são importantes para cumprir essa função. Este estudo, que se insere na pesquisa Novos Paradigmas de Produção e Con-

¹ Movimento de grande abrangência que, nas décadas de 60/70, permitiu o aumento da produção em larga escala, utilizando técnicas eficientes para a expansão da agricultura, mas insustentáveis do ponto de vista ambiental, social e econômico, privilegiando o médio/grande produtor.

sumo, foca seu olhar em uma tecnologia social voltada à agricultura familiar – o sistema Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), que está dentro deste quadro de experiências simples e benéficas ao sistema socioambiental.

O PAIS é uma experiência de plantio agroecológico, que consiste na implantação de hortas familiares em torno de um galinheiro, e um sistema circular de canteiros ao redor. A concepção é trabalhar a autossustentabilidade da horta por meio de sistemas que se complementam. Esta tecnologia, que será mais bem explicada ao longo deste estudo, pode ser inicialmente observada na figura abaixo.



© Elaboração própria

Horta em Santa Fé, zona rural de Palmas-TO

Sendo uma tecnologia social, o PAIS visa a reaplicação desta técnica de plantio para pequenas famílias agricultoras nas diferentes regiões do Brasil. Esta tecnologia está se expandindo pelo país e teve seu início em 2005, com a implantação de unidades piloto; o sucesso destas implantações foi grande e possibilitou a expansão para diversos estados e municípios.

O foco desta pesquisa foi o de analisar a tecnologia social PAIS como um todo, ou seja, a concepção desta experiência, sua história e características gerais. Sendo uma experiência difundida por diversas partes do país, foi selecionado um território para estudar mais profundamente a experiência, as questões envolvidas em sua prática, exemplificar como ela acontece na realidade, como se dá o envolvendo das famílias, seus desafios e conquistas. Na escolha do local buscou-se também um território em que as unidades do PAIS estivessem sendo implantadas de forma integrada, buscando analisar como esta tecnologia pode ser também uma ferramenta de cooperação entre agricultores familiares na produção e comercialização dos produtos. Tocantins foi o estado escolhido para o estudo desta experiência, por ser um local onde existem muitas unidades do PAIS implantadas, com o envolvimento de diversos atores locais.

A descrição e concepção de tecnologia social também estão presentes nesta pesquisa que trata, primeiramente, da experiência PAIS; em seguida, de sua prática neste território específico e, num terceiro momento, o foco volta-se para as tecnologias sociais de forma mais ampla, conforme previsto na metodologia e na proposta desta pesquisa.² Para melhor entendimento da relação do PAIS com um contexto maior de novos paradigmas de produção e consumo, este estudo foi dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo é descrita a experiência em suas características gerais, seus objetivos, histórico e antecedentes, sua gestão e funcionamento e seu local de atuação. No segundo capítulo, a análise avança para um contexto mais amplo, como os marcos regulatórios, as redes e outras experiências de referência existentes e as políticas públicas relacionadas. Por fim, no terceiro capítulo, são feitas as análises do estudo a partir da metodologia prevista nesta pesquisa.

2 Para mais informações sobre a metodologia do estudo das experiências ver capítulo específico disponível nesta publicação.

1. SEMEANDO A AGROECOLOGIA: DESCRIÇÃO E CONTEXTO DA EXPERIÊNCIA

1.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

PAIS é o nome dado à experiência de Produção Agroecológica, Integrada e Sustentável, implantada em diversas partes do país. Trata-se de uma metodologia de cultivo orgânico, baseada na otimização do uso sustentável de recursos naturais e socioeconômicos, de acordo com hábitos e cultura alimentar locais.

O PAIS utiliza tecnologias baseadas nos conceitos de integração e sustentabilidade, segundo os quais diferentes culturas são produzidas a partir de um sistema de anéis. Tal sistema também prevê a irrigação dos anéis por gotejamento³ e a criação de pequenos animais, como galinhas e patos, no centro da horta, garantindo o adubo (esterco) necessário à manutenção da horta, sendo uma alternativa de produção para os agricultores. Incentiva-se, ao mesmo tempo, a construção de um quintal agroecológico ao redor da unidade, servindo para reflorestamento e cultivo de frutas e espécies nativas comerciais. Na figura abaixo é possível observar o formato dos cultivos em anéis e o sistema de irrigação por meio de mangueiras que acompanham os canteiros.



© Elaboração própria

Sistema de gotejamento – horta no Assentamento Entre Rios, Palmas-TO

A tecnologia apresenta característica agroecológica, integrada e sustentável devido à sua concepção de preservar o meio ambiente com a eliminação do uso de agrotóxicos, queimadas e desmatamento, utilizando insumos da própria propriedade em todo o processo produtivo integrado à produção de animais e vegetais, preservando a qualidade do solo e das fontes de água.

³ Gotejamento é uma técnica de irrigação na qual a água é fornecida vagarosamente, próximo à raiz da planta, por meio de uma mangueira com pequenos orifícios, fornecendo vazão lenta e constante, evitando perda e dispersão da água.

Desde o início da implantação das unidades do PAIS, foram beneficiados diversos agricultores e agricultoras em diversas partes do país, onde existe maior índice de pobreza e alto índice de pequenas propriedades rurais, conforme veremos abaixo, nos critérios de escolha para implantação das unidades. As experiências de Palmas, Porto Nacional e Miracema, localizadas no estado de Tocantins (TO), embora tenham certas peculiaridades, alinham-se aos critérios de escolha para implantação das unidades do programa, como descrito mais adiante.

A experiência do PAIS tem também como um de seus princípios incentivar o associativismo dos produtores, além de apontar os caminhos da comercialização dos produtos. Ela está inserida dentro de um processo recente, que se expande rapidamente pelo Brasil, de conceber tecnologias para a inclusão social. Esse processo denomina-se tecnologia social.

O conceito de tecnologia social é formulado como instrumentos, técnicas e processos, em sua maioria de baixo custo, que podem ser utilizados em qualquer ponto do país desde que haja a participação da comunidade (SEBRAE, 2007). Sua concepção se dá na possibilidade de produzir tecnologias inclusivas e fáceis de ser replicadas, indo de encontro à tecnologia convencional, utilizada em sua grande maioria pelas empresas privadas e que visa somente os propósitos de maximização do lucro, sendo ambientalmente insustentável, poupando o máximo de mão de obra (DAGNINO, 2004). Destaca-se que a experiência do PAIS é uma das tecnologias sociais que recebem investimento da Fundação Banco do Brasil para replicação.

a) Objetivos

A tecnologia social PAIS é uma solução para a produção de alimentos saudáveis, que tem por objetivo a segurança alimentar e geração de um excedente comercializável capaz de assegurar uma renda complementar (RTS, 2009), criando nova alternativa de trabalho e renda para o pequeno agricultor.

Tais objetivos dividem-se em duas etapas: na primeira, busca-se o incremento da produção sustentável de alimentos de qualidade, gerando segurança alimentar e a redução de problemas e doenças relacionadas à desnutrição ou má alimentação. Numa segunda etapa, busca-se a consolidação de agronegócios ecológicos a partir da produção familiar excedente. Pequenas unidades agroindustriais, como fábricas de doces e compotas, podem gerar um valor agregado bem expressivo (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2009).

Importa destacar que este modelo, baseado na abordagem agroecológica sustentável e integrada do programa, tem como objetivos:

- Estimular a agricultura orgânica por meio de processo produtivo sem o uso de agrotóxicos;
- Reduzir a dependência de insumos vindos de fora das propriedades;
- Apoiar o correto manejo de recursos naturais;
- Incentivar a diversificação da produção;

- Evitar o desperdício de alimentos, água, energia e tempo do produtor, por meio de tecnologias simples e inovadoras.

A tecnologia social PAIS vem sendo adotada por agricultores de baixa renda, assentados em projetos da reforma agrária, produtores de áreas remanescentes de quilombolas e participantes de programas sociais do governo federal.

b) Parcerias

A FBB, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Ministério da Integração Nacional (MNI) – com o apoio da Rede de Tecnologia Social (RTS) e da Fazenda Vale das Palmeiras – são as instituições responsáveis pela concepção da tecnologia e implantação das primeiras experiências do PAIS. Atualmente, o projeto também conta com a parceria do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Petrobras e do BNDES para a implantação dessa tecnologia em 19 estados e no Distrito Federal.

Essas parcerias nacionais são as responsáveis por gerenciar o projeto PAIS em todas as unidades implantadas nos estados brasileiros; entretanto, em cada estado e município são realizadas parcerias com atores locais, que implantam e acompanham as unidades mais de perto, como é o caso de Tocantins, onde uma parceria foi firmada com um importante ator local, o Instituto Brasil Ásia (IBA).

O IBA é uma Oscip fundada em fevereiro de 2004, que atua no campo da assessoria técnica agrícola, consultoria e projetos sociais em assentamentos da reforma agrária no estado do Tocantins. Também trabalha com projetos importantes para o processo da reforma agrária no país, como o Programa Nacional de Crédito Fundiário, um complemento da Política Nacional de Reforma Agrária.

No estado do Tocantins, além do IBA e dos parceiros nacionais citados acima, o projeto do PAIS conta com parceria do poder público local, como a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Palmas e a Prefeitura de Porto Nacional (diretamente com o vice-prefeito, gabinete da prefeita), além da Secretaria de Agricultura do estado.

1.2. HISTÓRIA E ANTECEDENTES

O início da tecnologia PAIS se dá por meio de um convênio firmado em 2004 entre a FBB, o Sebrae e o MIN, para realizar um projeto no campo da agroecologia, com o viés da tecnologia social, no qual diversas tecnologias foram estudadas. Buscando a formulação de uma tecnologia nessas áreas que pudesse ser replicada em diversas localidades, de início pensou-se na tecnologia das hortas mandala (hortas circulares, formando desenhos) difundida em todo o país, mas patenteada para uso exclusivo da Agência Mandalla, uma instituição do Nordeste brasileiro, fundada em 2003 no estado da Paraíba.⁴

4 O site da Agência Mandalla é www.agenciamandalla.org.br.

Continuando a busca por um projeto agroecológico capaz de traduzir na prática o conceito da sustentabilidade e da tecnologia social, foi realizado um contato com o engenheiro agrônomo africano, Aly Ndiaye, que em 1999 iniciou uma experiência piloto de produção de hortaliças orgânicas, por iniciativa própria, na propriedade de uma família de pequenos agricultores na região de Petrópolis-RJ, utilizando tecnologia semelhante à da horta mandala.⁵ Durante cinco anos, este agrônomo estudou o processo de implantação em 30 unidades da região, e os indícios de êxito foram determinantes para que as experiências e as técnicas de Aly Ndiaye fossem formuladas e sistematizadas como tecnologia, batizada então de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, que passou a receber investimentos dos envolvidos no convênio (SEBRAE, 2007).

Diversos contatos foram realizados com o intuito de disseminar a implantação de unidades, e as parcerias estabelecidas adquiriram diferentes formatos de acordo com o perfil das instituições envolvidas em cada localidade. Em algumas regiões, a parceria se deu com o poder público local (do município); em outras, com instituições conveniadas com a Fundação Banco do Brasil, ou com instituições locais renomadas.

Por meio dessas articulações, o projeto conseguiu a adesão de 12 estados, oito no Nordeste, e quatro em Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso do Sul, iniciando com a implantação de 1.080 unidades do PAIS. Cada estado escolheu três municípios que receberam trinta unidades cada um, totalizando noventa unidades por estado. Técnicos locais da área de agricultura, tanto do poder público municipal/estadual quanto das instituições parceiras locais, receberam instruções do idealizador da tecnologia, Ali Ndiaye, para a multiplicação da tecnologia em suas localidades. Após esta primeira formação, em 2005, iniciaram-se as primeiras implantações, surgindo novas demandas e interesses por parte de diversos estados e instituições parceiras.

Para a implantação destas unidades do PAIS existem critérios básicos que devem ser respeitados, entretanto, a maneira como as unidades são implantadas, bem como a articulação das parcerias no projeto com as famílias que serão beneficiados por ele, e a divulgação do mesmo, acontece de maneira distinta em cada localidade.

No caso específico de Tocantins, o IBA trabalhava em parceria com a FBB em um projeto de geração de renda ligado ao agroextrativismo, com artesãos da região, em Santa Teresa, Jalapão e na Área de Proteção Ambiental (APA) Cantão. Devido a esse contato com a FBB, os técnicos da ABA participaram de uma reunião de apresentação do programa PAIS, em Brasília. Na ocasião se interessaram muito pela experiência e aceitaram o convite da FBB para ser a instituição responsável pela implantação dessa tecnologia social em Tocantins.

5 Mesmo com algumas diferenças, a tecnologia social PAIS tem semelhanças com a horta mandala, devido ao formato circular dos canteiros, mas com algumas diferenças: no PAIS há o galinheiro no centro da horta e o quintal agroecológico; na horta mandala, o centro é preenchido com um lago para patos e criação de galinhas e outros animais, que ficam no primeiro anel.

Como estratégia de divulgação do projeto aos agricultores e agricultoras da região, o IBA utilizou o espaço de uma feira rural, a Agrotins, maior feira agrotécnica da Região Amazônica, que acontece todo ano em meados do mês de maio; esta feira tem como um de seus objetivos oferecer tecnologias em desenvolvimento no país e no mundo. Na ocasião dessa feira, o IBA montou um modelo de horta do PAIS, por meio do qual as famílias de agricultores puderam ter contato com a tecnologia PAIS e conhecer um pouco das intenções do projeto. A partir daí, em parceria com a prefeitura de Palmas, cidade onde o IBA tem sua sede, foi realizado o cadastro das famílias interessadas. Após esse cadastro e o mapeamento das propriedades, com o auxílio da prefeitura na indicação dos locais, o IBA selecionou as famílias que deveriam receber as unidades, seguindo critérios técnicos (como localização e área do terreno) e também critérios estabelecidos pela FBB (como a necessidade de a terra estar no nome de algum componente da família, residente no local).

Foram selecionados em Tocantins 180 produtores rurais, com características específicas que atendiam aos critérios de inclusão das instituições responsáveis pelo projeto. Destes, apenas 80 receberam as unidades, devido à insuficiência dos recursos repassados. As outras 100 unidades previstas para o estado serão implantadas no segundo semestre de 2010.

1.3. LOCALIDADE E SUAS CARACTERÍSTICAS

A tecnologia PAIS já está implantada em 17 estados brasileiros: Tocantins, Pará, Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, e há a previsão de ampliar a atuação para mais dois estados em 2010: Paraná e Roraima. Cada um destes estados possui características e histórias próprias mas, de forma geral, são estados com baixo IDH e históricos conflituosos de ocupação.

Em relação à experiência visitada, as 180 unidades do PAIS planejadas para o estado do Tocantins situam-se em nove municípios, sendo cinco na região do Bico do Papagaio, e quatro na região central do estado. No entanto, em relação às unidades do PAIS já implantadas, elas se concentram fortemente no município de Palmas, onde estão implantadas 69 unidades, divididas pelas regiões de Santa Fé, Francisco Galvão, Taquaruçu Grande, Jaú, Taquaralto, São João I e II e Assentamento Entre Rios.

Além disso, há uma unidade implantada em Porto Nacional, município distante 70 km de Palmas. Vale dizer que essa unidade está situada na Escola Agrícola Chico Mendes. As dez unidades restantes estão situadas a 80 km de Palmas, em Miracema, dentre as quais, quatro estão em assentamentos da reforma agrária. Ou seja, nenhuma das unidades previstas para a região chamada Bico do Papagaio está implantada.

As características geográficas da região, de maneira geral, facilitam a produção agrícola. O relevo do estado do Tocantins é formado por depressões na maior

parte do território, sendo que nas partes sul e nordeste encontram-se áreas de planaltos, com grande ocorrência de erosões, enquanto na parte central predominam extensas planícies. As maiores altitudes localizam-se a leste e ao sul, onde se encontram as serras do Estrondo, Lajeado, do Carmo e do Paraíso, com altitude média entre 360 e 600 metros.

Este estado é uma das regiões mais ricas em recursos hídricos do Brasil, abrangendo cerca de dois terços da área da bacia do rio Tocantins e um terço da bacia do rio Araguaia, além de várias sub-bacias importantes. Vale dizer que no rio Araguaia encontra-se a Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do Brasil.

Embora pertença formalmente à Região Norte, Tocantins encontra-se na zona de transição geográfica entre o cerrado e a floresta Amazônica. Essa característica fica evidente na fauna e flora locais, onde se misturam animais e plantas das duas regiões.⁶

a) História da localidade

A história de ocupação do estado traduz a forma de relação de seus habitantes com a terra no que diz respeito à utilização agrícola, mais especificamente à agricultura da região. Em termos históricos, o rio Tocantins foi um dos caminhos para o conhecimento e exploração da região onde hoje se localiza o estado do Tocantins. Este grandioso rio nasce no planalto central de Goiás e corta, no sentido sul-norte, todo o território do atual estado.

Seu surgimento se dá a partir de um desmembramento do estado de Goiás, em sua parte norte. Esta região passou, assim como muitos estados brasileiros, por época de grande visibilidade e prosperidade material devido à exploração do ouro e outros minérios, mas a partir da segunda década do século XIX, com a decadência da mineração, os aglomerados urbanos estacionaram ou desapareceram, e grande parte da população abandonou a região. Os que permaneceram foram para a zona rural e dedicaram-se à criação de gado e à agricultura, em condição de subsistência.

Analisando a história da região, foram muitas as tentativas de ativar o comércio local e fomentar a economia da região norte do estado de Goiás, mas mesmo com diversas iniciativas governamentais, permanecia a condição de abandono. Tocantins foi criado na promulgação da última constituição brasileira, em 5 de outubro de 1988.

Com o estabelecimento do novo estado, foram criados muitos estímulos para atrair habitantes, principalmente para a nova capital, Palmas, uma cidade planejada. Com esses incentivos, muitos moradores de estados vizinhos viram neste novo estado a possibilidade de uma vida nova. O governo acelerou o processo da reforma agrária no local, regularizando e dando o direito da terra para os que ali habitavam, bem como incentivando novos moradores a ocupar terras que antes não

6 Disponível em: www.to.gov.br. Acesso em: 18/março/2010.

tinham dono ou estavam improdutivas. Assim, vieram pessoas de todas as partes, alguns que já tinham conhecimento sobre trato com a terra, com a agricultura, e outros que não tinham esse histórico em suas vidas.

Observando a atualidade, por meio do estudo de campo, nota-se que há ainda muitas terras para serem ocupadas, bem como muitos agricultores com dificuldades de tornar suas terras produtivas, seja por dificuldades técnicas de produção, por impossibilidade financeira, de logística ou outras limitações. A partir do olhar desta realidade local, fica clara a grande justificativa e potencial de implantação de unidades do PAIS na região.

b) Diagnóstico socioeconômico

Tocantins situa-se no sudoeste da Região Norte do país, limitado ao norte com o Maranhão; a leste com o Maranhão, Piauí e Bahia; ao sul com Goiás; e a oeste com Mato Grosso e Pará. Sua população é de cerca de 1,3 milhão de habitantes, distribuídos em 129 municípios, com densidade demográfica de 4,17 habitantes por km². Entre as cidades mais populosas do estado encontram-se Araguaína, Gurupi e Palmas, a capital.

Palmas é a capital do estado desde janeiro de 1990. A cidade ocupa uma área de 2.745 km², a uma altitude de 260 metros, na região central do estado. Uma cidade planejada, cuja construção foi iniciada no dia 20 de maio de 1989, e hoje conta com uma população de 180 mil habitantes.⁷

Vale dizer que a população indígena é pouco representativa na região, existem aproximadamente 5 mil índios em Tocantins, distribuídos em sete grupos que ocupam uma área de 2.171.028 hectares. Desse total, 630.948 hectares já foram demarcados pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Em relação à economia do estado, a agricultura é a principal atividade econômica de Tocantins. Articulada neste setor, a indústria agroalimentar representa parte significativa da economia. Além disso, dispõe de importantes recursos naturais, como jazigos de estanho e calcário. Outras atividades significativas são o agroextrativismo e a construção civil.

A fundação de Brasília e a criação do novo Distrito Federal, em 21 de abril de 1960, favoreceram o desenvolvimento tanto econômico como demográfico da região, com a política federal de estímulo fiscal possibilitando o renascimento da região. Mesmo com esse renascimento e o crescimento de sua economia, Tocantins ainda se encontra entre os estados brasileiros de menor rendimento econômico.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) também mostra certo déficit social em Palmas, que possui um indicador de 0,69, baixo se comparado com as principais capitais brasileiras, como São Paulo (0,8), Brasília (0,79), Rio de Janeiro (0,78) e Goiânia (0,77).

7 Contagem da população 2007. Disponível em: www.ibge.gov.br.

c) Problemática territorial que dá origem à experiência

O Brasil é um grande produtor de alimentos, mas ainda convive com índices de fome e insegurança alimentar. O modelo de produção agrícola, baseado na exportação, vem avançando em áreas da Amazônia e do cerrado, acentuando a concentração fundiária. A mecanização e utilização intensiva de adubos e defensivos químicos provocam degradação ambiental e crescimento de doenças na população camponesa.

Nas últimas décadas, esse modelo tem poluído exageradamente a água e a terra, sendo responsável pela morte e doenças de inúmeros trabalhadores camponeses e moradores das regiões vizinhas, devido ao uso abusivo de adubos e defensivos químicos.

No caso do estado do Tocantins expande-se a monocultura da soja, e ainda há terras improdutivas, desabitadas e “sem dono”. Por se tratar de um estado novo, ainda há muitas terras para explorar. Se, de um lado, existe um movimento da agroecologia, com tecnologias como o PAIS e ações e programas nas prefeituras de Palmas e Porto Nacional em prol da agricultura orgânica, bem como programas do Governo do Estado, a exemplo da “Farmácia Viva”⁸ – que resgata a sabedoria e o conhecimento popular sobre o poder medicinal das ervas –, de outro, existe um estado que incentiva a vinda das empresas multinacionais, de grandes produtores, estimulando a monocultura e a agricultura de exportação.⁹

Nitidamente nota-se um embate entre forças provenientes de um mesmo setor da sociedade – o poder público. Este se coloca a favor de projetos “alternativos”, que incentivam a inclusão social e o desenvolvimento territorial sustentável. Entretanto, na maioria das vezes, investe mais tempo, dinheiro e empenho no beneficiamento de projetos voltados ao setor agrícola de grande escala. Como promover igualdade nessa problemática? De um lado, pequenos projetos necessitando de mais investimento financeiro e técnico e, de outro, grandes projetos precisando de amparo técnico correspondente às demandas ambientais e sociais da atualidade.

1.4. IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES PAIS: METODOLOGIA E RECURSOS APLICADOS

a) Metodologia

Em todo o território nacional a metodologia utilizada pelo sistema PAIS segue um mesmo padrão cronológico: após a seleção dos beneficiários e a escolha do local, as famílias recebem formação, um *Kit* com materiais, assistência técnica, insumos e acompanhamento integral. De forma geral, esta metodologia segue os seguintes passos:

- Fase 1: Convênio entre as instituições parceiras e os estados/municípios que tenham interesse em implantar as unidades do PAIS.

8 “Farmácia Viva”. Provida – Folder distribuído pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas). Governo do Estado do Tocantins.

9 “Tocantins – Terra das Oportunidades” – Folder distribuído pelo Governo do Tocantins, com apoio da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Instituto de Terras do Estado, da Agência de Defesa da Agropecuária de TO e do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (Ruraltins).

- Fase 2: Cadastro das famílias interessadas e seleção das que serão beneficiárias de acordo com critérios preestabelecidos: (a) a propriedade deve ter área de 5 mil m²; (b) deve ter disponibilidade de água, seja ela proveniente de poços, barragens ou, em último caso, chuva captada e armazenada; (c) a propriedade deve estar inscrita no nome do agricultor ou agricultora, que deve residir no local; e as comunidades participantes são escolhidas por critérios de renda e localização em áreas com baixo IDH.

- Fase 3: Os inscritos e selecionados pelo programa participam de uma capacitação com aulas práticas e teóricas. Durante quatro dias são ensinadas as técnicas da produção agroecológica, os princípios de sustentabilidade, da agricultura familiar e a importância dos animais para o sistema de produção, bem como noções de associativismo e de acesso ao mercado. A formação se dá por um processo de capacitação realizado pelo Sebrae e por agentes técnicos locais.

- Fase 4: Os produtores participam obrigatoriamente do curso de formação, e então passam a receber instruções sobre as etapas para implantação da unidade, que deverão ser seguidas, passo a passo, com orientação e assessoria técnica. A implantação das unidades ocorre em dez etapas: (1) escolha e preparação do terreno; (2) seleção das culturas; (3) demarcação do galinheiro, dos canteiros circulares e da fonte de água; (4) construção do galinheiro; (5) preparação dos canteiros; (6) preparação para o uso de energia; (7) montagem do sistema de irrigação por gotejamento; (8) construção do sistema de compostagem e produção de adubos naturais; (9) implantação do quintal agroecológico; (10) preparação para acesso ao mercado, para o associativismo e a comercialização.¹⁰

- Fase 5: Por fim, são realizados acompanhamento e assessoria técnica, por um período de dois anos, sob a orientação da equipe técnica local, ou pelos próprios parceiros nacionais.

As famílias beneficiadas são orientadas desde a fase de implantação até à de comercialização de sua nova produção, mediante o recebimento de apoio material, humano e logístico, incluindo aí a mobilização e articulação dos órgãos governamentais e não governamentais para complementar e auxiliar a integralidade dessa atenção ao pequeno produtor.

No caso específico estudado, esse acompanhamento técnico está sendo realizado pela equipe técnica do IBA, que disponibiliza um engenheiro agrônomo para supervisionar todas as unidades, e quatro técnicos agrícolas divididos nas regiões que compõem as 80 hortas do PAIS implantadas no estado.

b) Recursos

Desde 2005, quando o programa foi lançado, até o final de 2009, foram implantadas 3.455 unidades do PAIS, em 160 municípios de 17 estados do Brasil, beneficiando 3.455 famílias e, aproximadamente, 17.275 pessoas. Para tanto, foram investidos aproximadamente R\$ 17 milhões.¹¹

¹⁰ "PAIS – um futuro mais saudável a gente planta com a Produção Agroecológica Integrada e Sustentável".

¹¹ Disponível em: www.fbb.org.br.

Os recursos destinam-se basicamente à formação dos técnicos e dos pequenos produtores; contratação da equipe que acompanha a experiência no local; elaboração de materiais de comunicação (cartilhas para as famílias em formação, *folders* de divulgação, entre outros materiais) e *kits* recebidos por cada família na implantação da unidade do PAIS.

Os *kits* são compostos por diversos itens: uma caixa d'água de 5 mil litros, telas para o galinheiro e piquete, carrinho de mão, sombrites, sementes de hortaliças, mudas frutíferas e ervas medicinais, mangueiras para irrigação, dez galinhas e um galo, comedouro e bebedouro para aves, diversos materiais para instalação da bomba d'água, inclusive a própria bomba, entre outros. Cada *Kit* tem um valor aproximado de R\$ 3 mil. Em Tocantins os recursos aplicados até hoje foram, aproximadamente, de R\$ 750 mil.¹²

1.5. ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS

São diversos os atores sociais envolvidos no projeto PAIS, desde os idealizadores da experiência e os parceiros iniciais, como é o caso da FBB, do Sebrae, do MIN e do agrônomo Ali Ndiaye, até os atores locais do poder público ou da sociedade civil, cada um com suas atribuições e responsabilidades. A FBB, fundadora e principal agente de financiamento, é quem repassa os recursos para a maioria das unidades do PAIS implantadas pelo Brasil. Ali Ndiaye, engenheiro agrônomo idealizador da tecnologia, continua sendo um importante ator social, pois está presente em quase todas as formações dadas aos agricultores na implantação das unidades.

O Sebrae, parceiro desde o início do projeto, tem um papel importante no aspecto da formação, sendo um ator fundamental na capacitação dos técnicos e dos agricultores no processo inicial de implantação das unidades PAIS em distintas regiões.

O poder público, por intermédio do MIN, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), participa no processo de articulação das políticas públicas, facilitando o desenvolvimento do projeto; as prefeituras e secretarias dispõem de programas, ou até mesmo ações pontuais, integrando-as com o PAIS.

As organizações sociais e os institutos parceiros da FBB na implantação do PAIS em diferentes estados e municípios são atores fundamentais na execução e no bom desempenho das unidades do projeto. Já as famílias agricultoras são os principais atores sociais desse programa, porque são eles que fazem o projeto acontecer na prática.

Em cada estado a participação dos atores sociais responsáveis e parceiros do projeto difere. Em alguns estados, a atuação do poder público é mais intensa, não tendo peso a atuação das instituições da sociedade civil; já em outros locais, as instituições têm um papel fundamental, enquanto o poder público não contribui

¹² Informação obtida em entrevista com João Francisco, do IBA.

com o projeto e, algumas vezes, até desconhece sua existência. Essas diferenças ocorrem pelo fato do PAIS ser uma tecnologia social que traz em sua essência o princípio da reaplicação, ou seja, molda-se a cada realidade local, mantendo, no entanto, seus princípios, objetivos e metodologia geral.

Em relação ao projeto de Tocantins, a atuação dos atores sociais é equilibrada. O IBA é um importante ator social, ligado ao campo das organizações não governamentais (ONGs), para implantação e assessoria técnica junto aos pequenos agricultores nas unidades do PAIS.

A participação do poder público se dá em nível municipal, com a participação da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Palmas e do gabinete da prefeitura de Porto Nacional, que auxiliam na garantia da infraestrutura necessária aos pequenos produtores. O poder público também contribui com o escoamento da produção, criando espaços para os agricultores comercializarem seus produtos nas feiras livres e mercados municipais. A Secretaria de Agricultura do estado também é um parceiro ativo no projeto.

1.6. GESTÃO DA INICIATIVA

Em termos da gestão da experiência, procurou-se observar como se dá a interação do projeto com os beneficiários e com os parceiros diretos e indiretos, e em que medida os ideais do projeto são empregados na prática da sua execução.

Saindo do discurso de uma experiência transformadora que prega novos paradigmas, é na sua gestão que se pode perceber a veracidade e a legitimidade com que a experiência atua para a transformação e inclusão social, em um processo de corresponsabilidade para com essa transformação.

a) Tomada de decisão e participação

O PAIS é gerido por um núcleo gestor, composto pela FBB, pelo Sebrae e pelo MCT, responsável pela implantação e pelo gerenciamento do projeto. Em comum acordo, o núcleo gestor permite a reaplicação da tecnologia por todo o país, não havendo a necessidade de o núcleo gestor trabalhar em conjunto para a implantação das unidades; as instituições parceiras têm liberdade para implantar a tecnologia PAIS nas áreas onde atuam, pois são instituições de grande porte, o que facilita a atuação de forma independente.

O Sebrae, por exemplo, tem filiais em quase todos os estados brasileiros, e cada uma dessas filiais tem sua política própria para implantação do PAIS; ou seja, não existe um padrão Sebrae de implantação das unidades PAIS, pois as articulações construídas diferenciam-se em cada estado, dependendo das demandas, necessidades e interesse de cada unidade Sebrae. O único padrão existente, que não difere de estado para estado, são os critérios e fases do projeto, que devem ser seguidos para implantação das hortas do PAIS.

A FBB, por sua vez, é a instituição que acompanha a maior parte das unidades PAIS, realizando monitoramento constante, mesmo quando não está envolvida

diretamente na implantação. Por parte da FBB, junto à RTS, existe um permanente exercício de tomada de informações sobre a reaplicação dessa tecnologia; a RTS tem a tarefa de manter atualizadas as informações referentes à aplicação da tecnologia PAIS, de forma conjunta com os parceiros ou de forma independente.

Ainda que os critérios de escolha dos locais onde o PAIS deve ser implantado tenha sido estipulado no escopo do projeto, priorizando as áreas mais pobres do país, cada instituição parceira tem liberdade para escolher o local que lhe for conveniente. Assim, o acompanhamento fica sob a responsabilidade da instituição que fez a articulação. A FBB acompanha a distância essa implantação e recebe todas as informações necessárias para os ajustes que, porventura, possam aparecer. Entretanto, nos casos em que as instituições realizam o trabalho conjuntamente, os custos e tarefas são divididos. Em alguns estados, por exemplo, o Sebrae entra como executor e financiador; em outros, ele entra somente como executor da formação, enquanto que a FBB entra com o apoio financeiro e gerencial. O diálogo entre os atores parceiros é constante, facilitando o gerenciamento do projeto como um todo e o acompanhamento integrado das unidades implantadas.

A participação se dá de forma integral entre as instituições parceiras, e todas têm a possibilidade de opinar sobre o andamento do projeto, bem como realizar suas avaliações. Esta participação ocorre durante todo o processo, desde a implantação, quando os locais de instalação das unidades do PAIS são definidos junto aos parceiros, até o momento da comercialização, quando as instituições também participam do processo com ideias, colaboração na articulação junto aos órgãos públicos, entre outras ações.

Nas localidades onde o PAIS é implantado em parceria com uma instituição local, como é o caso de Tocantins, por meio do IBA, esta última participa da escolha e da decisão dos locais e das famílias que serão beneficiadas, e o poder público local também contribui com essa escolha. Ao lado do IBA, a instituição que tem maior envolvimento nesta experiência é a FBB que acompanha constantemente o andamento do projeto no local e repassa os recursos financeiros. A atuação do Sebrae, neste caso, ocorreu somente no momento da capacitação dos agricultores.

Já em outros estados o Sebrae teve maior atuação, sendo até mesmo o responsável pelo acompanhamento técnico das unidades PAIS, indicando técnicos e engenheiros agrônomos para esse acompanhamento.

No que diz respeito aos agricultores e agricultoras, estes participam do processo de implantação, auxiliando na escolha do local dentro de seu terreno e também nas plantações a serem produzidas. As famílias têm autonomia para escolher o que plantar e a melhor forma de fazê-lo. Este fato é interessante, pois dá autonomia às famílias agricultoras, aumentando seu sentimento de pertencimento ao projeto. De outro lado, este mesmo fator pode não trazer muitos benefícios quando se trata da escolha dos alimentos a serem produzidos, pois verificou-se na experiência gerida pela IBA uma falta de variedade nas espécies plantadas devido à cultura alimentar da região que, em sua maioria, é monótona, não trazendo benefícios nutricionais.

b) Avaliação e planejamento

Por se tratar de um projeto relativamente novo, essa tecnologia ainda está em fase inicial de avaliação, na qual as metodologias ainda estão sendo aprimoradas e os resultados e impactos gerados ainda não estão consolidados e mensurados de forma madura. Pode-se dizer que a própria tecnologia ainda está sendo aperfeiçoada e que, para isso, processos de avaliação das unidades já implantadas são fundamentais.

Primeiramente é preciso ficar claro que assim como o processo de implantação das unidades acontece de forma não centralizada, com diversos parceiros atuando em rede, mas de forma independente, o processo de avaliação ocorre da mesma maneira.

A FBB, como uma das grandes financiadoras desta tecnologia, possui um processo próprio de avaliação por meio de visitas de seus técnicos às unidades implantadas, bem como por contato telefônico com as instituições responsáveis pela assessoria técnica nas localidades. Em relação aos resultados obtidos, percebe-se que cada estado tem uma realidade diversa, devido aos diferentes tempos de implantação e à cultura local.

Na experiência de Tocantins, a avaliação é permanente. O IBA faz acompanhamento constante com as famílias; estas recebem semanalmente os técnicos, facilitando a avaliação e identificação dos desafios, formalizados em relatórios para a FBB.

Vale destacar que, em 2010, a Universidade Federal do Tocantins está realizando a pesquisa “Evolução da qualidade de vida das famílias envolvidas nas unidades do programa PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável”. A proposta da pesquisa se justifica pela necessidade de investigar de forma pormenorizada o modo de vida e as condições socioambientais e econômicas das famílias envolvidas, de modo a averiguar o impacto social da implementação da tecnologia social PAIS. Essa pesquisa pretende mensurar e dar visibilidade aos impactos que esta tecnologia social é capaz de gerar, por meio de investigação de caráter científico e interdisciplinar, envolvendo estudantes e professores de várias áreas do ensino superior. A pesquisa terá duração de 30 meses, a partir de agosto de 2009, quando o projeto teve seu início (PEREZ, 2010).

Pensando ainda na melhor produtividade das unidades implantadas no país, na integração das localidades e parceiros e na troca de experiências, foi realizado em maio de 2010 o Encontro Nacional do PAIS, para avaliar os desafios, avanços, conquistas, dificuldades e alternativas para esta tecnologia e sua implantação no Brasil. Estiveram presentes neste evento todos os parceiros dessa tecnologia, com representantes de todos os estados onde o PAIS foi implantado e com a participação dos agricultores.

Entre os desafios apontados, foi destacado o déficit de técnicos no campo da agroecologia. Outra questão colocada foi a desistência e desânimo das famílias quando termina a assistência técnica, sendo que muitas chegam até a abandonar a horta. Os desafios apontados foram diversos, entretanto, o projeto foi muito bem avaliado, mostrando o interesse por parte dos envolvidos em continuar e ampliar a experiência.

1.7. CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Um dos critérios estabelecidos pela FBB para o recebimento do *Kit* PAIS pelas famílias é ser residente no local e ter a terra legalizada. Ainda que normalmente a terra fique em nome do homem, considerado o chefe de família, muitas mulheres, mesmo trabalhando fora, têm as terras em seu nome. Um fato interessante e positivo do projeto PAIS é exatamente este critério da necessidade de a terra estar no nome de alguém da família, mas não necessariamente no nome do homem.

Uma realidade encontrada em Tocantins foi a de muitas mulheres que trabalham fora o dia todo, ou durante meio período, mas a unidade do PAIS está em seu nome – pois a terra foi registrada por ela. É o homem quem fica na casa cuidando do roçado e, não raro, dos filhos, que estudam meio período, enquanto a mulher trabalha. Também encontramos situação em que a mulher é quem cuida da horta, pois o marido tem outras ocupações, às vezes até mesmo dentro das terras, não necessariamente trabalhando fora; mas também encontramos muitos casos em que a família toda cuida da horta, o homem, a mulher e os filhos, no período em que não estão estudando.

A grande maioria das pessoas envolvidas diretamente com o PAIS, ou seja, agricultores e agricultoras, têm em média apenas o primeiro grau escolar concluído. A população do estado do Tocantins é bastante diversificada, com descendentes de índios, negros e quilombolas, representando a miscigenação brasileira potencializada pelo fato de o estado fazer fronteira com outros cinco estados brasileiros. As famílias beneficiadas pelo PAIS encontram-se nesse quadro de miscigenação, com foco na população agricultora de baixa renda, boa parte constituída por pessoas oriundas de assentamentos da reforma agrária.

O rendimento mensal familiar também é bastante diversificado, sendo que a maioria das famílias recebe em torno de dois salários mínimos, bem como auxílio do Bolsa Família.

Em entrevista com os agricultores, percebe-se que algumas famílias já desenvolviam a atividade de plantio e comercialização há algum tempo, antes da implantação do PAIS. No entanto, hoje, com a inclusão no projeto, conseguem tirar por mês, só da comercialização das hortaliças, aproximadamente R\$ 4 mil. Essa quantia é muito superior se comparada com os rendimentos das famílias que não tinham o hábito de plantar e comercializar sua produção, pois estas conseguem um rendimento de aproximadamente R\$ 1 mil por mês.¹³

1.8. RESULTADOS E DESAFIOS

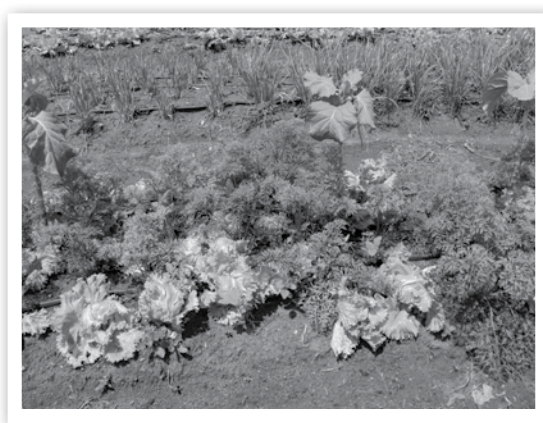
Todas as famílias visitadas no estudo de campo demonstraram grande interesse e entusiasmo por serem integrantes do projeto PAIS. Diferentes relatos apontam para a grande contribuição do projeto na vida dos agricultores e agricultoras, que falam sobre as mudanças ocorridas depois do PAIS. Para as pessoas que já trabalhavam no campo, produzindo e cultivando hortaliças, o interesse e motivação

13 Informação obtida durante as entrevistas realizadas para o estudo de caso.

para participar no PAIS se deu pelas tecnologias inovadoras oferecidas, como o galinheiro no centro, a irrigação por gotejamento e o sistema de plantio orgânico, entre outras, agregando valor à produção, otimizando o tempo e possibilitando constante acompanhamento técnico.

No caso das famílias que moravam no campo, mas não tinham o hábito ou a possibilidade de trabalhar com cultivo de hortaliças, a motivação para receber a unidade do PAIS foi grande, devido à oportunidade de iniciar uma ocupação de trabalho, gerando benefícios alimentares e financeiros. Em alguns depoimentos no estudo de campo, famílias relataram que antes de receberem a unidade do PAIS não tinham ocupação durante o dia, pois não há trabalho na região e moram muito distante da cidade; para outras famílias, as unidades do PAIS trouxeram nova motivação para trabalhar com a terra e o cultivo, pois há muito tempo não trabalhavam com isso e não sabiam mais como fazer, ou simplesmente não tinham insumos e ferramentas para trabalhar na produção agroecológica. Os resultados foram logo notados pelas famílias, a partir do momento que começaram a ter uma nova ocupação e a reconhecer o valor do produto agroecológico, trazendo benefícios para a saúde de toda a família.

Um grande benefício também se dá no quesito abastecimento alimentar, uma vez que, com a produtividade da horta, o acesso aos alimentos é facilitado, não necessitando a família de comprar esses alimentos fora, evitando percorrer longas distâncias e aumentando o incentivo para o consumo dos vegetais, resgatando assim um hábito alimentar perdido. A produção para autoconsumo só é possível graças à diversidade de culturas que o PAIS prevê em seu sistema produtivo, combinando diversas espécies e proporcionando grande variedade de alimentos, conforme ilustra a figura abaixo. Como resultado também, os filhos dos agricultores têm voltado para o campo e muitas pessoas têm dispensado o recebimento de cestas básicas e outras formas de auxílio do poder público.



© Elaboração própria

Produção diversificada em horta de Miracema-TO

Em síntese, os resultados e benefícios do PAIS são diversos: os produtores adquiriram conhecimento mais aprofundado sobre as técnicas de plantio orgânico; os agri-

cultores deixaram práticas antigas utilizadas na agricultura convencional, como queimadas e desmatamentos; a aplicação de diversas tecnologias simples foram agregadas em uma tecnologia social maior; a tecnologia foi reaplicada devido à sua simplicidade e baixo custo; o solo e a água estão sendo preservados devido à não utilização de agrotóxicos; a cultura de trabalho no campo está sendo resgatada; há aumento da autoestima do pequeno agricultor e valorização do trabalho no campo; contribuição na sustentabilidade financeira da família; valorização do produto agroecológico; círculo virtuoso dentro da propriedade e melhoria nos hábitos alimentares.

Na experiência visitada em Tocantins, os resultados em relação à participação do poder público também são notados. A Secretaria de Desenvolvimento Agrário de Palmas pôde colocar em prática os conceitos da comercialização solidária, criando na feira local um espaço destinado somente à comercialização de produtos do PAIS. Assim, iniciou-se na região uma prática de forte parceria com o poder público local, que auxiliou no quesito infraestrutura (empréstimo de trator, fornecimento de terra, entre outros) e na possibilidade de ampliar a comercialização dos produtos familiares.

Entretanto, um desafio presente na experiência é em relação à organização dos produtores para a comercialização, devido a inúmeros fatores, como terras muito distantes da cidade e dificuldades com o transporte. Para aumentar a comercialização dos produtos da agricultura familiar é importante a criação de associações de produtores, sendo estas facilitadoras desse processo, uma vez que possibilitam diversas ações integradas, como a compra de um veículo, por exemplo.

Em relação aos conhecimentos sobre a prática agroecológica, o desafio também se mostra presente, pois é necessário retomar, de tempos em tempos, os conhecimentos adquiridos na formação sobre as técnicas agroecológicas de produção e um constante resgate das práticas de adubação e controle orgânico de pragas. A criação de uma rede de intercâmbio entre as unidades do PAIS seria de grande utilidade, para troca de conhecimento e práticas utilizadas. Também é necessário ampliar a conscientização da população para a valorização dos produtos agroecológicos.

Por parte das famílias ainda se identifica a importância de trabalhar com o conceito de que a horta deve ser bonita e colorida: “comer com os olhos” e qualificar os hábitos alimentares com a diversidade da produção; entre os estudiosos da alimentação saudável, existe o consenso de que “a qualidade se dá pela diversidade”¹⁴.

A valorização, por parte de alguns agricultores, dos materiais recebidos, também é um desafio apontado pelos participantes no projeto – há falta de entendimento do custo social, necessitando valorizar o que vem “de graça”. Envolver os jovens nas atividades agrícolas também é um desafio apontado, além da continuidade, por parte da família agricultora, das tecnologias adquiridas do PAIS após a ausência de técnicos acompanhando o trabalho.

¹⁴ “A qualidade se dá pela diversidade” é um termo utilizado no campo da nutrição, com viés um pouco diferente da nutrição tradicional que preconiza a rigidez da pirâmide alimentar; nesta outra concepção, a alimentação deve ser diversa e colorida, ou seja, conter uma boa quantidade de frutas, verduras, grãos e alimentos de cores diferentes, e de forma alternada – não comer sempre a mesma coisa, tipo, arroz e feijão todo dia.

2. O CONTEXTO E AS CONEXÕES: TRANSVERSALIDADE NA EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA

2.1. ELEMENTOS PARA NOVOS PARADIGMAS DE PRODUÇÃO E CONSUMO

Agenda ambiental, bem viver, colaboração, corresponsabilidade, governança democrática, processos de desintermediação, valorização do local, inserção socio-laboral e geração de trabalho, emprego e renda são os elementos que possibilitam a transformação social, levantados pelo projeto Novos Paradigmas de Produção e Consumo. Analisando o objetivo do PAIS, podemos desmembrar as conexões existentes entre esses elementos.

a) Agenda ambiental

A produção agroecológica do PAIS permite avaliar muito bem a conexão existente com o elemento agenda ambiental a partir de plantações agrícolas que não utilizam adubos e insumos químicos em sua produção, e representam ganho ambiental por não poluírem o solo e não contaminarem a água com aditivos químicos que, uma vez aplicados no solo, atingem os lençóis freáticos e, conseqüentemente, as nascentes, lagos e rios próximos. A aplicação de insumos químicos também contribui para a poluição do ar, pois quando borrifados em grande intensidade nas plantações, dispersam suas partículas por quilômetros de distância, muitas vezes incalculáveis.

O produto orgânico é um produto limpo, saudável, que provém de um sistema de cultivo que observa as leis da natureza e todo o manejo agrícola, baseado no respeito ao meio ambiente e na preservação dos recursos naturais. A agroecologia é uma nova abordagem da agricultura, integrando diversos aspectos agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos na avaliação dos efeitos das técnicas agrícolas sobre a produção de alimentos e na sociedade como um todo.

b) Inserção sociolaboral, geração de trabalho, emprego e renda

A partir da comercialização dos alimentos agroecológicos, o PAIS promove a inserção sociolaboral e geração de trabalho, emprego e renda. A comercialização dos produtos do PAIS ainda é incipiente para a grande maioria das famílias, que sofrem com dificuldades de transporte e espaços para a venda de seus produtos que, por enquanto, são poucos. Essa comercialização está em fase inicial, mas com grandes perspectivas de auxiliar os produtores, devido a políticas e programas voltados para esse tema.

Os ganhos são grandes no quesito trabalho, uma vez que muitas famílias estavam sem nenhuma ocupação no campo, e com o PAIS tiveram um estímulo para cuidar da terra e da sua alimentação; produzindo parcialmente seu próprio alimento, essas famílias deixam de gastar com a compra de vegetais, beneficiando sua renda; a chamada descompressão da renda.

c) Valorização do local

A partir do momento que o produtor tem como resultado o aumento da produtividade e da comercialização, ele resgata o respeito pela terra e pelo local como um valor. A valorização do local é apropriada também pelos jovens que começam a ver a perspectiva de trabalho no local, com este movimento de produção e comercialização. Esta valorização também se dá por parte do poder público, que prioriza comprar dos pequenos agricultores da região, em vez de comprar os produtos agrícolas em locais distantes, favorecendo o processo de desintermediação.

d) Processo de desintermediação

Ao realizar a política da compra direta do produto da agricultura familiar, o poder público promove a eliminação do intermediário, que lucra à custa do produtor que não tem condição de comercializar os seus produtos. O processo de desintermediação possibilita também maior responsabilidade do produtor em relação à sua produção e ao bom desempenho da experiência, acentuando o sentido da colaboração e da corresponsabilidade.

e) Colaboração e corresponsabilidade

Tais aspectos são fundamentais na experiência do PAIS. Os agricultores têm autonomia para decidir alguns aspectos da tecnologia, como por exemplo, escolher os alimentos que vão plantar e como vão consumi-los ou comercializá-los. Os institutos parceiros do projeto também ganham respaldo para trabalhar em regime de corresponsabilidade e com espírito de colaboração junto aos agricultores. Muitas vezes esses institutos são responsáveis por criar essa visão participativa junto aos agricultores, dando autonomia em alguns aspectos e valorizando o conhecimento popular e tradicional dos agricultores. O poder público legitima também a importância da colaboração para o êxito da experiência e o bem-estar dos produtores, uma vez que estabelece programas e políticas para benefício deles.

f) Bem viver

A concepção de bem viver está inteiramente relacionada com os ganhos e benefícios trazidos pelo projeto. Benefícios na saúde, no orçamento familiar, na possibilidade de uma ocupação, entre outros destacados ao longo do relatório e que serão detalhados mais adiante.

A tecnologia social, na sua concepção, tem por princípio ser de fácil reaplicação, pois na sua maioria é simples e barata, voltada para a inserção sociolaboral. As tecnologias sociais muitas vezes atendem à demanda da agenda ambiental, por se tratar de tecnologias sustentáveis, utilizando materiais reaproveitados e com princípios de preservação dos recursos naturais. Possibilitam também a colaboração, a corresponsabilidade e o processo de desintermediação, pois dependem de um grupo de pessoas trabalhando juntas, onde todos são responsáveis pelo sucesso da experiência. A tecnologia social, diferentemente da tradicional, visa o bem vi-

ver, uma vez que é inclusiva e com grandes possibilidades de transformação na vida pessoal e profissional dos envolvidos. Percebe-se, então, que a tecnologia social PAIS está relacionada a quase todos os elementos que visam o alcance de novos paradigmas de produção e consumo, demonstrando maior intensidade com alguns elementos em relação a outros.

2.2. MARCOS LEGAIS E REGULATÓRIOS

A Tecnologia Social PAIS abarca em sua proposta diversas temáticas, como o acesso à terra e ao alimento, práticas agrícolas sustentáveis, inclusão social da agricultura familiar, entre outras. Todas essas temáticas encontram-se inseridas em um enfoque mais amplo, o da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Desde a primeira metade do século XX, o país avança na construção de ações com reflexos nas condições de alimentação e nutrição, como a instituição do salário mínimo em 1940, a implantação de programas de abastecimento, alimentação escolar e refeitórios para trabalhadores, nos anos 1950. Cabe destacar a contribuição do médico, sociólogo, geógrafo e político pernambucano Josué de Castro, que dedicou o melhor de seu tempo e de seu talento para chamar a atenção para o problema da fome e da miséria. Com o programa Fome Zero, em 2003, o tema da alimentação veio à tona novamente, com diversas ações e políticas implantadas. O ano de 2003 constitui-se em um marco no impulso da temática da segurança alimentar. A partir do programa Fome Zero foram realizadas diversas ações, a exemplo da recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), contribuindo para a difusão de propostas relacionadas à SAN nos diversos ministérios e secretarias nacionais.

Mais recentemente, em 2006, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), Lei nº 11.346, foi sancionada pelo Presidente da República, tornando o acesso à alimentação uma política de Estado. A lei institui o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), cuja missão é formular e implementar políticas e planos de SAN, bem como promover o acompanhamento, monitoramento e avaliação da SAN no país. Por meio da Lei Orgânica foi concebida a Câmara Interministerial, que reúne os ministérios e secretarias especiais que têm relação com o tema, e o Consea passou a ter caráter permanente.

A partir deste ano de 2010, a alimentação alcançou o *status* de direito humano garantido na Constituição Federal. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 047/2003, já promulgada, inclui o direito humano à alimentação, entre os direitos sociais da Carta Magna. Com o nome “Emenda Constitucional 64, de 2010”, a aprovação altera o Artigo 6º da Constituição, para introduzir a alimentação como direito social.

A definição brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional, formulada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), aprovada na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2004) e, posteriormente incorporada na Losan, faz referência às questões alimentares do conjunto

da população, e não apenas dos segmentos mais vulneráveis, ao incluir, simultaneamente, a dimensão nutricional, a disponibilidade (*food security*) e a segurança (*food safety*) dos alimentos:

Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/2004) incluiu pela primeira vez um indicador de segurança alimentar e nutricional, gerando importantes informações sobre a situação alimentar no nível domiciliar em âmbito nacional, utilizando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) para classificar os domicílios em quatro categorias: segurança alimentar (SA), insegurança alimentar leve (IA leve), insegurança alimentar moderada (IA moderada) e insegurança alimentar grave (IA grave). Em 65,2% dos cerca de 52 milhões de domicílios particulares, onde residiam 109 milhões de pessoas, havia situação de segurança alimentar, enquanto nos restantes 34,8%, onde viviam 72 milhões de pessoas, foi identificada situação de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave).

A insegurança alimentar moderada ou grave, que significa restrição de acesso em termos de quantidade de alimentos, ocorreu em 18,8% dos domicílios, nos quais viviam 39,5 milhões de pessoas. Para o estudo em questão, importa destacar que a prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave é maior nos domicílios das áreas rurais que nos das áreas urbanas. Enquanto na área urbana 11,4% estavam em condição de IA moderada e grave, no meio rural eram 17%. Portanto, é importante frisar que as tecnologias sociais promovem a segurança alimentar e nutricional por dois ângulos: pela valorização do agricultor familiar como ofertante de alimentos, e pela melhoria do padrão alimentar por meio da produção para o autoconsumo.

Para além dos problemas relativos à produção e comercialização de alimentos, a interface entre a produção de alimentos e a SAN diz respeito às ações, programas e políticas que têm como objetivo a garantia de direitos para a ampliação e maior integração dos agricultores familiares ao sistema produtivo. O Relatório Final da III Conferência Nacional de SAN (2007) destaca a questão da concentração da terra e da reforma agrária:

Tem sido negado o direito à terra a mais de 2 milhões de famílias rurais. A concentração fundiária e a morosidade na implantação da reforma agrária constituem hoje um dos principais obstáculos ao desenvolvimento e consolidação dos sistemas familiares de produção rural no Brasil. O desenvolvimento da agricultura familiar e do agroextrativismo é estratégico para a soberania e a segurança alimentar e nutricional das populações do campo e da cidade. Integra esse quadro o acirramento da violência no campo, a criminalização da luta pela terra e da ação dos movimentos sociais, a morosidade da justiça, o êxodo rural e a situação de vulnerabilidade social vivenciada por parcelas significativas da população urbana (CONSEA, 2007, p.17).

Maluf e Zimmerman (2005) destacam a agricultura familiar no Brasil como um universo significativo e diversificado que tem enfrentando várias dificuldades no acesso, exploração da terra e apropriação dos frutos de seu trabalho. Ainda assim, constitui um segmento importante na construção de uma sociedade equitativa e ambientalmente sustentável.

Indo ao encontro deste universo, o Brasil avançou no tema da SAN com a recente assinatura, pelo presidente do país, do decreto da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), prevista pela Losan. Alguns dos objetivos específicos da PNSAN abrangem a identificação dos fatores da insegurança alimentar e nutricional: articulação de setores, respeito à diversidade alimentar, criação de instrumentos de exigibilidade, proteção à agricultura familiar e à biodiversidade, estímulo a sistemas alimentares sustentáveis de base agroecológica e inclusão da soberania alimentar como política de Estado.

2.3. TECNOLOGIA SOCIAL: SOCIALIZANDO E MULTIPLICANDO NOVOS PROJETOS

O caráter social da tecnologia constitui outro viés da experiência PAIS, abrangendo produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social.

É um conceito inovador, considerando-se a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação dos projetos. Baseia-se na disseminação de soluções para problemas voltados à demanda de alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, dentre outras. As tecnologias sociais aliam saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico. Importa essencialmente que sejam efetivas e reaplicáveis, propiciando desenvolvimento social. Cada vez mais as tecnologias sociais vêm contribuindo para a inclusão social, geração de trabalho e renda, promoção do desenvolvimento local sustentável, dentre outros desafios.

No que se refere à reaplicação, é implícita a necessidade de recriação, onde serão agregados novos valores e significados. Reaplicar, portanto, abre a possibilidade de inovação.

A criação de uma rede de tecnologia social surgiu da iniciativa de várias instituições que trabalham com projetos sociais de geração de trabalho e renda, e fomento tecnológico, a partir do entendimento de que as soluções dos principais problemas do país e as experiências de sucesso ficavam restritas a algumas localidades, e marcadas por ações que possuíam poucas conexões entre si, resultando na pulverização de recursos.

O primeiro encontro sobre o projeto de tecnologia social aconteceu em julho de 2004, em Brasília, e a partir daí várias organizações da sociedade civil, instituições governamentais, empresas, universidades e institutos de pesquisa passaram a participar do processo de discussão e construção e, em novembro do mesmo ano, ocorreu a 1ª Conferência Internacional e Mostra de Tecnologia Social. Na ocasião, foi lançado o livro *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. A

Rede de Tecnologia Social (RTS) foi lançada em 14 de abril de 2005, em Brasília, de forma articulada e organizada, fruto de meses de debates e intensa participação. A partir da criação da RTS foi possível a abertura de canais de intercâmbio entre as diversas tecnologias sociais, presentes não só no Brasil como em outras partes da América, interagindo conceitos e temáticas e possibilitando integrá-los a um processo maior de atuação.

2.4. POLÍTICAS PÚBLICAS EXISTENTES E EM CONSTRUÇÃO

a) Federais

As políticas públicas voltadas para o campo da agricultura familiar, da reforma agrária e da segurança alimentar e nutricional são as que possibilitam beneficiar e agregar valor à tecnologia PAIS. Há uma articulação da FBB com o governo federal para incluir no financiamento do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) as unidades do PAIS. O objetivo maior da FBB é que a tecnologia social PAIS se torne, ela própria, uma política pública, com recursos definidos no orçamento da União e com técnicos do poder público designados para a assessoria técnica e o acompanhamento das unidades implantadas.

O Pronaf financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país.¹⁵

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações do Fome Zero, cujos objetivos são: garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada; promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar; promover o abastecimento institucional com alimentos, o que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, incluída a alimentação escolar; e, finalmente, constituir estoques estratégicos dos alimentos produzidos pela agricultura familiar.

O programa adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência, que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, havendo um limite de venda ao ano, estabelecido no Decreto; além disso, os agricultores familiares devem se enquadrar no Pronaf.¹⁶

Outra política pública existente, que pode trazer muitos benefícios à experiência do PAIS e toda a prática agroecológica ligada aos pequenos produtores, é a lei que institui a compra de pelo menos 30% de produtos da agricultura familiar destinados à merenda escolar. Os produtos devem ser comprados sem licitação, priorizando os alimentos agroecológicos. Os recursos são do Fundo Nacional de

¹⁵ Disponível em: www.comunidade.mda.gov.br.

¹⁶ Disponível em: www.mds.gov.br.

Desenvolvimento da Educação (FNDE), repassados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). É uma lei recente, que se concretizou a partir de inúmeros debates entre poder público e sociedade civil, a favor da agricultura familiar e da SAN; uma lei que possibilitará ser incorporada ao Sisan, que visa agregar as políticas existentes nos temas correlatos à SAN.

Recentemente, foi assinado o Decreto da PNSAN, que estabelece oito diretrizes relacionadas com o acesso à alimentação, a prioridade para as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, os sistemas alimentares sustentáveis e descentralizados, a educação alimentar e nutricional, o acesso à água e o monitoramento do direito à alimentação, entre outras linhas.

Com o objetivo de a própria tecnologia social PAIS se tornar uma política pública, algumas secretarias nacionais e ministérios, a exemplo do MDS, estão se articulando para efetivar programas que beneficiem e se apropriem dessa tecnologia, visando a inclusão da agricultura familiar. O MDS iniciou um processo de apoio financeiro para comercialização da produção familiar em feiras livres, lançando editais públicos para projetos de comercialização direta de produtos da agricultura familiar e/ou tradicional, que respeitem as culturas locais e incentivem a produção agroecológica, sustentável, de qualidade e a baixo custo. A proposta visa efetivar o direito humano à alimentação, agora garantido na Constituição Federal. O público-alvo são agricultores familiares atendidos pelo Pronaf, agricultores urbanos e periurbanos, e beneficiários do Bolsa Família. A prioridade será dada a aglomerações urbanas com maiores percentuais de insegurança alimentar e nutricional, e mais baixo IDH. Os critérios são estipulados, respectivamente, pela Pnad 2004 (Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar com referência naquele ano) e pelo Pnud 2000 (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e incluem ainda a participação do município no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.¹⁷

Outra ação do MDS, visando garantir recursos e programas continuados da tecnologia PAIS, foi o edital lançado especificamente para os municípios implantarem o PAIS. Mais ações mostram a evolução da temática da agricultura familiar, como é o caso da Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária – Brasil Rural, que aconteceu recentemente, no Cais do Porto, em Porto Alegre. “Esta feira mostra que valem a pena os investimentos do governo federal na agricultura familiar”, disse o ministro do desenvolvimento agrário, Guilherme Cassel, que esteve presente. “O censo do IBGE mostrou que a agricultura familiar tem apenas 24% da área agricultável do país, mas é responsável por 38% do valor da produção”, completou.

b) Estaduais

Apenas em alguns estados onde as unidades do PAIS foram implantadas e estão

17 Boletim Informativo Ascom, 23/fevereiro/2010. Disponível em: www.mds.gov.br.

avancadas no âmbito da produção está ocorrendo algum beneficiamento via PAA. No caso de Tocantins, somente algumas famílias que já trabalhavam com produção e comercialização de hortaliças conseguiram comercializar os produtos por meio desse programa. Os alimentos adquiridos pelo programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais, e demais cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens.

Entretanto, cada estado onde o PAIS foi implantado tem suas políticas próprias de apoio à agricultura familiar e agroecológica.

c) Municipais

Na experiência estudada em Tocantins destaca-se que, em Palmas, a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural mantém alguns programas dentro da temática da segurança alimentar, do abastecimento e da produção agroecológica. Em parceria com a FBB, a Secretaria desenvolve um programa para qualificar e auxiliar os feirantes na estrutura das barracas na feira, além de oferecer um espaço exclusivo para os produtos do PAIS. Há também um programa chamado “Feira do produtor”, na qual só entra o próprio produtor para comercializar seus produtos, sem o conhecido “atravessador”. Em Palmas, o PAA já acontece com diversos produtores da agricultura familiar, e somente com algumas famílias do PAIS.

Ainda em Palmas, a Secretaria de Assistência Social possui também um programa de compra direta da produção da agricultura familiar para depois distribuir às creches e serviços conveniados, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Pela Secretaria de Educação é realizado o programa de compra de produtos da agricultura familiar para abastecer parte da merenda escolar, atendendo à Lei nº 11.497, sancionada em junho de 2009, determinando que, no mínimo, 30% da merenda escolar seja comprada diretamente de agricultores familiares.

A Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural possui outros programas ligados ao tema da segurança alimentar e agricultura, a exemplo das 20 hortas comunitárias, mas como não são o foco da presente pesquisa, não serão referenciados aqui.

Em outro município estudado, Porto Nacional, a 70 km de Palmas, também existem programas públicos que definem uma política pública local. A prefeitura fomenta a agricultura orgânica e a consciência ambiental por meio de incentivos aos pequenos produtores e projetos em parceria com o MDA. Foi criada uma lei municipal para possibilitar o programa PAA do governo federal.

Uma política interessante, definida para a merenda escolar, e que se mostra uma tecnologia social importante de ser reaplicada é a Cozinha Central gerenciada pela prefeitura, que produz toda a alimentação da merenda escolar e de outras unidades públicas; as refeições ali produzidas são distribuídas com transporte também custeado pela prefeitura. Recentemente, iniciaram a compra dos alimentos para a produção das refeições, diretamente dos pequenos produtores.

Dentro desse contexto de programas e políticas municipais, é possível a promoção do PAIS dentro de uma perspectiva transformadora de não beneficiar apenas os grandes produtores. Pelos princípios da tecnologia social e a maneira como o PAIS vem sendo aplicado e desenvolvido, há grandes possibilidades de integrar a experiência a essas políticas apresentadas.

2.5. ARTICULAÇÕES E REDES: CONEXÕES FUNDAMENTAIS

Em todo o Brasil, governo, sociedade civil, iniciativa privada, instituições de ensino, extensão e pesquisa estão reunindo esforços a fim de buscar soluções para os problemas socioeconômicos do país. A RTS, criada em abril de 2005, insere-se nesse cenário como estratégia para o desenvolvimento e a integração de diferentes agentes da sociedade, visando a construção de uma nova estrutura social.

Por isso, a missão da RTS é reunir, organizar, articular e integrar um conjunto de organizações e suas ações, com o propósito de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável, mediante difusão e reaplicação de tecnologias sociais.

A concepção de rede também tem se expandido no Brasil, com a criação de diversas redes temáticas. A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) reúne movimentos, redes e organizações engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural.

A atuação da ANA está ancorada em dois objetivos principais: de um lado, favorecer os fluxos de informação e o intercâmbio entre as experiências concretas e as dinâmicas coletivas de inovação agroecológica e o desenvolvimento local, integrando esforços de movimentos sociais e de redes locais e regionais. De outro lado, fortalecer a capacidade do movimento agroecológico de refletir sobre suas experiências, sistematizando e socializando seus ensinamentos e construindo propostas de políticas públicas para fortalecimento do campo agroecológico.

Outras inúmeras redes estão se formando no Brasil, e outras tantas já existem e atuam há bastante tempo. A maioria com o objetivo de construir uma nova estrutura social, pautada em princípios de sustentabilidade social, ambiental e econômica. Sobre esses insumos do PAIS para a concepção de rede, vale acrescentar o trecho abaixo:

Uma das mais importantes considerações da compreensão sistêmica da vida é a do reconhecimento que redes constituem o padrão básico de todo e qualquer sistema vivente. Ecossistemas são entendidos como teias de alimentos; organismos são redes de células, e células são redes de moléculas. Onde quer que nos deparemos com vida, constatamos redes. A vida no campo social também pode ser compreendida em termos de rede, mas não estamos aqui abordando reações químicas; e sim comunicações. Redes vivas em comunidades humanas são as redes de comunicação. Assim como as redes biológicas são também autogeradoras, mas o que geram é especialmente o impalpável. Cada comunicação cria pensamentos e significados, os quais, por sua vez, dão lugar a comunicações posteriores, e assim uma rede inteira gera a si própria (CAPRA, 2003).

3. ANÁLISES TRANSVERSAIS

3.1. A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

O Brasil tem uma rica biodiversidade: terra fértil, clima excelente, propício para a produção de diversos produtos agrícolas durante o ano todo. Entretanto, o histórico de ocupação das terras brasileiras, desde a época de sua colonização, ocorreu de forma irregular e injusta, desembocando na realidade que se tem hoje, de inúmeras e extensas propriedades rurais nas mãos de poucos empresários e agricultores que trabalham somente com a monocultura e a agricultura de exportação.

A Reforma Agrária é uma política nacional que visa a divisão de terras, ou seja, propriedades particulares (latifúndios improdutivos) são compradas pelo governo a fim de loteá-las e distribuí-las para famílias que não possuem terras para plantar. Dentro desse sistema, as famílias que recebem os lotes ganham também condições para desenvolver o cultivo: sementes, instalação de irrigação e eletrificação, financiamento, infraestrutura, assistência social e consultoria.

Todo o processo de reforma agrária cabe ao governo por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Ao contrário do que muitos pensam, a reforma agrária é realizada no país dentro das leis vigentes, respeitando a propriedade privada e os direitos constituídos. Não visa apenas distribuir terras, mas sim garantir aos pequenos agricultores condições de desenvolvimento agrário e produtividade, gerando renda e melhores condições de vida para as famílias assentadas.

Conforme o Estatuto da Terra, criado em 1964, o Estado tem a obrigação de garantir o direito à terra para quem nela vive e trabalha. No entanto, esse estatuto não é posto em prática, visto que várias famílias camponesas são expulsas do campo, tendo suas propriedades adquiridas por grandes latifundiários.

A realização da reforma agrária no Brasil é lenta e enfrenta várias barreiras, entre elas podemos destacar a resistência dos grandes proprietários rurais (latifundiários), dificuldades jurídicas, além do elevado custo de manutenção das famílias assentadas, pois elas recebem lotes de terras da reforma agrária e necessitam de financiamento com juros baixos para a compra de adubos, sementes e máquinas. Os assentamentos necessitam de infraestrutura, entre outros aspectos. Porém, é de extrema importância a realização da reforma agrária no país, proporcionando terra para a população trabalhar, aumentando a produção agrícola, reduzindo desigualdades sociais, democratizando a estrutura fundiária.

Para efetivar essa política pública foram lançados diversos programas complementares, a exemplo do Programa Nacional de Crédito Fundiário, no qual o produtor que será assentado poderá escolher a terra que quer comprar. Por meio do programa, ele recebe assessoria para fazer a escolha, no momento do plantio e na decisão de como aproveitar melhor a terra, diferentemente dos Assentamentos do Incra, nos quais as famílias fazem um cadastro e esperam o remanejamento das terras, tendo pouca assessoria para a produção após se instalarem.

Sobre a experiência estudada – tecnologia social PAIS – percebe-se a importância de se efetivar essa política de reforma agrária, uma vez que o perfil das pessoas assentadas condiz exatamente com o das pessoas beneficiárias do PAIS: pequenos agricultores(as), índios, quilombolas e comunidades tradicionais. Mesmo que cada uma dessas etnias já seja contemplada com políticas definidas para a conquista de seus territórios (demarcação de terras indígenas, por exemplo), é de extrema importância que esse processo aconteça em conjunto com as ações do Incra na reforma agrária, havendo mais igualdade e justiça na distribuição das terras.

Em Tocantins, 46 das 80 unidades do PAIS encontram-se em assentamentos da reforma agrária. Em entrevista com o engenheiro agrônomo responsável pelo acompanhamento técnico das unidades do PAIS dessa região, constata-se que as famílias residentes nos assentamentos têm o perfil ideal para receber as unidades PAIS, devido a sua origem camponesa e pelo fato de já terem trabalhado com a terra.

Assim, a Reforma Agrária mostra-se uma política pública que muito beneficia projetos dessa natureza, necessitando, entretanto, de maior empenho do governo e de seus órgãos correlatos para efetivação das ações.

Com o programa Fome Zero lançado em 2003, no governo do presidente Lula, muitas políticas voltadas para a segurança alimentar e a agricultura familiar foram criadas, surgindo um novo momento na história do país, resgatando e valorizando a cultura alimentar e os seus produtores que são, na sua maioria, provenientes da agricultura familiar. Beneficiando este setor da sociedade, uma ação a ser destacada é a criação da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que desenvolve programas de assistência alimentar, além de integrar algumas políticas e programas com outras secretarias de diferentes ministérios. No governo do presidente Lula foram criadas ainda, dentro do MDA, secretarias distintas, uma voltada para o agronegócio, e outra especificamente para a agricultura familiar.

O PAA é um exemplo de programa desenvolvido pelo MDS e pelo MDA, com viés para o agricultor familiar e os beneficiários, que receberão alimentos frescos e saudáveis. O programa ainda tem uma atuação tímida em muitos estados, e alguns entraves burocráticos inviabilizam a compra de produtos necessários ao cultivo, além de não fornecer assessoria técnica suficiente ao pequeno produtor.

A avaliação que muitos fazem é de que falta integração entre os programas existentes, os ministérios e as secretarias. A nova lei do Pnae, que obriga a compra de 30% de produtos provenientes da agricultura familiar para a merenda escolar, foi uma excelente política adotada, mas que ainda requer muito avanço na sua efetivação e, até mesmo, no entendimento por parte dos municípios sobre como adotar esse procedimento.

A partir do Fome Zero, diversos programas e políticas foram implantados,

garantindo a muitas comunidades o acesso digno ao alimento. Porém, no campo da agricultura familiar os avanços foram menores, por inúmeros fatores, dentre eles o fato de a política voltada para o agronegócio ter peso maior na tomada de decisões.

Por outro lado, as experiências inovadoras vão ganhando espaço na agenda política, como é o caso do PAIS, que “ganhou” a confiança do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, abrindo este um edital para os municípios instalarem as unidades do PAIS.

A exemplo de muitas outras ações locais, o PAIS adquiriu experiência suficiente para servir como modelo de programa e política pública a ser implantado de fato pelo poder público, que é quem detém o poder de dialogar com os grandes empreendedores, que ainda predominam em nosso sistema de produção e consumo.

3.2. BEM VIVER: O BENEFÍCIO REAL DA EXPERIÊNCIA

Em tempos de inúmeras crises na sociedade humana, tanto em questões externas (crise ambiental, crise financeira), como questões internas do ser humano (depressão, agressividade), falar em bem viver torna-se algo complexo e desafiante.

Quando se trata desse tema com estudiosos, pesquisadores e afins, ele se torna instigante, cheio de possibilidades e análises sob vários pontos de vista. Quando é tratado com pessoas de menos estudo, semianalfabetas, que vivem em locais distantes da cidade e, conseqüentemente, da vida moderna, a análise sobre bem viver torna-se simples e, algumas vezes, distante.

Pudemos observar nas entrevistas realizadas em Tocantins que, para as pessoas de baixa renda, o sentido do bem viver é ter um lugar para morar, alimentos na mesa e ser feliz. Alcançar outras metas, como um transporte para vender as hortaliças na cidade, torna-se um sonho a mais que lutam para conseguir. No entanto, essas projeções são vistas como um sonho à parte de suas vidas e que, se não forem concretizadas, o seu bem viver não será afetado.

Ou seja, as projeções e expectativas futuras são possibilidades na vida dessas pessoas, que podem se tornar reais ou não, a depender de inúmeros fatores. Essas projeções são vistas como um sonho à parte de suas vidas, que se não forem concretizadas, o seu bem viver não é afetado, pois as coisas básicas para esta vida simples e feliz já existem.

Por meio do conceito sistêmico e amplo do bem viver, é possível estabelecer conexões entre o tempo destinado ao trabalho, ao lazer, à saúde e à qualidade ambiental do espaço em que se vive. Percebe-se que esses últimos aspectos são inerentes à vida das pessoas do campo. Não é considerado algo a mais, mas uma questão de sobrevivência, que está acima de qualquer outra coisa. Precisam lutar por ela a cada dia com suas inúmeras dificuldades, tais como as longas distâncias e a falta de transporte, até mesmo para o acesso das crianças às escolas, como as dificuldades para o trabalho no campo, que nem sempre é muito produtivo.

A sobrevivência está para elas acima de tudo. Precisam lutar por ela a cada dia com suas inúmeras dificuldades, como a distância e a falta de transporte

até mesmo para o estudo das crianças, como as dificuldades para o trabalho no campo, que nem sempre é produtivo e as dificuldades no entendimento da exigibilidade de seus direitos tendendo a serem exploradas por inúmeros segmentos da sociedade.

No questionário realizado na pesquisa de campo, as maiores dificuldades de compreensão se deram na dimensão sobre o uso do tempo, na governança e cidadania, questões para eles distantes de sua realidade. A dimensão da cultura está ainda mais fora da realidade, uma vez que muitos agricultores de Tocantins vivem distantes uns dos outros. Pelo fato de as terras serem longínquas da cidade e de alguns vilarejos, fica impossibilitada a participação desses agricultores(as) nos festejos, além de outro fator colocado por eles, que se refere ao cansaço físico após um longo dia de trabalho; eles preferem aproveitar as horas vagas para descansar. Por questões históricas do estado, também se avalia a perda cultural da região – poucas festas típicas e tradicionais –, muito por causa dessa fragmentação do estado de Goiás, que por muitos anos permaneceu pouco povoado.

O estudo realizado sobre a experiência do PAIS tem o foco na melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários, no que diz respeito ao meio ambiente, à saúde e à alimentação. Ao questionar sobre o bem viver das pessoas dentro dessas dimensões, elas rapidamente fazem a relação com os benefícios trazidos pelo projeto, embora algumas vezes sintam dificuldade de relacionar os benefícios ambientais do projeto com os benefícios na área da saúde. A relação se dá mais em torno da alimentação, ou seja, a alimentação melhora, a saúde melhora, mas o raciocínio não é o mesmo em relação à melhora ambiental.

Através da visão sistêmica, pode-se perceber a relação que a tecnologia PAIS faz com outros temas e dimensões do bem viver, como a área da educação e o acesso à informação, uma vez que as famílias passam por formações e estão em constante contato com os técnicos do projeto. Entretanto, algumas informações adquiridas nas formações não se sustentam na realidade, fazendo com que rapidamente eles se esqueçam do que aprenderam durante o processo.

Talvez o foco exclusivo do projeto PAIS na produção agroecológica para a subsistência e comercialização dos produtos, dificulte o entendimento da relação com outros programas. Os técnicos que visitam as propriedades poderiam fazer um pouco mais o papel de levar constantemente informações dos programas existentes no governo. De outro lado, para atingir o quadro do bem viver em sua plenitude, talvez seja necessário o desenvolvimento simultâneo de diferentes projetos que dialoguem entre si e se complementem, visando a melhoria na qualidade de vida em seus diferentes aspectos. Uma experiência só não dá conta de atingir a plenitude do bem viver.

No entanto, a partir do questionário realizado com as famílias, percebe-se quanto importante é a existência de experiências como o PAIS, que visam beneficiar alguns aspectos da vida dessas famílias.

3.3. GÊNERO E RAÇA: IGUALDADE NAS DIFERENÇAS

Tocantins tem em sua história uma construção pautada na diversidade racial, pelo fato de fazer fronteira com outros cinco estados brasileiros. Como já citado anteriormente, ele foi fruto do desmembramento do estado de Goiás. A criação de estado do Tocantins abriu as portas para a chegada de migrantes oriundos de todos os estados vizinhos, muitos do Maranhão, caracterizado fortemente por quilombolas. A inclusão desse segmento entre os beneficiados pelo PAIS, imprimiu um aspecto de diversidade racial no projeto.

No aspecto de gênero, outra estratégia inclusiva do projeto diz respeito à participação das mulheres, que podem ser as “donas” da unidade implantada, ou seja, um dos critérios para a implantação da unidade do PAIS é que a propriedade esteja em nome de alguém da família, e que essa pessoa resida no local. Encontramos diversas situações em que a terra está em nome da mulher; sendo assim, o *kit* para a implantação do PAIS vem em nome dela, mesmo que trabalhe fora e não efetivamente na horta. Na realidade encontrada nas unidades visitadas do PAIS, a maioria das mulheres trabalha fora, ficando apenas um período dentro de casa. Muitas vezes é o homem quem fica em casa, cuidando da horta e dos afazeres domésticos enquanto a mulher trabalha fora.

Com essa identificação surge a reflexão sobre a diferenciação que existe nos papéis dos homens e das mulheres. A partir da consolidação do capitalismo, há a ideia de uma divisão entre as esferas pública e privada, sendo que a esfera privada é considerada como o lugar próprio das mulheres, do doméstico, do cuidado. A esfera pública é considerada como o espaço dos homens, dos iguais, da liberdade, dos direitos.

A partir desse pensamento surge a concepção de que a mulher deve ficar cuidando da casa, e que o homem deve trabalhar fora. Mas esse modelo de vida nunca existiu de verdade desse jeito. Na realidade, uma pequena parcela de mulheres vive nessa situação. As mulheres negras, por exemplo, sempre trabalharam fora de casa, primeiro como escravas, e depois na prestação de serviços domésticos ou como vendedoras ambulantes. Para as camponesas, o que é chamado de cuidar da casa esconde o trabalho na roça, a produção de artesanato, o cultivo da horta, a criação de animais, os afazeres da produção de mercadorias, cuja venda contribui para o sustento da família. Além disso, muitas mulheres na cidade vivem sozinhas com seus filhos e são responsáveis pela manutenção da casa, e muitas outras trabalham fora e dividem com o marido o sustento da casa (FARIA E NOBRE, 2007).

É exatamente essa a realidade encontrada nas unidades visitadas do PAIS. As mulheres em sua maioria trabalham fora, ficando apenas um período em casa. O homem, muitas vezes, é quem fica em casa, cuidando da horta e dos afazeres domésticos. As mulheres acompanham de perto o projeto, uma vez que, devido à tradição das práticas sociais diferentes segundo o sexo, são elas que se responsabilizam pelo preparo dos alimentos, pelo cuidado com os filhos, pelos diversos afazeres domésticos e também pelos cuidados com a horta. Percebe-se que, quando a

mulher está mais inserida no meio social, por exemplo, profissionalmente, ela também tem maior poder de decisão dentro de casa, além de compartilhar todo o planejamento com a família.

3.4. DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

Durante décadas, a agricultura, na grande maioria do território brasileiro, esteve baseada em práticas insustentáveis de produção. As chamadas práticas convencionais/ tradicionais trouxeram enormes dívidas para a natureza e sua biodiversidade. Os maiores danos causados com essas práticas tradicionais foram para o solo, pois é nele que se pratica a agricultura, e em muitos lugares ele perdeu a riqueza de nutrientes devido à má utilização.

Ao iniciar um trabalho com a concepção de agricultura ecológica, dentro de um contexto onde a maior parte do solo está desgastada, são necessários cuidados especiais, demandando tempo e firmeza no paradigma ecológico, e esse aspecto dificulta, em muitos casos, a sua manutenção. As práticas tradicionais, em sua grande maioria, são mais fáceis e acessíveis, em algumas situações com resultados mais rápidos, a exemplo da aplicação de defensivos para combate às pragas.

Sendo assim, o desafio está na formação constante dos agricultores, até mesmo os que já utilizam a agroecologia em sua produção, e no resgate e acompanhamento para não se deixarem influenciar pelo apelo das grandes empresas agrícolas, que querem a todo custo vender seus produtos.

Situação parecida é vivenciada na prática da alimentação saudável; por causa dos inúmeros apelos das indústrias alimentícias, as pessoas acabam caindo na facilidade oferecida pelos alimentos industrializados e pré-fabricados. Para o enraizamento da alimentação como promotora de saúde, aliada à valorização da cultura alimentar local, é necessário um constante trabalho de reeducação alimentar. Atualmente há muita informação sobre os benefícios dos alimentos orgânicos para a saúde. O acesso a esses alimentos também vem se ampliando e ganhando espaço nas escolhas dos consumidores, que algumas vezes não conseguem adquirir esses produtos em razão dos elevados preços, em comparação às hortaliças cultivadas de forma tradicional.

Outro aspecto que gera desconforto para o consumidor, diz respeito à estética dos alimentos orgânicos – que normalmente são menores e menos exuberantes, necessitando um trabalho também de conscientização dos consumidores e dos próprios produtores, pois nem todos têm o hábito de consumir esses vegetais.

A questão da comercialização é um dos maiores desafios no campo da produção familiar agroecológica, por causa das dificuldades no escoamento dos produtos. Os pequenos agricultores, em sua maioria, não têm transporte próprio, as propriedades rurais são distantes da cidade, e esses fatores geram dificuldades de locomoção e também de organização para a venda dos produtos. Uma estratégia adotada para enfrentar esse desafio é a criação de associações de produtores. Dessa maneira é possível pensar em transporte comum e socializado entre os produto-

res, além de facilitar a inserção dos produtos nas feiras, por causa da maior variedade e quantidade de produtos agrícolas.

A ineficácia das políticas públicas se mostra latente nesse campo da comercialização e do beneficiamento dos pequenos produtores. Sem o auxílio do poder público, tanto na esfera municipal quanto na esfera federal, fica difícil para os pequenos produtores se sustentarem. Muitas vezes, os intermediários se mostram como a única alternativa de comercialização para os pequenos agricultores, pois são eles que detêm transporte e articulação junto a feiras e estabelecimentos comerciais.

Além das políticas públicas, é importante que se crie uma rede de fortalecimento dessas experiências destinadas à agroecologia na agricultura familiar. A exemplo do que já acontece com a ANA, deveriam existir diversas microrredes difundidas pelos estados brasileiros.

A concepção de rede é fundamental para estabelecer e garantir a aplicação de novos paradigmas de produção e consumo. Para enfrentar melhor as dificuldades e os desafios encontrados pelos participantes da tecnologia social PAIS, seria interessante a criação de uma rede de intercâmbio entre as unidades. Isso possibilitaria trocas e sugestões em relação a tecnologias de plantio e alternativas de comercialização.

Outro desafio que pode ser socializado nessa rede de intercâmbio é em relação à participação dos jovens. Como envolver os jovens nas atividades agrícolas? Em cada família estudada na experiência, percebe-se uma alternativa diferente para enfrentar essa realidade.

Também foi colocado pela instituição parceira do PAIS em Tocantins, o IBA, o desafio em relação à continuidade, por parte das famílias agricultoras, do uso das tecnologias adquiridas pelo PAIS após a ausência de técnicos acompanhando o trabalho (pelo projeto, o acompanhamento técnico se dá nos dois primeiros anos após a implantação da unidade do PAIS na propriedade).

Para manter uma experiência como a tecnologia social PAIS sempre em funcionamento e com bons resultados são necessárias estratégias que garantam um compromisso junto aos órgãos públicos e de financiamento, e uma mobilização dos beneficiários da experiência, para que estes se organizem e consigam ter o controle social dessa aplicação.

Além disso, é necessário um aprimoramento na cultura do trabalho intersetorial, facilitando as mediações entre secretarias e ministérios, no que diz respeito aos desafios burocráticos, que muitas vezes se tornam um impedimento para o êxito da experiência.

A agroecologia, com seu tripé da sustentabilidade ambiental, econômica e social, parte do princípio da simplicidade na sua maneira de enfrentar e combater o padrão de produção dominante. Aos poucos, ela foi ganhando espaço e respeito dentro das práticas agrícolas; os conhecimentos tradicionais, que utilizam técnicas agroecológicas há décadas, também ganharam maior reconhecimento e respeito

perante os pequenos agricultores e alguns setores do poder público e da sociedade como um todo.

Os diversos projetos e programas que atuam nessa área comprovam a valorização da agroecologia. Entretanto, mesmo com os benefícios e conquistas relevantes trazidos por essas experiências, é possível notar o quadro de pobreza, fome, desmatamento e exclusão social que se apresenta, até mesmo nas localidades onde as experiências são desenvolvidas. Porém, o fato é que ainda assim os projetos se sustentam, na medida do possível, e perseveram no propósito a que vieram – enfrentar a problemática atual de segregação social e degradação ambiental, trazendo soluções definitivas e que resultem efetivamente em uma nova sociedade, pautada em novos paradigmas de produção e consumo.

Os desafios para implantar ações concretas, que possibilitem realmente uma transformação nos modos de produção e consumo, são enormes. Um constante trabalho de redefinição e afirmação dos conceitos deve ser desenvolvido com a sociedade civil e com o poder público. Foram apresentados alguns problemas e algumas possíveis soluções neste relatório, a fim de combater, ou ao menos suavizar, os efeitos do modelo hegemônico de produção e consumo. A análise que se pôde fazer é de que existem muitas possibilidades de enfrentamento dos problemas inseridos nesse paradigma hegemônico de exclusão, injustiça, exploração dos recursos naturais e humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: APONTAMENTOS PARA UMA PLATAFORMA POLÍTICA DE NOVOS PARADIGMAS DE PRODUÇÃO E CONSUMO

Os desafios para conquistar essa nova sociedade são muitos. O acesso à terra, os modelos e práticas agrícolas, os financiamentos públicos e privados, os hábitos de consumo exagerados e irresponsáveis, estão hoje mais voltados ao favorecimento de paradigmas insustentáveis do ponto de vista social, ambiental, cultural e econômico.

De que maneira, então, é possível que experiências inovadoras sobrevivam em um contexto tão adverso? Como atuar no enfrentamento desse modelo e conseguir resultados efetivos para a transformação necessária?

Valemo-nos de uma reflexão colocada por Capra (1982) de que todas as crises e problemas encontrados hoje em dia (violência, desastres ambientais, problemas de saúde) são facetas diferentes de uma só crise, que é essencialmente uma crise de percepção. Para o autor, a visão mecanicista, cartesiana, fragmentada, já não pode ser aplicada a este mundo interligado, no qual fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são interdependentes. Ou seja, “para descrever este mundo apropriadamente, necessitamos de uma perspectiva ecológica que a visão de mundo cartesiana não nos oferece” (CAPRA, 1982, p. 14).

Percebe-se então a necessidade de mudar essa percepção sobre as crises. É preciso que se estabeleça uma consciência holística e intersetorial, pois não é possível resolver problemas sistêmicos de forma fragmentada.

Entretanto, a prática da intersectorialidade é mais difícil que a visão sobre ela. Muitas vezes temos a leitura de que as dificuldades de aplicação da intersectorialidade se dão porque os governos não têm essa perspectiva ou não querem trabalhar assim. O fato é que a sociedade também tem enormes dificuldades de trabalhar a intersectorialidade. A sociedade não está preparada para atuar dessa maneira, porque o sistema não acontece dessa forma.

A participação e o controle social são fundamentais para lograr a interação e a intersectorialidade das políticas, órgãos e parceiros em torno de uma política ou projeto. Muitas vezes colocamos nossa esperança na participação, porém para dar mais qualidade e força a essa participação, de forma intersetorial, é preciso primeiramente integrar os diversos espaços de participação social (ROCHA, 2009).

As experiências de redes são um caminho interessante para trabalhar a intersectorialidade; redes temáticas englobam muitos temas e ações diferenciadas que conversam entre si e, juntos, conseguem gerar encaminhamentos e exigir políticas públicas. A RTS possibilita integrar, por meio de seu banco de tecnologias sociais, diversas experiências, produtos, técnicas ou metodologias já em aplicação, desenvolvidas na interação com a comunidade, e que representem soluções efetivas de transformação social (FBB, 2009). Outra rede importante, também citada anteriormente, é a Articulação Nacional de Agroecologia, que trabalha com a concepção de rede, englobando diversos temas e atores e fortalecendo a exigibilidade de

políticas de ações voltadas à agroecologia. A lista de redes nacionais e locais existentes é imensa.

Entretanto, essa prática de trabalhar a intersectorialidade a partir da articulação é algo absolutamente contemporâneo; está se encerrando a era das superespecializações em todos os setores da sociedade; o próprio modelo do Estado terá que ser transformado profundamente para responder a esse novo momento (MENEZES, 2009).

A criação de marcos legais e regulatórios, bem como de articulações e redes na temática da agroecologia, segurança alimentar, economia solidária, com o enfoque de tecnologia social, cresceu e ainda cresce bastante nesses últimos anos, e são exemplos de redes que se comunicam e integram suas ações na prática intersectorial.

A falta de divulgação do que já vem sendo feito, bem como a dificuldade no acesso às informações, também constitui uma barreira para avançar na efetivação das políticas. Em muitos casos, as próprias instituições não governamentais que atuam nas áreas afins não ficam sabendo de alguns programas que estão sendo executados pelo governo, e vice-versa.

Os sistemas únicos, criados pelo governo federal, quando bem trabalhados, criam a agregação de temas correlatos, possibilitando a intersectorialidade. O Sisan, por exemplo, é uma possibilidade ousada de tentar articular setores tão diferentes e, muitas vezes, com formas de pensar e atuar distintas, como agricultura, meio ambiente, saúde, educação, desenvolvimento social, direitos humanos. É quase uma utopia, mas não há outra maneira de abordar a questão, uma vez que a área de SAN é interligada e interdependente dos setores que a compõem (LEÃO, 2009).

Para maior interação de programas, projetos e experiências implantados pelo poder público e pela sociedade civil, a estratégia de criar uma plataforma de políticas públicas, com participação cidadã, é um caminho interessante para consolidar uma temática com suas interfaces e conexões.

A visão de criar uma plataforma de Novos Paradigmas de Produção e Consumo (NPPC) é uma alternativa possível para a construção dessa nova sociedade, se entendida de forma intersectorial e transdisciplinar, abarcando temas agregadores, como é o caso da agroecologia, da segurança alimentar e nutricional, e da economia solidária.

A agroecologia surge como uma oportunidade para os pequenos e médios produtores da agricultura familiar, e uma alternativa à agricultura convencional, que é a grande responsável pela produção de alimentos no nosso país.

O cultivo agroecológico deve ser encarado como uma filosofia que traz mudança de atitude em busca de melhor qualidade de vida. Ao produzir alimentos de boa qualidade, o pequeno produtor garante a segurança alimentar de sua família. Com a ampliação do volume da produção, promove a geração de renda e contribui no processo de desenvolvimento local inclusivo.¹⁸

18 *Cartilha do Agricultor – Prática da Agroecologia* – Fundação Banco do Brasil, 2009.

Para compor uma plataforma de NPPC dentro dessa temática, seriam necessárias:

- Ações voltadas aos pequenos produtores e agricultores familiares, de incentivo para permanecerem em suas terras;
- Políticas de financiamento e crédito rural para os pequenos agricultores;
- Formações-capacitações específicas no campo da agroecologia e temas correlatos;
- Integração e efetivação das políticas públicas existentes nessa área;
- Reforma agrária;
- Políticas de abastecimento;
- Assessoria técnica, por parte do poder público, junto aos agricultores familiares.

A Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional está em construção; a política nacional de segurança alimentar e nutricional que deverá cuidar de seis diretrizes, entre elas a estruturação de sistemas justos de produção-distribuição-consumo de alimentos; outra é a soberania dos povos e comunidades tradicionais.

As diretrizes que vão ao encontro da política nacional e devem compor a plataforma:

- Promover a produção rural e urbana e a comercialização de alimentos em bases socialmente equitativas;
- Ampliar o acesso a uma alimentação de qualidade e regular;
- Promover a educação alimentar e a organização dos consumidores na defesa dos seus direitos;
- Universalizar e assegurar a qualidade dos programas alimentares destinados a grupos populacionais específicos (exemplo, os celíacos).
- Estimular a participação da sociedade civil na formulação e implantação das políticas e programas.
- Garantir a soberania dos povos na manutenção de sua cultura alimentar e valorizar a alimentação regional nas diferentes estações do ano.

A economia solidária é uma prática regida pelos valores da autogestão, democracia, cooperação, solidariedade, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano, tendo em vista um projeto de desenvolvimentos sustentável global e coletivo. Uma estratégia de enfrentamento da exclusão social e precarização do trabalho, que se sustenta em formas coletivas, justas e solidárias de geração de trabalho e renda.

Em torno dessa temática surge o movimento de um comércio justo e solidário, engajado na busca por respostas criativas para as dificuldades em torno da comercialização dos produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários brasileiros. A partir de uma construção compartilhada entre o governo e a sociedade civil, surge o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS), consolidado em uma base conceitual própria, pioneira no mundo (FACES do Brasil).

Ações para compor a plataforma:

- Incentivos para a formação de associações, cooperativas, clubes de trocas;
- Criação de bancos solidários;
- Garantia de condições justas de produção e trabalho;
- Apoio ao desenvolvimento local em direção à sustentabilidade;
- Garantia de informação ao consumidor, primando pela transparência, pelo respeito aos direitos dos consumidores e pela educação para o consumo responsável;
- Estímulo à integração de todos os elos da cadeia produtiva.

As políticas públicas voltadas para os temas apresentados acima, reforçam a importância de projetos que beneficiem a agricultura familiar. Um componente importante, que deve ser assegurado pelas políticas, é o apoio à agricultura familiar como ofertante de alimentos, assegurando o pequeno produtor no campo, incentivando o autoconsumo e garantindo o direito humano a alimentação adequada, e o direito à terra, ambos assegurados de forma legal – resta-nos lutar pela efetivação desses direitos.

BIBLIOGRAFIA

BRASÍLIA. Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira. Documento elaborado pelo grupo de trabalho do Consea. Brasília, 2009.

BRASÍLIA. Subsídios para Implantação de Sistemas Descentralizados de Segurança Alimentar e Nutricional em Regiões Metropolitanas. Publicação da pesquisa encomendada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Brasília, 2008.

CAPRA, Fritjof. Palestra sobre o livro *Conexões ocultas*, Idesa – tradução: Instituto Ecoar: São Paulo, 2003.

CEPAGRO – Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo. Boletim Informativo. SC, 2009.

“COEFICIENTE entre o PIB *per capita* dos municípios e das capitais e o PIB *per capita* do país, 2002-2005”. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 12/02/2010.

COSTA, Christiane; MALUF, Renato. *Diretrizes para uma política municipal de segurança alimentar e nutricional*. São Paulo: Pólis, 2001 (Publicações Pólis, 38).

DAGNINO, Renato. “*Tecnologia social e seus desafios*”. *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004.

FACES DO BRASIL. O Comércio Justo e Solidário. Faces do Brasil, São Paulo.

FARIA, Nalu; NOBRE, Mirian. *O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão das relações de gênero*. São Paulo, junho/2007.

FBES E SENAES. Economia Solidária: outra economia acontece – folder elaborado pelo Fórum Brasileiro de Economia solidária e pela Secretaria Nacional de Economia Solidária.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. *Cartilha do agricultor familiar: Prática da agroecologia*. Manual de capacitação da tecnologia social PAIS, Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2009.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. *Tecnologia Social na Fundação Banco do Brasil: Soluções para o desenvolvimento sustentável*. FBB: Brasília, 2009.

LEÃO, Marília. “A construção do Sisan: síntese dos debates da CP1 do Consea Nacional”. Oficina Nacional – Construindo o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2009.

MALUF, Renato “As origens da construção Sisan e seus desdobramentos atuais”. Oficina Nacional – Construindo o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2009.

MENEZES, Francisco; ROCHA, Enid. “Participação social, articulação política e gestão intersetorial em SAN”. Oficina Nacional – Construindo o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Brasília, 2009.

MORAES, Leandro, BORGES, Adriano. *Documento Base – Projeto Novos Paradigmas de Produção e Consumo – Acúmulos, elementos e critérios para análises de experiências*. Instituto Pólis, novembro/2009.

PAIS – Um futuro mais saudável a gente planta com a Produção Agroecológica Integrada e Sustentável”. Folder

PEREZ, Kathia Nemeth. *Evolução da qualidade de vida das famílias envolvidas nas unidades do programa PAIS – Produção agroecológica integrada e sustentável no estado do Tocantins*. Projeto de pesquisa. Universidade Federal do Tocantins, 2010.

PROVIDA. “Farmácia Viva”. Folder distribuído pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (SETAS). Governo do Estado do Tocantins.

ROCHA, Enid. “Participação social, articulação política e gestão intersetorial em SAN”. Brasília, 2009

RTS. *Cartilha Mostra de Tecnologias Sociais – Rede de Tecnologias Sociais (RTS)*, 2009.

SEBRAE. Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS). *Cartilha Passo a Passo*. Brasília: Sebrae, 2007. “TOCANTINS – Terra das Oportunidades” – Folder distribuído pelo governo do Tocantins, com apoio da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Instituto de Terras do Estado, da Agência de Defesa da Agropecuária do Tocantins e do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (Ruraltins).



SISTEMAS AGROFLORESTAIS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ERNEST GOTSCH

RAUL MONTEIRO

Engenheiro agrônomo com especialização em permacultura e sistemas agroflorestais; pós-graduação em Gestão da Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa pela Unicamp. Experiência de 20 anos em atividades de extensão rural e projetos relacionados à sustentabilidade, atuando em ONGs, empresas e associações científicas.

INTRODUÇÃO

A proposta do estudo de novos paradigmas de produção e consumo deste projeto vai além da sistematização de experiências inovadoras. Tem como objetivo analisar em suas múltiplas dimensões as experiências e de que forma estas dialogam com novos paradigmas. A inovação acontece pela observação e análise das experiências e dos processos que fazem possível as manifestações de mudança de uma realidade.

Este estudo teve como experiência estudada os sistemas agroflorestais (SAFs) desenvolvidos a partir do trabalho do pesquisador e agricultor Ernst Gotsch. Os SAFs considerados fazem parte de um novo cenário de mudanças no qual acontece a transição de modelos de agricultura baseados na monocultura e nos pacotes tecnológicos para sistemas de produção compatíveis com a diversidade dos ecossistemas locais e com os sistemas culturais que levam em conta a dimensão econômica, ambiental e sociocultural na busca da sustentabilidade.

A amplitude do trabalho desenvolvido vai além de uma experiência individual, quando transpõe os limites físicos pela difusão de conhecimentos, tecnologias e novas referências de modos de vida. Contemplamos também neste estudo outras experiências que representam exemplos de influência direta na sua realização, em contextos diferentes e que agregaram novos elementos. É o caso das iniciativas visitadas: do agricultor familiar Henrique Souza; no contexto de uma empresa, a Michelin; e o exemplo da Cooperativa Mista de Tomé-Açu como referência bem-sucedida na Amazônia na transição da monocultura para os sistemas agroflorestais.

O movimento atual de disseminação dos sistemas agroflorestais possui singularidades, sendo o seu conceito na maioria das vezes genérico e limitado para caracterizar diferentes níveis de diversificação e complexidade. No desenvolvimento do estudo podemos constatar que os sistemas agroflorestais biodiversos, ou jardins agroflorestais, representam um novo paradigma, não apenas pela forma de produzir e consumir, mas pelo modo de vida associado. E, principalmente, no cerne da questão, a transição das atividades humanas predominantes de exploração e esgotamento de recursos para sistemas que promovam a criação de recursos.

Reconhecemos que este estudo estabelece um novo olhar na busca de iniciativas que estão tendo êxito e que podem fornecer subsídios importantes para a elaboração de políticas públicas.

O estudo está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo descrevemos novas experiências que tiveram a influência do trabalho de Ernst e que fazem parte de uma rede informal de difusão dos conhecimentos gerados, além de agregarem novos elementos estratégicos para adequação a cada realidade. O capítulo dois desenvolve o contexto dos incentivos e desafios para a construção de novos paradigmas, destacando os avanços já conquistados no que se refere às políticas públicas e incentivos. Já o terceiro capítulo apresenta as condições para o desenvolvimento deste novo paradigma, através das análises e conclusões.

No contexto atual de crise e busca de sustentabilidade, os sistemas agroflorestais desenvolvidos por Ernst representam uma linha de trabalho que exemplifica a possibilidade de conciliação da produção com funções e processos similares aos ecossistemas naturais na promoção de serviços ambientais (biodiversidade, conservação de água e solo, regulação do clima etc.) que têm sua importância cada vez mais destacada para a manutenção das atividades econômicas e qualidade de vida da sociedade. O que faz deste estudo mais um veículo de propagação dos conhecimentos e alternativas que podem contribuir para viabilizar uma nova realidade.

1. FLORESTAS PRODUTIVAS: A EXPERIÊNCIA DE ERNST GOTSCH

1.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA EXPERIÊNCIA

A experiência estudada é do sistema agroflorestal (SAF) desenvolvido a partir do trabalho pioneiro do agricultor pesquisador suíço Ernst Gotsch, que iniciou seu trabalho no Brasil em 1984 e, há quase 25 anos, vem pesquisando, implantando e desenvolvendo a proposta dos sistemas agroflorestais (SAFs) com elevada diversidade de espécies na sua composição, restauração dos ecossistemas originais e enriquecimento com espécies úteis e de retorno econômico. A fazenda de sua propriedade está localizada no município de Piraí do Norte, no sul da Bahia, a 240 km de Salvador. A experiência influenciou iniciativas em todo o Brasil.

Os sistemas agroflorestais ou agroflorestas na linha de trabalho de Ernst têm como referência para a sua formação os ecossistemas originais do local e são dirigidos pela dinâmica da sucessão natural das espécies. A floresta original Mata Atlântica é restaurada gradativamente, deixando espécies da regeneração natural e avançando na sucessão natural e enriquecida com espécies úteis. Áreas antes degradadas, com capim e samambaias que eram consideradas improdutivas para a cultura do cacau, se transformaram em florestas produtivas tanto para o cacau como para outras espécies exigentes em fertilidade do solo e umidade.

Ernst presta assessoria a organizações não governamentais, universidades e órgãos de assistência técnica rural em quase todas as regiões do Brasil, e a entidades como a Rede de Projetos em Agricultura Alternativa (Rede ASPTA). Também assessora organizações da Europa e da América Latina, foi cooperante do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED) e consultor de organizações, agricultores e projetos multiplicadores da experiência.

Experiência da família de Henrique Souza, em Florestal-BA, pelo exemplo na agricultura familiar associando viabilidade econômica com benefícios ambientais e sociais, e no processo inovador de educação dos seus filhos no cotidiano das atividades da fazenda, como componente de grande relevância.

Experiência da empresa Michelin na produção da borracha, localizada em Igrapiúna-BA, recebeu contribuições importantes por meio de consultorias de Ernst. Destaca-se pelo exemplo da viabilidade da adoção de sistemas agroflorestais na mudança de lógica do modelo agroindustrial hegemônico da monocultura para a diversificação de culturas em maior escala (mesmo que sejam SAFs mais simplificados com poucas espécies) e o envolvimento da agricultura familiar na cadeia de fornecimento.

A antiga fazenda decadente de seringueiras em monocultura foi vendida para ex-funcionários que formaram uma cooperativa de produtores e estão adotando de forma gradativa os SAFs através da introdução do cacau e da banana com as seringueiras. Houve a ampliação de ações da empresa na área de responsabilidade socioambiental com a implantação do Projeto Ouro Verde, que traz benefícios para a região mas também é estratégico para a sobrevivência e viabilidade do ne-

gócio da empresa. A demanda pelo látex (borracha) na região gerou a necessidade de capacitação de trabalhadores e possibilitou a abertura de novos postos de trabalho. Que podem ser considerados empregos verdes pela atividade de produção e processamento do látex ser caracterizada como atividade em transição para modelos mais sustentáveis e de baixa emissão de carbono.

Experiência da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu CAMTA, no Pará, através do agricultor Michinori Konagama. Esta experiência não fez parte das visitas de campo, mas foi escolhida pela importância do exemplo histórico e bem-sucedido, na Amazônia, da transição do sistema em monocultura da pimenta para o sistema diversificado, como fator crucial para a sobrevivência dos agricultores e da cooperativa. E a disponibilidade de dados sistematizados de viabilidade econômica e adequação dos SAFs, tanto para o agricultor familiar como para produtores com maior escala de produção.

1.2. SISTEMAS AGROFLORESTAIS E MUDANÇA DE PARADIGMAS

Sistemas agroflorestais são palavras novas para denominar práticas antigas de agricultura pelas quais são cultivadas plantas agrícolas associadas com árvores e/ou gado na mesma área. Foram reconhecidas mais recentemente porque se diferenciam dos modelos de agricultura conhecidos e disseminados pelos países colonizadores europeus.

Os sistemas agroflorestais são sistemas de produção antigos desenvolvidos por comunidades tradicionais e agricultores em diferentes partes do mundo, principalmente nos países tropicais. A denominação agrofloresta é recente, mas possui muitas definições, desde arranjos mais simples, que estão mais próximos de consórcios de algumas espécies, até sistemas biodiversos com grande número de espécies na sua composição. A definição adotada pelo International Center for Research in Agroforestry (Icraf) é: “Sistema agroflorestal é um nome coletivo para sistemas e tecnologias de uso da terra, onde lenhosas e perenes são usadas deliberadamente na mesma unidade de manejo da terra com cultivares agrícolas e/ou animais em alguma forma de arranjo espacial e sequência temporal” (NAIR, 1993). Esse conceito básico deve variar em função dos níveis de diversificação e complexificação dos sistemas e da necessidade de posicioná-los perante a legislação. Os níveis de complexidade dos sistemas agroflorestais evoluem dos mais simples – consórcios de espécies agrícolas com arbóreas sem a preocupação da dinâmica da sucessão e da biodiversidade, constituindo consórcios agroflorestais – aos mais complexos – ecossistemas agroflorestais, com dinâmica e diversidade similares às florestas naturais. A sustentabilidade do sistema agroflorestal (ou agrofloresta) deve ter como princípio a dinâmica, estrutura e a diversidade dos ecossistemas naturais. Uma das propostas para diferenciar os sistemas agroflorestais que possuem estas características é denominá-los jardins agroflorestais, termo utilizado por “discípulos” que seguem a linha de trabalho desenvolvida por Ernst Gotsch.

A agricultura sustentável é uma necessidade mundial, já que o ser humano depende diretamente da produção de alimentos e matérias-primas a partir da atividade agrícola. O atual modelo de produção agrícola hegemônico, conhecido como agricultura convencional, vive um período de crise, já que a agricultura se mostra como uma atividade altamente insustentável, degradante do meio ambiente e dependente de altos “inputs” energéticos, de insumos externos, com custos elevados e sérios reflexos sociais ocasionados pelo êxodo rural.

Existe um crescente interesse sobre o potencial dos sistemas agroflorestais na mudança de paradigmas dos sistemas de produção. Esse fato está ligado aos problemas socioambientais dos sistemas convencionais de produção agrícola e animal em monoculturas (VIANA, 1997).

Para desenvolver uma agricultura sustentável é preciso assumir que lidar com agricultura é lidar com vida e que o paradigma do industrialismo presente hoje em nossa sociedade e que, até mesmo, direciona o fazer agricultura nos moldes modernos, pressupondo monocultura em grandes áreas, mecanização, uso de espécies melhoradas, de insumos externos em larga escala etc., deve ser superado, pois é incompatível com as leis que regem os sistemas vivos, com seus ritmos e comportamentos próprios (EHLERS, 1996; CAMPOS, 1991). Apesar das dificuldades em apontar uma definição consensual para “agricultura sustentável”, já é possível prever algumas características básicas desse padrão: conservação dos recursos naturais, como solo, água e biodiversidade; diversificação; rotação de culturas e integração da produção animal e vegetal; valorização dos processos biológicos; economia de insumos; cuidado com a saúde dos agricultores e consumidores e produção de alimentos com elevada qualidade nutritiva e em quantidade suficiente para atender a demanda global (EHLERS, 1996).

A mudança de paradigma nos sistemas agroflorestais acontece principalmente pela substituição da exploração, do esgotamento de recursos e homogeneização da produção para a diversificação e a geração de recursos no sistema com melhorias progressivas da capacidade produtiva.

Segundo Viana (1997) os sistemas agroflorestais apresentam uma série de vantagens, algumas já comprovadas cientificamente e outras não, em relação aos sistemas convencionais. Dentre estas incluem-se: (a) diminuição do uso de fertilizantes; (b) conservação dos solos e bacias hidrográficas; (c) redução do uso de herbicidas e pesticidas; (d) diminuição dos custos de recuperação de matas ciliares e fragmentos florestais; (e) adequação a pequena produção; (f) adequação a populações tradicionais; (g) melhoria da qualidade dos alimentos.

Os SAFs proporcionam inclusão social por serem adaptáveis à realidade da agricultura familiar e dos pequenos produtores que, muitas vezes, foram excluídos da agricultura convencional por não terem condições financeiras para custear a alta dependência de investimentos em insumos externos. A diversificação de culturas é estratégica para a segurança alimentar, pois as diferentes fontes de renda e a produção de bens de subsistência (alimentos, madeira, remédios, materiais de

construção etc.) permitem reduzir a vulnerabilidade diante das oscilações de mercado, flutuações de produção e impactos das mudanças climáticas.

Em uma avaliação feita em 170 áreas de sistemas agroflorestais no estado do Acre, detectou-se que os mais promissores geralmente apresentam: maior diversidade; estão próximos aos centros consumidores; foram elaborados pelos próprios agricultores ou modificados conforme sua vontade e necessidade (PENNEREIRO, 2002).

Conhecendo a experiência do agricultor pesquisador Ernst Gotsch e alguns dos frutos do seu trabalho nas iniciativas de agricultores, estudantes, pesquisadores e pessoas comuns, fica claro que a mudança de paradigma não passa apenas pela forma de produzir, mas pela transição para um modo de vida inspirado em princípios e valores.

Estes sistemas são uma prática milenar tanto na Ásia como na América Latina, mas se desenvolveram mais intensamente nas décadas de 80 e 90. Sua abrangência é muito grande, têm sido adotados com sucesso em diversos ambientes biofísicos e socioeconômicos, desde regiões de clima úmido, semiárido ou temperado, e sistemas de baixo nível tecnológico e uso de insumos à alta tecnologia, tanto em pequenas como em grandes áreas de produção, áreas degradadas ou de alto potencial produtivo (NAIR, 1989).

1.3. OBJETIVOS DA EXPERIÊNCIA

Os sistemas agroflorestais são reconhecidos pela capacidade de recuperação de áreas degradadas. Podem, por exemplo, aumentar a disponibilidade de produtos na propriedade diversificando a produção, e melhorar as características químicas, físicas e biológicas do solo, diminuindo a erosão e melhorando a ciclagem de nutrientes (SANCHEZ, 1995; YOUNG, 1997).

Os objetivos das agroflorestas desenvolvidas pelo pesquisador e agricultor Ernst transpõem as fronteiras de atividades produtivas e econômicas, ampliando o conceito de sustentabilidade quando insere a forma de produzir e o consumo no modo de vida associado a princípios e valores. Demonstram que os benefícios econômicos, sociais e ambientais devem estar permeados pela qualidade de vida.

Algumas perguntas se fazem necessárias para reflexão dos objetivos deste estudo: O que é mais necessário neste contexto atual de crise do sistema hegemônico de produção e consumo? O que faz uma mudança de paradigma de produção e consumo? Em uma das frases de Einstein podemos ter uma indicação por onde trilhar para chegar às respostas: “Nós *não podemos resolver os problemas atuais* usando o *mesmo* modelo mental e de *pensamento que os criou*”. É necessário a ampliação da visão, da compreensão e modo de vida para alcançarmos mudanças.

As agroflorestas desenvolvidas por Ernst refletem um modo de vida onde a visão e o conceito de sustentabilidade agregam e relacionam princípios e valores dos ecossistemas na prática de produzir, consumir e viver. O homem passa a fazer parte da teia da vida quando suas intervenções buscam a cooperação com os pro-

cessos de sucessão natural na criação de recursos. Em contraposição à competição desenfreada onde prevalece a ganância de controlar, dominar e consumir.

1.4. HISTÓRICO E ANTECEDENTES

Inicialmente, o trabalho de Ernst no Brasil aconteceu por meio da aquisição de uma área no município de Pirai do Norte, no sul da Bahia – Fazenda Fugidos da Seca –, em sociedade com um investidor suíço e produtor de cacau que, anteriormente, o havia contratado para recuperar economicamente outra fazenda de produção de cacau de sua propriedade. Naquele período, Ernst estava retornando de um trabalho bem-sucedido com exilados da guerra na Costa Rica, o que lhe proporcionou reconhecimento no seu país e convites para desenvolver o seu trabalho em diversos países.

Dos convites que teve escolheu retornar ao Brasil, antigo país dos seus sonhos para dar seguimento à sua busca de desenvolver um novo paradigma de produção. Em sociedade com o investidor suíço compraram uma área nova chamada “Fazenda Fugidos da Seca” com o objetivo de produzir cacau, cabendo a ele a responsabilidade de administrar e implantar a produção. Nessa época, a escolha e compra da área foi muito questionada pelos agricultores vizinhos, que diziam que o “gringo era louco” de comprar aquelas terras, pois não davam nada. Atualmente, falam que só produzem porque são as melhores terras da região e poderiam produzir mais se “o gringo” adubasse os plantios. É considerada uma das áreas mais biodiversas e com o melhor solo do estado da Bahia. Tem um total de 500 ha, com 25 ha que estão sendo manejados com maior intensidade.

Após os primeiros anos, a experiência começou a ser conhecida por meio de visitas, o que originou os primeiros convites para ministrar cursos no Interba (antigo Instituto de Terras da Bahia) e uma posterior prestação de serviços para a Agência de Desenvolvimento Alemã, através da qual realizou cursos em organizações da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), no Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo.

Com a produção e comercialização do cacau e banana-passa, Ernst comprou a parte do sócio na sociedade e adquiriu a posse da fazenda. Após a aquisição das terras não fez uso de financiamentos na produção, obtendo renda para o sustento da família principalmente com a produção de cacau e banana em passa. Posteriormente, a prestação de consultorias, realização de viagens para ministrar cursos, assessoria a agricultores e criação de espaços de formação passaram a ocupar um maior tempo da sua dedicação à fazenda.

No início de 1992, o Mapeamento de Experiências Agroecológicas da Bahia, promovido pela então Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República Semam/Pr e pelo Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop), organização governamental criada em 1989, sistematizou a experiência em agrosilvicultura do pesquisador agricultor Ernst Gotsch, a qual foi considerada uma das mais bem-sucedidas práticas de manejo sustentável do ecossistema Mata Atlântica.

A partir de então, foram iniciadas discussões com a AS-PTA e com a Terra Viva sobre uma proposta de trabalho com sistemas agroflorestais na região sul da Bahia. A proposta era que a AS-PTA, com a criação do Centro de Formação em Agrofloresta (CFA-Jatobá) em Piraí do Norte, teria o papel de sistematizar a experiência de Ernst, experimentar desenhos mais adaptados à realidade da agricultura familiar e capacitar técnicos e agricultores em agrofloresta. O Sasop teria o papel de adaptar e difundir os SAFs consolidados para a agricultura familiar da região do Baixo Sul da Bahia, enquanto o Terra Viva faria o mesmo na região do Extremo Sul.

O CFA-Jatobá desenvolveu suas atividades por um período breve de tempo, não se consolidou por não ter havido integração entre os atores envolvidos e por ausência de condições favoráveis naquele momento. O que, por outro lado, permitiu maior disseminação dos conhecimentos e implantação de novas experiências através do aumento crescente de viagens do Ernst para prestação de consultorias e realização de cursos em praticamente todos os biomas do Brasil.

Com a implantação de novas agroflorestas nas diferentes regiões do Brasil formaram-se vínculos de aprendizado e o intercâmbio crescente de experiências nos cursos, visitas, encontros e eventos. Neste contexto está crescendo e se aprimorando a Rede Agroflorestal que, apesar de não ser formalmente estruturada, tem se desenvolvido pelo aumento no número de pessoas capacitadas e o desenvolvimento das áreas implantadas.

No contexto nacional foi criada, em 1990, a Rede Brasileira Agroflorestal (Rebraf), que promove a adoção no Brasil de alternativas agroflorestais. E em nível mundial havia sido criado, em 1977, o Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal (Icraf), em Nairóbi, Quênia. O primeiro evento nacional que tratou sobre sistemas agroflorestais foi o II Encontro Brasileiro de Economia e Planejamento Florestal, realizado em Curitiba, em 1991, pelo Centro Nacional de Pesquisas de Florestas da Embrapa, cuja temática central foi Sistemas Agroflorestais no Brasil: aspectos técnicos e econômicos. Devido ao sucesso, os coordenadores do evento recomendaram que o tema SAFs tivesse um congresso próprio. Assim, em 1994 aconteceu o I Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais e I Encontro sobre Sistemas Agroflorestais nos países do Mercosul, em Porto Velho – Rondônia, sob a coordenação do Centro Nacional de Pesquisa de Florestas e do Centro de Pesquisa Agroflorestal de Rondônia, ambos da Embrapa. Esse evento teve como tema central “Sistemas Agroflorestais no Desenvolvimento Sustentável”. O objetivo principal foi o de conscientizar o público participante sobre a importância de práticas agroflorestais como alternativa sustentável de uso da terra.

Após o primeiro, aconteceram sete edições do congresso, destacando o VII Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais, realizado em 2009, que teve como tema o “Diálogo e Integração de Saberes em Sistemas Agroflorestais para Sociedades Sustentáveis”, com o objetivo central de compartilhar conhecimentos para a promoção da sustentabilidade local e global com o uso dos SAFs. Houve a valorização dos conhecimentos dos agricultores por meio da participação destes como

palestrantes e membros dos painéis de troca de experiências. Ernst Gotsch participou como conferencista na abertura, com o tema “Sistemas Agroflorestais e Sustentabilidade”.

1.5. ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS E DISSEMINAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS

As principais parcerias que contribuíram para viabilizar a experiência não foram parcerias institucionais, mas relações que se estabeleceram ao longo dos 25 anos de trabalho com agricultores, estudantes e técnicos. O que permitiu estruturar uma rede social informal de troca de experiências, apoio e multiplicação espontânea dos conhecimentos. Dentre os atores sociais envolvidos nesta experiência, diretamente e indiretamente na formação desta rede de experiências agroflorestais, podemos destacar agricultores, sindicatos, organizações não governamentais de apoio à agricultura familiar, integrantes de movimentos sociais, de empresas de assistência técnica do governo, empresas privadas, estudantes e técnicos.

A Rede Agroflorestal, a partir da experiência de Ernst é representada por um mosaico de iniciativas, desde áreas implantadas e manejadas de agroflorestas, projetos, atuação de agricultores, grupos de estudantes, pesquisadores, cooperativas e o site Agrofloresta na internet. Ernst continua realizando regularmente cursos nos diferentes biomas brasileiros como Mata Atlântica, Cerrado e Floresta Amazônica. Alguns destes, atualmente são centros referência na capacitação e formação de novos profissionais com qualificações compatíveis à demanda de empregos na área de produção agroflorestal. Destacam-se a Fazenda São Luís-SP, sede do Mutirão Agroflorestal composto por estudantes e profissionais que realizam trabalhos no Brasil; Oca do Brasil, na Chapada dos Veadeiros; Ipoema Instituto de Permacultura; Geranium no Cerrado; e Timbá RJ Mata Atlântica.

O movimento Mutirão Agroflorestal, iniciado em 1996 a partir do contato com as ideias inovadoras do Ernst Gotsch expressa bem a atuação na formação de novos profissionais. É formado por profissionais das áreas de ciências agrárias, biológicas, exatas e humanas, estudantes (graduação e pós-graduação), agricultores e técnicos extensionistas, que se reúnem em propriedades rurais para aprender a fazer agrofloresta na prática e de forma coletiva. Conta com um acúmulo de experiências em implantação e manejo de agroflorestas, bem como no desenvolvimento de metodologias de ensino e aprendizagem em agrofloresta e percepção ambiental. Estima-se terem frequentado o grupo por volta de 223 pessoas de diferentes estados brasileiros.

1.6. LOCALIDADE E SUAS CARACTERÍSTICAS

1.6.1. Território de atuação

A Fazenda Fugidos da Seca, onde se iniciou o trabalho no Brasil do pesquisador e agricultor Ernst Gotsch, está localizada no município de Piraí do Norte, no sul da Bahia, a 340 km de Salvador. O bioma Mata Atlântica é o segundo bioma mais

ameaçado de extinção do planeta, só as florestas de Madagascar estão mais ameaçadas. Apesar disso, ele mantém índices altíssimos de biodiversidade que o classifica como um “hotspot”, ou seja, um lugar onde existe uma grande riqueza de diversidade biológica e, ao mesmo tempo, sofre uma grande ameaça. A Mata Atlântica é considerada Patrimônio Nacional pela Constituição Federal e abrange, total ou parcialmente, 17 estados brasileiros e mais de 3 mil municípios.

Na proposta de desenvolvimento territorial, a região ficou denominada Baixo Sul da Bahia, situada no litoral sul, parte norte da região cacaujeira da Bahia.

O Baixo Sul, historicamente, caracterizou-se como uma região pioneira no processo de ocupação do Brasil, iniciado no século XVI com a colonização portuguesa. Nestes cinco séculos, a região passou por mudanças nas suas dimensões econômica, social e ambiental. Nos primeiros 50 anos de colonização, houve o início da transformação das áreas de floresta.

O extrativismo de madeiras nobres, a exemplo do Pau Brasil, marcou o início da colonização na Região Sul da Bahia, caracterizada por mudanças na estrutura econômica e social baseada na exploração de suas potencialidades naturais. Neste processo, grandes extensões de terras foram desmatadas e ocupadas pela agricultura e pecuária.

No contexto da diversificação de culturas, destacam-se as lavouras de cacau (*Theobroma cacao* L.), dendê (*Elaeis guineensis*), cravo (*Caryophyllus aromaticus* L.), guaraná (*Paullinia cupuna* M.), banana (*Musa sapientum* L.), seringa (*Hevea brasiliensis*), pimenta-do-reino (*Piper nigrum* L.). Dentre as culturas de subsistência, merecem destaque o feijão (*Phaseolus vulgaris* L.), o milho (*Zea mays*) e a mandioca (*Manihot spp.*), com importância na agricultura familiar para a produção e venda da farinha.

O cacau ainda exerce um papel fundamental na renda dos produtores, e a agricultura familiar possui um peso importante na produção dessa cultura na região. Vale destacar que este cultivo tem importante papel na conservação da cobertura vegetal, uma vez que se desenvolve tradicionalmente em sub-bosques, sistema denominado regionalmente de “cabruca”, que consiste no raleamento da mata, com posterior plantio do cacau. Por outro lado, com o crédito e o incentivo da extensão oficial, por meio da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) implantou-se na região um novo modelo de produção, derrubando a mata completamente, seguindo o plantio de banana e leguminosas lenhosas (eritrina) como árvores de sombra para o cacau. Este modelo levou à utilização indiscriminada de agroquímicos (herbicidas, fungicidas, inseticidas e fertilizantes químicos), à intensificação da prática das queimadas e derrubadas de floresta, provocando a extinção de diversas espécies nativas da fauna e da flora. Este conjunto de inversões no sistema produtivo tradicional contribuiu para a perda de produtividade e o aparecimento de doenças de difícil controle que têm atingido as plantações de cacau, como a podridão parda (*Phytophthora palmivora*) e a vassoura-de-bruxa (*Crinipellis perniciosus*).

Esses fatos apontam para os altos custos ecológicos e sociais embutidos no modelo de modernização agrícola implantado. Além das consequências sociais, com o aumento da miséria e do êxodo rural, esse quadro provoca uma pressão maior da população sobre os recursos naturais como meio de sobrevivência: de um lado, as comunidades rurais, que vivem em áreas de topografia acidentada e terras de qualidade inferior, desenvolvem cultivos de subsistência (mandioca principalmente) utilizando práticas de retirada da mata e uso do fogo para implantação das roças; no caso das comunidades ribeirinhas, igualmente atingidas pela crise, é forte a tentação de buscar fontes de alimento e de renda numa exploração intensiva dos recursos presentes no mar e no manguezal. Vale ressaltar que a maior parte dos remanescentes de florestas do município está em propriedades de agricultores familiares.

1.6.2. Características socioeconômicas

O município de Piraí do Norte tem uma área de 228,5 km², com densidade demográfica de 45,7 hab/km², a uma distância da capital de 128,6 km, fazendo parte da microrregião de Valença, e no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável está no Baixo Sul.

Em 2000, a renda *per capita* do Brasil era R\$ 297,23. Dentre os municípios da microrregião de Valença, o município com o melhor valor era Valença, com um valor de R\$ 132,01, e o município com o pior valor era Piraí do Norte, com um valor de R\$ 60,82. Dos dez municípios da microrregião nenhum tinha um valor entre R\$ 35,00 e R\$ 52,50; dois tinham um valor entre R\$ 52,50 e R\$ 70,00; cinco tinham um valor entre R\$ 70,00 e R\$ 87,50; dois tinham um valor entre R\$ 87,50 e R\$ 105,00; e um tinha um valor igual a R\$ 105,00 ou maior.

O município está entre os 25 menores índices de desenvolvimento humano (IDH) do estado da Bahia, que ocupa a 5ª posição dos mais baixos IDHs entre os estados do Brasil.

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Piraí do Norte era de 0,605. Conforme a classificação do Pnud, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação a outros municípios do Brasil, apresenta uma situação ruim: ocupa a 4.560ª posição.

1.7. CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

1.7.1. Distribuição de gênero e raça

Nas experiências estudadas e visitadas observamos que a diversidade e funcionalidade das espécies nos SAFs se reproduzem na participação de homens e mulheres e na divisão das atividades relacionadas diretamente ou indiretamente à implantação, manejo, colheita das agroflorestas, processamento e comercialização dos produtos. No caso dos homens, na maior parte das vezes ficam responsáveis

pela implantação e manejo dos SAFs enquanto as mulheres trabalham no processamento e comercialização dos produtos.

Quanto à distribuição de raça não observamos relação direta na diferenciação de trabalhos por raças, porém foi observada uma maior distinção por classes sociais. Os SAFs exigem mão de obra qualificada, mais especializada para a implantação e manejo, o que faz da mão de obra um importante gargalo para a expansão em escala dos SAFs.

1.7.2. Distribuição de faixa etária

As experiências estudadas demonstram a participação de crianças e adolescentes, na medida em que as práticas relacionadas às agroflorestas se inter-relacionam com o modo de vida das famílias. E novas referências de capacidade de trabalho surpreendem no exemplo do próprio Ernst, quando comparado com os padrões de atividade de pessoas da mesma idade. Surpreende pelo vigor, que muitos jovens não possuem nos dias de hoje.

1.7.3. Grau de escolaridade

O grau de escolaridade é diversificado, tendo um elemento importante a ser considerado, que é a participação e adesão às tecnologias tanto de agricultores sem escolaridade formal, até doutores e pesquisadores. Uma característica importante para o êxito no desenvolvimento de trabalhos com agroflorestas é o conhecimento prático e amplo, para que o conhecimento teórico tenha aplicação adequada.

O conhecimento necessário para a implantação e manejo de SAFs cresce à medida que os sistemas são mais diversificados, não sendo necessariamente dependentes da formação técnica formal. Agricultores interessados, muitas vezes com perfil de pesquisadores aliado à vivência prática e capacidade de observação dos processos naturais desenvolvem SAFs prósperos.

1.7.4. Rendimento mensal individual e familiar

A estimativa do rendimento mensal das atividades analisadas com agrofloresta esbarrou na limitação dos sistemas: diversificação de produtos e fontes de renda, e estas não têm as informações sistematizadas. Além do retorno financeiro, as agroflorestas produzem muitos produtos com excedentes que atendem as necessidades de subsistência e proporcionam qualidade e diversidade de alimentos acima da média comum.

A compensação da indisponibilidade de dados de rendimento sistematizados foi suprida pela apresentação de dados de produção e comercialização do agricultor Michinori e da Cooperativa Camta. Os contextos e perfis das experiências analisadas são bem diferentes, o que permitiu fazer observações qualitativas de elementos para análise da viabilidade econômica. No caso das famílias de Ernst e Henrique, não foram observados sinais de carência de recursos, pelo contrário, sendo bem visível a qualidade criada pelo modo de vida e sistema de produção.

Necessidades tão básicas como moradia, alimentação, transporte, acesso ao lazer, escola etc. são supridas e tomam novas referências quando comparadas com a realidade nos grandes centros. A mudança de paradigma acontece em fazer deste modo de vida, cada um com suas especificidades, realidade. Como avaliar viabilidade se não consideramos o que é qualidade de vida? O Roteiro do Bem Viver apresentou, neste aspecto, uma ponte de aproximação com a realidade dos agricultores e uma opção para ampliar o olhar sobre a experiência sob a perspectiva da mudança de paradigma.

No caso dos agricultores da Michelin que fazem parte do Programa de Agricultura Familiar, houve indisponibilidade de dados, pois as áreas de plantio são muito novas para o retorno de produção da seringueira e do cacau, não havendo ainda rendimento financeiro.

1.7.5. Gestão

No caso dos agricultores estudados, a gestão das iniciativas geralmente é participativa, com as mulheres opinando e tendo papel em etapas importantes do sistema de produção até a comercialização dos produtos agroflorestais.

A aplicação do Roteiro do Bem Viver permitiu uma melhor visão da motivação e participação nos processos de planejamento e decisão. As atividades produtivas estão mais integradas ao modo de vida, havendo a manutenção das aptidões, como pudemos observar, por exemplo, na atuação da mulher nas tarefas mais administrativas, no processamento de produtos, cuidados da casa e filhos, e com voz no planejamento e decisões.

2. FRUTOS DA EXPERIÊNCIA: DIFUSÃO DOS SAFS E OUTRAS EXPERIÊNCIAS

2.1. PRETENSÕES E MULTIPLICAÇÃO DE INICIATIVAS

Para visualizarmos as pretensões desta experiência é preciso conhecer melhor os conceitos e princípios que a regem. E para termos elementos que demonstrem sua potencialidade e viabilidade, nada melhor que exemplos bem-sucedidos em diferentes contextos. Um deles é a experiência do aluno, agricultor e pesquisador Henrique Souza e sua família que, por meio das agroflorestas, gera benefícios ambientais e sociais associados à viabilidade econômica e qualidade de vida da sua família. No caso da Michelin é o contexto de uma grande empresa que optou por reinventar a sua lógica de atuação na unidade do sul da Bahia com a incorporação de princípios de diversificação. E para reforçar a comprovação da viabilidade econômica dos SAFs em uma cooperativa com pequenos e médios produtores, e o aprendizado das limitações da monocultura na Amazônia, o exemplo de grande valor da Cooperativa Mista de Tomé-Açu (Camta), comunidade de agricultores migrantes japoneses que se estabeleceram no Pará desde 1930.

Do contexto local até uma visão macro, os princípios e valores formam a base da proposta que tem o desafio da adequação na implantação e no manejo, de acordo com a realidade encontrada.

2.1.1. Experiência da empresa Michelin, Projeto Ouro Verde e geração de empregos verdes

A seleção da experiência da Michelin na Bahia ocorreu pela importância do exemplo de uma empresa multinacional de grande porte na adoção de princípios de diversificação e mudança na lógica de atuação local, com a implantação do Projeto Ouro Verde. Destacando que as mudanças foram estratégicas para a sobrevivência e manutenção do negócio na região.

O projeto foi iniciado em 2003 como uma alternativa para a perda de rentabilidade econômica das áreas de produção de borracha pelo ataque aos seringais da doença do mal das folhas. Além da constatação de que a produção poderia ser mais eficiente e rentável se realizada por médios produtores e com a diversificação de culturas, considerando as condições favoráveis da região. A associação do cacau e da borracha permitiu otimizar o uso dos recursos e gerar emprego e renda.

A Michelin vendeu 5.000 ha da plantação, em lotes de 400 ha, para 12 produtores independentes, ex-funcionários, que formaram a Cooperativa Ouro Verde. A empresa intermediou o acesso dos produtores a créditos subsidiados junto ao Banco do Nordeste e Banco do Brasil e financiou a venda das terras num prazo de oito anos, comprometeu-se a comprar a produção de látex dos novos produtores, sem exclusividade, garantindo a opção de o produtor vender para outros clientes. A conversão das fazendas em sistema de monocultura para o sistema agroflorestal (consórcio com cacau e banana) está acontecendo de forma progressiva com a renovação dos seringais.

O Projeto Ouro Verde ampliou a influência da empresa na região, criando eixos de atuação social, ambiental e científico. Uma das ações foi a implantação do programa de apoio à agricultura familiar com SAFs (consórcio cacau, banana e seringueira) em propriedades de mil famílias na região e financiamento do governo. Constatamos nas visitas a campo que os agricultores ainda não tiveram retorno financeiro das áreas implantadas porque o cacau e a seringueira ainda não atingiram a idade de produção. Alguns agricultores diversificavam suas áreas com um maior número de espécies, incluindo espécies de ciclo de produção curto, o que é permitido no projeto, mas que pode ser incentivado como uma opção de renda nos primeiros anos até a produção do cacau e borracha se estabelecerem.

O Projeto Ouro Verde Bahia é um exemplo da viabilidade e do potencial da adoção dos SAFs por uma empresa em grande escala. Mesmo tratando-se de SAFs mais simplificados, com três espécies, representam uma grande mudança no contexto de grandes corporações. A transição de empresas que apenas visam o lucro imediato para empresas que iniciam o movimento da responsabilidade corporativa muitas vezes está garantindo a sobrevivência e estabilidade do negócio. As mudanças na lógica de atuação e suas ações expressam uma nova realidade possível de transição para uma economia verde com a geração de empregos verdes: a produção de uma matéria-prima renovável com rentabilidade econômica associada à geração de desenvolvimento local e conservação ambiental que garantem o fornecimento ao longo do tempo.

Em região pobre com alto índice de desemprego, o Projeto Ouro Verde Bahia contribui para o desenvolvimento local. Tem como resultado o aumento crescente da produção da borracha na região, a geração de 600 empregos diretos, parceria com 12 médios produtores e mais de mil famílias de agricultores familiares (Programa de Apoio à Agricultura Familiar – PAAF, da empresa) em 59 municípios. É uma referência para as outras unidades da empresa no mundo.

2.1.2. Experiência de Henrique Souza e família – SAFs na agricultura familiar

A convite de Ernst e acompanhado de sua família – Cimara, a esposa, e as duas filhas – viajamos para a cidade de Florestal, a três horas de carro de Pirai do Norte, para visitar a experiência do seu aluno agricultor, e também pesquisador, Henrique Souza e família. Uma oportunidade importante de realizar a visita e a entrevista por meio dos vínculos de parceria e confiança estabelecidos entre eles.

Era um domingo quando chegamos à Fazenda Jequitibá; Henrique e as crianças estavam nas agroflorestas, e alguns dos filhos andando a cavalo. Encontramos sua esposa, a Rose, que nos recebeu atenciosamente. Algumas coisas me chamaram a atenção logo de início: a beleza da agrofloresta ao redor da casa, demonstrando a expressão do que é Jardim Florestal, uma das denominações utilizadas para as agroflorestas que seguem os princípios desenvolvidos por Ernst. Jardim,

porque remete à importância do trato diferenciado dos jardineiros no manejo das áreas, à beleza característica, e florestal pelas semelhanças dos agroecossistemas com os ecossistemas originais.

A residência é agradável, adaptada para a família numerosa de seis filhos, e expressa bem a qualidade de vida dos moradores pela limpeza e organização. Fomos para a cozinha onde podemos observar alguns móveis feitos pelas crianças, portas com algumas citações talhadas e o almoço sendo preparado com produtos da fazenda.

O envolvimento desta experiência teve um marco no encontro de Henrique com o conhecimento do trabalho de Ernst. Houve a identificação de propósitos comuns que deu início à relação de amizade e cooperação entre as famílias, o que fez possível a realização desta experiência e continua contribuindo para o aprimoramento contínuo dos participantes e da experiência.

Aproveitamos, enquanto Henrique não chegava, para visitar as novas áreas que tinham implantado, incluindo áreas e atividades das quais os filhos cuidam. Esta experiência é uma demonstração da viabilidade econômica associada aos benefícios ambientais e sociais gerados pela agrofloresta. Além de expressar a capacidade de adequação do sistema para a agricultura familiar, agrega a criatividade, quando faz a integração da educação na proposta. A família desenvolve a educação dos seis filhos, com idades entre 5 e 14 anos, fazendo parte das atividades inseridas no dia a dia relacionadas ao trabalho, vivências com a agrofloresta e o lazer. Conversando com as crianças e os jovens, fiz questão de convidá-los a darem suas contribuições para as entrevistas. O que foi de grande proveito para conhecer o modo de vida da família e alguns resultados que já se apresentam na visão e comportamento dos adolescentes.

A experiência desta família provoca a reflexão de quais são as mudanças e soluções que precisamos. As mais grandiosas? As que exigem grandes investimentos? Com certeza que não! Reforça em mim a importância de reconhecermos as propostas inteligentes. Uma das mais importantes observações foi ver a expressão da vivência na educação dos filhos e a integração do trabalho com o lazer e a educação. A mudança de paradigma de produção e consumo como consequência do modo de vida.

A produção diversificada é farta, porém não é toda aproveitada economicamente pelos seguintes motivos: muitos produtos têm baixo valor no mercado local porque não se tem o costume do seu uso, muita ocupação da parte deles, distância do mercado e pouco tino para o comércio. Atualmente, os carros-chefes são a cultura do cacau, açaí e cupuaçu, transformados em polpas, e o mel de abelha. Este ano está prevista a colheita, em um hectare, de 1.200 kg de polpa de açaí e 200 kg de cupuaçu. O valor final é de R\$ 8 o kg, com o custo de produção de 12%. Com base nesta produção tem-se uma renda mensal média de R\$ 821,33.

2.1.3. Experiência da Camta – Cooperativa Mista de Tomé-Açu

A Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (Camta), localizada no município de Tomé-Açu, às margens do rio Acará-Mirim, no interior do Pará, (três horas de carro de Belém), tem sua origem na década de 30 com a imigração de famílias de origem japonesa.

A experiência da imigração japonesa em Tomé-Açu e seu modelo de desenvolvimento agrícola para as condições da região amazônica têm despertado grande interesse da área acadêmica (FLOHRSCHUTZ *et al.*, 1983; HOMMA *et al.*, 1994; YAMADA, 1999).

Tomé-Açu é também uma exceção na impressionante galeria de personagens e projetos fracassados na Amazônia desde que o espanhol Francisco Orellana percorreu a região pela primeira vez, em 1542. No final do século passado, o coronel americano George Earl Church, herói da Guerra da Secessão, sacrificou a vida de 6 mil homens tentando abrir uma ferrovia na selva, a Madeira-Mamoré, no atual estado de Rondônia. Em 1927, Henry Ford, pai da indústria automobilística, enterrou US\$ 20 milhões num megaprojeto de produção de borracha às margens do rio Tapajós, que nunca deu em nada. Cinquenta anos mais tarde, o bilionário Daniel Ludwig, o homem do Projeto Jari, perdeu quase US\$ 1 bilhão plantando arroz nas várzeas do rio Amazonas (Acta, 2009).

É um exemplo de projeto bem-sucedido na Amazônia e se destaca pelo aprendizado da alta vulnerabilidade e insustentabilidade da monocultura, ao longo do tempo, na Amazônia. Teve uma época de prosperidade econômica com a cultura da pimenta, chamada de diamante negro, seguida por crise com a devastação das plantações pela doença fusariose e a baixa nos preços do mercado internacional. Com a crise, foram observadas as práticas de produção das populações locais que tinham como premissa a diversificação do plantio e o uso de espécies nativas da região. Com a introdução de outras espécies em consórcio com a pimenta, teve início a nova fase da Cooperativa com desenvolvimento de produtos diversificados pelos SAFs, processamento e comercialização. Atualmente há 130 produtores adeptos dos SAFs, sendo referência no país e internacionalmente em sistemas agroflorestais.

Para o produtor Michinori, o modelo que vem se mostrando viável em Tomé-Açu depende de esforços de transferência de tecnologia para conquistar a confiança de produtores de outras regiões. A ausência de financiamento bancário para os SAFs também é vista como um empecilho para a expansão do sistema. A Camta já dispõe de uma agroindústria, resultado de um projeto da Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica), com capacidade de armazenamento de 2 mil toneladas de polpa.

As dificuldades iniciais para acessar o mercado foram vencidas com a organização em associação e o apoio do Sebrae. Parte da produção é exportada para o Japão e os Estados Unidos, país onde a polpa de açaí é um dos mais recentes sucessos no varejo.

Pode-se observar que as mudanças para os SAFs estiveram estritamente vinculadas aos preços da pimenta-do-reino, como uma das causas. Os baixos preços da pimenta-do-reino e a devastação dos plantios pela fusariose, a partir da década de 70, levaram os produtores a procurar novas alternativas econômicas na diversificação dos plantios. O aprendizado com a crise fez com que eles ficassem sempre atentos a novas mudanças tendo a diversificação de opções de fontes de renda como estratégia primordial na diminuição da vulnerabilidade dos sistemas de produção.

Os SAFs estão em constante transformação e aprimoramento. Não existe um SAF, mas um conjunto de SAFs que, no decorrer do tempo, com as transformações do mercado, dos preços dos produtos, pragas e doenças e troca de experiências, entre outros, fazem com que os produtores promovam constantes adequações. A sustentabilidade dos SAFs não pode ser considerada apenas endogenamente, mas também levando em conta as trocas exógenas efetuadas. A expansão da lavoura da pimenta-do-reino demonstra a grande capacidade de resposta dos agricultores paraenses aos sinais de mercado e aos preços favoráveis. Nos anos de 1980 a 1983, o Brasil liderou a produção mundial de pimenta-do-reino e, nos anos de 1980 a 1982 e em 1984, alcançou a posição de maior exportador mundial, graças à produção paraense. Em apenas 50 anos após a sua reintrodução, o Brasil ultrapassou milenares produtores dessa especiaria, como Índia, Indonésia e Malásia. Em 1991, o Brasil alcançou a máxima produção nacional de pimenta-do-reino, com 50 mil toneladas e, em 1981, exportou a quantidade máxima, com quase 47 mil toneladas (HOMMA, 1998).

Os SAFs podem assegurar a sua sustentabilidade econômica e ambiental, e com isso podem reduzir os desmatamentos e queimadas e a migração de produtores na Amazônia.

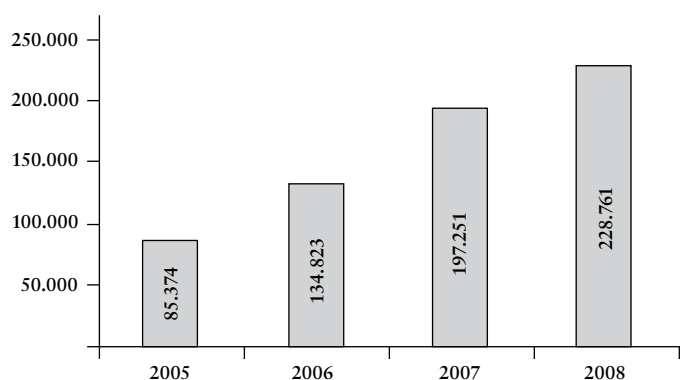
A história da família Konagano é um exemplo para os mais céticos quanto à viabilidade socioambiental e econômica dos Sistemas Agroflorestais. Michinori migrou do Japão para o Brasil em 1960, aos 2 anos de idade. Atraídos pela oferta de emprego nas lavouras de pimenta, os Konagano enfrentaram 30 dias de navio, do Japão ao porto de Santos (SP), e mais alguns dias até o Pará.

Após cinco anos de trabalho e do “aprendizado inicial com o patrão”, a família japonesa começou a cultivar pimenta-do-reino em área própria de 20 hectares. O plantio inicial, prejudicado pela fusariose, forçou a família Konagano a buscar alternativas para obter lucro com a produção agrícola. “A monocultura de pimenta predominava, e diante das dificuldades financeiras, buscaram uma alternativa”, lembra, sobre o desafio de seus familiares.

“Os grandes produtores deixaram o município, mas os pequenos permaneceram”, conta Michinori. Consorciar a produção de pimenta com cacau foi a primeira alternativa. Aos poucos, outras culturas foram sendo inseridas no sistema. O SAF atual combina mais de duas dezenas de espécies frutíferas, florestais, leguminosas, além de plantas medicinais.

Michinori apresentou alguns consórcios que têm apresentado bons ganhos econômicos. O consórcio cupuaçu, cacau e pimenta tem sido um dos mais promissores. O cacaueiro, embora gere lucro só a partir do quarto ano, produz matéria orgânica benéfica para a fertilidade do solo e retenção da umidade. “É importante o produtor avaliar qual cultura pode ser utilizada para cobertura do solo em sua região”, salienta. O plantio do cacau consorciado com açaí e taperebá (cajá) também foi destacado. “O taperebá é uma caixa d’água. As plantas cultivadas abaixo dele são beneficiadas.”

O consórcio açaí, cacau, mogno e banana é outro que agrada ao produtor do Pará. Michinori destaca que as espécies madeireiras não dão lucro em curto prazo, mas “são como uma poupança para o produtor”. Sobre a bananeira, o produtor destaca o potencial da planta em reter água e a função de sombreamento.



Evolução da produção (kg) SAFs; área de culturas e produção em extratos ou andares
Fonte: Apresentação cedida por Michinori, VII CBSAF

“Não existe uma receita para o SAF. O pequeno produtor pode começar errando, e os resultados vão sendo observados para moldar o SAF”, diz Michinori. Ter produção e receita durante todo ano é uma das grandes vantagens”, avalia.

Idade	Custo / Há	Receita / Há	Resultado
1º ano	2.715,54		(2.715,54)
2º ano	1.149,54		(1.149,54)
3º ano	968,43	637,25	(331,18)
4º ano	1.137,18	1.274,49	137,31
5º ano	1.249,68	1.699,32	449,64
6º ano	1.557,98	2.548,98	991,00
7º ano	2.032,88	3.398,64	1.365,76

Investimento/renda 833 plantas cacau; preço CAMTA: R\$ 5,10

Idade	Custo / Há	Receita / Há	Resultado
1º ano	10.775,00		(10.775,00)
2º ano	4.325,00	2.281,25	(2.043,75)
3º ano	4.700,00	6.843,75	2.143,75
4º ano	6.537,00	13.687,50	7.150,00
5º ano	6.762,00	13.687,50	6.925,00
6º ano	3.037,50	6.843,75	3.806,25

Investimento produção/renda pimenta 1.250 plantas/ha; preço CAMTA: R\$ 3,65

CACAU	PIMENTA	RESULTADO
(2.715,54)	(10.775,00)	(13.490,54)
(1.149,54)	(2.043,75)	(3.193,29)
(331,18)	2.143,75	1.812,57
137,31	7.150,00	7.287,31
449,64	6.925,00	7.374,64
991,00	3.806,25	4.797,25
1.365,76		1.365,76
(1.252,55)	7.206,25	5.953,70

Resultado cacau x pimenta

2.2. INFLUÊNCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A experiência estudada não teve a influência direta de políticas públicas para a sua ocorrência, mas se beneficia indiretamente quando acontecem iniciativas direcionadas a resolver problemas básicos, que muitas vezes são limitantes para a viabilidade dos sistemas agroflorestais na região e no país. Como exemplo, ações que promovam a organização social, a educação voltada à realidade rural, a comercialização de produtos da agricultura familiar, infraestrutura, enfim, condições básicas que contribuam para o desenvolvimento da agroecologia.

É importante destacar a proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) através da Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, que se baseia na discussão, divulgação e consolidação da política de desenvolvimento territorial para a interação e potencialização de políticas públicas e arranjos institucionais capazes de elevar o grau de pertencimento social, político e institucional à dimensão espacial. É um trabalho de base que se aproxima da realidade local e regional por meio do diálogo com os atores locais, na construção de soluções adequadas e com o engajamento dos atores.

Os territórios identificados e a definição de eixos de desenvolvimento pelos atores locais permitem maior eficácia como proposta de desenvolvimento e promovem pontos importantes que podem criar condições favoráveis ao desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis, incluindo os SAFs:

- a) Empoderamento das pessoas, organizações e comunidades;
- b) Fortalecimento dos laços de identidade territorial;
- c) Fortalecimento das capacidades humanas e institucionais;
- d) Construção de estratégias cada vez mais sustentáveis e moldáveis a novas realidades;
- e) Entendimento do território como unidade de desenvolvimento.

O Território do Baixo Sul é formado pelo Grupo Gestor, com cerca de 40 entidades e organizações da sociedade civil e do poder público. Representa 15 municípios, incluindo Igrapiúna e Piraí do Norte, onde se encontram as fazendas de Ernst e da empresa Michelin, respectivamente. Ficou entre os seis primeiros territórios homologados no estado da Bahia, com apresentação de projetos específicos. A coordenação se dá por meio de um coletivo formado por 13 entidades escolhidas dentro do Grupo Gestor, e denominado Núcleo Executivo.

Uma das organizações que faz parte do Núcleo Executivo é o Serviço de Assessoria de Organizações Populares Rurais (Sasop), que conheceu e sistematizou a experiência de Ernst em 1992, quando foi considerada uma das mais bem-sucedidas práticas de manejo sustentável do ecossistema Mata Atlântica. Participou da proposta do Centro de Formação em Agroflorestas Jatobá. Atualmente, desenvolve trabalhos difundindo os SAFs e a agroecologia na região.

3. DESENVOLVENDO O NOVO PARADIGMA: CONDIÇÕES E DESAFIOS PARA A DISSEMINAÇÃO

3.1. POLÍTICAS PÚBLICAS, MARCOS LEGAIS E INCENTIVOS

Atualmente, os SAFs estão se expandindo rapidamente e despertando o interesse tanto de agricultores e técnicos de campo como de gestores de políticas públicas.

Nos últimos dez anos, devido o reconhecimento da importância e disseminação dos SAFs, começaram a ser propostas várias políticas específicas, e que podem ser divididas nas seguintes modalidades:

- Estabelecimento de um marco regulatório claro para o trabalho com SAFs utilizando componentes da flora nativa;
- Incentivos para quem trabalha com SAFs (fomento a projetos, crédito etc.);
- Assistência técnica adequada e formação de agentes multiplicadores;
- Pesquisa científica, sistematização de experiências e desenvolvimento tecnológico em SAFs, bem como difusão desses conhecimentos.

Houve muito debate sobre marcos regulatórios e, gradativamente, várias mudanças vêm sendo promovidas, muitas delas a partir de reivindicações de setores organizados da sociedade civil. Destaca-se a legislação específica, atualizada até meados de 2008 e a situação legal da produção familiar que trabalha com SAFs. As principais legislações vigentes a respeito de SAFs são:

1. Código Florestal
2. Lei da Mata Atlântica
3. Lei da Agricultura Familiar
4. Legislações Estaduais

3.1.1. MARCOS LEGAIS

Código Florestal – Lei nº 4.771 de 21/09/1965, alterada pela MP nº 2166-67/2001

O Código Florestal estabelece a necessidade de proteger, nas propriedades rurais, as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de usar, de forma sustentável, a Reserva Florestal Obrigatória ou Reserva Legal. As APPs são áreas que precisam de proteção especial, pois são mais vulneráveis e cumprem importante função ambiental nas propriedades rurais.

O Código Florestal permaneceu, durante 35 anos, praticamente inalterado, e sofreu algumas mudanças significativas quando foi transformado por Medida Provisória. A última versão da MP 2166 é de junho de 2001 e vale até hoje. Uma das mudanças mais significativas para a agricultura familiar é a introdução do conceito de “interesse social”, por meio do qual se justifica a utilização sustentável de parte das APPs pela agricultura familiar. Essa utilização deve ser justificada e envolver formas de manejo de baixo impacto, como os sistemas de manejo florestal ou agroflorestal que sejam compatíveis com os objetivos de proteção das áreas e que não descaracterizem a cobertura florestal.

A flexibilização do uso das APPs pela agricultura familiar foi reforçada em 2006 pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que definiu regras para proteção e utilização excepcional das APPs (Resolução Conama nº 369/2006).

a) Sistemas Agroflorestais em Áreas de Preservação Permanente

Os agricultores familiares têm hoje a possibilidade de solicitar autorização para implantação e manejo de SAFs em algumas das APPs. Os SAFs devem garantir a função de proteção da APP em questão. Em matas ciliares, por exemplo, os SAFs devem assegurar a proteção do solo contra erosão para prevenir o assoreamento dos cursos d'água. Portanto, não é qualquer SAF que pode ser autorizado em APP – eles devem ter densidade e diversidade suficiente para reproduzir a estrutura e a funcionalidade da mata ciliar. Os sistemas agroflorestais biodiversos e sucessionais são os mais adequados para atender os critérios estabelecidos.

b) Sistemas Agroflorestais em Reserva Legal

O Código Florestal exige a Reserva Florestal Obrigatória ou Reserva Legal, que deve ser de 80% na Amazônia Legal, 35% na região de Cerrado que esteja nos estados da Amazônia Legal, e 20% nas demais regiões do país; na Mata Atlântica deve ser correspondente a uma área mínima de 20% do tamanho do imóvel rural. Essa reserva, que se destina à produção florestal ou agroflorestal, deve ser averbada em Cartório. Os posseiros que não têm títulos definitivos de suas áreas devem registrar um Compromisso de Proteção da Reserva Legal, em Cartório de Notas, por meio do qual eles se comprometem a averbar a Reserva Legal assim que conseguirem a escritura. É importante destacar que alguns estados exigem autorização ambiental para intervenção na Reserva Legal, mesmo quando se trata de atividades para a restauração das áreas.

c) Regularização ambiental

A regularização da Reserva Legal é cada vez mais exigida pelas autoridades ambientais, sendo cobrada para outros tipos de autorização ambiental que o agricultor possa precisar.

Outra tendência, por enquanto ainda incipiente, é exigir a comprovação da regularização para obtenção de crédito, como por exemplo, das linhas de crédito Pronaf. Ou seja, sem a regularização ambiental, os produtores rurais poderão não ter acesso ao crédito.

Lei da Mata Atlântica

A Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica, portanto, ela não atua sobre áreas que não têm mais vegetação nativa. A Lei não revoga o Código Florestal nem o Decreto Federal da Mata Atlântica nº 750/93. Com a regulamentação, será pu-

blicado o mapa oficial da Mata Atlântica e definida com precisão a área de abrangência da Lei. As possibilidades de uso da vegetação nativa da Mata Atlântica são diferenciadas conforme o estado de conservação, distinguindo a vegetação primária, sem perturbação significativa pelo homem, e a secundária, que sofreu intervenção expressiva.

A Lei da Mata Atlântica reforça o conceito do “Interesse Social”, definindo como tal “as atividades de manejo agroflorestal sustentável praticadas na pequena propriedade ou posse rural familiar, e que não prejudiquem a função ambiental da área” (Art. 3º, Inciso VIII). Em função desse interesse social, a Lei procura oferecer facilidades para os agricultores familiares e para as populações tradicionais.

Uma importante inovação é que a Lei permite a prática de pousio das áreas com períodos de descanso de até dez anos, com procedimentos de licenciamento simplificados, nos estados onde isso comprovadamente ainda é praticado.

Lei da Agricultura Familiar – Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006

A legislação ambiental admite, para os “pequenos agricultores” e populações tradicionais, possibilidades mais amplas de uso de SAFs em áreas vulneráveis, como APPs ou no estágio médio de regeneração. É importante ressaltar que, em julho de 2006, foi sancionada a Lei da Agricultura Familiar; o que se chamava de pequenos produtores passou a ser definido, mais precisamente e com amparo legal, como agricultores familiares, incluindo as categorias genericamente denominadas como populações tradicionais (caiçaras, ribeirinhos, quilombolas, caatingueiros etc.), bem como os produtores rurais que são parceiros, meeiros e arrendatários.

A Lei da Agricultura Familiar estabelece a área máxima equivalente a quatro módulos fiscais para esse enquadramento, enquanto o Código Florestal e a Lei da Mata Atlântica definem, em função da região geográfica, qual é o limite da “pequena produção” (área máxima, em hectares).

Legislações Estaduais

O estado de São Paulo regulamentou a utilização dos SAFs para a recuperação de Reservas Legais e APPs, pela Resolução SMA – 44, de 30 de junho de 2008, por meio da definição dos critérios e procedimentos para a implantação dos SAFs. Outro assunto importante para a regulamentação, em nível estadual, é o escoamento de produtos da vegetação nativa, oriundos de SAFs, e as formas de licenciamento ambiental desse escoamento.

3.2. LINHAS E PROGRAMAS PÚBLICOS DE CRÉDITO

a) Acesso dos projetos de SAFs ao Pronaf Floresta

O aumento da procura pela Linha Pronaf Floresta a partir do Plano Safra

2004/2005 foi, em grande parte, decorrente do financiamento do plantio de eucalipto em monocultura. Os projetos de SAFs financiados pela Linha são de consórcios simplificados de árvores com palmeiras ou com pasto. Os SAFs diversificados, em geral, não conseguiam ultrapassar as barreiras de entrada nas agências financiadoras dos Bancos que operam o Pronaf (Banco do Brasil e Banco do Nordeste). Os SAFs diversificados ainda são sistemas de produção inovadores não muito conhecidos pelos agentes econômicos (bancos, compradores, consumidores) somado ao fato de existirem poucos dados sistematizados sobre a viabilidade econômica das diferentes formas de SAFs.

b) Programas de fomento a projetos demonstrativos com SAFs

O Governo Federal, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), tem apoiado políticas destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

Os recursos para o financiamento de projetos são, principalmente, do Tesouro Nacional, e de parcerias com governos de outros países. Diversas organizações internacionais também aportam recursos em programas que visam o uso sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida das populações beneficiadas. Nesse sentido, os projetos de SAFs têm conquistado cada vez mais espaço no portfólio de apoio.

c) Programa de Projetos Demonstrativos – PDA/PPG7/MMA

O Programa de Projetos Demonstrativos do Tipo A (PD/A) do MMA é um instrumento de fomento, aberto a projetos de ONGs e movimentos sociais. O PDA tem financiado, desde 1996, uma das carteiras mais expressivas de projetos com SAFs nos biomas Amazônia e Mata Atlântica. Um exemplo da aplicação desses recursos foi a implantação, em Camamu, do Projeto Demonstrativo – PDA: Manejo Sustentável de Sistemas Agroflorestais Biodiversificados no Ecossistema da Mata Atlântica. O projeto foi iniciado em 1997, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Camamu e Igarapiúna, Associações Comunitárias e com a cooperação técnica da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), envolvendo inicialmente um total de 60 famílias distribuídas em quatro comunidades rurais (Pimenteira, Maribondo, Tabela e Garcia). Foi o início do Programa de Desenvolvimento Local da Mata Atlântica do Sasop.

No Componente PDA Mata Atlântica instituído em 2004, houve vários projetos, principalmente da linha de recuperação de áreas degradadas, utilizando SAFs. Uma das limitações foi que poucos projetos conseguiram, de fato, sistematizar as suas experiências quanto à viabilidade econômica e ganhos ambientais de diferentes tipos de SAFs.

A Linha Temática de Apoio a Redes, lançada no final de 2007, financia projetos de construção de conhecimentos para avançar na discussão das políticas públi-

cas e da remoção dos principais obstáculos para o acesso ao crédito, assistência técnica e extensão rural (ATER) adequada para o trabalho com os sistemas agro-florestais.

d) Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA)

O FNMA atua como o principal órgão financiador de políticas públicas no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. O Fundo apoia tanto instituições públicas das esferas federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, quanto instituições privadas sem fins lucrativos (ONGs e OSCIPs). O Núcleo Temático Água e Floresta apoia projetos que tenham como tema a oferta de sementes e mudas florestais, silvicultura, manejo e utilização de florestas nativas, SAFs e a recuperação florestal de áreas alteradas e degradadas.

O apoio aos projetos acontece por meio de duas modalidades: Demanda Espontânea e Demanda Induzida. No caso da Demanda Induzida, o FNMA publica editais e termos de referência para seleção de projetos relacionados às SAFs, muitas vezes em busca de respostas para formulação de políticas públicas no âmbito do MMA e/ou em parcerias com outros ministérios.

Ao longo dos seus 18 anos de existência vem apoiando inúmeros projetos encaminhados para a Demanda Espontânea que tratam da divulgação e implantação de SAFs em todo o território nacional. Em relação aos editais lançados pelo FNMA que abordaram o tema sistemas agroflorestais, destaca-se o Edital FNMA nº 11/2001 “Difusão e Capacitação em Sistemas Agroflorestais”, que teve como público alvo técnicos e agricultores familiares e apoiou o projeto Formação Agroflorestal em Rede na Mata Atlântica Brasileira, que levou à formação do Consórcio de Sistemas Agroflorestais na Mata Atlântica – Consaf (www.consaf.org.br).

O grande entrave do FNMA acaba sendo o constante aumento das exigências burocráticas e de contrapartida no repasse dos recursos, e as restrições de apoio à equipe dos proponentes, o que faz com que as associações e pequenas ONGs locais consigam cada vez menos acesso a este instrumento de fomento.

e) Programas e planos de políticas públicas nacionais

O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil é uma iniciativa do governo e da sociedade brasileira, em parceria com a comunidade internacional, e tem como finalidade o desenvolvimento de estratégias inovadoras para a proteção e o uso sustentável da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica, associados a melhorias na qualidade de vida das populações locais. O Programa Piloto constitui o maior programa de cooperação multilateral relacionado a uma temática ambiental de importância global.

f) Plano Nacional de Silvicultura com Espécies Nativas e Sistemas Agroflorestais (Pensaf)

Sob a coordenação do Programa Nacional de Florestas (PNF/MMA), esse Pla-

no Nacional conta com a participação de três outros ministérios: o MDA, o Mapa e o MCT, bem como de universidades federais, centros de pesquisa e ONGs. Elaborado durante o ano de 2006 e colocado em consulta pública até fevereiro de 2007, este Plano prevê a utilização de alguns instrumentos de políticas públicas, como a regulamentação dos setores envolvidos, o fomento por meio de incentivos e crédito, apoio à ciência e tecnologia e a discussão sobre o apoio à comercialização dos produtos da silvicultura com espécies nativas e de SAFs. Apresenta as seguintes linhas temáticas: (a) Sistemas de Informações; (b) Ciência e Tecnologia; (c) Insumos – Sementes e mudas; (d) Assistência Técnica e Extensão Rural; (e) Crédito; (f) Mercado e Comércio de Produtos Florestais; (g) Legislação; e (h) Monitoramento e controle do Plano. Por enquanto, o Pensaf tem ênfase na silvicultura com espécies nativas em monocultivos. No que se refere aos SAFs, o Plano apresenta lacunas e poucas diretrizes de como fomentar o desenvolvimento agroflorestal no país e regulamentar o setor.

g) Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural, do Ministério do Meio Ambiente (Proambiente/MMA)

O Proambiente surgiu de uma reivindicação dos agricultores familiares da Amazônia, onde foram instalados 11 polos de desenvolvimento do programa, com média de 400 famílias cada. O programa iniciou em 2000 suas atividades que incluem assessoria, financiamento da produção agroecológica e desenvolvimento do pagamento por serviços ambientais. Esse programa, antes restrito à Amazônia, foi transformado em programa nacional, abrangendo também a Mata Atlântica. Teve sérias dificuldades financeiras e enfrenta a falta de base legal e necessidade do desenvolvimento de metodologias de valoração para o pagamento dos serviços ambientais.

h) Ações e programas governamentais de apoio à atividade com SAFs

A assessoria técnica aos agricultores interessados nos sistemas agroflorestais foi realizada principalmente pelo trabalho de ONGs, como por exemplo, as entidades da Rede de Projetos em Tecnologias Alternativa (AS-PTA), e especialistas como Ernst Gotsch. A assistência técnica oficial, institucionalizada no Brasil por meio das empresas estatais de Ater, historicamente atuaram na difusão do modelo de produção convencional. Embora atualmente exista o interesse de alguns técnicos em desenvolver trabalhos com sistemas agroflorestais, o tema ainda não é prioritário nos objetivos estratégicos das empresas estatais de Ater, dos programas e ações de assistência técnica.

O Brasil tem, portanto, uma política pública em nível nacional que visa a transição dos modelos de produção agrícola para formas sustentáveis a partir dos princípios da agroecologia. Alguns dos instrumentos utilizados por essa política pública são os repasses para apoiar o funcionamento das empresas estatais e os consórcios de Ater entre empresas estatais e ONGs, além das chamadas públicas

para o financiamento de projetos de assistência técnica, que podem ser acessadas pelas estatais, por municípios, por ONGs e movimentos sociais. Na concretização da Pnater, o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) vem se esforçando para a qualificação dos Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural de todas as regiões brasileiras, realizando, anualmente, um conjunto de cursos considerando os princípios estabelecidos pela Pnater. Nesta ação, são disponibilizados cursos presenciais e à distância, assim como cursos semipresenciais em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, onde o tema sistemas agroflorestais se integra, considerando as diferentes especificidades dos biomas brasileiros, como Cerrado, Caatinga, Amazônia e Mata Atlântica.

3.3. PESQUISA SOBRE SISTEMAS AGROFLORESTAIS

Algumas instituições têm se dedicado à pesquisa de SAFs, com alguns exemplos onde os agricultores são considerados parceiros e protagonistas do seu desenvolvimento.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Embrapa) iniciou, em 1992, uma parceria com o Icrf (The World Agroforestry Centre – www.worldagroforestry.org, no Quênia, África), para transformar os Centros da Embrapa da Amazônia em Centros de Pesquisa Agroflorestal. A Empresa vem desenvolvendo pesquisas sobre SAFs em várias regiões do país.

Algumas empresas privadas desenvolvem iniciativas de parceria e apoio à pesquisa. Como um dos exemplos, temos a pesquisa de SAFs no Projeto Dendê – Sistemas Agroflorestais na Agricultura Familiar em Tomé-Açu, estado do Pará. Parceria entre diferentes atores de diferentes setores, a Embrapa CPATU Belém e CPAA Manaus, Camta (Cooperativa Mista de Tomé-Açu) e a empresa Natura.

3.4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO

As dificuldades que a agricultura familiar enfrenta para comercializar, de forma satisfatória, os seus produtos, são consideradas por muitos especialistas como um dos principais gargalos para o fortalecimento da agricultura familiar. A produção surge de forma descentralizada e em pequenas quantidades, sendo que os desafios logísticos para a coleta e distribuição dos mesmos são imensos. Outra dificuldade é a falta de conhecimento de muitos agricultores sobre as regras de classificação, embalagem e etiquetagem dos produtos, o que faz com que a agregação de valor pelos mesmos seja baixa. Existem, entretanto, algumas políticas públicas que visam fazer frente a esses problemas e que se mostraram estratégicas ao longo dos últimos anos. A maioria delas tem sido utilizada com sucesso por grupos organizados que trabalham com sistemas agroflorestais.

a) Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos foi instituído por lei, em 2003, e regu-

lamentado por decreto em 2006. Visa integrar a política nacional de segurança alimentar e o apoio à comercialização e ao abastecimento. O programa adquire alimentos de agricultores familiares e os destinam a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais, ou para estoques do governo ou das entidades que os adquirem, para ser comercializados em momento mais propício para o mercado.

O PAA permite aos agricultores receber preços justos pelos alimentos que produzem, evitando os atravessadores. O PAA conta com parcerias que envolvem órgãos públicos estaduais, municipais e a sociedade civil organizada. No âmbito federal, a execução do programa está a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com foco na compra e doação dos alimentos; e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com foco na formação de estoques, na sustentação de preços dos produtos da agricultura familiar, além de apoio à formação de estoques dos produtos pelas próprias organizações e à sua comercialização.

Para participar do programa, o produtor deve se enquadrar como agricultor familiar ou acampado, o que é comprovado por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou pela Declaração de Aptidão ao Programa de Aquisição de Alimentos (DAPAA) – para os trabalhadores rurais sem terra.

Os movimentos sociais ligados à agricultura familiar consideram o PAA um programa de grande alcance e capilaridade, e que propõe aos agricultores um negócio em vez de assistencialismo. Em muitos casos, o PAA foi o primeiro passo para uma reorganização mais abrangente da comercialização dos produtos da agricultura familiar. O maior desafio passa a ser a consolidação deste programa como uma política pública, ou seja, que permaneça, mesmo com uma eventual mudança de governo.

b) Produtos da sociobiodiversidade e a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)

Os agricultores familiares que se dedicam à exploração sustentável de produtos da sociobiodiversidade passaram a ser incluídos na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Por meio dessas políticas, o número de culturas e atividades produtivas beneficiadas foi ampliado, atendendo assim a maioria dos produtos da agricultura familiar.

A inclusão é uma demanda antiga dos agricultores, principalmente dos que se encontram na Região Norte, e foi construída a partir de uma parceria entre o MDA e o MMA. Os preços mínimos são estabelecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) com base em estudos técnicos realizados nos locais de produção. A preocupação do MDA, por meio da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), está em estimular as cadeias produtivas da sociobiodiversidade e a geração de renda no campo.

Atualmente, três linhas apoiam os produtos da sociobiodiversidade, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

c) Apoio à comercialização da agricultura familiar em programas de desenvolvimento regional sustentável

A Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) tem investido em infraestrutura para a comercialização de produtos da agricultura familiar em vários territórios, por meio do Programa Nacional de Infraestrutura (Proinf). As ações da SDT de infraestrutura e serviços territoriais têm como principal objetivo apoiar projetos voltados para a dinamização das economias territoriais, para o fortalecimento das redes sociais de cooperação e da gestão social, estimulando maior articulação das políticas públicas nos territórios rurais homologados por essa Secretaria. Vários territórios priorizaram o apoio à comercialização nos projetos regionais de infraestrutura junto à SDT, construindo centrais de comercialização como espaços para a agregação de valor e comercialização organizada dos produtos da agricultura familiar de um determinado território. Para apoiar especificamente a comercialização, existe na SDT a Gerência Temática de Negócios e Comércio.

d) Apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a projetos regionais de comercialização

A Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Sesan/MDS) tem como missão institucional formular e programar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, promover e coordenar programas do Governo Federal. Seu principal objetivo é garantir aos cidadãos o acesso a comida e água em quantidade, qualidade e regularidade suficientes, de maneira sustentável e respeitando as diversidades culturais. Para tanto, a Sesan desenvolve ações estruturantes e emergenciais de combate à fome por meio de programas e projetos de produção e distribuição de alimentos, de apoio e incentivo à agricultura familiar, de desenvolvimento regional, de educação alimentar e nutricional e outros voltados a populações específicas, como indígenas e quilombolas, contribuindo assim ao conjunto de estratégias do programa Fome Zero.

e) Apoio do Ministério da Integração Nacional a projetos regionais de comercialização

O Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (Promeso) visa diminuir as desigualdades regionais incentivando a interface entre as diversas ações do governo em espaços específicos, as chamadas mesorregiões diferenciadas.

O programa se constitui num dos braços operacionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, formulada pelo Ministério da Integração Nacional. E apoia projetos que visam melhorias na comercialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, foram identificadas como as principais legislações que inibem o trabalho com SAFs: o Código Florestal, com seus rígidos conceitos de intocabilidade das Áreas de Preservação Permanente (APPs); o Decreto Federal nº 750/93 da Mata Atlântica, com as definições da regeneração da vegetação natural, que não compreendem os sistemas agroflorestais diversificados com os períodos de pousio, e que não consideram os parâmetros de refertilização do solo pelas capoeiras para a definição do limite do estágio inicial onde a conversão da vegetação florestal em agricultura ainda é permitida, bem como as legislações dos estados que interferem no trabalho comunitário de desenvolvimento de SAFs com espécies florestais nativas.

Os SAFs são sistemas de produção inovadores não muito conhecidos pelos agentes econômicos (bancos, compradores, consumidores). Outras questões apontadas como de fundamental necessidade de avanços são: a) ainda existem poucos dados sistematizados sobre a viabilidade econômica das diferentes formas de SAFs; b) os agentes financeiros (bancos e cooperativas de crédito) dificilmente priorizam essa linha de crédito, em função do longo prazo de duração; c) a falta de conhecimento sobre essa forma diversificada de produção; d) a viabilidade econômica desses sistemas é questionada pela falta de informações; e) falta ainda aos órgãos competentes a percepção clara do valor que o Pronaf Floresta tem para o financiamento de sistemas diversificados de produção. Entretanto, o que se observa é que diversas organizações lutam isoladamente, seja na Amazônia, no Cerrado ou na Mata Atlântica, por avanços nesse sentido.

É preciso uma discussão mais aprofundada para alcançar uma proposta abrangente o suficiente para regulamentar e fomentar os sistemas agroflorestais e, ao mesmo tempo, flexível o suficiente para considerar as variações e especificidades regionais dos SAFs. É imprescindível que os agricultores familiares, as suas organizações e as ONGs de assessoria busquem desenvolver índices econômicos através da sistematização de dados, sobretudo no que se refere aos dados de desempenho econômico, fluxo de caixa e capacidade de pagamento.

Paralelamente, os estudos sobre a viabilidade econômica de SAFs precisam avançar mais, para que haja, regionalmente, modelos de SAFs e de seu retorno financeiro. Com esses dados sistematizados, podem ser criados modelos com parâmetros técnicos predefinidos e que facilitam a tramitação dos projetos nas agências dos Bancos.

Do ponto de vista dos dilemas e perspectivas, a sustentabilidade é o grande desafio do século XXI e exige mudanças de visão, valores e atitudes que reflitam na forma de produzir e consumir no cenário da economia mundial. Os desafios das mudanças climáticas e o crescimento da economia verde sinalizam um divisor de águas ímpar na história da humanidade, nos alertando para a necessidade do posicionamento em relação aos caminhos a seguir que possibilitem às gerações futuras, nossos filhos, a terem o direito à qualidade de vida

Na escolha do tema do II Congresso Mundial de SAFs, realizado no ano de 2009 em Nairóbi, no Quênia, foi vinculada no tema do congresso a mensagem do potencial dos sistemas agroflorestais, como alternativa mundial de sistema de produção e intervenção da paisagem.

Como difundir os sistemas agroflorestais é uma questão estratégica quando uma das principais barreiras é a visão econômica imediatista de alta produção por área sem contabilizar os impactos ambientais, sociais e a viabilidade a longo prazo. Assim é de grande importância a mensuração dos impactos negativos e das externalidades para compreensão de que os componentes ambientais e sociais devem ser considerados e contabilizados nas análises de viabilidade. A análise da viabilidade de uma atividade produtiva deve ser vista à luz da sustentabilidade.

Vivemos uma realidade onde temas antes discutidos apenas por alguns atores e setores da sociedade ganham importância e interesse do setor empresarial e governamental. Um exemplo foi o Fórum Internacional de Sustentabilidade, realizado em abril deste ano na cidade de Manaus, que teve a participação de representantes empresariais de 45% do PIB brasileiro, ONGs, Governo, referências mundiais na pesquisa de recursos naturais e lideranças políticas, Al Gore e James Cameron, discutindo temas como mudanças climáticas, importância da floresta em pé e sustentabilidade. É consenso, nos discursos, que a pergunta não é mais ser ou não ser sustentável, mas sim: como fazer? A distância do discurso para a prática ainda é grande, mas as experiências bem-sucedidas são referências importantes para a visão e a esperança de novos horizontes.

Os desafios principais para a difusão dos sistemas agroflorestais passam por uma abordagem integral onde são necessários incentivos e ações nas diversas dimensões que envolvem uma mudança de paradigma: individual, das organizações sociais, culturais e na elaboração de políticas públicas.

Algumas propostas para a difusão dos SAFs ficaram destacadas neste estudo e foi confirmada a relevância nos resultados das discussões e processo participativo desenvolvido no VII Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais (CBSAF) realizado em 2008. Os grandes eixos de atuação propostos para o desenvolvimento dos SAFs foram: capacitação de técnica; fortalecer a extensão rural; criar legislações específicas de incentivos; desenvolver a sustentabilidade dos SAFs e sistematizar, avaliar experiências e incentivar pesquisas.

Os conhecimentos e as tecnologias que compatibilizam a produção com a conservação e restauração de recursos como biodiversidade, água, solos e geração de benefícios sociais podem ser antídotos para reverter a situação atual de crise. O crescimento populacional explosivo, as desigualdades sociais, o clima alterado pelas emissões de gases de efeito estufa, ecossistemas degradados e destruídos pelo uso insustentável e poluição, e consumo em alta escala de recursos naturais finitos, são algumas das consequências do modelo de desenvolvimento moderno.

As tecnologias agroflorestais desenvolvidas pelo pesquisador agricultor Ernst Gotsch apresentam grande potencial de atender demandas locais e globais por sistemas de produção sustentáveis e conservação da floresta em pé, na medida em que as pressões aumentam em relação à insustentabilidade ambiental e social do modo de produção e consumo hegemônico.

As mudanças de paradigmas se apresentam como possibilidades de escrevermos uma nova história, assim como nas agroflorestas precisamos saber o que queremos colher. As iniciativas estudadas fizeram muitas vezes este processo de forma silenciosa com muito trabalho, luta e cooperação. É preciso continuar plantando, assim como promover a visibilidade das iniciativas de mudanças, bem como inovar na metodologia e visão para compreender os processos que fazem referências de um novo paradigma em construção.

1 O Imperativo Categórico é uma das ideias centrais para a adequada compreensão da moralidade e da ética. Imperativo Categórico: Age somente segundo uma máxima tal que possas querer, ao mesmo tempo, que se torne lei universal. Imperativo Universal: Age como se a máxima de tua ação devesse tornar-se, por tua vontade, lei universal da natureza. Imperativo Prático: age de tal modo que possas usar a humanidade, tanto em tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre como um fim ao mesmo tempo e nunca apenas como um meio. KANT E. *Fundamentos da metafísica dos costumes*. Rio de Janeiro: Ediouro, sd: 70-1, 79.

TABELA 1 – PARTICIPANTES DA REDE INFORMAL DE EXPERIÊNCIAS AGROFLORESTAIS INFLUENCIADAS PELO TRABALHO DESENVOLVIDO POR ERNST GOTSCH

Experiências	Local/Bioma
1. Projetos e organizações	
Mutirão Agroflorestal	Sede São Joaquim da Barra/SP Fl. Atl.
APTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa	RJ
CAA Montes Claros	Montes Claros/MG Fl.Atl.
Sindicato Rural Turmalina	
CTM Zona da Mata	Viçosa/MG Zona da Mata Fl. Atl.
Centro Sabiá	PE Ca
Assentamento Humaitá Porto Acre/AC	Porto Acre Fl. Amaz.
Fazenda Jequitibá – Henrique Souza	Florestal /BA
Alto Beni – Cooperativa	Alto Beni/Bolívia
Escola da Floresta	Rio Branco/Acre Fl. Amaz.
Sítio Diversitá	São Lourenço/MG Fl. Atl.
Cooperfloresta	Barra do Turvo/SP Fl. Atl.
Escola Vila das Crianças – Santa Maria/ DF	Ceilândia/DF Ce
Escola Agrotécnica de Ceres	Ceres/GO Ce
Indígenas Krahô/TO	Aldeias krahô Ce e Fl. Amaz.
Instituto Socioambiental/MT Projeto Ikatu	Aldeias no Xingu, fazendas e assentamentos Ce e Fl. Amaz.
Policultivo Semiárido	Carfanaum Ca
Guaraná Amazonas – Agricultura Familiar – Ambeve Pesq. e agricultor: Klaus Ekkehard	AMA Fl. Amaz.

Atuação	Beneficiados	Multiplicadores responsáveis
Formação técnica e disseminação experiências	Estudantes, técnicos e agricultores	Grupo e integrantes
Apoio agricultura familiar e capacitação	Agricultores e técnicos	Estudantes
Apoio agricultura familiar e capacitação		Técnicos e agricultores
Curso	Agricultores	
Apoio agricultura familiar e capacitação		Técnicos e agricultores
Apoio agricultura familiar e capacitação	Agricultores e técnicos	Trabalho pioneiro
Implantação de agroflorestas	Agricultores e indígenas	Originou metodologia de educação agroflorestal
Multiplicador produção e formação	Agricultores, técnicos e estudantes	Integração da educação e processamento
Referência de qualidade na produção de cacau	Agricultores e técnicos	
Formação de técnicos agroflorestais	Filhos de agricultores e estudantes	Integrantes Mutirão Agroflorestal
Recuperação áreas degradadas com agroflorestas		Integrantes Mutirão Agroflorestal
Agroflorestas, manejo e comercialização	Mais de 100 famílias de agricultores	Integrantes Mutirão Agroflorestal
Agroflorestas e educação ambiental	160 adolescentes de baixa renda de colégio interno	Integrantes Mutirão Agroflorestal
Formação de técnicos e agroflorestas	Adolescentes	Integrantes Mutirão Agroflorestal
Agroflorestas e capacitação	Comunidades indígenas	Integrantes Mutirão Agroflorestal
Agroflorestas, recuperação áreas degradadas e nascentes do rio Xingu	Assentamentos, reservas indígenas e fazendas	Integrantes Mutirão Agroflorestal
Início do projeto c/ Henrique Souza	Agricultores semiárido	Instituto de Permacultura/A
Produção e capacitação	Agricultores fornecedores	Aluno Dr. Economia Rural

Sasop Serv. Assessoria a Organizações Populares Rurais	Baixo Sul-/BA Fl. Atl.
Fazenda Felipe Passini	Casimiro de Abreu RJ Fl. Atl.
Milton Machado, assentado, ex-caçador e ex-madeireiro 2004	Casimiro de Abreu RJ Fl. Atl.
Pedreco e família	São Domingos do Capim /PA Fl. Amaz
Jorge Vivan	Atua principalmente na região Sul
2. Núcleos de cursos e formação	
Geranium	Taguatinga/DF Ce
Massai	Taguatinga/DF Ce
Oca Brasil	Alto Paraíso/GO Ce
Timbá	Rio de Janeiro/RJ Fl. Atl.
Fazenda São Luiz	São Joaquim da Barra/SP Fl. Atl.
Fazenda Semente	Brasília/DF Ce
Ecovila Visão Futuro	São Paulo Fl. Atl.
Ipema - Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica	Ubatuba/SP Fl. Atl.
Ipoema	Brasília /DF Ce
Emater /DF	Brasília /DF Ce
Fazenda Milton Machado ex-caçador e madeireiro	RJ Fl. Atl.

Difusão agroflorestal	Assentamentos e agricultura familiar	Equipe de técnicos
	Produção e difusão n/região	Aluno e multiplicador
Referência na região de agroecologia	Produção e pesquisa	Estudantes e agricultores
Produção e capacitação	Produção e difusão n/região	Convênio com Embrapa CPATU Belém
Pesquisa e difusão	Programas e Projetos do Governo	Participou da equipe do Centro de Formação em Agrofloresta Jatobá
Agroflorestas sucessionais, manejo, educação ambiental e cursos	Agricultores, técnicos, estudantes e público geral	Centro de referência de cursos e produção orgânica de hortaliças
Agroflorestas sucessionais, manejo, educação ambiental e cursos	Agricultores, técnicos, estudantes e público geral	Centro de referência de produção orgânica
Agroflorestas, manejo, cursos técnicos extensionistas	Agricultores, técnicos, estudantes e público geral	Cursos pelo MMA e MDA para agricultores com apoio do FNMA e Natura Integrantes do Mutirão Agroflorestal
Cursos	Estudantes, profissionais público geral	Centro de referência bioarquitetura
Agroflorestas sucessionais, manejo, educação ambiental e cursos	Estudantes, profissionais, público geral	Integrantes Mutirão Agroflorestal
Agroflorestas sucessionais, comercialização, permacultura, cursos	Estudantes, profissionais, público geral	Integrantes Mutirão Agroflorestal
Agroflorestas e capacitação	Estudantes, profissionais, público geral	Associação da agrofloresta com movimento de ecovilas
Agroflorestas e capacitação	Estudantes, profissionais e público geral	Associação da agrofloresta com movimento de ecovilas
Agroflorestas e capacitação	Agricultores, técnicos, estudantes e público geral	Equipe de técnicos
Capacitação	Agricultores, técnicos, estudantes e público geral	Extensionistas

3. Projetos	
Projeto Dendê SAF Camta/Embrapa/Natura	Tomé-Açu Fl.Amaz.
Projeto Agricultura Familiar Guaraná Ambeve	Amazonas Fl Amaz.
Michelin	Igrapiúna/ BA Fl. Atl.
4. Comunicação	
Site Agrofloresta.com	SP/Brasil
Nig 5º CBSAF	Brasil
Felipe Passini	Fazenda Casimiro de Abreu/ RJ
5. Pesquisa	
Embrapa Transferência de Tecnologia Pesq. Márcio Armando e Inaiá	Brasília/DF Ce
Projeto Dendê SAFs Agricultura Familiar Natura, Camta, Embrapa	Tomé-Açu /PA

Consultoria desenvolvimento dos modelos	Agricultores, técnicos e pesquisadores	Incorporação de técnicas de manejo
Incorporação de técnicas de manejo	Agricultores familiares e fornecedores	
Incorporação de técnicas de manejo	Comunidade da região	Médios produtores e agricultores familiares
Difusão do movimento agroflorestal	Iniciantes, técnicos, estudantes e pesquisadores	Organização Integrantes Mutirão Agroflorestal
Divulgação congresso e agroflorestas	Iniciantes, técnicos, estudantes e pesquisadores	Embrapa Transferência de Tecnologia
Produção de registros e vídeos “Neste chão tudo dá”	Divulgação, público geral c/repercussão nacional	Premiação como documentário ambiental e seleção para a TV Escola
Unidade demonstrativa	Público geral, pesquisadores	Pesquisa e divulgação Vitrine Embrapa Sede Nacional
Pesquisa SAFs e serviços ambientais	Agricultores, Cooperativa Camta e região	Pesquisa adequação SAFs para Commodity e Serviços Ambientais

BIBLIOGRAFIA

ALTIERI, M. A. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Síntese Universitária nº 54, 3ª ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

CAPOBIANCO, J. P. R. (Org.). *Quem faz o que pela Mata Atlântica 1990-2000: projeto avaliação de esforços e conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais da Mata Atlântica*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/Dater-IICA, 2004.

DOS SANTOS, A. C. *A agrofloresta agroecológica: um momento de síntese da agroecologia, uma agricultura que cuida do meio ambiente*. Curitiba: Deser, 2007.

DIEESE, Projeto Ouro Verde – Visão dos Trabalhadores, BA, 2007.

GOTSCH, E. *O renascer da agricultura*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1995.

GOTSCH, E. *Homem e natureza: cultura na agricultura*. Recife: Centro Sabiá, 2000.

GUEDES PINTO L. F. *Certificação da produção agroflorestal: conceitos, oportunidades e tendências*. Colombo, Embrapa-Florestas. V Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais/ SAFs: Desenvolvimento com proteção ambiental, 2004-2007.

GRUPO GESTOR TERRITORIAL CGT. Plano territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Baixo Sul MDA: Brasília, 2006.

HOMMA, A. K. O. *Dinâmica dos sistemas agroflorestais: o caso da colônia agrícola de Tomé-Açu*. Pará Embrapa-CPATU, 1998.

MATTOS, L. *Verificação participativa de serviços ambientais*. Trabalho apresentado no Congresso de Ecologia do Brasil, 2005.

MAY, P. H.; GELUDA, L. *Pagamentos por serviços ecossistêmicos para manutenção de práticas agrícolas sustentáveis em microbacias do norte e noroeste do Rio de Janeiro*. ANAIS do VI Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica: O meio ambiente nas políticas públicas. Brasília, 23-25 novembro 2005.

MAY, P. H. *et al.* Incorporando o desenvolvimento sustentável aos projetos de carbono florestal no Brasil e na Bolívia. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 13, nº 1, 2005: 5-50.

MAY P. H. *et al.* Manual Agroflorestal. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2008.

MAY, P. H. *et al.* SAFs para captura de carbono e geração de renda (Seropédica-RJ). ANAIS VI Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais: Bases científicas para o desenvolvimento sustentável. Campos, 2006.

MEIRELLES, L. A. *Certificação de produtos orgânicos – Caminhos e descaminhos*. Ipê, 2003.

MEJÍA, M. A.; BARRANTES, G. *Sistematización de Experiencias Piloto de PSA Relacionadas con los Recursos Hídricos a Nivel Municipal* (Acción conjunta entre los Proyectos Regionales).

PENEIREIRO, F. M. *Sistemas agroflorestais dirigidos pela sucessão natural: um estudo de caso*. Piracicaba, 1999. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo.

PENEIREIRO, F. M. *Apostila do educador agroflorestal. Introdução aos sistemas agroflorestais. Um guia técnico*. WWF. Ford Foundation. Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, 2002.

PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL. Subprograma Projetos Demonstrativos. Estudos da Amazônia: Avaliação de Interprojetos PDA/MMA. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

REDE DE ONGs DA MATA ATLÂNTICA (RMA). *Vale do Ribeira resgata saber tradicional e gera lucros*. Revista RMA: Rede pela Mata nº 3, 2007.

REDE PTA/REBRAF/SACTES. *Relatos dos cursos de sistemas agroflorestais na Mata Atlântica 1991-1996* (relatos mimeografados). IV Seminário SAFs na Mata Atlântica – Iguape, 1996.

SASOP. Difusão de Princípios e Práticas Agroflorestais no Baixo Sul da Bahia. Brasília, MMA, 2006.

SCHARF, R. *Manual de negócios sustentáveis. Como aliar rentabilidade e meio ambiente*. São Paulo, Amigos da Terra-Amazônia Brasileira/FGV-GVces, 2004.

SCHROTH *et al.* *Agroforestry and biodiversity conservation in tropical landscapes*.

SISTEMAS AGROFLORESTAIS EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA. Experiências PDA, Brasília: MMA, 2002.

VIVAN, J. L. *Bananicultura em sistemas agroflorestais no litoral norte do RS*. Porto Alegre, Emater-RS. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, vol. 2, nº 2, 2002.

VIVAN, J. L.; CLEMENT. *Análise da tomada de decisão para o uso e conservação de recursos genéticos vegetais em florestas manejadas e sistemas agroflorestais*. UFSC, Florianópolis, 2008.

VIVAN, J. L.; MAGALHÃES, Rodrigo; MILLER, Paul R. M. *Diagnóstico e desenho de sistemas agroflorestais: para que servem as oficinas?*. IV Congresso Brasileiro em Sistemas Agroflorestais: Tendência da Agricultura Ecológica nos Trópicos, Ilhéus, 2002.

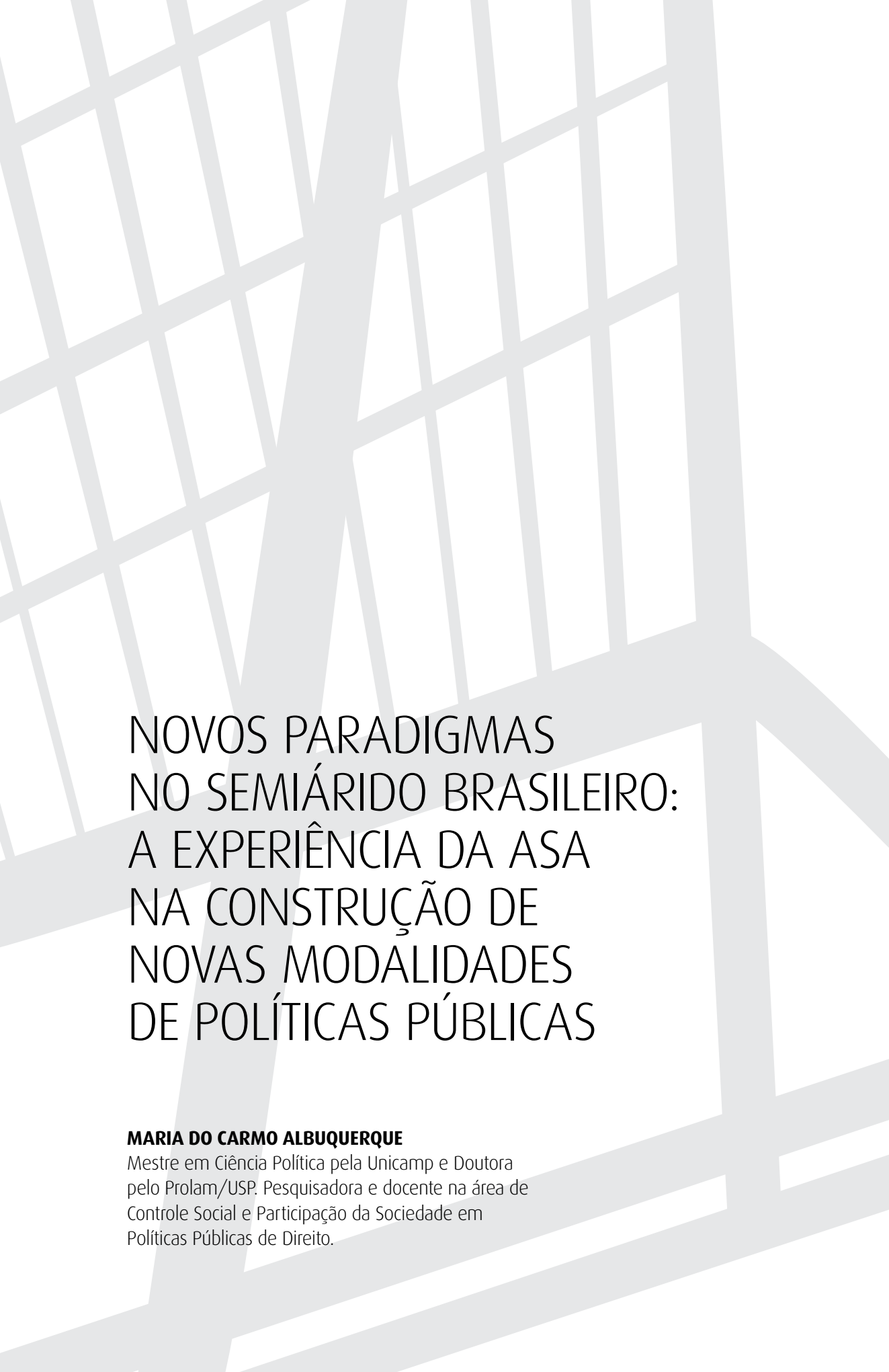
KANT E. *Fundamentos da metafísica dos costumes*. Rio de Janeiro: Ediouro, sd: 70-1,79.

Sites consultados:

www.ibge.com.br

www.lide.com.br

www.agrofloresta.com.br



NOVOS PARADIGMAS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: A EXPERIÊNCIA DA ASA NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS MODALIDADES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

MARIA DO CARMO ALBUQUERQUE

Mestre em Ciência Política pela Unicamp e Doutora pelo Prolam/USP. Pesquisadora e docente na área de Controle Social e Participação da Sociedade em Políticas Públicas de Direito.

INTRODUÇÃO

A Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), “é um fórum de organizações da sociedade civil, que vem lutando pelo desenvolvimento social, econômico, político e cultural do semiárido brasileiro” (ASA Brasil, 2010). Criada em 1999, esta rede se define como uma articulação que “trabalha na promoção e implementação de políticas públicas adequadas à região, por meio de uma proposta de convivência com o semiárido” assentada, entre outros, nos seguintes eixos: promoção da agricultura familiar de base agroecológica; respeito às etnias; valorização do conhecimento dos agricultores e agricultoras; promoção das relações equitativas de gênero; democratização do acesso à terra e à água; combate à desertificação; educação para a convivência com o semiárido.

A ASA aparece de modo extremamente natural e pertinente quando se elabora um elenco de “casos” que aportem para o debate sobre “novos paradigmas de produção e consumo”, pois ela trata da produção de alimentos numa região sempre considerada imprópria à produção, e se volta a uma produção capaz de gerar um consumo diverso e saudável para aqueles que, um dia, já foram os famintos e desnutridos de nosso país, os “homens gabiru”. No entanto, este estudo trouxe muito mais que o esperado, pois a experiência da ASA tem contribuído para produzir um novo paradigma do que seja o sucesso, numa terra de insucessos e de bem viver, numa terra de privações.

Atualmente, está articulada em dez estados brasileiros que possuem o ecossistema semiárido: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. A ASA é integrada por mais de 700 entidades dos mais diversos segmentos, como igrejas católicas e evangélicas, ONGs de desenvolvimento e ambientalistas, associações de trabalhadores rurais e urbanos, associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais.

A missão da ASA é “fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o semiárido, referenciados em valores culturais e de justiça social” (ASA Brasil, 2010).

Nesta perspectiva, este estudo tem como intuito apresentar o funcionamento da ASA, suas principais características, bem como sua contribuição para a convivência, de forma mais harmônica, com as dificuldades do semiárido, apontando para a elaboração de políticas públicas. Para tal, após esta introdução, segue-se uma primeira parte com as principais características e funcionamento da ASA, com atenção a experiências correlatas, como o banco de sementes e os fundos rotativos solidários. Posteriormente, no capítulo 2, o estudo trata da relação da ASA com possíveis políticas de convivência com o semiárido, para, no terceiro capítulo, avançar em propostas para uma plataforma de políticas públicas para a região.

1. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E FUNCIONAMENTO

A ASA é uma articulação, uma rede de entidades cujo repertório temático e metodológico de ações tem raízes históricas que remontam aos anos 70 e mesmo a períodos anteriores. Antônio Barbosa, coordenador do Programa P1+2, ex-coordenador da ASA pelo estado do Piauí, acentua a diversidade metodológica e a heterogeneidade das formas de organização das entidades que integram a ASA:

A ASA é uma inovação tecnológica. O que une a ASA, o que dá liga, é a necessidade de água numa região como o semiárido. Tem a forma de organização das igrejas, pastorais, a forma de organização das ONGs do meio rural, [das orientadas] para a democratização, das organizações dos agricultores no campo, [voltadas para a questão] do alimento, os sindicatos, as cooperativas de agricultores, de técnicos – tudo que se conseguiu juntar em termos de desenvolvimento rural. É um campo heterogêneo; seria um barril de pólvora, se não fosse o que liga (BARBOSA, 2010).

Assim, a ação da ASA se compõe das ações de todas as suas entidades integrantes, mas aporta a este conjunto novas ações e metodologias criadas em virtude da própria ação em rede. Além de toda a gama de ações de apoio às organizações comunitárias e de trabalhadores rurais, fortalecendo sua capacidade organizativa e política, e o leque de soluções tecnológicas para a convivência com o semiárido, as principais ações especificamente da ASA são:

- Articulação político-organizativa que integra coletivos desde o nível local das comunidades, ao nível municipal, dos fóruns estaduais e ASA Brasil.
- Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, que se compõe do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), em fase demonstrativa.

A ASA também tem debatido e se pronunciado sobre outros temas relativos ao semiárido, como a desertificação, a reforma agrária no semiárido, a produção de biodiesel por meio do cultivo de oleaginosas, a transposição do rio São Francisco.

1.1. OS DOIS PROGRAMAS DA ASA

A ASA desenvolve hoje dois grandes programas, apoiados por um termo de parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), além de contar com diversos outros apoios institucionais, como o da Fundação Banco do Brasil (FBB). Os dois programas podem ser encontrados no Orçamento Geral da União, definidos como “Programa Cisternas” e “Acesso à Água para a Produção de Alimentos para o Autoconsumo”.

a) Programa Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC

Iniciado em julho de 2003, o objetivo do P1MC é beneficiar cerca de 5 milhões de pessoas em toda a região semiárida com água potável para beber e cozinhar, por meio das cisternas de placas. Segundo dados de 2007, o P1MC contava com

60 Unidades Gestoras Microrregionais (UGMs), e 1.121 Unidades Executoras Locais (UELs). Entre 1º de junho de 2000 e 18 de fevereiro de 2010 foram construídas 288.284 cisternas (ASA Brasil, 2010).

Cada cisterna tem capacidade de armazenar 16 mil litros de água captada das chuvas, por meio de calhas instaladas nos telhados. A cisterna é construída por pedreiros capacitados pelo P1MC e pelas próprias famílias. Se a água da cisterna for utilizada de forma adequada (para beber, cozinhar e escovar os dentes), dura aproximadamente oito meses (ASA Brasil, 2010).



© Elaboração própria

Cisterna de placa para consumo doméstico

Segundo o site do MDS, a ação orçamentária que adota o nome fantasia de Programa Cisternas, estabelece como público-alvo as famílias rurais do semiárido brasileiro com perfil de elegibilidade do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), com renda familiar mensal de até meio salário mínimo *per capita*. O Programa Cisternas, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar (Sesan), do MDS, por meio de termo de parceria com a Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC/ASA) e convênios com governos estaduais e municipais, vem apoiando a construção de cisternas familiares, a mobilização e capacitação de famílias rurais para gerir recursos hídricos e sua formação para a convivência na região.

b) Programa Uma Terra e Duas Águas – P1+2

O objetivo do P1+2 é ir além da captação da água de chuva para consumo humano, avançando para a utilização sustentável da terra e manejo adequado dos recursos hídricos para produção de alimentos (animal e vegetal), promovendo a segurança alimentar e a geração de renda. Em janeiro de 2007, o P1+2 iniciou sua fase demonstrativa, que pretende desencadear um processo de mapeamento, intercâmbio, sistematização e implementação de experiências. Os resultados dessa fase servirão como base para implantar o programa numa escala maior. A fase demonstrativa atingirá diretamente 96 comunidades dos dez estados onde serão

construídas 144 tecnologias de captação de água da chuva, entre as quais cisternas de calçadão e barragens subterrâneas (conforme imagens abaixo), para a produção de alimentos que beneficiarão 818 famílias (ASA Brasil, 2010).

© Elaboração própria



Cisterna de calçadão



© Elaboração própria

Barragem subterrânea

1.2. FORMA DE ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E TOMADA DE DECISÃO

A coordenação executiva da ASA é a instância máxima da articulação, eleita a cada dois anos, em assembleia geral, seguida dos fóruns e ASAs estaduais e dos Grupos de Trabalho (GTs).

A ASA tem duas estruturas “paralelas”: a ASA Brasil é uma articulação política, sem personalidade jurídica, e se compõe dos fóruns e ASAs estaduais, coletivos temáticos, comissões municipais e comissões nas comunidades, e inclui mais de 700 entidades em dez estados do Brasil.

A gerência dos dois programas, que são realizados principalmente por meio de uma parceria com o governo federal, é feita uma Oscip, a Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC), cuja sede é utilizada também para a ASA Brasil.

1.3. HISTÓRICO: ETAPAS-CHAVE E SEUS APRENDIZADOS

a) O trabalho local e a articulação em torno da “convivência com o semiárido”

A constituição da ASA é precedida pelo trabalho de mobilização e organização dos agricultores do Nordeste, e remonta ao trabalho das igrejas progressistas (católica e protestante) nos anos 70, especialmente as dioceses e Caritas diocesanas, as pastorais rurais, os sindicatos de trabalhadores rurais (STR), as associações comunitárias de trabalhadores rurais, cooperativas de produção. Além disso, também se destaca a atuação de ONGs e entidades como a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (Aspta), o Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (Patac), o Movimento de Organização Comunitária (MOC), a Caatinga, o Centro Sabiá, entre outras.

A ASA surge mudando a visão sobre o semiárido, apresentando uma crítica aos paradigmas vigentes na região e às políticas públicas a ela destinadas. Aldo Santos, coordenador da ASA Brasil, assinala que a região é tradicionalmente definida como inóspita e imprópria para a vida humana, e que esta visão está enraizada no poder público e na sociedade: uma região que não oferece condições de vida com dignidade, a seca vista como castigo.

Em decorrência desta visão, surgiram as políticas de “combate” à seca, que se expressavam no Dnocs (Departamento Nacional de Obras de Combate à Seca), e que tiveram como consequência “a deformação da região” com grandes obras, como as grandes açudagens.

Aldo Santos destaca o papel das igrejas progressistas do Nordeste, com sua visão libertadora e sua acolhida às mobilizações. Surgiu daí o movimento da agricultura familiar, dos pequenos produtores, que luta para trazer as frentes de emergência para as propriedades das famílias.

Em 1992 e 1993, a região é assolada por uma seca, que provoca, segundo aponta a tese de doutorado de Silva (2008), uma mudança qualitativa na reação da sociedade civil organizada em relação às dificuldades vividas no semiárido nordestino. Fortalecem-se então às pressões sobre o governo federal por ações imediatas e, além delas, passa-se a exigir um plano de ações permanentes para o semiárido.

Em março de 1993, milhares de trabalhadores rurais e suas organizações se articulam e realizam a ocupação da Sudene, em Recife. É criado o Fórum Nordeste, que elabora e apresenta ao governo do presidente Itamar Franco uma “Proposta de Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste Semiárido”. Este documento apresenta uma alternativa às políticas de combate às secas, destacando-se a percepção ambiental e a ênfase em pequenas obras. É neste contexto que surge a ideia de que é possível conviver com o semiárido.

Em torno desta visão e da implementação de diversas ações de apoio à agricultura familiar no Semiárido vão surgindo articulações nos estados como, em 1991, o “Fórum Seca” em Pernambuco; em 1993, a Articulação no Semiárido Paraíba, o Fórum pela Vida no Semiárido no Ceará e no Piauí; em 1994, o Forcampo, no Rio Grande do Norte e outras redes, como a articulação coordenada pelo MOC (Movimento de Organização Comunitária), que atua desde 1967 na Bahia. São estas articulações estaduais que vão constituir a ASA e a integram até o momento atual. Segundo Jean Carlos, coordenador atual do P1MC, a ASA “começa com uma quebra paradigmática importante” que muda a proposta das políticas para o Semiárido: do combate à convivência.

Nesta primeira fase, o destaque é o longo período de enraizamento das ideias e práticas fundadoras da ASA. É bastante perceptível que existem 30 anos de caminhada: metodologias muito enraizadas de relação com as populações, longos processos de maturação política por meio dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e das Federações estaduais, longos aprendizados de convivência e construção de

confiança entre diferentes culturas institucionais, metodologias e pontos de vista nas articulações entre entidades religiosas, sindicais, associações, ONGs etc.

b) A criação da ASA e os primeiros projetos experimentais

A ASA foi criada em julho de 1999, durante a III Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (COP 3), em Recife. Na ocasião, a sociedade civil organizada e atuante na região do Semiárido brasileiro, reproduzindo a experiência da RIO-92, promoveu o Fórum Paralelo da Sociedade Civil. A ASA teve um papel decisivo na coordenação desse processo, debatendo e lançando então a Declaração do Semiárido Brasileiro, documento-base que sintetiza as percepções dos grupos participantes da ASA e orienta o seu trabalho.

Segundo Aldo Santos, a ASA apresenta ao então ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, uma proposta que se converte num projeto piloto de construção de 501 cisternas, em parceria com o(MM). O passo seguinte foi a formatação dos componentes do P1MC. Para atingir o objetivo, a ASA construiu um grupo de trabalho formado por organizações que integram a Articulação. O GT Cisternas, em parceria com as famílias agricultoras, elaborou os itens do programa: capacitação, mobilização, fortalecimento institucional, controle social, comunicação e construção dos reservatórios.

Já nesses moldes, a ASA apresentou um projeto de transição à Agência Nacional de Águas (ANA). Nessa proposta, a previsão era construir 12.400 cisternas, e devido ao gerenciamento eficaz e econômico dos recursos, 12.743 famílias foram beneficiadas (LOPES, 2007).

Através da entrevista com Emanuel Dias, agrônomo do Patac, percebe-se a importância da presença da cooperação internacional que se consolida na ASA a partir deste período dos projetos experimentais, mas que permanece até o presente. Emanuel salienta que a “complementaridade” nas ações, financiadas em parte pelos convênios públicos da ASA “e em parte pela cooperação internacional”, permite o trabalho de formação que “valoriza as organizações locais, (...) o protagonismo dos grupos, o saber local”, o que não seria possível apenas com os recursos estatais.

Do período dos projetos experimentais se destacam dois aprendizados extremamente relevantes para o que é hoje a experiência da ASA. Primeiramente, a importância de sistematizar experiências, ser propositivo, começar com pequenos projetos piloto ou demonstrativo, para sistematizar propostas mais ambiciosas. Este aprendizado vai se constituir no foco da ação do P1+2 que formula a noção de “agricultores experimentadores” e coloca o eixo de sua ação no resgate de tecnologias enraizadas na tradição, ns intercâmbios entre experiências e na sistematização de conhecimento. O outro aprendizado que se enraíza neste período é a importância da diversificação das parcerias, com instituições governamentais, instituições privadas e a cooperação internacional. Esta diversificação se liga à construção da

autonomia da ASA frente aos diferentes financiadores, construindo a possibilidade de conseguir meios e recursos complementares para atingir seus objetivos.

b) A criação da Oscip “AP1MC” e os convênios com o governo federal

Em 2003, após a conclusão do projeto realizado em parceria com a ANA, a ASA firmou uma parceria com o então Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa) e com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), que resultou na construção de 168.954 cisternas por todo o Semiárido.

Em 2004 é criado o MDS e se estabelece um termo de parceria entre a ASA e o novo Ministério. Além disso, o P1MC recebeu apoio de instituições privadas e de organizações da cooperação internacional, como a Oxfam, o Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED), a Petrobras e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban). Todos esses parceiros permitiram que a ASA ultrapassasse a marca de um milhão de pessoas com acesso à água de qualidade para beber e cozinhar. Ou seja, mais de 220 mil cisternas para consumo familiar já foram construídas na região.

Igor Arski, coordenador geral de acesso à água do MDS, refere-se também à parceria com o P1+2, o “Programa da segunda água”, que traz novos desafios, pois trata a questão da água “como insumo essencial ao desenvolvimento e à segurança alimentar, (...) o emprego da água na produção, a gestão comunitária da água [incorporando tecnologias como] o tanque de pedra e a Bomba D’água Popular (BAP) que já vão neste sentido. (...) O P1+2 traz o desafio da viabilidade da produção no semiárid, a partir do acesso à água” (entrevista concedida por Igor Arski ao autor).

A relação com o governo federal, com toda a tensão que a acompanha, traz a vantagem de manter duas estruturas “paralelas” para preservar as duas lógicas: a capacidade administrativa para a gestão contratual, a autonomia política e capacidade de mobilização. Esta forma de organização se liga ao aprendizado do período anterior, na medida que preserva a decisão de não subsumir a ASA no convênio governamental, mas manter outras relações que possam complementar a viabilização de seus próprios objetivos.

d) As crises de descontinuidade: caminhos para uma política pública

O P1MC teve dois grandes momentos de descontinuidade, um em 2007 e outro no momento atual. Nas duas ocasiões o programa deixou de receber o financiamento federal, comprometendo os contratos com as equipes de profissionais, perdendo conhecimento acumulado através dos técnicos, educadores, pedreiros, que passaram a procurar outros empregos. A crise de 2010 trouxe grande preocupação, e a descontinuidade é apontada como fator indicador do quanto o programa ainda está distante de se tornar uma política pública.

Na crise de 2007, os órgãos de controle público, como o TCU e a CGU, apre-

sentaram inúmeras questões relativas à prestação de contas das Unidades Gestoras. Segundo Igor Arski, do MDS, a CGU apresentou, em 20 de dezembro, um extenso relatório “de 22 pontos, com 100 páginas”, que tirou do MDS a segurança para assinar o termo de parceria e realizar os repasses no final do ano.

Uma das críticas da CGU, como aponta Igor, era “o modelo de fazer o convênio com [apenas] uma entidade e repassar os recursos para 64”. Desta form, os recursos poderiam chegar a entidades que não atendem os critérios de uma Oscip, “como aquelas que têm finalidades religiosas”.

No entanto, como salienta Igor, “o diferencial é a rede” e aí está justamente “a grande novidade da engenharia” da ASA, que é “a relação da Oscip com a rede de entidades”. E continua: “a ASA é uma Oscip que repassa recursos para muitas entidades que têm atuação no território”.

De outra parte, a ASA salienta a importância da mobilização para a resolução da crise de 2007, quando houve um grande movimento que reuniu mais de 5 mil pessoas. Neílda, de Pesqueira, assinala a importância do aprendizado propiciado por esse momento: “Foi um momento de perceber que o processo de mobilização era o diferencial. Foi preciso uma mobilização nacional, e as pessoas pagaram suas próprias passagens para deslocar-se até o local do protesto”

As entrevistas mostram um processo complexo de aprendizado entre diferentes compreensões e lógicas de atuação que ocorreu de ambos os lados, sociedade civil e governo, e que foi realizado ao longo de inúmeras negociações. Houve visitas de fiscalização, muitas vezes de surpresa, e inúmeras noites de sono foram perdidas por parte dos coordenadores locais da ASA. Este tem sido um aprendizado tenso e difícil.

No entanto, o desafio de construir uma relação autônoma com o Estado não está superado e se repõe a cada momento. Comentando a forma como a ASA enfrentou as interrupções no financiamento, Luciano Silveira assinala que a “ASA respondeu à altura, e adquiriu capacidade, mas [essa capacidade] a cada ano é minada. (...) Novos obstáculos surgem, a gente vai perdendo flexibilidade, perdendo capacidade de atuar como sociedade civil”. Ele se refere às dificuldades para a realização do VII EnconASA, na semana de 22 a 26 de março de 2010, que pretendia ser um momento de avaliação e planejamento político da ASA mas, a seguir os critérios do financiamento público, teria que restringir-se a um encontro de avaliação do P1MC.

Igor, por sua vez, reconhece o aprendizado de parte a parte, e as tensões com outros órgãos do governo por sua proximidade com a ASA. Ele assinala: “Boa parte de nossa gestão é em função de vencer estes desafios. Somos vistos como defensores deles, somos nós que respondemos ao CGU”. E ainda: “Eu estou aprendendo com a ASA, e vejo que ela vai investindo, fazendo intercâmbio”.

Dois aprendizados marcam esta “etapa”, sempre inconclusa, que pode repetir-se em novas crises e descontinuidades, com outras nuances.

Um deles é reconhecer a importância da mobilização e da autonomia da ASA

frente ao Estado. Este aprendizado se revela nas expressões: o diferencial é a mobilização, é a rede, a “engenharia” da ASA. O outro aprendizado é conhecer os passos do complexo caminho da relação com o Estado e com a construção de uma política pública, e reconhecer o longo caminho de aprendizado que ainda resta para alcançar esse objetivo.

1.4. EXPERIÊNCIAS CORRELATAS

a) Bancos de sementes

Os bancos de sementes são organizações comunitárias que visam contribuir para o acesso do agricultor familiar às sementes, evitando a impossibilidade de plantar na hora adequada por não poder comprar sementes de uma empresa produtora. Cada família que participa de um banco de sementes contribui com uma quantidade de suas sementes colocando-as em um “banco” ou “casa” de sementes. Quando alguém precisa delas para plantar, pode adquiri-las no banco com o compromisso de devolver a mesma quantidade após a colheita. É uma experiência que se fortaleceu nas práticas das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nos anos 70.

Os bancos de sementes contribuem para a autonomia da agricultura local, evitando a intermediação que ocorre quando o agricultor precisa comprar sementes. Segundo Silva e Almeida (2007), em 2007 a ASA-PB contava com uma rede estadual composta por 228 bancos de sementes comunitários, que envolvem 6.561 famílias residentes em 63 municípios, e conservam mais de 300 variedades de milho, feijão, fava, mandioca, girassol, amendoim e espécies forrageiras e frutíferas resgatadas nas próprias comunidades.

A valorização das sementes nativas, também chamadas sementes crioulas ou “sementes da paixão”, propicia o resgate de espécies vegetais em extinção, preservando a diversidade biológica da região. Os pequenos agricultores conquistaram o reconhecimento científico do valor de suas sementes, contrapondo-se à disseminação da ideia de que as sementes nativas têm baixo poder germinativo, sendo consideradas apenas “grãos” e não sementes, que seriam apenas aquelas produzidas “cientificamente” por empresas especializadas. Para isto realizaram pesquisas participativas em parceria com instituições acadêmicas e conquistaram uma lei estadual na Paraíba que as reconhece e cria um Programa Estadual de Bancos de Sementes Comunitários.¹

b) Fundos rotativos solidários

Os fundos rotativos solidários são uma prática tradicional entre os pequenos agricultores, e têm origem nas tradições do mutirão: uma prática de trabalho cole-

1 A Lei nº 7.298 de 2002 criou o Programa Estadual de Bancos de Sementes Comunitários, autorizando o governo da Paraíba a adquirir sementes de variedades locais para o fortalecimento e ampliação dos bancos em todo o estado (SILVA E ALMEIDA, 2007). Em Alagoas há uma lei semelhante (Lei nº 6.903). Ver ainda a Carta Política da III Festa Estadual da Semente da Paixão, realizada nos dias 23, 24 e 25 de julho de 2006, em Lagoa Seca-PB. Em www.asabrasil.org.

tivo que ajuda as famílias a realizar, de forma rotativa, tarefas que estão acima da capacidade de realização isolada de cada família, como o esforço concentrado que se faz na colheita, na construção de uma casa ou galpão.

Esses fundos são recursos financeiros constituídos por meio de aportes oferecidos pela comunidade, e são usados de forma rotativa para que as famílias possam adquirir bens de maior custo econômico, como animais, materiais de construção para cisternas, banheiros, cercas de arame ou reformas nas casas.

A constituição dos fundos foi suspensa e passou por extenso processo de debates, que culminou com a realização, em outubro de 2009, do Seminário sobre Fundos Rotativos Solidários, de iniciativa da Escola de Advocacia Geral da União, em parceria com as organizações do Comitê Gestor dos Fundos Solidários, que discutiu a questão do fomento aos fundos rotativos solidários usando recursos públicos. Como fruto deste seminário foi elaborado o Projeto de Lei que regulamentará o Programa Cisternas, admitindo a utilização de fundos rotativos e propondo a regulamentação de critérios que evitem distorções e possam garantir que se preserve o seu caráter comunitário e solidário.²

1.5. PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS E EMPRESAS PRIVADAS

A parceria é prática constitutiva numa organização que se define como uma “articulação” de entidades, distintas em sua história, metodologias, prioridades e, mesmo, em muitas concepções. As parcerias entre as integrantes da ASA são, no entanto, muito profundas nos seus objetivos.

A ASA, porém, quando se propõe uma postura propositiva em relação às políticas para o semiárido, lança-se na execução de programas numericamente ambiciosos e inicia parcerias com instituições que se dispõem a aportar recursos financeiros para a implementação de ações que venham a minorar as dificuldades da vida no semiárido. Além da relação com ONGs, como Diaconia, Misereor, Cordaid, Action Aid e Oxfam, a ASA tem parcerias com a Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social (Aneas), a Fundação Avina, a Heifer International, a Fundação Banco do Brasil, a Petrobras, a Febraban, e com empresas metalúrgicas na Alemanha e no Brasil que apoiam o programa da BAP.

A parceria com a Febraban se destaca neste cenário pelas dimensões e pela polêmica gerada no interior da ASA, por ser uma parceria pouco convencional. A Febraban apoiou o Projeto Cisternas desde 2003 e investiu quantias da ordem de milhões de reais. Realizou um processo de “Avaliação de Impacto Socioeconômico do Projeto Cisternas” que resultou na publicação *Projeto Cisternas: transformando possibilidades em realidade* (Febraban, 2008), e esta publicação aponta que a

² O referido Anteprojeto de Lei institui o Programa Cisternas (Programa Nacional de Apoio à Construção e Instalação de Cisternas e Equipamentos de Tecnologia Simplificada para Retenção de Água) e a Rede de Equipamentos Públicos e Serviços de Alimentação e Nutrição (Redesan) integrando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Segundo Igor Arski, este Anteprojeto de Lei está sendo analisado em um grupo de trabalho no MDS e será enviado ao Congresso, ainda neste governo, dentro da proposta do presidente Lula, de consolidação das leis sociais.

federação financiou a construção de 29.629 cisternas, forneceu todo o suporte necessário para o planejamento e estruturação do programa, apoiou a montagem de 52 Unidades Gestoras Microrregionais e a Unidade Central, forneceu 45 automóveis, 105 motocicletas, 60 computadores e mobiliário.

Atualmente, a parceria com instituições filantrópicas ou empresas é valorizada como possibilidade de desenvolvimento de ações que acumularam conhecimento e experiência para o desenvolvimento posterior das parcerias maiores com o poder público.

2. ASA E A RELAÇÃO COM POLÍTICAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

A ASA construiu ou não uma política pública? Esta foi uma questão de debate ao longo de toda a semana de entrevistas. Por um lado, pode-se considerar que sim, a ASA gerou amplos programas federais. Neílda, coordenadora do P1+2 na UGT de Pesqueira, que atua em 11 municípios da região, afirma que a ASA está conseguindo ser propositiva em políticas públicas, e aponta algumas indicações de sua avaliação: a) o P1MC se tornou uma política pública; b) a ASA tem representação no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf); c) a experiência da ASA faz surgir exigência de qualidade de outros projetos governamentais que também constroem cisternas.

No entanto, construir uma política pública para o semiárido envolve ainda diversos limites e desafios que serão analisados a seguir.

2.1. UMA POLÍTICA PARA O SEMIÁRIDO

A ASA coloca explicitamente em seu discurso a preocupação com a construção de uma política pública de convivência com o semiárido, em oposição às políticas de combate à seca. A crítica a estas políticas é de que são equivocadas em sua avaliação sobre o problema da água, pois partem do princípio que ela deve ser levada às regiões semiáridas, enquanto a ASA afirma que a água da chuva é suficiente, desde que adequadamente estocada. Além disso, as políticas de combate à seca foram historicamente formuladas de maneira desarticulada com outras políticas sociais na região, o que contribuiu ainda mais para seu caráter emergencial e assistencialista.

Ao contrário, a ASA aponta outros elementos como essenciais a uma política pública para o semiárido, quando afirma que “vem implementando uma série de ações (...) que extrapolam o universo das intervenções emergenciais e da assistência social, mostrando que a vida no semiárido é viável e pode ser digna” (ASA, 2009).

Diversas entrevistas apontam avanços no processo de construção de uma política de convivência com o semiárido, na medida que se cria uma institucionalidade que se reflete no orçamento federal e na estrutura do Estado: “As ações da ASA estão no Orçamento Geral da União (OGU), dentro do Programa de Segurança Alimentar. (...) Tem uma ação chamada ‘Cisterna’, e outra chamada ‘Segunda água’. Não é um recurso juntado daqui e dali” (BARBOSA, 2010). Barbosa, no entanto, pondera que mesmo com estes elementos, ainda “não dá pra dizer que seja uma política pública. Queremos que seja, mas ainda é [apenas] uma ‘ação’ no orçamento”.

Os principais limites apontados são a falta de um leque articulado de políticas que viabilizem a convivência com o semiárido, como uma política de reforma agrária específica que incorpore políticas de crédito e comercialização adequadas.

Neste caso, estariam políticas de apoio às feiras locais, à indústria agroecológica e familiar, e políticas necessárias à comercialização de produtos, como polpas de frutas, doces e artesanato.

A participação de integrantes da ASA no Consea e no Condraf, e em inúmeros Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, tem contribuído para a participação propositiva no debate e na criação destas políticas. As Comissões Municipais da ASA mostram-se muito ativas em relação à política local, embora sua incidência efetiva seja reduzida, em função do patrimonialismo presente no poder local.

Outro destaque de incidência nas políticas públicas tem sido a participação da ASA na elaboração e aprovação de algumas leis. Uma delas decorre do complexo debate sobre o fomento aos fundos rotativos solidários com uso de recursos públicos, desencadeado na crise com a interrupção de financiamento para o P1MC, em 2007. Após debates generalizados no interior da articulação, a ASA Brasil encomendou um parecer jurídico sobre o tema. A Escola de Advocacia Geral da União (AGU), em parceria com as organizações do Comitê Gestor dos Fundos Solidários, tomou a iniciativa de convocar um seminário sobre o tema. Fruto deste seminário é o novo projeto de lei, ainda não aprovado, que regulamentará o Programa Cisternas, apresentando uma solução técnica para a utilização de fundos rotativos em um programa de cisternas com recursos federais.

a) Participação em políticas sociais

Além das políticas específicas de convivência com o semiárido, as entrevistas apontaram alguma participação, repercussão e incidência da ASA em outras políticas sociais. A participação é mais articulada na política de Segurança Alimentar, e a ASA está formalmente no Conselho Nacional (Consea) e em alguns conselhos municipais. Na política de saúde há uma relação deliberada com os agentes comunitários de saúde, na perspectiva de que possam contribuir para a continuidade dos programas, visto que ainda não há recursos financeiros disponíveis para esse seguimento. Na educação há uma contribuição específica, pois um dos eixos da ação da ASA é a “Educação para a convivência com o semiárido”, a chamada “educação contextualizada”, que inicia relações com a educação pública no sentido de debater as questões do semiárido. Na área dos Direitos da Criança e do Adolescente também se nota alguma participação, especialmente de entidades como as Caritas diocesanas e paroquiais, e ONGs com esse foco de atuação específico.

b) Políticas públicas na base

Por outro lado, nas lideranças mais próximas da base da articulação, o discurso sobre políticas públicas é bastante genérico e incipiente, e se refere à participação de reivindicações junto ao poder público municipal, o que, para muitas pessoas do sertão, é quase impossível. É o que se pode ver na fala de Marcos Costa, gestor do P1MC no município de Arcoverde, Pernambuco:

Nosso objetivo não é apenas a construção de cisternas, mas a formação da família em políticas públicas, para procurar cidadania. (...) Política pública é muito pouco aqui. A gente influencia para ir atrás de seus direitos como casa, Bolsa Família. Muitos começaram a receber. (...) Tem município que a gente vai e o pessoal tem até medo de falar com a gente. Aqui em Arcoverde participamos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (COSTA, 2010).



© Elaboração própria

Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável

2.2. A TENSÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE: EXECUÇÃO DA POLÍTICA E CONTROLE SOCIAL

Um tema importante no debate atual é a possível redução da ideia de participação e controle social à mera execução de projetos sociais. A crítica, que também está apontada no item sobre a autonomia da ASA, se refere às organizações da sociedade civil que se convertem em meras prestadoras de serviços e perdem sua capacidade de crítica ao Estado e de controle social sobre ele. Esta questão é avaliada por dois dos coordenadores da ASA, que apresentam o problema “às avessas”.

Aldo Santos reconhece que a ASA “é criticada como executora de política”. Mas aponta que é justamente esta condição de executar a política que lhe dá a capacidade de ser propositiva e avaliativa, podendo propor mudanças:

Nós descemos ao “fazer” com as famílias. A ASA propôs um modelo de política, conquistou a política e fez a gestão da política. Vivencia e transforma a política (SANTOS, 2010).

Luciano Silveira destaca:

Inovações que a ASA coloca em sua forma de atuar: a promoção de mudanças profundas na sociedade não deveria passar apenas pelo enfrentamento político, mas também por ações concretas, novas experiências que possam inspirar o debate sobre o desenvolvimento e seus modelos, as propostas de políticas públicas (SILVEIRA, 2010).

Luciano Silveira prossegue apontando que são as pequenas e múltiplas experiências piloto ou demonstrativas que permitem à ASA lançar sua proposta mais ambiciosa de implantar “um milhão de cisternas”: “Na COP, em 1999, foram estas experiências que possibilitaram um projeto de maior envergadura – o P1MC. A existência de uma diversidade de experiências é que garante isso”.

Por outro lado, Luciano aponta crescentes dificuldades. Assinala que a possibilidade da sociedade civil participar de experiências de “cogestão se ampliou muito, e construiu-se um marco legal”. Considera, porém, que a sociedade está despreparada para estas relações e que “essas experiências deixaram um rastro de pequenos e grandes problemas”. Assinala ainda que, após “um momento forte de repasses”, hoje “os órgãos públicos acordaram para isso”, e que há interesses que procuram “desqualificar e criminalizar os movimentos, (...) há um movimento ideológico de desqualificação da sociedade”.

Ele considera que a ASA tem respondido aos novos entraves, mas que a “lógica contratual” pode encurralar o vigor da organização. Aponta uma tendência do governo em transformar a ação dos programas em uma “ação dirigida pelo Estado”.

Enquanto os coordenadores da ASA assinalam sua capacidade de construir novas relações com o Estado, e apontam limitações na lógica estatal de relação com a sociedade, Igor Arski, refletindo desde o Estado, descreve detalhes das dificuldades internas deste na construção de uma política, e aponta limitações na capacidade da sociedade se relacionar com o nível mais amplo de questões que se ligam à construção de uma política.

Igor considera que a ASA tem dificuldade em apreender o contexto maior da elaboração de uma política pública, e aponta, por exemplo, uma possível demora em apropriar-se das oportunidades para a ampliação da comercialização de alimentos, colocadas pela nova lei da merenda escolar:³

A ASA esteve muito centrada em executar seus próprios programas. Ela é uma ação integrada por natureza, mas... algumas coisas ainda não estão amadurecidas, como a relação com o PAA. (...) Muitos ainda têm desconhecimento do PAA e da lei. Eu imaginava que uma lei como esta estaria sendo esperada por muita gente (ARSKI, 2010).

2.3. AS POLÍTICAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

a) Não às grandes obras

Em vez de explicar a pobreza do Nordeste como originada na seca, como algo permanente ou crônico, a ASA mostra que chove no semiárido, embora de forma irregular, e que as raízes da pobreza estão na concentração de terras e nas políticas de “combate à seca”. Os entrevistados explicitam que a proposta da ASA não é

3 A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, dispõe sobre a merenda escolar, ou seja, o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica. O Art. 14 desta lei diz: “Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do Pnae, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas”.

“combater a seca, e sim conviver com o semiárido”, que este é um caminho diferente: em vez de trazer água de fora, guardar a água; e que este caminho tem raízes antigas na cultura local:

É um caminho diferente. A ideia de que na região chove e que guardar essa água é importante é uma ideia antiga. Padre Cícero já falava em cisternas (BARBOSA, 2010).

As políticas de “combate à seca” são apontadas como políticas que esconderam, como causa principal da pobreza, a concentração de terras, e desestabilizaram o meio rural nordestino. Barbosa aponta um paradoxo: “Aonde a política pública não chegou, as famílias sofreram menos, [pois] o crédito e a ‘extensão’ rural têm a lógica da monocultura. (...) A introdução de sementes e matrizes animais de raças ‘melhoradas’ acaba exterminando as espécies e raças daqui”. Igualmente, as formas atuais de acesso ao crédito também são excludentes para o agricultor familiar.

Barbosa analisa ainda as políticas do Dnocs, da Sudene, como políticas marcadas pelo “grande, complexo, distante”, às quais se contrapõem as propostas marcadas pelo “perto, simples, barato e acessível”, em que “a família tem o controle e transforma o pequeno em grande”:

Em vez de grandes obras, barragens e grandes açudes, um milhão de cisternas, um milhão de famílias com água, milhares de crianças que não morrerão, mulheres com tempo de estudar e fazer outras coisas. (...) As pessoas fazem a gestão da água: para a família que tem a sua estrutura hídrica, não é preciso pedir. Quem concentra água concentra terra. (...) Já não se tem mais a coragem de falar no ‘combate à seca’, esse discurso [hoje frequentemente se] traveste de ‘convivência com o semiárido’ (BARBOSA, 2010).

Esta reflexão enfatiza a quebra de um paradigma centrado nas grandes obras, que não atende às demandas dos pequenos agricultores.

O Projeto de Transposição do Rio São Francisco é criticado por reforçar os grandes projetos irrigantes, voltados para culturas que “bebem muita água”, como a uva e a maçã, e não para os trabalhadores. Barbosa aponta que, no Projeto de Transposição, os canais são orçados em R\$ 7 bilhões, enquanto que para um milhão de cisternas se precisaria de R\$ 1,8 milhão. A crítica não é contra transportar água de forma absoluta, mas ao fato de que “esta proposta reforça uma ideia de Nordeste que não tem água, seguindo “na linha do não, do não lugar” e, desta forma, reforçando um discurso “mentiroso”.

b) A quebra da dependência: a gestão familiar

A reflexão acima também enfatiza que as “pequenas obras” podem ser geridas e controladas pelos agricultores, quebrando a concentração de poder e a dependência de políticas clientelistas. A lógica de convivência com o semiárido, em vez do transporte de grandes quantidades de água, propõe a estocagem de água para o consumo humano, para os animais e o plantio, e a estocagem de sementes. Aldo

Santos aponta que, por meio do “gerenciamento dos seus recursos hídricos, a família [passa] a entender a sua capacidade produtiva”, e que a ASA vem desenvolvendo um “processo continuado com as famílias, de mudança de hábitos. (...) Sob sua gerência e domínio, ela pode passar a estiação, tendo cuidado com o telhado, a estocagem, o transporte da água”.

2.4. O CONHECIMENTO

É ainda Barbosa que aponta: “A ASA trava um debate no campo do conhecimento”. O saber produzido na academia e em instituições, como a Embrapa, negligencia e não prioriza as temáticas da agricultura familiar. Igor Arski assinala que a Conab e a Embrapa são empresas tradicionalmente voltadas para o agronegócio, cuja “vocação” mudou um pouco a partir do início do programa Fome Zero. Destaca que na Conab vem se iniciando o trabalho com o PAA, e que a empresa tem hoje maior “aceita  o social”. No caso da Embrapa, Igor assinala que “há muito poucos pesquisadores voltados    agricultura familiar”, e que a maior parte de seu trabalho está voltada “para o agronegócio”.

Barbosa prossegue:

A academia coloca o “científico” em detrimento do conhecimento do agricultor. (...) O centro da a  o do P1+2    a valoriza  o do conhecimento. (...) A estratégia da sistematiza  o e do intercâmbio    central. [A família] se prepara pra receber e pra visitar –    um encontro de agricultores experimentadores. [Depois da visita, eles dizem] “Olha, eu visitei e mudei minha prática”.    uma forma de constru  o coletiva do conhecimento. (...) A ASA resolveu priorizar neste programa a sistematiza  o e o intercâmbio. Estes são dois dos seis componentes do programa (BARBOSA, 2010).

Uma das formas de desvaloriza  o do conhecimento do agricultor, enfatizada em quase todas as entrevistas,    a fala de que “a semente virou grão”. Segundo Barbosa, algumas pesquisas da Embrapa contrib  iram para disseminar a ideia que a semente do agricultor tem baixo poder germinativo, e passaram a induzir os agricultores a trocar o seu “grão” por “semente”, que teria que ser comprada de empresas produtoras de sementes “certificadas”.

Contra isso    que, sem negar o conhecimento da academia, o P1+2 busca valorizar o conhecimento dos agricultores, promovendo intercâmbio e sistematiza  o de experiências através dos boletins *Candeeiro*. Estes boletins não são centrados na apresenta  o de tecnologias e de entidades, mas na sistematiza  o de experiências de famílias portadoras de conhecimentos.

As sementes crioulas, nativas, sementes da resistência ou “sementes da paixão” vêm sendo revalorizadas através dos bancos de sementes e das festas anuais das “Sementes da Paixão”. A expressão “agricultores experimentadores” também foi muito enfatizada como representativa da valoriza  o das experiências tecnológicas dos agricultores, em vez da importa  o de técnicas totalmente exógenas. A figura 5, abaixo,    ilustrativa desta abordagem, na capacita  o do Programa P1+2.



© Elaboração própria

Capacitação do P1+2

A abordagem metodológica do P1+2 traz algo novo: uma proposição fundamentada na experimentação. A relação com o conhecimento apresenta importantes desafios, na visão de Luciano: “Como produzir riqueza e desenvolvimento com uma ciência que dê suporte, caminhos de desenvolvimento que se articulem com o saber tradicional? (...) Como o processo de experimentação é capaz de politizar o público envolvido?”.

Manter o vínculo entre as grandes decisões políticas e o saber dos agricultores não é algo simples e, conforme assinala Luciano, em certos casos, algumas entidades assumem uma linha mais “política” e se descolam das bases.

2.5. O LUGAR DA AGRICULTURA FAMILIAR

O principal debate, no que tange ao impacto da experiência da ASA na construção de novos paradigmas de produção e consumo, parece localizar-se na questão do peso que pode adquirir a agricultura familiar no embate com as formas mais massivas e capitalizadas de agricultura.

A questão que se apresenta é: qual expectativa se pode ter sobre a dimensão a ser alcançada pela agricultura familiar? Será uma dimensão testemunhal? Uma experiência que pode e deve ser preservada pelo seu valor social e cultural? Ela pode crescer até se igualar ou suplantará a agricultura capitalista? Qual a relação entre os dois modelos de agricultura?

Ao final do ciclo de visitas, a conversa com Luciano Silveira centrou-se nesta questão. Procuramos avaliar a natureza dos enfrentamentos travados pela ASA, e os valores que a experiência da ASA tem conseguido resgatar.

Nesta conversa ficou claro que estamos diante do enfrentamento explícito entre dois modelos de desenvolvimento. Um deles, social e ambientalmente predador, e o outro, “sustentável” no aspecto ambiental, na inclusão social e na valorização da diversidade cultural.

Luciano destaca que a existência, no atual governo, de dois ministérios ligados à agricultura, é a expressão desta contradição, e pondera que a existência do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) “representa uma conquista na história da relação com a outra agricultura” – a agricultura massiva, o agronegócio, gerenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Salienta ainda que, “apesar de nunca termos recebido tanto recurso para a agricultura familiar, a distribuição de recursos “ainda é desigual”.

Luciano aponta, como fato de importância em si mesmo, que as experiências da ASA estão contribuindo para provar a possibilidade de sobrevivência da economia familiar, na contracorrente das avaliações que previam a sua extinção, superada pelas formas massivas e capitalistas de produção agrícola. E esta sobrevivência está permitindo visualizar valores como a valorização “do saber tradicional”, a “biodiversidade, um “patrimônio cultural de elevado valor” que ainda estão presentes, mais na região semiárida que no sul do país. Assinala que “um dos grandes valores da lógica camponesa de produção é a autonomia”, e que para o camponês a questão fundamental é: “Como alcançar níveis altos de produtividade, valorizar a ecologia do meu sistema, necessitando o mínimo de insumos externos, como sementes compradas, adubos e defensivos”. Entretanto, considera necessária uma avaliação mais detalhada sobre “qual é a lógica econômica por trás da economia familiar e por que ela sobrevive”.

a) Viabilidade econômica – produtividade

Por trás da maior destinação de recursos públicos ao Mapa do que ao MDA emerge a necessidade de avaliar se aquilo que podemos chamar a “grande agricultura capitalista” é realmente, como aparenta, mais produtiva que a agricultura familiar, ou se ela é maior porque nela se investem mais recursos públicos.

Luciano aponta que, apesar de receber muito menos recursos públicos, a agricultura familiar tem alta produtividade e capacidade de gerar riquezas, especialmente alimentos.

Os dados do Censo Agropecuário 2006 mostram uma estrutura agrária concentrada, pois os 807.587 estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total de estabelecimentos, ocupam 75,7% da área total e têm tamanho médio de 309,18 ha. Os 4.367.902 estabelecimentos familiares⁴, com tamanho médio de 18,34 ha, ocupavam apenas 24,3% da área total. Apesar disso, a agricultura familiar ampliou sua participação no valor bruto da produção agropecuária, de 38% em 1996, para 40% em 2006, alcançando a produtividade de R\$ 677/ha/ano, contra R\$ 358/ha/ano da agricultura não familiar. Além disso, a agricultura familiar é a principal produtora de alimentos. Apesar de a área cultivada com lavouras e pastagens ser menor, ela é responsável pela produção de: 87% da man-

4 A lei 11 326/2006 define o conceito de agricultura familiar. Os dados citados constam do Censo Agropecuário de 2006, compilados pela ASA numa apresentação ilustrada. Em www.ibge.gov.br e IBGE, 2009.

dioca, 70% do feijão, 59% dos suínos, 58% do leite, 50% das aves, 46% do milho, 38% do café, e 34% do arroz produzidos no país.

Por outro lado, no modelo da “grande agricultura” e dos grandes mercados, os custos do transporte e dos insumos são extremamente altos.



b) Inclusão social

A riqueza produzida pela “grande agricultura” não fica na região, não beneficia a população local, favorece principalmente grandes redes nacionais e internacionais, como as empresas transportadoras, o mercado de insumos, as redes de comercialização. Como aponta Luciano, “o modelo do agronegócio expulsa, degrada, não emprega”, está “a serviço do grande capital”. É um modelo extremamente excludente e gerador de desigualdade social.

c) Sustentabilidade ambiental

Como destaca Luciano, para o desenvolvimento da sociedade como um todo, o modelo da revolução verde, do agronegócio, não é sustentável. Por outro lado, a agricultura familiar, a pequena agricultura, tem uma ligação natural com as propostas de agroecologia, exatamente por fugir dos grandes cultivos e suas tecnologias predadoras.

A ASA tem ligações fortes com a Associação Nacional de Agroecologia (ANA), e Luciano assinala que “a convivência com o semiárido é um conceito agroecológico que contrasta com a desvalorização do semiárido como inóspito”. Ao contrário, enfatiza que as experiências da ASA mostram que “a ecologia da caatinga pode produzir” e que os agricultores locais “têm o patrimônio cultural da convivência com a caatinga”. As “sementes da paixão” e suas festas, bem como a luta contra os produtos transgênicos têm sido práticas importantes na defesa da biodiversidade.

No entanto, como Luciano também assinala, nem todos os agricultores entram no padrão agroecológico: “Temos agricultores com muita autonomia no uso de insumos não orgânicos e vice versa”⁵.

⁵ A agroecologia privilegia a autonomia em relação a insumos, preferindo os oriundos do próprio local (a caatinga), e a agricultura orgânica não utiliza insumos (fertilizantes e defensivos) químicos.

d) O consumo: segurança e soberania alimentar

O semiárido, como assinala Aldo Santos, era tradicionalmente “visto como uma região não produtora, exceto de algodão”, uma região de latifúndios, de grandes fazendas, marcada pelo fracasso das culturas do milho e do feijão. Entretanto, as políticas de convivência com o semiárido enfatizam a produção de alimentos, e tratam a questão da água como elemento de segurança alimentar.

Por outro lado, o modelo de consumo vigente tem um apelo muito grande. Com o aumento da renda, é comum que o agricultor “vá lá e compre refrigerantes, compre produtos de péssima qualidade”. Os entrevistados ressaltam que não se pode esperar que as famílias beneficiárias fiquem imunes aos padrões vigentes e que se possa ter uma mudança no padrão de consumo, independente do conjunto da sociedade.

Mas a disseminação dos “quintais produtivos” e da diversificação da produção de verduras e animais no “arredor de casa” está levando ao consumo de uma maior variedade de alimentos de qualidade.

Barbosa lembra que, para além de segurança alimentar, especialmente o P1+2 enfatiza a soberania alimentar quando propõe que cada família deve ter um lugar para produzir seu alimento e manter sua identidade alimentar.

Luciano Silveira destaca que a agricultura agroecológica valoriza e estimula os conhecimentos e capacidades locais, contrapondo-se a práticas históricas de vitimização e desvalorização dos agricultores da caatinga e suas culturas.

Em face da análise destes dilemas, Luciano afirma que o modelo da grande agricultura “não produz riqueza com soberania”, e que a agricultura familiar “é um projeto alternativo que vive enfrentamentos profundos” que poderiam ser pontuados nos seguintes desafios:

• Democratizar a terra

A agricultura familiar no semiárido é constituída de propriedades muito pequenas, sem terra suficiente para produzir e cercadas por latifúndios. Muitos dos entrevistados, como Aldo Santos e Antônio Barbosa, acentuam que a questão da concentração da terra é o foco dos problemas do semiárido. Para eles, a agenda da reforma agrária não é uma agenda do passado, mas deve ser contextualizada no conjunto das políticas para a região. Aldo Santos acentua que não há estudos suficientes para se pensar a reforma agrária no semiárido, pois é uma região que envolve diversos biomas. Segundo Aldo, a experiência da ASA aponta apenas que as cisternas podem ser uma solução generalizável, mas que é necessário pensar “os meios de produção, o tamanho da terra, as obras de sustentabilidade”, e que “sem pensar nisso (...) é jogar recurso público pelo ralo”, pois, entre outras medidas, são furados “poços de água salobra que necessitam dessalinizador”.

• Comercialização

Luciano enfatiza que 75% dos alimentos consumidos no mundo vêm de mercados locais, e comenta que o Polo Borborema tem oito feiras agroecológicas. A produção de excedentes aumenta, como aponta Igor Arski, na medida que se implanta o P1+2, o programa da “Segunda Água”; mas o desafio da comercialização ainda está colocado de forma embrionária. Para a ASA, o desafio é o fortalecimento dos mercados locais, apoiar e desenvolver as feiras livres, as feiras de agricultor, as feiras agroecológicas. E desenvolver também formas inovadoras de inserção no mercado, como as pequenas cooperativas.

O Coletivo Cariri, Curimataú e Seridó Paraibano está implementando uma “bodega” agroecológica no município de Soledade, uma loja voltada à comercialização de produtos da agricultura familiar, desde as frutas aos doces, sucos e polpas congeladas, e outros produtos artesanais. Vive, no entanto, grandes dificuldades com embalagem e padronização dos produtos, obtenção do registro de alimentos, distribuição e transporte, crédito para a venda etc.

Segundo Igor Arski, a Secretaria de Segurança Alimentar do MDS (Sesan) está preocupada com a produção agroecológica, com a diversidade alimentar, e tem uma “ação” orçamentária de apoio às feiras. No entanto, ele assinala que o grande potencial, ainda pouco desenvolvido, para a comercialização dos produtos da agricultura familiar está na nova lei da merenda escolar, e poderá ser desenvolvido por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), também da Sesan. Igor acentua que, por meio deste programa, a agricultura familiar poderia ter acesso a recursos financeiros de grande monta, a um grande mercado que abrange todo o território nacional.

Luciano Silveira também assinala que o governo brasileiro é o maior comprador de alimentos do Brasil, e que seria muito importante a agricultura familiar se apropriar deste mercado.

Ao contrário dos procedimentos usuais nas licitações, que favorecem os grandes produtores, o PAA tem viabilizado as licenças sanitárias e os procedimentos contábeis adequados à compra dos produtos da agricultura familiar.

• Novos marcos legais

O PAA abre novas possibilidades de compra e está criando um novo mecanismo legal, adequado às relações com a produção familiar. Da mesma forma, o P1MC e o P1+2 estão criando novos mecanismos legais de relação entre Estado e sociedade. Tanto num caso como em outro os esforços e aprendizado têm sido imensos e extremamente desgastantes. Muitas vezes “a criatura” parece “engolir o criador”. Luciano assinala uma postura cada vez mais desconfiada dos órgãos públicos, e que cada vez é mais difícil lidar com os convênios. No entanto, reconhece que “o P1MC tem uma institucionalidade de valor imenso”, e que a ASA construiu “capacidades de enfrentar as exigências do seu marco legal”, mas que também foi capaz de o influenciar e transformar.

• O desafio da escala

Quantidade é qualidade. Luciano assinala que “a envergadura do P1MC rompeu com a tradição das grandes obras”, afirmando a visão de que “o acesso local à água pode sim resolver necessidades humanas de consumo”. Sem essa envergadura, acrescenta, ele “não poderia se contrapor ao padrão hegemônico”. E continua: “Na reforma agrária é preciso escala para se tornar mais expressiva, e isso vale para o mercado também”. Não se pode ficar em “uma escala que não impacta a estrutura de uma forma mais profunda. (...) É preciso inverter estas relações”.

• Capacidade organizativa da sociedade

No entanto, Luciano considera que é preciso “o Estado ter sensibilidade” para esta mudança, mas que “para isso precisa uma proposta da sociedade”. E esta proposta precisa ser construída com base em experiências reais: “A gente nunca falaria de 1 milhão se não tivesse 50 mil construídas”.

Ele prossegue considerando que “o nó, no semiárido, está nas condições organizativas” que são exigidas para o acesso ao mercado institucional de produtos agrícolas, seja nas feiras, seja em processos mais complexos como o PAA, ou ainda em outras formas de inserção no mercado. Destaca que participar do “mercado institucional da merenda escolar” exige maior capacidade de organização, níveis maiores de organização nas comunidades, como a formação de pequenas cooperativas.

Assinala que “a feira e o PAA exigem formas de organização e de gestão coletiva de recursos, capacidade de gerência, competências para a relação com o Estado, que são ainda mais complexas que as do P1MC”.

Seja a capacidade organizativa para participar do mercado em bases solidárias não capitalistas, seja para gerir programas e convênios com o poder público, o desafio que se coloca para a sociedade civil participar destas relações com autonomia é imenso e cada vez mais complexo. Luciano percebe uma postura sistematicamente desconfiada nas relações de um Estado conservador com a sociedade.

3. UMA PLATAFORMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SEMIÁRIDO

A experiência da ASA, como se pode perceber neste estudo, permite avanços significativos na construção, formulação e experimentação de uma plataforma de políticas públicas para a convivência com o semiárido brasileiro, que poderia ser definida como um projeto de desenvolvimento do semiárido, com equidade e sustentabilidade.

A perspectiva da ASA aponta que este projeto deve centrar-se no fortalecimento da agricultura familiar e da perspectiva agroecológica. Conforme a Carta Política do VII EnconASA, aprovada em Juazeiro, Bahia, em 26 de abril de 2010, a ASA afirma um “modelo de desenvolvimento sustentável e solidário”.

De acordo com o estudo realizado, podemos elencar como integrantes de uma plataforma para o semiárido, as seguintes políticas públicas:

a) Políticas de captação e armazenamento de água

A ASA se coloca decididamente contra as “grandes obras”, como a construção de grandes barragens, a transposição de águas, os grandes perímetros irrigados. Ao contrário, propõe a formação de uma “densa malha hídrica, constituída de pequenas obras descentralizadas, que atenda aos múltiplos usos das famílias, aliada a pequenas e médias adutoras que viabilizem o abastecimento de água a pequenos aglomerados e cidades”. Esta proposta assenta em sua experiência que já conta com “300 mil cisternas para consumo humano construídas, mais de 4 mil cisternas de produção e um sem-número de outras infraestruturas de captação de água da chuva, como as barragens subterrâneas, os tanques de pedra e muitos outros” (CARTA POLÍTICA DO VII EnconASA, 2010).

b) Democratização da terra

A ASA aponta a concentração da terra como principal causa dos males do semiárido brasileiro; e Barbosa assinala: “Quem concentra água, concentra terra”. Como vimos acima, os últimos censos agropecuários apontam que o Brasil mantém uma estrutura agrária concentrada. A ASA tem pautado este debate, envolvendo movimentos de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), sobre o uma reforma agrária adequada para o semiárido, que levasse em conta os diversos biomas, as condições de pluviosidade, tecnologias de armazenamento de água, produção e comercialização que possam garantir um desenvolvimento social e ambientalmente sustentável.

Embora este tenha sido o tema específico do V EnconASA, realizado em Teresina-PI, em 2004,⁶ o debate ainda necessita aprofundar-se para gerar propostas de políticas mais concretas.

6 Ver vídeo produzido no V EnconASA.

c) Políticas de pesquisa – produção de conhecimento

A ASA enfatiza que a disputa de paradigmas se dá também no campo do conhecimento. Diversas entrevistas ressaltam que o conhecimento científico tem se voltado principalmente ao estudo de propostas inadequadas ao semiárido brasileiro, que se mostram insustentáveis do ponto de vista social e ambiental. Diversos campos aparecem como desafios à pesquisa e à produção de conhecimento, como a própria compreensão do semiárido, seus biomas, plantas e animais, a agricultura familiar, tecnologias tradicionais, agroecologia, segurança alimentar e nutricional, processamento de alimentos, agroindústria, formas de comercialização, estrutura tributária.

Destacam-se aqui dois grandes desafios. Por um lado, a necessária revisão dos focos de pesquisa e do papel de órgãos relevantes na construção destes conhecimentos, como o IBGE e a Embrapa. Por outro lado, a importância de fortalecer o papel dos “agricultores experimentadores”, consolidando a valorização do conhecimento popular por meio das trocas de experiências e da sistematização metódica e científica de seus conhecimentos, permitindo a identificação de soluções generalizáveis.

d) Comercialização

A comercialização é o “nó” ligado ao desafio da escala para a agricultura familiar. É um “nó” que ainda se encontra bastante emperrado nas experiências da ASA.⁷ Como apontam os censos agropecuários, a agricultura familiar, em vez de reduzir-se a algo do passado, vem consolidando seu espaço e ocupa lugar destacado na produção de alimentos. Seu desafio é ganhar dimensões de escala por meio do acesso aos grandes mercados, especialmente ao mercado público de alimentos. Como vimos, as relações com o PAA, ainda iniciais, apontam perspectivas muito importantes nesta direção.

As políticas ligadas à comercialização de produtos da agricultura familiar envolvem questões como o processamento e armazenamento de produtos alimentícios, a padronização, conservação e licenciamento sanitário, bem como políticas de transporte, estradas, valorização de feiras, mercados locais e compras públicas.

e) Segurança e educação alimentar

O enfoque da segurança alimentar é relativamente novo para a ASA, mas vem se consolidando rapidamente, na medida que os recursos para as cisternas vêm da Sesan e se aprofunda a relação com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea). Pelo aspecto institucional é nesta linha que se vêm articulando as principais políticas de captação e armazenamento da água, fomento à agroecologia e à agricultura familiar, às feiras e mercados populares e ao próprio PAA. A Sesan

⁷ Conforme se poderá ver em outros estudos de caso neste mesmo projeto, outras experiências se voltam mais especificamente a esta questão, amalhando sucessos que podem converter-se em propostas relevantes para a questão.

também coordena esforços de educação alimentar, e a ASA busca contribuir nessa direção com seus programas de “educação contextualizada” e incentivo às pesquisas sobre espécies alimentícias características do semiárido.

A Carta Política do VII EnconASA propõe políticas que garantam “a soberania alimentar e nutricional, cumprindo o preceito legal do direito à alimentação, recentemente inserido na Constituição brasileira”.

f) Políticas de crédito e financiamento

Ao mesmo tempo que se reconhecem os avanços na construção de novas políticas voltadas à agricultura familiar, existe a constatação de que há uma luta histórica a ser travada. “O Mapa existe desde a fundação da República”, lembra Igor Arski, enquanto o MDA é fruto de uma mobilização recente. Ao lado das críticas à atuação de organismos como Embrapa e Conab, colocam-se propostas de novas políticas de crédito para a produção e comercialização da agricultura familiar.

g) O jovem

A fixação do jovem no semiárido é outro dos pontos nevrálgicos encontrados na pesquisa. No que toca às alternativas de trabalho e renda, encontramos ainda presente o “chamado” das cidades e da produção industrial capitalista, até mesmo nos locais mais distantes. Ganhar dinheiro e ter acesso aos bens disponíveis nas cidades é um desejo poderoso que atinge, especialmente, os jovens do sexo masculino.

Igor Arski aponta que o destaque do discurso do ministro Patrus Ananias, ao transmitir seu cargo para a nova ministra, em abril de 2010, foi exatamente de que há “duas coisas que estamos devendo: pensar o desenvolvimento numa perspectiva territorial e a questão dos jovens”. A perspectiva territorial se opõe a soluções pasteurizadas em nível nacional, e buscaria avaliar, por exemplo, quando “neste território é preciso uma agroindústria”. Destaca também a necessidade de “muito mais recursos, (...) muito mais investimento público” para as escolas.

A fixação do jovem no semiárido passa necessariamente pela oferta adequada de educação, saúde, lazer e cultura. A maioria dos municípios nem sequer tem uma biblioteca ou um cinema.

h) O apoio à organização popular e ao controle social

Como já sublinhado, a atuação da ASA e o modelo de relação com o poder público e com outras entidades e empresas são muito cuidadosos e ciosos da manutenção de sua capacidade de organização e mobilização autônomas.

Apesar das dificuldades geradas pelo processo de relação das entidades da ASA com a lógica administrativa e política do poder público, há uma avaliação positiva deste aprendizado. É necessário sublinhar a importância dos processos de educação popular desenvolvidos nos inúmeros espaços de capacitação desenvolvidos pela ASA, desde a formação de pedreiros que serão educadores, a formação técnica para a utilização das tecnologias de armazenamento de água, de produção,

consumo, beneficiamento e comercialização de alimentos, até as possibilidades de reflexão política desenvolvidas na relação com sindicatos, associações, fóruns e, especialmente, nos EnconASA. Cabe também um destaque para as pesquisas participativas e processos de sistematização de conhecimentos.

Cabe ainda destacar a necessidade de capacitação para o controle social. Tem sido intensa a participação das lideranças da ASA nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. Esta participação poderia estender-se aos Conselhos de Saúde, dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Assistência Social, às instâncias de controle social sobre o Bolsa Família. Aqui, entendemos o controle social como a capacidade de influenciar de forma ativa e propositiva em programas e políticas públicas, e que passa pelas Conferências e Conselhos de Direitos, mas vai além destes espaços institucionais. A construção de uma política para o semiárido precisa preservar e ampliar o fortalecimento da sociedade civil em sua capacidade de exercer com autonomia a participação e o controle social sobre as políticas públicas.

Este é um elenco de políticas necessárias, mas não suficientes, na medida que um projeto de desenvolvimento sustentável e equitativo do semiárido só é exequível se articulado com a implementação de um projeto de desenvolvimento sustentável e equitativo do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando, é preciso resgatar dois temas que emergem com vigor deste estudo: o desafio da escala, como condição para a construção de uma política pública a partir dos programas atualmente em execução; e os desafios que vêm de uma intensa relação entre Estado e sociedade, que parece apresentar aspectos complexos e inovadores.

No que se refere ao primeiro ponto, como apontam os censos, a agricultura familiar vem crescendo, e já não se fala mais dela como algo superado, em extinção. Este estudo leva a crer que para uma adequada convivência com o semiárido brasileiro, a agricultura familiar e a agroecologia devem ter uma dimensão destacada, senão principal, em relação à agricultura não familiar. A comercialização através do acesso ao mercado público de alimentos parece ser a rota central a perseguir para alcançar essa escala maior. Apesar de ainda incipientes, alguns caminhos já se vislumbram.

Em se tratando do segundo aspecto, a relação entre Estado e sociedade também se apresentou como espaço privilegiado de tensões e experimentações inovadoras. As crises e interrupções no fluxo dessas relações foram momentos de intenso aprendizado de parte a parte. Desconfianças, confianças, exigências administrativas, diferenças políticas, diferentes visões e expectativas, estudo, busca de novos caminhos e soluções estiveram no centro destes processos.

Estas questões permanecem em aberto, como apostas. Os paradigmas do combate à seca, do agronegócio, o desenvolvimentismo predador, estão sempre apoiados em grandes interesses financeiros e contam com grande apelo midiático. A sedução do mercado capitalista se faz sentir até mesmo nos sítios mais interiores do semiárido nordestino. Vencer o desafio da escala, construir relações propositivas e, ao mesmo tempo, críticas e autônomas entre Estado e sociedade, são condições para a construção de um projeto de desenvolvimento do semiárido, com equidade e sustentabilidade.

SIGLAS

AP1MC: Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido
AGU: Advocacia Geral da União
ANA: Articulação Nacional de Agroecologia
ANA: Agência Nacional de Águas
ASA: Articulação no Semiárido Brasileiro
Aspta: Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Familiar
Caatinga: Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas
Cetra: Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
CGU: Controladoria Geral da União
Codevasf: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COP 3: III Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Desertificação e Seca
Conab: Companhia Nacional de Abastecimento
CPT: Comissão Pastoral da Terra
DED: Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (sigla em alemão)
Dnocs: Departamento Nacional de Obras de Combate à Seca
Embrapa: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Febraban: Federação Brasileira de Bancos
FNDE: Fundo Nacional de Educação
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
Mapa: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC: Ministério da Educação
Mesa: Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MI: Ministério da Integração Nacional
MMA: Ministério do Meio Ambiente
MST: Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE: Ministério do Trabalho e Emprego
MOC: Movimento de Organização Comunitária
ONGs: Organizações Não Governamentais
ONU: Organização das Nações Unidas
Oscip: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
Oxfam: Oxford Committee for Famine Relief (ONG internacional)
PAA: Programa de Aquisição de Alimentos
Patac: Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada as Comunidades
Pnae: Programa Nacional de Alimentação Escolar (Merenda Escolar) do MEC
Pnud: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Sebrae: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

RTS: Rede de Tecnologias Sociais

Senaes: Secretaria Nacional de Economia Solidária do MTE

Sudene: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUS: Sistema Único de Saúde

TCU: Tribunal de Contas da União

UGM: Unidade Gestora Microrregional

UGT: Unidade Gestora Territorial

Unicef: Fundo das Nações Unidas para a Infância

BIBLIOGRAFIA

1. PUBLICAÇÕES:

ANDRADE, F. L.; QUEIROZ, P. V. M. Articulação no semiárido brasileiro: ASA e o seu programa de formação e mobilização para a convivência com o semiárido: a influência da ASA na construção de políticas públicas. Em KÜSTER, Ângela e FERRÉ MARTI, Jaime (orgs.). *Políticas públicas para o semiárido: experiências e conquistas no Nordeste do Brasil*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

BOLETIM Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas. *O Candeeiro* (vários números).

FEBRABAN. Projeto Cisternas. Transformando Possibilidades em Realidade. São Paulo: Febraban, 2008.

KÜSTER, Ângela; FERRÉ MARTI, Jaime (orgs.). *Políticas públicas para o semiárido: experiências e conquistas no Nordeste do Brasil*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

LOPES, Fábila. *Do combate à seca à convivência com o semiárido. A história do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais da ASA*, 2007. Disponível em: http://diaconia.org.br/ong/index.php?option=com_content&task=view&id=532&Itemid=193. Acesso em: fevereiro de 2010.

SILVA, Emanuel Dias; ALMEIDA, Paula. Um passeio pela Festa da Semente da Paixão. *Revista Agriculturas*, v. 4, nº 3, outubro, 2007.

SILVA, Roberto M. A. *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008.

2. DOCUMENTOS:

ASA Brasil. Carta Política do VI Encontro Nacional da Articulação no Semiárido Brasileiro (EnconASA). *Tecendo vida, fomentando sonhos e construindo novas relações sociais no semiárido brasileiro*. Recife: AsaCom. 2006a.

ASA Brasil. Jornal do I Seminário Nacional de Gênero da ASA. Recife: AsaCom. 2006b.

ASA Brasil. *Mãos que constroem. A experiência das mulheres no semiárido brasileiro*. Recife: AsaCom. 2009.

ASA Brasil. <http://www.asabrasil.org.br>. Acesso entre fevereiro e maio de 2010.

ASA Brasil. Carta Política do VII EnconASA, 2010. <http://www.asabrasil.org.br>. Acesso em maio de 2010.

PROSPECTO P1+2. Recife: AsaCom.

3. VÍDEOS:

AS-PTA, 2004. *O arredor de casa*. Coletivo Regional Cariri, Curimataú e Seridó Paraibano, CCFD, Patac, Polo Borborema, Action Aid, Misereor, Heifer, Banco do Nordeste, Ileia, TV Viva.

AS-PTA, 2004. *Sementes da paixão*. CCFD, Patac, Polo Borborema, Action Aid, Misereor, Heifer, Ileia, TV Viva.

AS-PTA, 2008. *Cordel do fundo solidário. Gerando riquezas e saberes*. Coletivo Regional Cariri, Curimataú e Seridó Paraibano, CCFD, Patac, Polo Borborema, Action Aid, Misereor, Heifer, Banco do Nordeste, Ileia, TV Viva.

AS-PTA, 2009. *Caminho das águas*. Coletivo Regional Cariri, Curimataú e Seridó Paraibano, CCFD, Patac, Polo Borborema, Action Aid, Misereor, Heifer, Banco do Nordeste, Ileia, TV Viva, Ministério da Agricultura, Pecuária, e Abastecimento do Brasil, Desenvolvimento & Cidadania Petrobras.

V EnconASA. *Reforma agrária: democratizando a terra e a água no semiárido brasileiro*. Realização ASacom. DV Produção, 2004. Apoio Governo do Piauí, Fome Zero – Governo Federal, Projeto Dom Hélder Câmara, Febraban, Banco do Nordeste, Misereor, Caritas Brasileira, Sebrae, Cordaid, CRS, Cese, Visão Mundial.

4. PÁGINAS WEB

ASA Brasil: <http://www.asabrasil.or.br>

ANA: <http://www.agroecologia.org.br>

Diaconia: <http://diaconia.org.br>

FNDE: www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar

MDS: <http://www.mds.gov.br/>

RTS: <http://www.rts.gov.br>

(Acessadas no período de fevereiro a maio de 2010)

ANEXO 1

ASA – TABELA RESUMO DA ANALISE DA EXPERIÊNCIA

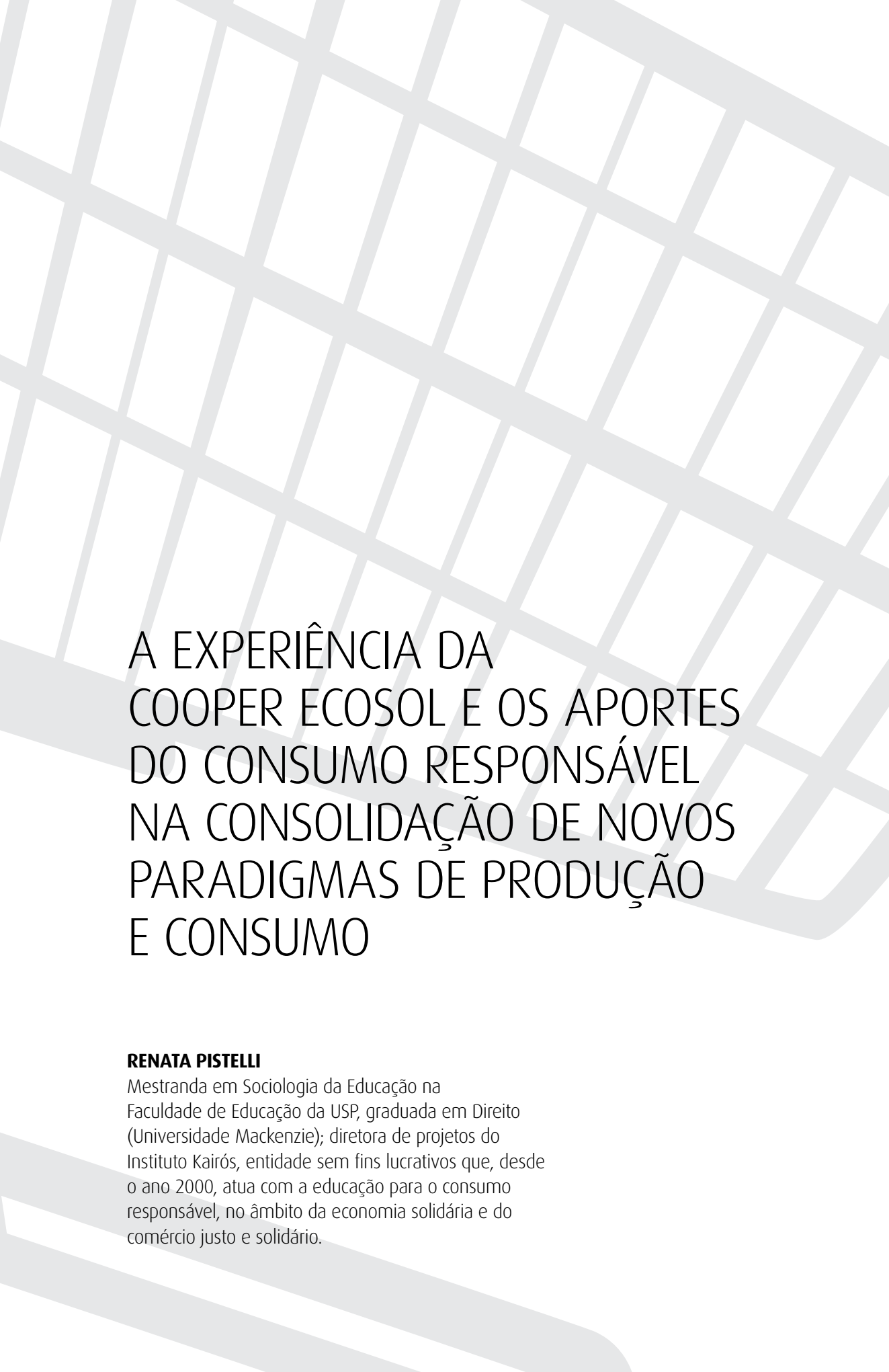
Nome	Localização	Antecedentes e características gerais
ASA - Articulação no Semiárido Brasileiro	Nove estados do NE, + MG e ES	Precedido pelo trabalho de mobilização e organização de entidades como sindicatos e pastorais rurais, Aspta, MOC etc. Nasce em 1999, na reunião paralela da COP3 e articula mais de 700 entidades, reúne forças vivas muito importantes na região. Desde 2003 recebe recursos do governo federal para implementação de programas voltados ao acesso à água. Mantém parcerias de financiamento com diversas outras entidades e empresas.

RELAÇÃO COM ELEMENTOS SUGERIDOS

Questão ambiental	Redefinição sucesso	Colaboração	Corresponsabilidade	Governança democrática	Desintermediação	Valorização local
Fortalece a agricultura menos predatória, a agroecologia. Nasce marcada pela COP.	Abre horizontes; é possível pensar o futuro; o sucesso é possível para o pobre.	Trabalho coletivo, intercâmbio de experiências.	Trabalho coletivo, fundos rotativos	Capacita para a ocupação de espaços de poder, na relação com convênios e órgãos de controle, e nos Conselhos Municipais.	Libera do carro-pipa, favorece a autonomia e o comércio local.	A solução para o Semi-árido está no espaço familiar

Relação com políticas públicas	Impactos para construção de NPPC
Gerou programas federais, incluídos no orçamento e na estrutura do Estado. Relaciona-se especialmente com a política de segurança alimentar e participa do Consea. Atua nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável. Tem propostas para saúde, educação, política fundiária, de pesquisa, de crédito, de comercialização, de gênero.	Questiona o paradigma do combate à seca e propõe a convivência com o Semiárido. Questiona as grandes obras (açudes e transposições) e o agronegócio; propõe soluções focadas no território e os paradigmas da agricultura familiar e da agroecologia.

Inserção sociolaboral trabalho/renda	Apontar ampliação da escala	Tensionar o paradigma dominante	Gênero	Raça
Agricultura familiar de subsistência e pequeno comércio local. As pedreiras cisterneiras.	1 milhão de cisternas, ação orçamentária de grande porte, perspectiva de comercialização para a merenda escolar.	Gerou nova compreensão sobre o Semiárido e as políticas relacionadas; tem fortalecido a agricultura familiar. Ainda não repercute na concentração de terra; pouco impacto na comercialização de alimentos.	Fortalece a mulher nos espaços locais, mas ela ainda tem pouco espaço nas estruturas decisórias.	Presença de comunidades indígenas e quilombolas; diálogo inicial com a questão.



A EXPERIÊNCIA DA COOPER ECOSOL E OS APORTES DO CONSUMO RESPONSÁVEL NA CONSOLIDAÇÃO DE NOVOS PARADIGMAS DE PRODUÇÃO E CONSUMO

RENATA PISTELLI

Mestranda em Sociologia da Educação na Faculdade de Educação da USP, graduada em Direito (Universidade Mackenzie); diretora de projetos do Instituto Kairós, entidade sem fins lucrativos que, desde o ano 2000, atua com a educação para o consumo responsável, no âmbito da economia solidária e do comércio justo e solidário.

INTRODUÇÃO¹

Os padrões de produção e consumo adotados pela sociedade contemporânea são cada vez mais reconhecidos como impactantes e relacionados à crise social e ambiental que enfrentamos. Nesse sentido, a reflexão sobre a possibilidade de construir novas formas de fazer e organizar a vida em sociedade é essencial. A proposta dos chamados Novos Paradigmas de Produção e Consumo, que o presente projeto vem alavancar, tem como objetivo fomentar esse debate, e o faz a partir do reconhecimento das experiências que vêm sendo desenvolvidas no Brasil e que afirmam, através de suas práticas, a possibilidade de transcender o proposto (ou imposto) pelo sistema hegemônico.

Dessa forma, o presente estudo visa contribuir com este debate a partir da perspectiva do consumo responsável, que convida as pessoas e o Estado a reconhecerem a importância do ato de consumo, seus impactos na sociedade e meio ambiente, e seu viés político, uma vez que as escolhas de consumo são também manifestações de apoio e “financiamento” de toda uma lógica produtiva existente atrás de um determinado produto ou serviço. É proposto aqui o debate do consumo responsável no âmbito da economia solidária e da segurança alimentar e nutricional, visando discutir o consumo como estratégia para o fortalecimento de redes e cadeias solidárias, com o objetivo maior de garantir alimentação de qualidade e acesso a serviços por parte de todos os brasileiros e brasileiras.

A escolha da Cooper Ecosol para fundamentar o presente estudo foi essencial para a abordagem do tema, uma vez que essa experiência vem sendo desenvolvida há dez anos, por um coletivo de pessoas e entidades envolvidas com o movimento da economia solidária e agroecologia em sua região e que decidiram criar a cooperativa para ser uma alternativa ao modelo hegemônico de distribuição e consumo.

Assim, o objetivo do presente estudo é contribuir para a abordagem do consumo responsável, através da experiência da Cooper Ecosol, como estratégia de transformação social aliada aos demais elementos que serão abordados na pesquisa como um todo visando a consolidação dos chamados Novos Paradigmas de Produção e Consumo. Para isso, o texto está organizado de forma que, na primeira parte, é feita uma descrição da experiência e da trajetória percorrida pela Cooper Ecosol. Em seguida, passa-se para a abordagem contextualizada da cooperativa como uma experiência social em articulação com o movimento da economia solidária, em uma perspectiva regional, e com as Políticas Públicas relacionadas, chegando no panorama das iniciativas de consumo coletivo no Brasil, onde a Cooper Ecosol está inserida. A terceira parte, propõem uma leitura mais ampla sobre

¹ A realização dessa pesquisa foi possível graças ao apoio das pessoas envolvidas com a Cooper Ecosol que disponibilizaram seu tempo e compartilharam conosco as informações sobre a experiência. São elas: Neri Pies, Sérgio Schneider, Jandir Pauli, Neiton Rech, André Luis Benetti, Leandro Andrigueti, Luis Fernando Teixeira, Angelita Weber, Rui Lorenzatto, Diógenes Fracasso, Adelmir Gaiardo e Valdevir Both. Agradecemos também às pessoas que auxiliaram, através de leituras e diálogos, na construção do presente relatório: Adriano Borges, Ana Flávia Borges Badue, Felipe Pateo e Thais Mascarenhas.

a proposta do consumo responsável e a prática do comércio justo e solidário, como estratégia de transformação social. Por fim, são realizadas algumas análises sobre qual o papel das políticas públicas e das práticas não alinhadas ao sistema convencional, como no caso a da Cooper Ecosol, no caminho para a consolidação dos Novos Paradigmas de Produção e Consumo.

1. UM OLHAR SOBRE A EXPERIÊNCIA E A TRAJETÓRIA DA COOPER ECOSOL

A Cooper Ecosol é uma cooperativa de produção e consumo, formalizada em 2005, que surgiu como um grupo de consumo em 2000. Está localizada na cidade de Passo Fundo – RS.

Tem por objetivo geral fortalecer a economia popular e solidária, mediante o consumo crítico, coletivo, solidário e ecológico, contribuindo para a reestruturação da cadeia produtiva e a promoção de uma cultura de solidariedade e cooperação, visando o bem-estar dos seus associados, da comunidade e a preservação do meio ambiente.

A primeira forma de organização do coletivo foi como grupo de consumo crítico e solidário, onde os participantes realizam compras mensalmente através de uma lista de oferta de produtos. Desde 2006, a cooperativa está estruturada como uma loja que oferece produtos alimentícios não perecíveis, de origem preferencialmente solidária e/ou ecológica, mas também convencional. Os consumidores podem ser associados ou não, porém a gestão da cooperativa é realizada somente pelos associados e por dois trabalhadores assalariados.

É importante destacar que o grupo de consumo se constituiu através dos propósitos do Centro de Apoio à Economia Popular Solidária (CAEPS), sendo esta a principal entidade parceira da Cooperativa. Em virtude da legislação vigente, o CAEPS não poderia comprar e vender produtos de consumo, por isso se fez necessário criar um ente jurídico específico para tornar viável a proposta.

Existem ainda outras instituições que apoiam a experiência de consumo da cooperativa de forma mais indireta, entre elas destacam-se: Cooperativa de Crédito com Interação Solidária de Passo Fundo (Cresol), Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP), Coopvida, Coopervita, Agroleite, Unicafe, Fórum Regional de Economia Solidária e Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF – SUL).

A motivação para a criação da cooperativa se deu em virtude da visão crítica das pessoas envolvidas em relação à dinâmica insustentável e exploratória presente nas relações de consumo convencionais. Nesse sentido, a cooperativa surge para ser um espaço de exercício da solidariedade e uma alternativa diante do contexto do novo milênio, em que a prática vivida pela sociedade é de um consumo alienante e compulsório. Outro ponto importante que guiou a constituição desse coletivo foi a preocupação com a saúde das pessoas e a necessidade de viabilizar o acesso a produtos saudáveis para todos e para o meio ambiente, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida no município.

Ao longo de seu desenvolvimento, os principais apoios diretos que recebeu foram recursos de cooperação internacional, através do CAEPS. Pode-se dizer que algumas políticas públicas da agricultura familiar beneficiaram indiretamente a cooperativa ao possibilitar a ampliação de oferta de produtos dessa natureza na loja.

1.1. A LOCALIDADE E SUAS CARACTERÍSTICAS

A Cooper Ecosol está localizada em Passo Fundo, município brasileiro do interior do estado do Rio Grande do Sul. É uma das cidades mais densas do estado, com uma população de aproximadamente 187.507 habitantes², distribuídos em uma área de 780 km² de extensão.

Passo Fundo pode ser considerada uma cidade economicamente favorecida, uma vez que apresenta uma renda *per capita* no valor de R\$ 16.723 (2007), acompanhando a média de seu estado que está em torno de R\$ 16 mil. Apresenta um alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 0,804, também em sintonia com o índice estadual, 0,869, reflexo da menor mortalidade infantil do Brasil, das altas taxas de alfabetização (90,5%) e boas condições de saneamento básico e saúde.³

Em relação às características econômicas, sua base se concentra, principalmente, na agropecuária e no comércio. A produção e a renda gerada no município estão centradas nos setores do comércio, sobretudo o varejista, e de serviços, responsável pela maior parte dos empregos gerados localmente; mais de 70% dos empregos gerados no município de Passo Fundo estão no setor terciário.

Um fato interessante sobre o município é que possui a maior média de leitura do País, com cerca de sete livros lidos por pessoa a cada ano. Desde 1981, Passo Fundo sedia, bienalmente, a Jornada Nacional de Literatura. O evento foi ganhando proporções até que, em 2006, o município ganhou o título de “Capital Nacional da Literatura”.

A taxa de analfabetismo, em torno de 2,18%, é inferior à taxa média do Brasil, de aproximadamente 11,40% (PNAD/2004). O município conta com 73 escolas públicas (34 estaduais e 39 municipais) e nove particulares. Possui ainda sete instituições de ensino superior, entre elas a Universidade de Passo Fundo (UPF), conhecida nacionalmente pelas Jornadinhas e Jornadas de Literatura que acontecem a cada dois anos e trazem de diversas partes do mundo autores de livros importantíssimos.

1.2. HISTÓRIA E ANTECEDENTES DA COOPER ECOSOL

Observando a história da Cooper Ecosol, é possível identificar quatro fases importantes, que apontam características marcantes no desenvolvimento da experiência: 1) Encontro de pessoas sensibilizadas com a economia solidária; 2) Formação do grupo de Consumo Crítico, Coletivo e Solidário; 3) Formalização do grupo em cooperativa – nasce a Cooper Ecosol; e 4) Consolidação de um ponto fixo de comercialização – Loja.

A história da Cooper Ecosol será descrita a partir desses momentos:

a) Momento 1. Encontro de pessoas sensibilizadas com a economia solidária e o consumo crítico (2000):

O processo de constituição do grupo remete ao ano 2000, quando alguns co-

² Fonte: www.ibge.gov.br

³ Fonte: www.estado.rs.gov.br

nhecidos e amigos, que se encontravam em cursos ou espaços de reflexão, dialogavam sobre a necessidade da organização do consumo em Passo Fundo. Esse grupo era formado por pessoas de diferentes origens: estudantes de filosofia do IFIBE⁴, trabalhadores de diversas organizações não governamentais e, principalmente, pessoas que compunham o CAEPS.

O CAEPS foi um ator central para a existência do grupo, que mais tarde viria a ser a Cooper Ecosol. Pode-se dizer que o grupo de consumo se constituiu através dos propósitos do CAEPS, organização não governamental, que tem como objetivo desenvolver ações de fortalecimento da economia popular solidária, vivenciando na própria organização os princípios que ela preconiza. Desde sua fundação, a organização se propõe a realizar parcerias com outras instituições que comungam desse propósito. E isso foi exatamente o que aconteceu com a Cooper Ecosol – fruto de um processo animado pelo CAEPS de articulação de pessoas e entidades afins à economia popular e solidária e dispostas a vivenciar os princípios da economia solidária através dos seus hábitos de consumo.

b) Momento 2. Formação do grupo de Consumo Crítico, Coletivo e Solidário (2001 a 2006)

Foi por meio dos diálogos proporcionados por aquele coletivo de pessoas que surgiu a ideia de constituir efetivamente o Grupo de Consumo Crítico, Coletivo e Solidário em Passo Fundo.

Tal decisão foi tomada em 2001, impulsionada pelo CAEPS, que organizou uma oficina com o tema “Organização para o Consumo Crítico e Solidário”, com a presença de Euclides Mance⁵ e José Paulo⁶. O evento contou com a participação de 55 pessoas e teve como objetivo criar subsídios para construir uma forma de organização do consumo em Passo Fundo (SCHNEIDER, 2008, p.112).

Os objetivos centrais da criação desta iniciativa pautaram-se na construção de um *espaço* de exercício da solidariedade e uma *alternativa* diante do contexto de consumo convencional, alienante e compulsório. O funcionamento dessa experiência como Grupo de Consumo se deu de 2001 até 2006, quando houve a estruturação do ponto fixo de comercialização.

Com a proposta de exercitar os princípios da solidariedade e cooperação através do ato de consumo, os participantes do grupo de consumo se propuseram a realizar as suas compras domésticas de forma coletiva. Nos primeiros dois meses vivenciaram o processo de organização e estruturação do coletivo, quando decidiram os pontos principais da dinâmica de funcionamento, que pode ser resumida na compra coletiva mensal de produtos oriundos da agricultura familiar e economia solidária, a partir de uma lista dos produtos ofertados, cuja lo-

4 IFIBE – Instituto Superior de Filosofia Berthier

5 Professor e autor de diversos livros de economia solidária. Sócio do IFIL – Instituto de Filosofia da Libertação.

6 Membro da Cooperativa de Compras de Porto Alegre.

gística de pedidos, transporte e entrega era organizada por uma equipe central. Esta dinâmica será tratada de forma mais aprofundada na seção do Funcionamento e Gestão da iniciativa.

Nessa fase foi construída a identidade do grupo, através do diálogo e reflexão acerca das suas concepções, tais como⁷:

- a adesão à proposta de um consumo coletivo, crítico e responsável, possibilita a sensibilização dos consumidores;
- os aspectos econômico, social e ambiental são determinantes para que, tanto os produtores como os consumidores, se envolvam e se comprometam com o projeto;
- o ato de produzir ou consumir produtos com origem solidária e orgânica não se constitui apenas em produzir ou consumir alimentos mais nutritivos e, portanto, saudáveis, mas também, em produtos cujos significados podem estar relacionados ao tipo de acesso, ao conhecimento, à inclusão e exclusão de diferentes grupos sociais e, ainda, nas relações entre produtores e consumidores;
- os consumidores devem passar de meros espectadores para agentes ativos na tomada de decisão sobre os aspectos que envolvem o seu consumo;
- os produtores têm um importante papel neste projeto, uma vez que também passam a interferir diretamente na escolha dos produtos a serem consumidos na cooperativa;
- a troca permanente de informações entre produtores e consumidores permite que ambos conheçam a realidade de cada um. De um lado, os consumidores têm desejos e interesses em consumir determinados produtos, portanto buscam conhecer de perto a maneira como são produzidos: matéria-prima, mão de obra, processamentos, armazenamento, transportes, definição dos preços, entre outros. Por outro lado, os produtores têm interesse em buscar mais informações sobre a demanda dos consumidores em relação à produção.

Através do CAEPS, o Grupo de Consumo teve apoio de dois projetos que possibilitaram, entre outras coisas, a liberação de pessoas para trabalhar na gestão do grupo: o primeiro foi com a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), de 2003 a 2004; e o segundo com a organização espanhola Manos Unidas, entre 2004 e 2007. Durante esse período, a iniciativa funcionou intensamente através das compras mensais, reuniões entre os participantes, entre outras atividades, e, contou com o progressivo aumento de famílias consumidoras envolvidas.

c) Momento 3. Formalização da cooperativa – nasce a Cooper Ecosol (2005):

Desde o começo do grupo, as compras eram realizadas por intermédio da figura jurídica do CAEPS, que é uma associação civil sem fins lucrativos. Com a consciência de que essa figura jurídica não é legalmente adequada para comercializar,

7 Elementos extraídos do Roteiro da Cooper Ecosol, elaborado para o Levantamento do Perfil dos Grupos de Consumo “Consumo como Intervenção – Um olhar sobre as experiências de consumo coletivo no Brasil”, pesquisa que está sendo realizada pelo Instituto Kairós desde 2009. Estará disponível para consulta a partir de novembro de 2010 no site www.institutokairós.net

os participantes ficavam sempre ressabiados quanto às consequências legais que esses atos poderiam ter. Assim, com o aumento do número de unidades consumidoras, que chegou a 90, cresce o impasse entre institucionalizar o grupo de consumo ou parar com a experiência para evitar problemas futuros ao CAEPS e aos envolvidos. O reconhecimento desse impasse aconteceu em 2001, no primeiro ano de existência do grupo, porém a decisão de institucionalizar veio em 2005. Foram quatro anos de discussão para avaliar as diversas questões que surgiam: qual figura jurídica atenderia às necessidades do grupo da melhor forma; como garantir e democratizar a participação dos consumidores; como lidar com as consequências da formalização na dinâmica do coletivo, entre outras.

Sendo assim, no início de 2005, o Grupo de Consumo Crítico, Coletivo e Solidário iniciou uma série de debates sobre estratégias de ampliação e disseminação da experiência. Diante das dificuldades apontadas e levando em conta todo o acúmulo metodológico e logístico que os quatro anos de funcionamento proporcionaram, os debates apontaram para a formalização jurídica em formato de Cooperativa. No dia 20 de setembro de 2005, o grupo de consumo crítico, solidário e coletivo fundou a Cooper Ecosol (Cooperativa de Produção e Consumo Solidário Passo Fundo Ltda.), incorporando, como associados, cotistas consumidores que compunham o grupo e alguns fornecedores de produtos solidários que participaram e contribuíram durante os cinco anos do seu funcionamento (SCHNEIDER, 2008, p. 119).

A cooperativa foi fundada com 20 associados membros do Grupo de Consumo Crítico, Coletivo e Solidário existente anteriormente, sendo que atualmente conta com 50 associados.

Um importante aspecto na trajetória da Cooper Ecosol é a preocupação com a educação e reflexão sobre a temática do consumo responsável e a geração de conhecimento nessa área. Antes da assembleia de fundação foi realizado um seminário “Consumo Solidário e Cooperativismo”, que contou com a participação de consumidores, lideranças sociais, fornecedores e entidades parceiras com o objetivo de debater sobre cooperativismo e suas relações com o consumo. Em 2004, publicaram o livro *Consumo Crítico, Solidário e Coletivo*, com diversos artigos abordando o consumo responsável relacionado à economia solidária, direitos humanos e outros temas afins.

d) Momento 4. Consolidação de um ponto fixo de comercialização – Loja (a partir de 2006 até hoje):

Na assembleia realizada em 2006, conjuntamente ao debate sobre estratégias para ampliação da experiência, o grupo decidiu pela estruturação de um ponto fixo e permanente de comercialização. Houve divergência de opiniões entre os associados, pois alguns temiam que a estruturação de uma loja levasse a cooperativa a mudar o seu caráter subversivo ao modelo convencional de distribuição e consumo. Porém acordaram que a adoção dessa nova estratégia não significaria uma

ruptura com a dinâmica anterior das compras coletivas, mas sim configuraria uma nova possibilidade de oferta de produtos para aqueles consumidores que ocasionalmente não se adaptassem ao sistema de compras do grupo, mas que procuram consumir produtos ecológicos e solidários.

O principal motivo para a abertura da loja foi a possibilidade de ampliar a venda dos produtos, tanto para levar a oportunidade de acesso a produtos ecológicos e solidários a um número maior de consumidores, dando maior visibilidade à proposta do consumo responsável, como também para alcançar a viabilidade econômica da experiência, de forma que possa ser sustentável sem depender de subsídios externos.

Atualmente a loja conta com aproximadamente 300 itens de produtos, dois trabalhadores e com o coletivo de associados eleitos que se organizam em conselhos para gerir a cooperativa.

1.3. CARACTERIZAÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS NA EXPERIÊNCIA

A Cooper Ecosol, por ser uma cooperativa de produção e consumo ligada ao movimento de economia solidária, se propõe a construir relações comerciais justas e saudáveis com os produtores que fornecem mercadorias à loja e com os consumidores que ali realizam suas compras, associados ou não. Atualmente a cooperativa conta com 50 associados, sendo vinte e oito homens (56%), dezoito mulheres (36%) e quatro organizações – entidades e outras cooperativas (8%) (SCHNEIDER, 2008, p. 120). Os consumidores são locais, no entanto, os fornecedores são regionais/estaduais.

Entende-se que os beneficiários e/ou envolvidos da experiência podem ser divididos em:

- cooperativas de produção solidária e ecológica que vendem produtos para a loja;
- consumidores associados que acessam os produtos e exercitam sua postura política ao contribuir na gestão do empreendimento;
- consumidores não associados que acessam os produtos; e
- trabalhadores assalariados.

a) Perfil dos produtores

Atualmente são 7 cooperativas, 10 associações e 25 produtores individuais que comercializam produtos na Cooper Ecosol.

Os produtores associados à Cooper Ecosol são cooperativas da agricultura familiar ou da economia solidária. Dentre essas, estão duas importantes associações da agricultura familiar da região – a CooperVita e a CoopVida.

A CooperVita – Cooperativa de Produção Agropecuária Terra e Vida Ltda. está localizada em Tapejara/RS, município vizinho a Passo Fundo. Fundada em 1998, é formada por pequenos agricultores e conta com 29 famílias associadas, mas chega a envolver 210 famílias no município. Possui uma grande diversidade de produtos e conta com estruturas de agroindustrialização e beneficiamento. Toda a

produção da cooperativa é ecológica, definindo-se como produto ecológico “aquele produzido e industrializado sem a adição de produtos químicos, prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. A agroecologia está inteiramente ligada ao modelo de produção e convívio social, por isso busca: a autossustentação do sistema produtivo; a diversificação da produção; a minimização e até eliminação da dependência de insumos químicos, a maximização dos benefícios sociais; o consumo ético e solidário; e a relação comunitária”⁸.

A cooperativa surgiu em 1991 para ser uma alternativa de produção e aproveitamento da mão de obra no campo, opondo-se à lógica da monocultura. Tem como objetivo organizar atividades produtivas com vistas a gerar trabalho e renda e melhorar as condições de vida de seus associados, possibilitando a permanência deles no campo.

A cooperativa trabalha todos os elementos da cadeia produtiva: tem hortas e pomares coletivos; duas agroindústrias para beneficiamento de frutas e hortaliças, produção de pães e similares; e organiza também a comercialização coletivamente. Trabalha com uma grande variedade de produtos: hortaliças; frutas; cereais; suinocultura; frango caipira; doces, geleias, conservas e compotas; revenda de insumos agrícolas, adubos orgânicos e produtos biológicos certificados; e insumos para uso animal.



© Elaboração própria

Trabalhadoras na agroindústria de doces e compotas.

Além disso, a cooperativa possui a marca registrada Doce Sabor, utilizada em todos os seus produtos. Tem uma grande preocupação em passar informação aos consumidores, para que percebam que são produtos diferenciados, da agricultura familiar. Utiliza em seu catálogo o *slogan* “Onde Cooperação, Trabalho e Qualidade fazem a diferença”.

Além da Cooper Ecosol, comercializa seus produtos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁹, nos mercados locais, direto com o consumidor e também com o mercado convencional (supermercados, etc.). No entanto, os associados entendem que vender para o mercado alternativo, como no caso da Cooper Ecosol, é vantajoso tanto para o produtor, porque há uma relação de parceria,

⁸ Informações retiradas do material de comunicação elaborado pela cooperVita.

como para o consumidor, que consegue receber mais informação sobre o produto diferenciado que está adquirindo.

Já a Coopvida é uma cooperativa de produção da agricultura familiar, com sede em Sananduva e abrangência regional (12 municípios, da região nordeste do estado até a serra gaúcha). Destaca-se o fato de que parte de seus associados são articulados com a Rede Ecovida de Agroecologia¹⁰, por meio do Núcleo Planalto. São cerca de 150 agricultores associados, sendo que aproximadamente 40 são agroecológicos. Além disso, a Coopvida possui duas agroindústrias familiares e uma loja, localizada na sede da cooperativa.

A cooperativa é parceira da Cooper Ecosol desde antes da estruturação da loja, quando funcionava como Grupo de Consumo e inclusive participou dos debates para a construção do ponto fixo de comercialização. Acredita que a Cooper Ecosol e os demais mercados alternativos ou locais têm um papel importante, pois, por serem parceiros das cooperativas de produção, estabelecem uma relação pautada no diálogo e na transparência, tornando possível a construção de caminhos para que o produtor receba um preço justo que o remunere dignamente e seja ao mesmo tempo acessível ao consumidor. Também avalia que a forma de pagamento é sempre mais rentável nas vendas locais, seja a vista, como nas feiras, seja a curto prazo como na Cooper Ecosol, pois na relação com alguns grandes mercados chega-se a esperar o prazo de 90 dias para receber o pagamento.

A Coopervita trabalha com diversos tipos de produtos, principalmente secos (não perecíveis), e os principais são: açúcar mascavo, grãos, farinhas e suco de uva. Acessa o PAA de dois municípios – Vacaria e Caxias do Sul e está começando a vender para a merenda escolar de outros três municípios. Também comercializa na loja própria localizada na sede da cooperativa, nas feiras e mercados locais e lojas especializadas de produtos naturais. Em relação aos produtos frescos, a cooperativa não comercializa mas apoia os agricultores com transporte e organização das feiras. A cooperativa também colabora com outros empreendimentos da economia solidária realizando o transporte de suas mercadorias para Passo Fundo, sem custo ou por um valor simbólico.

Os produtos da Coopvida são acessíveis a todas as classes sociais e isso é uma preocupação da cooperativa, que trabalha esse princípio junto aos associados. Acredita que o consumidor tem um papel importante na cadeia produtiva e deve-



Produto na loja com a marca Doce Sabão

© Elaboração própria

9 Política pública do governo federal que proporciona a compra direta de produtos da agricultura familiar pelo município para o abastecimento de instituições públicas, tais como escolas, creches, entre outras.

10 A Rede Ecovida também é uma experiência estudada neste projeto.

ria conhecer o produto que está comprando. Com isso teria o poder de incentivar muitas pessoas a produzir de forma ecológica e não na monocultura.

b) Perfil dos Consumidores

Existem dois tipos de consumidores na Cooper Ecosol – associados e não associados – que possuem perfis diferentes e contribuem de forma central para a existência da cooperativa.

Os *consumidores associados* são os idealizadores da cooperativa e se identificam com sua proposta política. Em sua maioria, são engajados em movimentos sociais e trabalham com temas afins, tais como economia solidária, direitos humanos, agroecologia, entre outros. Participam da gestão da cooperativa, seja através da assembleia, seja mais ativamente, ocupando cargos na diretoria. Além disso, realizam suas compras diretamente na loja ou através da compra coletiva via lista mensal, dinâmica que será explicada a seguir. Estes consumidores têm um papel central na cooperativa, pois são responsáveis pela construção da Cooper Ecosol e pela manutenção dessa iniciativa como uma alternativa ao modelo de comercialização e consumo capitalistas, de forma que é possível dizer que são responsáveis pela sustentabilidade política da cooperativa.

Os consumidores não associados, ou convencionais, são pessoas preocupadas principalmente com a questão da saúde e buscam na loja os produtos com características integrais, naturais ou ecológicas. São aproximadamente 80 consumidores por dia que passam na loja, pertencentes majoritariamente às classes B e C, com idade acima de 45 anos. A maioria não tem conhecimento sobre a economia solidária ou o consumo responsável e não buscam os produtos por terem origem solidária ou da agricultura familiar, mas sim por apresentarem características que contribuem para sua saúde pessoal. Em muitos casos, esse consumidor é sensibilizado e se torna cliente da loja e, por meio das informações fornecidas pelos trabalhadores, começa a entender a proposta da cooperativa e o que é economia solidária. Este perfil de consumidor representa atualmente o maior número de clientes e, portanto, de vendas da loja. Dessa forma, pode-se dizer que são os responsáveis pela sustentabilidade econômica da cooperativa.

c) Os trabalhadores assalariados

Estes trabalhadores ocupam dois postos de trabalho, sendo um jornada integral e outro jornada parcial. Exercem um papel central na cooperativa e podem ser considerados o elo entre os diferentes atores, pois assumem importantes responsabilidades, dentre elas: a) atender aos consumidores, tanto na venda diária na loja como na organização da compra coletiva mensal; b) estabelecer relação com os produtores, desde o mapeamento dos possíveis fornecedores, passando pela encomenda dos produtos e manutenção do estoque, até a efetivação dos pagamentos; c) trabalhar em parceria com a diretoria da cooperativa, levando demandas e necessidades da loja, assim como, propondo caminhos e passos a serem seguidos.

Vale ressaltar que os trabalhadores da loja compreendem a proposta da economia solidária e do consumo responsável e assumem o papel de sensibilizar os consumidores sobre os produtos ali existentes, tanto em relação às informações nutricionais e benefícios à saúde, quanto em relação às características dos produtores e dos processos produtivos.

1.4. FUNCIONAMENTO E GESTÃO DA COOPER ECOSOL

A Cooper Ecosol é um empreendimento da economia solidária e se organiza de forma autogestionária, ou seja, observa os princípios da gestão democrática na qual todos os envolvidos têm direito a voz e as decisões são tomadas de forma coletiva. Anualmente os associados se reúnem na Assembleia Geral, onde elaboram o planejamento anual e tomam as grandes decisões relacionadas à cooperativa. A diretoria é eleita e se organiza em três Conselhos: Administração, Educação e Fiscal, os quais se reúnem mensalmente para executar suas atividades.

Dessa forma, o trabalho na cooperativa é realizado por duas pessoas contratadas que estão na loja diariamente e assumem diversas responsabilidades, como tratado no item acima, em conjunto com a diretoria, que apóia os trabalhadores e realiza reuniões mensais; e, além destes, existe também um trabalho espontâneo de cooperação dos técnicos da equipe do CAEPS, quando se faz necessário.

a) Características da Loja e dos produtos:

A loja está localizada em uma avenida central de Passo Fundo – Rua Sete de Setembro, nº 640 – onde conta com um espaço amplo e muito bem estruturado. No mezanino ficam o escritório da cooperativa e a sede do CAEPS .

São 300 itens oferecidos na loja, entre produtos integrais, naturais e ecológicos. As principais linhas de produtos vendidos na loja são:

1. Cereais (a granel): linhaça, granola, sucrilhos, ração humana, entre outros;
2. Embalados: compotas, geléias, conservas, barrinhas de cereal; e
3. Produtos para diabéticos e para celíacos (que não contém glúten).

A origem dos produtos é prioritariamente da agricultura familiar e da economia solidária, pois esse é um dos princípios fundamentais da cooperativa. Dos 300 itens oferecidos, aproximadamente 200 são de origem solidária e ecológica e 100 de origem convencional. Porém, estes últimos são os que representam maior número de vendas. A cooperativa realiza a venda de produtos convencionais devido a dois fatores principais: falta de oferta solidária, na região, de determinados tipos de produtos; e necessidade de alcançar a viabilidade econômica, pois os produtos convencionais permitem uma margem de venda significativamente maior do que os solidários e ecológicos. Essa decisão de vender produtos convencionais foi tomada de forma coletiva e assumida como uma estratégia para alcançar a viabilidade econômica. Os associados têm uma visão crítica bastante desenvolvida sobre esse tema e estão permanentemente fazendo reflexões sobre a relação entre os princí-

pios da cooperativa e as ações que são necessárias para garantir a viabilidade de um empreendimento de economia solidária.

Vale dizer ainda que a maioria dos produtos vem do campo, mas existem também empreendimentos urbanos de economia solidária que fornecem alguns itens, tais como bolachas caseiras, mel, farinhas e fibras.

Sobre as Relações de Compra e Venda:

Não existe uma logística específica de aquisição de mercadorias, uma vez que a venda diária ou semanal pode variar muito; à medida que ocorre a venda é repostado o produto. Existe uma grande preocupação com a qualidade do produto, de forma que se organizam para que haja uma entrada semanal de produtos frescos, principalmente aqueles vendidos a granel. Já os produtos com maior durabilidade, tais como compotas, conservas, empacotados, vinho, vinagre, chás, são comprados mensalmente ou a cada 15 dias.

O papel dos trabalhadores da loja é central para a existência da cooperativa e é muito valorizado pela diretoria. Os trabalhadores são comprometidos com a proposta da cooperativa, da economia solidária e passam informações sobre isso para os consumidores. Também têm ampla informação sobre as características dos produtos que estão vendendo, sua origem, os benefícios que oferecem para a saúde, etc. Dessa forma, fica claro que o atendimento é um diferencial da loja. Avaliam que aproximadamente 70% das vendas são vendas técnicas, ou seja, o vendedor acompanha o cliente, informa sobre o produto, diferentemente das vendas realizadas em supermercados, onde o consumidor pega os produtos na prateleira sem a possibilidade de diálogo e de saber mais sobre o que está adquirindo.

A principal forma de divulgação da loja é o “boca-ouvido” ou “boca a boca” e avaliam que isso acontece porque, em geral, os clientes tem um alto grau de satisfação com o que encontram na loja. Para a equipe, o que fideliza os consumidores à loja são algumas características como o atendimento diferencial e personalizado (tratamento do cliente com respeito e transparência), a qualidade dos produtos (produtos sempre frescos e de origem garantida) e preço (há a preocupação de garantir um preço acessível aos consumidores de todas as classes sociais, para que todos possam ter uma alimentação saudável).

Em relação ao pagamento aos produtores, vale dizer que é feito à vista ou com um prazo de 28 a 35 dias. Como a loja é um estabelecimento regularizado, precisa realizar todas as compras com Nota Fiscal, o que muitas vezes configura um desafio para eles, pois isso dificulta o acesso a produtos de empreendimentos informais da economia solidária e agricultura familiar.

No tocante à logística, explicam que existem duas situações diferentes: 1. os produtores/fornecedores levam seus produtos diretamente à cooperativa; e 2. o produto é entregue por alguma transportadora especializada, devido à grande distância geográfica entre produtor e cooperativa. O preço do produto é definido pelo próprio produtor, somente depois a cooperativa calcula o valor final do produto. Desde a formalização, calculam também os impostos do produto, os gastos

com a estrutura física e recursos humanos para então fazer um preço médio justo ao consumidor.

b) Prática da compra coletiva: lista mensal

A cooperativa realiza outra forma de venda além do “balcão” da loja, que é a chamada Lista Mensal. Essa é a prática tradicional da cooperativa, tendo sido responsável inclusive pela sua origem, como grupo de consumo crítico e solidário. Atualmente, apenas 10% dos associados optam por essa prática, que funciona da seguinte maneira: o funcionário da loja envia a lista de produtos aos associados por correio eletrônico até o primeiro final de semana do mês; estes retornam enviando seus pedidos até a terça-feira da semana seguinte; a encomenda dos itens inexistentes no estoque é feita pelo funcionário e os consumidores retiram seus pedidos no final de semana seguinte. O associado tem um desconto de 7% a 10% nos produtos comprando pela lista.

Também há produtos convencionais na lista, como açúcar, feijão, farinha branca, café. O intuito da lista também é reduzir os preços aos associados, pois, juntando os pedidos, o volume da compra aumenta e é possível obter desconto nos produtos. Porém, para isso acontecer efetivamente é necessário ter um número maior de associados comprando pela lista.

A Lista Mensal representa a proposta de compra coletiva e foi a característica central do Grupo de Consumo Crítico e Solidário antes da abertura da loja. Como explicado anteriormente no histórico da cooperativa, essa prática foi realizada por aproximadamente seis anos, contando com pessoas do CAEPS para trabalhar na gestão do grupo, e também com o envolvimento fundamental dos associados, tanto na gestão, quanto como consumidores efetivamente. Para deixar mais clara a forma de funcionamento das compras coletivas por meio de listas de produtos, serão destacados a seguir os principais pontos em relação à dinâmica que existia no Grupo de Consumo e que, em menor grau, se mantém até hoje na Cooper Ecosol:

- **Produtos:** A proposta era realizar a compra mensal (“rancho” mensal, nas palavras deles) através do grupo. Sendo assim, a lista deveria conter os produtos da cesta básica mais os diferenciais ofertados, como geleias e compotas, com origem da economia solidária e agricultura familiar principalmente.
- **Pedidos:** Optaram por funcionar através do esquema de lista mensal. As pessoas responsáveis pelos pedidos encaminhavam a lista mensal para os consumidores. Estes preenchiam e encaminhavam de volta aos responsáveis, que, por sua vez, organizavam o total dos pedidos e providenciavam a compra.
- **Realização da compra:** Os produtos solidários e ecológicos eram comprados através do contato direto com as cooperativas de produção. Já os convencionais, eram comprados em atacados e o valor que economizam era revertido para um fundo coletivo. A operação da compra era realizada na figura jurídica do CAEPS.
- **Fornecedores:** A opção do grupo foi comprar produtos da economia solidária e agricultura familiar prioritariamente. Quando não havia oferta na região de

determinado produto com essas características, apelavam para os convencionais. Nesse momento começaram a construir os laços com as cooperativas de produção, muitas das quais são associadas à Cooper Ecosol e fornecem até hoje seus produtos para a loja.

- **Retirada/entrega dos produtos:** Após a realização da compra coletiva e/ou recebimento das mercadorias dos produtores que entregavam, os responsáveis organizavam os pedidos dos consumidores, os quais iam retirá-los na sede do CAEPS ou recebiam em casa. Essa entrega em domicílio era realizada pelos próprios organizadores do grupo, que utilizavam seus próprios veículos e era cobrada uma taxa de R\$2,50 a R\$3,00 para cobrir alguma despesa de combustível. A grande maioria dos consumidores retirava no local, somente 5 ou 6 recebiam em casa. É válido ressaltar que os consumidores que retiravam no local eram mais envolvidos com o grupo, pois ir até o local, ajudar a separar suas compras, ver o total de mercadorias que circulavam por ali e participar da reunião pós-compra, eram fatores-chave para essas pessoas sentirem-se comprometidas com o coletivo.

- **Consumidores:** O grupo iniciou com 10 ou 15 pedidos, chegando, no seu auge, a 90. Isso significava 90 “unidades consumidoras”, conforme o termo utilizado, que poderiam ser famílias ou pessoas sozinhas. Também participavam do grupo sendo consumidores, alguns empreendimentos solidários, como uma padaria, que comprava matéria-prima – farinha, ovos, açúcar etc. - para elaboração de bolachas, pães e massas.

- **Relação entre os participantes do grupo:** Organizavam reuniões mensais no mesmo dia da retirada dos produtos. Nessas reuniões, faziam avaliação das compras para decidir quais produtos deveriam ser incluídos na lista e quais deveriam sair.

- **Preço/Fundo coletivo:** O preço dos produtos era calculado a partir de uma pesquisa de preço em três pontos de venda. A partir da média de preço obtida, subtraíam o valor pago pelo produto no ato da compra. A diferença era dividida por dois: metade ficava para o fundo solidário e a outra metade em desconto para o consumidor. Assim, o grupo definiu como investir o excedente: a) para cobrir as despesas do grupo; b) investir em capital de giro; e c) investir em empreendimentos da economia solidária que possam fornecer produtos ao grupo de compras (SCHNEIDER, 2008, p. 114). O CAEPS foi responsável por coordenar essa ação com três Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES). Um deles funciona até hoje e é uma agroindústria da agricultura familiar. Os outros dois não conseguiram avançar devido principalmente aos desafios da gestão do empreendimento.

1.5. PRINCIPAIS RESULTADOS E DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS COOPER ECOSOL EM SUA TRAJETÓRIA

A Cooper Ecosol, ao longo de sua história, conquistou uma série de resultados, assim como, vivenciou e vivencia atualmente diversos desafios para a efetivação de

sua prática, conforme abordado em alguns momentos durante este capítulo. Com o objetivo de sistematizar e reforçar algumas informações, serão citados a seguir o que se entende como os principais resultados e desafios da cooperativa até a presente data.

Do ponto de vista dos resultados, é importante dizer que são conquistas e fortalezas da Cooper Ecosol: a consolidação de um grupo de pessoas articuladas e engajadas com a experiência; o apoio do CAEPS desde o seu surgimento; a boa relação com as entidades locais e parceiros; sua atuação em Fóruns e Redes; a consolidação de sua autonomia enquanto empreendimento econômico solidário; a interação com as cooperativas de produção além da compra de produtos (como por exemplo o apoio na formação técnica e política); a experiência na prática da autogestão entre os consumidores que dirigem a cooperativa; a estruturação de um ponto fixo de comercialização; e a prática da relação comercial transparente e duradoura com produtores e consumidores. É necessário reconhecer a importância da cooperativa ter alcançado a viabilidade econômica em apenas 6 meses após a abertura da loja; ter 2 funcionários contratados que trabalham na loja; ter uma média de 80 clientes fidelizados por dia frequentando a loja; contar com 50 associados e 300 tipos de produtos ofertados; ter elaborado um site e um *software* que proporcionam a gestão de planilhas para grupos de consumo; ter desenvolvido uma estratégia de comunicação e divulgação de baixo custo e alto retorno, baseada no boca a boca; e ter elaborado e distribuído um *folder* institucional que contém o catálogo de produtos oferecidos na loja. Vale ressaltar ainda, o fato da cooperativa ter sido tema em dois livros, publicados pelo CAEPS, com elaborações teóricas a partir de sua experiência, que são: “Consumo crítico, solidário e coletivo e Economia Solidária” e “Consumo – Uma análise a partir da Cooper Ecosol”. Por fim, é necessário dizer que é uma grande conquista o fato da cooperativa ser uma referência nacional, ao lado do CAEPS, como iniciativa de consumo crítico, coletivo e solidário, que respeita os princípios e valores da economia solidária.

Em relação aos desafios em enfrentamento constante, pode-se citar: a busca de estratégias para conseguir vender somente produtos de origem solidária e ecológica na loja; ter oferta suficiente desses produtos; conseguir viabilizar a loja economicamente somente com a venda desses tipos de produtos; ampliar o mapeamento de produtores solidários e ecológicos; ampliar o número de empreendimentos solidários na região para aumentar a diversidade de produtos; ampliar a mão de obra na loja para dar conta das demandas; aprofundar a relação com os consumidores associados; aumentar o envolvimento dos associados com a cooperativa; divulgar os produtos, a forma de produção e a comercialização nos meios de comunicação; ter recurso para manutenção do site e possivelmente de comercialização *on-line*. Para a cooperativa, é de importância estratégica a consolidação da Rede regional de economia solidária e, conseqüentemente, o selo oriundo de um Sistema Participativo de Garantia, relacionando produtos da economia solidária e agricultura familiar; a revisão do marco legal para cooperativas de consumo; e a sensibilização e mobilização dos consumidores para o consumo responsável.

2. A COOPER ECOSOL COMO UMA EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – PELO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E O EXERCÍCIO DO CONSUMO RESPONSÁVEL

2.1. SOBRE O CONTEXTO REGIONAL

De acordo com o Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005-2007), que possui informações do SIES – Sistema de Informações da Economia Solidária¹¹, existem 22.000 empreendimentos da economia solidária mapeados em todo o País, presentes em 53% dos municípios brasileiros.

A Região Sul conta com 3.583 empreendimentos, sendo que 2.085 estão localizados no Rio Grande do Sul, o que o caracteriza como o estado com o maior número de empreendimentos da economia solidária do Brasil. É interessante perceber também que, na Região Sul, 19% dos empreendimentos estão organizados na forma de cooperativas, participação maior do que a média brasileira, que é de 10%. Isso se deve ao fato de que o cooperativismo popular teve grande desenvolvimento na Região Sul, sobretudo no estado do Rio Grande do Sul.

A principal motivação para criação dos empreendimentos na Região Sul é conseguir uma fonte complementar de renda (44%), seguida da necessidade de obter maior ganho (43%), porém para a média nacional o que motiva principalmente é a alternativa ao desemprego.

O movimento da economia solidária na Região Sul e no estado do Rio Grande do Sul é bastante estruturado e vem se desenvolvendo ao longo dos anos, com avanços e desafios. No Rio Grande do Sul, um marco na relação da sociedade civil com o governo aconteceu em 1999, com a eleição do governador Olívio Dutra, do PT. A economia solidária entrou para a agenda do governo, o que possibilitou avanços no tocante às políticas públicas, mas também significou alguns desafios.

Existia na época uma articulação em desenvolvimento composta por diversos atores envolvidos com a economia solidária no estado, entre eles, o CAEPS, a CoopVida, a CooperVita, a Cáritas, o movimento da agricultura familiar (muito forte na região), a Rede Ecovida, entre outros, que se reconheciam como Fórum Gaúcho de Economia Solidária. Com o advento da SENAES, em 2003 e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, surge a demanda pela organização dos fóruns locais e estaduais de economia solidária. Os atores envolvidos reconheceram a importância disso, mas avaliam que o processo de criação do Fórum estadual animado pelo governo poderia ter sido desenvolvido a partir da articulação que já existia como Fórum Gaúcho.

O fórum estadual então criado se tornou o espaço para discutir acesso às políticas públicas de economia solidária e conta até hoje com a participação de diversas entidades de apoio e empreendimentos da economia solidária do estado.

11 O SIES é uma iniciativa da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego/MTE, em conjunto com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Mais informações no www.sies.mte.gov.br

Nesse contexto, o CAEPS já atuava como entidade de fomento à economia solidária em Passo Fundo, e a criação da Cooper Ecosol foi o resultado da articulação do CAEPS com parceiros locais para dar visibilidade ao tema do consumo responsável como prática diferenciada, seguindo os princípios da economia solidária.

2.2. SOBRE AS ARTICULAÇÕES E PARCERIAS

Em Passo Fundo, existem diversas entidades sociais, e a relação entre elas é bastante forte. Em 1985, foram criados o CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas Populares e a Comissão de Direitos Humanos; dois anos depois surge o CEAP – Centro de Educação e Assessoramento Popular; em 2000, como iniciativa de muitas pessoas que já atuavam em alguma dessas organizações, surge o CAEPS – Centro de Apoio à Economia Popular e Solidária; e, a partir deste, foi institucionalizada em 2005 a Cooper Ecosol. Essas são as entidades de Passo Fundo que possuem maior articulação, seja temática, ou entre as pessoas que as compõem, e que, em sua maioria, estão presentes em mais de uma organização.

Assim, a rede de parcerias em que a Cooper Ecosol está inserida é bastante ampla e consistente. Somam-se aos parceiros citados acima a Rede Ecovida, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF/SUL, a Unicafes, o Fórum Regional de Economia Solidária, a Cresol – Cooperativa de Crédito com Interação Solidária de Passo Fundo, a Coopvida, a Coopervita e a Agroleite.

Processo de certificação participativa como construção de identidade

No escopo de um projeto apoiado pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e desenvolvido pelo CAEPS, em parceria com as diversas instituições citadas acima, que atuam com economia solidária e agricultura familiar, foi elaborado um Selo para certificar produtos solidários e/ou ecológicos produzidos na região. A proposta de certificação seguiria a lógica dos Sistemas Participativos de Garantia. Houve um amplo processo de discussão para elaboração do selo, o qual foi aprovado durante um Seminário Estadual em Porto Alegre, que contou com a participação de mais de 300 empreendimentos solidários.

O Selo propõe uma interação entre a economia solidária e a agricultura familiar, prevendo a incorporação de empreendimentos urbanos e rurais. A próxima fase seria a elaboração dos critérios para a obtenção do selo e havia um acordo de não radicalizar no ecológico, para poder incluir agricultores em processo de conversão para a agroecologia, desde que com manejos ambientalmente corretos, sem exploração de mão de obra e sendo uma associação suprafamiliar. Os envolvidos acreditam que a forma como foi construída a proposta demonstra que o objetivo maior da criação do selo era o de trazer identidade aos produtores e produtoras da região que se propõem a desenvolver seus processos produtivos respeitando as pessoas e o meio ambiente.

A intenção dos atores envolvidos era desenvolver uma rede regional a partir

desse selo. Porém, após a elaboração do selo não conseguiram mais acessar os recursos públicos para sua implementação e o processo encontra-se parado atualmente.

A Comercialização dos produtos da agricultura familiar no município

No tocante aos produtos da agricultura familiar, é interessante perceber como a cidade de Passo Fundo conta com uma série de espaços de comercialização:

Lojas especializadas: a Cooper Ecosol (que também têm produtos da economia solidária); o Ponto Ecológico (vinculado à Feira Ecológica); e o Ponto Fixo de comercialização vinculado à Feira dos Produtores (localizada no Parque da Gare).

Feiras: Feira do Produtor, que acontece às 2^a. e 4^a. feiras e sábados no Parque da Gare e a Feira Ecológica, que acontece aos sábados em uma praça central.

A Feira do Produtor, localizada no Parque da Gare (prédio público tombado como Patrimônio Histórico), surgiu em 1975, administrada pela prefeitura de Passo Fundo, com a participação de 12 agricultores. No início, os produtores não participavam da gestão, mas com o tempo criaram uma associação e passaram a assumir a administração da Feira, buscando recursos externos para melhorar as condições de comercialização de seus produtos. Com isso, a Feira foi crescendo e a organização foi sendo ampliada. Por volta de 1990 formalizaram a associação como Associação dos Pequenos Agricultores Familiares de Passo Fundo.

A gestão do governo Olívio Dutra deu muito apoio à infraestrutura da associação – bancas, avental, entre outros. Também obteve apoio da EMATER, que naqueles anos assumiu um direcionamento diferente do convencional, apoiando a agricultura alternativa, ecológica e orgânica, o que levou muitos grupos ao desafio de transformar sua produção em ecológica. Com o fim da gestão do governo citado anteriormente, aconteceu uma redução no incentivo à transição agroecológica e com isso os agricultores mantiveram-se convencionais. Assim, atualmente apenas dois são ecológicos.

No total são 75 agricultores, sendo 73 de Passo Fundo e dois de outro município (Mato Castelhanos). Está no Estatuto a prerrogativa de privilegiar os agricultores do município. Alguns municípios vizinhos na região também têm feira. Manifestam a necessidade de maior apoio por parte do poder público local no tocante à assistência técnica rural, em questões como: assistência para produção, veterinária, entre outros.

São três dias de feira na semana – segundas, quartas e sábados – onde passam no total aproximadamente 2.000 pessoas, em sua maioria clientes fiéis dos agricultores. A relação que constroem ali é de confiança e transparência, os consumidores têm a oportunidade de dialogar diretamente com quem produz o alimento e avaliam que isso é muito importante.

Cada produtor é responsável pelo transporte dos seus produtos até a Feira, pagando uma taxa de R\$15,00 por mês para cobrir as despesas: manter a secretária; fazer a divulgação nas rádios, entre outros.

Os produtores possuem um valor-limite de preço para vender seus produtos.

Esse valor é calculado através de uma pesquisa de preço em quatro mercados, faz-se uma média de preço e subtraem 20%, para chegar ao preço máximo pelo qual os produtores podem vender seus produtos. Quem quiser vender mais barato pode, mas o contrário não é permitido. A redução dos 20% é devido ao fato de os agricultores não pagarem aluguel nem impostos, com isso podem viabilizar um preço mais acessível aos consumidores. A tabela de preços é atualizada mensalmente.

Além disso, os produtores possuem uma loja – Central de Vendas – que fica no mesmo prédio da Feira. Lá o produtor deixa o produto e quando é vendido ficam 10% para a loja, para manter a estrutura funcionando. A loja é um braço da Feira, que vende os produtos dos agricultores todos os dias. O movimento financeiro da loja é em torno de R\$10.000,00 a R\$15.000,00 por mês.

2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS EXISTENTES E EM CONSTRUÇÃO

A experiência de economia solidária em Passo Fundo e arredores, no tocante às políticas públicas, sempre passou pelo tema da agricultura familiar. Pelo fato de ser uma região essencialmente rural, o debate da economia solidária e agricultura familiar fica muito próximo. Os atores envolvidos com a Cooper Ecosol entendem que, desde o estabelecimento do PRONAF – Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar, em 1995, as políticas públicas em relação à agricultura familiar vêm avançando e se consolidando de uma forma bastante positiva. O CAEPS, por exemplo, tem um Programa de Agricultura Familiar e Agroindustrialização, que já contou com o apoio da SAF/MDA. Seus associados acreditam que tal política pública conseguiu dialogar bem, em termos metodológicos, com os beneficiários – agricultores familiares – e também com os intermediadores, como o CAEPS e outras entidades de apoio.

Em relação à economia solidária, os atores locais acreditam que o acesso às políticas públicas tem sido mais desafiador. Avaliam que a criação da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego/MTE, foi importante para o movimento, mas os mecanismos para diálogo e articulação com esse órgão poderia acontecer de forma mais satisfatória. Vale ressaltar que, em parceria com esta Secretaria, o CAEPS desenvolveu o Mapeamento de Empreendimentos Solidários no Rio Grande do Sul, junto com outras três entidades gaúchas. Para esse trabalho, o estado foi dividido em quatro macrorregiões e o CAEPS coordenou a ação na macrorregião norte. Foi um processo interessante, sobretudo para o governo do estado o qual pôde ter mais conhecimento de seu tecido social. Porém, os associados avaliam que a ação deveria ir além da catalogação dos empreendimentos, para efetivamente proporcionar a constituição de redes e cadeias, o que aconteceu em alguns estados brasileiros. No tocante ao fomento à criação e consolidação de empreendimentos econômicos solidários, vale registrar que não há incubadoras tecnológicas na cidade, mesmo havendo demanda para isso, pois é um município muito carente nesse tema, e tem uma capilaridade grande de cooperativas e associações.

Sendo assim, pode-se dizer que, ao longo da trajetória da Cooper Ecosol, as políticas públicas que mais influenciaram a cooperativa encontram-se na área da agricultura familiar, e serão descritas a seguir:

- Formação para agroindustrialização. Esse foi um saldo positivo da gestão do PT no governo do estado, pois proporcionou uma projeção muito considerável de empreendimentos da agricultura familiar. Para se ter uma ideia, atualmente mesmo as grandes feiras agrícolas da região contam com um grande número de estandes da agricultura familiar. As duas Feiras principais são: a ExpoInter – é a segunda maior feira da agricultura empresarial da América Latina, acontece em Esteio, e possui um grande estande da agricultura familiar; e a ExpoDireto, feira de “agricultura de precisão”¹², que acontece em Não-me-Toque, a 50 km de Passo Fundo e conta com uma grande quantidade de empreendimentos da agricultura familiar. Com isso a agricultura familiar passou a ter muita visibilidade e reconhecimento econômico.

Alguns produtos que estão na loja atualmente são resultados desse processo de formação para agroindustrialização. O Programa do CAEPS, comentado acima, atuou na qualificação dos agricultores, oferecendo cursos diversos: Produção Técnica, Organização Produtiva, Legalização de Empreendimentos, Elaboração de Rótulos (muitos dos rótulos dos produtos da loja foram elaborados através desse programa).

- Programa Mais Alimentos/ PAA: No escopo do Projeto de Doação casada de alimentos, do PAA, a CAEPS desenvolveu cursos de formação para os beneficiários que recebiam os alimentos. O intuito dessa ação foi contribuir para que o programa fosse além da preocupação focada no escoamento da produção, mas que chegasse também a afetar a vida das pessoas que recebiam os alimentos. Assim, o objetivo era capacitar essas pessoas para que pudessem sair da situação de vulnerabilidade em que se encontravam. A partir da atuação do CAEPS, foram formados alguns empreendimentos, como padarias, oficinas de confecção, sempre na área urbana, e alguns passaram a vender seus produtos na Cooper Ecosol.

2.4. AS INICIATIVAS DE CONSUMO COLETIVO NO BRASIL

A proposta de atuação realizada pela Cooper Ecosol – promover o consumo coletivo, crítico e responsável, no âmbito da economia solidária e da agricultura familiar - é também desenvolvida por outras iniciativas no Brasil, algumas com características diferentes no tocante à forma, organização e gestão, mas que convergem em sua essência.

Diante da necessidade e interesse em (re)conhecer e compreender a dinâmica dessas iniciativas, o Instituto Kairós iniciou em 2009 a realização do Levantamento do Perfil dos Grupos de Consumo no Brasil “Consumo como intervenção

12 Modelo diferenciado de agricultura empresarial ou agronegócio, muito forte na região.

– Um olhar sobre as experiências de consumo coletivo”, conforme mencionado anteriormente.

No escopo da pesquisa, até março de 2010, foram identificadas 14 iniciativas que declararam realizar compras coletivas com critérios solidários e/ou agroecológicos, que são:

- Rede Ecológica, Rio de Janeiro/RJ
- MICC – Movimento de Integração Campo Cidade, São Paulo/SP
- Trocas Verdes, Campinas/SP
- Rede Sementes de Paz, São Paulo/SP
- Terra Mater, Piracicaba/SP
- Cooper Ecosol, Passo Fundo/RS
- Cooperativa GiraSol, Porto Alegre/RS
- Compra Coletiva de Produtos Orgânicos, Itajaí/SC
- Compras Coletivas Florianópolis/SC
- Rede Moinho, Salvador/BA
- ADAO- Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica, Fortaleza/CE
- Rede Xique-Xique, São Miguel do Gostoso/RN
- Techne, Natal/RN
- ADAO - Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica, Goiânia/GO

Porém, somente parte das iniciativas citadas foi estudada na pesquisa. Isso ocorreu porque algumas não tiveram possibilidade de responder ao levantamento das informações e outras porque foram identificadas somente após o início da sistematização dos dados. Dessa forma, as iniciativas estudadas na pesquisa são:

- Rede Ecológica, Rio de Janeiro/RJ
- MICC – Movimento de Integração Campo Cidade, São Paulo/SP
- Trocas Verdes, Campinas/SP
- Rede Sementes de Paz, São Paulo/SP
- Cooper Ecosol, Passo Fundo/RS
- Cooperativa GiraSol, Porto Alegre/RS
- RedeMoinho, Salvador/BA

Em linhas gerais, pôde-se constatar que a grande maioria das iniciativas faz parte do movimento da economia solidária ou se identifica com seus princípios. Essas iniciativas possuem sistema de gestão descentralizado e democrático, priorizando ao máximo a relação direta entre produtores e consumidores. Costumam ter uma sede onde os consumidores retiram as mercadorias e, em raros casos, realizam a entrega em domicílio. Os principais desafios que enfrentam estão relacionados à logística (pagamentos, transporte, gestão dos pedidos), ao alcance da viabilidade econômica e à mobilização dos consumidores para além da compra.

3. A PROPOSTA DO CONSUMO RESPONSÁVEL NA PERSPECTIVA DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA DOS CONSUMIDORES

A organização dos consumidores é um movimento que vem ganhando forças no Brasil e no mundo. É algo que se inicia com a tomada de consciência por parte das pessoas de que seus atos de consumo cotidianos têm reflexos no mundo, na sociedade, no ambiente. E está relacionado à compreensão do consumidor de que, ao comprar um determinado produto ou serviço, está realizando um ato de apoio àquela empresa ou instituição responsável pelo processo produtivo, pela “história” que existe atrás de tais produtos ou serviços. Sendo assim, de acordo com as características presentes ao longo da cadeia produtiva de tal produto ou serviço – mão de obra utilizada, origem da matéria-prima, transformação, relações de compra e venda etc. – o consumidor pode apoiar processos que contribuem para a manutenção dos padrões de produção e consumo vigentes que atendem à lógica capitalista, ou, por outro lado, apoiar e fortalecer processos produtivos construídos sob a lógica da cooperação e solidariedade.

Essa tomada de consciência é igualmente importante ao possibilitar o que se poderia chamar de “empoderamento” das pessoas quando no exercício do papel de consumidores. Entendido o ato de consumo como um ato de apoio, as escolhas de consumo realizadas de maneira consciente e responsável tem efeito e interferem na sociedade da qual fazem parte.

Nesse sentido, a proposta do Consumo Responsável se consolida como tendência que vem sendo ampliada e legitimada como ferramenta de enfrentamento dos padrões hegemônicos de consumo. Entende-se como consumo responsável, na definição do Instituto Kairós, “a escolha de produtos e serviços de maneira ética, buscando melhorar a qualidade de vida de cada um, da sociedade e do meio ambiente”.

Diferentes terminologias são utilizadas para abordar a proposta do *consumo responsável*, entre elas: consumo consciente, consumo solidário, consumo crítico, ou ainda *consumo sustentável*. Elas podem apresentar algumas diferenças de concepção que são facilmente traduzidas na forma como as diferentes entidades desenvolvem ações nessa temática, sendo algumas mais preocupadas com os impactos ambientais e ecológicos, outras relacionadas com a noção de responsabilidade social empresarial e marketing social. Porém, enquanto conceito, pode-se dizer que todas apontam para a reflexão acerca das consequências dos padrões de consumo na sociedade e no planeta.

Para Euclides Mance, existem quatro formas de consumir, que são: *consumo alienado* – praticado por pessoas manipuladas pelas propagandas; *consumo compulsório* – é aquele que se realiza para satisfazer necessidades biológicas e situacionais quando a pessoa tem poucos recursos ou não há alternativas a escolher; *consumo para o bem-viver* – é praticado pelas pessoas que estão preocupadas com o próprio bem-viver individual; e *consumo solidário* – é aquele motivado pela ideia de que podemos contribuir para o bem-viver de todas as pessoas consumindo pro-

duto solidários e ecológicos (MANCE, 2003 p. 85-87).

No presente documento optou-se por utilizar a terminologia *consumo responsável* que, no entendimento do Instituto Kairós, agrega a noção da corresponsabilidade do consumidor na cadeia produtiva, incentivando-o a ir além da consciência, tomando atitudes efetivas por meio das suas escolhas de consumo.

A proposta do consumo responsável convida a refletir sobre o alcance do nosso ato de consumo, compreendendo dessa maneira o consumo como um ato político. Ao observar como outros padrões de consumo podem ser aplicados na prática, percebe-se que a organização dos consumidores é essencial para mobilizar esse processo e criar condições para que a experiência possa ser sustentável. Segundo Jandir Pauli, coordenador do CAEPS, diversos são os motivos que caracterizam a ação de consumo responsável como um ato político, pois:

“(...) esta ação incide diretamente no escoamento da produção dos empreendimentos solidários; amplia o excedente do consumidor através da economia na compra coletiva garantindo um preço justo ao produtor; contribui na estruturação de crédito solidário através do excedente acumulado coletivamente; contribui na geração de novos postos de trabalho, uma vez que a produção de riquezas é distribuída; preserva os ecossistemas; contribui no exercício de uma cultura de solidariedade com novas relações entre as pessoas; corrige fluxos de valores na medida em que evita comprar a matéria-prima e insumos de empresas exploradoras e; com isto, tem a capacidade de, numa perspectiva estratégica, remontar de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas, contribuindo na estruturação de redes solidárias.” (PAULI e BRUTSCHER, 2008, p. 48)

3.1. OS GRUPOS DE CONSUMO RESPONSÁVEL COMO ESTRATÉGIA PARA O ACESSO A PRODUTOS ECOLÓGICOS E SOLIDÁRIOS ATRAVÉS DA PRÁTICA DO COMÉRCIO JUSTO

Como vimos acima, existem diversas experiências que têm como foco a organização dos consumidores para realizar compras de produtos solidários e ecológicos de maneira coletiva. A partir dos dados resultantes do referido Levantamento do Perfil dos Grupos de Consumo no Brasil, o Instituto Kairós adotou a terminologia de Grupos de Consumo Responsável – GCR para identificá-los. São iniciativas que, por suas características fundamentais, assumem a forma de Rede Solidária, com diferentes graus de complexidade. Para essa afirmação ser compreendida precisamos entender o que caracteriza um Grupo de Consumo Responsável e o que é uma Rede Solidária.

Para começar, vale considerar que um Grupo de Consumo Responsável é diferente de um grupo de compras coletivas convencional. As *compras coletivas convencionais* são práticas antigas, tendo como objetivo principal a redução dos preços proporcionada pelo aumento do volume da compra. Podem servir para realizar as compras domésticas – alimentação, produtos de limpeza e higiene pessoal – compras de insumos agrícolas, ou ainda, compras de matéria-prima para o beneficiamento de produtos. Nesses casos, a motivação está sempre relacionada ao preço e, possivelmente, à qualidade do produto.

No tocante aos Grupos de Consumo Responsável, as motivações relacionadas a preço e qualidade também estão presentes, mas junto com outros tantos elementos fundamentais que os caracterizam.

Para as sete iniciativas brasileiras de consumo coletivo e responsável estudadas na pesquisa acima citada, as motivações descritas para a criação dos grupos apontam traços comuns e tendem a estar relacionadas com a demanda dos consumidores por acesso a produtos solidários e ecológicos, através do estabelecimento de uma relação de compra e venda direta (ou a mais direta possível) e transparente com os produtores e produtoras organizados. Nesse sentido, podemos destacar dois pontos principais: a demanda pelo produto em si, e a demanda por construir e fazer parte de uma forma diferenciada de relação comercial.

a) Sobre os produtos solidários e ecológicos

Uma das características da chamada “sociedade de consumo” é o aumento crescente na oferta de mercadorias versáteis e constantemente modernizadas, visando atender aos mais diversos perfis de consumidores. As ofertas vão de produtos próprios para pessoas que vivem sozinhas e trabalham muito, como verduras e frutas já lavadas, cortadas e (muito) embaladas, a xampus e condicionadores elaborados para cada tipo de cabelo – encaracolados e tingidos, lisos com “efeito escova”, etc. Mas, no meio de tantas ofertas, cada vez mais pessoas se enchem de perguntas: Temos realmente a possibilidade de escolha? Quantas dessas marcas são na realidade de uma mesma empresa? Qual a responsabilidade dessa empresa em relação aos seus funcionários e ao meio ambiente? Quanto ganha o agricultor que plantou o maço de alface que ali está: cortado, lavado e (muito) embalado? O problema maior aparece quando a pessoa se dá conta da dificuldade ou até mesmo da impossibilidade de ter acesso às informações que possam responder a essas perguntas. Isso acontece porque o sistema está pensado para atender a consumidores que não façam questionamentos, consumidores que sejam preferencialmente alienados, acomodados e satisfeitos com “aquele produto feito para você”. Esses elementos são importantes para entender que ter acesso a produtos diferenciados, do ponto de vista solidário e ecológico, não é uma tarefa fácil de ser realizada nos espaços convencionais de comercialização.

Quem não está contente com isso, que se organize. E é exatamente o que fazem as pessoas implicadas em formar um Grupo de Consumo Responsável, às vezes não tão conscientes do trabalho que isso representa, mas, na maioria dos casos, recompensadas pelos resultados que alcançam. A preocupação em relação aos produtos a serem consumidos adquire grande importância principalmente quando se fala em alimentos, os quais são diariamente ingeridos pelas pessoas e suas famílias. A qualidade dos alimentos está diretamente relacionada à saúde das pessoas, sendo assim, o acesso a alimentos saudáveis e nutritivos é um direito de todos os cidadãos. Nessa perspectiva, o acesso a produtos ecológicos – entendidos como aqueles livres de agrotóxicos e aditivos químicos – é uma condição primordial para

os consumidores responsáveis, visando a própria qualidade de vida, mas também a dos agricultores e agricultoras envolvidas no processo produtivo. Outro elemento importante a ser considerado é em relação aos *produtos solidários*, que são aqueles produzidos por empreendimentos da economia solidária – EES. A característica principal dos EES é a gestão democrática, ou autogestão, que significa que todas as pessoas envolvidas no processo produtivo estão organizadas de maneira democrática, inexistindo relações de subordinação ou hierarquia. Dessa forma, todos os envolvidos têm direitos iguais e os resultados da comercialização dos produtos são repartidos entre todos, observando as especificidades dos acordos coletivos construídos por aquela organização.

Grande parte dos EES tem preocupações ambientais no seu processo produtivo, mas nem todos os produtos solidários são ecológicos, assim como nem todos os produtos ecológicos são solidários. Assim, cada grupo de consumo responsável, quando na construção de sua identidade, precisa determinar quais os critérios daquele coletivo em relação aos tipos de produto que irão comprar e às características dos grupos produtivos que irão buscar como parceiros.

b) Sobre a Relação comercial diferenciada – Comércio Justo e Solidário

Para os consumidores que compõem as iniciativas de consumo responsável e coletivo, somente o acesso aos produtos diferenciados (solidário e ecológico) não é suficiente, pois, a cada dia aumenta a possibilidade de encontrarem tais produtos nos mercados convencionais. Isso acontece porque já existem pesquisas indicando que o número de consumidores em busca de produtos principalmente ecológicos, mas também solidários, está aumentando significativamente. Sendo assim, o que realmente interessa aos consumidores responsáveis organizados é ter acesso aos produtos por meio de uma relação de compra e venda diferenciada.

Para caracterizar essa relação comercial é importante trabalhar com o conceito de Comércio Justo e Solidário, que, segundo o Faces do Brasil¹³, é o “fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça e solidariedade nas relações comerciais que resulte no protagonismo dos Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES) por meio da participação ativa e do reconhecimento da sua autonomia”. O Comércio Justo e Solidário é um movimento que surgiu na década de 1940, na Europa e que, desde 2000, vem sendo amplamente debatido no Brasil, onde ganhou características e dinâmicas próprias, relacionadas à realidade nacional.

Uma das propostas principais do comércio justo e solidário é possibilitar os “processos de desintermediação”, visando ressignificar a ação de intermediação entre os produtores e consumidores para garantir que o lucro advindo da venda dos produtos seja percebido por aqueles que produzem. A ação de intermediação

13 Faces do Brasil é a plataforma brasileira de Comércio Justo e Solidário. Composta por entidades de apoio; cooperativas; redes de produtores e parceiros públicos localizados em todo o País, que atuam com comércio justo e solidário e temas afins. Mais informações no site www.facesdobrasil.org.br

no mercado convencional geralmente é praticada pelos chamados “atravessadores”, que podem ser muitos em uma mesma relação comercial e assumir características diferenciadas. Vão desde os “atravessadores locais”, que são muitas vezes pessoas da mesma comunidade ou região dos produtores, empresas de comercialização, até empresas ditas de beneficiamento, mas que na realidade compram os produtos a preços baixos, embalam com sua marca e revendem aos espaços de comercialização direta ao consumidor. O grande espaço ocupado pelos atravessadores é devido às dificuldades enfrentadas pelos produtores em assumir a comercialização de seus produtos, por uma série de características que retratam a desigualdade social. Sabe-se que informação é poder. Dessa forma, a relação de forças entre os atores de uma negociação comercial está relacionada às suas possibilidades de acesso à informação, sendo este exatamente um dos maiores desafios que os empreendimentos produtivos enfrentam para comercializar – falta de informação sobre formação de preço, sobre o mercado, sobre a abrangência da cadeia comercial como um todo, entre outras questões essenciais. E é exatamente devido a essas carências no ambiente produtivo que a atuação dos atravessadores cresce e se consolida e, muitas vezes, mesmo tendo um caráter exploratório, acabam por prestar um serviço e possibilitar, ao menos, o escoamento da produção. Essa série de intermediações acontece muitas vezes em escala internacional, como grande parte dos produtos industrializados que têm componentes sendo elaborados em diferentes países do mundo, a montagem em outro local e pode ser comprado ao redor de todo o planeta.

Diante disso, os consumidores veem nos grupos de consumo responsável um caminho possível para construir outras relações entre os atores da cadeia produtiva – produtores, comerciantes e consumidores. Porém, é necessário ter cuidado com o “mito da compra direta”, pois na maioria das vezes é necessário existir uma figura que faça a intermediação para a compra acontecer. O que diferencia é o caráter dessa intermediação, a qual pode ser solidária e exercida por um facilitador do processo. Comercializar é um trabalho que precisa ser considerado quando se pensa na organização do consumo e, dependendo das características assumidas pelo Grupo de Consumo Responsável, ele pode ser feito pela própria organização de produção, ou pelo coletivo de consumidores, ou ainda, por um empreendimento de logística solidária, entendendo que uma parte da logística é sempre compartilhada entre todos os atores, mas é necessário que alguma figura assuma a responsabilidade por organizar o fluxo de compra e venda.

3.2. OS GRUPOS DE CONSUMO RESPONSÁVEL COMO REDES SOLIDÁRIAS

Outra caracterização possível de ser feita a partir da análise das diferentes dinâmicas das iniciativas de consumo coletivo, foi a de que os Grupos de Consumo Responsável são Redes Solidárias. Isso porque envolvem atores de toda a cadeia comercial com o objetivo de conquistarem benefícios coletivos a partir da cooperação na produção, na intermediação e no consumo.

Segundo Mance, as Redes de colaboração solidária:

“(...) integram grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviço em uma mesma organização. Todos se propõem a praticar o consumo solidário, isto é, comprar produtos e serviços da própria rede para garantir trabalho e renda aos seus membros e para preservar o meio ambiente. Por outro lado, uma parte do excedente obtido pelos produtores e prestadores de serviços com a venda de seus produtos e serviços na rede é reinvestida na própria rede para gerar mais cooperativas, grupos de produção e microempresa, a fim de criar novos postos de trabalho e aumentar a oferta solidária de produtos e serviços (...). O objetivo da rede é produzir tudo o que as pessoas necessitam para realizar o bem-viver de cada um, de maneira ecológica e socialmente sustentável.” (MANCE, 2003, p. 81)

Observou-se também que os Grupos de Consumo Responsável assumem a forma de rede solidária, com diferentes graus de complexidade – Rede Singular ou Rede Capilar (Kairós, 2009). As *Redes Singulares* são os grupos de consumo formados por um coletivo de consumidores que possui um eixo centralizado de gestão e até mesmo de disseminação dos produtos (entrega/retirada), o qual se relaciona diretamente com os produtores. Já as *Redes Capilares* são os grupos de consumo formados por diferentes coletivos de consumidores organizados em núcleos (caracterizados por localização geográfica, ambiente de trabalho, etc.) que descentralizam a gestão e a disseminação dos produtos (entrega/retirada) e podem possuir variados graus de autonomia, dependendo da proposta do grupo. O funcionamento dessas duas formas de organização se diferencia mais na parte da relação entre o consumidor e a gestão, ficando bastante parecidos no tocante à relação da gestão com os produtores. Foi observado no Levantamento acima citado que, das iniciativas estudadas, todas as redes capilares estão localizadas em capitais de grandes centros urbanos (Rio de Janeiro e São Paulo) e as redes singulares em cidades de menor porte, com exceção da Cooperativa Girassol que é uma rede singular e está localizada em Porto Alegre/RS.

4. ASPECTOS PARADIGMÁTICOS SOBRE A VIABILIDADE DA CONSOLIDAÇÃO DOS NOVOS PADRÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO NO CONTEXTO ATUAL: ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES

4.1. O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

No tocante às políticas públicas, vale ressaltar que no entendimento dos envolvidos com a Cooper Ecosol, sobretudo Jandir Pauli, coordenador do CAEPS, toda a atividade econômica deve ter subsídio do estado para se manter, pois nenhum modelo de agricultura, nenhuma forma de economia sobrevive sem o estado. Dessa forma, entendem que para uma experiência como a Cooper Ecosol se desenvolver e ser sustentável fazendo valer seus princípios de solidariedade na economia é fundamental que exista apoio do poder público.

Sérgio Schneider, presidente da Cooper Ecosol, quando trata do tema políticas públicas no tocante à cooperativa, coloca que:

“O desafio feito ao grupo foi a construção de políticas públicas para que a prática da economia solidária pudesse ser universalizada e que o Estado criasse políticas favoráveis à implantação de uma nova economia, baseada na solidariedade e na cooperação. Trata-se de políticas públicas que viabilizem ações de fomento e visem a produção e comercialização solidárias.

Passados cinco anos de experiência, a cooperativa pode não ter ainda produzido grande impacto social e econômico, mas tem a certeza de que a expansão dessa experiência significa uma importante contribuição para efetivar uma cultura de solidariedade. O protagonismo dessa experiência centrada na solidariedade estimula e potencializa novas relações sociais entre produtores e consumidores, afirmando-os como sujeitos históricos.” (SCHNEIDER, 2008, p.125-126)

a) Elementos necessários para compor Políticas Públicas relacionadas à produção e consumo

Os atores envolvidos com a Cooper Ecosol, quando questionados sobre quais políticas públicas seriam importantes para impulsionar a Cooper Ecosol e outras experiências dessa natureza; levantaram os seguintes elementos:

1º – Colocar o tema da economia solidária na agenda pública:

É necessário criar uma estratégia efetiva para que isso aconteça. Está-se fazendo um ensaio disso, no município, a partir da iniciativa de alguns vereadores, como por exemplo, Rui Lorenzatto (integrante da Feira do Produtor e entrevistado pela presente pesquisa). Ele vem incentivando esse debate, e propõe a criação de um seminário, ou algo nessa direção para dar visibilidade ao tema. Em Passo Fundo não foi constituída a agenda, e como a economia solidária para muitos se cristalizou como um tema urbano há dificuldade em relacioná-la com a agricultura familiar. Isso acontece inclusive com alguns parceiros fortes da Cooper Ecosol, como a CRESOL – Cooperativa de Crédito Solidário e a FETRAF/SUL – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, os quais têm dificuldade de incorporar o debate da economia solidária. Forma-se uma confusão entre o que chamar de economia solidária, o que chamar de agricultura familiar, cooperativismo, e

isso dificulta a legitimação das bases para a criação das políticas públicas de economia solidária.

Consolida-se assim um desafio: Como se coloca um tema na agenda? Como fazer com que pessoas distantes do debate reconheçam a importância da economia solidária?

2º – Qualificação Técnica: produção e gestão:

É necessário haver programas que proporcionem desenvolvimento e acompanhamento dos processos de produção e gestão. A qualidade dos produtos é essencial, pois o mercado consumidor é exigente e a economia solidária deve primar para que os consumidores optem por seus produtos devido à qualidade, em todos os níveis – nutricional, ambiental etc., evitando dessa maneira a chamada compra assistencialista, “comprar para ajudar o pequeno produtor”. Esse comportamento, além de não ser considerado como um ato responsável e solidário, não contribui para a sustentabilidade dos empreendimentos.

3º – Estruturação de Redes Solidárias:

É importante promover a criação de suporte logístico para a estruturação de redes solidárias. Para visar a sustentabilidade, é imprescindível olhar o empreendimento na sua relação com os outros. Se não houver cooperação entre empreendimentos, o mais provável é que venham a ser absorvidos pelo mercado convencional. É necessário apoio, sobretudo para viabilizar a logística dessas redes, proporcionando crédito e equipamentos de apoio, pois a mão de obra está escassa no meio rural devido à migração dos jovens para a cidade. É preciso encarar essa realidade e criar mecanismos para lidar com ela.

4º – Estruturas de comercialização:

Outro ponto importante para viabilizar o escoamento da produção e o acesso a produtos por parte dos consumidores é a estruturação adequada dos pontos de comercialização. Para isso é necessário que haja apoio do poder público para viabilizar esses espaços diferenciados, como a Cooper Ecosol, que ao realizar seus processos de compra e venda está contribuindo para a qualidade de vida das pessoas e do planeta. O subsídio público é fundamental para garantir que iniciativas como esta possam manter a coerência entre seus princípios e a prática econômica que realizam.

5º – Diferenciação tributária para a cooperativa na relação com o consumidor cooperado:

Seria importante haver uma redução de impostos quando a cooperativa vende para um cooperado, e essa diferença poderia ser revertida para a cooperativa e também em desconto para o consumidor, incentivando assim o aumento do número de cooperados.

6º – Viabilizar o processo de legalização dos produtos ecológicos e solidários:

O processo de legalização do empreendimento (formalização jurídica, contabilidade, etc.) e de adequação dos produtos à legislação vigente (vigilância sanitária, embalagem, rótulos, etc.) são processos complexos e caros para os empreendedimen-

tos. Seria importante que houvesse apoio do poder público para viabilizar tais processos, essenciais para a comercialização dos produtos.

7º – Acesso a tecnologia eficazes:

Para a qualificação dos processos de produção, visando o aumento de sua eficiência, rapidez e qualidade, assim como a ampliação de sua escala, é fundamental que o acesso à tecnologia adequada, por parte dos grupos produtivos, seja facilitado e garantido.

b) O Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário – SNCJS

Cabe ressaltar, além dessa contribuição, que existe um processo em curso na esfera nacional apontando para a efetivação de uma política pública na área do comércio justo e solidário. Trata-se do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário – SNCJS.

Desde o ano 2000, o Comércio Justo e Solidário começa a ser debatido no Brasil, por diversas entidades de apoio, instituições representativas de produtores e representantes do governo, e, em 2001, surge a plataforma brasileira de comércio justo, Faces do Brasil.

Dessa forma, como resultado da articulação desses atores, está em trâmite no governo federal, através da SENAES/MTE, a normativa¹⁴ que visa instituir o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS). Tal sistema é entendido como um conjunto integrado de conceitos, princípios, critérios, atores e instâncias de gestão, organizados em uma estratégia de afirmação e promoção do Comércio Justo e Solidário no país. É um projeto político, tendo como objetivo o reconhecimento pelo Estado Brasileiro do Comércio Justo e Solidário como política social de enfrentamento das desigualdades sociais e precariedade das relações de trabalho.

A aprovação da normativa do SNCJS, que consolidará o compromisso do Estado brasileiro na efetivação dessa política, é necessária e urgente, e é também uma conquista devida ao movimento da economia solidária no Brasil e demais atores que estão envolvidos e contribuem nesse processo. Porém, por si só, a norma não vai garantir “vida” ao SNCJS, sendo essencial, para tanto, o engajamento de todos e todas que reconhecem nessa proposta um caminho para a efetivação de outras relações comerciais possíveis, e fazem da sua prática econômica, quer seja na produção, comercialização ou no consumo, a atuação necessária para a mudança que querem ver no mundo.

c) Marco legal: a abordagem do Consumo Responsável nas Políticas Públicas existentes

No tocante ao consumo responsável no Brasil, pode-se dizer que ainda é um tema tratado de forma incipiente nas políticas públicas. Porém, destacam-se al-

14 Fizeram parte do Grupo de Trabalho Interministerial para construção da normativa pública do SNCJS: Faces do Brasil – Plataforma de Comércio Justo e Solidário; Ecojus – Associação Brasileira de Empreendimentos de Economia Solidária e Ag Familiar CJS; FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária; SENAES; SAF; SDT e Sebrae Nacional.

gumas referências a esta temática em textos legais vigentes na área da educação, agroecologia, direito do consumidor, assim como, em normativas legais em trâmite, no âmbito da economia solidária e comércio justo e solidário, como elencado a seguir:

- O *Código de Defesa do Consumidor*, Lei nº 8.078/90: estabelece normas de proteção e defesa do consumidor e reconhece a vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.
- Os Parâmetros Curriculares Nacionais, propostos pelo Ministério da Educação, a partir de diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), estabelecem como tema transversal Trabalho e Consumo, de 6ª. a 9ª. séries do ensino fundamental. Essa ação estimula que o tema consumo seja discutido dentro da sala de aula com os alunos, reconhecendo a necessidade de promover a reflexão sobre os padrões de produção, trabalho e consumo vigentes na sociedade atual.
- No Decreto 6.323/07, que regulamenta a Lei que dispõe sobre agricultura orgânica, o consumo responsável e o comércio justo e solidário estão nas diretrizes da agricultura orgânica.
- O projeto de lei que visa instituir a Política Nacional de Economia Solidária aborda o consumo consciente em seu artigo 5º. Como um de seus objetivos: Apoiar ações que aproximem consumidores e produtores, impulsionando na sociedade reflexões e práticas relacionadas ao consumo consciente, inclusive através de campanhas educativas.
- O texto da regulamentação pública do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário – SNCJS traz o consumo solidário como um dos princípios do Comércio Justo e Solidário, reforçando que este deve primar pela transparência nas relações de produção, comercialização e consumo, garantindo o respeito aos direitos dos consumidores e a educação para o consumo solidário.

4.2. UM OLHAR SOBRE OS DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA E POLÍTICA DA PRÁTICA “ANTI-HEGEMÔNICA” DESENVOLVIDA PELA COOPER ECOSOL E AS ESTRATÉGIAS ADOTADAS

A trajetória da Cooper Ecosol deixa claro que essa caminhada só foi possível por existir um coletivo de pessoas comprometidas com a iniciativa e com a proposta de viabilizar uma alternativa ao modelo vigente de comercialização e consumo. Deixa claro também o grau de consciência e compromisso político dessas pessoas que vêm enfrentando diversos desafios para alcançar o objetivo a que se propuseram. Os desafios foram tão diversos quanto as estratégias adotadas ao longo de sua história.

É interessante perceber que, desde o início da existência da Cooper Ecosol, ainda como grupo de consumidores, as pessoas que a compunham sempre tiveram a preocupação de construir um processo para que a iniciativa alcançasse autonomia e sustentabilidade. Por ter nascido a partir de outra entidade, o CAEPS, a construção da autonomia da Cooper Ecosol era uma meta, inclusive porque aque-

la associação civil não poderia realizar operações de compra e venda, ainda que fossem diferenciadas e visando ao bem comum de agricultores e consumidores. Porém, esse processo era, ao mesmo tempo, um desafio, pois o coletivo de consumidores era quase todo composto por técnicos do CAEPS, os quais questionavam como ficaria a relação CAEPS e Cooper Ecosol. Esse debate durou aproximadamente três anos no coletivo e culminou com a decisão de institucionalizar a iniciativa como uma cooperativa de produção e consumo. Porém, vale lembrar que mesmo antes, quando a Cooper Ecosol era também um programa institucional do CAEPS, com recurso internacional e equipe própria, a forma de desenvolvimento desse programa já apontava para a construção da autonomia da iniciativa. Foi um dos programas que mais cresceu no CAEPS, e começou a ganhar “vida própria” e a agregar muitas pessoas que não tinham o hábito da discussão política, mas que queriam participar e se sensibilizavam com a questão a partir do consumo dos produtos. O fato é que tal autonomia foi conquistada, e se manifesta desde a composição da direção da cooperativa até a forma de participação da Cooper Ecosol em fóruns e redes.

A decisão pela institucionalização da cooperativa foi tomada devido a um conjunto de fatores. Uma questão importante e já mencionada foi a necessidade de uma natureza jurídica própria para comercializar, junto com a busca pela viabilidade econômica da iniciativa. Com o fim dos projetos institucionais do CAEPS, que aportavam recursos para a existência do grupo de consumo, o risco de a experiência acabar era muito grande. Dessa maneira, a estratégia pensada pelo coletivo foi estruturar uma loja onde pudessem seguir realizando suas compras solidárias e ecológicas, participando ativamente na gestão e nas decisões políticas no tocante ao consumo coletivo, crítico e solidário, mas, ao mesmo tempo, viável economicamente, por meio da ampliação do número de consumidores e o consequente aumento das vendas.

Porém, como é natural nas grandes tomadas de decisão que realmente mobilizam e interferem na dinâmica dos coletivos, os dilemas começaram a aparecer e os debates se centraram em dois pontos principais:

- Como viabilizar uma estrutura de comercialização e manter os princípios do coletivo? Esse debate foi muito intenso e é possível dizer que está presente até hoje na cooperativa. Para alcançar a viabilidade, os integrantes do grupo entenderam que precisariam abrir para a venda de produtos convencionais na loja, embora tivessem opiniões diferentes quanto a esse tema. Alguns temiam que essa abertura pudesse flexibilizar demais os princípios da iniciativa e que com o tempo ela se tornasse uma loja convencional. Outros entendiam que essa abertura seria somente uma estratégia para alcançar a viabilidade econômica, mas que a cooperativa seguiria perseguindo o ideal de comercializar somente produtos solidários e ecológicos. Prevaleceu a decisão de abrir para produtos convencionais, o que levou algumas pessoas a se desassociarem da iniciativa.

Havia dois argumentos principais para a tomada da decisão: o primeiro é o reconhecimento da falta de oferta solidária, na região, de produtos que compõem a cesta básica, o que fazia com que, necessariamente, os consumidores do grupo tivessem que complementar suas compras no mercado convencional. O segundo argumento é o de que, se necessariamente as pessoas vão comprar produtos convencionais, melhor colocá-los à venda na loja e tirar uma margem para a cooperativa. Visto dessa forma, pode-se dizer que a venda dos produtos convencionais financiaria a venda dos produtos solidários, pois garante sustentabilidade econômica para a loja. Foi ponderado, também, que somente seriam vendidos na loja produtos convencionais que não concorressem ou agredissem os solidários, para evitar a concorrência desleal e manter a priorização dos solidários. Na avaliação dos integrantes, essa abertura foi muito importante para a viabilidade do empreendimento.

- Como vender para uma pessoa que não participa dos processos formativos? No grupo de consumidores, todas as pessoas que participavam das compras eram envolvidas com a proposta e participavam dos debates políticos e dos processos formativos. Com a abertura da loja isso seria diferente, pois a porta para a rua proporciona a entrada de pessoas muito variadas, que podem ou não estar sensibilizadas com a economia solidária. Nesse sentido, o entendimento que tiveram é que a pessoa não toma consciência somente através de um processo abstrato, mas também a partir dos seus hábitos cotidianos. Dessa forma, abririam a possibilidade de promover a sensibilização para o tema através da venda dos produtos, tratando de reconhecer o potencial pedagógico da prática de consumo. Isso porque entendem que as pessoas podem se engajar no consumo responsável através de diversos caminhos, seja partindo das elaborações teóricas para um dia chegar à prática, seja partindo da prática para chegar à reflexão.

Sendo assim, desde o momento em que a iniciativa teve necessidade de alcançar a viabilidade econômica para poder subsistir, tiveram que enfrentar o dilema sobre a necessidade de relacionar-se com o sistema convencional, o que acarretou a flexibilização de alguns de seus princípios originais. Isso ocorreu de forma muito consciente, pois o coletivo da Cooper Ecosol se debruçou na reflexão sobre esse tema, quais seriam os seus riscos e desafios e corajosamente se propôs a assumi-los, de forma transparente e estratégica, como uma etapa a ser trilhada para chegar no ideal almejado. A reflexão e a produção de conhecimento acerca do consumo crítico e solidário sempre foi uma característica do CAEPS e da Cooper Ecosol, e, nesse sentido, têm contribuído para o avanço nessa temática dentro do movimento da economia solidária. Um exemplo disso é a contribuição de Jandir Pauli, em um texto integrante do livro *Economia Solidária e Consumo* – uma análise a partir da Cooper Ecosol, sobre a relação entre os atores da economia solidária

com o mercado convencional, onde formula a seguinte questão: “Qual a estratégia mais eficaz para o fortalecimento do ‘sistema’ da economia solidária: a abertura para o mercado capitalista ou o fechamento para que todos os fluxos econômicos (e culturais) circulem dentro do sistema econômico solidário?” (PAULI e BRUTSCHER, 2008, p. 36). Para dialogar com esse questionamento, ele utiliza importantes teorias acerca do fenômeno da economia solidária, porém, alerta que “a sobrevivência e o desenvolvimento desses empreendimentos demonstram ser mais complexos que as elaborações teóricas que pretendem explicá-las” (PAULI e BRUTSCHER, 2008, p. 49).

Diante disso, a forma que a Cooper Ecosol vem encontrando ao longo de sua trajetória para lidar com esse dilema é enfrentar abertamente as contradições que emergem desse embate, colocando o assunto em pauta e mobilizando o coletivo de pessoas para debaterem e avaliarem conjuntamente como proceder diante dos limites impostos. Demonstra uma grande consciência dos riscos vivenciados nesse processo e uma postura firme de enfrentamento estratégico de tais embates para alcançar o objetivo principal da iniciativa.

O professor Paul Singer aponta que o grande risco de degeneração das cooperativas está no fato de estas perderem as características da autogestão na administração do trabalho coletivo, e com isso serem absorvidas pelo sistema capitalista (SINGER, 2003). Fazendo uma reflexão sobre essa afirmação no tocante à Cooper Ecosol, seria possível avaliar que, mesmo ao abrir brechas na cooperativa para a entrada de produtos convencionais, ainda assim não se está flexibilizando na gestão democrática, uma vez que as grandes decisões de diretrizes são tomadas com base no debate coletivo.

Cabe trazer algumas ponderações no tocante à gestão da loja e ao público consumidor. Desde a abertura do espaço de comercialização, contam com pessoas contratadas para gerir a loja. Até o ano passado era uma pessoa, em período integral, mas com o aumento das vendas foi contratada uma segunda pessoa que trabalha meio período. Esses trabalhadores são assalariados e recebem com uma participação nas vendas. Diferentes perfis de pessoas assumiram essas funções desde a abertura da loja, alguns com melhor perfil de vendedor, outros com maior envolvimento com a causa. O fato é que essas pessoas estão envolvidas e responsáveis pela gestão diária da cooperativa e são figuras centrais na relação de compra e venda, pois fazem o elo entre os consumidores e os produtores. Respeitando os princípios da cooperativa, são pessoas que necessariamente compreendem a proposta da economia solidária, do consumo responsável, da alimentação saudável e assumem um papel de informar os consumidores que entram na loja sobre os produtos, os processos produtivos, as relações sociais diferenciadas, entre outros. Junto com o papel de informar, assumem certamente o papel de vender e têm como objetivo efetuar o maior número de vendas possível, para garantir a viabilidade da loja e, consequentemente, suas remunerações.

É importante agregar, nesse momento, algumas reflexões sobre o público consumidor para avançar na análise. Como citado anteriormente, na época do grupo de consumo as compras eram feitas mensalmente através de uma lista. Os associados optavam por comprar dessa forma e organizavam assim o seu consumo doméstico. Com a abertura da loja, o sistema de listas continuou e existe até hoje, porém foi perdendo força chegando a representar atualmente somente cinco ou seis pedidos mensais. Dessa forma, hoje em dia os consumidores convencionais são responsáveis por 90% do faturamento da loja e são aproximadamente 80 pessoas que ali circulam diariamente. Os produtos que esses consumidores procuram prioritariamente não são os produtos solidários e ecológicos, mas sim aqueles que contribuem com a sua própria saúde e de suas famílias. Se entendemos que o consumo é quem orienta a cadeia comercial e que a demanda prioritária da loja hoje é de produtos “saúdáveis”, é natural que a gestão da loja tenha grande parte do seu trabalho voltada para garantir a oferta desses tipos de produtos, os quais inclusive tem a margem de venda maior do que os solidários.

É importante que essa dinâmica seja observada e pode exigir um pouco de cuidado por parte da gestão da cooperativa. Pois, como se pode claramente perceber, a manutenção da oferta de produtos ecológicos e solidários está mais vinculada aos princípios da cooperativa do que à demanda dos consumidores convencionais (não associados). Sendo assim, seria possível levantar a hipótese de que a redução da participação e envolvimento dos consumidores associados pode representar um problema para a cooperativa, pois a redução do consumo destes compromete a dinâmica da loja na busca pela ampliação e até mesmo manutenção da oferta e da venda propriamente dita de produtos solidários, fato que é o coração da iniciativa. Assim considera-se importante ampliar a percepção em relação às demandas dos associados, avaliar como resgatar o envolvimento destes em relação à compra, seja através da retomada do sistema das listas ou da diferenciação nos preços para essas pessoas. Essa situação é observada na maioria dos grupos de consumo responsável no Brasil e se constitui como o maior desafio desses coletivos, pois o envolvimento dos consumidores e a compra propriamente dita são o motor dessas iniciativas.

Sendo assim, é correto afirmar que as experiências de consumo coletivo, crítico e solidário só subsistem se os consumidores responsáveis mantiverem seu compromisso de consumo com a iniciativa, para além da participação política e gestão coletiva do empreendimento. Resumidamente, pode-se apontar que a estratégia de vender produtos convencionais e atrair para a loja um público convencional que a partir do contato com a economia solidária poder vir a ser sensibilizado é importante e vem apresentando resultados significativos para a loja. Porém, para seguir no caminho que vem percorrendo e atingir o objetivo de ser uma alternativa ao sistema convencional o envolvimento dos consumidores associados na compra dos produtos solidários e ecológicos é fundamental.

4.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto neste documento, pode-se avaliar que a prática do consumo responsável é uma estratégia importante de enfrentamento do sistema hegemônico de produção, distribuição e consumo. Essa prática está intrinsecamente ligada à reflexão crítica sobre as relações insustentáveis e exploratórias presentes na cadeia produtiva convencional e sobre a possibilidade de construir novas formas de fazer, de consumir.

Diversas são as experiências que vêm sendo desenvolvidas no Brasil e no mundo com o objetivo de consolidar práticas de consumo responsável, seja através dos grupos de consumo, das feiras locais, das lojas e entrepostos da economia solidária ou ainda das compras públicas e institucionais. É necessário que essas experiências possam superar os desafios da sustentabilidade, possam se articular em redes solidárias, desenvolver a gestão dos empreendimentos, avançar na logística e formação de preço justo em cadeia. Porém, todas as ações focadas na comercialização solidária dependem, por um lado, do desenvolvimento e ampliação da produção de bens e serviços solidários e ecológicos, e, por outro, do compromisso por parte dos consumidores em optar por esses produtos. Dessa forma, fica claro que a iniciativa por parte dos atores sociais é fundamental para a consolidação dos padrões contra hegemônicos de produção de consumo, porém, a ampliação e efetivação de políticas públicas nessa direção são determinantes.

Dessa forma, por tudo o que foi abordado no presente estudo, pode-se chegar ao final deste trabalho com a afirmação de que a experiência da Cooper Ecosol reafirma, através de sua prática, importantes elementos que apontam para os chamados Novos Paradigmas de Produção e Consumo, conforme descrito a seguir:

- Agenda Ambiental: a iniciativa demonstra preocupação com a questão ambiental ao oferecer produtos agroecológicos, que são produzidos de forma sustentável, respeitando o meio ambiente e as pessoas.
- Colaboração: a iniciativa tem como elemento central a colaboração, seja entre os diferentes atores da cadeia – dos produtores aos consumidores finais, seja entre os consumidores associados que compartilham a gestão da cooperativa;
- Corresponsabilidade: exatamente pelo caráter colaborativo, as pessoas relacionadas com a cooperativa de consumo se responsabilizam coletivamente pelo desenvolvimento da iniciativa. Os consumidores associados assumem suas responsabilidades como atores na cadeia produtiva. Os produtores assumem a sua responsabilidade com o meio ambiente e com a qualidade dos produtos que oferecem para venda.
- Governança Democrática: a cooperativa é gerida de forma autogestionária, ou seja, todos os seus membros têm direito a voz e decidem coletivamente as diretrizes para o desenvolvimento da iniciativa.
- Processos de desintermediação: essa é uma característica essencial da Cooper Ecosol. Por ser uma cooperativa de consumo e produção, assume o papel de aproximar os atores da cadeia, buscando dessa forma ter uma relação direta com quem

produz e fazer a ponte com os consumidores organizados. Assim é possível construir uma relação transparente beneficiando os produtores através do pagamento de um preço justo pelos seus produtos, ao mesmo tempo em que são acessíveis aos consumidores finais.

- Valorização do Local: a cooperativa se propõe a ser um espaço para a comercialização dos produtos elaborados prioritariamente por agricultores familiares e trabalhadores da economia solidária da região de Passo Fundo. Dessa forma, contribui com o desenvolvimento local e fomenta a valorização dos produtos locais por parte dos consumidores.

- O Bem-Viver: a Cooper Ecosol contribui com o Bem-Viver dos diversos atores com os quais se relaciona: 1. consumidores, pois oferece produtos de qualidade, nutritivos e saudáveis a preços acessíveis, e permite que possam ter acesso à informação sobre economia solidária e temas afins; e 2. produtores, pois proporcionam o escoamento de seus produtos com o pagamento de preços justos.

BIBLIOGRAFIA

BADUE, A. F. et al. *Manual pedagógico entender para intervir: por uma educação para o consumo responsável e o comércio justo*. São Paulo: Instituto Kairós. Paris: Artisans Du Monde, 2005.

PAULI, J.; ROSA. E. (orgs.) *Consumo crítico, solidário e coletivo*. Passo Fundo: Clio Livros, 2004.

PAULI, J. e BRUTSCHER, V. *Economia Solidária e Consumo – uma análise a partir da Cooper Ecosol*. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2008.

MANCE, EUCLIDES ANDRÉ. *Como organizar redes solidárias*. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, IFIL, 2003.

Instituto Kairós, “Levantamento do Perfil dos Grupos de Consumo no Brasil”, 2009.

SCHNEIDER, S.P. Consumo Crítico, Coletivo e Solidário. In: PAULI, J.; ROSA. E. (Orgs.). *Econoia Solidária e Consumo – Uma análise a partir da Cooper Ecosol*. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2008. p. 105-149.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (orgs.). *A Economia Solidária no Brasil: a auto-gestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

Sites para consulta:

- Faces do Brasil – Plataforma de Comércio Justo e Solidário – www.facesdobrasil.org.br
- Fórum Brasileiro de Economia Solidária – www.fbes.org.br
- Instituto Kairós – www.institutokairos.net
- Secretaria Nacional de Economia Solidária – www.mte.gov.br
- Sistema de Informação da Economia Solidária – www.sies.mte.gov.br
- Rede Ecovida de Agroecologia – www.ecovida.org.br
- Rede Semeando – <http://cirandas.net/rede-semeando>



REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA

VILMA BARBAN

Socióloga e doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Pesquisadora sobre acesso e uso da água e processos de aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A Ecovida é uma rede desenhada pelos núcleos regionais que se espalham pela Região Sul do país, do Rio Grande do Sul até São Paulo (onde tem um núcleo, até o momento) e agregam, particularmente, produtores familiares, consumidores, ONGs, pessoas que defendem as suas propostas.

O seu conceito principal – agroecologia popular –, em construção dinâmica, propõe “uma quebra de paradigmas, com mudanças profundas na forma de entender o humano e a natureza” integrados numa coevolução, ou seja, numa relação sistêmica, e novo entendimento da relação entre os seres, e destes com o ambiente. Nesse sentido, reelabora as relações sociais dentro da Rede, busca a horizontalidade nas ações e orientações, nas relações e processos de produção, troca e comercialização dos produtos, na formação e capacitação constante de seus integrantes, na valorização dos sujeitos e da cultura.

Tendo como fundamento básico a agroecologia popular, a Ecovida propõe como missão “ser um espaço de articulação, interação e ação para potencializar o desenvolvimento da agroecologia, como parte da construção de um projeto de sociedade que contemple e respeite a realidade de cada povo”¹.

Tem por objetivos, simplificadamente: desenvolver e multiplicar iniciativas em agroecologia; estimular o trabalho associativo na produção e consumo de produtos ecológicos; articular e disponibilizar informações entre organizações e pessoas; aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores; estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular; ter uma marca e um selo que expressem o processo, o compromisso e a qualidade.

Propõe, assim, a ressignificação do rural como modo de vida, com educação, lazer, saúde, cultura, transporte, saneamento básico e um novo papel da agricultura familiar e camponesa no desenvolvimento, segurança alimentar, biodiversidade, recuperação e conservação do ambiente, estímulo à economia nos territórios (CF1).

Entre as questões que distinguem a experiência da Ecovida estão: estrutura horizontal, formação de seus integrantes, sistema participativo de garantia da produção orgânica (SPGs) ou certificação participativa, com controle social e corresponsabilidade entre produtores e consumidores, comercialização direta dos produtos, solidária, baseada na complementação dos produtos e segurança alimentar de produtores e consumidores.

Este trabalho tem como intuito abordar os principais aspectos de funcionamento e de perspectivas da Rede Ecovida. Para tal, apresenta-se, no capítulo 1, a sua estrutura, funcionamento e circuitos de comercialização, chamando a atenção para os sistemas de certificação participativa. Posteriormente, segue uma rápida discussão sobre a agricultura familiar em relação à agricultura tradicional. Por último, apontam-se algumas análises e sugestões de políticas públicas.

1. A REDE ECOVIDA

1.1. UM BREVE HISTÓRICO DA REDE

A formação da Rede Ecovida vincula-se estreitamente à defesa da agricultura familiar e à produção natural ou orgânica dos alimentos, contrapondo-se ao processo que se convencionou chamar de “revolução verde”² no campo brasileiro, em finais dos anos 1970.

Essa história é também parte de um contexto em que os movimentos civis e de trabalhadores reivindicavam direitos e o fim da ditadura militar; emergência das ideias de ecologia e conservação do ambiente e do planeta, expansão dos movimentos sindicais, as ONGs nas cidades, e se articulavam movimentos ligados à Comissão Pastoral da Terra, Movimento das Mulheres Camponesas e, depois, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Enquanto na economia se desencadeava o processo de globalização, e no campo a “revolução verde”, articulava-se no país o Movimento Ambientalista, fazendo denúncias e estabelecendo pautas do que, inicialmente, se chamou “agricultura alternativa”.

As principais fases da Rede, segundo seus registros, são:

a) Mobilização “contestadora” e “sensibilização” – década de 80 e início da década de 90.

Inicia-se o movimento com o nome de “agricultura alternativa”; havia Encontros Regionais de Agricultura Alternativa (Eraas), e Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (Ebaas). Foi um período de intenso processo de formação e mobilização.

b) Multiplicação de iniciativas práticas de organização da produção e evidência de um “novo mercado” – meados da década de 90.

Ampliam-se os movimentos e práticas de agricultura orgânica. O mercado desperta para esses produtos e inicia-se um processo nacional para construção do marco legal dos orgânicos. Período de intensos debates sobre os conceitos de agroecologia, produção orgânica, questões sobre o marco legal, certificação da produção, certificadoras, etc. entre os movimentos sociais, ONGs, ambientalistas e o governo.

Várias ONGs e movimentos, articulados à Rede de Tecnologias Alternativas Sul (Rede TA-Sul), reconhecem suas afinidades e constitui-se uma identidade em torno de propostas políticas. A Rede Projeto Tecnologias Alternativas – PTA (hoje, AS-PTA Assessoria e Serviços – Projeto Agricultura Alternativa), é uma articulação nacional de ONGs e movimentos sociais.

1 Em www.ecovida.org.br/?sc=SA004&stp=STP0003. Conf. CF1 – Caderno de Formação 01 – Rede Ecovida – Uma identidade que se constrói em rede. Organizado por Valdemar Arl com diversos colaboradores. Lapa/PR, jul/2007 (CF1), e Manual do Sistema Participativo de Garantia da Rede Ecovida de Agroecologia. Org. Natal João Magnanti, Lages/SC: Centro Vianei, 2010.

2 Em <http://www.planetaorganico.com.br/histaorg1.htm>.

Em 1998 criou-se um impasse no estado de Santa Catarina, diante de um projeto de normalização e certificação proposto pelo Estado, sem diálogo com as organizações da Rede: uma pressão muito forte, por parte de órgãos estatais, para criar um comitê que monopolizaria no estado todo o processo de certificação, desligando-o daquelas organizações que historicamente vinham construindo a agroecologia em Santa Catarina. Isso causou uma grande reação por parte das organizações dos agricultores e das ONGs, que começaram a pôr em prática a ideia da constituição de uma rede de certificação participativa.

c) Organização e ampliação do debate da agroecologia – final da década de 90 e início desta década.

O debate em torno de uma nova proposta de certificação foi se consolidando e a discussão ultrapassou o estado de Santa Catarina e agregou organizações que são parceiras históricas no Paraná e Rio Grande do Sul. Ao final de 1998 iniciaram-se os debates sobre a formação da Rede Ecovida. Em um seminário em União da Vitória, no Paraná, foi decidida a criação de uma Rede Regional de Agroecologia. No final de 1998, novo seminário em Caçador/SC homologa a Rede e é criado um logotipo e um selo de certificação, nomeando a Rede Ecovida de Certificação Participativa.

A partir de 2000, foram agregadas outras organizações do sul do Brasil e iniciada a formulação dos documentos sobre o funcionamento e o processo de certificação proposta pela Rede Ecovida de Agroecologia (CF1).

Também nessa fase, diversos movimentos sociais do campo assumem a proposta da agroecologia: Movimento Sindical Cutista, Movimento das Mulheres Camponesas e, mais recentemente, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

d) Ampliação da adesão dos Movimentos Sociais, e a Agroecologia no debate da sustentabilidade do desenvolvimento – momento atual.

Desde sua criação, as reuniões com os pares encaminham no sentido de elaborar/aprimorar tanto os conceitos da Rede quanto as formas de funcionamento.

Um de seus desafios é a expansão desse movimento de conversão agroecológica ao conjunto da agricultura familiar do país, considerando as diversas realidades e particularidades dos territórios, estratégias e metodologias adequadas, necessidade de ampliar a sensibilização dos jovens para permanência no meio rural e o desenvolvimento de perspectivas de melhorias para a produção.

1.2. A REDE ECOVIDA NOS DIAS ATUAIS

A Rede continua defendendo e estimulando, por meio de sua ação, a agricultura familiar³, a produção natural e orgânica, os pequenos produtores rurais e, até mesmo, a agricultura urbana⁴.

Exemplos de atividades na cidade são os projetos de Hortas Comunitárias em Rede (financiados pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS), desenvolvidos com o apoio do Cepagro e Centro Vianej; o Programa de Reciclagem de resíduos orgânicos de moradores da comunidade Chico Mendes/

Florianópolis, o Programa “Óleo de fritura é combustível” – ambos desenvolvidos em colaboração com o Cepagro.⁵

A agroecologia propõe uma nova inserção ecológica, necessária para uma relação produtiva sustentável e, ao mesmo tempo, partilha de novas condições e relações sociais e econômicas entre os humanos, em um novo projeto de sociedade. As pessoas junto às organizações e entidades articuladas na Rede Ecovida de Agroecologia devem partilhar de uma nova compreensão da natureza, da vida e de qualidade de vida; lutar por uma sociedade embasada em uma nova sociabilidade, valores e perspectivas; fazer na prática a agroecologia; sistematizar o acúmulo de experiências e elaborar propostas; e, de forma organizada, defender essas propostas e propô-las para o conjunto da sociedade. A isto se chama identidade de projeto. Nesse sentido, a agroecologia é também uma luta política que mostra, na prática, que é possível viver de outra forma, sendo que, “o novo é também o caminho que percorremos para atingi-lo...” (CF1, p. 33).

Como principais atos estratégicos da Rede podem-se citar:

a) Na unidade de produção familiar: baratear o custo de produção, diversificar os produtos, resgatar o material genético e ocupar a mão de obra.

Ou seja, a estratégia para a produção familiar reúne duas propostas: retenção da mão de obra no campo, oferecendo perspectiva de mais trabalho para a família, o que poderia fixar os jovens no campo e estimulá-los na pesquisa ambiental de novos produtos, cultivos, formas de produção, planejamento e controle e, ao mesmo tempo, oferecer produtos a preços menores, o que possibilitaria maior acesso da população, incluindo a mais pobre, aos produtos orgânicos. Propõe também a produção (segura) diversificada, com o resgate de sementes de produtos que fazem parte do cardápio da cultura popular e que têm sido extintos com a concentração da produção voltada para as grandes redes de comercialização, como os supermercados. A Rede dispõe de registro de situações em que a família permanece inteira na produção e, ainda assim, barateia o preço dos produtos.

b) Na comercialização: estabelecimento de rede; organização coletiva e complementação de produtos.

A Rede propõe que a produção se destine, primeiramente, para o sustento da família e comercialização. Ainda que os produtores possam comercializar seus produtos individualmente, a proposta da Rede é desse comércio se realizar em rede, articulando-se e buscando ampliação da organização e a complementação de produtos para os produtores oferecerem nas feiras, pontos de vendas ou encaminharem para postos em outras cidades, como será relatado adiante, nos circuitos de comercialização.

3 Sobre as categorias de trabalhadores rurais incluídas na agricultura familiar ver: MAGNANTI, N. J., PEREIRA, S. A., LEHMANN, A. P. Experiências com sistemas agroflorestais na agricultura familiar em região de ocorrência da floresta de Araucária (*Araucária angustifolia*). www.rebraf.org.br/consafs/textos/artigos/viane1.pdf

4 A agricultura urbana permite a produção de alimentos de forma comunitária com uso de tecnologias de bases agroecológicas em espaços urbanos e periurbanos ociosos. Faz parte do Programa Fome Zero e prevê, em especial, a atuação da prefeitura e a mobilização comunitária. <http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/agricultura-urbana>.

5 Ver “Agricultura de Grupo”, informativo Cepagro, agosto/2009, nº 3, ano 19.

1.2.1. ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO

A Rede Ecovida, atualmente, conta com 21 núcleos regionais, abrangendo em torno de 170 municípios. Congrega, aproximadamente, 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores, envolvendo em torno de 2.500 pessoas. Na área de atuação da Ecovida ocorrem mais de 100 feiras livres ecológicas e outras formas de comercialização, como pontos de vendas e vendas diretas ao consumidor.

A organização horizontal da Rede está baseada na criação e funcionamento de núcleos regionais. As primeiras “células” são as famílias e pessoas que se articulam entre si, nos locais onde vivem e atuam. A articulação regional dessas iniciativas forma os núcleos, que são o principal espaço organizacional e funcional da Rede. A Rede só funciona e existe se os núcleos funcionarem.

Cada núcleo regional é também uma rede de organizações e entidades que abrange vários municípios de uma região e reúne, em sua forma ideal, grupos de produtores orgânicos (geralmente pequenos ou produtores familiares), de artesãos, de consumidores, uma entidade de assessoria e formas de comercialização dos produtos, que podem ser feiras, cooperativas, associações, postos ou pontos de venda. Sob o aspecto jurídico é uma organização informal, coordenada de forma colegiada nos núcleos e no conjunto.

Como exemplo, cita-se o Núcleo Serrano, que agrega grupos de 18 municípios, com 33 entidades associadas e uma organização de assessoria, neste caso, o Centro Viane de Educação Popular, de Lages. Cada município e seu entorno, por sua vez, agrega grupos organizados localmente, que podem ser grupos familiares ou outros (agricultores, consumidores, comerciantes, pontos de venda, cooperativas). O Núcleo Serrano também conta atualmente com a Cooperativa Ecológica de Agricultores, Consumidores e Artesãos (Ecoserra).

Os núcleos elaboram suas normas e um regimento interno próprio, conforme especificidades da região em que se situam, dentro dos princípios e normas de produção, processamento e certificação da Rede, e contam com um conselho ou comissão de ética, que atua como promotor do processo de intercâmbio entre seus membros e do sistema de garantia da produção orgânica. Há ainda uma pequena estrutura administrativa, geralmente associada à entidade de assessoria, e uma coordenação colegiada da qual participam representantes dos grupos locais.

Nesse espaço dos núcleos, tanto os locais (agregação das famílias e organizações de uma localidade) quanto os regionais, nas plenárias e encontros ampliados observa-se que a capacitação, a formação e os debates perpassam todos os níveis de articulação.

Em sua vertente de educação popular, a Rede tem como temas geradores⁶ a formação, comercialização solidária, agrobiodiversidade/sementes (animal e vege-

6 A expressão tema gerador compreende a ideia de interdisciplinaridade (como aprendizagem integrada e não fragmentada) e está presente na metodologia do educador Paulo Freire; e vincula, na relação social, promover a integração do conhecimento e a transformação social.

tal), sistemas agroflorestais, conceitos aprofundados nos grupos de trabalho na Rede Ecovida.

Os grupos e núcleos, além de oficinas referentes a sistemas de plantio, adubação, coleta e aproveitamento de resíduos, também contam com aprendizado de metodologias para elaborar projetos, realizar planejamento, controle e avaliação, tanto da produção individual e coletiva quanto das ações do grupo/núcleo, bem como dos Conselhos de Ética.

1.2.2. RELAÇÕES DE GOVERNANÇA E DECISÕES

A Rede, como um todo, tem uma coordenação geral composta por representantes de cada um dos núcleos. A tomada de decisões é, geralmente, por meio de processos em plenárias nos diversos níveis da Rede, e no encontro ampliado para toda a Rede. Nesses encontros ocorrem oficinas e grupos de trabalho para ampliar a participação e o debate nas decisões e o conhecimento de todos os vinculados à Rede.

Como síntese dos espaços e dinâmicas organizativos da Rede, cita-se:

- A organização local, que articula famílias agricultoras e consumidores, ONGs, grupos organizados (associações, cooperativas, grupos não formais), entidades de assessoria, pequenos comerciantes, pessoas independentes, membros da Rede. Cada grupo segue a sua dinâmica própria de articulação e organização que é definida nos encontros locais.

- Os núcleos regionais, que se encontram no mínimo a cada 2 anos, em plenária, com participação mínima de dois representantes de cada núcleo local. Encontros e reuniões são bimensais. O núcleo compõe-se de uma coordenação, uma secretaria, com cargos rotativos, e pode ter também um agente administrativo.

- O Conselho/Comissão de Ética, cuja composição é de critério do núcleo regional (geralmente participam representantes dos vários segmentos como agricultores, técnicos, consumidores), dentro dos princípios da Rede e das determinações legais. Essa comissão discute no núcleo o seu regimento de ética e de certificação, seguindo as normas gerais da Rede.

- A Coordenação Geral, composta de forma colegiada por membros representantes indicados nos estados. É uma instância com caráter operacional de coordenação executiva. Encaminha e organiza as questões do dia a dia da Rede. Reúne-se ordinariamente a cada 2 meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Os membros indicados nos estados também compõem a Coordenação Estadual. Espaços de decisão:

- Plenária de Núcleos na Rede: é o principal espaço de decisão intermediária e funcional.

- Plenária de Núcleos nos estados: reúne os núcleos para decisões específicas que dizem respeito ao estado.

- Encontro ampliado: é o espaço mais amplo de troca de experiências e tomada de decisões com relação aos rumos da Rede, coordenação e núcleos.

1.3. SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA DA PRODUÇÃO ORGÂNICA (SPGS) – CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA

Os SPGs são a expressão consensual da certificação participativa pelas organizações governamentais e a sociedade civil. Caracterizam-se pelo controle social e responsabilidade solidária, e podem definir métodos diferentes de conferir credibilidade à produção orgânica, segundo diferentes realidades e contextos sociais.

A regulação desse sistema resulta de um intenso debate que ocorre no país desde 1994, envolvendo muita mobilização dos agricultores e das ONGs. Esse debate foi um dos propulsores da formação da própria Rede Ecovida, em 1998, cujas origens são articulações desses atores no sul do país, que se opunham à formulação do Ministério da Agricultura sobre as normas para certificação de orgânicos.⁷

“O Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica é uma construção brasileira, surgida a partir da experiência da Rede Ecovida de Certificação Participativa. Sua estruturação ocorreu no âmbito do movimento agroecológico nacional reunido em torno das discussões do marco legal brasileiro, com apoio político e financeiro do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Hoje, é uma proposta defendida no âmbito dos fóruns internacionais. É particularmente adequado a agricultores familiares e a propriedades que preservem a diversidade de atividades agropecuárias e de processamento, por razões distintas. É uma construção que preserva os ideais e o envolvimento do movimento agroecológico e pode fazer uso das organizações e do comprometimento do movimento, não ficando exclusivamente dependente da motivação econômica, para estruturar o sistema de garantia”⁸. Esse sistema foi regulamentado pelo Decreto 6.323, de 27/12/2007⁹, que regulamenta a Lei 10.831 e institui o Comitê Nacional de Produção Orgânica (CNPOrg). Remete a essa estrutura (CNPOrg e CPORG-UF) toda a regulamentação que tem “por finalidade o aperfeiçoamento da rede de produção orgânica no âmbito nacional e internacional” (Decreto 6.323, Art. 43, item II, e Art. 35, item II, CPORG – Comissão Estadual de Agricultura Orgânica). Esse decreto inclui não somente a atualização das normas técnicas de produção, mas também o sistema de garantia para comercialização direta ao consumidor, sem certificação, pelos agricultores familiares, através das Organizações de Controle Social (OCS). O SPG e essa venda direta são construções brasileiras e têm sido referência para outros países.

7 Como resultado de todos estes debates, publicou-se em maio de 1999 a Instrução Normativa (IN) 007 do Ministério da Agricultura, que trata da produção orgânica vegetal e animal, onde consta, no que se refere às certificadoras, que “as certificadoras adotarão o processo de certificação mais adequado às características da região onde atuam, desde que sejam observadas as exigências legais...”. Santos, L. C. Rebelatto. Formação e consolidação da Rede Ecovida de Agroecologia e sua experiência de certificação participativa. Em: Comércio Ético e Solidário no Brasil. Faces do Brasil. França, C. (org.). Fundação Friederich Ebert/Ilides, dez/2003. www.facesdobrasil.org.br/fb/publicacoes/Rede%20Ecovida%202003.pdf

8 Carvalho, Yara Maria Chagas. Aspectos inovadores da legislação brasileira de orgânicos e os desafios para São Paulo: Decreto 6.323, de 27/12/2008, publicado em 26/05/2008. <http://www.iea.sp.gov.br/out/trabalhos.php?codAutor=63&busca=1>.

9 MapaSislegis.<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegisconsulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=18357>.

O SPG na Rede Ecovida. Para se adequar à legislação vigente, a Rede Ecovida constituiu a Associação Ecovida de Agroecologia, que vai operar oficialmente no processo de avaliação da conformidade dos produtos e processos nos quais os grupos, associações, cooperativas de agricultores familiares agroecológicos são os protagonistas, segundo um manual produzido em 2010.

O selo da Rede traz a inscrição “produto ecológico”, referindo-se à qualidade orgânica do produto, e “certificação participativa”, que informa que a avaliação de conformidade se realiza com a responsabilização compartilhada, sob controle social e através da certificação participativa.



O SPG da Rede Ecovida se edifica com os parâmetros: garantia entre agricultores (dentro do grupo e entre grupos); relação próxima entre agricultores e consumidores (visitas e vendas diretas); acompanhamento técnico pela assessoria; olhar externo do Conselho de Ética (onde participam produtores, consumidores, assessoria técnica) que, mais que punir, pretende orientar e capacitar o produtor.

Este sistema difere do sistema de certificação tradicional, contratado de uma certificadora externa, modelo similar ao da Ifoam (sigla, em inglês, da Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica), que propõe a presença de uma instituição certificadora externa e um “inspetor” desconectado da produção, comercialização e consumo, ou seja, pretensamente “neutro” para atestar a qualidade orgânica.

Quando um produtor quer obter o selo Ecovida de garantia da produção, tem um caminho a seguir:

a) O produtor deve associar-se a (ou formar) um dos grupos que compõem um núcleo regional, onde acontece informação, formação e se estabelecem compromissos e relações de confiança.

b) Nessa organização os grupos procedem a visitas, reuniões, pactos de responsabilidade etc.

c) Para obter o selo, o produtor precisa solicitá-lo diretamente ao núcleo e preencher alguns formulários, que são analisados pelo núcleo e o Conselho de Ética, podendo estes pedir mais informações antes da visita. Segundo um dos coordenadores, “a Rede não procura o produtor para certificar, mesmo que este participe dela, porém, para obter o selo, qualquer produtor tem que demandar da Rede e, para isso, tem de participar dela”.

d) A partir do núcleo regional forma-se um Conselho/Comissão de Ética, com participação de produtores, consumidores, técnicos vinculados à Rede, e este conselho realiza as visitas aos produtores, as quais buscam principalmente orientar a produção, sugerir adequações, trocar experiências.

e) O Conselho emite então o parecer de aprovação ou rejeição. Nos dois casos deverá apontar sugestões de melhorias na propriedade ou agroindústria.

f) Aprovação da certificação pelo núcleo regional – Com base no relato do

Conselho de Ética, o núcleo aprova a Avaliação da Conformidade e autoriza o uso do selo da Ecovida, e poderá também emitir diplomas, atestados ou declarações para os membros certificados.

Os certificados têm validade de um ano e o Conselho de Ética promove um planejamento anual de monitoramento, com instrumentos de avaliação para a continuidade do uso do selo.

A questão do selo de garantia se coloca para os produtores orgânicos quando estes se propõem ampliar a distribuição para mercados mais distantes e/ou para exportação, e no caso da Ecovida, nesse momento, também se vincula ao acesso aos programas institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o fornecimento para a merenda escolar.

Um dos aspectos que se discute, no momento, é sobre a certificação em grupo para os produtos elaborados. Assim, quando uma cooperativa tem o selo de garantia, os produtores utilizam coletivamente ou não os maquinários necessários para a embalagem, preparação de produtos etc.? O selo da cooperativa vale para o conjunto de produtores? Outra alternativa é que os produtores são creditados e podem utilizar o selo e emitir notas fiscais através da cooperativa ou associação. A cooperativa guarda registros da origem do produto, nome do produtor etc., o que permite ao consumidor verificar a procedência do produto, até a propriedade do produtor, ou seja, a rastreabilidade do produto.

1.4. O PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO

A comercialização dos produtos dos núcleos é tida como um grande desafio. Esta se faz principalmente pela relação direta entre produtores e consumidores, por meio de feiras, pontos ou postos de venda, venda direta do próprio produtor ou da cooperativa ou associação.

A Rede não desconhece o trajeto das grandes redes de supermercados que têm buscado produtos orgânicos para oferecer em suas gôndolas a preços bastante elevados, nem as estratégias de relação que essas redes propõem aos produtores orgânicos. Mas, parece ser uma opção geral da Rede não atuar nesse mercado, defendendo como objetivo oferecer produtos agroecológicos a preços razoáveis para a população, incluindo a população pobre.

O objetivo desse processo é eliminar o atravessador – a Rede tem beneficiadoras próprias que processam os produtos dos agricultores, inclusive inter-regionais, e então os comercializa.

As cooperativas representam uma das formas de comercializar os produtos e de oferecer o selo de garantia coletivamente, em certificação.

Vale ressaltar, no entanto, que entre as cooperativas da Ecovida também se observam formatos diversos e, para ilustrar, cabem dois exemplos visitados.

A Cooperativa Ecoserra é uma cooperativa ecológica de produtores, consumidores e artesãos, situada em Lages-SC, vinculada ao Núcleo Serrano de Santa Catarina, com 419 cooperados, reunindo agricultores familiares, consumidores e

artesãos. Tem agricultores sócios que também fazem feira. A Ecoserra tem uma estrutura física, com um galpão coberto, área para plantio e estoque de produtos, e conta com um caminhão. No escritório, uma diretoria executiva (diretor financeiro e presidente) e um engenheiro agrônomo que faz assessoria técnica. O conselho administrativo tem reunião bimensal, e há uma assembleia anual, plenária ou extraordinária, conforme o caso. Na foto acima, vê-se a Ecoserra, seu caminhão e, à direita, o Centro Vianei.

Já em Passo Fundo-RS, encontra-se a Coonalter, que é uma cooperativa dos produtores da cidade e do entorno. A sede situa-se em uma sala pequena, no 2º andar do Ponto Ecológico, que é um ponto de venda dos produtos da Rede na área central da cidade.

Conta com uma secretária que organiza os documentos, atende aos chamados telefônicos e encaminha os recados. Existe uma estrutura de diretoria e secretaria, como forma de regulamentar legalmente, com CNPJ, e dispor do sistema de certificação participativa. O funcionamento e decisões se definem em reuniões plenárias dos associados: “a cooperativa somos todos nós mesmos”, segundo um agricultor entrevistado.

Anteriormente, a Coonalter tinha dois objetivos: gerar recursos para sustentar a entidade e difundir o consumo de produtos naturais através do funcionamento de um mercado, um restaurante ecológico e a Feira Ecológica. Atualmente, modificou a estrutura, separando a Coonalter, o Ponto Ecológico e a Feira.

A Feira Ecológica funciona semanalmente na avenida central de Passo Fundo e dispõe de balanças, barracas e caixaria, obtidas com o auxílio a fundo perdido do governo estadual.

Mais recentemente, a partir de 2006, integrantes dos núcleos da Ecovida têm se debruçado a estudar e estabelecer os “circuitos de comercialização”, que se baseiam na complementação dos produtos entre os produtores, núcleos e regiões por onde se estende a Rede.

Esses circuitos baseiam-se nas formas iniciais de complementaridade entre produtores e regiões, e foram amadurecendo ao longo de muitas reuniões e estudos, onde se estabeleceram os critérios e procedimentos correlatos e alguns princípios gerais que orientaram o sistema e conferiram a ele um caráter diferencial com relação aos mecanismos convencionais de acesso aos mercados.

O enfoque comercial que rege o sistema difere das lógicas convencionais, privilegiando a segurança alimentar de produtores e consumidores.

Um segundo princípio norteador do sistema determina que as organizações que vendem devem se comprometer também a comprar produtos de outras organizações do circuito. Esse procedimento garante o intercâmbio de produtos entre os



Ponto Ecológico, Passo Fundo

© Elaboração própria

núcleos regionais, o que permite a ampliação da diversidade de mercadorias ofertadas nos diferentes mercados locais: feiras, famílias agricultoras sócias da Rede Ecovida, mercados institucionais, entre outros.

Até o momento, o circuito é constituído por três grandes rotas, articuladas por dez núcleos da Rede Ecovida:

- Erechim-Curitiba: tem uma extensão de 1.130 km e envolve 200 famílias agricultoras.
- Lages-Curitiba-São Paulo: tem uma extensão de 2.100 km e envolve 280 famílias.
- Barra do Turvo-Curitiba: tem uma extensão de 300 km e envolve 80 famílias. As demais sub-rotas envolvem aproximadamente 150 famílias.

Uma quarta rota está em fase de constituição e ligará o Planalto Serrano (Lages), o Alto Vale do Itajaí (Presidente Getúlio) e o Litoral de Santa Catarina (Florianópolis), com uma extensão de 450 km e cerca de 100 famílias participantes.

Além dessa quarta rota em vias de abertura, outros núcleos da Rede Ecovida manifestaram interesse em se integrar ao circuito.

1.5. PARCERIAS DA REDE ECOVIDA

No plano das propostas políticas mais gerais, a Rede Ecovida reforça a pauta e articula-se com outros movimentos sociais como o MST, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab).

No plano nacional, a confluência das iniciativas de agroecologia se dá através da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); e no âmbito latino-americano, a Ecovida articula-se junto ao Movimento Latino-Americano de Agroecologia (Maela).

A Ecovida também atua no Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), na Comissão Estadual de Agricultura Orgânica (CPORG) e no Conselho Estadual de Alimentação Escolar.

O suporte estrutural necessário para o funcionamento da Rede Ecovida é obtido de várias formas:

- Elabora projetos pontuais para ações e atividades específicas
- Estabelece uma anuidade, paga por cada família associada à Rede
- Recebe contribuições de entidades associadas à Rede, que podem ser financeiras, liberação de pessoas, empréstimo de estrutura etc.
- Patrocínio
- Outras

Exemplos de apoio na região de Lages:

- Apoio da Agência de Cooperação Internacional da Igreja Católica Alemã (Misereor) e Diocese de Lages – vem apoiando há 26 anos o desenvolvimento agroecológico no território da Serra Catarinense.
- MMA (Ministério do Meio Ambiente) pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente e Programa de Projetos Demonstrativos (PDA) – apoia a implantação de ações de promoção de sistemas agroflorestais.
- MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário) através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Secretaria de Agricultura Familiar aporta recursos para programar ações de desenvolvimento sustentável.
- MDS, através da Conab tem programas que auxiliam processos de comercialização da produção agroecológica dentro e fora do território.
- Doação do Movimento Slow Food, região de Vêneto, para criação e impressão de rótulos e embalagens para os produtos da agroindústria do pinhão.

Apoios e projetos via Cepagro, na região costeira/Florianópolis:

- Convênio Misereor – acompanhamento de transição e conversão para produção agroecológica – 150 famílias.
- Convênio Fundação Interamericana (IAF) – melhorar a qualidade no processamento de produtos – 210 famílias.
- Sebrae e IAF – apoio ao projeto “Óleo de fritura é combustível”.
- No nível dos grupos que compõem os pontos da Rede: estes também recorrem a financiamentos do governo federal, e as ONGs de assessoria colaboram para isso. Todavia, nos locais, a recorrência maior é no sentido de acomodar a relação e a situação dos produtores diante das propostas do governo federal, a negociação sobre a cessão de espaços públicos para as feiras, junto às prefeituras.

Dois aportes estão muito enfatizados no momento, ao menos entre alguns entrevistados da Rede, que são: o PAA, Programa de Aquisição de Alimentos, e o Programa de Merenda Escolar, Alimentação Escolar – Lei 11.947 de 16/6/2009. A implantação desse último programa (federal) depende da relação com a prefeitura e com as escolas.

Para o Projeto de Aquisição de Alimentos (PAA): na Ecovida, entre 2009/2010 foram elaborados 14 projetos de Compra Antecipada com Doação Simultânea – que beneficiaram 37.228 pessoas nas entidades e 287 famílias de agricultores.

A coordenação do núcleo, ou da cooperativa, neste caso, tem o papel de verificar quais os produtores interessados, elaborar e enviar as propostas aos programas e coordenar o cumprimento do projeto.

O PAA não depende da relação com a prefeitura, a cooperativa faz a proposta diretamente à Conab e, no desenvolvimento do projeto, ocorrem discussões com as entidades da sociedade civil, que recebem os alimentos, os utilizam ou fazem doações.

Os recursos são do MDS, e a Conab opera com recursos do MDS e Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

Há também o Programa de Formação de Estoque, que pode envolver produto ou não: nesse último caso, o MDA empresta dinheiro, por certo prazo, pra formar um estoque, e embalar e colocar o produto no mercado, mais adiante. Exemplo de formação de estoque de pinhão: compra na safra, pagamento à vista ao produtor; depois, o produto é processado e vendido na entressafra (processar, no pinhão, quer dizer: descascar, cozinhar e depois vender congelado; assim, os produtores podem fazer esse estoque).

1.6. CARACTERIZAÇÃO DOS ENVOLVIDOS NA EXPERIÊNCIA

A Ecovida agrega cerca de 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores, totalizando 2.500 pessoas. Não foi possível obter um quadro mais preciso, em dados numéricos, da caracterização dos integrantes por gênero, etnia ou faixa etária, por se tratar de uma rede, e a coordenação não dispor desses dados agregados.

Segundo as entrevistas, é grande a participação das mulheres. Aliás, é usual as mulheres e os jovens se interessarem primeiramente pela produção orgânica e, particularmente, pelo associativismo. Citam o interesse das mulheres pelo plantio de hortas, a necessidade de produção saudável, enquanto os homens buscam trabalho nas empresas agropecuárias ou se envolvem com o plantio de fumo, que é bastante expandido na região. Geralmente, depois que a produção ou o artesanato começa a ser vendido e apresenta resultados financeiros é que os homens se aproximam da produção e da organização.

No relatório de atividades do Cetap, na descrição e quadros de participantes de suas atividades observa-se uma participação equitativa de homens, mulheres e jovens, e diversas atividades onde participam principalmente mulheres e jovens.¹⁰

Além disso, há a influência do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que desde a década de 80 atua na Região Sul. O MMC também tem entre seus objetivos a proposta da agroecologia.

E a ANA, desde o 1º Encontro Nacional de Agroecologia, em 2002, preconiza a igualdade de gênero como condição essencial para a sustentabilidade da produção agroecológica e a cidadania no campo. A ANA também reúne Grupos de Trabalho sobre Gênero (GTs), assim como sobre juventude, nos quais a Ecovida tem participado.

Somam-se a estas, as propostas debatidas no VI Congresso Brasileiro de Agroecologia, no qual repercutiram positivamente as atividades realizadas sobre relações de gênero, e no II Congresso Latino-Americano de Agroecologia, em 2009. A Carta Agroecológica de Curitiba destaca a importância das mulheres na construção da Agroecologia.

10 Cetap – Relatório Analítico – janeiro a dezembro de 2008, do projeto “Soluções ambientais para problemas ambientais em comunidades rurais do Rio Grande do Sul”. www.cetap.org.br.

Do ponto de vista da governança da rede, a organização horizontal baseada na ação e funcionamento dos núcleos prevê uma maior participação de todos os envolvidos nos processos de tomada de decisão e encaminhamentos das políticas e ações da Rede, que acontecem nas plenárias em todos os níveis, em encontros ampliados e assembleias gerais, complementados com oficinas para aumentar o entendimento e o debate de seus integrantes.

É uma possibilidade de se contrapor às estruturas verticalizadas que propiciam o autoritarismo, clientelismo e o seu reverso, a delegação e submissão, que se reforçam mutuamente.

2. A AGRICULTURA FAMILIAR E A RELAÇÃO COM A AGROPECUÁRIA¹¹

Como desdobramento da análise desta experiência, pretende-se abordar algumas informações referentes ao funcionamento da agricultura familiar em comparação com a agricultura “convencional”.

Segundo o Censo de 2006, a agricultura familiar, comparada às outras formas, apresenta, entre 1996 e 2006, uma porcentagem crescente do número de estabelecimentos, passando de 85% para 88%, com um aumento líquido de 412.598 estabelecimentos familiares (9,9%). Enquanto a área total ocupada cresceu apenas 1%, de 31% para 32%, e passou de 77% para 79% o percentual de pessoas ocupadas na agropecuária brasileira.

Por outro lado, em 2006 os estabelecimentos não familiares representavam 12% do número de estabelecimentos, ocupavam 68% da área e apenas 31% das pessoas.

Entre 1996 e 2006 cresceu o Valor Bruto da Produção familiar e sua participação no VBP (Valor Bruto da Produção) total. Cresceu em âmbito nacional, de 38% para 40%, em todas as regiões do país.

A estrutura agrária é concentrada nos estabelecimentos não familiares, que representam apenas 15,6% do total dos estabelecimentos, e 75,7% da área ocupada. A média do tamanho das propriedades nos estabelecimentos familiares era de 18,37 ha, enquanto a dos não familiares era de 309,18 ha.

Apesar de ocupar apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários, a agricultura familiar é responsável por 3% do VBP gerado. A agricultura familiar gera um VBP de R\$ 677/ha, que é 89% superior ao gerado pela agricultura não familiar (R\$ 358/ha).

Enquanto a agricultura familiar dá ocupação a mais de 15 pessoas a cada 100 ha, a agricultura não familiar ocupa apenas cerca de duas pessoas (1,7) a cada 100 ha. Embora haja tendência de redução de pessoas ocupadas na área agrícola como um todo desde 1985, a agricultura familiar reteve maior número de ocupações do que a agricultura não familiar. O número de pessoas ocupadas na agricultura familiar em 2006 é mais que o dobro superior ao número de ocupações geradas pela construção civil.

A agricultura familiar, apesar de cultivar uma área menor com lavouras, é a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira: mandioca, feijão, milho, café, arroz, trigo e soja.

Também é importante fornecedora de proteína animal, ou da produção de leite, aves, suínos e bovinos.

2.1. A AGRICULTURA ORGÂNICA EM RELAÇÃO À AGROPECUÁRIA

No que concerne à agricultura orgânica, conforme dados do Censo de 2006, 1,75% (90.497) do total dos estabelecimentos agrícolas no país desenvolvem este

11 Conceito de Agricultura Familiar, segundo a FAO – ver nota atrás. Os dados desta seção foram obtidos no portal-mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/arquivos.../censo_2006.pdf).

tipo de agricultura. Essa proporção é maior na Região Sudeste (2,03%), seguida pela Região Sul do país, 1,92% dos estabelecimentos. A menor proporção encontra-se na Região Norte, 1,29%.

Todavia, com relação à certificação, a proporção se modifica, ou seja, quando comparamos a relação dos estabelecimentos com certificação orgânica com o total dos estabelecimentos que desenvolvem agricultura orgânica, observa-se que a relação é maior na Região Sul, onde 9,98% são certificados; entre os estados desta região, é no Paraná que se encontra, relativamente, maior certificação da produção, com 12,08% dos estabelecimentos, seguido por Santa Catarina, 10,98%, e Rio Grande do Sul, 7,76%. Menor relação de certificados entre os estabelecimentos com agricultura orgânica e a certificação encontra-se no Nordeste do país.

Vale ressaltar, conforme Magnanti¹², que o número de produtores que se dizem orgânicos é possivelmente muito maior que o estimado pelos órgãos oficiais, enquanto, segundo a Coordenação de Agroecologia do Mapa, 41,6% dos produtores têm ensino fundamental incompleto e 22,3% não sabem ler nem escrever. Somando-se ainda a informação de que 54% não participam de qualquer organização social, pode-se concluir que “são produtores que, embora se considerem orgânicos, não devem compreender adequadamente a complexa regulamentação existente para o setor” e claramente necessitam auxílio para conhecer as normas, definir seus planos de manejo, estabelecer mecanismos de controle. Assim, sugere que “é uma boa oportunidade para a atuação da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)”¹³.

12 Manual do Sistema Participativo de Garantia da Rede Ecológica de Agroecologia, p. 5-6.

13 Entrevista com Magnanti, fevereiro/2010.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS E A REDE ECOVIDA

Geralmente, os programas acessados pela Rede são do governo federal, relacionando-se com os organismos do estado ou das prefeituras municipais. Abaixo, seguem os órgãos federais e os principais programas:

- MMA, pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente e Programa de Projetos Demonstrativos (PDA) – implantação de ações de promoção de sistemas agroflorestais.
- MDA, Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Secretaria de Agricultura Familiar – aportam recursos para implementar ações de desenvolvimento sustentável, como:

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, financia projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O acesso ao Pronaf inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura. Entre as linhas de crédito oferecidas:

- **Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares:** Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para financiar necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.
- **Pronaf Cota-Parte:** Financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.
- **Pronaf Mais Alimentos:** Financiamento de propostas ou projetos de investimento para produção, associados à apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura; e à produção de açafrão, arroz, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo e trigo. Destina recursos para investimentos em infraestrutura da propriedade rural e, assim, cria as condições necessárias para o aumento da produção e da produtividade da agricultura familiar. O limite de crédito é de R\$ 100 mil, que pode ser pago em até dez anos, com até três anos de carência e juros de 2% ao ano.

Existem três linhas de crédito no Pronaf, diretamente relacionadas com a agroecologia e a produção orgânica:

- **Pronaf Agroecologia** – Linha para financiamento de investimentos nos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
- **Pronaf Eco** – Linha para financiamento de investimentos em técnicas

que minimizam o impacto da atividade rural no meio ambiente, bem como permitem ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida.

- **Pronaf Floresta** – Financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal, e recuperação de áreas degradadas.
- **Projeto de Aquisição de Alimentos (PAA) e Compra Antecipada com Doação Simultânea**

O PAA é uma das ações do ‘Fome Zero’, criado em 2003, que, de um lado, adquire por preço justo alimentos de agricultores familiares e, de outro, distribui os produtos aos brasileiros em situação de vulnerabilidade social e alimentar. O objetivo é “promover o direito humano à alimentação adequada e assegurar o princípio da soberania alimentar do país”. O Programa paga a cada produtor R\$ 3,5 mil por ano, na área agrícola, e o mesmo valor, por semestre, no caso do leite. Para que os agricultores sejam atendidos e os alimentos cheguem aos consumidores, o PAA envolve ações dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Educação, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Companhia Nacional de Abastecimento, além de estados e municípios. (<http://www.mda.gov.br/>)

Na Rede Ecovida há, pelo menos, dois projetos PAA em tramitação junto à Conab de Santa Catarina, realizados através da Cooperativa Ecológica Ecoserra, em parceria com o Circuito de Comercialização Alto Vale do Itajaí, Serra (Núcleo Planalto Serrano) e Litoral Catarinense, abrangendo 95 agricultores e um total de R\$ 324 mil (MAGNANTI, 2010, p. 16).

- **Programa de formação de estoque** – A modalidade formação de estoques pela agricultura familiar, sob operacionalização do MDA, permite que organizações de agricultores que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) Jurídica formem estoques de produtos alimentícios para posterior comercialização, em condições mais favoráveis, seja pelo beneficiamento e agregação de valor ao produto, seja por sua disponibilização em momento mais oportuno em termos de preço. O MDA também opera a modalidade Compra Direta. Já o MDS opera as modalidades Compra Direta Local com Doação Simultânea, Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite (Programa do Leite). (<http://www.mda.gov.br/>)

Também nesse quesito, a Ecovida negociou com a Conab/MDA projetos para formação de estoque de feijão e pinhão, envolvendo 38 produtores e em torno de R\$ 300 mil (MAGNANTI, idem).

- O Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), regulamentado em 2006, é um sistema unificado e coordenado pela União, com participação dos municípios e estados, por meio de adesão. Produtos inspecionados por qualquer instância do sistema Suasa podem ser comercializados em todo o território nacional.
- Alimentação Escolar – Lei 11.947 de 16/6/2009
Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae): O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), pelo FNDE, Tribunal de Contas da União (TCU), Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) e Ministério Público. O orçamento previsto do programa para 2010 é de R\$ 3 bilhões, para beneficiar cerca de 47 milhões de estudantes da educação básica, jovens e adultos. Com a Lei 11.947, de 16/6/2009, 30% desse valor – ou seja, cerca de R\$ 900 milhões – devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que deve estimular o desenvolvimento econômico desses produtores.
Na Rede, em Santa Catarina, estão negociados programas para o mercado institucional de alimentação escolar nos municípios de Palhoça, e mais 11 municípios no território da Serra Catarinense, e está em andamento um projeto para Florianópolis.

Quanto aos marcos legais e regulatórios, vale lembrar que a Ecovida nasceu a partir dos debates e eventos na definição da regulação do Sistema de Garantia de Qualidade Orgânica, por meio de sua proposta de Sistema Participativo de Certificação e, nesse sentido, acompanha e intervém nas discussões e instâncias que constroem e promovem esses marcos.

Além disso, a participação de integrantes da Rede na ANA e também junto aos debates e conselhos do MDA, MDS, tem colaborado para a formulação de políticas destinadas à produção familiar e à produção orgânica, segundo os seus coordenadores. Particularmente nos anos iniciais do governo Lula, a Rede foi chamada constantemente para debates, discutindo as condições de produção, as políticas necessárias para implementar a produção familiar e as questões da população mais pobre no campo.

No momento, o Decreto 7.048, de 23/12/2009, modifica um artigo do Decreto 6323/2007, e estabelece que “todos os segmentos envolvidos na rede de produção orgânica terão até 31 de dezembro de 2010 para se adequarem às regras estabelecidas neste Decreto e demais atos complementares”.

O Decreto 6323, que regulamenta a Lei 10.831, permite ao agricultor realizar

venda direta, desde que se registre no Mapa, sem necessidade de certificação; cria o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), ao qual integra o Sistema Brasileiro de Garantia de Qualidade Orgânica ou certificação participativa, e a certificação por auditoria externa. Os produtores orgânicos devem ser aprovados pelo Sistema, constar no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e ser autorizados a utilizar o selo do SisOrg.

A regularização se baseia nas regras para produção e comercialização de orgânicos, incluindo armazenamento, rotulagem, transporte, certificação e fiscalização. Com a publicação do decreto, fica determinado que o selo do Sistema Brasileiro de Conformidade Orgânica será permitido a partir do momento que o produtor estiver de acordo com as novas regras.¹⁴

Para acompanhar esses desdobramentos legais, a Rede Ecovida prevê, na formação de seus integrantes, o aprendizado de melhores formas de plantio, tecnologias apropriadas, planejamento e controle da produção, da comercialização e das ações e as adequações legais, o que parece ser a missão principal de todas as ONGs que atuam na assessoria dos núcleos e grupos da Rede.

À guisa de complementação, sobre as políticas voltadas para a agroecologia observa-se que o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), juntamente com o Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), em 2005, realizou um levantamento para identificação de gargalos tecnológicos da agricultura paranaense para definir alguns subsídios e diretrizes para uma política pública.¹⁵ Apesar da defasagem de cinco anos, muitas das sugestões ainda são válidas para a atualidade, algumas das quais se indicam abaixo, sinteticamente:

- Estimular a pesquisa agropecuária voltada para a agricultura familiar, com a orientação estratégica de adequar às condições dos agricultores e às condições locais; disponibilizar banco de dados sobre tecnologias apropriadas; implementar pesquisa em agroecologia, sistemas de produção e agroecossistemas;
- Incentivar a criação de fundos estaduais e municipais de desenvolvimento rural;
- Criar linhas de financiamento rural para a melhoria das condições de vida da agricultura familiar (reforma ou construção de residências, instalação de sistemas de saneamento básico ou de abastecimento de água nas moradias);
- Estabelecer mecanismos transparentes e democráticos para a distribuição e aplicação dos recursos públicos;
- Investir na estruturação de um sistema público e descentralizado de Ater, e no processo contínuo de capacitação com enfoque multidisciplinar, metodologias participativas e intercâmbios de técnicos, agricultores e organizações sociais, difusão de resultados;

14 Em <http://www.prefiraorganicos.com.br/noticias/governo-amplia-prazo-para-regularizacao-de-organicos.aspx>

15 Ipardes, Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Instituto Agrônomo do Paraná, 2005. Sumário executivo. http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/seti_gargalos_agricultura_familiar_sumario_executivo_2005.pdf

- Implementar um programa de incentivo à conversão da produção convencional para uma matriz de produção agroecológica;
- Rediscutir o conteúdo dos currículos dos cursos de Ciências Agrárias (desenvolvimento rural sustentável e agricultura familiar);
- Desenvolver programas de Educação Ambiental (lixo, água, saneamento) vinculados ao tema da saúde humana (Programa Saúde da Família Rural);
- Criar e/ou ampliar projetos de extensão universitária (qualidade de alimentos e capacitação);
- Ampliar os serviços de infraestrutura (saneamento básico, estradas, energia elétrica, comunicação, abastecimento de água) no meio rural;
- Criar um programa de incentivo à viabilização de fontes alternativas (de baixo custo) de geração de energia; incentivos às famílias que garantam a manutenção e preservação das fontes de água;
- Adequar a legislação (agroindústria, ambiental, sanitária, tributária, creditícia, associativista e cooperativista) à realidade da agricultura familiar, com as necessidades de geração de renda, sustentabilidade ambiental e melhoria das condições de vida;
- Beneficiar unidades de produção que estejam de acordo com a matriz agroecológica (ou orgânica) ou em processo de reconversão produtiva;
- Criar instrumentos de comunicação para divulgar a legislação ambiental nas comunidades rurais;
- Fortalecer e valorizar os conselhos municipais como espaços de planejamento e gestão social transparente e democrática das políticas públicas e também de articulação e integração das ações desenvolvidas pelas diferentes instituições e organizações locais.

ONGS

Aorsa – Associação Orgânica de São Jorge do Oeste-PR
Arede – Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa-RS
Assesoar – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural-PR
Apaco – Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense-SC
ASTRF – Associação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Fronteiriços-RS
Capa Pelotas – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor-RS
Cemear – Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais-SC
Centro de Ipê – Centro Ecológico-RS
Centro Ecológico Núcleo Serra-RS
Centro Vianeí – Centro Vianeí de Educação Popular-SC
Cepagri – Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais-SC
Cepagro – Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo-SC
Cetap – Centro de Tecnologias Alternativas Populares-RS
Cooperafloresta – Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo-SP e Adrianópolis-PR
Deser – Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais-PR
Grupo de Assessoria Eco Missões-RS

SIGLAS

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia
AS-PTA – Assessoria e Serviços – Projeto Agricultura Alternativa
Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural
CNPOrg – Comitê Nacional de Produção Orgânica
Contag – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CPOrg – Comissão Estadual de Agricultura Orgânica
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Ebaas – Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa
Eraas – Encontros Regionais de Agricultura Alternativa
Feab – Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil
Fetraf – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MIQCB – Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MMM – Marcha Mundial das Mulheres
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OCS – Organizações de Controle Social
PAA – Projeto de Aquisição de Alimentos
PDA – Programa de Projetos Demonstrativos
Pnae – Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTA – Projeto Tecnologias Alternativas
SisOrg – Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
Suasa – Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária

BIBLIOGRAFIA

ARL, Valdemar (org.) e colaboradores. CF1 – Caderno de Formação 1. Lapa/PR, jul/2007, realizado com apoio do MMA.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Produtos orgânicos: Sistemas Participativos de Garantia* / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília: Mapa/ACS, 2008.

CARVALHO, Yara Maria Chagas. *Aspectos inovadores da legislação brasileira de orgânicos e os desafios para São Paulo: Decreto 6.323, de 27/12/2008, maio/2008*. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/trabalhos.php?codAutor=63&busca=1>. Acesso em: fevereiro de 2010.

CENTRO VIANEI. Informativo *Pixurum*, Lages, nº 85, abril/maio/junho de 2009; nº 86, julho/agosto/setembro de 2009; nº 87, outubro/novembro/dezembro de 2009.

CETAP. *Desenvolvimento agroecológico de comunidades rurais*. Sistematização do trabalho realizado pelo Cetap no norte do RS. Equipe Cetap-Centro de Tecnologias Alternativas Populares, s/data.

CETAP. *Subsídios metodológicos para atuação Cetap* (vários textos). Compilação feita por Lauro e Raniera, jan/2004.

História da agricultura orgânica: algumas considerações. Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/histaorg3.htm>. Acesso em: fevereiro de 2010.

IPARDES. *Identificação de gargalos tecnológicos da agricultura paranaense: subsídios e diretrizes para uma política pública: sumário executivo*. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Instituto Agrônômico do Paraná. Curitiba: IparDES, 2005.

LONGHI, Alvir. *Agroecologia e soberania alimentar*. Disponível em: www.cetap.org.br. Acesso em: fevereiro de 2010.

MAGNANTI, N. J.; PEREIRA, S. A.; LEHMANN, A. P. *Centro Vianei de Educação Popular, Lages-SC e Associação dos Agricultores Familiares Agroecológicos de Otacílio Costa (Afaoc-SC)*, s/d. Disponível em: www.rebraf.org.br/con-safs/textos/artigos/vianei.pdf. Acesso em: fevereiro de 2010.

MAGNANTI, Natal João (org.). *Manual do Sistema Participativo de Garantia da Rede Ecovida de Agroecologia*. Lages/SC: Centro Vianei, 2010.

MAGNANTI, Natal João. *Circuitos Sul de circulação de alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia*. Agricultura, v. 5, nº 2, jun/08.

MAPA-SISLEGIS. Disponível em: <http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=18357>. Acesso em 20/03/10.

MASTRANGELO, A. *Usos locales de las certificaciones globales: calidad, medio ambiente y trabajo seguro en forestación*. Revista *IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 3, nº 1, p. 115-132, jan/jun 2009.

OLIVEIRA, Daniela de; SANTOS, Luiz Carlos Rebelatto (org.). Caderno de formação: *Certificação participativa de produtos ecológicos*. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004. Disponível em: www.ecovida.org.br. Acesso em: fevereiro de 2010.

PACHECO, Maria Emília L. *Os caminhos das mudanças na construção da agroecologia pelas mulheres*. Agriculturas, v. 6, nº 4, dez/2009.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. *Práticas de certificação participativa na agricultura ecológica: rede, selos e processos de inovação*. Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 3, nº 1, p. 133-164, jan/jun 2009.

REVISTA do Deser. *Contexto rural*. Ano V, nº 5, julho de 2005.

SANTOS, Alvorí Cristo; BONATO, Amadeu Antônio; BIOLCHI, Marilza Aparecida. *Contribuições metodológicas de uma rede-ferramenta*. Rede de Agricultores Familiares Gestores de Referência. Deser – Departamento de Estudos Socioeconômicos e Rurais. Curitiba, dezembro de 2006.

SANTOS, Luiz Carlos Rebelatto. Formação e consolidação da Rede Ecovida de Agroecologia e sua experiência de certificação participativa. Em FRANÇA, Cássio (org.). *Comércio ético e solidário no Brasil*. Faces do Brasil. São Paulo: Fundação Friederich Ebert/Ildes, dez/2003. Disponível em: www.facesdobrasil.org.br/fb/publicacoes/Rede%20Ecovida%202003.pdf

VIEIRA, Rafael Campos. *A construção da agricultura ecológica: racionalidade da organização do sistema Rede Ecovida no litoral norte do RS*. Dissertação de mestrado. Série PGDR. Dissertação nº 92 (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS), Porto Alegre, 2008.



BANCO PALMAS COMO UMA PLATAFORMA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

ADRIANO BORGES COSTA

Administrador pela EAESP-FGV, é pesquisador do Instituto Pólis no Projeto Novos Paradigmas de Produção e Consumo e na coordenação do Eixo Alternativas para o Desenvolvimento, que integra todas as atividades do Instituto na temática.

INTRODUÇÃO

Definir o objeto de estudo é o primeiro passo de uma pesquisa, mas nem sempre é uma tarefa fácil. Definir significa deixar de lado aqueles que não foram incluídos na definição. Este estudo tentou definir de forma clara seu objeto, mas defini-lo, neste caso, seria perder parte considerável desta experiência. Assim, conforme perceberá o leitor, o objeto deste estudo foi se construindo em passos e, algumas vezes, se desenha de forma confusa. Buscou-se aqui analisar algo que está se organizando faz mais de 30 anos no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza – CE. Esse Algo começou como uma associação de bairro, reivindicando condições dignas aos que foram despejados para o alagadiço, a fim de que a parte rica de cidade pudesse crescer. Algo que logo transbordou sua função reivindicativa e realizou obras, planejou investimentos, captou recursos e urbanizou o bairro, junto com vários outros atores. Surpreendentemente, esse Algo fundou um banco, que concedia pequenos créditos, mas também organizava fóruns de participação, planos de investimentos, passeatas e mais protestos. O Algo, que se tornava cada vez mais complexo e caracterizável em um termo, fica famoso, sai nos jornais e começa a ser utilizado como modelo para outras experiências.

O Algo específico resolve se multiplicar e ajudar a montar outros algos, para se tornarem algos diferentes, mas com base nesta experiência do Conjunto Palmeiras. O Algo do Conjunto Palmeiras é a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (Asmoconp), o Banco Palmas, o Instituto Palmas, o Fórum Socioeconômico Local (Fecol), os empreendimentos de economia solidária, os projetos culturais, as lideranças locais, o sentimento de comunidade e outras tantas coisas que fica difícil caracterizar, mas que compõem um determinado algo, pois são extremamente interligadas.

Mas como chamar este Algo do Conjunto Palmeiras, que algumas vezes é chamado de Banco Palmas, e em outras situações de Associação? Jeová Torres, pesquisador e entusiasta dessa experiência do Conjunto Palmeiras disse: “A expressão Banco Palmas, inclusive, não reflete inteiramente tal experiência, pois se trata, antes de tudo, da dinâmica da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (Asmoconp) que incorpora o Banco Palmas como um de seus projetos” (SILVA JR, 2008, p. 14). Jurídica e institucionalmente, o pesquisador está certo, afinal o Banco Palmas não é uma entidade registrada, sua existência legal se divide entre o CNPJ da Asmoconp e o do Instituto Palmas. Por outro lado, é pelo nome Banco Palmas que essa experiência é conhecida na mídia, na academia, na política. No Conjunto Palmeiras, os nomes da Associação e do Banco Palmas estão sempre juntos, muitas vezes até mesmo de forma confusa e sobreposta.

Assim, qualquer escolha de nome para esse Algo do Conjunto Palmeiras é reducionista, pois este é uma mistura de instituições, pessoas, subjetividades. Primeiramente, havia-se optado por chamá-lo de Sistema Palmas, como forma de englobar a complexidade existente. Mas logo esse termo se mostrou injusto, pois era

uma categoria teórica inexistente naquela realidade, e este estudo se iniciaria impreciso na tentativa de relatá-lo. Optou-se, então, por usar a forma como os termos se manifestam e são praticados, chamando, a princípio, o Algo todo de Banco Palmas, mas especificando e agregando outros nomes, atores e instituições, quando necessário. Mas é extremamente importante para quem não conhece a experiência, que se deixe registrado desde já que esse Algo que acontece no Conjunto Palmeiras é muito mais que um banco, até mesmo mais que um banco comunitário, é uma plataforma de desenvolvimento local comunitário.

Este estudo está organizado em três capítulos. O primeiro deles é introdutório e busca oferecer as primeiras informações sobre o Banco Palmas, como suas características gerais, o contexto local onde se localiza a experiência e a história e antecedentes da iniciativa. Em seguida, no capítulo 2, inicia-se a exposição descritiva da experiência, que se desenvolve em cinco subcapítulos. Por fim, no terceiro capítulo, são feitas as análises do estudo a partir da metodologia prevista nesta pesquisa.

Cabe ainda ressaltar que este estudo compõe um bloco, juntamente com o estudo da experiência do Banco dos Cocais, que busca desenhar e analisar os principais pontos em relação às experiências de bancos comunitários e das finanças solidárias no Brasil. Dessa forma, ao longo deste texto são feitas referências a conteúdos disponíveis no estudo do Banco dos Cocais, assim como comparações entre os dois casos. Além disso, alguns conceitos são aqui tratados de forma rasteira, porque foram trabalhados de forma mais aprofundada nesse outro estudo, o que será também indicado ao leitor.

1. HABITANDO O INABITÁVEL: CONTEXTO E ORIGENS DO BANCO PALMAS

1.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA EXPERIÊNCIA

O chamado Banco Palmas surgiu a partir da experiência de uma associação de bairro na busca pela articulação de moradores para reivindicar e protagonizar a urbanização de uma área, para onde foram removidas 1.500 famílias despejadas de regiões que estavam se valorizando na cidade de Fortaleza – CE. Essa área, chamada de Conjunto Palmeiras, era um grande alagado distante do centro, que não tinha fornecimento de luz, água ou qualquer condição de urbanização. A Asmoconp foi uma protagonista no processo de urbanização do bairro e acumulou, ao longo de 20 anos, uma forte capacidade de mobilização, legitimidade, histórias e lideranças, elementos que deram origem, nos anos 90, à criação de um banco comunitário, algo inédito no Brasil.

Com o Conjunto Palmeiras urbanizado, a Asmoconp e seus associados definiram que o desenvolvimento econômico dos moradores era então o maior desafio do bairro, e motivação para criar um projeto que buscasse conceder pequenos créditos e fomentar a economia local – o Banco Palmas. A experiência se desenvolve, consegue captar um volume considerável de recursos para conceder crédito, cria empreendimentos de economia solidária, campanhas para incentivar o consumo de produtos do bairro e uma moeda social, o palmas (P\$). Hoje se trata de uma experiência que engloba a Associação de Bairro, sua história, o Banco Palmas propriamente dito, e o Instituto Palmas, uma organização criada com o objetivo de reaplicar a tecnologia dos bancos comunitários e desenvolver formas de apoio a essas experiências.

O Banco Palmas foi o primeiro banco comunitário do Brasil e criou um modelo próprio, bastante peculiar à realidade brasileira, em que a propriedade e a gestão são da própria comunidade. Dessa forma, as experiências de bancos comunitários no Brasil são fortemente influenciadas e apoiadas pelo Banco Palmas e, por isso, partem de um mesmo modelo e de uma mesma proposta, que Joaquim de Melo, coordenador dessa experiência, caracteriza da seguinte forma:

O DNA dos Bancos Comunitários é o mesmo em todos os municípios: circuito econômico local com crédito produtivo (em reais), crédito para o consumo em moeda social e propriedade local do sistema financeiro (MELO NETO, 2009, p.2).

Além da forte característica comunitária, vale mencionar os serviços financeiros oferecidos pelo Banco Palmas que, de forma resumida, são pequenos créditos (produtivos e para consumo) e serviços bancários (pagamento de contas, saques, abertura de conta corrente, entre outras). Esses serviços financeiros são combinados com estratégias de desenvolvimento da economia local, como campanhas para incentivar a compra de produtos feitos no bairro, gestão de um circulante local (o palmas – P\$), apoio a empreendimentos de economia solidária e mapeamento da produção e do consumo do Conjunto Palmeiras.

Por essas características é possível perceber como a experiência do Banco Palmas transborda os limites de um banco comunitário e se estende para uma plataforma de desenvolvimento local, perspectiva que ficará ainda mais clara ao longo deste estudo. Mas, além disso, buscou-se também incorporar as atividades que o Instituto Palmas tem realizado na disseminação de experiências de bancos comunitários em todo o Brasil e de articulação dessas iniciativas em uma rede.

No tratamento de cada uma dessas perspectivas da experiência do Banco Palmas buscou-se expor e clarear os aspectos estruturantes, os pressupostos e prioridades que constroem as práticas observadas e os conceitos aplicados, pois estes são os elementos paradigmáticos que esta pesquisa busca captar. A análise e a conclusão buscam, ao final, refletir sobre os elementos que essa experiência traz, como subsídios para chegar mais próximo da identificação de quais são os novos paradigmas de produção e consumo.

1.2. HISTÓRIA E ANTECEDENTES

Só existe uma forma de começar a contar a história do Banco Palmas: com a criação do Conjunto Palmeiras. E esta história já foi tantas vezes contada, que já virou chacota entre aqueles que trabalham e estão envolvidos com a experiência. Assim, como sempre diz o coordenador do Banco Palmas, Joaquim de Melo: foi em 1973, com o remanejamento de populações residentes em áreas de risco, que constantemente eram alagadas pela cheias do Rio Cocó, e em habitações localizadas em área de expansão urbana na beira-mar, que possuíam grande potencial econômico¹ (MELO NETO & MAGALHÃES, 2008).

a) A construção de um habitável Conjunto Palmeiras

Essas pessoas foram transferidas para um loteamento localizado em um fundo de vale, uma região alagadiça, coberta de vegetação, principalmente de palmeiras de Carnaúba, origem do nome Palmeiras. O terreno não estava preparado para a construção das moradias e a derrubada das carnaubeiras tornou ainda mais constante o transbordamento do riacho que cortava a área. A fala de uma das mais antigas moradoras do bairro, reproduzida no trecho abaixo, ilustra bem a condição em que as pessoas foram transferidas:

O povo chamava aqui Palmeiras, terra dos índios. É, é isso mesmo: Palmeiras dos Índios. É tanto que quando a gente arrumava as coisas prá botar num carro prá trazer... “você vão ser índio, é?” Os outros ficavam mangando². Eu digo: mais tarde ou mais cedo vocês vão prá onde nós estamos. Vão comer banana, coco pavão, tudo isso nós vamos ter lá no Palmeiras (TOSCANO, 2002, p. 156).

1 Foram alocadas 1.500 famílias provenientes das regiões do Largamar, Aldeota, Poço das Dragas, Arraial Moura Brasil, Morro das Placas e Verdes Mares.

2 Novo Aurélio, Século XXI – Mangar: caçoar, zombar (expressão de uso muito comum no Nordeste do Brasil).

O processo de “assepsia urbana”, conforme caracteriza Toscano (2002), foi realizado durante o ano de 1973, período que se refere ao auge da ditadura militar, sob o comando do general Emílio Garrastazu Médici. Essa condição política tornou ainda mais desumano e brutal o processo de despejo dessas pessoas que, segundo descrito por muito moradores, foi feito com caçambas, nas quais todas as coisas dos moradores eram jogadas e despejadas no Palmeiras, que era só lama e mato. Os lotes foram demarcados e vendidos para as famílias despejadas. A prefeitura forneceu o material necessário para as famílias construírem um cômodo, o que deveria ser realizado em 30 dias, ou perderiam esse “benefício” e o terreno comprado. O Conjunto Palmeiras não tinha água, saneamento, energia elétrica, meio de transporte ou qualquer outro tipo de serviço público.

Começa então um longo processo de ocupação do lugar, transformando-o em território, o inabitável em habitável. A criação do Conjunto Palmeiras como um bairro, como um local de vida urbana, foi um processo extremamente conflituoso, que definiu a forma como ele é hoje.

As primeiras mobilizações populares foram articuladas para a reivindicação de uma mínima estrutura de saúde na região, uma vez que o único recurso disponível era uma caminhonete que transportava, entre outras coisas, os doentes para os hospitais públicos. Em 1978, são formadas as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Juventude Cristã do Palmeiras (Jucrispa), além de algumas outras conquistas importantes, como a construção de uma escola de 1º grau, o Centro Social Urbano (CSU) e o Posto de Saúde Pedro Sampaio.

A partir de 1979, o Conjunto Palmeiras começa a crescer com a abertura de novas quadras, e tem início a reivindicação pelo abastecimento de água tratada e energia elétrica, mobilizações que se tornaram um dos momentos mais importantes na história de luta do bairro. Nesse processo, foi fundamental a criação, em fevereiro de 1981, da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (Asmoconp), ampliando a mobilização popular e generalizando as lutas por diversos serviços.

Já em 1987, o Conjunto Palmeiras tem a oportunidade de participar de um projeto de resgate e sistematização de sua história, por meio do programa Memórias de Nossas Lutas, que produziu uma série de materiais até hoje utilizados e fundamentais para criar a identidade do bairro, a partir de sua história de luta e organização popular. O trecho abaixo deixa clara a intenção desse trabalho:

Conhecer e contar a nossa história é muito importante. (...) A verdadeira história é a nossa história e essa só a gente conhece, basta se lembrar e contar. Para que ninguém esqueça e para que os nossos filhos possam, eles também, aprender com a história (ASMOCONP, 1990).

Um importante capítulo da história do Conjunto Palmeiras e da organização popular local se deu em 1988, quando foram realizadas passeatas com destino à Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) e à sede do Governo do Estado, exigindo a implantação da rede de distribuição de água tratada no Conjunto; caso contrário, diziam as lideranças locais, seria explodida a tubulação da adutora que

abastecia a cidade de Fortaleza, e que passava na área do Palmeiras, como é descrito no depoimento abaixo:

Falamos que, depois de quinze dias, explodiríamos a tubulação da adutora. Depois ficamos pensando sobre as consequências dessa atitude: nem tínhamos explosivos e, tampouco, sabíamos com exatidão onde passava a tubulação. Contudo, era uma queda de braço, alguma coisa faríamos. Os dias foram passando, discutíamos sobre o que fazer até que chegou a data fatal. Logo cedo o conjunto estava invadido de policiais, porém eles não sabiam em que ponto iríamos realizar o prometido. Nós havíamos combinado que, em certa hora, nos concentraríamos rapidamente em um ponto qualquer do conjunto com picaretas, pás e ferros, tal como se fôssemos começar a executar o prometido. Começamos a simular a perfuração do solo, o que levou algum tempo até ser percebido pelos policiais que avançaram sobre nós e fecharam o cerco. Dissemos: “se acontecer alguma coisa com nós, explodiremos tudo, a água invadirá toda área e morreremos juntos. Vocês escolhem.” Falávamos com firmeza e irados o que, por certo, deve tê-los deixados intimidados. Um tenente pediu calma e disse que iria falar com seu comandante. Acho que deve ter demorado uma hora. Voltou e informou que o governador havia se comprometido a iniciar imediatamente a distribuição da água para o conjunto. As tropas se dispersaram e nós ficamos a comemorar mais uma vitória (TOSCANO, 2002, p. 161).

Durante a década de 1990 seguiram as mobilizações populares e as conquistas para a urbanização do Conjunto Palmeiras, ou como se diz por lá, para torná-lo habitável. Em 1990, já eram 26 as organizações populares existentes no bairro, organizadas na União das Associações e Grupos Organizados do Conjunto Palmeiras (Uagoconp). Durante esse período elaborou-se o Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado (PDCI), instrumento que organizava os diagnósticos e diretrizes para a solução dos problemas apontados pela população do bairro. Além disso, iniciou-se a edição do jornal comunitário *Desperta Palmeiras*, foram feitos programas de rádio, manifestações teatrais e publicações, e foi construído o canal de drenagem e de esgoto sanitário.

Apesar da intensidade vivida no Conjunto Palmeiras ao longo da década de 1990, no final de 1996, a Asmoconp estava em situação financeira difícil. Ainda assim, a Associação conseguiu recursos para escrever o segundo volume da série *Memórias de Nossas Lutas*, esta com o tema “A História de um Povo que se Organiza, busca Parcerias e Urbaniza seu Bairro”. Nesse trabalho, ao ouvir depoimentos de moradores, percebeu-se que diversos deles relatavam que parentes e amigos haviam se mudado do bairro recentemente. Com a aplicação de questionários na pesquisa, identificou-se que 30% das famílias estavam residindo no bairro há menos de dois anos, o que trazia um diagnóstico impactante: aqueles que durante 20 anos lutaram pela urbanização do Conjunto Palmeiras não podiam mais viver no próprio bairro que construíram, pois agora não tinham como pagar as taxas de luz, água, esgoto, telefone, IPTU etc. (MELO NETO & MAGALHÃES, 2008). Por não poderem pagar as taxas e os custos de uma qualidade de vida melhor, muitos moradores do Conjunto Palmeiras estavam vendendo suas casas e indo morar em bairros ainda mais periféricos.

Em 1997, foi realizado o II Seminário Habitando o Inabitável, que “chegou à conclusão de que o bairro já estava urbanizado, mas a pobreza econômica dos moradores tinha aumentado. O seminário, por fim, deliberou a criação de um projeto de geração de trabalho para o bairro. Esse projeto, inaugurado em janeiro de 1998, recebeu o nome de Banco Palmas” (MELO NETO & MAGALHÃES, 2008, p.14).

b) Surge o Banco Palmas

Uma importante constatação e diagnóstico foi formulada a partir de reuniões realizadas com produtores, comerciantes e sócios da Asmoconp: “para os pequenos produtores do Conjunto Palmeiras, mais problemático do que não ter como produzir – por falta de acesso ao crédito – era não ter como comercializar seus produtos” (MELO NETO & MAGALHÃES, 2008, p.D-16). Dessa forma, o Banco Palmas surge a partir do diagnóstico de que era preciso organizar consumidores e direcionar o consumo do bairro para a produção local. O trecho reproduzido abaixo, da publicação *Banco Palmas ponto a ponto*, descreve a ideia e a estratégia que deram origem ao Banco Palmas:

Em uma daquelas reuniões com os moradores, em agosto de 1997, foi descoberta a engenharia econômica que buscávamos. Como sempre na vida, emergem das necessidades as grandes estratégias de sobrevivência. E ninguém mais do que os pobres exercitam, no seu dia a dia, formas alternativas de se manterem vivos. Aí está o berço do conhecimento e da criatividade. Basta apenas estimularmos e estarmos atentos para não deixar escapar esta fonte de sabedoria: “Nós poderíamos fazer assim... que nem tem por aí... a gente podia ter o nosso cartão aqui e a gente comprar aqui mesmo...”, falou uma moradora do bairro. Eis a resposta! Quando terminou a reunião ficamos em um “estado de loucura” (MELO NETO & MAGALHÃES, 2008, p.E-16).

Essa ideia deu origem ao PalmaCard, que funcionava como um cartão de crédito que era aceito em alguns estabelecimentos comerciais do bairro. Obviamente não era um cartão magnético, mas de papel, conforme figura ao lado, em que uma pessoa poderia solicitar um crédito para consumo (no exemplo ao lado, de R\$ 20,00) e, no verso, o comerciante marcava os valores consumidos. Ao final do mês a pessoa tinha que pagar o crédito e o comerciante retirava o valor em reais.

Além do PalmaCard, que era uma forma de crédito para consumo local, também funcionava uma linha de microcrédito para empreendedores. Essas estratégias de combate à pobreza a partir do crédito deram origem ao nome Banco e, em alusão ao Conjunto Palmeiras, o Palmas.

Para iniciar o projeto, a Asmoconp não tinha recursos, pois após uma peregrinação por entidades de apoio, conseguiu apenas R\$ 2 mil emprestados do Cearah Periferia³, que deveriam ser pagos em um ano. Mesmo assim, o projeto foi inaugu-



Cartão PalmaCard

© Acervo Banco Palmas

rado no dia 20 de janeiro de 1998, com a presença de autoridades, mídia, políticos e moradores do bairro. Utilizou-se toda a experiência obtida nas mobilizações populares para atrair os olhos da cidade para o lançamento do banco e do cartão de crédito da periferia.

Como se esperava, no dia seguinte, o Banco Palmas foi manchete em vários veículos de comunicação. O que atraiu uma multidão de pessoas para a Sede da Associação atrás de crédito! Todo o dinheiro do Banco foi emprestado no primeiro dia! E nós amanhecemos lisos! (MELO NETO & MAGALHÃES, 2008, p.I-16).

A criação do Banco Palmas é produto e símbolo da postura da Asmoconp diante dos desafios do Conjunto Palmeiras, que vai muito além da ação puramente reivindicatória. Inicia-se então o processo de estruturação do Banco Palmas, que foi marcado por uma sequência de experimentações, acertos e erros.

Quatro meses após a inauguração, foi firmada uma parceria com duas importantes organizações de cooperação internacional: Oxfam-GB e GTZ. Aos poucos, a carteira para os empréstimos em PalmaCard foi aumentando, bem como o número de cartões em circulação. A sensibilização e conquista de confiança dos comerciantes foram os principais desafios do primeiro ano de experimentação.

Logo se percebeu que “o microcrédito, quando concedido isoladamente, normalmente leva o tomador de crédito a uma situação pior do que estava antes” (MELO NETO & MAGALHÃES, 2008, p.K-16). Criaram-se então outras iniciativas para promover o desenvolvimento da economia do Conjunto Palmeiras e a geração de renda para a população, primeiramente com espaços de comercialização dos produtos produzidos no bairro, como a Feira dos Produtores Locais e a Loja Solidária. Em seguida, passou-se a realizar um clube de trocas, que possuía uma moeda própria, o palmares. Foi justamente da evolução desse Clube de Trocas que se criou o palmas, a moeda social que circula apenas no Conjunto Palmeiras; mas a história recente do Banco Palmas vai ser contada ao longo deste estudo, a partir da abordagem dos diversos temas.

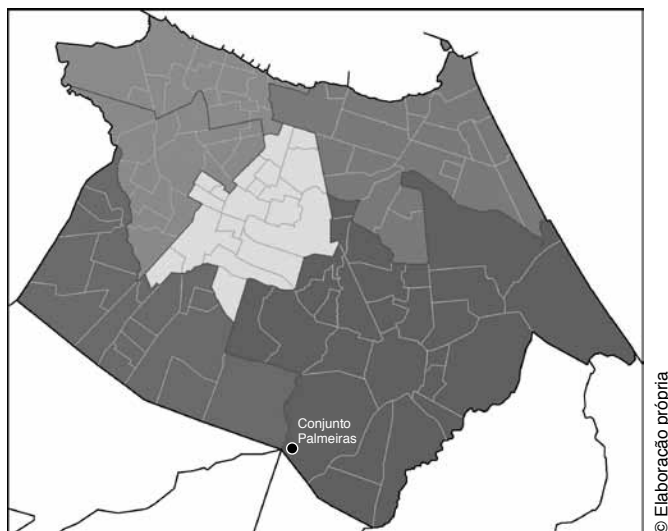
1.3. LOCALIDADE E SUAS CARACTERÍSTICAS

A descrição histórica do Conjunto Palmeiras já traz grande parte da contextualização necessária à localidade em que o Banco Palmas está inserido. Esta região, que recebeu o título de bairro em outubro de 2007, vive uma dinâmica muito semelhante à verificada nos bairros pobres e periféricos das grandes cidades brasileiras, ainda que a paisagem com amplas avenidas e ruas de fácil acesso maquie esta comparação.

No mapa abaixo está destacada a localização do Conjunto Palmeiras, na área sul da cidade de Fortaleza. Para compreender a dinâmica da cidade, pode-se imaginar um corte horizontal e um vertical no mapa, que o divide em quatro quadran-

3 O Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos (Cearah Periferia) foi criado em 1991 como uma organização não governamental sem fins lucrativos e atua principalmente em Fortaleza e região metropolitana.

tes com tamanhos aproximadamente iguais. O quadrante noroeste, superior direito, é a orla rica e turística, onde estão concentrados os hotéis, o grande comércio e os empregos. Todos os outros três quadrantes são bairros periféricos. Nessa dinâmica, vale mencionar que no centro do mapa estão localizados o aeroporto e o estádio Castelão (estádio Governador Plácido Castelo), locais extremamente estratégicos, hoje, para a cidade de Fortaleza, que será uma das sedes na Copa do Mundo de 2014. A proximidade, tanto do aeroporto como do Castelão das regiões periféricas, está gerando um processo de conflito, pois diversos despejos estão previstos e um projeto de valorização desses locais já está em curso.



Mapa de Fortaleza com indicação da localização do Conjunto Palmeiras

O Conjunto Palmeiras está localizado entre as chamadas regionais V e VI, as mais violentas e pobres de Fortaleza. Apesar de reconhecido como bairro, o Conjunto Palmeiras ainda não aparece nas estatísticas oficiais, de forma destacada, do bairro Jangurussu. A região administrativa VI é a que mais cresceu na cidade nos últimos 15 anos, sendo que de 1991 a 2000 seu crescimento foi de 53,98%, e as regionais V e VI juntas abrigam mais de 40% da população da cidade. Jangurussu é um bairro grande, com uma população estimada de 65 mil habitantes, o que representa em torno de 15% de toda a população da Regional VI. Essa região administrativa apresenta as maiores taxas de Fortaleza em relação ao analfabetismo a partir dos 5 anos, 18,38%, indicador que se agrava ainda mais no bairro de Jangurussu, que possui uma taxa de 21,33% de analfabetos dentre os maiores de 5 anos (PMF, 2009).

Quanto aos dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o último cálculo feito para os bairros de Fortaleza indicaram que Jangurussu possui um indicador de 0,421, classificado como baixo. Para fins de comparação, Fortaleza apresentou, em 2000, um IDH de 0,767. Também de acordo com dados de 2000,

Jangurussu apresenta uma renda média mensal dos chefes de família de 2,37 salários mínimos, sendo que a média da Regional VI é 4,11 salários mínimos e, de Fortaleza, 5,61 (PMF, 2009).

Aproximando o campo de visão para o Conjunto Palmeiras, o mapa abaixo mostra uma parte da região onde é possível localizar o Banco Palmas, bem ao centro, na rua Valparaíso, que é a principal via do bairro.

O Conjunto Palmeiras tem hoje mais de 30 mil habitantes e é um bairro dormitório, em que a maioria das pessoas apenas dorme, trabalhando e consumindo em outros locais. Os moradores constroem suas relações sociais na periferia, mas suas relações econômicas no centro: moram e vivem na periferia, mas trabalham e consomem no centro. Essa dinâmica cria uma situação de "definhamento" da economia local, bem como padrões ambiental e socialmente insustentáveis de locomoção e trabalho.

Por fim, vale mencionar que o Conjunto Palmeiras é um bairro considerado violento, com presença forte do crime organizado e do narcotráfico. Durante o dia não há grandes problemas em circular por suas ruas principais, mas para adentrar nas ruas menores do bairro é sempre prudente estar com algum morador. Já durante a noite é aconselhável que um visitante não ande a pé pela rua.

2. DEMOCRACIA ECONÔMICA: ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO E SERVIÇOS PRESTADOS

Este capítulo objetiva deixar claro o que é o Banco Palmas e quais as principais atividades desenvolvidas, buscando transmitir ao leitor uma imagem concreta dessa experiência. Esta descrição se desenvolve a partir das áreas de atuação do Banco Palmas, que podem ser separadas, de forma genérica, em quatro blocos. Um deles agrupa as atividades comunitárias e reivindicativas, que se originaram a partir do legado histórico da Associação de Moradores e são desenvolvidas até hoje. O segundo bloco é composto pelas atividades de caráter bancário, que originaram o projeto do Banco Palmas e fazem dele um banco. Em seguida, há o bloco de atividades cujo objetivo é estimular o desenvolvimento endógeno da economia do Conjunto Palmeiras. Por fim, estão ordenadas as atividades de apoio, criação e articulação de bancos comunitários, trabalho desenvolvido por meio da figura do Instituto Palmas. Dessa forma, cada um desses blocos dá origem a uma seção específica neste segundo capítulo.

Assim, este capítulo irá definir de forma clara como o Banco Palmas lida com o desafio de organizar a economia do Conjunto Palmeiras, gerando renda e riqueza material de forma endógena e sustentável para seus moradores. O leitor perceberá que conceitos como “direto a produzir”, “acesso a serviços bancários”, “universalização do crédito” e “fomento ao associativismo produtivo” permearão a descrição da experiência do Banco Palmas. Ressalta-se que tais conceitos fazem parte de um referencial maior, que pode ser expresso pelo conceito de democracia econômica, caracterizado por Dowbor (2007) como:

A democracia econômica nos parece ainda um conceito pouco familiar. Bertrand Russell, no entanto, descrevia, nos anos 1940, um paradoxo: consideramos ultrapassado uma família real querer mandar em um país, ou doar uma região a um sobrinho, com habitantes e tudo, mas achamos normal uma família – os Rockefeller, por exemplo – disporem do poder econômico e político de que dispõem, e o repassarem, comprarem ou venderem com trabalhadores e tudo, como se fossem feudos pessoais. (...) torna-se legítimo ampliar a intuição de Russell, e trazer para a discussão da ciência econômica um tema central: a economia precisa ser democratizada (DOWBOR, 2007, p.12).

O conceito de democracia econômica tem sido trabalhado pelo Banco Palmas como uma bandeira para as lutas, reivindicações e atuações populares. Nesse sentido, em parceria com várias entidades, a instituição realizou em 2009 e 2010 a Jornada pela Democracia Econômica: Bancos Comunitários, constituída por uma série de seminários, em diversas cidades do Ceará, sobre o conceito de democracia econômica e suas implicações na vida das pessoas. Assim, esse conceito fornece ao leitor um panorama que articula todas as ações e atividades que serão descritas a seguir.

2.1. ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA E ATUAÇÃO POLÍTICA: MÉTODO E FIM

O Conjunto Palmeiras é frequentemente caracterizado como uma comunidade organizada, que consegue reivindicar de forma coletiva as melhorias que estão de

acordo com os seus interesses. Essa caracterização foi descrita historicamente, mas esta seção tratará da importância que o Banco Palmas tem na organização comunitária do Conjunto Palmeiras e da forma como esta está construída. Para trabalhar esse tema é fundamental que se leve em conta a história do Conjunto Palmeiras, pois essa organização comunitária é fruto de um longo processo vivido pelos moradores. Além disso, vale qualificar o termo Banco Palmas e dizer que, nesse tema, a Associação de Moradores tem papel central.

a) O que significa organização comunitária no Conjunto Palmeiras?

Mas o que é uma comunidade organizada? De forma concreta, o que é a organização comunitária do Conjunto Palmeiras? Dizer que o Conjunto Palmeiras é uma comunidade organizada, muitas vezes cria imagens a partir de chavões, ideias não precisas e romantizadas. A organização comunitária do Conjunto Palmeiras passa longe do bucólico e de um ambiente familiar e solidário entre os moradores. Trata-se da periferia de uma grande cidade, uma área urbana, permeada de conflitos e abismos sociais.

A organização comunitária existente no Conjunto Palmeiras pode ser caracterizada, por um lado, pela existência de uma identidade entre seus moradores construída e reforçada pela história e pela luta do bairro. Boa parte dos moradores do Conjunto Palmeiras sabe como o bairro se formou e que as melhorias foram conseguidas a partir “da luta do povo”. Nesse ponto foi fundamental o trabalho, realizado pela Asmoconp, de sistematização da história do Conjunto Palmeiras por meio da publicação *Memórias de Nossas Lutas*. Assim, existe no bairro uma identidade com sua história e um respeito a iniciativas de reivindicação, que consegue, ainda que limitadamente, mobilizar alguns moradores.

Essa identidade é o “pano de fundo” que caracteriza essa organização comunitária, mas que se expressa mais concretamente na existência de uma associação de bairro forte, atuante e respeitada. A existência de organizações como essa e sua capacidade de representação e articulação são o outro lado da organização comunitária existente no Conjunto Palmeiras. A Asmoconp consegue executar algumas ações a partir da mobilização de moradores, como a reforma da praça principal do bairro, ida de uma comitiva a audiências públicas, organização de passeatas e outras iniciativas.

Nessas atividades tipicamente comunitárias, as imagens e os nomes do Banco Palmas e da Associação aparecem sempre lado a lado, de forma extremamente interligada. Também fazem parte



© Elaboração própria

Reunião do Fecol

dessa dimensão espaços de participação como o Fórum Socioeconômico Local (Fecol), organizado pela Associação e pelo Banco Palmas, que é uma reunião semanal da qual participam várias organizações do bairro e onde se discutem assuntos diversos relativos ao Conjunto Palmeiras. A foto ao lado é de uma das reuniões semanais do Fecol, na qual estavam presentes cerca de 30 pessoas.

O Fecol busca ser uma instância de decisão para ações que serão organizadas pela Associação de Moradores e pelo Banco Palmas, com a colaboração das entidades presentes nas reuniões. Um exemplo é o movimento iniciado em 2009, chamado “1000 jovens 10 ideias” que reúne, num mesmo dia e em determinado local, mil jovens do Conjunto Palmeiras para eleger dez ideias sobre um tema específico. Em 2009, o tema foi “Para um bairro prazeroso”; já em 2010 foi formulado o lema “Dez ideias para incluir meu bairro na copa de 2014”, ideias que foram apresentadas para o Governo do Estado e para a Prefeitura de Fortaleza.

Esse movimento surgiu a partir do Fecol e é organizado de forma coletiva, mas capitaneado pelo Banco Palmas. Ou seja, a Asmoconp pode ser considerada como a materialização e a expressão da organização comunitária do Conjunto Palmeiras e como um dos principais atores na manutenção e fortalecimento desse acúmulo social. E o Banco Palmas surge como produto desse processo de articulação e construção de um tecido comunitário, condição que define profundamente o método e a finalidade dessa experiência. Mais que isso, esse caráter comunitário do Banco Palmas define o “modelo” e o conceito de banco comunitário no Brasil.

b) O Banco Palmas é produto da organização comunitária

O Banco Palmas surge como um projeto da Associação de Moradores e com funcionamento dentro de sua sede. O caráter comunitário do Banco Palmas se expressa de tal forma que muitas vezes, conforme já foi dito, a Associação e o Banco se confundem em seus papéis e ações. É muito comum que ações tipicamente da Associação, como a organização do Natal do bairro ou a reforma da praça sejam organizadas pelo Banco Palmas e pela Asmoconp. As figuras se confundem constantemente.

Essa característica comunitária é exatamente o elemento mais forte da identidade do Banco Palmas. A Asmoconp tem por conceito a defesa dos direitos dos moradores daquela região e, por sua história, a ação reivindicativa carregada de tinta e de luta popular. Essa história, que é da Associação, mas também de muitos dos envolvidos com a instituição, marca de forma profunda o Banco Palmas e todo o resto que orbita em seu entorno. E nessas ações a separação entre as instituições é ainda mais difícil e sem sentido.

A Asmoconp, bastante ligada à figura do Banco Palmas, possui forte preocupação em ser um ator de reivindicação, que participa de debates e está envolvido com as questões públicas que envolvem a cidade de Fortaleza, mas também em temas mais abrangentes como a economia solidária. A herança cultural e de visão de mundo de uma associação de bairro acentua o caráter inovador e paradigmático

dessa experiência. Seja como Banco Palmas, como Asmoconp, como Companhia Bate Palmas⁴ ou qualquer outra entidade que faça parte dessa experiência, o grupo de técnicos está presente em diversas organizações públicas e políticas.

No entanto, é preciso ressaltar que durante a última década as atividades de mobilização social foram bastante enfraquecidas em todo o Brasil e, no Conjunto Palmeiras, apesar do acúmulo histórico existente, não foi diferente. A Asmoconp passou, e ainda passa, por um processo de enfraquecimento e esvaziamento como associação representativa, fato que é contraposto pelo fortalecimento e crescimento do Banco Palmas, o que aponta para novas formas de mobilização e ação comunitária.

Faz parte da história da Asmoconp e do Conjunto Palmeiras a organização de passeatas, atos públicos, audiências. Mas mesmo que esse tipo de mobilização já tenha sido de “outras épocas” e que hoje “não ocorram mais protestos como antigamente”, estas são iniciativas atualmente organizadas pelas instituições, que ainda conseguem, justamente neste vazio, conquistas importantes.

c) A ação política como método no Instituto Palmas

A atuação política que marca os traços da Asmoconp e do Banco Palmas caracteriza também a ação do Instituto Palmas, como ator político no campo da economia solidária e dos bancos comunitários, estando hoje envolvido em diversos espaços de participação e articulação em nível local e nacional, como, por exemplo, a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e o Conselho Nacional de Economia Solidária. Além disso, o Instituto Palmas foi protagonista na criação da Rede Cearense de Bancos Comunitários e da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Em temas mais paralelos, o Banco Palmas participa ainda do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, do Fórum Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e do Fórum Estadual de Turismo.

Dessa forma, o Instituto Palmas possui também um importante papel de articulador político em diversos campos. Ou seja, faz parte da finalidade e do método de ação do Banco Palmas a criação de espaços de articulação e a atuação política em instâncias de participação.

2.2 SERVIÇOS BANCÁRIOS E DE CRÉDITO

Agora, desloca-se a evidência para a face bancária do Banco Palmas, que se torna mais concreta com a foto ao lado, da “agência” do Banco Palmas localizada no salão principal da sede da Associação de Moradores, que é utilizado como atendimento ao público. Observando a foto, do lado esquerdo estão as cabines de atendimento para pagamento de contas, saques, depósitos e outros serviços bancários prestados a partir do convênio com o Banco Popular do Brasil (BPB), questão

⁴ Coletivo cultural composto por jovens do Conjunto Palmeiras que, entre outras atividades, organizam um grupo de percussão.

que será tratada ainda, de forma detalhada, neste estudo. Do lado direito está a mesa de atendimento da Asmoconp, destinada principalmente a atender desempregados e cadastrá-los nos bancos de dados do Sistema Integrado de Gestão de Ações de Emprego (Sigae) e de entidades de apoio ao desempregado. Nessa mesa e nas salas que ficam do lado direito é feito o atendimento a quem quer solicitar ou pagar empréstimos. Ou seja, essa é a estrutura de atendimento ao público do lado bancário do Banco Palmas.



© Elaboração própria

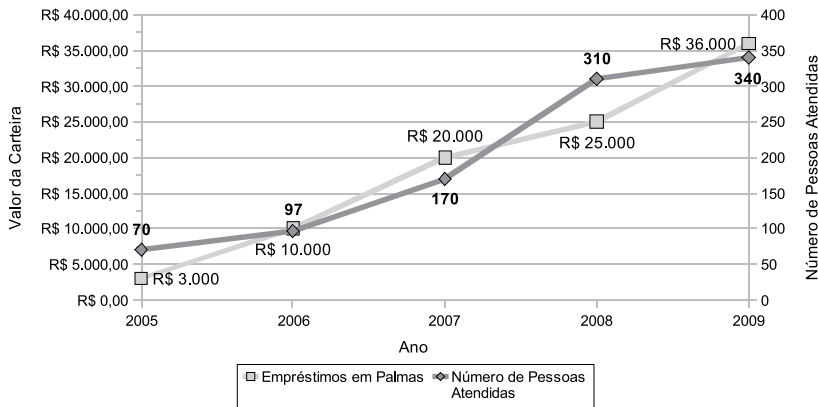
Sala de atendimento ao público

a) Modalidades de crédito

O Banco Palmas trabalha com diferentes modalidades de crédito, de acordo com a destinação do empréstimo (para investimento ou para consumo), que define a taxa de juros a ser aplicada, o prazo de pagamento, e se o empréstimo é concedido em real ou em moeda social.

A primeira modalidade de crédito é destinada a situações emergenciais, é o chamado crédito solidário, que a pessoa pede normalmente para poder comprar, por exemplo, o gás, quando o dinheiro do mês acaba, ou qualquer outra necessidade de consumo. Esse crédito é liberado apenas em palmas e o limite inicial é de P\$ 50; mas se a pessoa pagar em dia, quando for solicitar novamente esse tipo de crédito, seu limite aumenta para P\$ 100, podendo chegar até P\$ 200. O prazo de pagamento é de 30 ou 60 dias, dependendo do valor solicitado, e não são cobrados juros, mas uma taxa de administração de 1,5% sobre o valor do crédito. O volume concedido, nesta modalidade de crédito, é relativamente pequeno, apesar do forte crescimento nos últimos anos, conforme pode ser percebido no gráfico abaixo:

Evolução da Carteira de Crédito em Palmas (P\$)



Vale acrescentar que, durante os três primeiros meses de 2010, já haviam sido concedidos P\$ 7 mil em empréstimos solidários.

Outra modalidade de empréstimo existente é com recursos do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), acessado pelo Banco Palmas por meio de um acordo firmado com o BPB. O Banco Palmas, por meio da figura jurídica do Instituto Palmas, atua como Instituição de Microcrédito Produtivo Orientado (Impo)⁵, que opera o crédito a partir do fundo do PNMPO. As taxas de juros, neste caso, variam entre 1,5% e 3,5% ao mês e a taxa de administração é de 2,91% sobre o valor total do crédito. A carteira do Banco Palmas, a partir de recursos do PNMPO, é de R\$ 1,5 milhão, mas esse valor não é destinado apenas aos moradores do Conjunto Palmeiras, pois esse fundo é utilizado também por alguns outros bancos comunitários. Esse tipo de empréstimo, a partir de recursos do PNMPO, é destinado apenas para investimentos produtivos, com prazos entre quatro e 12 meses, e os valores concedidos variam entre R\$ 100 e R\$ 10 mil.

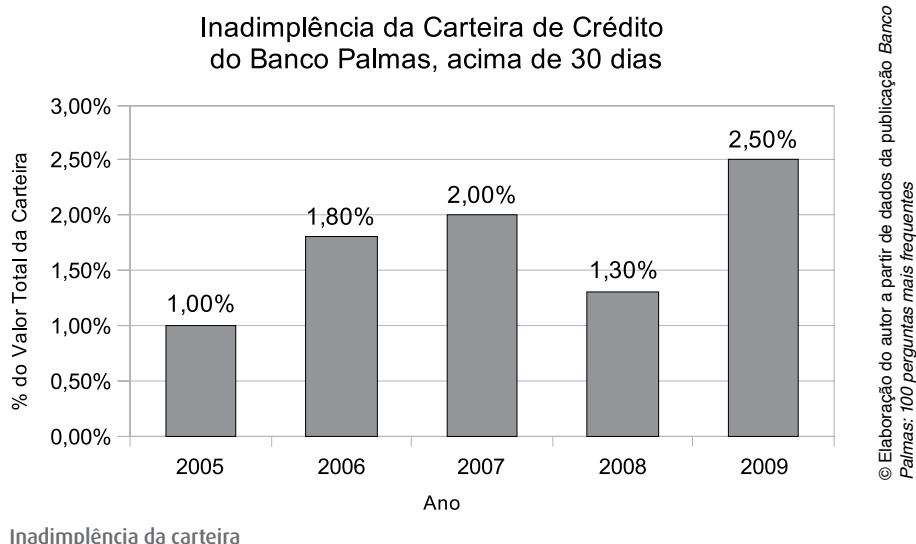
Para acessar os recursos do PNMPO, o Banco Palmas tem de ser o avalista de todos os créditos que liberar, ou seja, se responsabiliza por um eventual não pagamento. Além disso, a inadimplência dessa carteira de crédito não pode ultrapassar o limite de 5%. Dessa forma, o Banco Palmas é quem faz a avaliação dos empréstimos, por meio de seus agentes de crédito comunitários, que são alguns jovens do Conjunto Palmeiras, especialmente treinados e que conhecem boa parte dos moradores do bairro. Primeiramente, esses jovens fazem a chamada análise de crédito, por meio de uma visita ao solicitante em que é preenchida uma ficha com dados pessoais e do empreendimento que receberá o investimento produtivo. Essa análise busca verificar a veracidade dos dados fornecidos e a capacidade do empreendimento de gerar a renda necessária e esperada para pagar as parcelas do empréstimo.

Essa análise do crédito é então levada para o Comitê de Avaliação de Crédito (CAC), composto por um analista de crédito, a gerente do Banco Palmas e um técnico do Instituto Palmas, que se reúnem periodicamente para examinar as solicitações e as análises realizadas.

O Banco Palmas possui ainda outras duas carteiras de crédito, que seguem a mesma metodologia descrita de concessão de crédito e parâmetros similares aos utilizados nos empréstimos via recursos do PNMPO. A primeira delas é a carteira chamada de Fecop, com valor total de R\$ 300 mil, também acessada por outros nove bancos comunitários do Ceará. A outra carteira de crédito é a chamada Sitawi, destinada apenas ao Banco Palmas e com valor total de R\$ 150 mil.

Uma questão fundamental em relação a essas carteiras de crédito é a inadimplência existente, pois é uma métrica que define a sustentabilidade financeira das atividades de empréstimo. Um número divulgado pelo Banco Palmas relativo à sua carteira, excluindo o PNMPO, apresenta a seguinte variação:

5 Podem atuar como Impo: as cooperativas de crédito singulares, as agências de fomento, as sociedades de crédito ao microempreendedor e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. (Fonte: http://www.mte.gov.br/pnmpo/pnmpo_conheca.asp).



As variações observadas (entre 1% e 2,5%) podem ser consideradas taxas saudáveis de inadimplência para uma carteira de empréstimos, uma vez que os bancos comerciais apresentam índices médios bastante superiores aos verificados no Banco Palmas, variando entre 6% e 8% (para atrasos acima de 90 dias), de acordo com o contexto econômico⁶. Dessa forma, pode-se considerar que o Banco Palmas criou um sistema eficiente de liberação e cobrança de empréstimos, e está conseguindo gerir os recursos destinados a crédito de forma sustentável.

b) Correspondente bancário

Em 2006, o Banco Palmas estabeleceu uma parceria com o Banco Popular do Brasil (BPB) para se tornar correspondente bancário desta instituição. O BPB é uma empresa subsidiária do Banco do Brasil, fundada em 2003 e destinada exclusivamente às pessoas de baixa renda. Ou seja, é um banco que opera de forma conjugada com o Banco do Brasil, mas que realiza apenas pequenas operações de forma mais simples e barata. Seu objetivo é ser uma política pública de bancarização e de democratização do acesso ao crédito, com a missão de permitir a inclusão bancária da população de menor renda.

Para se tornar um cliente, não são necessários comprovantes de renda ou de residência, não se exige depósito inicial ou pagamento de qualquer taxa e, a cada mês, os correntistas têm direito a quatro extratos e quatro saques, com isenção total de tarifas. Não há serviços de cartão de crédito, apenas de débito a partir da rede instalada do Banco do Brasil. Esta instituição bancária não possui agências, apenas correspondentes bancários, que são pontos de atendimento simplificados instalados normalmente em estabelecimentos comerciais como farmácias, lojas de conveniência, supermercados e padarias. Esses pontos de atendimento são geren-

⁶ As taxas de inadimplência dos bancos comerciais, de acordo com o tipo de empréstimo e dias de atraso, podem ser obtidas nos Relatórios de Economia Bancária e Crédito, publicados anualmente pelo Banco Central do Brasil.

ciados e operados pelo próprio estabelecimento comercial, o qual recebe uma remuneração por operação realizada, que varia de acordo com uma tabela disponível no site do BPB.

Assim, o Banco Palmas opera um correspondente bancário do BPB, por meio de quatro guichês instalados no salão principal da sede da Associação. Segundo o folheto do Banco Palmas, reproduzido ao lado, por meio desse sistema é possível aos moradores contar com diversos serviços bancários. Vale ressaltar que a agência bancária mais próxima do Conjunto Palmeiras fica no bairro de Messejana, a mais de 10 km de distância.

Funcionar como correspondente bancário traz diversos benefícios ao Banco Palmas, sendo o primeiro deles um grande movimento de pessoas, que ao vir pagar suas contas ou sacar seus benefícios, conhecem os outros serviços oferecidos e se aproximam da instituição. Além disso, o Banco Palmas recebe uma remuneração para prestar esse serviço, que em 2009 somou R\$ 478.115,00. Esse montante é a remuneração tanto pelas operações realizadas no Banco Palmas por meio dos quatro guichês citados, quanto pelo fato de o Banco Palmas ser o gestor de toda a rede de correspondentes bancários instalada em bancos comunitários, atividade que será detalhada ainda neste capítulo.



Folheto correspondente bancário

2.3. PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO LOCAL

Esta seção olhará o Banco Palmas como uma plataforma de desenvolvimento da economia e das práticas sociais do Conjunto Palmeiras, visão que permite contextualizar muitas ações que ultrapassam o objetivo da Asmoconp e do Banco Palmas. Desde já, vale ressaltar que esse trabalho de olhar a economia do Conjunto Palmeiras e pensar o seu desenvolvimento como um sistema próprio é fortemente pautado pelas ideias, soluções e estratégias que se enquadram no campo da chamada economia solidária. Esse conceito, ou bandeira, está presente na concepção, na prática e no discurso dos protagonistas do Banco Palmas e no referencial que guia suas ações.

O Conjunto Palmeiras é um bairro dormitório, característico das regiões periféricas de grandes áreas urbanas, e vive uma típica relação de dependência entre centro e periferia, que traz para os dias de hoje as relações coloniais existentes em outra escala e em outra época. Dessa forma, cria-se uma condição em que poucas pessoas trabalham no Conjunto Palmeiras, apenas aqueles proprietários de peque-

nos comércios locais ou prestadores de serviços. Além disso, poucas pessoas também consomem no local, pois preferem fazer suas compras nas regiões centrais, onde há grandes mercados e lojas, sendo que no comércio local são feitas apenas pequenas compras. Mas mesmo essas compras são de produtos industrializados, produzidos por grandes empresas. Esse é um fenômeno típico das periferias das grandes cidades⁷, dinâmica que gera o “definhamento” das economias locais.

a) Planejando a economia local

O Banco Palmas surgiu a partir do diagnóstico da fragilidade da economia do Conjunto Palmeiras, e desde o início buscou enfrentar esse desafio trabalhando com os dois lados dessa questão: a produção e o consumo local. Essa perspectiva, de olhar a economia local como um sistema de produção e consumo, estava presente já antes da criação do Banco Palmas, pois em 1997 foi realizado o primeiro mapeamento da produção e do consumo local. Esses mapeamentos se seguiram em diversos momentos ao longo desses anos e sempre serviram de ferramenta para pensar as ações a ser desenvolvidas.

Também nesse sentido, foi realizado em 2003 um projeto bastante importante na história do Banco Palmas, o Plano Local de Investimento Estratégico (Plies). Esse projeto tinha o objetivo de planejar o desenvolvimento econômico do Conjunto Palmeiras a partir de decisões coletivas e comunitárias. Esse documento definiu uma série de ações prioritárias, que são utilizadas como ferramenta de decisão na construção das ações do Banco Palmas.

Assim, o Banco Palmas se propõe ser uma espécie de planejador e gestor do desenvolvimento da economia do Conjunto Palmeiras, realizando estudos e pensando formas de estimular a produção e o consumo local. O último mapeamento da produção no Conjunto Palmeiras foi realizado, em 2009, por uma estudante de uma universidade de Fortaleza⁸. Assim como esse exemplo, a maioria dos estudos sobre a economia do Conjunto Palmeiras é feita por meio de parcerias com outras instituições e por estudantes que, frequentemente, querem estudar a experiência do Banco Palmas.

b) Empreendimentos de economia solidária

Trabalhando o lado da produção, além do crédito produtivo, o Banco Palmas assessorou a criação e o desenvolvimento de empreendimentos de economia solidária, com o objetivo de criar uma estrutura produtiva local que forneça produtos para o bairro. Nessa linha, foram criados ao longo da história do Banco Palmas vários empreendimentos, sendo que nem todos estão ainda em funcionamento. O quadro abaixo mostra as iniciativas já colocadas em prática:

⁷ Mas pode também ser observado na cidade de S. J. do Arraial, onde se localiza a experiência do Banco dos Cocais.

⁸ Este mapeamento gerou um mapa de todos os comércios, prestadores de serviços e produtores locais. Disponível em: <http://maps.google.com.br/maps/ms?msa=0&msid=100760076296344740088.000477f132719a0bf8ee7&cd=2&sll=-14.179186,-50.449219&sspn=69.274774,157.675781&ie=UTF8&ll=-3.845072,-38.522894&spn=0.009249,0.019248&z=16>

QUADRO 1: RELAÇÃO DOS EMPREENDIMENTO JÁ APOIADOS PELO BANCO PALMAS

NOME	DESCRIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO
Palmafashion	Grupo produtivo de confecção, que hoje trabalha principalmente com <i>jeans</i> .	1998
Palmart	Grupo produtivo de artesanato, que utilizava principalmente as técnicas de fuxico e estamparia e empregava sete mulheres da comunidade. Encerrou as atividades.	2000
Palmalimpe	Grupo formalizado como microempresa, que produz materiais de limpeza e é formado por 5 jovens da comunidade.	2001
PalmaNatus	Fabricação de sabonetes artesanais e medicinais, xaropes e pomadas.	2005
Bate Palmas	Grupo cultural composto por jovens do Conjunto Palmeiras que tem como perspectiva gerar renda por meio de atividades artísticas.	2007
Palmatutur	Empreendimento formado por mulheres que participaram do projeto Incubadora Feminina e estão começando a trabalhar com turismo e eventos. Elas possuem uma pequena pousada no Conjunto Palmeiras, onde pretendem trabalhar com o conceito de turismo comunitário. Além disso, prestarão serviços em eventos.	2010

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo Banco Palmas

Os empreendimentos têm apoio do Banco Palmas para montar suas estruturas e um acompanhamento de acordo com as necessidades. Podem também ter acesso a crédito e cursos de capacitação oferecidos pelo Banco Palmas. Várias iniciativas não obtiveram sucesso em função da dificuldade de comercializar os produtos dentro e fora do bairro. Ainda que os produtos desses empreendimentos sejam destinados a uma população de baixa renda, as pessoas do bairro tendem a consumir os produtos de marcas conhecidas que veem na televisão. Além disso, a baixa escala e o baixo nível tecnológico da produção dificultam o barateamento dos produtos, ainda que esse não seja o maior problema encontrado.

c) Incentivando o consumo local

Justamente para tentar lidar com essa dificuldade de comercializar a produção local e competir com as grandes marcas, o Banco Palmas trabalha a questão do consumo de diversas formas. O diagnóstico de que é fundamental direcionar o poder de compra dos moradores do Conjunto Palmeiras para a produção local já estava presente desde a fundação do Banco Palmas, e o desafio persiste até hoje.

Nesse sentido, foi realizada a campanha Compre do Bairro, sensibilizando os moradores do Conjunto Palmeiras para comprar coisas vendidas e produzidas no bairro, por meio da produção de cartilhas com linguagem popular, histórias em quadrinhos e até mesmo peças de teatro. Acima, uma das diversas propagandas da campanha espalhadas pelos muros do bairro.



Campanha Compre do Bairro

Além disso, o Banco Palmas possui, na entrada da sede da Associação, a chamada Loja Solidária, que vende diversos produtos feitos no bairro por empreendimentos ou empreendedores locais. Já foram também organizadas compras coletivas e feiras de economia solidária, buscando incentivar o consumo de produtos do bairro, mas esta é uma das maiores dificuldades colocadas quando se pensa em desenvolver a economia do Conjunto Palmeiras.

d) Moeda social

Com o objetivo de fomentar o consumo local e o desenvolvimento da economia do Conjunto Palmeiras foi criado o PalmaCard, que evoluiu para o circulante local palmas. A proposta é que o fato de o circulante local ser aceito apenas no Conjunto Palmeiras faz com que quem receba uma nota de palmas consuma no bairro. O palmas é lastreado em reais, ou seja, para cada palma emitido e colocado em circulação, há o valor correspondente em real em um fundo administrado pelo Banco Palmas⁹. A troca de palmas por reais segue uma regra:

A regra é clara, para poder trocar palmas por reais (R\$) é preciso que o produtor comprove que a quantidade de palmas que ele acumulou não pode ser gasta no próprio bairro, ou então, que ele necessita comprar algo que não existe na comunidade (SEGUNDO, MAGALHÃES, 2005, p. 21)¹⁰.

Essa é uma regra que busca limitar a troca de palmas por reais. Isso se dá em função da dificuldade que o Banco Palmas tem de colocar a moeda social em circulação, afinal, as formas se limitam a:

- Empréstimos em palmas – cerca de P\$ 3 mil por mês;
- Pagamento de parte dos funcionários do Banco Palmas em palmas;
- Convênios com outras entidades locais que pagam seus funcionários em palmas;
- Troca de reais por palmas – valor pequeno.

9 O conceito e sistema de gestão de uma moeda social estão descritos de forma detalhada no estudo do Banco dos Cocais, disponível nesta publicação.

10 Vale mencionar que esta regra não existe no Banco dos Cocais.

Esses meios são bastante limitados em sua capacidade de colocar palmas em circulação, ainda mais se compararmos com o volume de reais que circula no Conjunto Palmeiras. Vale mencionar também que cerca de 250 empreendimentos do bairro aceitam a moeda palmas, mas apenas cerca de 70 dão descontos de até 5% para as compras em palmas¹¹.

Dessa forma, o palmas é mais uma ferramenta que o Banco Palmas utiliza para, de forma integrada com outras ações, estimular o desenvolvimento da economia do bairro.

2.4. A DISSEMINAÇÃO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS

A experiência do Banco Palmas no Conjunto Palmeiras se tornou uma referência e formatou o modelo de bancos comunitários no Brasil. Existem experiências fora do Brasil com a denominação de *community banks*, que atuam principalmente na concessão de microcrédito, mas é necessário deixar claro que o Banco Palmas não foi criado a partir do referencial dessas experiências, e sua metodologia é consideravelmente diferente das observadas fora do Brasil. Assim, é possível afirmar que o Banco Palmas criou um modelo brasileiro de bancos comunitários, que se diferencia dos modelos vistos em outros países.

A partir desse modelo e da metodologia desenvolvida, foi criado o Instituto Palmas, que busca justamente fomentar experiências e reaplicar a metodologia dos bancos comunitários em outras localidades.

a) Metodologia de reaplicação de bancos comunitários

A partir do acúmulo do Banco Palmas, o Instituto Palmas buscou formular claramente o que é um banco comunitário, que foi caracterizado por alguns pontos:

- Propriedade e controle da comunidade: no local em que o banco está estabelecido deve-se criar formas organizadas de controle social sobre o banco comunitário, o que pode ser feito por meio de fóruns e conselhos deliberativos, bem como com ferramentas que garantam a transparência de suas atividades. Além do controle social, o banco deve pertencer a uma organização da sociedade civil local, legítima e representativa, que deverá ser responsável pela sua administração. Essa característica é fundamental no conceito de banco comunitário e depende, em grande parte, da existência de uma comunidade organizada na região em que o banco será criado, com associações de bairros, ONGs e outras entidades da sociedade civil.
- Correspondente bancário: o estabelecimento de correspondentes bancários nos bancos comunitários é hoje viabilizado pelo contrato existente com o BPB. O estabelecimento do correspondente bancário, por si só, é uma ferramenta de desenvolvimento local e de inclusão financeira, afinal, na maioria das vezes, os bancos comunitários estão instalados em locais onde não há agências bancárias próximas. Além disso, é uma fonte de recursos para o banco alcançar sua sustentabilidade financeira e gera movimento de pessoas que vão, por exemplo, pagar suas contas e acabam

¹¹ Vale mencionar que, em São João do Arraial, não há comerciantes que deem descontos para compras em cocal (C\$).

conhecendo a proposta do banco comunitário.

- **Moeda social:** a comunidade cria o nome e as notas para compor o circulante local, que é uma ferramenta de estímulo ao consumo de produtos locais e ao desenvolvimento da economia da região.
- **Crédito para consumo:** a concessão de pequenos empréstimos para consumo, em moeda social e sem taxa de juros, é também uma ferramenta utilizada em todos os bancos como forma de conceder microcrédito e inserir a moeda social na economia local.
- **Crédito produtivo:** a criação de um fundo para crédito produtivo é um dos maiores desafios dos bancos comunitários, mas é uma atividade central. O Instituto Palmas reaplica a metodologia e as ferramentas de avaliação de crédito desenvolvidas pelo Banco Palmas e busca destinar os empréstimos, principalmente, a empreendimentos de economia solidária.
- **Apoio a empreendimentos de economia solidária locais:** os bancos comunitários, dentro de suas capacidades, desenvolvem atividades de fomento a pequenos empreendimentos, como cursos de capacitação, apoio ao escoamento da produção e elaboração de materiais de divulgação. Essas atividades têm como objetivo estimular a criação da estrutura produtiva local a partir de pequenos negócios, e se relacionam fortemente com as estratégias de concessão de crédito produtivo e de utilização da moeda social.
- **Filiação à Rede Brasileira de Bancos Comunitários:** todos os bancos comunitários são estimulados a se filiar a essa Rede, que tem o objetivo de articular ações comuns e criar as condições mais adequadas possíveis para o desenvolvimento de outras experiências nesse campo.

Assim, esse é o desenho de banco comunitário que o Instituto Palmas utiliza na criação de novos bancos. No entanto, essas características variam de acordo com as condições existentes. Também varia, em cada caso, a metodologia utilizada na implantação de um novo banco, mas de forma geral ela é composta por quatro fases, descritas a seguir:

- **Fase 1 – Identificação:** são realizados estudos, diagnósticos e visitas à localidade em que será implantado o banco, com o objetivo de diagnosticar se reúne as condições necessárias para sua criação. Primeiramente é feito um diagnóstico simples da organização e mobilização social do local, buscando identificar a existência de organizações da sociedade civil interessadas em se envolver com o projeto, e verificar se há uma instituição local legítima e representativa interessada em desenvolver e gerir as ações do banco. O segundo ponto trabalhado é o compromisso e o interesse de outros atores, como o poder público local, universidades, escolas e a iniciativa privada, em apoiar a implantação do banco. É então verificada a infraestrutura de comunicação disponível na localidade, afinal, é necessário ter ao menos uma linha telefônica para o funcionamento dos caixas do correspondente bancário. Por último, é realizado um diagnóstico de grupos produtivos locais e, se possível, da capacidade produtiva da localidade.

• **Fase 2 – Preparação:** é o processo de sensibilização dos moradores, produtores e comerciantes da localidade, bem como de capacitação daqueles que trabalharão diretamente no banco, os agentes e gerentes de crédito. Nessa fase, primeiramente, são feitas reuniões com a prefeitura, lideranças da comunidade, organizações comunitárias e outros atores locais com o objetivo de ouvir suas expectativas, negociar apoios ao projeto e definir formas de contribuição na constituição do banco comunitário. Em seguida, são realizadas oficinas de sensibilização com técnicos do poder público e com a comunidade, abordando noções sobre desenvolvimento local e economia solidária, apresentando o estágio de desenvolvimento alcançado pela comunidade do Conjunto Palmeiras e as experiências dos outros bancos comunitários. Nessa fase é ministrado um curso chamado ABC da Economia Solidária, um conjunto de oficinas que traz noções sobre como organizar coletivamente redes de produtores e consumidores locais, remontando cadeias produtivas e criando instrumentos de economia solidária (feiras, moeda local circulante e outros). Durante o curso, os alunos realizam um exercício prático, que termina com o mapeamento da produção e do consumo local. Por último, são realizados cursos de formação técnica para as pessoas da comunidade que irão atuar como agentes de crédito e gerentes de banco comunitário, sendo que cada treinamento é composto de 100 horas/aula, distribuídas ao longo de dois meses.

• **Fase 3 – Implantação:** Após as atividades de sensibilização e capacitação iniciarem-se os preparativos práticos para a implantação do banco, que começa com uma oficina de planejamento, na qual são definidas as formas de funcionamento do banco, seu nome, os serviços que serão disponibilizados¹², como será a gestão, quais as parcerias e outros pontos importantes e concretos sobre o novo empreendimento comunitário. Em seguida, são criados os instrumentos de gestão, como formulários, fichas de cadastro, política de juros, procedimentos e ferramentas de análise de crédito e outros. Em paralelo, é realizada a preparação da documentação necessária para registro junto aos órgãos oficiais do poder público federal, estadual e municipal, abertura de conta corrente, registro em cartórios, assinaturas de convênios, dentre outras necessidades burocráticas. Por fim, é feita a preparação, edição e impressão do material gráfico sobre o banco comunitário e da moeda social, e então se realiza o lançamento oficial e dá-se o início de suas operações. Principalmente no início das operações do novo banco, o Instituto Palmas monitora e assessora a equipe de gestão.

• **Fase 4 – Consolidação:** esse é o período em que o novo banco está operando e o Instituto Palmas está fazendo uma assessoria constante a distância, via internet e telefone. Mas além dessa assessoria, são previstas algumas atividades presenciais, como a realização de um mapeamento simplificado da produção e do consumo local, visitas técnicas de assessoria, participação em um encontro de formação e troca de experiências da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e o módulo II do curso de agente e gerente de crédito.

¹² De acordo com o modelo utilizado pelo Instituto Palmas.

A partir dessa metodologia, o Instituto Palmas tem implantado diversos bancos comunitários no Brasil inteiro. Esse trabalho é feito a partir da contratação do Instituto por uma entidade financiadora, que normalmente é local, como, por exemplo, no caso do Banco dos Cocais, em que a prefeitura de São João do Arraial contratou o Instituto Palmas para implantar a metodologia. Em torno de R\$ 60 mil é o valor do contrato firmado com o Instituto Palmas para desenvolver todo o trabalho de reaplicação e assessoria a uma nova experiência.

Por outro lado, em alguns casos é uma entidade regional ou federal, como a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes-MTE), que contrata o Instituto Palmas para implantar a metodologia em uma série de lugares, de forma que as localidades são definidas conjuntamente. Nesses casos, busca-se um local em que entidades regionais já tenham demonstrado interesse na implantação de um banco comunitário, mas cujo financiamento não se viabilizou. Isso, porque o processo para implantação de bancos comunitários inicia com alguma forma de manifestação do território em querer implantar o banco. Sempre é um ator local – prefeituras ou organizações sociais – quem toma a iniciativa de procurar o Banco Palmas, ou outro banco ligado à Rede Brasileira de Bancos Comunitários, a fim de solicitar apoio para a implantação de um banco em seu território.

b) Bancos comunitários já Implantados pelo Instituto Palmas

Como já se sabe, o Banco Palmas foi a primeira experiência de banco comunitário do Brasil. Apenas em 2004 foi inaugurada a segunda experiência, em Paracuru-CE, a 70 km de Fortaleza, o Banco PAR. Em 2005, mais dois bancos são criados e, a partir de então, esse trabalho de reaplicação da metodologia de bancos comunitários passa a ter centralidade na estratégia e nas prioridades do Banco Palmas. Nesse momento, a visão era de que o Banco Palmas não conseguiria mais se desenvolver sozinho, sendo necessário que se criassem outras experiências e uma rede de colaboração entre elas.

A Senaes/MTE e a Petrobras fecham então parcerias com o Instituto Palmas para a criação de bancos comunitários, o que culminou na criação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, sendo que, no final de 2006, estavam em funcionamento dez experiências. Nesse momento já estava montada uma equipe e uma metodologia para a reaplicação dos bancos comunitários e o ritmo de inaugurações aumentou. Em anexo, neste documento, é oferecida ao leitor uma tabela com todos os bancos criados até o final de 2009.

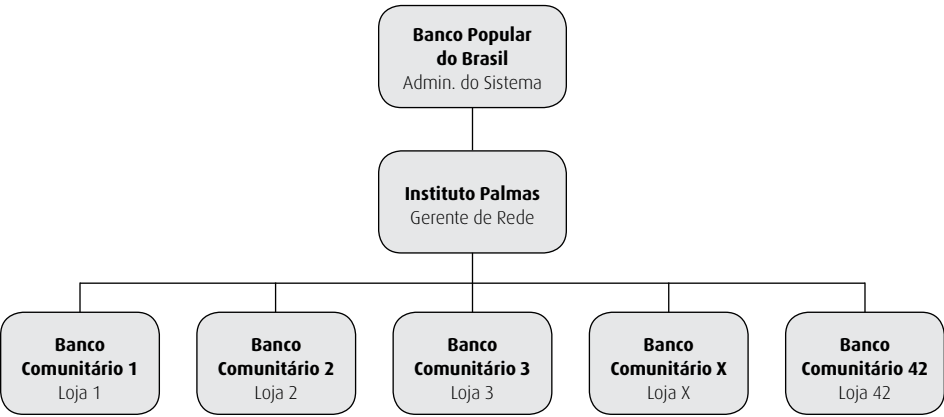
São 51 bancos comunitários existentes, hoje, sendo a maioria deles no Ceará.

c) Gerenciamento do correspondente bancário

Mais que um reaplicador da metodologia dos bancos comunitários, o Instituto Palmas hoje possui uma função central na garantia do serviço de correspondente bancário. O Instituto Palmas é a entidade conveniada com o BPB, na figura de “gestor de rede”, e cada um dos bancos comunitários que opera um correspon-

te bancário é visto, pelo BPB, como loja do Instituto Palmas. Ou seja, nenhum banco possui qualquer contrato com o BPB, apenas o Instituto Palmas, que é, portanto, o responsável legal pelas operações em todos os bancos comunitários vinculados ao seu sistema, que hoje são 42, dentre os 51 bancos comunitários existentes no Brasil.

Assim, essa situação pode ser representada da seguinte forma:



© Elaboração própria

Representação da estrutura relativa ao correspondente bancário

A responsabilidade e a centralidade do Instituto Palmas sobre o correspondente bancário se dão em função do modelo utilizado pelo BPB e devido também à situação jurídica e à capacidade de gestão da maioria dos bancos comunitários existentes. Essa situação exige que o Instituto Palmas tenha uma área de atividades para a gestão desse modelo, que envolve:

- Monitoramento do caixa e dos alívios¹³ de todos os bancos por meio de um *software* específico, desenvolvido pelo próprio BPB;
- Monitoramento das operações realizadas em todos os bancos comunitários;
- Monitoramento dos empréstimos concedidos em todos os bancos comunitários.

Ou seja, o Instituto Palmas possui uma forte capacidade de monitoramento dos bancos comunitários vinculados ao chamado Sistema Palmas. Essa capacidade de monitoramento permite que o Banco Palmas supervisione as outras iniciativas e possa realizar uma assessoria mais eficaz aos grupos. No entanto, seu objetivo não é fazer esse monitoramento e, principalmente, o Instituto Palmas não está mais conseguindo acompanhar todas as iniciativas e se responsabilizar legalmente por elas.

d) Descentralização e articulação em rede

Dessa forma, faz-se necessário que surjam outros “Institutos Palmas regionais”, que possam fazer a reaplicação de bancos comunitários, prestar assessoria e gerir redes de correspondentes bancários. Essa é uma necessidade clara e colocada

¹³ Alívios são os repasses periódicos de dinheiro dos bancos comunitários para o BPB, referentes às contas pagas, aos depósitos feitos e a outros serviços bancários realizados.

abertamente para os outros bancos comunitários, sendo um passo fundamental para que as experiências de bancos comunitários possam se disseminar por outras partes do Brasil, afinal, não é por acaso que o Ceará concentra mais da metade das experiências existentes.

Essa necessidade é uma das principais pautas da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, criada em 2006 com o objetivo de articular as iniciativas existentes para troca de informações e experiências, colaboração, atuação coletiva e reflexões. A Rede realizou, até o momento, dois encontros nacionais e alguns regionais. Por falta de recursos, o último encontro realizado foi em 2007.

3. ESTA É UMA EXPERIÊNCIA PARADIGMÁTICA? ANÁLISES E CONCLUSÕES

3.1. POLÍTICAS PÚBLICAS

Inicia agora a análise da experiência do Banco Palmas, tendo por objetivo verificar os elementos que essa iniciativa aponta para a caracterização dos novos paradigmas de produção e consumo, a partir dos quatro eixos transversais propostos pela pesquisa. O primeiro dos eixos é o de políticas públicas, no qual se analisa a relação do Banco Palmas com as iniciativas existentes e os pontos que a experiência aponta para a formulação de políticas públicas para o campo dos bancos comunitários.

Já está claro que o Banco Palmas desempenhou papel de protagonista na construção de uma metodologia e de um modelo de bancos comunitários no Brasil. A experiência do Instituto Palmas na criação e no apoio a bancos comunitários também oferece subsídios para a implantação de políticas públicas adequadas para esse campo.

Assim, o primeiro ponto a ser destacado é que os bancos comunitários precisam de financiamento em sua implantação. A Rede Brasileira de Bancos Comunitários define como uma característica dessas experiências “fundar sua sustentabilidade financeira, a curto prazo, na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas” (MELO NETO, 2009, p. 25). Essa questão é consensual e deixa claro que é impossível captar qualquer montante de recursos para investir na criação de um banco comunitário buscando retorno financeiro. Ou seja, é impensável que um investidor se interesse em colocar recursos para a criação de um banco comunitário objetivando retorno sobre seu capital. Assim, políticas públicas de financiamento à implantação é a primeira forma de apoio público necessária.

Esse debate levanta uma questão polêmica: a capacidade dos bancos comunitários de se sustentarem em médio e longo prazo, de se tornarem economicamente sustentáveis. Esse é um debate em aberto na Rede Brasileira de Bancos Comunitários e que influencia diretamente na concepção do que são políticas públicas de financiamento a iniciativas de bancos comunitários: devem ser formuladas para apoiar iniciativas em implementação ou devem financiar continuamente suas atividades? Mais que influenciar a formulação de tais políticas, essas concepções definem a viabilidade de construir políticas públicas nesse campo.

O estudo das experiências existentes mostra que um banco comunitário possui um período deficitário relativamente grande, durante o qual não possui sustentabilidade financeira e necessita de subsídios. Poucos bancos comunitários hoje no Brasil atingiram esse grau de desenvolvimento, afinal são experiências muito recentes, mas esse período deficitário é, ao menos, de três anos. A experiência do Banco Palmas aponta para um modelo de política pública de financiamento aos bancos comunitários que disponibilize recursos para implantação e manutenção da iniciativa durante seus primeiros anos, mas com o pressuposto de que esta pode

e deve atingir a sustentabilidade financeira em médio ou longo prazo. Isso, porque o Banco Palmas atingiu hoje a sustentabilidade financeira do seu “lado bancário”, na prestação dos serviços por meio do correspondente do BPB e na concessão de empréstimos.

Não se pode esquecer que o Banco Palmas é mais que o seu “lado bancário”, envolvendo também projetos como assessoria aos empreendimentos de economia solidária e atividades de formação, que certamente não conseguem ser sustentáveis economicamente. Assim, a experiência do Banco Palmas aponta para uma política que estimule, em médio prazo, a sustentabilidade financeira do “lado bancário” dos bancos comunitários, mas financie as atividades sociais e comunitárias, também constituintes do conceito de bancos comunitários.

a) A instabilidade de projetos e a falta de programas

Um ponto a destacar é que o apoio público recebido pelo Banco Palmas e, de forma geral, por todos os bancos comunitários, ocorre por meio de projetos e não por programas públicos. Olhando historicamente os apoios que o Banco Palmas já obteve do poder público, foram todos por meio de projetos específicos. Essa situação vale também para as atividades de reaplicação da metodologia dos bancos comunitários, com financiamento da Senaes/MTE, do Governo Estadual do Ceará e de algumas prefeituras.

Essa situação de dependência de projetos e a ausência de programas públicos de apoio demonstram que esse tema ainda está margeando o campo das políticas públicas. Projetos são instáveis, têm começo e fim, são de curta duração e dependem de ciclos políticos, criando situações de que, em certos momentos, há diversos projetos de apoio e, em outros, eles são escassos. Além disso, são projetos que financiam a implantação de experiências, mas são pouco sensíveis à necessidade de apoio durante o período de fortalecimento do banco comunitário. Esse contexto torna ainda mais difícil pensar que os bancos comunitários devem sempre ter financiamento público, pois para isso seria necessária a formulação de programas de financiamento e de políticas públicas que garantissem esse apoio em médio e longo prazo.

Ainda assim, é necessária a criação de um programa público de apoio aos bancos comunitários, que aporte recursos para sua implantação em todo o país e garanta apoio financeiro em curto prazo, até que a iniciativa alcance capacidade de captar recursos e financie suas atividades. A criação desse tipo de política pública pode ser justificada exatamente pela capacidade dos bancos comunitários de serem iniciativas de alto impacto social positivo que conseguem se tornar viáveis em médio prazo. Ou seja, são investimentos sociais públicos para estruturação de políticas sociais da sociedade civil, comunitárias.

b) Outras políticas que geram sinergia

Ou seja, não existem políticas públicas específicas para o campo dos bancos

comunitários. No entanto, algumas políticas públicas, indiretamente, beneficiam essas iniciativas. Pode-se destacar o Bolsa Família, como política de transferência de renda que atinge boa parte do público que é atendido pelos bancos comunitários: pequenas cidades pobres, principalmente da Região Nordeste, e populações excluídas nas periferias das grandes cidades. Ao garantir renda para essa população, o Bolsa Família beneficia indiretamente os bancos comunitários. No entanto, a possibilidade, já mencionada, de o Instituto Palmas estabelecer uma parceria com a Caixa Econômica Federal para instalação de correspondentes bancários, permitirá que os beneficiários desse programa social saquem seus benefícios nos bancos comunitários.

A política do Banco do Brasil de democratizar o acesso a serviços bancários, que se dá principalmente por meio do Banco Popular do Brasil, está hoje beneficiando altamente os bancos comunitários, que por sua vez também estão gerando benefícios consideráveis para o programa. Esse é um modelo de política pública muito interessante, pois utiliza a estrutura, experiência e proposta dos bancos comunitários como meio para atingir determinado fim público, nesse caso, a universalização do acesso a serviços bancários. O já citado PNMPO, que disponibiliza recursos para organizações operarem microcréditos, é outro exemplo de política pública que não foi criada especificamente para os bancos comunitários, mas está beneficiando algumas dessas experiências.

Ainda assim, cabe uma reflexão sobre essas políticas mencionadas, pois, em sua formulação, os bancos comunitários não foram levados em conta. Foi a partir da atuação do Instituto Palmas que se criaram as condições necessárias para que os bancos comunitários pudessem ser inseridos e se beneficiassem dessas políticas, cuja formulação a partir das condições existentes nas experiências de bancos comunitários poderia tornar ainda mais sinérgica essa relação.

c) Recursos para compor fundos de crédito

Pensando nas necessidades de apoio financeiro existentes no Banco Palmas, podem-se destacar os fundos destinados a crédito produtivo e a consumo. Compor esses fundos foi uma das maiores dificuldades e um forte limitador na história do Banco Palmas. Um ponto de extrema importância é que, nos últimos anos, o Banco Palmas aumentou consideravelmente seus fundos para crédito, condição que contribuiu fortemente para atingir sua viabilidade econômica como banco. Ou seja, a composição de um fundo razoável de crédito pode garantir a viabilidade econômica de um banco comunitário, como demonstra a experiência do Banco Palmas.

Assim, destinar recursos para compor fundos de crédito para os bancos comunitários é uma forma de incentivar sua sustentabilidade econômica e sua independência de novos recursos, principalmente destinados à sua manutenção. A composição da carteira de crédito do Banco Palmas é relativamente diversificada, havendo recursos que foram aos poucos captados por diversos projetos realizados e os que são próprios do Banco. Os outros recursos são fundos que o Banco Pal-

mas acessa, mas com recursos de terceiros, como o PNMPO, que representa boa parte de sua carteira de crédito. Há nesse ponto uma dificuldade a ser destacada, a impossibilidade de recursos de convênios com órgãos do poder público serem destinados para carteiras de crédito. Esse é um limite legal e técnico que ainda precisa ser superado para que se possam criar políticas públicas efetivas na composição de fundos para crédito.

d) Regulação e regulamentação

Um aspecto central e extremamente em pauta é a regulamentação dos bancos comunitários e os instrumentos a ser criados para regulação. Os bancos comunitários não são ainda reconhecidos institucionalmente, operam em um vácuo jurídico e formal, o que gera uma série de dificuldades para captar recursos e, até mesmo, criar políticas públicas específicas para esse campo. O Banco Palmas participou e foi utilizado como modelo na criação do Projeto de Lei Complementar 93/2007 apresentado pela deputada federal Luiza Erundina, que estabelece a criação do Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias e regulamenta a atuação dos chamados Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário (BPDS).

Esse projeto de lei reconhece e regulamenta a atuação dos bancos comunitários e sua convivência com o Sistema Financeiro Nacional. No entanto, o projeto está em tramitação no Congresso Nacional, em análise por diversas comissões. A deputada, na justificativa do projeto de lei, coloca o seguinte trecho, que resume de forma clara a necessidade da criação de um marco legal para os bancos comunitários, para que sejam estabelecidas formas de apoio a essas iniciativas:

O segmento de crédito popular apresenta três fundamentais problemas que impedem seu crescimento e expansão:

- Não está articulado, ao menos da forma que seria desejável, em nível nacional.
- A escala de operações de suas instituições é, geralmente, restrita à administração de pequenas carteiras de clientes.
- Os “bancos populares” não podem fazer mais que repassar recursos obtidos por empréstimos ou doações. Na maioria dos casos, não prestam outros serviços financeiros tão importantes às comunidades – crédito ao consumidor, captação de recursos junto ao público, financiamento de pequenas utilidades domésticas e/ou pessoais etc.

Essas limitações decorrem, portanto, da ausência de um marco legal específico e representam uma grande barreira à consolidação dessas instituições e à consolidação de seu papel desenvolvimentista (ERUNDINA, 2010).

Hoje, os bancos comunitários, sem marco legal próprio, apoiam suas atividades na Lei 9790/99 – Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), que regulamenta a operação de microcrédito por intermédio desse tipo de organização.

3.2. GÊNERO

O segundo eixo de análise da experiência do Banco Palmas utiliza a temática de gênero e busca identificar o quanto a experiência avança ou não no desafio de

enfrentar as desigualdades sociais entre homens e mulheres, e de que forma trata as especificidades das questões que envolvem a luta pelos direitos das mulheres.

A questão de gênero e raça não faz parte diretamente da problemática que o projeto busca solucionar, ainda que seja possível desdobrá-la e argumentar que a pobreza ataca de forma mais cruel as mulheres e os negros, e que, portanto, de forma indireta, essas dimensões são centrais. Da mesma forma, as estratégias de enfrentamento das desigualdades de gênero e raça e seus resultados também se dão de forma indireta. A única estratégia específica que toca na questão de gênero é a orientação que os agentes de crédito recebem para valorizar e contar como um fator positivo, caso a tomadora de crédito seja uma mulher. Isso se dá também em função de uma já conhecida estratégia de concessão de microcrédito, segundo a qual as mulheres são melhores pagadoras que os homens.

Há um importante e tradicional projeto que o Banco Palmas desenvolve – a Incubadora Feminina –, que gerou os principais empreendimentos de economia solidária criados pelo Banco Palmas. Nesse projeto são formados grupos de 25 mulheres por turma, que recebem alimentação diária e uma bolsa mensal em torno de R\$ 100 reais, e participam de um amplo processo de capacitação profissional. Depois de 18 meses, recebem um empréstimo para iniciar um pequeno negócio produtivo, ou então são encaminhadas pelo Banco Palmas para o mercado de trabalho. No ano de 2009/2010, esse projeto organizou e capacitou um grupo de mulheres para trabalhar com negócios em turismo comunitário e fundar a Palma-Tur, uma pequena e agradável pousada situada ao lado da sede do Banco Palmas, região em que não há nenhuma outra possibilidade de hospedagem comercial.

Internamente, pode-se observar um grande equilíbrio de poder entre homens e mulheres que trabalham na instituição. Apesar da forte identidade entre a imagem do Banco Palmas e a figura de seu coordenador, Joaquim, internamente essa centralização é menor. Vale destacar a presença de Sandra Magalhães (coordenadora de relações institucionais e de projetos), Jaqueline Dutra (gerente executiva) e Francisca Almeida (gerente do Banco Palmas). Além disso, dentre as 19 pessoas que trabalham diretamente na gestão e na prestação de serviços no Banco Palmas, 14 são mulheres.

3.3. O BEM VIVER

Este tópico busca avaliar como se dá o impacto das atividades do Banco Palmas a partir do conceito de Bem Viver, especificado nesta pesquisa¹⁴. Conforme metodologia utilizada na pesquisa, cada uma das dimensões que compõem o índice Felicidade Interna Bruta (FIB) foi utilizada como perspectiva para analisar o impacto da experiência. Esses nove eixos¹⁵ foram então separados em grupos, de acordo com a forma e grau de impacto que a experiência gera sobre as dimensões.

¹⁴ Para mais informações sobre a metodologia do estudo das experiências, ver capítulo específico nesta publicação.

¹⁵ Conforme descrito no capítulo específico sobre a metodologia da pesquisa, as nove dimensões que compõem o FIB são: bem-estar psicológico, uso do tempo, vitalidade comunitária, cultura, meio ambiente, governança e cidadania, padrão de vida, saúde e educação.

É necessário ressaltar o fato de essas dimensões serem extremamente interdependentes, de forma que uma experiência sempre impacta em diversas dimensões e de diversas formas, ainda mais em uma iniciativa que desenvolve ações em tantos sentidos como o Banco Palmas. Assim, esta análise, sistêmica como se propõe a ser, não poderá afirmar que alguma das perspectivas não seja influenciada pelas ações do Banco Palmas, mas definirá as dimensões de impacto vistas como estratégicas para se impactar nas demais.

Nesta análise, além da metodologia prevista no projeto, que envolveu a incorporação de perguntas específicas nas entrevistas realizadas com usuários, beneficiários e técnicos do Banco, leva em conta uma pesquisa executada pelo Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS), vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC – Campus Cariri), coordenada pelo professor Jeová Torres Silva e organizada na publicação *Avaliação de impactos e imagem do Banco Palmas – 10 anos*. Essa pesquisa foi realizada com o propósito de analisar os impactos da experiência junto aos usuários de seus serviços e perceber o retorno de imagem do Banco Palmas a partir da implementação de suas ações em seus dez primeiros anos de existência. A pesquisa ocorreu entre novembro de 2007 e fevereiro de 2008 e envolveu técnicas de análise documental, observação direta, entrevistas individuais, grupos focais e aplicação de um *survey* (SILVA JR., 2008).

a) Dimensões centrais e constituintes da experiência

Neste grupo buscou-se reunir aquelas dimensões de atuação centrais na essência da experiência, ou seja, que fazem parte dos objetivos primeiros do Banco Palmas. Por exemplo, não é por acaso, muito menos por imprecisão, que o Banco Palmas formulou o termo “banco comunitário”: a experiência surge a partir da comunidade do Conjunto Palmeiras e de sua história de organização popular. O comunitário está presente em sua essência, em seu conceito e em seu método, assim, é inevitável perceber seu impacto na dimensão “Vitalidade Comunitária”. O Banco Palmas fortalece o sentimento de comunidade e de pertencimento no Conjunto Palmeiras, cria espaços de participação e socialização entre os moradores e organiza a comunidade para reivindicar seus interesses.

Essa dimensão esteve bastante presente na fala dos entrevistados, algumas vezes ligada ao trabalho de organização comunitária que é historicamente realizado pela Asmoconp. No entanto, a análise dessa dimensão expõe uma questão algumas vezes difícil de perceber na experiência estudada, mas levantada por muitos moradores do Conjunto Palmeiras: que o Banco Palmas se sobrepõe à Asmoconp, que está enfraquecida. Essa percepção surgiu nas falas de alguns entrevistados e foi verificada também nos grupos focais realizados no âmbito da pesquisa *Avaliação de impactos e imagem do Banco Palmas*. Algumas falas são reproduzidas abaixo:

“A associação precisa definir seu papel, se é só o Banco Palmas ou se continua com seu papel de luta por melhorias outras da comunidade.”

“O Banco Palmas é um filho que está deixando sufocar a mãe. O Banco Palmas é um projeto da Associação... Estão esquecidas as questões de valorização da própria luta da Associação.”

“É muito importante aqui pro Palmeiras ter o Banco Palmas que é a Associação... Associação dos Moradores... é conhecido por Associação... passou agora na mídia que parece que até a Associação dos Moradores saiu o nome e ficou só mais foi Banco Palmas que é mundial e a associação tá quase desaparecendo. Que num é pra fazer isso... tem que andar os dois juntos... associação dos moradores com o Banco Palmas... a raiz vem do começo, senão a gente vai perder as raízes...”
(SILVA JR., 2008, p. 57 e 58)

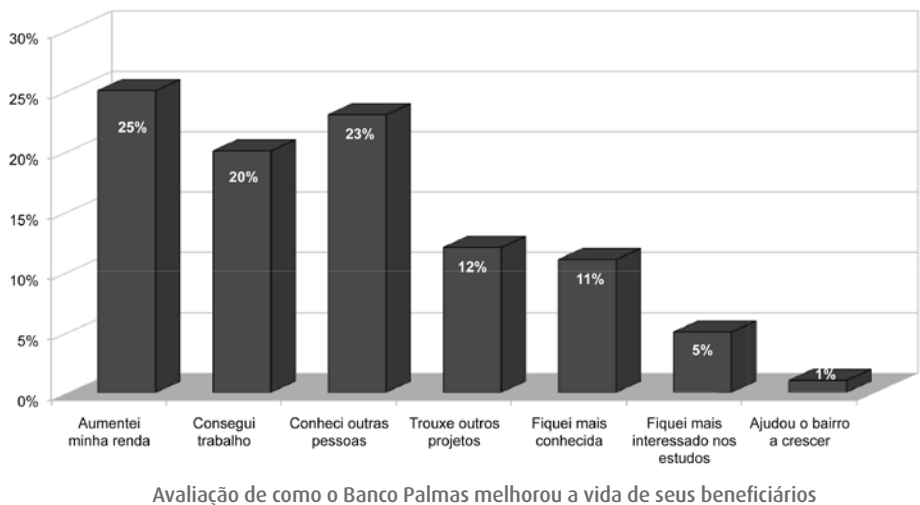
A dimensão “Governança e Cidadania” também está fortemente presente no conceito e na prática da experiência do Banco Palmas. Primeiramente destacam-se atividades de promoção da transparência, como o informativo *Banco Palmas na Rede*, distribuído no Conjunto Palmeiras, divulgando as atividades do Banco Palmas e prestando contas sobre o que está sendo feito e quanto está sendo gasto. Além disso, atividades de participação são desenvolvidas nesse sentido, como o Fecol. Nessa dimensão, a resposta dos entrevistados variou de acordo com o grau de envolvimento da pessoa com o Banco Palmas, ainda que todos tenham mencionado conhecer o Fecol. Aqueles que conhecem e frequentam o Banco Palmas apenas para pagar contas e utilizar o correspondente bancário mostram desinteresse em se envolver e não veem o Banco Palmas para além da prestação dos serviços bancários, como demonstra a fala abaixo destacada:

[...] é bom... acho que ajuda a gente e eles brigam pela questão do transporte, que hoje é o melhor da região. Mas acho que deviam é ficar só com o Banco Popular, que é o melhor que eles fazem. Tem gente que vive aqui e eu não quero isso não. Venho, pago minhas contas e já tá bom. Não quero mais que isso (entrevista concedida ao autor).

Por outro lado, os entrevistados envolvidos nos projetos e dois tomadores de empréstimos ouvidos mencionaram que, de alguma forma, o Banco Palmas contribui para incluí-los socialmente, destacando-se as falas de que o Banco Palmas faz aquilo que o governo não faz. Dessa forma, a perspectiva da cidadania e da exigibilidade de direitos também se destaca no projeto do Banco Palmas, ainda que seja, muitas vezes, difícil captá-la por meio da fala dos usuários.

A geração de renda e promoção de melhores condições materiais de vida também é uma dimensão constitutiva na experiência do Banco Palmas e um dos resultados mais concretos de suas ações. Estimular a economia local, conceder crédito e permitir que as pessoas paguem suas contas no bairro são estratégias para combater a pobreza e gerar renda para os moradores do Conjunto Palmeiras. Nessa dimensão, vale destacar que o *survey* aplicado entre os usuários do Banco Palmas, no âmbito da pesquisa *Avaliação de impactos e imagem do Banco Palmas*, questionou-os com relação à forma como foram beneficiados, de onde se produziu o gráfico abaixo. Ou seja, os resultados ligados à geração de renda e melhoria na dimensão “Padrão de Vida” são os mais apontados pelos beneficiários da expe-

riência. Nos grupos focais da pesquisa, com relação ao impacto das ações do Banco Palmas, sobressaem as questões ligadas ao crédito e à geração de renda (SILVA JR., 2008, p. 50).



Fonte: Elaboração própria a partir de SILVA JR., 2008, p. 72

Portanto, olhando a atuação do Banco Palmas a partir dos nove eixos que compõem o FIB, pode-se dizer que ela impacta diretamente e em alto grau as dimensões “Vitalidade Comunitária”, “Governança e Cidadania” e “Padrão de Vida”. Por meio dessas dimensões, o Banco Palmas gera impacto, direta e indiretamente, nas outras dimensões.

b) Outras dimensões atingidas diretamente

Aqui estão agrupadas dimensões fortemente impactadas pelas ações do Banco Palmas por meio de ações específicas, mas que não fazem parte do objetivo central da experiência. A dimensão “Educação”, por exemplo, é trabalhada de forma intensa pelo Banco Palmas e possui centralidade em sua estratégia por meio de projetos como a Palmatech, o Bairro Escola de Trabalho, a Incubadora Feminina, o cursinho pré-vestibular, o Curso de Consultores Comunitários, e várias outras atividades pontuais.

Essas atividades de capacitação são, até mesmo, uma forma que o Banco Palmas encontrou de capacitar e selecionar pessoas do próprio bairro para trabalhar em suas atividades, de forma que praticamente todos os seus funcionários são ou já foram moradores do Conjunto Palmeiras. Em entrevista, uma das analistas de crédito do Banco conta como foi o curso de Consultores Comunitários que ela fez antes de começar a trabalhar no projeto:

Foram 4 meses de curso, mas no total foi um ano e dois meses (...) a gente ficava aqui de manhã e vinha pro curso à tarde. (...) Foram cinco que ficaram trabalhando em bancos comunitários, duas desistiram e três que eram da universidade e queriam estudar a fundo a metodologia do Banco. Quem realmente quis ficou e conseguiu trabalhar aqui ou em outro banco (entrevista concedida ao autor).

Também nos grupos focais realizados pela pesquisa já mencionada, que avaliou o Banco Palmas, destacam-se as falas com relação aos benefícios que esses projetos educativos trazem para os jovens do bairro (SILVA JR., 2008, p. 46). Ainda assim, vale mencionar a fala de uma das participantes dos grupos focais que afirmou ter feito diversos cursos e que o problema é conseguir se manter empregada. Essas atividades são específicas no campo da educação, geram resultados diretamente, mas constituem uma forma de atingir as dimensões centrais do projeto.

O mesmo acontece com a dimensão “Cultura”, em que são desenvolvidas atividades como o grupo cultural Bate Palmas e o estúdio de gravação comunitário, entre diversas outras ações pontuais de promoção cultural. A dimensão “Meio Ambiente” surge de forma transversal em diversas atividades, como o grupo PalmaLimpe, que estimula o reúso das embalagens de seus produtos.

c) Dimensões atingidas indiretamente

Por fim, as dimensões “Bem-estar Psicológico”, “Saúde” e “Uso do Tempo” são dimensões atingidas pelas ações do Banco Palmas, mas de forma sistêmica, ou seja, a partir de sua interdependência com as outras dimensões.

Com relação a esses pontos, vale mencionar uma das constatações da pesquisa realizada pela Liegs por meio de grupos focais: que o “conceito de ‘desenvolvimento’, para os participantes, está diretamente ligado ao acesso à qualificação profissional, cultura, educação e renda, bem como à ‘mudança da autoestima’ dos moradores da comunidade” (SILVA JR., 2008, p. 46) e que, a partir desse conceito, “o desenvolvimento do bairro foi compreendido como unânime por todos os participantes dos grupos” (idem, 2008, p. 46). O primeiro ponto apontado pelos participantes desses grupos focais no tema do desenvolvimento do Conjunto Palmeiras está ligado a mudanças estruturais, como sistemas de distribuição de água tratada e energia, acesso a gás, vias e transporte, aspectos que melhoraram muito ao longo da história do local (idem, 2008). A melhoria nesses aspectos “estruturantes” está geralmente vinculada, nas falas dos participantes dos grupos focais, à ação da Asmoconp e à história de luta do bairro.

Outro ponto que compõe a ideia de desenvolvimento para essas pessoas está atrelado ao desenvolvimento do comércio e aumento do emprego, melhorias ainda recentes e em andamento. Nesse aspecto, algumas falas fizeram uma ligação entre esses ganhos e o Banco Palmas, e outras veem o Banco Palmas como resultado da história de desenvolvimento do Conjunto Palmeiras.

Um ponto bastante destacado pela pesquisa coordenada pelo professor Jeová Torres é a visibilidade que o Banco Palmas deu ao conjunto Palmeiras junto à mídia e ao meio político: “[...] o Conjunto Palmeiras, nos dias atuais, é muito mais citado no caderno de economia dos jornais que nas páginas policiais, diferentemente do que ocorria anos atrás” (SILVA JR., 2008, p. 84). Essa questão impacta fortemente na autoestima e no otimismo dos moradores em relação ao bairro.

3.4. DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

O Banco Palmas está inserido e é obrigado a se enquadrar no sistema financeiro nacional, que possui suas regras e lógicas, muitas vezes constrangedoras para o desenvolvimento de um banco comunitário. Essa situação, que se dá na relação entre uma experiência inovadora e o sistema vigente, está presente de diversas formas e se materializa diariamente. Nessa relação, o produto inevitável é a contradição e o conflito. A contradição é gerada na tentativa das iniciativas de sobreviver, nas estratégias adotadas frente à situação encontrada. O conflito é o desafio existente entre lógicas e contextos diferentes.

Esta seção pretende analisar como o Banco Palmas lida com sua necessidade de existir e se desenvolver frente a um contexto construído a partir de outros referenciais, para fomentar outros modelos de iniciativa. Esse contexto possui diversos ângulos, alguns adequados ao Banco Palmas, outros completamente incompatíveis, situação que pode ser metaforizada na imagem da tentativa de colocar um trapézio dentro de um retângulo, em que algumas partes entram e outras não.

Um primeiro elemento que merece análise está relacionado à forma como a experiência financia suas atividades. Parte delas, como já foi dito, possui sustentabilidade financeira na prestação de serviços: as atividades ligadas ao “lado bancário”. No entanto, o Banco Palmas possui hoje financiamento do Instituto Walmart e do Banco Santander, por exemplo, para financiar os chamados projetos sociais. Aqui está um elemento interessante de reflexão sobre como essas iniciativas paradigmáticas conseguem existir, e sobre as estratégias utilizadas diante da situação encontrada, que pode ser composta por três condições: a busca pela sustentabilidade financeira, a execução de ações de cunho social, inevitavelmente subsidiadas, e a escassez de financiamento com essa finalidade.

Diante dessas condições, conflitantes entre si, o Banco Palmas encontra a solução no financiamento de empresas típicas do que se chama de paradigma hegemônico, pois estas, no contexto atual, são as principais fontes de financiamento para essas atividades. A situação se agravou ainda mais com a recente reconfiguração das instituições de cooperação internacional, que financiaram diversas ações do Banco Palmas ao longo de sua história e que estão diminuindo suas ações no Brasil.

A análise dessa situação indica uma contradição, um desafio na relação entre o hegemônico e o emergente. A necessidade do Banco Palmas de financiamento de responsabilidade social corporativa é um exemplo de como um desafio colocado para a experiência ser financeiramente sustentável, é respondido por estratégias contraditórias, pois são as únicas possíveis.

Outra contradição, ou desafio, que o macroambiente em que o Banco Palmas está inserido coloca para essa iniciativa é explicitada no fato de, em 2005, o Banco Central ter aberto um processo na justiça contra o Banco Palmas, denunciando irregularidades no sistema de moeda social. Esse caso é fruto do conflito entre um sistema monetário estruturado, que determina ser apenas da alçada do Banco

Central a emissão de cédulas e que a única moeda no Brasil é o real. A criação de moedas por instituições e municípios é algo extremamente conflituoso para o paradigma monetário que o Banco Central representa. Apesar disso, o Banco Palmas foi inocentado pelo Poder Judiciário, pois provou que a criação de moedas sociais não fere a soberania do real e que o circulante palma é lastreado.

Após esse fato, o Banco Palmas protocolou no Banco Central um pedido de regulamentação do sistema de moedas sociais. Atualmente o Banco Central, além de reconhecer que não existe ato ilícito no sistema de circulante local, tem convidado o Instituto Palmas a escrever em revistas especializadas e palestrar em vários seminários. Esse é um exemplo de disputa na qual as moedas sociais e os bancos comunitários avançaram no campo hegemônico e foram reconhecidos pelo sistema vigente. Esse exemplo demonstra que, muitas vezes, o avanço do novo sobre o hegemônico é um processo de incorporação, e é virtuoso quando essa incorporação não tem o objetivo de sufocar o novo paradigma ou adaptá-lo de forma a perder sua essência.

No entanto, a legalidade dos bancos comunitários é ainda uma questão em aberto. Apesar do avanço no reconhecimento legal das atividades dos bancos comunitários, conforme o exemplo relatado acima, ainda são grandes os limites colocados pelo sistema estabelecido para regulação e legitimação de atividades inovadoras no campo financeiro e de crédito. Com a definição legal de que a atividade do Banco Palmas não é irregular, criou-se uma situação contraditória, afinal a existência dos bancos comunitários ainda não é reconhecida legalmente; são iniciativas que estão no vácuo da legislação e do sistema vigente.

Diante disso, a estratégia dos bancos comunitários é operar como OSCIPs, que podem conceder microcrédito. Mas essa não é a institucionalidade ideal para o funcionamento dos bancos comunitários, pois não podem captar poupança nem ter correntistas. Essa limitação se dá justamente por estarem subordinados às determinações que compõem o Sistema Financeiro Nacional. Captar poupança seria uma atividade de extrema importância e um avanço muito grande para esse campo, mas é o ponto mais conflituoso na relação com o Banco Central e, praticamente, a única condição – a de não poderem captar poupança – que essa instituição coloca para que sejam reconhecidos os bancos comunitários. A questão da captação de poupança também é um grande ponto de conflito no Projeto de Lei Complementar 93/2007, pois este autoriza os bancos comunitários a captar poupança e outras atividades que são restritas aos bancos tradicionais. Este é, portanto, um ponto em aberto, que envolve um grande conflito entre o sistema vigente e as nascentes experiências de finanças solidárias.

4. CONCLUSÃO

A questão fundamental agora é se perguntar, a partir da descrição e da análise realizada, quais os elementos que o Banco Palmas aponta como subsídios paradigmáticos. E para responder a essa questão deve-se partir dos acúmulos do artigo de Morais e Costa (2009), que aponta alguns elementos para se pensar os novos paradigmas de produção e consumo. Primeiramente, pode-se destacar a governança democrática, sobre a qual o seguinte trecho expõe suas principais marcas: “[...] pelo reconhecimento da existência de novos atores sociais e políticos, pela socialização do poder, pela descentralização das estruturas de gestão, pela radicalização da democracia” (MORAIS e COSTA, 2009, p. 15). O Banco Palmas possui um forte acúmulo na prática do controle social e na criação de novas estruturas decisórias e de participação popular. O Fecol, as ferramentas de publicização de informações, a sua história, ou seja, a permeabilidade da experiência entre os envolvidos e beneficiados é forte e reafirma a governança democrática como elemento importante.

Também se afirma como um importante elemento a chamada valorização do local, que coloca como central a territorialidade e sua identidade. O Banco Palmas está calcado no que é o Conjunto Palmeiras e busca afirmar e fortalecer este como um território, com identidade própria e muitas potencialidades. O Banco Palmas é fruto de sua territorialidade, reconhece isso e busca fortalecer essa relação.

A estreita relação do Banco Palmas com o movimento e com a proposta da economia solidária deixa clara sua identificação com o elemento da colaboração. A centralidade desse elemento também se manifesta no conceito e na prática das redes colaborativas, e estas são ferramentas extremamente utilizadas pelo Banco.

De forma geral, são esses os elementos apontados por Morais e Costa (2009), que se reafirmam como paradigmáticos na experiência do Banco Palmas e fornecem subsídios para se pensar os novos paradigmas de produção e consumo. No entanto, essa iniciativa apresenta um elemento por trás de alguns desses elencados, mas não colocado de forma explícita. Na experiência do Banco Palmas destaca-se seu caráter comunitário, sua origem por meio da organização social dos moradores daquele bairro, uma iniciativa de base construída a partir do diagnóstico, das estratégias, da iniciativa e do conhecimento dos moradores do Conjunto Palmeiras. A experiência do Banco Palmas demonstra que essa base comunitária se concretiza em uma capacidade de mobilização, de sensibilização e de legitimidade que se torna um poderoso e valioso recurso, que pode ser denominado de “capital comunitário”.

Esse termo é criticado etimologicamente por muitos autores, como Becker & Wittmann (2003), os quais afirmam que termos como capital social, comunitário e outras variações não passam de mera derivação formal da economia de mercado,

16 Woolcock, M. (1998), Social capital and economic development: Toward a theoretical synthesis and policy framework, *Theory and Society*, vol. 27, nº 2, pp. 151-208.

e podem ser tomados como um primeiro indicativo da metamorfose do velho em novo. Woolcock (1998¹⁶, apud Moraes, 2003) nomeia esse conceito de “capital social comunitário” e o define a partir da capacidade dos indivíduos gerarem relações sociais baseadas em reciprocidade e confiança nas comunidades, além do potencial organizativo que essas mesmas comunidades possuem. Assim, justamente porque este estudo trata da relação entre “o velho e o novo”, o conceito de capital comunitário é ilustrativo e define bem o elemento paradigmático que caracteriza o Banco Palmas.

O conceito de capital comunitário, como um elemento que aponta para um novo paradigma de recurso, para uma nova forma de produção e consumo, também traz avanços na reflexão sobre a governança democrática. Ou seja, o Banco Palmas mostra que a governança democrática é uma forma de apropriar os envolvidos e beneficiados da experiência, de torná-la mais permeável e formar capital comunitário. Mais que isso, a experiência do Banco Palmas aponta para a importância do capital comunitário como recurso central na construção de experiências a partir de novos paradigmas, recurso este que é imaterial, não comercial, imensurável e essencialmente local.

Por fim, cabe também nesta conclusão evidenciar a forma como o Banco Palmas lida com as instituições e com o sistema hegemônico, que pode ser caracterizada pelo diálogo, contato, pela negociação, mas de forma politizada. Quando o Banco Central quis proibir o funcionamento do Banco e a circulação do palmas, este elaborou uma argumentação e buscou mostrar que suas atividades não podiam ser consideradas ilegais. Pressionou o sistema a aceitar sua experiência e, hoje, o Banco Central adota uma postura de diálogo e reconhecimento dos bancos comunitários. Da mesma forma, o Banco Palmas aceita financiamento de empresas privadas tipicamente hegemônicas, mas constrói uma relação na qual esses financiadores não influenciam ou definem o conteúdo do projeto. Esta forma de se relacionar com o hegemônico, de dialogar politizadamente e de pressionar por meio do contato não da refuta é uma contribuição extremamente importante e relevante desta experiência para o debate sobre novos paradigmas.

ANEXO 1 – BANCOS COMUNITÁRIOS EXISTENTES

QUADRO 2: BANCOS COMUNITÁRIOS EXISTENTES (FIM DE 2009)

	Nome do Banco	Nome da moeda	Ano de fundação	Município	Estado	Área de atuação
1	Palmas	Palmas	1998	Fortaleza	Ceará	Bairro Conjunto Palmeiras
2	Par	Par	2004	Paracuru	Ceará	Bairros de Boa Esperança e Riacho Doce
3	Bassa	Santana	2005	Santana do Acaraú	Ceará	Sede do município
4	Serrano	Palmeira	2005	Palmácia	Ceará	Sede do município
5	Paju	Maracanã	2006	Maracanaú	Ceará	Bairro da Pajuçara
6	Bancart	Ta	2006	Irauçuba	Ceará	Distrito do Mici
7	Empreendedores	Prata	2006	Maranguape	Ceará	Sede do município
8	Eco Luzia	Trilha	2006	Simões Filho	Bahia	Bairro de Santa Luzia
9	Bem	Bem	2006	Vitória	Espírito Santo	Bairro Morro São Benedito
10	Pirapirê	Pirapirê	2006	Dourados	Mato Grosso do Sul	Sede do município
11	Quinamuiú	Quinamuiú	2007	Tauá	Ceará	Bairros de Colibri, Bezerra e Souza
12	Frei Diogo	Paz	2007	Paramonti	Ceará	Todo o município
13	Bandesb	AB	2007	Beberibe	Ceará	Sede do município
14	Quilombola	Guará	2007	Alcântara	Maranhão	Sede do município
15	Cocais	Cocais	2007	São João do Arraial	Piauí	Sede do município
16	Ilhamar	Concha	2007	Vera Cruz	Bahia	Bairro Vila de Matarandiba
17	Terra	Terra	2007	Vila Velha	Espírito Santo	Bairro Barro Vermelho
18	RioSol	Rios	2008	Fortaleza	Ceará	Bairro Granja Portugal
19	Bandesce	Horto	2008	Fortaleza	Ceará	Bairro Conjunto Ceará
20	Pirambu	Pirambu	2008	Fortaleza	Ceará	Bairro do Pirambu
21	Banco Econômico de Tauá ¹⁷	Econômico	2008	Tauá	Ceará	Sede do município
22	Jaçanã	Maracanã	2008	Maracanaú	Ceará	Bairro Jereissati
23	Juazeiro	Cactos	2008	Irauçuba	Ceará	Distrito do Juá
24	Amizade	Cactos	2008	Irauçuba	Ceará	Bairro do Cruzeiro

17 O Banco Econômico de Tauá encerrou suas atividades, mas esta informação foi confirmada apenas após o término da elaboração deste estudo. Assim, optou-se por mantê-lo nesta tabela, ressaltando que, de fato, são 50 os bancos comunitários em funcionamento.

	Nome do Banco	Nome da moeda	Ano de fundação	Município	Estado	Área de atuação
25	Itapebussu	Itapebussu	2008	Maranguape	Ceará	Distrito de Itapebussu
26	Artpalha	Castanha	2008	Palhano	Ceará	Sede do município
27	Feiticeiro	Acaraú	2008	Tamboril	Ceará	Sede do município
28	Serra das Matas	Serra	2008	Monsenhor Tabosa	Ceará	Sede do município
29	Bansol	Sol	2008	Madalena	Ceará	Distrito de Macaoca
30	Serra Azul	Ibaré	2008	Ibaretama	Ceará	Sede do município
31	Ocards	Tupi	2008	Ocara	Ceará	Sede do município
32	Sertanejo	Sabiá	2008	Choro	Ceará	Sede do município
33	Pe. Quiliano	Caribelo	2008	Caridade	Ceará	Distrito de Campos Belos
34	Tremembé	Ita	2008	Itarema	Ceará	Distrito de Almofala
35	Caju da Praia	Caju	2008	Cajueiro da Praia	Piauí	Sede do município
36	Semear	Semear	2008	Parnaíba	Piauí	Bairro São Vicente de Paula
37	Beira Rio	Ribeirinhos	2008	João Pessoa	Paraíba	Bairro São José
38	Verde Vida	Verde Vida	2008	Vila Velha	Espírito Santo	Bairro Barro Vermelho
39	Sol	Girassol	2008	Cariacica	Espírito Santo	Todo o município
40	Banco São Cristóvão	Palmas	2009	Fortaleza	Ceará	Bairro Conjunto São Cristóvão
41	Tupinambá	Moqueio	2009	Belém	Pará	Ilha de Mosqueiro
42	Autogestão	Moradias	2009	São Paulo	São Paulo	Bairro Jardim São Luís
43	Paulo Freire	Freire	2009	São Paulo	São Paulo	Bairro Inácio Monteiro
44	Vista Linda	Vista Linda	2009	São Paulo	São Paulo	Bairro Jardim Donária
45	União Sampaio	Sampaio	2009	São Paulo	São Paulo	Bairro Campo Limpo
46	Apuanã	Apuanã	2009	São Paulo	São Paulo	Bairro Jardim Apuanã
47	Chapadense	Veredas	2009	Chapada Gaúcha	Minas Gerais	Todo o município
48	Sussuarana	Uruana	2009	Uruana	Minas Gerais	Todo o município
49	Casa do Sol	Tinharé	2009	Cairu	Bahia	Sede do município
50	Guine	Samper	2009	Salvador	Bahia	Bairros Saramandaia e Pernambués
51	Pontes Solidárias	Ponte	2009	São Leopoldo	Rio Grande do Sul	Sede do município

Fonte: Elaboração própria a partir de informações cedidas pelo Instituto Palmas

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO PALMEIRAS – AS-MOCONP. *Favela do Conjunto Palmeiras: habitando o inabitável*. Fortaleza: Asmoconp, 1990. vol.1. Coleção “Memórias de Nossas Lutas”.

BECKER, Dinizar F. e WITTMANN, Milton Luiz (Orgs.). *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

DOWBOR, Ladislau. *Democracia econômica: um passeio pelas teorias*. Fortaleza: Ed. Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

ERUNDINA, Luiza. Projeto de Lei Complementar nº 93 de 2007. Estabelece a criação do Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias e dá outras providências. Disponível em: http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=361065. Acesso em 27/maio/2010.

MELO NETO, Joaquim João; MAGALHÃES, Sandra. *Bairros pobres, ricas soluções: Banco Palmas, ponto a ponto*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.

_____. *O poder do circulante local: a moeda social no Conjunto Palmeiras*. Fortaleza, 2005.

MELO NETO, Joaquim João. Bancos Comunitários. *Le Monde Diplomatique*. Janeiro de 2009.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. Capital Social: Potencialidades dos fatores locais e políticas públicas de desenvolvimento local – regional. In: BECKER, Dinizar F. e WITTMANN, Milton Luiz (Orgs.). *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA – PMF. *Fortaleza em números*. Fortaleza: Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento – Sepla, 2009.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DE FORTALEZA – SEPLA. *Fortaleza em números 2006*. Prefeitura de Fortaleza, 2006.

SILVA JR., Jeová Torres. *Avaliação de impactos e de imagem: Banco Palmas – 10 anos*. Fortaleza: Arte Virtual, 2008.

TOSCANO, I. O Banco Palma\$: uma experiência de economia solidária. In: FRANÇA, Cássio Luiz de; VAZ, José Carlos; SILVA, Ivan Prado, (Orgs.). *Aspectos econômicos de experiências de desenvolvimento local*. 2ª edição. São Paulo: Instituto Pólis, 2002 (Publicações Pólis, 40)



BANCO DOS COCAIS UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA DE BANCOS COMUNITÁRIOS

ADRIANO BORGES COSTA

Administrador pela EAESP-FGV, é pesquisador do Instituto Pólis no Projeto Novos Paradigmas de Produção e Consumo e na coordenação do Eixo Alternativas para o Desenvolvimento, que integra todas as atividades do Instituto na temática.

INTRODUÇÃO

Não é possível determinar os condicionantes do desenvolvimento de um território. É impossível saber certamente, a partir das características de determinado lugar, como será seu futuro, se este local será reprodutor de uma ordem colonizadora e patrimonialista, construirá formas de desenvolvimento endógeno, ou seguirá qualquer outro rumo possível. É restrita a utilidade de indicadores econômicos, sociais, ambientais, políticos ou culturais, na tentativa de prever quais territórios possuem mais capacidade de se desenvolver, e de que forma será esse desenvolvimento. Isso porque, quando se olha no específico, no micro, essas características territoriais dependem de outras tantas variáveis, e a mais importante delas é a dinâmica de poder no local. Um município em que o poder está centrado na mão de uma elite que utiliza todas as institucionalidades e estruturas locais para se manter no poder, obviamente que o desenvolvimento se dará de forma restrita, de acordo com os interesses dessa elite.

Por outro lado, um município em que a dinâmica de poder é mais descentralizada, mais democrática e onde os cidadãos possuem mais capacidade de pressionar e exigir, os recursos locais serão utilizados mais amplamente para o desenvolvimento do território como um todo. E nessas condições, as características mensuráveis, os indicadores, apenas apontam potencialidades.

São João do Arraial, uma pequena cidade piauiense, possui um dos 100 piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil e está localizada em uma região extremamente dependente e com forte história de dominação oligárquica. Este território possui indicadores que levam qualquer um a subestimar sua capacidade de construir um desenvolvimento de fato e inclusivo. No entanto, São João do Arraial é hoje palco de algumas experiências recentes bastante inovadoras e da criação de uma dinâmica de poder extremamente interessante. Uma dessas experiências é o Banco dos Cocais, um banco comunitário criado em 2007, que busca oferecer ferramentas financeiras para enfrentar a situação de pobreza vivida neste território.

Apenas uma análise qualitativa e com um forte trabalho de campo pode indicar qual a dinâmica que está fazendo com que São João do Arraial desenvolva caminhos próprios para o seu desenvolvimento, superando qualquer possível análise a partir de seus indicadores e das características gerais da região.

Desta forma, este estudo tem o objetivo de clarear ao leitor qual a situação e os condicionantes que estão criando a dinâmica atual de São João do Arraial. Além disso, busca explicar o próprio conceito de bancos comunitários, que vem ganhando espaço, experiências e estudos, mas muitas vezes deixa, para o leitor não especializado uma imagem pouco concreta e não territorializada do que é e quais são os impactos. Assim, este estudo de caso trabalhará de forma bastante concreta e ilustrativa o que são, por exemplo, moedas sociais e uma metodologia de microcrédito.

A experiência de São João do Arraial foi escolhida, entre outros motivos, por permitir realizar este tipo de abordagem, apesar de ser uma experiência nova e em um pequeno município. Justamente estas características fazem com que o Banco dos Cocais seja um experimento, e São João do Arraial um “ambiente controlado”, de forma que permitem uma análise adequada das ferramentas e princípios propostos pelos bancos comunitários e seus impactos em uma economia local.

Soma-se a estas condições o fato de o Banco dos Cocais ser extremamente inovador em alguns aspectos, principalmente por sua forte relação com a prefeitura municipal, o que fornece insumos importantes para as análises previstas neste projeto, principalmente com relação a políticas públicas.

Desta forma, este estudo inicia, nesta introdução, com um breve referencial teórico que pretende apresentar ao leitor o que são bancos comunitários, moedas sociais e microcrédito. Estes primeiros insumos conceituais permitem ao leitor percorrer com mais tranquilidade os primeiros passos do texto. No capítulo 1 são tratados temas introdutórios ao caso em estudo, criando uma contextualização geral sobre a iniciativa, seu contexto e história.

Em seguida, no capítulo 2, são tratados os principais pontos que caracterizam a experiência do Banco dos Cocais, em um tom mais descritivo, buscando explicar ao leitor como é a forma de atuação desta iniciativa, no sentido de aproximar o leitor dos conceitos e práticas relacionados aos bancos comunitários. Por fim, o capítulo 3, analisando a experiência a partir da metodologia prevista neste projeto.

Breve referencial teórico

Faz-se necessário, inicialmente, trabalhar três principais conceitos e práticas diretamente ligados com a experiência do Banco dos Cocais. O primeiro conceito é o de banco comunitário, de acordo com a definição da Rede Brasileira de Bancos Comunitários:

[...] serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos socioprodutivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores (MELO NETO, 2009).

Ou seja, são instituições que prestam serviços financeiros com base nos princípios da economia solidária, mas têm como objetivo maior gerar desenvolvimento local, por isso atuam em diversas frentes. Por fim, vale destacar que são de caráter comunitário, associativo, ou seja, não possuem um dono, mas representantes de uma comunidade que participam das tomadas de decisão. Além disso, será também amplamente tratado o conceito de moeda social, que de forma simples pode ser definida como:

[...] uma forma de moeda paralela criada e administrada por seus próprios usuários, logo, tem sua emissão originada na esfera privada da economia (SOARES, 2010).

Ou seja, é um meio de troca criado por determinada comunidade. Mas, além desta definição técnica, para este estudo é necessário o seguinte complemento:

Por isso, as diversas formas de resistência a esse tipo de economia que concentra o dinheiro em poucas mãos inventaram uma “outra moeda” que corrige a História e devolve a função primitiva de ser somente facilitadora dos intercâmbios entre produtores e consumidores (REDLASES, 2006).

Este trecho diz o necessário para introduzir a discussão. Por fim, o conceito de microcrédito também fornece insumos interessantes para iniciar a leitura do caso.

A atividade de microcrédito [...] é definida como aquela que, no contexto das microfinanças, se dedica a conceder crédito de pequeno montante, e distingue-se dos demais tipos de empréstimo, essencialmente, pela metodologia utilizada, bastante diferente daquela adotada pelas operações de crédito tradicionais (MONZONI NETO, 2006).

Cabe ainda acrescentar que o microcrédito é destinado a um público restrito, definido por sua baixa renda e pela dificuldade de acessar formas convencionais e comerciais de crédito. Com os conceitos de microcrédito e moeda social já é possível ter uma melhor compreensão da experiência que será descrita a partir deste momento. Mas antes, cabe dizer que este estudo da experiência do Banco dos Cocais dialoga em diversos pontos com o estudo do Banco Palmas, e estes compõem o bloco de experiências do campo das finanças solidárias.

1. UMA CIDADE E SUA HISTÓRIA: CONTEXTO E ORIGENS DO BANCO DOS COCAIS

1.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA EXPERIÊNCIA

O Banco dos Cocalis foi inaugurado em 12 de dezembro de 2007, em São João do Arraial, município de cerca de 8 mil habitantes localizado no norte piauiense, a 186 km de Teresina. Este foi o primeiro banco comunitário do Piauí, que hoje conta com outras duas iniciativas neste campo.

De forma geral, o Banco dos Cocalis atua em quatro frentes de ação, que formam um sistema integrado de crédito, produção, comércio e consumo:

- Gestão de uma moeda social que circula e é aceita apenas no município de São João do Arraial: o cocal (C\$);
- Concessão de microcrédito em real e em cocal, para financiar consumo e investimentos em produção;
- Correspondente bancário do Banco Popular do Brasil (BPB);
- Assessoria e levantamento de necessidades aos empreendimentos e grupos solidários.

Cada um dos pontos destacados acima é trabalhado de forma aprofundada em seções seguintes e específicas. Para além destas atividades, o Banco dos Cocalis busca essencialmente reverter a situação de pobreza material vivida no município, que possui uma economia muito frágil e dependente. Este contexto, que não é muito diferente do vivido nos municípios próximos, faz com que muitos jovens deixem a cidade em busca de melhores empregos e perspectivas nos centros urbanos, conforme demonstra a fala de Aline Barros, coordenadora do projeto.

Em São João do Arraial, as pessoas são extremamente pobres, mas elas têm uma característica muito forte que é o empreendedorismo. [...] O Banco surgiu com esse interesse, de fazer com que essas pessoas que são empreendedoras tenham acesso ao crédito que elas não tinham, porque não têm como comprovar renda e garantias. [...] Então, o que a gente pretende é exterminar essa pobreza, que tenham acesso ao crédito e se sintam mais motivadas com isso, se sintam mais independentes, comecem a trabalhar o que elas têm de melhor (entrevista concedida por Aline Barros ao autor).

A saída de muitos, jovens principalmente, do município para arrumar trabalho fora é uma problemática importante no desenvolvimento e um desafio colocado para o Banco dos Cocalis. Cabe citar que esta e outras problemáticas não estão definidas em uma formulação específica, como objetivos, missão, visão, ou objetivos gerais e específicos, mas os gestores, quando questionados sobre os objetivos do Banco dos Cocalis, ainda que não formulados, apontam os seguintes termos: “incentivar a economia solidária”, “gerar renda para as famílias, por meio do crédito”, “inclusão social e financeira”, “fazer com que o dinheiro circule dentro do município, com a moeda social, fortalecendo a economia local”. Pode-se assim definir estes pontos levantados como a problemática territorial que contextualiza a iniciativa.

O Banco dos Cocais chama a atenção, em relação às outras experiências de bancos comunitários, pelo volume movimentado: em tão pouco tempo de funcionamento, já passa de R\$ 2 milhões anualmente. Além disso, destaca-se o fato de todos os estabelecimentos comerciais de São João do Arraial aceitarem realizar transações com a moeda cocal. Estas duas constatações são, em parte, explicadas pelo amplo apoio da prefeitura na criação e no desenvolvimento do Banco dos Cocais.

O apoio do poder público municipal apresenta-se como elemento central no estudo do Banco dos Cocais, pois é um fator que o diferencia das diversas outras experiências e que aporta inovações exitosas para o campo dos bancos comunitários no Brasil. Essa relação com a prefeitura faz com que a experiência apresente muitos subsídios para a discussão sobre questões legais e regulatórias em relação às moedas sociais e aos bancos comunitários, pois é o primeiro e único a ter uma legislação própria e uma inter-relação com os entes federados, no caso, o município de São João do Arraial.

1.2. A LOCALIDADE E SUAS CARACTERÍSTICAS

a) Características gerais

No caminho mais comum para chegar a São João do Arraial, que vem de Teresina e passa por Esperantina, o motorista me explica a diferença entre a palmeira do babaçu e da carnaúba. Conforme nos aproximamos de São João do Arraial, o babaçu passa a predominar na paisagem e se formam florestas, que são escuras, porque as copas dos coqueiros brigam, a 20 metros de altura, pelos raios de sol, e por isso quase nada mais cresce no chão. Entre os troncos de babaçu que sobem para brigar por um lugar ao sol é possível andar sobre o tapete de folhas caídas e ver os cocos maduros que caem no chão.

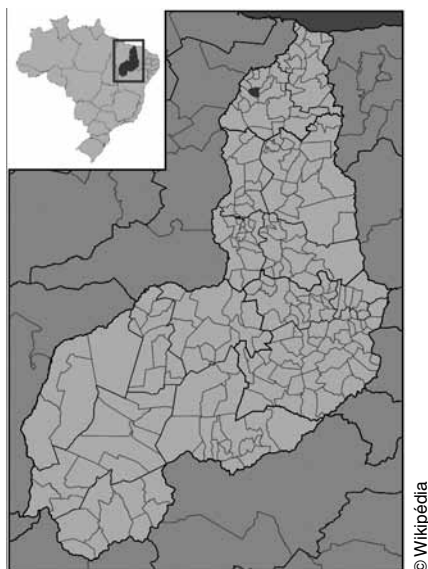
Um terreno plano e coberto de florestas de babaçu cerca São João do Arraial, uma pequena cidade com duas ruas principais que se cruzam no meio. Uma é a chamada Avenida, maior, com um canteiro no centro que ainda tem suas árvores ganhando grossura no tronco, onde fica a prefeitura e a maioria das secretarias municipais. A outra é a rua do Ponto de Cultura, mais residencial e que se estende até as áreas rurais. Da estrada, chega-se à Avenida, que cruza e delimita a cidade, e do outro lado continua a estrada, que vai para Morro do Chapéu e Matias Olímpio.

É fácil cruzar este pequeno povoado urbano sem perceber. Apenas quando se conhece o local, as pessoas e a dinâmica da cidade é que ela se torna muito mais que um povoado entre cidades maiores, e então surge uma indignação interna por tantas pessoas passarem pela cidade sem perceber sua complexidade. O passo seguinte é pensar quantos milhares de São João do Arraial existem no mundo, assim como as Macondos de Gabriel Garcia Marques.

b) Características geográficas

Esta região do Baixo Parnaíba piauiense é uma faixa de transição entre o clima, a vegetação e a topologia do sertão nordestino e da Amazônia. No mapa ao lado é possível observar em destaque a localização de São João do Arraial, no norte piauiense, relativamente perto do rio Parnaíba e da capital do estado, Teresina. O município faz limite com as cidades de Luzilândia e Matias Olímpio, ao norte; ao sul, com Esperantina; a leste, com Morro do Chapéu; e a oeste, com Campo Largo.

A temperatura média na cidade é da ordem dos 27°C, sendo que a média das máximas atinge 34°C e a média das mínimas é 22°C. O município está localizado a uma altitude inferior a 100 metros em relação ao nível do mar. O período chuvoso da região é caracterizado entre os meses de janeiro e maio, com chuvas de pré-estação acontecendo a partir da segunda quinzena de dezembro.



Localização de São João do Arraial
no mapa do Piauí

c) Território dos cocais e do babaçu

São João do Arraial está localizado no chamado Território dos Cocais, que abrange a região norte do Piauí, do Maranhão e do Ceará, onde predomina a vegetação denominada mata dos cocais, formada por palmeiras de babaçu, carnaúba, oiticica e buriti. Toda esta região é marcada pelo extrativismo e beneficiamento do coco do babaçu, em sistema caseiro e tradicional. Os principais destinatários das amêndoas do babaçu são as indústrias locais de esmagamento, produtoras de óleo cru. Constituindo cerca de 65% do peso da amêndoa, esse óleo é subproduto para fabricação de sabão, glicerina e óleo comestível, mais tarde transformado em margarina, utilizado na produção de ração animal ou de azeite. A casca é usada para fazer carvão e produzir uma farinha muito rica em nutrientes, o mesocarpo.

Além de marcar a paisagem, o babaçu marca também o modo de vida de boa parte da população deste território. Sobre a predominância do babaçu na região, o geógrafo Alpheu Diniz Gonsalves, em 1955, escreveu: “É difícil opinar em que consiste a sua maior exuberância: se na beleza dos seus portes altivos ou se nas suas infinitas utilidades na vida da humanidade” (GONSALVES, 1955). No entanto, o trabalho com o coco babaçu é hoje uma atividade degradante e executada em condições ruins, sendo praticamente o único sustento de grande parte da população interiorana do Território dos Cocais, em especial de mulheres, que entram na mata acompanhadas de suas crianças para catar o coco e depois quebrá-lo, as chamadas “quebradeiras de coco”.

Estima-se que 400 mil extrativistas estejam envolvidos diretamente com a economia do babaçu (ALMEIDA, 2005), e um milhão de pessoas, direta ou indiretamente (PORTO, 2004). Estes números são basicamente compostos por mulheres, com baixo grau de organização da produção e grande dependência dos atravessadores, que chegam a ganhar de 40% a 60% a mais na comercialização da amêndoa. Calcula-se que cerca de 15 mil mulheres, somente no estado do Piauí, trabalhem no beneficiamento do coco babaçu.

Esta cultura, que é tratada como um recurso marginal há muito tempo, marca fortemente a cidade de São João do Arraial, reconhecida como uma das principais produtoras de azeite de babaçu. Mas, mais que uma atividade econômica, os babaçuais marcam culturalmente a cidade, fazem parte de sua história e constroem parte de sua identidade. Todos em São João do Arraial têm em sua história marcas do trabalho com o coco. No entanto, um fenômeno bastante claro, proveniente principalmente do processo de urbanização e integração da região aos grandes centros nacionais, é o enfraquecimento da cultura de uso integral do babaçu. Os inúmeros subprodutos desta palmeira estão deixando de ser utilizados pela população local, e isso se manifesta principalmente na cultura alimentar.

d) O município e sua história

A cidade de São João do Arraial é formada por uma região mais urbanizada, chamada popularmente de sede, onde estão localizados os principais pontos comerciais e órgãos do governo municipal, e onde mora cerca de 40% da população total da cidade. Mas, além da sede, há mais sete bairros predominantemente rurais, chamados de comunidades.

A região onde hoje é São João do Arraial começou a ser povoada na década de 30, por agricultores migrando de outros estados, principalmente do Ceará. Houve grandes migrações para esta região durante as grandes secas de 1915, 1932 e 1958. A cidade começou a se formar como Vila de Arraial, na década de 70, em torno de um campo de futebol. Com o passar dos anos, o local passou a ser chamado de Arraial de São João, em homenagem a São João Batista. A região pertencia então ao município de Matias Olímpio.

Na década de 80, a energia chegou ao povoado, bem como uma escola e um posto telefônico. Devido à distância do povoado de Arraial de São João à sede de Matias Olímpio, iniciou-se, na década de 90, um movimento de emancipação política liderado pelo sr. Bernardo Araújo Rocha, conhecido popularmente por “Binú”. Após a realização de um plebiscito, em 1996 foi realizada a primeira eleição municipal para prefeito, quando o sr. Binú foi eleito pelo PMDB, e no dia 1º de janeiro de 1997 a cidade foi formalmente emancipada. O prefeito Binú foi administrador da cidade por dois mandatos seguidos e trocou o nome da cidade para São João do Arraial.

e) Aspectos socioeconômicos

O município possuía uma população estimada de 7.440 habitantes, em 2009, predominantemente jovem se comparada à pirâmide etária brasileira, sendo 40% de habitantes da zona urbana da cidade, e 60% da zona rural. A economia e a renda da cidade vêm da agricultura de subsistência e do extrativismo vegetal, do babaçu e do tucum. Na produção agrícola destaca-se o cultivo de arroz, milho, mandioca e feijão, e na pecuária, a produção concentra-se na criação de caprinos, bovinos, suínos e aves.

Com relação ao atendimento na área de saúde, existe uma Unidade Municipal de Saúde da Família instalada na sede do município, e quatro postos de saúde espalhados por outros bairros, de forma que, qualquer problema mais sério precisa ser encaminhado para Esperantina ou outra cidade maior. Em frente à sede do Banco dos Cocais há um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), responsável pela implantação dos programas assistenciais da prefeitura. Na área da educação, o município oferece ensino infantil, fundamental e alfabetização de jovens e adultos, em escolas na sede e na zona rural.

No ranqueamento de cidades pelo IDH (dados de 2000), São João do Arraial tem o 82º pior índice entre todas as cidades brasileiras, com o valor de 0,53. Para fins de comparação, vale dizer que o IDH do estado do Piauí é 0,66, o terceiro pior índice estadual brasileiro. O PIB *per capita* de São João do Arraial foi estimado, em 2007, em R\$ 2.414, sendo que este índice é de R\$ 4.662 para o estado do Piauí. Portanto, São João do Arraial é uma cidade pobre e pouco desenvolvida economicamente.

f) Contexto político

São João do Arraial é uma cidade bastante dividida politicamente. Como se diz na cidade: “Ou você é de um lado ou é de outro” (entrevista concedida por Aline Barros ao autor). Essa divisão influencia diretamente a dinâmica social da cidade, definindo de forma bastante forte grupos de sociabilidade, principalmente entre os jovens. Também influencia muito quem apoia e quem é contra o Banco dos Cocais.

A história política de São João do Arraial é recente e apresenta elementos para compreender este contexto. Em 1996 foi realizada a primeira eleição para prefeito na cidade, conforme já foi dito, quando o atual prefeito, Francisco das Chagas Limma, concorreu pelo PT e perdeu para o sr. Binú (PMDB) por uma diferença de 81 votos nominais. Em 2000, novamente Francisco Limma concorreu à prefeitura, desta vez pelo PSB, porém, o então prefeito foi reeleito por uma diferença de 52 votos. Em 2004, novamente no PT, Francisco Limma foi eleito prefeito com 2.110 votos nominais, e reeleito em 2008, com 2.627 votos.

No âmbito estadual, o governador do Piauí, José Wellington Dias (PT), também se encontra em seu segundo mandato. Ou seja, o contexto político institucional apresenta-se de forma bastante peculiar para a administração municipal de São João do Arraial, afinal, construiu-se um quadro de continuidade de governos petistas nas três esferas de governo.

Bastante influenciado por este contexto político favorável, o município de São João do Arraial parece estar se tornando um município referência, na região do norte piauiense, em inovações no campo da gestão pública, principalmente em experiências de desenvolvimento local. Fatos fundamentam esta afirmação, como a presença do prefeito Francisco Limma em diversos eventos para apresentar projetos em implantação no município; ou a visita de uma comitiva de vereadores, lideranças comunitárias e representantes de entidades, associações e sindicatos de Porto e de Campo Largo do Piauí, para conhecer projetos em implementação no município de São João do Arraial, no dia 18 de janeiro de 2010.

Além do Banco dos Cocais, as seguintes experiências se destacam como promotoras do desenvolvimento local do município, e que estão sendo utilizadas como modelo para outras administrações municipais da região:

- Cidade Digital, que é a distribuição de internet sem fio, gratuita, a todos os habitantes
- Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)
- Projeto ELO: Escola Local Organizada, que funciona no município desde 2006 e consiste na compra dos gêneros da merenda escolar diretamente dos pequenos produtores do município
- Ponto de Cultura Coco Babaçu
- Escola Família Agrícola dos Cocais (EFA Cocais)

O município de São João do Arraial faz parte do Território da Cidadania Cocais, composto por 22 municípios: Barras, Batalha, Brasileira, Campo Largo do Piauí, Domingos Mourão, Esperantina, Joaquim Pires, Joca Marques, Lagoa de São Francisco, Luzilândia, Madeiro, Matias Olímpio, Milton Brandão, Morro do Chapéu do Piauí, Nossa Senhora dos Remédios, Pedro II, Piracuruca, Piripiri, Porto, São João da Fronteira, São José do Divino e São João do Arraial.

A população total do Território da Cidadania Cocais é de 363.840 habitantes, dos quais 174.679 vivem na área rural, o que corresponde a 48,01% do total. Possui 28.727 agricultores familiares, 5.423 famílias assentadas e 8 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,58.

Além disso, vale destacar a existência do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Território dos Cocais (CITCocais), presidido pelo prefeito de São João do Arraial, Francisco Limma. Este consórcio é uma instituição que agrega 13 municípios da região: Barras, Batalha, Esperantina, São João do Arraial, Morro do Chapéu, Nossa Senhora dos Remédios, Joaquim Pires, Luzilândia, Joca Marques, Madeiro, Campo Largo, Porto e Matias Olímpio.

g) Problemática territorial

A problemática que origina a experiência do Banco dos Cocais é a dependência econômica de São João do Arraial das grandes economias do estado e do país. Na verdade, a pequena cidade piauiense vive uma situação de atrofia

de sua economia, em que a capacidade produtiva local é muito pequena e não consegue competir com os produtos das grandes indústrias urbanas. Um típico problema de desenvolvimento local. Um ciclo extremamente vicioso de dependência econômica, que não permite que a economia municipal se desenvolva e possa reduzir a situação de pobreza vivenciada pela maioria da população.

Este quadro pode ser analisado a partir de três eixos que caracterizam essa dependência. O primeiro eixo é o do padrão de consumo, em que os consumidores de São João do Arraial apresentam o comportamento geral de comprar produtos baratos, afinal, trabalham com um orçamento reduzido, e em comércios maiores, onde conseguem menores preços. Desta forma, o padrão de consumo é caracterizado pela compra de produtos industrializados, de grandes marcas e em comércios maiores, em sua maioria de cidades vizinhas.

O segundo eixo é o padrão de produção, em que se vê uma situação de predominância da produção de alimentos para subsistência e a dependência do extrativismo do babaçu. A capacidade produtiva do município é pequena e se limita a produtos muito simples e de pouco valor agregado. O comércio também é um setor frágil, pois não consegue atingir níveis razoáveis de escala e organização. Os padrões de produção e de consumo observados em São João do Arraial são situações que se retroalimentam, criam um ciclo vicioso no qual o setor produtivo não consegue se desenvolver porque o padrão de consumo não o fortalece, e o padrão de consumo não muda, pois o setor produtivo não é capaz de responder às suas demandas e competir com os produtos industrializados e de grandes marcas.

Este ciclo vicioso é alimentado pelo terceiro eixo, o padrão de crédito, que é praticamente inexistente e completamente dependente dos serviços oferecidos pelos bancos comerciais ou públicos, no modelo convencional de crédito comercial. A necessidade de diversos tipos de comprovação e exigências, bem como o tecnicismo, torna o crédito praticamente impeditivo para produtores e consumidores na cidade. Esta quase ausência do crédito é um fator que torna o ciclo vicioso ainda mais profundo e difícil de ser quebrado.

Esta condição econômica é a problemática territorial que dá origem ao Banco dos Cocais. Mas cabe incluir, dentre as problemáticas que originam o Banco dos Cocais, a perda da cultura do uso integral do babaçu, que mais que uma fonte de renda, faz parte da cultura e da identidade local. O Banco dos Cocais, em parceria com outros projetos na região, busca retomar e fortalecer o aspecto local como elemento de construção da identidade regional e como potencialidade econômica subaproveitada. O nome do Banco e de sua moeda, a figura das quebradeiras de coco estampada em suas notas, o financiamento de festas regionais e o apoio a iniciativas que trabalham com o beneficiamento desse fruto, são formas de ressignificar o trabalho com o babaçu e um dos desafios desta experiência.

1.3. HISTÓRIA E ANTECEDENTES

a) Concepção

Em 2005-2006, a prefeitura iniciou um trabalho de mapeamento do que era produzido em São João do Arraial e de definição de potenciais produtivos por comunidades, com o objetivo de criar projetos e iniciativas de fomento à economia do município. Um dos projetos que surgiram desse processo foi o Escola Local Organizada (ELO), no qual algumas escolas do município fazem a compra de produtos, para a merenda escolar, de agricultores e empreendimentos locais. Nesse diagnóstico da economia do município, um dos pontos levantados como entrave à produção local foi a dificuldade de acessar crédito no mercado.

No processo de planejamento participativo daquele ano formou-se um grupo para discutir esta questão e propor iniciativas concretas. Em 2006, o prefeito Francisco Limma ficou sabendo da trajetória do Banco Palmas¹, criado em 1998 como o primeiro banco comunitário do Brasil, e da proposta dos bancos comunitários, e durante uma viagem a Fortaleza conheceu a experiência. O grupo que estava discutindo a questão do crédito, que envolvia diversos atores da sociedade civil e do governo, passou então a estudar a possibilidade de formar um banco comunitário em São João do Arraial. A prefeitura, no início de 2007, organizou e financiou uma visita ao Banco Palmas com cerca de 30 pessoas, entre diretores de escolas, comerciantes, empreendedores de grupos de economia solidária, líderes comunitários, sindicalistas, secretários e vereadores.

Com o apoio do Instituto Palmas², um grupo de cinco pessoas elaborou uma proposta que consistia em criar uma associação que fizesse a gestão de um banco comunitário que iria conceder microcrédito, implantar uma moeda social no município e oferecer alguns serviços bancários por meio de um acordo com o BPB. Esse era o modelo que, a partir da experiência do Banco Palmas, foi formulado, sistematizado e implantado em diversos locais pelo Instituto. Essa associação teria o apoio da prefeitura, sendo que em médio prazo deveria atrair outros parceiros e ser independente financeiramente. Foram feitas reuniões setoriais com comerciantes, grupos de economia solidária e líderes de bairro, para aprovar a proposta e definir exatamente o que iria fazer este, que seria o primeiro banco de São João do Arraial.

Durante todo o ano de 2007, a proposta de criação de um banco comunitário em São João do Arraial foi sendo amadurecida e formulada. Nesse processo, duas entidades auxiliaram tecnicamente a prefeitura e os envolvidos no projeto: o Instituto Palmas e a Care Brasil. Esta última já desenvolvia alguns trabalhos no município, principalmente ligados ao Ponto de Cultura Coco Babaçu e à Escola Família

1 Uma descrição completa da trajetória do Banco Palmas está disponível no estudo da experiência feito neste projeto e disponível nesta publicação.

2 O Instituto Palmas é uma organização do Banco Palmas criada para fomentar e apoiar a criação de novos Bancos comunitários. O Instituto Palmas e este trabalho de fomento e apoio a novas iniciativas são amplamente trabalhados no estudo do Banco Palmas, disponível nesta publicação.

Agrícola do Território dos Cocais (EFA Cocais), e possuía diversos projetos de apoio a bancos comunitários na Região Nordeste. A partir dessas experiências, alguns técnicos da Care Brasil prestaram auxílio técnico, mas não foi firmado nenhum contrato de parceria e a entidade não ofereceu nenhum apoio financeiro à iniciativa.

O Instituto Palmas também foi um parceiro técnico no projeto, dando formação para aqueles que iriam trabalhar no novo banco comunitário e implantando um sistema de gestão criado a partir da experiência do Banco Palmas.

Durante esse processo de formulação da proposta e mobilização das primeiras parcerias, destacaram-se atores ligados à Secretaria de Assistência Social do município, em especial Kely Barros (psicóloga), Maria Alice (secretária de assistência social), Suzana Marreigos (assistente social), e algumas pessoas da sociedade civil, como o sr. João Nuca (Associação de Moradores da Sede) e o sr. Antônio Moraes (morador).

b) Implantação

No dia 12 de dezembro de 2007 foi inaugurado o Banco dos Cocais e passou a circular na cidade a moeda social cocal (C\$). Nesse início, o Banco começou oferecendo pequenos empréstimos em cocal, sem juros e de até C\$ 50. Além disso, o Banco já começou operando como correspondente bancário do BPB, o que permitiu aos cidadãos de São João do Arraial passar a pagar suas contas e sacar seus benefícios sem sair da cidade. Cada um destes serviços prestados pelo Banco dos Cocais é tratado em tópico específico neste relatório.

Apesar de o Banco dos Cocais ter sido inaugurado no final de 2007, apenas no dia 3 de maio de 2008 a associação responsável pelo Banco foi criada formal e legalmente, com o nome de Centro de Organização Comunitária e Apoio à Inclusão Social (Cocais), atraso justificado por problemas burocráticos e impasses decisórios. Formou-se também um conselho gestor, para o qual cada uma das entidades que participaram do processo de criação do Banco indicou um representante e um suplente. Como órgão executivo, foi criada a coordenação, eleita anualmente.

Sem nenhuma parceria financeira, o Banco dos Cocais contou com um apoio muito forte da prefeitura, que arcou com todos os custos necessários para a implementação e manutenção do projeto ao longo do ano de 2008. De forma estimada, em grandes números, a prefeitura investiu cerca de R\$ 50 mil para iniciar as atividades do Banco dos Cocais, e mais R\$ 50 mil para manter o projeto até o fim de 2008.

Esse início de operação foi relatado como um período de “muito aprendizado e medo”, afinal, estavam operando o Banco dos Cocais pessoas que nunca haviam trabalhado com crédito ou qualquer atividade semelhante, além de muito jovens. Aline Barros, coordenadora do Banco dos Cocais, descreve da seguinte maneira:

O primeiro momento foi de estar conhecendo a experiência, de um certo medo de inovar, de estar muito preso, porque a gente tinha medo: será que as pessoas vão mesmo pagar, será que vai dar certo? (entrevista concedida por Aline Barros ao autor)

O ano de 2008 foi marcado por um processo de aprendizagem empírica da equipe, e de criação de ferramentas de gestão e operação dos serviços. Além disso, foi um período de divulgação do Banco e de suas atividades, um momento em que a cidade de São João do Arraial começava a entender e a se acostumar com alguns novos elementos em seu dia a dia: um banco, o microcrédito solidário e uma moeda social. A implantação destas três novidades na pacata cidade de São João do Arraial foi um processo lento, que demandou a realização de muitas atividades de mobilização e divulgação.

c) Fortalecimento do Banco

A partir de maio de 2009, o Banco iniciou uma nova fase em seu desenvolvimento, quando foi firmado um convênio entre a prefeitura municipal e o Cocais, que passou a prestar serviços para a prefeitura e, por isso, a ser remunerado. Mas, para que este convênio pudesse ser firmado, a prefeitura teve que criar um instrumento legal específico, a Lei Municipal nº 112/2007, aprovada em 19 de dezembro de 2007, determinando que:

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a celebrar convênio com o Banco dos Cocais, com assistência do Instituto Palmas em Fortaleza-CE, e dá outras providências (SÃO JOÃO DO ARRAIAL, 2007).

Mas, apesar de ter sido criada em 2007, a lei só foi colocada em prática em 2 de maio de 2009, quando foi firmado um convênio entre a prefeitura e o Banco dos Cocais, para que este prestasse serviços à prefeitura na:

[...] execução do pagamento dos servidores públicos municipais da prefeitura de São João do Arraial e prestadores de serviços, bem como na arrecadação de taxas municipais, utilizando-se para isso, da estrutura do correspondente bancário do Banco Popular do Brasil, existente no município sob responsabilidade do Cocais (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARRAIAL, 2009).

O convênio foi firmado apenas em 2009, devido a diversos entraves burocráticos e legais, inclusive para a formalização do Cocais. Para a execução desses serviços, a prefeitura remunera o Banco dos Cocais em 7,5% do valor total que for pago aos funcionários da prefeitura. Com isso, o Cocais passa a ser um prestador de serviços para a prefeitura e é remunerado para tanto. Ainda hoje a prefeitura arca com alguns custos do Banco, mas dois funcionários já são pagos com recursos próprios, além de custos de manutenção, como limpeza, telefone e material de escritório.

Também foi a partir do início de 2009 que o Banco dos Cocais passou a trabalhar com uma nova modalidade de empréstimo, o crédito produtivo. Fornecer empréstimos para produtores locais era o objetivo inicial da iniciativa, mas não havia sido viabilizado até então por falta de recursos para compor um fundo destinado a este tipo de empréstimo. Este fundo começou a ser formado a partir das remunerações recebidas pelo Banco por prestar serviços como correspondente bancário e pelos serviços previstos no convênio com a prefeitura, de forma que é um fundo ainda muito pequeno e limitado.

Os primeiros empréstimos concedidos para produção foram destinados a empreendimentos de economia solidária, que eram acompanhados por um programa da Secretaria de Assistência Social. Este programa trabalhava com cursos de formação e capacitação em atividades como panificação, costura, artesanato e outras, e no final do curso era estimulada a formação de grupos de produção. Estes grupos produtivos tinham forte proximidade com o Banco dos Cocalis e necessitavam constantemente de crédito. Desta forma, foi feito um plano de aplicação dos recursos e concedidos empréstimos de até R\$ 800. Além dos grupos de economia solidária, foram também concedidos empréstimos para alguns agricultores e para um comerciante local. Ao todo, foram feitos 11 empréstimos produtivos em 2009.

Esse ano de fortalecimento do Banco dos Cocalis foi descrito como um período mais estável, em que os técnicos da iniciativa já estavam mais bem formados e foi possível inovar, conforme trecho abaixo da entrevista concedida por Aline Barros, coordenadora do Banco.

A partir de 2009 a gente foi começando a ter mais iniciativa: a gente tem R\$ 1 mil aqui, o que a gente vai fazer com estes R\$ 1 mil? Vamos liberar para empréstimo? Vamos! Agora a gente tem R\$ 2 mil. Então, a gente começou a ter mais segurança, tomar mais iniciativa (entrevista concedida por Aline Barros ao autor).

A história do Banco dos Cocalis é bastante marcada por processos coletivos e instâncias de participação. O mapeamento dos atores envolvidos na criação da iniciativa gera uma lista de pessoas com contribuições específicas, e não um ou dois protagonistas. A história do Banco envolve um número muito grande de pessoas, o que em um município como São João do Arraial se torna relevante. Também contribuiu neste processo a criação do conselho gestor do Cocalis, que envolve uma série de entidades. Desta forma, destaca-se o grupo de pessoas que apoiam e estão envolvidas fortemente no projeto do Banco dos Cocalis, constituindo um recurso muito importante para um banco que se propõe ser comunitário: o envolvimento de muitas pessoas.

O Banco dos Cocalis termina, então, o ano de 2009 bem estruturado e enraizado no município. A moeda social é aceita em todos os estabelecimentos comerciais da cidade, os empréstimos estão sendo pagos e o correspondente bancário é amplamente utilizado pelos cidadãos. O Banco dos Cocalis começou com 30 empreendimentos comerciais cadastrados, hoje são mais de 150. A coordenadora do Banco dos Cocalis afirma que desde a implantação do Banco o número de estabelecimentos comerciais do município cresceu 30% e mais de 350 famílias acessaram o crédito disponível. O Banco dos Cocalis está em crescimento, no entanto, esta situação favorável aponta desafios para o ano de 2010.

Desta forma, pode-se representar esquematicamente a história do Banco dos cocaís a partir do seguinte quadro:

QUADRO 1: HISTÓRIA DO BANCO DOS COCAIS

Etapas na história do Banco dos Cocaís			
Levantamento de Informações (~2006)	Concepção (~2007)	Implantação (~2008)	Fortalecimento (~2009)
Mapeamento da produção local	Parceria com o Instituto Palmas	Inauguração do Banco dos Cocaís	Convênio com a prefeitura para prestação do serviço de pagamentos
Grupo de trabalho do crédito produtivo	Grupo de trabalho para formulação de uma proposta	Criação do Cocaís	Concessão de crédito produtivo
Visita do prefeito Francisco Limma ao Banco Palmas	Reuniões setoriais para aprovação da proposta	Início da circulação do cocal (C\$)	
Visita do grupo de 30 pessoas ao Banco Palmas	Parceria com a Care Brasil	Início da operação como correspondente bancário	
		Concessão de empréstimos solidários	
		Mobilização e aproximação do Banco com a cidade	

© Elaboração própria

2. ACEITAMOS COCAIS! ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO E SERVIÇOS PRESTADOS

2.1. MICROCRÉDITO

O Banco dos Cocais surge com o objetivo principal de fornecer crédito para pequenos comerciantes e produtores do município, principalmente àqueles que não conseguem, por algum motivo, ter acesso a este serviço por meio dos bancos comerciais. Para conceder crédito é preciso ter um fundo, um volume de recursos considerável que será utilizado para conceder os empréstimos, que, conforme são pagos, possibilitam novos empréstimos.

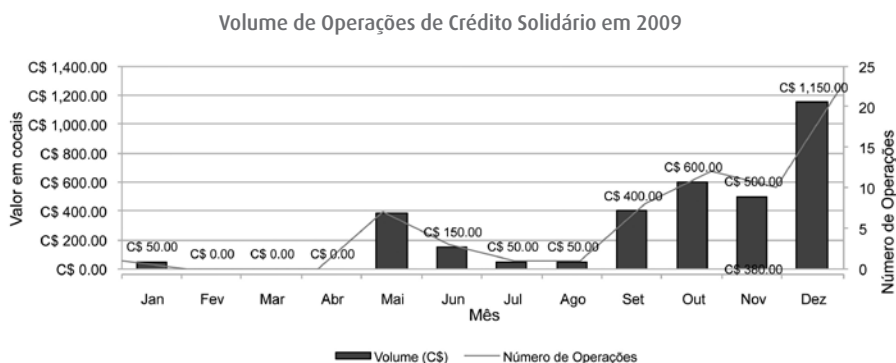
Neste campo do microcrédito existe uma série de modelos e metodologias já desenvolvidos, afinal, este é um campo no qual hoje estão atuando desde bancos comerciais a organizações de bairro. O Banco dos Cocais criou seu modelo de concessão de crédito a partir da experiência do Banco Palmas, que, através do Instituto Palmas, sistematizou e formulou uma metodologia para os bancos comunitários, uma tecnologia reaplicada em diversos locais para a criação de novas iniciativas.³

a) Os tipos de crédito concedido

Conforme já foi dito, a concessão de crédito por parte do Banco dos Cocais iniciou com os R\$ 1.500 doados pelo Instituto Palmas, utilizados para conceder o chamado crédito solidário, que não é destinado a investimentos produtivos, mas ao consumo, mais especificamente às necessidades de última hora de qualquer pessoa. Este crédito é solicitado normalmente por pessoas que não têm qualquer forma de poupança e tiveram algum gasto imprevisto que não pôde ser coberto pelo rendimento mensal. Nesta modalidade, o crédito é concedido na moeda social utilizada pelo Banco dos Cocais, o cocal, sendo o primeiro empréstimo sem juros e de até C\$ 50, e à medida que a pessoa vai pegando emprestado e pagando em dia as parcelas, o limite vai aumentando e pode chegar até C\$ 200. Este tipo de crédito, que se destina fundamentalmente ao consumo familiar, é normalmente solicitado por aposentados e donas de casa, um público reconhecido por pagar os empréstimos que solicita.

Neste modelo, os empréstimos são pagos em até um mês, fator que faz com que o fundo destinado ao crédito solidário seja de alta rotatividade, permitindo que todos os meses até 30 pessoas solicitem o crédito. Até hoje, o fundo destinado a este tipo de crédito é composto pelos mesmos R\$ 1.500, mas por sua alta rotatividade já beneficiou um grande número de pessoas. Ao longo de 2009, variou de forma significativa a procura por esse empréstimo, conforme ilustra o gráfico a seguir:

³ Esta metodologia e a descrição deste trabalho realizado pelo Instituto Palmas estão detalhados no estudo de caso do Banco Palmas, que compõe esta publicação.



© Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo Banco dos Cacaís

Ao todo foram realizadas 66 concessões que movimentaram C\$ 3.330 em crédito destinado ao consumo familiar. Como é possível perceber pelo gráfico acima, o volume destinado a este tipo de crédito cobre a demanda existente, devido a sua alta rotatividade. O crédito solidário é sempre concedido em moeda social, o que lhe confere uma função adicional: inserir cacaís na economia do município, mas este mecanismo será tratado em tópico específico sobre a moeda social cocal. Cabe dizer que a instabilidade do gráfico e a pouca demanda por este tipo de crédito se deve ao ainda incipiente processo de desenvolvimento do Banco dos Cacaís, e não a uma condição dada pelo tamanho ou perfil do município de São João do Arraial.

Além disso, o Banco dos Cacaís trabalha com outros dois tipos de crédito. A segunda modalidade é de caráter produtivo, ou seja, destina-se a investimentos na produção, que gerarão o retorno necessário para pagar o empréstimo. Este crédito começou a ser concedido a partir de 2009 e, atualmente, é destinado principalmente a grupos de economia solidária, com limite de C\$ 800, ou reais, com juros entre 0,5% e 1% ao mês, em parcelas iguais.⁴

O fundo de crédito destinado a projetos produtivos possui uma rotatividade menor, afinal, o empréstimo pode ser pago em até um ano. Além disso, o crédito produtivo possui um limite maior que o destinado ao consumo, de forma que seu fundo necessita de um volume maior de recursos, e o disponível atualmente não supre a demanda existente no município. Vale dizer que em 2009 foram concedidos 11 empréstimos produtivos, com um valor total de R\$ 5.900.

O terceiro tipo de crédito é o realizado via BPB, sendo que o Banco dos Cacaís apenas faz a consulta no sistema do BPB e, caso seja liberado o crédito, faz o pagamento ao beneficiário. Este modelo de crédito é o chamado crédito pessoal do BPB, viabilizado pelo fato de o Banco dos Cacaís funcionar como correspondente bancário de tal instituição, tema que será tratado em tópico específico. Nesta modalidade de crédito, a taxa de juros, a avaliação do solicitante e o prazo de pagamento são definidos pelo BPB. Ou seja, apesar de operar estas três modalidades de crédito, o Banco dos Cacaís, de fato, trabalha apenas com as duas primeiras modalidades de crédito, que serão tratadas mais profundamente.

4 De acordo com o modelo de "Tabela Price".

Estes dois “produtos financeiros” oferecidos pelo Banco dos Cocais são bastante diferentes, trabalham com públicos distintos, possuem metodologias próprias e seus desafios diferem. As reclamações existentes com relação ao crédito solidário é de que ele possui um limite muito pequeno, mas aumentá-lo descaracterizaria sua função destinada ao consumo familiar emergencial e tornaria mais difícil seu pagamento em um mês.

O que estas reclamações exprimem é a demanda existente no município por um tipo de crédito destinado ao consumo planejado, e não emergencial, para famílias comprarem, por exemplo, bens de consumo durável, como televisões, geladeiras, móveis. Este tipo de crédito é amplamente oferecido comercialmente, principalmente nas grandes redes varejistas. No entanto, em São João do Arraial, há algumas pequenas lojas de produtos de bens de consumo durável, mas não possuem este tipo de serviço. Este fato pode ser visto como um desafio para o Banco dos Cocais, no entanto, inevitavelmente, em breve as redes de crédito comerciais oferecerão este tipo de serviço, de forma que há outras prioridades.

Um dos grandes desafios do Banco dos Cocais é estender o público que conhece e consegue ter acesso fácil ao crédito solidário. Como ele é de caráter emergencial e de valor reduzido, dificilmente uma pessoa de uma das comunidades de São João do Arraial vai até à sede para pedir crédito. Criar postos avançados para a concessão de crédito solidário pode ser visto como um desafio.

Com relação ao crédito produtivo, o desafio é aumentar o fundo. Os empréstimos que foram concedidos estão sendo pagos e a metodologia está se mostrando eficiente, no entanto, há ainda pouca capacidade de concessão de recursos por parte do Banco dos Cocais. No campo dos investimentos produtivos há diversas possibilidades a serem exploradas, como, por exemplo, parcerias com a Escola Família Agrícola para concessão de crédito para agricultores pais de alunos que apliquem as técnicas e as práticas ensinadas a seus filhos. Há ainda o projeto ELO, que abre portas também para diversas parcerias. Ou seja, em termos de crédito, o maior desafio do Banco dos Cocais é conseguir aumentar sua capacidade de fornecimento de crédito produtivo, e para tanto, é necessário captar recursos para o fundo.

b) Sistema de avaliação, aval e garantias

O modelo de avaliação para o crédito é um elemento central em uma metodologia de microcrédito. A necessidade de apresentar garantias ou aval para um empréstimo é uma das maiores dificuldades dos pequenos produtores e das iniciativas de economia solidária; e as avaliações técnicas, baseadas no histórico de pagamento de empréstimos e no volume de garantias oferecidas, excluem a maioria das pessoas de baixa renda e dos empreendimentos não formalizados. Estes são elementos importantes para compreender uma iniciativa de crédito solidário e uma área em que há muitas dúvidas para a maioria das pessoas.

Nos bancos comerciais, os processos para tentar mensurar o risco de um cliente não pagar um empréstimo são extensos, caros e nem sempre precisos. Essa

condição de falta de informações sobre o cliente, e a necessidade de levantá-las, é chamada de risco de seleção adversa devido à assimetria de informações. Esta assimetria de informações é um dos motivos para a criação de critérios excludentes, como a necessidade de garantias e de ficha limpa.

No Banco dos Cocais, esta assimetria de informações e o risco de seleção adversa são muito reduzidos em comparação ao que é enfrentado nos bancos comerciais. A forte proximidade do Banco com seus clientes e com a população de São João do Arraial faz com que seja relativamente fácil saber quem pode e costuma pagar os empréstimos. Esta condição faz com que se reduza muito o custo para calcular o risco de um cliente e a probabilidade de ele se tornar devedor. Além disso, torna possível que pessoas sem bens possam acessar crédito, bem como empreendimentos em fase inicial. Desta forma, a proximidade dos bancos comunitários com a comunidade em que estão inseridos faz com que eles sejam mais eficientes que um banco comercial e que seus empréstimos sejam mais baratos.

Bastante parecida com a relação que se estabelece em uma “compra fiada”, a metodologia para a concessão de crédito no Banco dos Cocais é essencialmente qualitativa, sem o uso de qualquer sistema como o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou o Serasa. No caso de uma pessoa que solicite o crédito solidário, o gerente do Banco, Mauro Rodrigues da Silva, conversa com a pessoa e busca entender por que ela está solicitando o empréstimo e se terá condições de o pagar dentro do período de um mês.

A maioria das pessoas que vão ao Banco solicitar o crédito são pessoas conhecidas, que moram ou frequentam constantemente a sede de São João do Arraial, de forma que este funcionário sabe se esta pessoa possui emprego ou ocupação e se ela costuma pagar o que deve. Mesmo em casos que o gerente não conhece o solicitante, é fácil para ele consultar alguém que o conhece, que pode dar informações sobre a pessoa. Assim, a metodologia utilizada não se baseia em garantias financeiras, mas em garantias baseadas na credibilidade que a pessoa tem no município e na justificativa que apresenta.

No caso dos créditos produtivos, ainda que seja muito tímido o recurso disponível, o empreendimento solicitante deve informar em que será utilizado o recurso pedido e como este investimento irá gerar os recursos necessários para o pagamento das parcelas. É então realizada uma visita ao local do empreendimento para conhecer como funciona e sua localidade. No entanto, da mesma forma que o crédito solidário, a avaliação é feita de acordo com a credibilidade que os envolvidos têm junto à comunidade.

E é por meio desta metodologia que o Banco dos Cocais possui até hoje uma taxa nula de inadimplência. Nenhum cliente do Banco deixou de pagar um empréstimo, mesmo que já tenham ocorrido atrasos em pagamentos de parcelas e renegociações de prazos. Esta proximidade com o cliente do Banco permite também que as renegociações sejam feitas de forma mais fácil. Mas vale ressaltar que estes atrasos e novos acordos não são tratados de forma “assistencialista”, a insti-

tuição cobra que os pagamentos voltem a ser feitos nos prazos, pois disso depende sua situação financeira.

Deve-se, neste ponto, considerar que o Banco dos Cocais é relativamente recente e que o volume de crédito já concedido é pequeno. Além disso, a linha de crédito produtivo, que apresenta maior risco de não pagamento, é nova. Assim, a metodologia ainda tem muito para provar e melhorar.

Este modelo de avaliação baseado na credibilidade das pessoas na comunidade, conforme foi dito, possui baixa assimetria de informação e se mostra capaz de reduzir o risco de emprestar recursos para pessoas e empreendimentos sem garantias a oferecer. Por outro lado, é uma metodologia que só pode ser aplicada em um número restrito de pessoas, que são aquelas próximas ao banco comunitário, ou seja, que fazem parte da comunidade em que a instituição está inserida, e este é o diferencial da proposta. Um banco comunitário que empresta recursos para pessoas de outras cidades ou comunidades não tem informações suficientes sobre seus clientes; mais que informação, não tem a proximidade necessária para que este modelo de crédito funcione de forma adequada.

Estas colocações levam inevitavelmente a uma reflexão quanto ao tamanho e abrangência de um banco comunitário. Ou seja, este tipo de instituição deve ser pequena e territorializada o bastante para ter contato com todos os seus potenciais clientes, mas grande o bastante para conseguir volume em suas operações e viabilidade econômica.

2.2. A MOEDA SOCIAL COCAL (C\$)

Este é o ponto em que a maioria dos economistas arregala os olhos e se indigna: “Como um município pode emitir moeda? Somente o Banco Central pode emitir moeda! Além disso, é inconstitucional haver mais de uma moeda no país!”. É verdade. Nesta seção será descrito o sistema de funcionamento, gestão e uso do circulante local, buscando deixar claro exatamente o que é uma moeda social, como ela é gerida e quais seus impactos em uma economia local, tendo como cenário a pequena cidade de São João do Arraial.

a) Emissão de moeda, lastro e câmbio

Para os economistas ficarem mais tranquilos é bom dizer, desde já, que a criação de uma moeda social, também chamada de circulante local, não consiste propriamente na criação de uma moeda, como o real. A própria denominação de moeda para estes circulantes locais é, na verdade, um recurso simbólico, didático, pois se trata, na verdade, de uma espécie de “vale”, como um vale alimentação, um bilhete de ônibus ou mesmo um cheque. Assim como o vale alimentação representa um valor em real, mas que só pode ser utilizado para o consumo de produtos alimentícios, o cocal também representa um valor em real, mas que só pode ser utilizado para a compra de produtos dentro de uma determinada localidade.

Ou seja, o primeiro ponto que precisa ficar claro é que a moeda cocal (C\$) é

inteiramente lastreada em real (R\$), ou seja, para cada cocal colocado em circulação, há o valor em real correspondente, em um fundo, que garante o valor da moeda social. Assim, a nota de cocal apenas representa um determinado valor em real, e um banco comunitário só pode emitir um circulante local quando tem recursos para lastreá-lo, pois caso ele venha a emitir de forma aleatória a moeda, logo ela perderá seu valor e entrará em um ciclo inflacionário, com consequências bastante complicadas. Garantir o lastro, sem qualquer tipo de alavancagem, é uma das grandes responsabilidades de quem faz a gestão de uma moeda social, e este é um ponto bastante importante e controverso no campo dos bancos comunitários.

Assim, os fundos que lastreiam as moedas sociais devem ser geridos de forma bastante responsável e com controle de terceiros, preferencialmente por sistemas de controle social. Esta questão do lastro e da responsabilidade envolvida em sua gestão é uma questão ainda em aberto, pois não há nenhuma forma de regulamentação e controle sobre estes fundos; por outro lado, nenhuma experiência recente no Brasil se mostrou irresponsável com relação a esta questão. Desta forma, este é um ponto importante e que será retomado ao longo deste estudo de caso, mas pode-se adiantar que o Instituto Palmas, em sua assistência técnica constante aos bancos comunitários, faz a supervisão destes fundos.

Além de lastreado, o cocal é também indexado ao real, no valor de C\$ 1 por R\$ 1. Ou seja, o câmbio, a troca de cocal para real, ou de real para cocal, é sempre fixada em um para um. Esta troca entre as moedas é feita no Banco dos Cocais, sendo que qualquer pessoa pode trocar real por cocal, mas apenas comerciantes podem trocar cocal por real. Mais uma vez o sistema de funcionamento das moedas sociais se assemelha ao dos vales alimentação, que também só podem ser trocados por real por estabelecimentos comerciais. Vale ressaltar que, diferentemente dos vales alimentação e refeição, quando o comerciante troca cocal por real não há qualquer tipo de desconto. Assim, um servidor público, um prestador de serviços da prefeitura ou qualquer pessoa que receba de alguma forma um valor em cocal deve consumir do comércio local, e apenas este poderá trocar este valor em cocais pelo mesmo valor em reais. Este é um ponto importante, é o que garante que a moeda circule na economia local e que os consumidores a utilizem para realizar suas compras.

b) Como a moeda social entra em circulação

Para compreender a dinâmica de funcionamento do cocal em São João do Arraial, deve ficar claro como a moeda social entra em circulação em uma determinada economia, pois este é um dos maiores desafios para os bancos comunitários. Em São João do Arraial, uma das formas das notas de cocal entrarem em circulação é por meio do microcrédito concedido em moeda social, o já tratado crédito solidário. Esta é a forma mais comumente usada pelos bancos comunitários para colocar em circulação suas moedas sociais.

No entanto, em São João do Arraial, este mecanismo movimentava muito poucos recursos; ao longo do ano de 2009 foram emprestados apenas C\$ 3.330, o que representa uma média de C\$ 277,50 por mês.

Foi a partir da pouca capacidade do crédito solidário inserir a moeda social na economia do município que a atual gestão municipal trabalhou para a aprovação da Lei 112/07, que permite convênios entre a prefeitura e o Banco dos Cocais, conforme já mencionado no tópico História e antecedentes. A redação desta lei, que está disponível no Anexo 1, é simples e apenas autoriza o prefeito a celebrar convênio com o Banco dos Cocais, com a finalidade de autorizar a prefeitura a realizar o processo de pagamento dos servidores e de outros prestadores de serviços dessa municipalidade por intermédio do Banco Comunitário dos Cocais. A lei possui em anexo a minuta do termo de convênio, que determina, entre outras coisas, que até 25% do pagamento dos funcionários públicos municipais, terceirizados e prestadores de serviços pode ser feito em cocal, desde que de comum acordo entre a Prefeitura Municipal de São João do Arraial, o Instituto Palmas e o beneficiário.

Apesar de a Lei 112/07 ter sido aprovada em dezembro de 2007, apenas em maio de 2009 o convênio foi assinado e o Banco dos Cocais passou a prestar estes serviços para a prefeitura. Assim, a partir desse momento, o volume de notas de cocal que entra em circulação todos os meses cresceu muito.

O Banco dos Cocais faz o pagamento mensal dos 306 funcionários da prefeitura de São João do Arraial, um valor que corresponde, em média, a R\$ 210.502 por mês. Todo mês a prefeitura envia para o Banco uma planilha com a identificação dos funcionários a serem pagos, os valores individuais e o valor total. O montante total em reais é sacado pela prefeitura em espécie, notas, e entregue no quinto dia útil do mês na sede do Banco dos Cocais, que, ao longo do dia, recebe os funcionários, faz os pagamentos e realiza o controle. Conforme previsto no convênio entre o Banco dos Cocais e a prefeitura, até 25% do valor pago aos funcionários pode ser realizado em cocais, de forma que este valor em reais é utilizado para lastrear as moedas que serão colocadas em circulação.

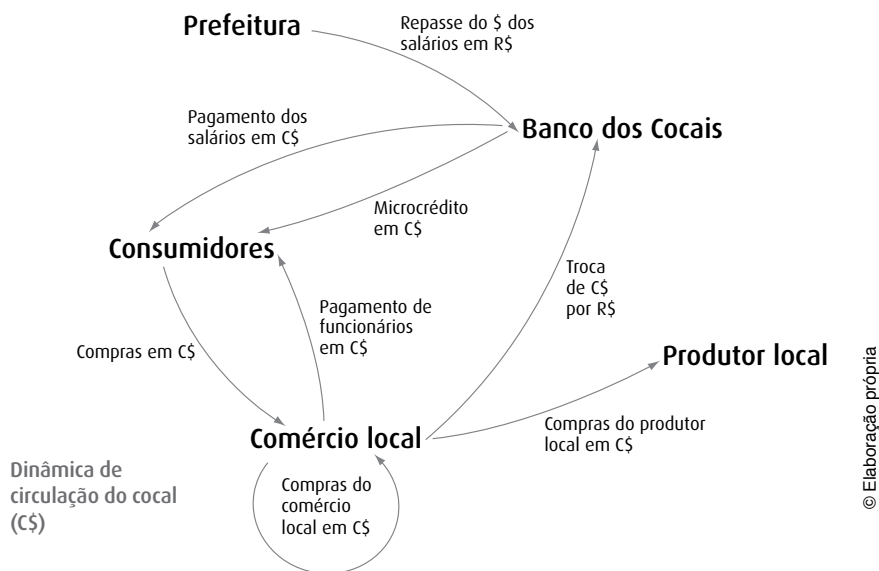
Neste contexto, o Banco dos Cocais pode colocar em circulação todo mês aproximadamente R\$ 50 mil, um quarto da folha de pagamento da prefeitura. No entanto, apenas cerca de 5% do valor da folha de pagamento é paga em cocais, ou seja, cerca de C\$ 10.500; o motivo para este fato será explicado à frente.

Assim, entram em média C\$ 18 mil, todo mês, em circulação na economia de São João do Arraial, sendo que cerca de C\$ 10.500 são referentes ao pagamento dos servidores, C\$ 280 são provenientes de créditos solidários, C\$ 1 mil são do pagamento de funcionários do próprio Banco, e os outros cerca de R\$ 6.200 são trocas de real por cocal e outros pagamentos realizados pela prefeitura, como serviços terceirizados.

c) A circulação do Cocal em São João do Arraial

As notas de moeda social estão, então, em posse dos consumidores, que reali-

zarão suas compras utilizando também o cocal, que é aceito em todos os estabelecimentos comerciais da cidade. Os estabelecimentos comerciais recebem as notas do circulante local nas vendas realizadas, podendo utilizar estas notas de três formas: pagar seus funcionários, comprar localmente produtos e matérias-primas para abastecer seu comércio ou trocar por real no Banco dos Cacaís. Esta dinâmica de circulação do cocal é ilustrada no quadro abaixo.



Este esquema mostra os caminhos por onde o cocal pode circular na economia de São João do Arraial, mas é necessário que se tenha claro que entre estes caminhos varia o volume de recursos circulantes.

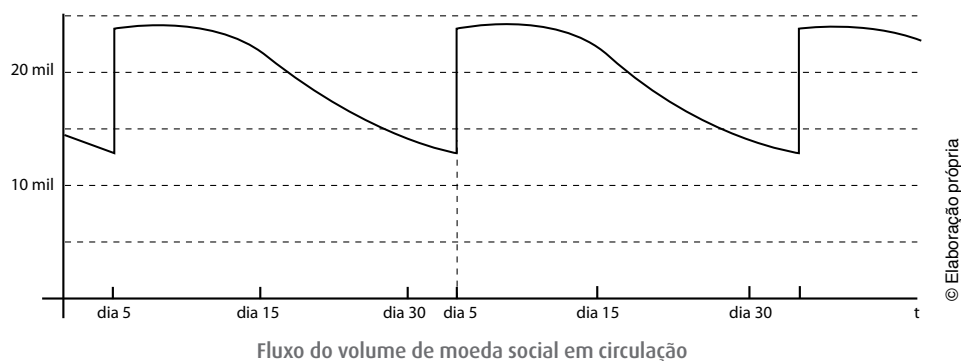
Voltando aos canais por onde a moeda social entra em circulação, o pagamento de uma porcentagem do salário dos servidores públicos municipais em cacaís insere mensalmente, em média, C\$ 10.500 na economia da cidade. Um fato importante é que este valor é pago sempre no começo do mês, por volta do quinto dia útil. O microcrédito para consumo coloca em circulação um volume menor de cocal, cerca de C\$ 300 por mês.

Estes cacaís são utilizados pelos consumidores para realizar suas compras no comércio local, que é o único caminho possível. Atualmente, quando o comércio recebe estas notas, os comerciantes trocam quase todo o valor recebido por reais no Banco dos Cacaís. Ou seja, as outras duas formas de o comércio utilizar o cocal – para pagar seus funcionários e se abastecer da produção local – são marginais e praticamente não movimentam recursos.

O porquê deste comportamento será tratado mais à frente, pois neste momento o que interessa é ficar claro qual o caminho que as notas de cocal realizam de fato. Assim, de forma geral, pode-se dizer que o caminho realizado pela moeda é: os consumidores recebem o cocal do Banco dos Cacaís como empréstimo para consumo ou como salário e utilizam este recurso no comércio da cidade para comprar

os mais variados tipos de produtos; o pequeno comércio utiliza o cocal para comprar produtos para se abastecer, em mercados maiores na própria cidade, enquanto o comerciante de mercados maiores vai ao Banco dos Cocalis e troca o cocal por real, para então ir a uma cidade perto e fazer grandes compras para se reabastecer.

Esta dinâmica, em que os cocalis são trocados por reais pelos comerciantes, associada ao fato de que boa parte dos cocalis entra em circulação na economia por volta do quinto dia útil do mês, cria uma realidade em que, entre os dias 5 e 13 de cada mês, há um volume muito grande de cocalis em circulação (cerca de C\$ 23 mil), que estão na mão dos consumidores, que começam a fazer suas compras; entre os dias 13 e 20, há uma grande troca de cocalis por reais por parte dos comerciantes, com a intenção de se abastecerem nas cidades vizinhas; e entre o dia 20 e o dia 5 do mês seguinte, o volume de cocalis volta a se estabelecer em um patamar que varia em torno de C\$ 13 mil. Esta dinâmica é ilustrada pelo gráfico abaixo:



Esse fluxo explica a decisão dos gestores do Banco dos Cocalis de reduzir os 25% possíveis de pagamento dos servidores em moeda social para apenas 5%, pois mesmo utilizando o teto, o valor em circulação e, portanto, lastreado, no final do mês era sempre em torno de C\$ 13 mil. Ou seja, ocorria que apenas um volume maior de cocalis era colocado em circulação, mas logo retornava para o Banco. Desta forma, mais importante que colocar um volume maior de cocalis em circulação, é garantir uma maior quantia de cocalis que permanece circulando na economia de São João do Arraial.

A pergunta fundamental neste momento é por que, inevitavelmente, um grande volume de cocalis retorna para o Banco e apenas cerca de C\$ 13 mil permanecem circulando? A resposta está no circuito que liga o comércio local ao produtor local, que está extremamente enfraquecido. Este volume que retorna ao Banco são os recursos que o comércio local troca por reais para poder se abastecer na economia externa. Se o comércio local se abastecesse (ainda que uma pequena parte) com produtos da cidade, ele utilizaria o cocal para pagar alguns de seus fornecedores (produtores). Ou seja, uma moeda social só se estabiliza, circulando em uma economia, quando há um circuito local fortalecido entre consumo, comércio e produção.

Assim, estes C\$ 13 mil representam o valor deste ciclo que consegue se fechar localmente. Desta forma, aumentar o valor que permanece na economia é o maior desafio do Banco dos Cocaís.

d) Por que as pessoas usam a moeda social?

Para incorporar uma moeda social na vida econômica de uma comunidade e enraizar o seu uso é fundamental administrar motivações e comportamentos. Esta é a engenharia fundamental para consolidar e inserir o uso de uma “nova moeda”. Desta forma, buscou-se compreender, na experiência do Banco dos Cocaís, qual a motivação e a racionalidade que faz com que os consumidores façam suas compras com a moeda social, e os comerciantes a aceitem.

Do lado do consumidor, a justificativa para o seu uso é simples: ele recebe as notas de moeda social como parte do seu salário ou como empréstimo para consumo, e não pode trocar este cocal por real; então, ele utiliza estas notas para fazer compras no comércio local. São raríssimos os casos de consumidores que trocam reais por cocaís, afinal, como consumidor, ele não possui nenhuma vantagem econômica individual para consumir em circulante local.

Muito se discute, principalmente em outras experiências de bancos comunitários, a prática de comércios locais oferecerem descontos para vendas em moedas sociais, mas em São João do Arraial esta não é uma prática dos comerciantes; há apenas uma loja, que vende produtos de empreendimentos da economia solidária acompanhados por programas da prefeitura, que oferece descontos para vendas em cocaís.

Os consumidores, quando questionados se gostavam de receber e utilizar cocaís apresentaram respostas bastante diversas, que poucas vezes tinham algum argumento concreto sobre inconvenientes no uso da moeda local. Foi possível perceber dois principais argumentos sobre problemas no uso do cocal, sendo que o mais encontrado foi de que a nota é muito frágil e rasga fácil. O outro problema mencionado, principalmente por pessoas mais idosas, foi que “esse negócio de duas moedas é muito complicado”. Os outros argumentos negativos apresentados por consumidores com relação ao uso do cocal se confundiam com posicionamentos políticos, como “isso é uma invenção do prefeito”.

Desta forma, foi possível perceber que os consumidores não apresentaram argumentos negativos com relação à credibilidade da moeda ou sua aceitação. Como consumidores, os argumentos concretos sobre a diferença entre receber e utilizar o real ou o cocal se limitaram à qualidade do papel utilizado na confecção da moeda, e na dificuldade, principalmente dos mais velhos, de lidar com duas moedas diferentes.

Com relação aos comerciantes, quando questionados sobre por que aceitam o cocal, o argumento apresentado por todos foi: “Porque todo mundo aceita, se eu não aceitar, perco vendas”. Da mesma forma que os consumidores, as críticas se concentraram na qualidade do papel-moeda e na dificuldade de trabalhar com

duas notas diferentes. Alguns pequenos comércios argumentaram que aceitar o cocal, às vezes, faz com que eles não possam comprar produtos de caminhões que vêm de outras cidades, que passam de porta em porta, pois “eu não tenho tempo de ir lá trocar e eles não aceitam o cocal, então não posso comprar”. No entanto, da mesma forma que observado entre os consumidores, os comerciantes também apresentaram respostas bastante influenciadas por posicionamentos políticos.

Vale dizer que as notas de cocal, ilustradas na figura abaixo, possuem componentes de segurança contra falsificação, são elaboradas com papel-moeda, possuem marca d'água e número de série. Outro fator que reduz as possibilidades de falsificação é o fato de que as notas circulam e são aceitas apenas no município, de forma que o trabalho de falsificação não vale a pena e se torna mais fácil de ser identificado. De acordo com os gestores do Banco dos Cocal, nunca foi encontrado nenhum indício de falsificação de uma nota de cocal.



Nota de cocal, a moeda social do Banco dos Cocal

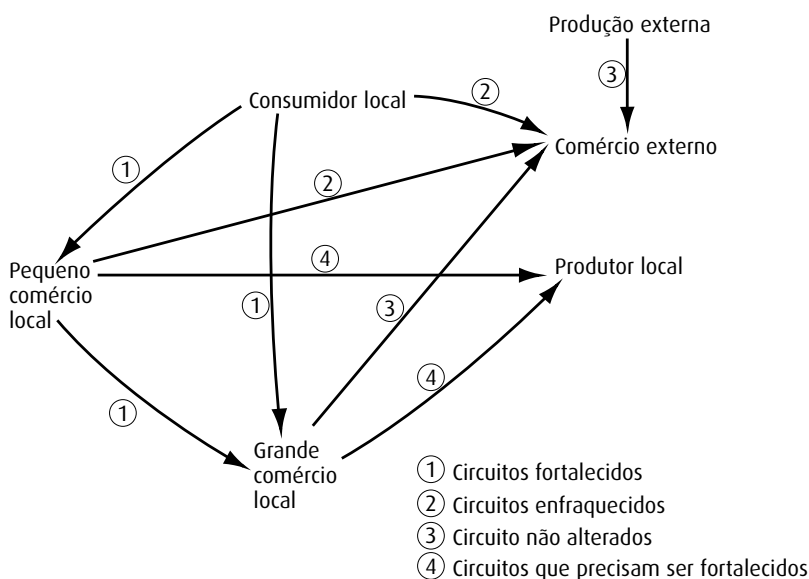
© Elaboração própria

Cabe dizer que, de forma generalizada, os consumidores e comerciantes ouviram, quando questionados sobre os benefícios do cocal, disseram que “o bom da moeda é que ela não sai da cidade”. Foi possível captar que as pessoas percebem e incorporam facilmente em seus discursos a questão de que a moeda social faz com que o dinheiro não saia do município, que “é um dinheiro que fica aqui!”.

e) Impacto da moeda social na economia de São João do Arraial

A partir dos tópicos acima é possível concluir que o cocal está incorporado de forma ampla na dinâmica econômica e social de São João do Arraial. Seus impactos começam a ser percebidos na economia local, mas são claros seus limites. Cresceu o número de estabelecimentos comerciais em São João do Arraial e as pessoas passaram a fazer a maior parte de suas compras na cidade.

No entanto, a moeda social ainda não foi capaz de estimular o comércio local a se abastecer com mais produtos locais. Ou seja, a moeda social está gerando maior consumo de produtos vendidos na cidade, mas estes produtos ainda vêm de outros locais. Espalhar o impacto da moeda cocal para o setor produtivo de São João do Arraial é um grande e difícil desafio para o Banco dos Cocal. A figura abaixo ilustra esta situação, deixando claro quais os circuitos fortalecidos pelo circulante local e quais ainda precisam ser trabalhados.



Influência do circulante local nos circuitos econômicos

2.3. CORRESPONDENTE BANCÁRIO

Os bancos comerciais criaram o sistema de correspondente bancário como forma de estender seus serviços a locais onde não é viável financeiramente montar uma agência, como é o caso de São João do Arraial. Uma maquininha simples, do mesmo tamanho que a utilizada para passar compras em cartão de crédito ou débito, é instalada em um estabelecimento comercial que passa a oferecer alguns serviços bancários, como pagamento de contas, saques, depósitos e operação de empréstimos.⁵

Em São João do Arraial, até 2007, não havia nenhuma agência bancária ou mesmo correspondente bancário. Ou seja, para pagar uma conta de luz, sacar aposentadoria ou realizar depósitos era necessário ir a cidades vizinhas, normalmente Matias Olímpio ou Esperantina. A instalação do correspondente bancário pelo Banco dos Cacaos, por si só, já foi de grande impacto para a economia local. Quando os moradores de São João do Arraial iam até as cidades vizinhas, acabavam gastando uma grande quantia de sua renda fazendo a “compra do mês” ou outras aquisições, principalmente no começo do mês, quando iam sacar salários ou benefícios.

Quando se tornou desnecessário sair da cidade para ir ao banco, boa parte da renda que era gasta nas cidades vizinhas passou a circular no comércio do município, fato que, por si só, já estimulou a economia local. Hoje, existem outros dois correspondentes bancários, de outros bancos, em São João do Arraial.

⁵ Uma melhor explicação sobre o funcionamento e a regulamentação referente aos correspondentes bancários pode ser obtida no estudo da experiência do Banco Palmas, disponível nesta publicação.

No Banco dos Cacaos, boa parte do movimento é para o pagamento de contas e saque de benefícios. Estes serviços bancários são oferecidos em uma espécie de cabine, que o próprio BPB oferece a seus correspondentes. Nesta cabine há apenas a pequena máquina que faz todas as operações, e uma leitora de código de barras. Para operá-la, há um funcionário, Rubens, que atende os clientes.



© Elaboração própria

Salão de atendimento ao público do Banco dos Cacaos, onde fica a cabine de atendimento do BPB

Ser correspondente bancário do BPB gera ao Banco dos Cacaos não só movimento de pessoas, mas também receita, uma vez que cada operação realizada é remunerada de acordo com uma tabela de preços definida em contrato, sendo que, em 2009, o Banco dos Cacaos recebeu R\$ 985,61 para operar o correspondente bancário. Para ilustrar este serviço oferecido, acima há uma foto do salão de atendimento ao público do Banco dos Cacaos, onde fica a cabine de atendimento do BPB.

2.4. ASSESSORIA AOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O Banco dos Cacaos possui uma parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social para apoiar empreendimentos econômicos solidários (EES) no município. O trabalho de criação e acompanhamento destes EES é feito, já faz algum tempo, pelo CRAS de São João do Arraial, que acompanha hoje dez empreendimentos nas áreas de confecção, artesanato, panificação e alimentação em geral, materiais de limpeza, além de um grupo de mulheres quebradeiras de coco, que se organizam no Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

O Banco dos Cacaos não é o responsável por acompanhar diariamente os grupos, de forma que não faz nenhum acompanhamento sistemático. Sua forma de apoio é por meio da concessão de crédito produtivo e acompanhamento da aplicação do mesmo, tentando garantir que o crédito seja utilizado para investimentos que gerem aumento de receita e ganhos que possam ser utilizados, em um primeiro momento, para o pagamento das parcelas.

Para ajudar estes empreendimentos a vender seus produtos, o CRAS montou esta pequena loja, mostrada na foto ao lado, em uma praça central da cidade, que vende produtos de todos os grupos acompanhados. Além disso, o CRAS articula junto a outras secretarias diversas formas de venda dos produtos destes EES para a prefeitura, por meio do Projeto ELO ou compra direta.



© Elaboração própria

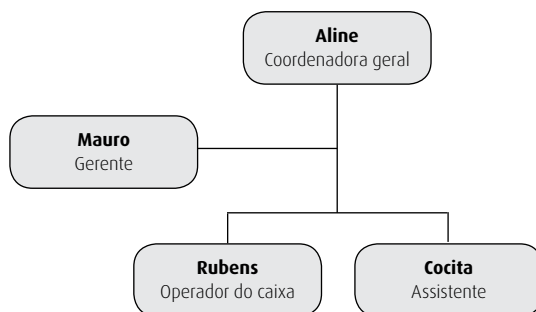
Lojinha dos Cacaís

Este tópico retoma a questão da formação de uma estrutura produtiva, em São João do Arraial, que possa fornecer produtos ao comércio local e se inserir no ciclo de circulação da moeda social. O acompanhamento destes grupos busca ser uma atividade que possa criar empreendimentos de produção local. É necessário dizer que estes empreendimentos ainda são bastante incipientes e estão longe de conseguir um produto que possa abastecer o comércio local e substituir os produtos trazidos de outras cidades.

Mas cabe dizer que, além do acompanhamento dos EES, outros projetos buscam formar esta estrutura produtiva local, principalmente para produção e beneficiamento de alimentos, como a EFA Cacaís, o Projeto ELO e o acompanhamento e assessoria técnica a agricultores familiares. Assim, estas atividades estão muito ligadas com o sistema de crédito e de moeda social do Banco dos Cacaís.

2.5. GESTÃO DA INICIATIVA

O Banco dos Cacaís é gerido diariamente por um grupo de quatro pessoas que passaram por um treinamento do Instituto Palmas. O organograma abaixo identifica cada uma delas e seus cargos:



© Elaboração própria

Organograma do Banco dos Cacaís

A forma e as ferramentas de gestão do Banco podem ser consideradas bastante profissionais e adequadas ao tamanho e complexidade do projeto. Vale ressaltar que quase todos os instrumentos e procedimentos de gestão foram elaborados pelo Instituto Palmas, que capacitou a equipe para utilizá-los. Esse apoio e transferência tecnológica do Instituto ao Banco são apontados por seus gestores como fundamentais e de extrema importância.

Um aspecto bastante importante nesta experiência é que seu órgão máximo de decisão é o chamado Conselho de Organizações Comunitárias de Apoio à Inclusão Social (Cocais), formado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, associações comunitárias, vereadores, comerciantes, Organização das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, Empreendimentos de Economia Solidária e Prefeitura Municipal. Este conselho se reúne periodicamente e busca ser uma ferramenta de controle social e comunitário sobre o Banco. A forma de funcionamento e os instrumentos para efetivar este controle ainda estão sendo aprimorados e amadurecidos, mas a participação dos representantes é forte e interessada.

3. ASPECTOS PARADIGMÁTICOS: ANÁLISES E CONCLUSÕES

3.1. POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo inicia o bloco de análise da experiência, a partir da metodologia prevista neste projeto. O Banco dos Cacaos, por sua proximidade com a prefeitura municipal, traz subsídios importantes e inovadores para o campo das políticas públicas voltadas ao apoio de bancos comunitários.

A Lei Municipal nº 112/2007, que autoriza a prefeitura a contratar o Banco dos Cacaos a partir do termo de convênio aprovado em anexo, constitui um instrumento extremamente inovador em termos de políticas públicas, pois apresenta-se como um modelo que aponta para formas de apoio público que vão além do repasse de recursos financeiros.

A contratação do Banco dos Cacaos para prestar serviços à prefeitura deve ser considerada como uma forma de apoio à iniciativa, mas que muito se distingue do simples financiamento ou doação de recursos. Cria-se, desta forma, uma relação de troca que beneficia tanto a prefeitura como o Banco dos Cacaos. Esta forma de apoio é amplamente utilizada pela Prefeitura de São João do Arraial, como na compra de produtos dos EES ou no Projeto ELO, que compra a merenda escolar dos agricultores locais.

Este modelo de apoio ou gasto público deve ser olhado como um investimento convergente em termos de resultados, pois ao comprar a merenda escolar dos agricultores locais, a prefeitura converge resultados: a merenda escolar é oferecida, os agricultores familiares se fortalecem e melhoram de vida e a economia do município cresce. Ou seja, o gasto público realizado desta forma permite economizar recursos por meio de sua otimização em termos de resultados sistêmicos. O Projeto ELO, ao comprar a merenda regionalmente, economiza recursos que seriam gastos com assistência técnica, assistência social e fomento econômico, por exemplo.

O apoio da prefeitura ao Banco dos Cacaos aponta também para outra forma de apoio não financeira, a incorporação do uso da moeda social. Uma prefeitura que utiliza a moeda social em suas operações para pagar funcionários, receber tributos, contratar serviços, oferecer benefícios ou qualquer outra forma possível, estará inserindo um volume muito grande de moeda social na economia local. A comparação da experiência do Banco dos Cacaos com a de outros bancos deixa claro como este apoio é fundamental, uma vez que inserir a moeda social na economia local é uma das maiores dificuldades constatadas em outras experiências. Ao definir o pagamento de parte do salário dos funcionários públicos em cacao, a prefeitura foi extremamente inovadora e tornou a experiência do Banco dos Cacaos única.

Outra forma de apoio da Prefeitura de São João do Arraial ao Banco dos Cacaos é por meio da legitimação da experiência. Ao oferecer outras formas de apoio, a prefeitura oferece apoio político à iniciativa, o que gera algumas reações negati-

vas e oposições ao projeto, mas que também gera credibilidade diante da população e dos comerciantes.

Ou seja, a experiência do Banco dos Cocais aponta para uma forma diferenciada de política pública, que não se baseia no apoio financeiro apenas, mas em uma relação de parceria. Quanto à ferramenta jurídica criada nesta experiência, a aprovação da Lei nº 112/2007, esta também deve ser considerada bastante inovadora e aponta caminhos possíveis, mas deve-se fazer a ressalva de que ela pode ser juridicamente contestada uma vez que ainda não há precedentes e regulamentações claras neste campo.⁶ Desta forma, é uma ferramenta que pode ser utilizada em contextos políticos bastante específicos, mas que dificilmente será, hoje, viável em cidades de maior porte.

Outro elemento de destaque na experiência é a aprovação, em dezembro de 2007, da Lei Municipal 114/07 que cria o Fundo Municipal de Apoio à Economia Solidária (Fumaes), regulamenta o repasse de recursos públicos para tal fundo e autoriza a utilização desses recursos para lastrear o Banco dos Cocais. No entanto, este fundo ainda não foi operado, pois a prefeitura ainda não conseguiu criar as formas jurídicas corretas para poder utilizar estes recursos.

3.2. BEM VIVER

Este aspecto de análise procura, de alguma forma, oferecer ao leitor uma visão generalizada sobre o impacto da experiência a partir do conceito de Bem Viver e por meio das dimensões que compõem o indicador Felicidade Interna Bruta (FIB). Para realizar esta análise no âmbito desta experiência, nas entrevistas realizadas com beneficiários do Banco dos Cocais foram feitas perguntas que buscavam avaliar o impacto da iniciativa a partir da percepção dos entrevistados, de acordo com as nove dimensões. Estas questões foram então analisadas de forma qualitativa e utilizadas como insumo para esta análise.

Vale ressaltar a grande diferença de opiniões acerca dos impactos do Banco dos Cocais obtidas nas entrevistas, e a impressão de que essas percepções e opiniões ainda estão sendo formadas pelos diversos públicos beneficiários do Banco, afinal, ainda é uma iniciativa muito recente, cujos impactos ainda são pouco claros e conhecidos pela população. Além disso, o aspecto político, já debatido neste estudo, influencia de forma significativa as opiniões expressas.

A primeira dimensão do FIB analisada neste relatório foi o “uso do tempo”, cujas respostas se concentraram nos ganhos que o projeto trouxe como correspondente bancário, reduzindo o tempo e a distância necessários para fazer pagamentos ou receber benefícios.

Antes eu ia para Esperantina sacar minha aposentadoria e tinha de pagar a conta atrasada todo mês, para não ter que ir duas vezes (entrevista concedida por um aposentado de São João do Arraial ao autor).

6 Para mais informações sobre este assunto consultar o estudo de caso do Banco Palmas.

As respostas que indicavam algum impacto nesta dimensão citaram apenas as facilidades promovidas pelo Banco por meio da prestação de serviços bancários, mas algumas pessoas não relacionaram nenhuma influência do Banco dos Cocais no tempo disponível que elas têm para outras atividades, para fazer coisas que antes não tinham tempo para fazer.

Com relação à dimensão “vitalidade comunitária”, os entrevistados expressaram opiniões também bastante variadas sobre a influência do projeto na vida da comunidade. Uma parte dos consultados disse não ver relação entre o Banco e a comunidade, demonstrando entender que o Banco é uma entidade comercial como tantas outras, como no exemplo abaixo:

[...] é a mesma coisa que você me perguntar qual a influência do mercadinho desta rua aqui na comunidade. Influencia, mas... tudo influencia... (entrevista concedida por um morador de São João do Arraial ao autor).

Por outro lado, houve alguns entrevistados que expressaram uma relação positiva entre o Banco dos Cocais e a vida na comunidade, demonstrando conhecimento de ações do Banco ligadas às festividades juninas, ao Conselho do Cocais e em parceria com o CRAS. Vale ainda mencionar a opinião expressa de que a existência de uma moeda da cidade, o cocal, fortalece de alguma forma o senso de comunidade entre os moradores de São João do Arraial.

Foi também perguntado aos entrevistados se o Banco influenciou a relação deles com a comunidade, e alguns mencionaram a já dita ligação entre o projeto e a atual gestão da prefeitura, dizendo que quem tem mais relação com o Banco dos Cocais é tido na cidade como apoiador da prefeitura.

Na dimensão “cultura”, retornou a opinião de que a moeda é um elemento que influencia a identidade dos moradores com a cidade, destacando-se a relação entre o nome da moeda e a cultura tradicional da região. Foi expresso que não só a moeda, mas que o Banco como um todo tem uma relação forte com a cultura de extrativismo do coco babaçu, como expresso na fala abaixo:

Há... o Banco inteiro tem essa coisa com o coco, com a tradição da região. O nome do Banco é dos Cocais, o da moeda é cocal, tem as figuras das quebradeiras... tem tudo a ver (entrevista concedida por um morador de São João do Arraial ao autor).

O impacto do Banco dos Cocais na afirmação da cultura tradicional da região foi um dos poucos aspectos que apareceram como consenso na fala dos entrevistados. Já os aspectos ligados à dimensão “governança e cidadania” foram expressos de forma bastante diversa entre os entrevistados. Uma parte dos consultados mostrou desconhecimento com relação a espaços e possibilidades de participação e transparência na experiência, afinal este era um aspecto incluído nesta dimensão. Estas mesmas pessoas disseram que o projeto não contribui para melhor informá-las ou para que elas cobrem mais por seus direitos.

Por outro lado, houve pessoas entrevistadas que conheciam os espaços de participação e controle social do projeto, afirmando também que o Banco dos Cocais

contribuía para a luta por direitos. A percepção dos entrevistados com relação a esta dimensão foi fortemente influenciada pela proximidade ou distância entre o entrevistado e a iniciativa, bem como por posicionamentos políticos.

Os impactos do Banco na dimensão “padrão de vida” foram sem dúvida os mais percebidos entre os entrevistados, e todos disseram que de alguma forma o Banco influencia positivamente na renda das pessoas do município, ainda que tenham sido feitos apontamentos de que “o dinheiro podia ser usado de forma melhor” (entrevista concedida ao autor) ou que “às vezes parece compra de voto” (entrevista concedida ao autor).

Há ainda duas dimensões que não foram apontadas como áreas em que o Banco dos Cocais possui alguma influência, a “saúde” e a “educação”. As perguntas feitas com relação a estes aspectos não foram respondidas ou apresentaram argumentos sem muito significado.

Por fim, há influência do projeto nos aspectos colocados na dimensão “bem-estar psicológico”, que é uma dimensão mais genérica, fortemente influenciada por outras dimensões. Nas entrevistas realizadas com beneficiários do Banco dos Cocais, as respostas relativas à capacidade da iniciativa melhorar a vida da pessoa e aumentar sua autoconfiança variaram de forma significativa, assim como nas perguntas ligadas à “governança e cidadania”.

Desta forma, é possível dizer que o Banco dos Cocais influencia o bem viver dos cidadãos de São João do Arraial, principalmente por meio da melhoria de seu padrão de vida e do fortalecimento de sua cultura tradicional. Mas também é fundamental ressaltar a influência percebida por alguns no melhor uso do tempo que trouxe o correspondente bancário, e na promoção da vitalidade comunitária da cidade.

3.3. GÊNERO E RAÇA

Esta análise procura identificar o grau de preocupação, por parte dos atores envolvidos na experiência, com o aspecto gênero e raça, tanto na concepção da experiência como no seu desenvolvimento. Objetiva ainda identificar até que ponto a experiência avança ou não no desafio de enfrentamento das questões da desigualdade social entre homens e mulheres, e ainda de que forma trata as especificidades das questões que envolvem as desigualdades e a luta pelos direitos raciais.

Primeiro ponto a destacar é que estas questões aqui colocadas não aparecem diretamente nos objetivos do Banco dos Cocais; não se trata de uma experiência em que esta temática seja central e suas atividades voltadas especificamente para atingir resultados na redução das desigualdades de gênero e raça. No entanto, a questão de gênero aparece como resultado indireto, e existem estratégias específicas para lidar com esta problemática. Em relação à desigualdade de raça e à temática racial, estas não foram identificadas como problemáticas a ser enfrentadas ou como temas que, de alguma forma, se destacam na iniciativa estudada.

Primeiramente, a questão de gênero transparece na gestão do Banco dos Cocais por meio de seu organograma já reproduzido acima. Trata-se de uma estrutura muito pequena, composta por dois homens e duas mulheres, com um considerável equilíbrio na distribuição de poder entre gêneros, ressaltando que a coordenadora do Banco dos Cocais é uma mulher.

A temática de gênero está presente também na estratégia de concessão de empréstimos, uma vez que as mulheres são priorizadas. Esta preferência não aparece como uma norma, um procedimento ou uma métrica a ser atingida, mas como uma instrução aos avaliadores de crédito. Essa diretriz é uma metodologia de microcrédito muito utilizada em todo o mundo, e que tem sua origem no *Grameen Bank*, cujos beneficiários são 97% mulheres. É comum em todo o mundo que a concessão de microcrédito tenha ferramentas para priorizar as mulheres, pois são consideradas melhores pagadoras que os homens, principalmente em um modelo em que as garantias são mínimas ou inexistentes, os contratos são, muitas vezes, frágeis e a avaliação do crédito é feita de forma solidária. Há, inclusive, muitas entidades de concessão de microcrédito voltadas apenas para mulheres, os chamados “bancos da mulher”. O Banco dos Cocais incorpora esta diretriz de maneira mais flexível, sendo que as mulheres representam 70% dos beneficiários dos empréstimos solidários e do BPB, bem como dos correntistas.

Outra forma em que a questão de gênero transparece na experiência do Banco dos Cocais é por meio dos EES acompanhados, em que praticamente todos os participantes são mulheres. Vale ainda destacar que no relatório de atividades do Banco, entre os resultados alcançados em 2009, há um tópico denominado “Fortalecimento da autonomia financeira das mulheres”, que traz informações simples relativas aos pontos apontados acima.

3.4. DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

Este tópico de análise busca olhar a experiência na sua relação com o hegemônico, com o sistema e a realidade existente, com o contexto em que está inserida e que foi construído, como pressuposto, a partir de outros paradigmas. Nesta relação há pontos de limitam o desenvolvimento do Banco dos Cocais e outros que impulsionam seu desenvolvimento. Além disso, esta análise procura entender quais as estratégias utilizadas pelo atores desta experiência para conviver com o sistema hegemônico.

É preciso primeiramente dizer que este contexto hegemônico possui, de forma simplificada, dois níveis. Um deles é de caráter macro, ligado a um contexto suprarregional, talvez nacional, onde se insere, por exemplo, o Sistema Financeiro Nacional e a atuação do Banco Central (Bacen). Este nível macro pode-se dizer que não se restringe à experiência do Banco dos Cocais, mas influi em todas as experiências de finanças solidárias. O outro nível de contexto é o regional, o municipal, especificamente ligado a São João do Arraial. Com relação ao contexto vivido pela experiência do Banco dos Cocais, um fator importante é o ambiente

político favorável em âmbito municipal e regional. Como este estudo já discutiu, o contexto político vivido por esta experiência é determinante e bastante particular.

Pensando nos limitadores de qualquer natureza (política, financeira, cultural, geográfica, institucional ou outras) ao desenvolvimento do Banco dos Cocais, pode-se destacar a dificuldade financeira em captar recursos para compor os fundos destinados a créditos, principalmente produtivos. Estes recursos aqui referidos não são para financiamento de suas atividades, mas para ser emprestados. Os bancos comerciais compõem seus fundos de crédito por meio da poupança de seus correntistas. O Banco dos Cocais não pode ter correntistas, então a captação destes recursos se torna bastante mais complicada. Por outro lado, foi criado em 2005 o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), para estimular a criação de fundos destinados e este tipo de crédito⁷, permitindo inclusive que os bancos públicos e privados repassem recursos para serem operados por instituições de microcrédito habilitadas. Este programa possibilita a destinação de um volume considerável de recursos para fundos de microcrédito, no entanto estes recursos têm certa dificuldade de se concretizar em empréstimos. Com relação a este tópico, destaca-se a dificuldade de acessar e operar fundos destinados a microcrédito, como o Programa BNDES de Microcrédito⁸. Desta forma, o Banco dos Cocais está atualmente com um fundo para crédito produtivo extremamente limitado, e essa situação é um dos maiores limitadores ao seu desenvolvimento.

Outro limitador ao desenvolvimento do Banco dos Cocais, que em certa medida é responsável pelas dificuldades de captação de fundos para crédito, é de natureza institucional. Os bancos comunitários não são reconhecidos legalmente, estão em um vácuo jurídico e institucional, pois não são proibidos⁹, mas também não são reconhecidos e regulamentados, o que gera dificuldades para firmar parcerias e contratos. Para lidar com esta situação, o Banco dos Cocais utiliza a figura jurídica do Cocais para se apresentar legalmente; em outras situações, a figura jurídica do próprio Instituto Palmas é utilizada, como por exemplo no contrato com o BPB para a instalação dos correspondentes bancários.

Assim, estes são os principais limitadores ao desenvolvimento do Banco dos Cocais, que geram aquele que é hoje o maior desafio desta iniciativa, a busca por sustentabilidade. Esta necessidade aparece na fala de diversos dos entrevistados envolvidos com a experiência. É presente o medo de que mudanças políticas na prefeitura prejudiquem o Banco dos Cocais, afinal, o projeto é muito dependente do convênio de prestação de serviços com a prefeitura, não apenas financeiramente, mas também pela capacidade deste contrato inserir cocais na economia da cidade.

7 O PNMPO destina recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do depósito compulsório dos Bancos comerciais (até 2% pode deixar de ser recolhido e destinado a microcrédito).

8 Recentemente, este programa passou por uma reformulação para flexibilizar suas normas e tornar mais fácil a destinação de recursos para as entidades que operam microcrédito.

9 Sobre isso, ver no estudo do Banco Palmas o caso em que o Bacen processou esta iniciativa e pediu seu fechamento, mas a Justiça determinou improcedente.

Mas uma pergunta é fundamental se colocar nesta questão: a existência do Banco dos Cocalis pressupõe os subsídios dados e o contrato firmado pela prefeitura? É uma pergunta difícil de responder, afinal as características atuais da iniciativa e suas inovações foram construídas com base no forte apoio da prefeitura. O modelo atual do Banco dos Cocalis depende certamente deste apoio. Caso o Banco dos Cocalis não tivesse o apoio da prefeitura e o contrato fosse rescindido, o Banco não conseguiria colocar tantos cocalis para circular, e o projeto da moeda social enfraqueceria. Além disso, perder-se-ia uma forte fonte de recursos do Banco, que teria que viabilizar outras fontes, ampliando seus serviços de correspondente bancário e, principalmente, aumentando o crédito produtivo e criando outras formas de empréstimos.

É difícil dizer com certeza se o Banco dos Cocalis pode ser viável financeiramente sem nenhuma forma de subsídio, mas pode-se afirmar que, para isso, a iniciativa tem ainda que se estruturar melhor e encontrar alternativas de receitas. Fundamental seria aumentar os fundos de crédito, ampliando fortemente sua atuação nas atividades de empréstimos. De qualquer forma, uma forte inovação desta experiência, que é o sistema de moeda social, seria perdida.

CONCLUSÃO

Este estudo de caso procurou mostrar, de forma clara, como é o funcionamento de um banco comunitário, de uma moeda social e a concessão de microcrédito. Além disso, fez uma análise de como esta experiência aponta para políticas públicas neste campo, de como a concepção do Bem Viver é incorporada como finalidade da iniciativa, e como a questão de gênero e raça está presente no Banco dos Cocais; e, por fim, o estudo realizou um diagnóstico dos desafios e estratégias encontradas na relação com o hegemônico, com o sistema estabelecido.

Cabe agora perguntar: a partir do referencial teórico desta pesquisa, quais são os elementos presentes na experiência de São João do Arraial que apontam para um novo paradigma financeiro e monetário? Ou antes, esta é uma experiência paradigmática? Melhor talvez seja questionar: quais os elementos que esta experiência traz para um novo paradigma financeiro e monetário?

A partir do artigo “Por novos paradigmas de produção e consumo”, de Moraes e Costa (2009), que compõe o referencial teórico deste projeto, a experiência do Banco dos Cocais apresenta alguns dos elementos que apontam para novos paradigmas. Primeiramente, a “colaboração” como lógica contraposta à competição, que se materializa na participação do Banco dos Cocais na Rede Brasileira de Bancos Comunitários, na parceria estabelecida com o Banco Palmas, na articulação para a implantação de bancos comunitários em outros municípios do Território dos Cocais e em outros exemplos citados neste estudo. Além disso, o Banco dos Cocais se coloca como uma experiência de economia solidária, de forma que incorpora em seu discurso a valorização da cooperação como forma de atingir objetivos. Afirmar que a iniciativa possui elementos colaborativos e solidários pode criar ao leitor uma imagem caricaturesca e cheia de clichês, e é necessário deixar claro que o que se quer dizer é que a experiência valoriza em seus discursos e práticas a colaboração, sem excluir contradições e dificuldades do dia a dia.

O elemento da “governança democrática” também pode ser observado de forma concreta no Banco dos Cocais, a partir do Conselho do Cocais, uma arquitetura de controle social e decisão coletiva que, apesar de ainda ser uma institucionalidade recente, possui capacidade de governança. Ainda assim, as ferramentas e instituições que radicalizam e tornam mais eficientes os sistemas de governança democrática devem ainda ser aperfeiçoadas.

Por outro lado, o elemento “valorização do local” está fortemente presente, tanto no processo de fomento da economia local a partir de recursos e potencialidades locais, como também na valorização da cultura tradicional da região. O elemento do “bem viver” foi analisado em tópico específico, e basta dizer que a experiência contribui para a redefinição da felicidade e do bem-estar como fim maior da sociedade.

Não se pode dizer que o Banco dos Cocais desintermedeia serviços de crédito, pois isso significaria aproximar poupadores de credores, e em uma cadeia mais

curta que aquela construída pelos bancos comerciais. O Banco dos Cocais não pode trabalhar com correntistas, com poupança, o que impede que a atividade de desintermediação seja feita. Mas pode-se dizer que o elemento da desintermediação está presente de formas indiretas, uma vez que o Banco promove formas de encurtamento de circuitos por meio da moeda social e da promoção da economia local. O objetivo maior do Banco dos Cocais é promover a economia local, incentivando que a produção e o consumo sejam mais próximos, por meio do fomento a empreendimentos locais, do crédito e do circulante local. Por isso, pode-se dizer que o Banco dos Cocais afirma os “processos de desintermediação” como elementos que apontam para novos paradigmas de produção e consumo.

Estes são os elementos levantados por Moraes e Costa (2009), e que estão presentes de forma relevante na experiência do Banco dos Cocais. Mas a iniciativa aponta também para outros elementos mais específicos do campo financeiro e monetário.

A metodologia de microcrédito observada traz elementos do que seria um novo paradigma de concessão de crédito, que se contrapõe ao modelo praticado pelos bancos comerciais a partir da necessidade de garantias e da consulta a bancos de dados sobre o perfil do solicitante. Esta metodologia, que busca proteger a instituição financeira de não pagamentos, tem como resultado a exclusão de boa parte da população. A metodologia observada no Banco dos Cocais baseia-se na avaliação qualitativa do solicitante a partir da proximidade, conforme já foi descrito detalhadamente. Esta metodologia de avaliação de crédito está se mostrando eficiente na concessão de crédito para pessoas excluídas do sistema de crédito comercial, por um lado, e na construção de carteiras com baixas taxas de inadimplência e, portanto, sustentáveis, por outro lado. Tal metodologia tem sua origem em um paradigma de concessão de crédito que tem como prioridade a inclusão e, como condição, a sustentabilidade das carteiras de crédito.

Por que as instituições financeiras convencionais não conseguem responder às necessidades de crédito das pessoas mais pobres e dos empreendimentos mais vulneráveis? Esta é uma questão central neste trabalho. Primeiramente, porque estas instituições financeiras não existem para isso. Elas são criadas por seus acionistas e gestores para maximizar o retorno sobre o capital investido. Esta maximização faz com que sejam exigidas taxas de retorno as mais altas possíveis e os métodos e técnicas para concessão de empréstimo com os menores riscos possíveis. A consequência destas condições é a exigência de pagamento de juros altos e de garantias que possam cobrir um não pagamento. Viabilidade econômica para instituições financeiras convencionais é que os empréstimos sejam pagos, os juros cubram os empréstimos não pagos e gerem os lucros necessários para o retorno do capital.

Instituições de finanças solidárias têm que ter viabilidade econômica, ou não são sustentáveis. Mas viabilidade econômica nas finanças solidárias é que os empréstimos sejam pagos e os juros cubram os empréstimos não pagos. Ou seja, elas têm que ser viáveis economicamente, mas seu objetivo final é gerar resultados so-

ciais positivos, sendo os resultados econômicos um meio de gerar resultados sociais. Esta é a lógica e o pressuposto que a experiência do Banco dos Cocalis aponta para um novo paradigma financeiro.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, R. S. *Substituição parcial da ureia por diferentes níveis de farelo de babaçu na alimentação de vacas leiteiras*. (Graduação em Zootecnia). Faculdade de Imperatriz – Facimp, Imperatriz. 27 p., 2005.

GONSALVES, Alpheu Diniz. *O babaçu, considerações científicas, técnicas e econômicas*. Ministério da Agricultura: Rio de Janeiro, Série Estudos e Ensaio nº 8, 1955.

MELO NETO, Joaquim João. Bancos Comunitários. *Le Monde Diplomatique*. Janeiro de 2009.

MONZONI NETO, M. P. *Impacto em renda do microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no município de São Paulo*. Tese (doutorado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MORAES, Leandro Pereira; COSTA, Adriano Borges F. Por novos paradigmas de produção e consumo. *Le Monde Diplomatique Brasil*, Novembro de 2009.

PORTO, M. J. F. *Estudo preliminar de dispositivo de quebra e caracterização dos parâmetros físicos do coco babaçu*. Dissertação (mestrado em engenharia mecânica), Universidade Estadual de Campinas, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARRAIAL. Convênio nº 009/2009 – GP. Termos de convênios que celebram entre si, o Município de São João do Arraial – PI e o Cocais – Centro de Organizações Comunitárias e Apoio à Inclusão Social. Prefeitura Municipal de São João do Arraial, PI, 02 de maio de 2009.

REDE LATINO-AMERICANA DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA – REDLASES. *Moeda social e democracia: manual para compreender e fazer*. Buenos Aires, 2006.

SÃO JOÃO DO ARRAIAL. Lei Municipal nº 112/2007, de 19 de dezembro de 2007. Autoriza o Chefe do Poder Executivo a celebrar convênio com o Banco dos Cocais, com assistência do Instituto Palmas em Fortaleza-CE, e dá outras providências. Câmara dos Vereadores de São João do Arraial, São João do Arraial, PI, 19 de dezembro de 2007.

SOARES, Claudia Lucia Bisagio. Moeda Social: um conceito, uma proposta de tipologia, limites e potencialidades. Nesol, Nesfi, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/anais%20IV/artigos/Capitalismo%20Contempor%C3%A2neo,%20Socialismo%20e%20Economia%20Solid%C3%A1ria/Moeda%20social%20um%20conceito,%20uma%20proposta%20de%20tipologia,%20limit%E2%80%A6.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2010.

ANEXO 1 – LEI MUNICIPAL 112/07 DE SÃO JOÃO DO ARRAIAL

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARRAIAL
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL N.º. 112/2007, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.

“Autoriza o Chefe do Poder Executivo a celebrar convênio com o BANCO DOS COCAIS, com assistência do Instituto Palmas em Fortaleza-CE, e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARRAIAL, ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as disposições constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais.

Faço saber que a Câmara Municipal de São João do Arraial aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder executivo de São João do Arraial-PI autorizado a celebrar convênio com o BANCO DOS COCAIS, com a assistência do Instituto Palmas, em Fortaleza-CE.

Art. 2º - O convênio tem por finalidade autorizar a esta Prefeitura a realizar o processo de pagamento dos servidores e a outros prestadores de serviços dessa municipalidade por intermédio destas Instituições através do Banco Comunitário dos Cocais.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Arraial, Estado do Piauí, em 20 de Dezembro de 2007.

FRANCISCO DAS CHAGAS LIMMA

Prefeito Municipal

ANEXO - MINUTA TERMO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº _____

“Termos de Convênios que celebram entre si, o Município de São João do Arraial-PI e o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária”.

No dia do mês de de 200...., o município de São João do Arraial, Estado do Piauí, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ nº 01.612.609/0001-84, com sede à Avenida Vicente Augusto nº 556 - Centro - São João do Arraial(PI), doravante denominada de CONCEDENTE, neste ato representada pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. **FRANCISCO DAS CHAGAS LIMMA**, brasileiro, solteiro, Gestor Público, portador do CPF nº 259.940.773-72, na forma do disposto da Lei Municipal nº. e o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária - Instituto Palmas, organização da sociedade civil de interesse publico - OSCIP, de caráter social, cultural, educativo e de desenvolvimento local, inscrita no CNPJ nº 05.705.48/0001-99, com sede à Avenida Val Paraíso, 698, Conj. Palmeira, Fortaleza-Ce, doravante denominada de PROPONENTE, neste ato representado por seu presidente, o senhor **JOÃO JOAQUIM DE MELO NETO SEGUNDO**, brasileiro, casado, portador do RG nº 95002152068 SSP-CE, inscrito no CPF sob o nº 122.129.382-68, professor, residente e domiciliado à rua Alice, nº 222 - Bloco 1, Apto. 301, cidade dos funcionários em Fortaleza-Ce, firmam o presente Convênio obedecendo as cláusulas e condições abaixo transcritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui-se objeto do presente convenio a colaboração com o município de São João do Arraial - PI na execução da folha de pagamento dos funcionários públicos municipais e prestadores de serviços, utilizando-se para isso, da estrutura do correspondente Bancário do Banco Popular do Brasil, existente no município sob responsabilidade do Instituto Palmas e ainda:

- I) Sensibilizar os funcionários municipais para os valores e as metodologias da Economia Solidária enquanto instrumento necessário para o desenvolvimento local existente no município de São João do Arraial
- II) Disponibilizar para os funcionários públicos municipais, linhas de credito, com taxas de juros especiais e em condições de pagamento facilitadas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

I - A execução das atividades de pagamento de pessoal (Funcionários Públicos Municipais; terceirizados e outros), objeto principal do presente convênio, obedecerá ao seguinte cronograma de atividades e responsabilidades:

Caberá à Prefeitura Municipal de São João do Arraial(PI) - Concedente

II - A Prefeitura Municipal de São João do Arraial-PI repassará ao Instituto Palmas os recursos financeiros correspondentes ao pagamento desejado, acrescido de taxa de administração (conforme ponto)

III - Junto ao comprovante de depósito (doc.), caberá à concedente repassar a Proponente a relação de pessoas, (funcionários públicos municipais, terceirizados e outros) a serem pagos e os respectivos valores correspondentes a cada um. Esta relação é de inteira responsabilidade do município, cabendo a proponente apenas o seu fiel cumprimento.

IV - Por cada solicitação de pagamento, a concedente repassará a Proponente a importância jamais superior a 0,5% do valor bruto a ser pago, como taxa administrativa pelos serviços oferecidos pela Proponente. Ou seja, para cada depósito (doc.) realizado pela Concedente em favor da Proponente para pagamento de pessoal (funcionários e outros), no máximo 0,5% do total, será considerado como taxa de administração.

V - Garantir segurança armada no local de pagamento dos funcionários durante os dias de efetivação da referida atividade.

Caberá ao Instituto Palmas - Proponente

I) Efetuar o pagamento de pessoal (funcionários públicos municipais, terceirizados e outros), conforme lista apresentada pela Prefeitura Municipal de São João do Arraial(PI), em um prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a entrega de comprovação de depósito (doc.) efetuada pela Concedente em favor do mesmo, na conta-corrente acima citada.

II) o pagamento será disponibilizado no ponto de atendimento do Banco Popular do Brasil, sob responsabilidade do Instituto Palmas no município de São João do Arraial(PI), tendo como nome de fantasia BANCO DOS COCAIS.

III) para efetuar o referido pagamento o Instituto Palmas providenciará a abertura de conta-corrente para todas as pessoas (funcionários públicos municipais, terceirizados e outros) da Prefeitura Municipal de São João do Arraial(PI), junto ao Banco Popular do Brasil, desde que estes procurem a sede do Banco dos Cocais em tempo hábil, ou seja, até 30 dias antes do pagamento.

IV) Pela abertura de conta-corrente e manutenção da mesma não será cobrada nenhuma taxa de administração às pessoas (funcionários públicos municipais, terceirizados e outros), salvo mudem as atuais regras comerciais entre o Instituto Palmas e o Banco Popular do Brasil.

V) O pagamento de todas as pessoas (funcionários públicos municipais, terceirizados e outros) a serem efetuados pelo Proponente, objeto deste convenio, dar-se-á através da conta bancária do beneficiário, ficando vedado outra forma de execução para esta atividade.

VI) Desde que em comum acordo entre a Prefeitura Municipal de São João do Arraial(PI), o Instituto Palmas e o beneficiário (funcionários públicos municipais, terceirizados e outros), o pagamento poderá ser realizado em moeda social, lastreada em real, em circulação no município de São João do Arraial-PI, a moeda Cocal. O valor a ser pago em moeda social não poderá ultrapassar o limite máximo de 25% do total a ser pago.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

I- O presente Convenio tem vigência de ____/____/____ a ____/____/____, podendo ser rescindido a qualquer tempo, caso ocorram fatos que venham a ferir os objetivos do mesmo, sem que caiba qualquer indenização judicial ou extra judicial.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

a) Do Concedente

I - A fiscalização da execução deste Convênio ficará a cargo das Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente; e de Assistência Social e cidadania, bem como da Câmara de Vereadores;

II - Caso seja necessário, a CONCEDENTE poderá designar funcionários municipais para colaborar na execução do objeto do presente convênio;

III - Os recursos a serem transferidos pela Prefeitura Municipal de São João do Arraial(PI) ficam condicionadas ao cumprimento das cláusulas deste convênio.

b) Da proponente

I - A proponente remeterá semestralmente a CONCEDENTE, relatórios das atividades desenvolvidas;

II - Fica a PROPONENTE obrigada a divulgar em todas as Ações objeto do presente Convenio a Logomarca da Prefeitura Municipal de São João do Arraial-PI.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

a) O presente convênio poderá ser rescindido a qualquer tempo, independente de notificação judicial ou extra judicial, desde que as partes assim o desejem, comunique a outra por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

b) Todos os encargos sociais e previdenciários, relativos aos funcionários da Proponente na execução das atividades objeto do convenio, são de sua inteira responsabilidade, não cabendo a CONCEDENTE, pagamento do vencimento ou gratificação a qualquer titulo, aos mesmos.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade de São João do Arraial, para dirimir qualquer duvidas ou conflito que derivem o presente convênio.

E por estarem justas e acordadas e de acordo com as Cláusulas e Condições aqui pactuadas, as partes firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo:

São João do Arraial(PI), de de XXXX.

CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARRAIAL-PI

Prefeito Municipal

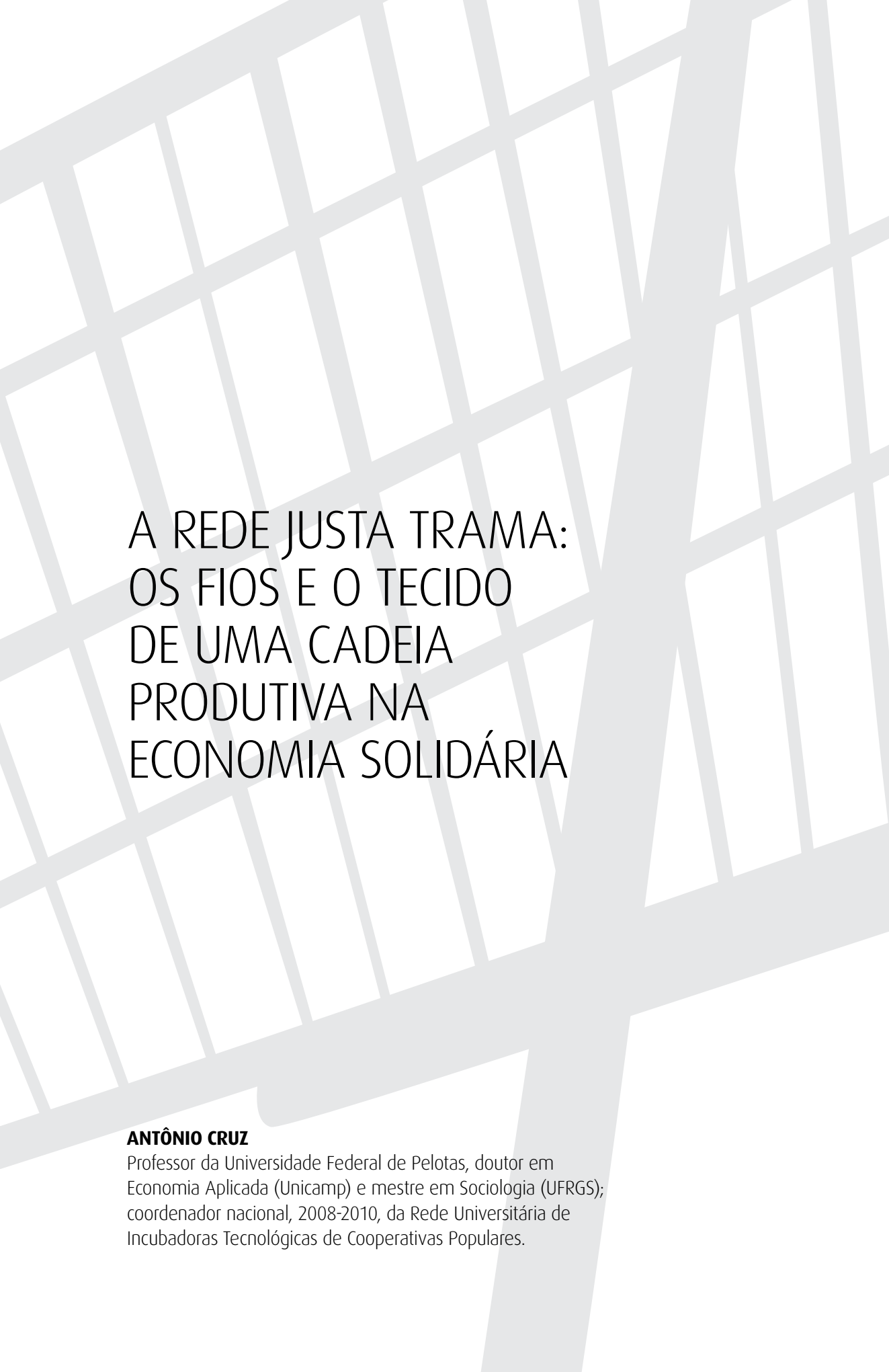
PROPONENTE: INSTITUTO PALMAS DE DESENVOLVIMENTO E SOCIO-
ECONOMIA SOLIDÁRIA

Presidente

TESTEMUNHAS:

CPF Nº:

CPF Nº:



A REDE JUSTA TRAMA: OS FIOS E O TECIDO DE UMA CADEIA PRODUTIVA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

ANTÔNIO CRUZ

Professor da Universidade Federal de Pelotas, doutor em Economia Aplicada (Unicamp) e mestre em Sociologia (UFRGS); coordenador nacional, 2008-2010, da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

INTRODUÇÃO

A economia solidária é apenas parte da economia informal. Os empreendimentos de economia solidária (EES) estão fadados a constituir experiências marginais ao mercado convencional. As escalas de produção e o nível de investimento destes empreendimentos não podem ser comparados aos das empresas convencionais. Os EES que alcançam viabilidade econômica, rapidamente se distanciam de suas características específicas, adquirindo necessariamente o caráter e a forma de gestão das empresas capitalistas. As redes de economia solidária poderiam ser uma solução para viabilizar os empreendimentos, mas elas ainda são apenas uma ideia de teóricos e acadêmicos bem-intencionados, mas que não vivem o dia a dia das iniciativas.

Todas as premissas acima fazem parte de um longo rosário de concepções preconcebidas e repetidamente difundidas por estudiosos respeitáveis de várias áreas do conhecimento – da economia e da sociologia, especialmente – que simplesmente falam sobre aquilo que não conhecem. Em outras palavras, sofrem de “teoricismo”.

A ciência – sob qualquer perspectiva teórica – continua exigindo a existência de evidências empíricas para aquilo que, a princípio e teoricamente, constitui uma realidade lógica. Mas como diziam os antigos, e bem ao contrário do que disse Milton Friedman (para quem “se a teoria não corresponde à realidade, pior para a realidade”), uma teoria só tem validade se ela é capaz de explicar uma realidade concreta.

Há vários exemplos que contrariam as premissas do primeiro parágrafo. Este texto descreve um deles: a Justa Trama – Cadeia Ecológica do Algodão Solidário. Trata-se de uma rede de empreendimentos de economia solidária que, organizados e associados, se fortalecem mutuamente através de uma inserção inovadora no mercado de vestuário de algodão agroecológico, conformando uma cadeia que vai do plantio à comercialização das roupas.

Sua existência, como a de outras redes de EES, não apenas contraria os manuais mais difundidos de microeconomia e administração, mas aponta para a emergência de novos paradigmas de produção e consumo. Por isso, o caso da Justa Trama contribui e traz evidências para a formulação de novos paradigmas, de novas concepções e bases sobre o que é produção e consumo, baseados na realidade. Desta forma, esta experiência foi selecionada pela pesquisa Novos Paradigmas de Produção e Consumo, desenvolvida pelo Instituto Pólis, e este estudo busca analisá-la como parte de um levantamento destinado a descrever, analisar e formular propostas de apoio e desenvolvimento econômico e social alternativo.

O texto a seguir é o resultado de nossa empiria e faz surgir, a partir dela, uma teoria que dialoga com outras teorias. Acredito que o ofício de pesquisador, assim, cumpre seu papel, e sem arvorar-se em “dono da verdade” ajuda a produzir um debate que busca a verdade, que respeita a diferença e tem a pretensão de melhorar a vida.

A redação de “A Justa Trama: os fios e o tecido de uma cadeia produtiva na economia solidária” enfrentou um desafio que nem sempre está presente nessas narrativas, mas que também não é algo raro: descrever, analisar e sintetizar “o todo e as partes”, ou os fios e o tecido, ao mesmo tempo. Há aí um “ir e vir textual” entre os empreendimentos que compõem a rede e a própria rede.

Ele parte de um panorama geral da experiência (de que se trata?) para, a seguir, percorrer o contexto que demarca as origens dos fios e do tecido (como é que tudo começou?). O próximo movimento é tentar descrever no detalhe o conjunto da obra, incluindo aí os sujeitos de cada uma das partes e do todo e, na sequência, indagar sobre os problemas, limites e desafios que a Justa Trama enfrenta (o que é, como funciona, quais são os problemas?). Como não poderia deixar de ser, ao seu final a escrita retorna ao contexto geral e tenta perscrutar no horizonte do nosso tempo e do nosso lugar as lições e proposições que a Justa Trama nos enseja (se isto é assim, como e para onde vamos?).

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA EXPERIÊNCIA

A “Justa Trama – Cadeia Ecológica do Algodão Solidário” é a marca de uma rede cooperativa de seis empreendimentos econômicos associativos (solidários), situados em seis estados de quatro das cinco grandes regiões administrativas do Brasil¹, que se articula em torno da cadeia produtiva do algodão agroecológico² e cujo produto final é a roupa destinada ao uso dos consumidores. Sua construção começa em 2004 e o uso da marca comercial, bem como do início da produção em rede, datam de 2005. Em janeiro de 2008 constituiu-se formalmente como cooperativa de 2º grau, isto é, como uma “cooperativa de cooperativas”, com a denominação oficial de Cooperativa Central Justa Trama.

A Justa Trama reúne diferentes atores coletivos, organizados em empreendimentos econômicos associativo-solidários, em que cada empreendimento constitui um elo na cadeia produtiva do algodão orgânico. Ela nasceu da iniciativa das trabalhadoras da Univens, de Porto Alegre, no começo da década atual, conquistou a adesão e o envolvimento de outros trabalhadores e trabalhadoras de empreendimentos situados em outros cinco estados brasileiros, e a simpatia e o apoio de muitos parceiros que vêm participando da sua construção.

Dela fazem parte, atualmente, os seguintes empreendimentos:

- Adec – Associação para o Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá. Localizada em Tauá, sudoeste do Ceará, a cerca de 420 km de Fortaleza, reúne e organiza trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar que produzem algodão “agroecológico” sem o uso de insumos de química sintética. São aproximadamente 200 associados, cujo número pode variar bastante em função das condições de plantio ou do momento político da associação.

- Coopertextil – Cooperativa de Produção Têxtil de Pará de Minas. A 100 km de Belo Horizonte, é uma fábrica industrial com razoável nível de automação e de capital-máquina instalado, cuja cooperativização resultou de um processo de transição a partir da falência da empresa (capitalista, convencional) que a precedeu. Participa da Justa Trama com a fiação e a tecelagem do algodão fornecidos pela Adec e distribuído às confecções da rede.

- Cooperativa Açaí – Cooperativa de Trabalho dos Artesãos do Estado de Rondônia, situada em Porto Velho, organiza trabalhadores ribeirinhos que coletam materiais e sementes amazônicos, e artesãos voltados para a produção de aviamentos e acessórios artesanais feitos dos materiais coletados pelos ribeirinhos. Ela fornece as peças que complementam a confecção das roupas, como botões, broches e colares.

1 R. Grande do Sul, Santa Catarina (Região Sul), São Paulo, Minas Gerais (Sudeste), Ceará (Nordeste) e Rondônia (Norte).

2 Acompanho aqui a posição expressada em outro texto, de Pedro Jorge Lima, que voltará a ser citado mais adiante: “Para fins deste artigo, considera-se orgânico o algodão auditado e certificado por organismo credenciado como certificador de tais produtos. Já o algodão agroecológico é aquele cultivado em sistema de manejo agroecológico, ou seja, preenche os requisitos para a certificação orgânica, porém não é certificado como tal, seja por falta de recursos dos agricultores para arcar com os custos da certificação ou porque o comprador da fibra dispensa o certificado” (LIMA, 2008, p. 1).

- Univens – Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos Ltda., situada no bairro Sarandi, em Porto Alegre, iniciada como uma cooperativa popular de trabalhadoras desempregadas ou em risco de desemprego que se organizaram inicialmente para produzir e gerar rendimentos a partir do trabalho associativo. Foram as pioneiras na ideia da Justa Trama e produzem peças de roupa de tecido de algodão agroecológico em série (camisetas, bermudas, vestidos, jaquetas etc.) a partir do tecido fornecido pela Coopertextil e dos acessórios da Cooperativa Açaí.

- Fio Nobre – Cooperativa Fio Nobre dos Tecelões da Região do Município de Itajaí, instalada na região portuária da cidade, a 95 km de Florianópolis, formada por artesãs e costureiras que também se organizaram para fugir do desemprego e dos baixos salários. Produzem peças de roupa artesanais ou semiartesanais (vestidos e peças diversas em crochê, acessórios e enfeites em tecido, como fuxicos e outras técnicas) e outros acessórios como bolsas e cangas, de fios ou tecidos (inclusive tramados em tear manual) de algodão agroecológico, e/ou adornados com peças de origem natural da Cooperativa Açaí.

- Coopstilus – Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Confecção Stilus, situada em Santo André, na Grande São Paulo, nascida também como uma cooperativa popular. Sua especialidade são as roupas infantis, produzidas com os mesmos insumos com os quais trabalham a Univens e a Fio Nobre.

Para uma melhor sistematização das informações em relação aos empreendimentos que formam a Rede Justa Trama, e para facilitar a leitura deste relatório, elaborou-se, ao final deste capítulo, um quadro com as principais referências destas iniciativas. Cada uma delas representa uma história própria, singular, condicionada por um conjunto complexo de fatores econômicos, sociais, políticos, culturais, demarcados no contexto da história e da geografia de cada região, bem como da psicologia de seus atores individuais.

Para cada uma destas iniciativas, a Justa Trama tem uma representação diferente, e representa ao mesmo tempo um elo distinto com os demais mercados em que atuam. Economicamente, por exemplo: para a Adec, a Justa Trama representa quase 35% de seu mercado consumidor; já para a Coopertextil, ela é menos de 1% do seu faturamento. Para a Coopertextil, a Justa Trama representa, sobretudo, uma aposta de futuro; a Univens e a Fio Nobre praticamente se confundem, em sua identidade atual, com a Justa Trama.

O projeto Novos Paradigmas de Produção e Consumo delinea os elementos que caracterizam as iniciativas inovadoras que apontam para um novo padrão de organização econômica e social. Ao longo deste estudo³ buscou-se analisar os aportes da experiência da Justa Trama, bem como da proposta da economia soli-

3 Para a realização deste estudo foram feitas visitas de campo a três dos seis “elos” da cadeia produtiva da Rede Justa Trama: a Univens, em Porto Alegre; a Coopertextil, em Pará de Minas e a Adec, em Tauá. Na visita em Porto Alegre, foi possível também colher o depoimento da diretora presidente da Cooperativa Central Justa Trama, Nelsa Nespolo, a partir do qual foi possível constituir uma versão do processo de construção dos elos não visitados da cadeia – Fio Nobre, Açaí e Coopstilus. Ainda assim, é preciso dizer que a Fio Nobre, por outro lado, já havia sido visitada pelo autor em outra ocasião.

dária, para um melhor entendimento de quais são os novos paradigmas de produção e consumo.

A representação simbólica da Justa Trama no “mundo da economia solidária” é enorme. Ela significa que é possível integrar distintos nodos de uma cadeia produtiva por meio da cooperação e da solidariedade, a partir de um produto diferenciado, com amplo apelo de mercado e, ao mesmo tempo, plenamente vinculado à

QUADRO 1: SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS EMPREENDIMENTOS E DA REDE JUSTA TRAMA

	Descrição panorâmica	Objetivos	
ADEC	Associa os agricultores familiares do algodão agroecológico em Tauá/CE.	Potencializar a agricultura familiar e a cidadania dos camponeses a partir da produção agroecológica do algodão.	
AÇAÍ	Associa coletores ribeirinhos e artesãos que trabalham a partir de vegetais amazônicos, em Porto Velho/RO.	Garantir sustentabilidade e cidadania aos trabalhadores envolvidos no empreendimento.	
COOPERTEXTIL	Empresa industrial têxtil recuperada solidariamente pelos trabalhadores, em Pará de Minas/MG.	Garantir emprego e renda aos trabalhadores da cooperativa.	
UNIVENS	Cooperativa popular de costureiras no bairro Sarandi, em Porto Alegre/RS.	Garantir emprego e renda, com ampliação da cidadania às cooperadas, contribuindo para a expansão da economia solidária.	
FIO NOBRE	Cooperativa popular de costureiras, em Itajaí/SC.	Garantir emprego e renda, com ampliação da cidadania às cooperadas, contribuindo para a expansão da economia solidária.	
COOPSTILUS	Cooperativa popular de costureiras em Santo André/SP.	Garantir emprego e renda, com ampliação da cidadania às cooperadas, contribuindo para a expansão da economia solidária.	
JUSTA TRAMA	Rede de empreendimentos solidários da cadeia produtiva do algodão agroecológico.	Potencializar os empreendimentos membros da Rede, consolidando uma experiência inovadora de articulação em rede, contribuindo para a expansão da EcoSol e transformação da sociedade.	

proposta da sustentabilidade ambiental. A arquitetura de sua construção foi coletiva, mas plena de iniciativa e de hábeis aproximações políticas (que vamos explorar ao longo do estudo) que permitiram estabelecer um esteio simbólico de fundamental importância para a economia solidária no Brasil, hoje. A Justa Trama, sem dúvida, representa – junto com outras experiências abarcadas no projeto de pesquisa do qual este relatório é parte – um novo paradigma de produção e de consumo.

Parcerias	Pretensão	Políticas Públicas
Esplar, Veja Fair Trade (França), ICCO (Holanda).	Garantir desenvolvimento regional a partir da agricultura familiar sustentável.	Atualmente, sem apoios.
Sebrae, Prefeitura de Porto Velho.	Garantir desenvolvimento a partir do extrativismo sustentável e do artesanato, com materiais da natureza regional.	Sem informação.
Sescoop, OCEMG, Unisol.	Garantir sustentabilidade econômica à cooperativa em longo prazo.	Sem informação.
Camp, Cáritas, Coep, Avesol, Fundação Luterana, Conosud	Consolidar a cadeia produtiva do algodão agroecológico e expandir a economia solidária.	Fundos de apoio a investimentos da Senaes
Prefeitura de Itajaí, Univali, FBB.	Consolidar a cadeia produtiva do algodão agroecológico e expandir a economia solidária.	Sem informação.
Prefeitura de Santo André, Senai.	Viabilizar economicamente a cooperativa e expandir a economia solidária.	Incubação garantida pela IPEPS, da PM de Santo André.
ADS, Unisol Brasil, Senaes, Nexus-CGIL, FBB	Tornar-se uma referência concreta para a expansão e desenvolvimento da economia solidária.	Fundos de apoio a investimentos, da Senaes

© Elaboração própria

2. HISTÓRIAS E ANTECEDENTES

2.1. OS FIOS E A TRAMA

A Rede Justa Trama começa a ser pensada nos primeiros estudos desenvolvidos pela Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que em 2002 inicia a pesquisa de algumas das cadeias produtivas a que estava vinculado número significativo de empreendimentos de economia solidária, como metalurgia, artesanato e reciclagem. Uma dessas cadeias estudadas era a de têxteis/confeção de roupas. Era ainda, nesse tempo, apenas um trabalho técnico.

A Univens, uma cooperativa de costureiras de Porto Alegre criada em 1996, por outro lado, vinha buscando formas de inovação em termos de produtos e marcas que pudessem melhorar a posição da cooperativa no mercado e, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento da economia solidária. Com a criação da central de empreendimentos solidários Unisol Brasil⁴, em 2004, produziu-se uma aproximação entre empreendimentos da cadeia da confecção, especialmente entre as cooperativas Cones, Textilcooper⁵ e Univens, que partiram do estudo da cadeia realizado pela ADS. Logo, somou-se à discussão o Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria, uma organização não governamental (ONG) sediada em Fortaleza, fundada em 1974, que apoia organizações da agricultura familiar⁶ e desenvolvia um trabalho de assessoria à Adec, na região de Tauá, no interior do Ceará.

No Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), em 2003, os contatos se ampliaram. Univens, Cones e Textilcooper aproximaram-se da Fio Nobre e da Açaí, e aos poucos a ideia da formação da Rede foi ganhando corpo e cara, até que no final de 2004 a ideia já estava clara, mas ainda sem condições econômicas de se concretizar.

Entretanto, o Fórum Social Mundial de 2005, realizado em Porto Alegre, permitiu o *start* da cadeia. A organização do Fórum encomendou 60 mil bolsas/sacolas de algodão agroecológico, que foram confeccionadas por 35 diferentes empreendimentos de confecção da região sul do Brasil, coordenados pela Univens e com tecido fornecido pela articulação entre a Cones e a Textilcooper. Em seguida, graças a um contato com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE),

4 A Unisol Brasil não é um empreendimento econômico, mas sim uma entidade de articulação e de representação política de empreendimentos solidários. Ela nasceu da antiga Unisol Cooperativas, uma iniciativa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, que reunia os empreendimentos de São Paulo. Com a fundação da Unisol Brasil, a ADS perdeu parte importante de sua função, que foi absorvida pela nova entidade. Ver <<http://www.unisolbrasil.org.br/>>. Acessado em 24/03/2010.

5 A Cones (Cooperativa Nova Esperança), localizada em Nova Odessa/SP, e a Textilcooper (de Santo André/SP) eram “empresas recuperadas por trabalhadores”, após a falência das firmas capitalistas originais – a Funar e a Handel, respectivamente (METELLO, 2007). Ambas participaram da montagem da Justa Trama e dos primeiros anos da Rede; mas por motivos diferentes – que se verá mais adiante – já não fazem parte da Justa Trama.

6 Segundo o sítio web do Esplar, sua missão é “construir compartilhadamente um projeto de desenvolvimento solidário, ecologicamente sustentável e efetivador de direitos, com foco na agricultura familiar, fundamentado na agroecologia, na igualdade de gênero, no fortalecimento da autonomia dos movimentos sociais, na soberania e na segurança alimentar e nutricional, contra a discriminação de raça, etnia e geração”. Ver <<http://www.esplar.org.br/>>. Acessado em 12/04/2010.

as cooperativas decidiram apresentar um projeto que garantisse os recursos necessários para um primeiro “giro” na cadeia. Entretanto, os recursos demoraram muito a ser liberados (somente no final de 2005), o que não impediu que os empreendimentos realizassem uma primeira experiência, mesmo sem o auxílio prometido, que demorava em função de problemas burocráticos para sua liberação.

A gente começou a tocar. Quando era novembro, nós estávamos lançando as primeiras peças da Justa Trama. E aí agricultor não recebeu, fiador não recebeu, costureira não recebeu, ninguém recebeu. E todo mundo assim, apostando e acreditando na ideia. E a ideia era lançar no Fórum Mundial do Turismo, no Rio de Janeiro, fazer um desfile em Copacabana. Mas o Fórum, lá, se desarticulou, a prefeitura brigou com o Governo do Estado e não pôde acontecer nada em Copacabana. Acabou que a gente fez o nosso desfile na favela do Cantagalo, no Espaço Criança Esperança, para nós mesmos, praticamente, e para mais algumas pessoas que circulavam por lá. Mas foi um momento mágico da Justa Trama. Porque a gente pegou as peças, colocou no meio da sala e começou a discutir o que era um ‘valor justo’ para uma peça. E aí um dos agricultores colocou o seguinte: “Olha, justo vai ser um valor que a gente consiga que quem produzir consiga comprar”. E esse vai ser o valor justo: que consiga nos viabilizar, valorizar o nosso trabalho e quando chegar no final, quem está produzindo consiga comprar (entrevista concedida por Nelsa Nespolo, diretora presidente da Justa Trama, ao autor).

Mas estes “primeiros” passos, é claro, não foram os primeiros. Compreender o aparecimento da Justa Trama exige compreender o aparecimento e o desenvolvimento dos seus fios.

a) Univens

Por volta de 1994/95, um grupo de mulheres começou a se reunir no Sarandi, bairro operário na zona norte de Porto Alegre, fruto de ocupações urbanas do começo dos anos 70. Suas lideranças haviam sido experimentadas em lutas sindicais e comunitárias, geralmente a partir de organizações católicas, na década anterior. Com o desemprego crescente, objetivado pelos efeitos colaterais dos muitos planos macroeconômicos, muitas moradoras do bairro começaram a discutir formas de gerar emprego e renda fora do circuito convencional da venda de força de trabalho.

Elas se reuniam na Comunidade Católica do bairro, com o apoio do pároco. Nos primeiros anos, o grupo pretendia gerar renda com produtos alimentícios – pães e massas caseiras, bolos artesanais, entre outros. Com o passar do tempo, com alguns insucessos e com a promessa de demanda de um hospital público da cidade, elas decidem passar a um trabalho considerado mais qualificado: confecção e costura. Em maio de 1996, elas fundam a Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos Ltda. Algumas trabalham em casa, e outras na capela da Comunidade Católica. Uma equipe da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (SMIC) de Porto Alegre, a pedido do grupo, começou a assessorá-lo.

A SMIC decide, então, constituir uma incubadora de empreendimentos populares no bairro Sarandi, que em 1998 passou a hospedar a Univens. Do grupo

inicial de 35 mulheres, restavam então 25. As outras se desalentaram em função das grandes dificuldades iniciais. Elas começam, então, produzindo uniformes de trabalho, sob encomenda, para regiões das cercanias do bairro. O grande impulso veio, entretanto, com as encomendas para o I Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em 2001, de bolsas e camisetas. Logo a seguir, a cooperativa passou a receber as demandas de movimentos sociais de todo o Rio Grande do Sul, como sindicatos, ONGs, movimentos de mulheres, de ambientalistas, de negros, entre outros.

Em 2003, um intercâmbio internacional promovido pelo Orçamento Participativo de Porto Alegre põe a Univens em contato com organizações não governamentais espanholas, que decidem apoiar a cooperativa. Com os recursos desse apoio – parte a retornar, parte a fundo perdido – a Univens constrói, em 2004, a sua sede, ilustrada nas figuras abaixo. E é nesse mesmo ano que a Justa Trama começa a ganhar forma.



Sede da Univens e da Justa Trama



Trabalhadoras da Univens

© Elaboração própria

b) Adec

Enquanto as mulheres do bairro Sarandi, em Porto Alegre, em meados dos anos 90, se reuniam para discutir o desemprego e suas alternativas, agricultores familiares da chamada Região dos Inhamuns (que agrega municípios como Tauá, Parambu, Independência e Saboeiro) viam-se às voltas com a praga do bicudo, um inseto que ataca e destrói as lavouras de algodão.

A Adec havia sido fundada em 1986, por cerca de 60 mulheres camponesas, com a assessoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Pastoral da Terra. Com a Associação, elas esperavam obter o apoio do Governo do Estado para iniciativas que permitissem reduzir o impacto da seca sobre a vida das famílias camponesas. Elas passaram a constituir grupos de artesanato nas áreas de crochê, confecção, couro, tecelagem, redes de pesca e outras, e contavam com auxílio financeiro (para as famílias) por parte do Governo do Estado. Mas, com o fim paulatino do auxílio financeiro, os grupos foram se desarticulando.

Entre 1991 e 1993, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais promove um diagnóstico socioeconômico do município, com a ajuda do Esplar. Surgiu daí um Plano

de Desenvolvimento Agroecológico para Tauá e, então, a Adec modifica seu estatuto para tornar-se uma entidade de apoio ao desenvolvimento rural de Tauá.



© Elaboração própria

Interior da sede da Adec

Do ponto de vista da produção, os principais problemas pareciam ter sido resolvidos. Entretanto, restava o gargalo da comercialização: entre 1999 e 2001 (ano do Fórum Social Mundial), por exemplo, 4 toneladas de pluma de algodão, de cerca de 50 agricultores associados, ficaram estocadas sem conseguir comercialização. Recursos obtidos pelo Esplar permitiram, então, que a Adec pagasse um subsídio aos agricultores que plantassem o algodão orgânico (R\$ 240 mensais), a fim de expandir a cultura e consolidar o mercado. Entretanto, em 2004, entra em cena um importante canal para comercialização: a Veja Fair Trade, uma empresa francesa que opera nos circuitos comerciais do movimento do comércio justo⁷, e que passa a ser a principal compradora do algodão agroecológico da Adec.

Logo em seguida, a partir dos contatos do Esplar com a Univens, por dentro da Unisol Brasil começa a se constituir a Justa Trama. Os produtores, que em 2004 eram 130 (produção de 17,2 toneladas), chegaram a 245 em 2007 (produção de 43 toneladas) (LIMA, 2008, p. 3). O algodão em pluma, desde então, passou a ser vendido para a Veja Fair Trade e para a Justa Trama, numa proporção respectiva de, aproximadamente, 65% e 35%.

Atualmente, a Organização Intereclesiástica de Cooperação Internacional da Holanda (ICCO) vem garantindo recursos para a assistência técnica aos produtores e para a diversificação da produção agroecológica.

c) Coopertextil

No ano de 1999, enquanto a Univens tentava se consolidar em Porto Alegre e a Adec começava a disseminar o cultivo consorciado do algodão orgânico na Região dos Inhamuns, a Companhia Fiação e Tecelagem de Pará de Minas – uma empresa com 40 anos de funcionamento – tentava, sem sucesso, sair de sua concordata, ameaçando desempregar seus mais de 300 trabalhadores e trabalhadoras.

⁷ O conceito e as práticas do movimento de comércio justo são tratados de forma mais aprofundada no estudo da experiência da Cooper Ecosol, disponível nesta publicação.

Um antigo administrador, que havia se transferido para outra empresa, foi chamado para reassumir suas funções, na tentativa de recuperar a firma. A direção da empresa decidiu então propor aos trabalhadores o arrendamento do parque fabril a uma cooperativa formada por eles. Esta seria, em tese, a única possibilidade de salvar seus empregos. A assembleia aceitou a proposta e a cooperativa foi formada com dez trabalhadores da área de administração e outros 210 trabalhadores de chão de fábrica. Um conjunto de decisões ousadas – arrendamento de maquinário mais moderno, obtenção de matéria-prima mediante prazos especiais, renegociação de dívidas com credores financeiros e fornecedores, solicitação de ampliação de prazos junto à Justiça etc. – permitiu retomar o trabalho, ampliar a rentabilidade, quitar as dívidas e, finalmente, assumir o controle do patrimônio da antiga companhia. Um acordo firmado entre o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil de Pará de Minas, a Cooperativa e a Justiça do Trabalho, garantiu a conversão do passivo trabalhista (indenizações a serem pagas por demissão, valores não recolhidos de INSS e FGTS) em créditos de arrendamento da fábrica, quitando as dívidas e o arrendamento mutuamente entre trabalhadores e proprietários. Em 15 meses a cooperativa cumpriu o acordo que havia sido previsto para 24, e terminou por incorporar o patrimônio da empresa (à exceção dos prédios). A partir de 2000, portanto, a Coopertextil ganhou autonomia. As figuras abaixo deixam mais concreta esta descrição e a estrutura da cooperativa.



Entrada da Coopertextil



Galpão de fiação da Coopertextil

© Elaboração própria

Desde então, em meio às vicissitudes do mercado da indústria têxtil – flutuações, crises, *dumping* – a cooperativa vem se mantendo. Seu ingresso na Justa Trama ocorre só em 2008, quando a Cones e a Textilcooper⁸ se afastaram da Rede.

8 A Cones (Nova Odessa/SP) e a Textilcooper (São Paulo) eram cooperativas originadas de empresas recuperadas. Entre 2004 e 2007, a Cones fiava o algodão vindo da Adec e o repassava à Textilcooper, que fazia e o tecido e o distribuía às confeccionistas da Rede. A história de seu desligamento da Justa Trama será contada na próxima seção.

d) Fio Nobre⁹

A Fio Nobre, originalmente, era uma “empresa solidária”: uma companhia limitada, formada em 1993 por “quatro sócios que conheceram a experiência de uma empresa autogestionária e se identificaram com o ideal de democracia no meio produtivo proposto pela autogestão” (METELLO, *op. cit.*, p. 88). Ela produzia, especialmente, fios de algodão para crochê mas, no começo da década de 2000, a empresa começou a encontrar dificuldades para realizar seus produtos no mercado.

Em 2005, numa iniciativa paralela à Fio Nobre, surge o Grupo PAS (Produção Alternativa Solidária), “O Grupo PAS é [era] um grupo informal que trabalha com costura e artesanato (que inclui a atividade de crochê), ligado por laços de parentesco e amizade à Fio Nobre” (*idem*), e que já nasceu – em 2005 – com o objetivo de produzir peças para a Justa Trama.

Em 2007, a Prefeitura Municipal de Itajaí inaugurou o Centro Público de Economia Solidária de Itajaí (Cepesi), num prédio amplo no centro da cidade. O ponto de comercialização privilegiado deu à Justa Trama uma vitrine destacada no coração de um centro consumidor importante.

À medida que o trabalho com a Justa Trama foi aumentando, o Grupo PAS passou a compartilhar as demandas da Rede com a Fio Nobre. Em 2008, PAS e Fio Nobre se fundiram, formando a Cooperativa Fio Nobre dos Tecelões da Região do Município de Itajaí.

As lideranças da Fio Nobre original e do PAS, assim como as lideranças da Univens e da Adec, eram vinculadas às experiências sociais e comunitárias das Pastorais da Igreja Católica. Seu ingresso na Justa Trama, em 2004, foi o resultado da aproximação entre suas lideranças, por meio dos contatos construídos nos encontros e plenárias do FBES.

e) Cooperativa Açai

A Cooperativa de Trabalho dos Artesãos do Estado de Rondônia (Cooperativa Açai) foi fundada em 2005 com apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Antes dela existia uma associação de artesãos que, desde 2001, organizava trabalhadores de atividades diversas, quase todos utilizando materiais originados da floresta amazônica: cestaria, marchetaria, marcenaria, aviamentos e acessórios feitos a partir de sementes e cascas de espécies diversas de cocos, tinturaria com corantes naturais e bijoias (com composição de sementes e metais preciosos).

Com a constituição da cooperativa, os artesãos obtiveram da prefeitura o espaço onde funciona o empreendimento, com uma pequena loja. Depois, com o ingresso na Justa Trama, a Fundação Banco do Brasil (FBB) garantiu os recursos

9 Conforme já mencionado, o trabalho de campo que originou este relatório não cobriu a Fio Nobre. As informações utilizadas aqui foram recolhidas em outra visita a Itajaí (em 2008) e foi largamente utilizado o trabalho de Daniela Metello (2007).

necessários para a montagem de uma central de beneficiamento (METELLO, *op. cit.*, p. 92).

Atualmente, seguem participando da cooperativa cerca de 20 famílias de ribeirinhos, que fazem a coleta do material na floresta, e em torno de 50 artesãos, que transformam esse material em peças destinadas ao mercado de consumo urbano, incluindo aquelas que compõem as roupas e o portfólio de produtos da Justa Trama.

f) Coopstilus

A Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Confecção Stilus (Coopstilus) nasceu em 2006. Ela foi resultado de um processo de incubação orientado pelo Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda (CPETR), da Prefeitura de Santo André. A demanda partiu do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), de Santo André, que oferecia cursos de qualificação profissional no âmbito de um programa denominado Arranjo Produtivo Solidário Têxtil-Confecção. O processo de qualificação profissional durou quase dois anos e contou com módulos de economia solidária e de desenvolvimento local.

No final do curso, 23 alunas decidiram formar a cooperativa, que opera agora nas instalações da Incubadora Pública de Economia Popular Solidária (Ipeps) da Prefeitura de Santo André. Apoiada pela Incubadora, a Coopstilus pediu ingresso na Justa Trama, como uma das formas de se consolidar economicamente.

Embora seu portfólio de produtos seja diversificado, na Justa Trama a sua especialidade são as roupas infantis. Até o momento deste estudo a Coopstilus ainda não é sócia formal da Central Justa Trama, em função de problemas internos que exigiam solução definitiva antes de um ingresso oficial.

2.2. A COOPERATIVA CENTRAL JUSTA TRAMA

Entre as primeiras operações, em 2005, e a fundação da Cooperativa Central, em 2008, todo o processo de distribuição, comercialização e gestão da Rede era feito a partir da figura jurídica da Univens, que operava como um guarda-chuva do conjunto dos empreendimentos. A própria marca Justa Trama ainda está registrada em nome da Univens, embora já esteja em processo de transferência para a Central.

Da formalização da Justa Trama participaram a Univens, a Fio Nobre e a Cooperativa Açaí. A Adec, por não ser cooperativa, não pôde participar de sua fundação formal, mas foi imediatamente admitida como sócia.

A Coopertêxtil veio depois, em 2008, quando a Cones e a Textilcooper se afastaram. Esse afastamento foi atribuído, no depoimento da principal dirigente da Central, a motivos distintos. No entanto, vale a pena destacar que a Textilcooper, impulsionadora de primeira hora da Justa Trama, era uma empresa recuperada que tinha quase 90 associados e enfrentou dificuldades de viabilidade econômica, com problemas de gestão combinados a uma estrutura sucateada, o que levou a iniciativa a encerrar suas atividades, inclusive com a retomada do patrimônio da

cooperativa pelos antigos donos. Em relação à saída da Cones, um dos fatos principais foi a sua decisão por não correr o risco de formalizar a Central Justa Trama, de forma que demonstraram interesse em continuar negociando, mas sem um envolvimento mais profundo com a Justa Trama, o que não foi aceito pelas demais cooperativas.

Durante algum tempo, entre a saída da Cones e da Textilcooper e o ingresso da Coopertextil, o tecido e a malha foram produzidos por uma empresa de São Paulo. Houve muitos problemas de qualidade relacionados a esse arranjo, o que motivou a coordenação da Justa Trama a buscar um novo parceiro solidário. Foi aí que encontraram a Coopertextil de Pará de Minas.

No momento em que este estudo foi realizado, o grupo Em Nome da Arte, de Porto Alegre, começa também a se aproximar e já encaminha sua constituição como cooperativa. O grupo produz brinquedos educativos a partir de resíduos dos tecidos usados nas confecções.

Tudo isto posto, fica patente que estudar e descrever a Justa Trama não é descrever um empreendimento. Falar sobre suas características sociais, econômicas, geográficas, suas parcerias, apoios e lideranças, exige levar em consideração um conjunto plural e heterogêneo de realidades que se somam, se complementam e potencializam. Não é possível compreender a Justa Trama sem compreender a sua tecitura.

Para completar e sistematizar as informações oferecidas até agora, encontra-se em anexo um quadro com a síntese das etapas de desenvolvimento dos empreendimentos que compõem a Rede Justa Trama.

3. LOCALIDADES E SUAS CARACTERÍSTICAS

Seis empreendimentos, em seis cidades de quatro regiões diferentes do Brasil. Entender as localidades e as características da Justa Trama exige compreender cada parte e o seu todo.

3.1. OS CONTEXTOS LOCAIS

a) Tauá – Adec

A sede da Adec está em Tauá, mas abrange vários municípios da microrregião dos Inhamuns, no sertão semiárido do Ceará, próximo à fronteira com o Maranhão (a oeste). Tauá tem cerca de 56 mil habitantes¹⁰, mas a região abrangida pela Adec atinge em torno de 100 mil pessoas. Há cerca de 10 mil pequenas propriedades na região, e seus sócios variam entre 150 e 300, dependendo da conjuntura econômica, da dinâmica política de associação (que passou por algumas crises nos últimos anos) e do regime climático, que influencia a ampliação ou redução da área cultivada.

A principal atividade econômica na região ainda é a agropecuária, e cerca de 50% da população ainda reside na zona rural. Com solos de pouca profundidade e vegetação natural de arbustos e árvores baixas, a parte principal dos cultivos continua sendo destinada à subsistência. A figura abaixo ilustra uma paisagem típica da região de Tauá.



© Elaboração própria

Interior de Tauá, microrregião dos Inhamuns, sertão semiárido do Ceará

Nesta região, o PIB *per capita* em 2007 era de R\$ 3.563 (contra R\$ 6.149 do estado do Ceará e R\$ 14.465 do Brasil). O setor de serviços respondia por 75,5% do PIB, enquanto a agricultura era responsável por 17% e a indústria

¹⁰ IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP_2009_TCU.pdf. Acesso em 19/02/2010.

por apenas 7,5%.¹¹ As principais culturas agrícolas práticas são o milho, o feijão e o algodão; sendo que a criação de caprinos também é bastante comum.

A ação organizadora dos movimentos sociais, especialmente da Pastoral da Terra e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, aliou-se à ação propositiva do Esplar, gerando a conversão da Adec em agência de desenvolvimento rural sustentável. Tal ação realizou-se numa região em que o patrimonialismo de tipo coronelista predominava até duas décadas atrás. Os baixos salários pagos na zona rural e o processo de expulsão do campesinato, pelo crescimento das grandes propriedades e mecanização, só são contrabalanceados pela parcelização crescente da terra em função das sucessivas heranças familiares e da redução da violência no campo, por causa da ação denunciadora de entidades da sociedade civil.

A constituição de empreendimentos de economia solidária neste contexto exige um longo processo de construção de uma nova cultura das relações sociais, o que só pode ser feito por meio de um processo contínuo de construção da confiança mútua entre os atores. É o caso da Adec e da ação do Esplar.

b) Pará de Minas – Coopertextil

Pará de Minas está no chamado “Oeste de Minas”. A população local estimada pelo IBGE é de 84 mil habitantes, sendo 90% residente na área urbana.¹² Em 2007, a agropecuária respondia por 15% do PIB, a indústria representava 27%, e o setor de serviços perfazia 58%.¹³ O PIB *per capita* era de R\$ 12.873, comparável com a média do estado de Minas Gerais, que é de R\$ 12.519.

Apesar de uma população relativamente pequena, o número de indústrias é significativo e sua participação no PIB local é elevada. Do ponto de vista do impacto sobre a economia local, a cooperativa desempenha um papel importante.

Nos depoimentos tomados não foi possível identificar qualquer relação entre movimentos sociais e o processo de recuperação da empresa pelos trabalhadores. Embora a concentração operária da Grande Belo Horizonte seja bem próxima, não há sinais claros dessa relação no caso estudado. Isso, por sua vez, se reflete – como veremos adiante – nas dificuldades de integração participativa da maioria dos trabalhadores na gestão efetiva da cooperativa, que se caracteriza por relativo grau de passividade dos associados em relação à direção administrativa da Coopertextil.

11 IBGE. Disponível em: http://www.ibge.com.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2003_2007/tab01.pdf. Acesso em 20/02/2010.

12 IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP_2009_TCU.pdf. Acesso em 19/02/2010.

13 Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/servicos/81-servicos-cei/58-produto-interno-bruto-de-minas-gerais>. Acesso em 19/02/2010.

c) Porto Velho – Açaí

A população de Porto Velho, em Rondônia, está estimada em 389 mil habitantes.¹⁴ O PIB *per capita* em 2007 era de R\$ 11.696, acima da média estadual, que varia em torno de R\$ 10.320. A distribuição do PIB de Porto Velho é a seguinte: agricultura, 4%; indústria, 11%; serviços, 85%.¹⁵

Na última década, Rondônia assistiu a uma rápida expansão da monocultura de soja e da criação de gado bovino com base nos modelos do agronegócio. Esse crescimento impacta diretamente a floresta amazônica e o rio Madeira – às margens do qual se encontra Porto Velho. Embora os índices de desemprego sejam relativamente baixos, quando comparados aos de outras capitais brasileiras, o esforço para gerar trabalho e renda de forma sustentável, respeitando a floresta, tem sido objeto da ação de vários atores sociais coletivos. Entre eles, está a Cooperativa Açaí, que nasceu do encontro desses movimentos, isto é, da ação empreendedora dos artesãos de Porto Velho, do trabalho dos ambientalistas junto às populações ribeirinhas e dos movimentos sociais organizados.

d) Porto Alegre – Univens

A população estimada de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, é de 1,4 milhão de habitantes.¹⁶ O PIB *per capita*, em 2007, era de R\$ 23.534, acima da média estadual, que é de R\$ 16.689.¹⁷ A distribuição do PIB é a seguinte: agricultura, 0,5%; indústria, 13,5%; serviços, 86%.

O Sarandi, onde está localizada a Univens, tem cerca de 60 mil moradores e é conhecido como um bairro industrial. Durante os anos 90, um forte processo de desindustrialização atingiu o bairro e o seu entorno, elevando os índices de desemprego.

A formação da cooperativa foi o resultado da síntese entre essa conjuntura de desemprego, a acumulação sociopolítica de lideranças sindicais e comunitárias presentes na experiência, e o apoio garantido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre e por outros atores sociais nos períodos seguintes. Assim, a existência da Univens e sua liderança na própria Justa Trama decorrem diretamente do envolvimento histórico de seus líderes com o movimento social organizado dos trabalhadores e sua relação com um estado (em nível de município) comprometido com a proposta da economia solidária, durante mais de uma década.

14 IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP_2009_TCU.pdf. Acesso em 19/02/2010.

15 IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=481&id_pagina=1.

16 IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP_2009_TCU.pdf. Acesso em 19/02/2010.

17 Fundação de Economia e Estatística do RS. http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_sh_2002_.php. Acesso em 18/02/2010.

e) Itajaí – Fio Nobre

O porto de Itajaí é um dos principais do Brasil. Ele se encontra numa região altamente industrializada, próximo às cidades de Joinville e Blumenau, que completam com Itajaí o triângulo industrial do litoral norte catarinense.

Itajaí tem uma população estimada em 172 mil habitantes e um PIB *per capita* altíssimo para os padrões brasileiros: R\$ 48.909, em 2007, sendo que o índice em Santa Catarina equivale a R\$ 17.834. A distribuição do PIB explica, em parte, esse resultado: agricultura, 3,5%; indústria, 42%; serviços, 54,5%.

Como em Porto Alegre, o surgimento da “empresa solidária Fio Nobre” e do Grupo PAS, que originaram depois a Cooperativa Fio Nobre, foi resultado de uma conjuntura comum aos empreendimentos de economia solidária no Brasil: acúmulo de capital social, aliado à crise dos empregos do final dos anos 90. Da mesma forma, a presença da Prefeitura Municipal de Itajaí foi fundamental, especialmente na constituição do Cepesi, principal entreposto de comercialização da Justa Trama em Santa Catarina.

f) Santo André – Coopstilus

Localizada no ABC paulista, Santo André tem uma população estimada em 670 mil habitantes.¹⁸ O PIB *per capita* em 2007 era de R\$ 20.044 (o mesmo índice para o estado de São Paulo é de R\$ 22.667). A agricultura representa menos que 0,1% do PIB local, que fica dividido entre a indústria (43%) e o setor de serviços (57%).¹⁹

A Coopstilus resulta do esforço da Prefeitura de Santo André para a construção de uma política pública de economia solidária, que por sua vez é resultado do acúmulo de capital social por meio do movimento operário dos anos 70 e 80. A política pública de economia solidária de Santo André é uma das pioneiras no Brasil (junto com Porto Alegre), e embora seu programa venha se modificando ao longo do tempo, a Incubadora Pública de Economia Popular Solidária, existente desde 1999, vem impulsionando a formação e a consolidação de empreendimentos solidários, como no caso da Coopstilus.

3.2. CONTEXTO NACIONAL – BRASIL – JUSTA TRAMA

O surgimento da Justa Trama é o resultado do amadurecimento da articulação dos empreendimentos de economia solidária, no Brasil, com as características que lhes são intrínsecas. Os empreendimentos que formaram a Justa Trama, como se viu, nasceram da relação entre a conjuntura econômica adversa para a classe trabalhadora nos anos 90 (reestruturação produtiva, redução estrutural do mercado de trabalho, crise da identidade subjetiva dos trabalhadores) e a acumulação de capital social por parte dos movimentos sociais, iniciada ainda na década de 80.

18 Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola, Governo do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/DOC%20PIB.pdf>.

19 Fundação Seade. http://www.seade.gov.br/produtos/pibmun/pdfs/PIBMunicipal_2007.pdf. Acesso em 20/02/2010.

Suas lideranças – com a única exceção da Coopertextil – foram formadas num longo processo de experiências de mobilização social, em diferentes pontos do país, sob diferentes contextos locais e atendendo diferentes demandas sociais.

A busca de alternativas de sobrevivência econômica que incorporassem, de um lado, a crítica do capitalismo, e de outro, os valores sociais aprendidos na experiência anterior (como democracia, participação, igualdade, respeito ao próximo e à natureza) marcaram a passagem da mobilização política à mobilização econômica. A constituição da Rede (e depois da Central) obedece à mesma lógica, embora num âmbito mais abrangente, passando da esfera da reunião dos indivíduos à reunião dos coletivos, buscando potencializar os empreendimentos (“sobreviver economicamente”), mas agregando valores intangíveis vinculados aos princípios e conceitos da solidariedade social.

A rede de apoios que permitiu a constituição e consolidação das experiências – governos em todos os níveis, movimentos sociais organizados, ONGs comprometidas com a experiência da economia solidária, organizações estrangeiras vinculadas aos movimentos sociais e/ou ao “comércio justo” – confirma o caráter de contestação mediada ao modelo societário atual, representado pela articulação entre a sustentabilidade econômica dos empreendimentos e sua sustentabilidade sociopolítica e ideológica.

Como um laboratório capaz de dar visibilidade às alternativas econômicas não capitalistas, o efeito demonstração da Justa Trama mobiliza setores sociais importantes e impacta o conjunto da economia solidária e do movimento social que a representa.

4. CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS OU ENVOLVIDOS

O quadro 2, na próxima página, apresenta uma síntese das características dos envolvidos nos empreendimentos visitados que compõem a Justa Trama. Ainda que algumas informações estejam incompletas, as informações são suficientes para uma compreensão geral deste item.

Chama-nos a atenção o fato de que os empreendimentos da Justa Trama geram renda a faixas etárias normalmente desvalorizadas pelo mercado de trabalho, concentrando trabalhadores/trabalhadoras com mais de 40 anos, ao mesmo tempo que lhes permite auferir rendas compatíveis com os ganhos salariais das categorias profissionais das quais fazem parte.

Também é importante notar que predominam amplamente as mulheres, à exceção da Adec, onde a representação associativa das famílias agricultoras é feita, basicamente, pelos maridos. Apesar disso, não foi possível identificar um debate mais organizado, no interior da Rede, sobre a questão de gênero. É possível que este tema não seja uma pauta especialmente enfrentada ali, dada a predominância inequívoca das mulheres – nos ambientes de trabalho e nas instâncias dirigentes da Rede. Embora apenas apontado, os relatos das trabalhadoras (da Univens e da Coopertextil) indicam a existência de jornadas domésticas em paralelo à jornada na cooperativa.

Outro aspecto significativo é que a distribuição étnica de cada lugar está perfeitamente representada nos quadros de associados. Também não parece haver, por outro lado, alguma agenda política em torno dessa questão.

Cabem aqui, entretanto, alguns rápidos comentários sobre os resultados obtidos na análise sobre o “Bem Viver” e na aplicação dos questionários previstos na metodologia da pesquisa.²⁰ Ressalvadas as diferentes realidades – muito díspares de lugar para lugar –, a participação dos associados dos empreendimentos percorridos no trabalho de campo (Univens, Coopertêxtil e Adec), nas suas respectivas organizações, foi considerada por todos como decisiva para a melhor qualidade de sua vida atual.

Mesmo quando tais considerações vieram acompanhadas de críticas – mais ou menos claras ou abertas em relação às lideranças e à dinâmica de funcionamento dos empreendimentos –, todas as entrevistas indicaram uma melhoria de vida significativa entre o período anterior ao seu ingresso nos empreendimentos e o período subsequente.

Porém, das seis entrevistas realizadas com participantes da base associativa dos empreendimentos (duas entrevistas em cada local), apenas um associado atribuiu essa melhoria ao surgimento e desenvolvimento da Justa Trama, o que permite entrever certo distanciamento entre o resultado social dos empreendimentos e sua relação com a Rede.

20 Para mais informações sobre a metodologia dos estudos das experiências ver capítulo específico disponível nesta publicação.

Cabe avaliar também que apenas a metade dos associados entrevistados tinha uma relativa compreensão do que era a Justa Trama e da sua importância (maior ou menor) para o empreendimento do qual fazia parte. Dois, dos seis, não tinham lembrança de ter informações sobre a Rede, desconhecendo os “fios” que uniam a Justa Trama à sua vida particular.

QUADRO 2 – SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DA JUSTA TRAMA

	População / Gênero	Etnia	Idade
ADEC	± 200 agricultores familiares 90% homens 10% mulheres	20% brancos 70% pardos 10% negros	+60: 20% 40 a 60: 70% 30 a 40: 10% 20 a 30: 0%
COOPERTEXTIL	300 trabalhadores 45% homens 55% mulheres	33% brancos 33% pardos 33% negros	+60: 20% 40 a 60: 40% 30 a 40: 20% 20 a 30: 10%
UNIVENS	26 trabalhadores 5% homens 95% mulheres	70% brancos 20% pardos 10% negros	+60: 20% 40 a 60: 50% 30 a 40: 20% 20 a 30: 10%
AÇAÍ	50 artesãos 20 famílias ribeirinhas ---	---	---
FIO NOBRE	100% mulheres	---	---
COOPSTILUS	26 trabalhadoras 100% mulheres	---	---

--- Sem informação

	Escolaridade	Rendimento mensal	Motivações
	3º grau: 2% 2º grau: 8% 1º grau: 25% Alfab.: 50% Analf.: 15%	Rendimento médio familiar mensal: R\$ 1.000,00 (a maioria das famílias tem alguém que recebe aposentadoria rural)	Preço vantajoso do algodão; eficácia da técnica de plantio; melhorias na saúde do agricultor.
	3º grau: 10% 2º grau: 30% 1º grau: 35% Alfab.: 25% Analf.: 0%	Rendimento médio dos trabalhadores: R\$ 850,00	Manutenção do emprego; relativa estabilidade; ambiente de trabalho favorável.
	3º grau: 5% 2º grau: 20% 1º grau: 50% Alfab.: 20% Analf.: 5%	Rendimento médio dos trabalhadores: R\$ 700,00	Manutenção do emprego; relativa estabilidade; ambiente de trabalho favorável; proximidade de casa.
	---	---	---
	---	---	---
	---	---	---

© Elaboração própria

5. GESTÃO DAS INICIATIVAS

5.1. A MICROPOLÍTICA: OS PROCESSOS DECISÓRIOS

A cultura local e as estruturas muito diferenciadas dos empreendimentos visitados explicam, em parte, as grandes diferenças em termos de processos participativos nos empreendimentos visitados. Uma associação de agricultores familiares no Nordeste (Adec), uma fábrica cooperativa de médio porte no interior de Minas Gerais (Coopertextil) e uma cooperativa popular numa capital de um estado do Sul (Univens) possuem estruturas e dinâmicas evidentemente muito distintas, como se verá a seguir.

Entretanto, não são apenas esses elementos que explicam as relações micropolíticas presentes no interior dos empreendimentos. A história e a personalidade das lideranças, e a influência das estruturas de apoio também exercem papéis muito importantes.

No caso da Adec, a dispersão geográfica dos associados e suas condições econômicas bastante restritas imprimem uma relação heterogênea entre sua direção e a base dos associados. A participação efetiva dos sócios, se bem que incentivada pela direção (segundo o depoimento dos próprios trabalhadores de base), depende basicamente do interesse e iniciativa de cada associado. Há reuniões mensais da diretoria (12 pessoas); uma executiva da diretoria (4 pessoas) que se reúne semanalmente; um conselho deliberativo (diretoria, mais conselho fiscal, mais 7 representantes das “microrregionais” ou distritos) que se reúne eventualmente; as assembleias ordinárias e extraordinárias somam, em média, quatro por ano; eventualmente, há reuniões nos distritos rurais para tratar de assuntos mais operativos ou de orientação aos associados.

A Coopertextil possui uma estrutura tradicional nas cooperativas brasileiras: conselho de administração (7 pessoas), conselho fiscal (6 pessoas) e assembleia geral (média de 3 assembleias por ano). Uma instância diferenciada é o conselho interdisciplinar – 7 titulares e 7 suplentes, que julgam casos de indisciplina, mau procedimento e outros casos de conduta, bem como define sanções às possíveis faltas ao regimento interno da cooperativa. Vale ressaltar que todos os trabalhadores são cooperados (exceção da portaria e de três técnicos contratados). A visita permitiu entrever uma separação entre o pessoal de escritório/administração (tratados no jargão da cooperativa como “os cabeça”), os chefes intermediários (“os chefe”) e os trabalhadores do chão de fábrica (“os peão”). O ambiente de trabalho é considerado amistoso, e a liberdade de expressão e crítica é garantida a todos. Mesmo assim, nota-se certa apatia da maioria dos trabalhadores em relação à participação nas decisões-chave da cooperativa. A percepção dos associados entrevistados com relação à Justa Trama, por exemplo, era muito parecida com os da Adec: já tinham ouvido falar, mas não sabiam exatamente do que se tratava.

Em relação à Univens, esta parece tentar “encarnar o espírito da economia solidária”. São 26 associados: 25 costureiras e um serigrafista, que realizam as-

sembleias mensais, no dia 23 de cada mês (a cooperativa foi fundada num dia 23). Todas/todos que trabalham na cooperativa são cooperados e a divisão do trabalho é definida segundo regras e critérios estabelecidos coletivamente. Eventuais conflitos são tratados na própria assembleia. Há um conselho de administração e um conselho fiscal, mas apenas para cumprimento das exigências legais. A Justa Trama é uma presença cotidiana, muito concreta neste empreendimento, o que se refletiu nas entrevistas, pois todos os entrevistados sabiam o que é a Justa Trama e qual a sua importância para a Univens e para eles mesmos.

Quanto a isso – a percepção dos associados dos vários empreendimentos em relação à Justa Trama –, parece natural que os envolvidos na confecção sejam os mais informados e implicados, uma vez que trabalham com o produto final, isto é, com a marca Justa Trama. Para os agricultores de Tauá, o algodão não tem marca, assim como para os operários de Pará de Minas. Mesmo assim, a Central costuma enviar amostras das peças projetadas para que os associados de todos os empreendimentos da cadeia opinem sobre quais devem ser produzidas. Nas entrevistas, uma associada da Adec e outra da Coopertextil relataram lembrar dessa prática.

Um aparente problema – comum aos demais empreendimentos visitados – é a pouca renovação dos principais quadros dirigentes. Isso inclui a Univens, embora a liderança da presidente da cooperativa seja uma unanimidade. É ela também que preside a Justa Trama, onde também não há qualquer dúvida sobre a sua liderança. A direção da Adec é mais ou menos a mesma há mais de uma década (com vários conflitos internos), e o atual presidente da Coopertextil está no seu sexto mandato, tendo exercido a vice-presidência por cinco mandatos anteriores a esses; ou seja, está em seu 11º mandato na diretoria.

A permanência das direções, ao que tudo indica, está relacionada à capacidade de liderança pessoal dos diretores, mas também expressa grandes diferenças em termos de formação e de informação sobre todos os aspectos que cercam a gestão das iniciativas. Assim, a insegurança daqueles que poderiam participar da tomada de decisões acaba contribuindo para uma acomodação geral em termos da condução dos empreendimentos.

Quanto à Cooperativa Central Justa Trama, ela também tem um conselho de administração e um conselho fiscal, mas na prática o que funciona é uma espécie de direção colegiada da Rede, que reúne um ou dois representantes de cada cooperativa ou associação, em três ou quatro reuniões por ano. A sede da Justa Trama fica em Porto Alegre, na Univens, e toda a contabilidade e administração da Central estão estabelecidas ali. Também é comum a realização de assembleias da Justa Trama, com a participação de vários cooperados de cada empreendimento, embora isso pareça reservado para momentos especiais.

O que é claramente perceptível é a afinidade e o espírito de solidariedade que cerca a relação desses dirigentes. As falas de uns em relação aos outros são sempre cercadas de manifestações de reconhecimento, admiração e afetividade e, quase sempre, tendem a apontar as outras experiências (não as suas, particulares) como

a parte mais importante e interessante do processo. Assim, pode-se dizer que há muita solidariedade na Cooperativa Central Justa Trama.

5.2. A microeconomia: a gestão cooperativa

O desempenho econômico dos empreendimentos, como iniciativas singulares, tem uma relação muito heterogênea no quadro geral da Justa Trama, e o papel que a Rede cumpre para a viabilização das iniciativas é também muito distinto.

A participação dos negócios relativos à Justa Trama no faturamento total dos empreendimentos, segundo os depoimentos colhidos, é a seguinte: Adec, 35%; Univens, 10%; Coopertextil, menos de 1%. Segundo a diretora presidente da Justa Trama, as vendas da marca representam algo em torno de 75% do faturamento da Fio Nobre, no entanto, estas informações em relação às cooperativas Açai e Coopstilus não estavam disponíveis.

Na Adec, como já informado, a comercialização do algodão agroecológico representava, até bem pouco tempo atrás, a única fonte de recursos próprios. Nos últimos anos, a Adec vem se preparando para iniciar o beneficiamento e comercialização de outros produtos agroecológicos, entre eles, e especialmente, o gergelim.

A Associação, em parceria com o Esplar e com a Icco, garante assistência técnica aos produtores e centraliza a comercialização do algodão em pluma. Os preços pagos pela Veja e pela Justa Trama são os mesmos: “Tanto a Veja como a Justa Trama compram o algodão a US\$ 3,30/kg de pluma, o que permite à Adec pagar aos agricultores e agricultoras o equivalente a US\$ 0,90/kg de algodão em rama, pouco mais que o dobro dos preços praticados no mercado convencional” (LIMA, 2008, p. 2).

O algodão da Adec, então, é comprado pela Cooperativa Central Justa Trama. Depois de prensado e enfardado em Tauá, é transportado por via rodoviária (em frete contratado no mercado pelo menor preço) para a Coopertextil, em Pará de Minas. A Coopertextil é uma empresa de médio porte. São 232 teares mecânicos, de penúltima geração em relação à tecnologia média do setor no Brasil. Seu faturamento bruto mensal é de, aproximadamente, R\$ 1 milhão/mês e trabalha com malha de algodão e de composição mista (algodão e sintéticos). Quando ela recebe uma demanda de manufatura da Justa Trama, o setor de produção precisa isolar ambientes e máquinas (fiandeiras e teares) que vão trabalhar com o algodão agroecológico, a fim de não contaminá-lo com a plumagem das outras variedades. Quando questionado sobre a conveniência econômica desse processo, o presidente da Coopertextil, Júlio Morais, disse que era plenamente rentável porque o preço pago pela Justa Trama pelo tecido do algodão compensava toda a operação; além disso, afirmou que havia valores intangíveis muito vantajosos ao associar a Coopertextil à marca Justa Trama. Mesmo assim, ele entendia que a cooperativa deveria participar da Rede mesmo que não houvesse ganhos econômicos, pois se trata de uma causa justa e importante, e que representa o futuro da indústria têxtil e da própria economia.

O algodão fiado, tecido e pré-lavado pela Coopertextil é pago pela Central Justa Trama e transportado, novamente por via rodoviária, para as cooperativas de confecção. Em Porto Velho, enquanto isto, as famílias de ribeirinhos fazem a coleta de materiais da floresta, que são comprados diretamente pelos artesãos da cooperativa. Nas oficinas o material é beneficiado e acabado (secado, lixado, pintado, polido, furado). Depois de pronto, ele é vendido à Central Justa Trama, que o transporta para as cooperativas de confecção, e que compram os aviamentos e acessórios da Central.

As roupas infantis da Coopstilus, as roupas artesanais e semiartesanaís, os acessórios e aviamentos em tecido produzidos pela Fio Nobre e as peças produzidas em série e serigrafadas pela Univens são então compradas pela Central Justa Trama que, finalmente, as destina para venda aos consumidores, o que é feito especialmente nas lojas vinculadas às cooperativas de confecção. A sobra das vendas da Central, isto é, o resultado líquido das vendas, depois de pagos todos os custos de produção e os tributos e contribuições sociais, é dividida igualmente entre os sócios: isto é, entre as seis cooperativas/associações. Vale ainda dizer que a quase totalidade dessas movimentações são apenas transações contábeis, sem transferências monetárias.

As decisões estratégicas em médio e longo prazo são tomadas pela direção colegiada, e a administração quotidiana é exercida, na prática, pela Univens. É a sensibilidade política da coordenação da Rede que determina se tal ou qual decisão precisa passar pela discussão de todos, ou se pode ser tomada apenas administrativamente.

Os preços internos da Rede correspondem, proporcionalmente, aos ganhos relacionados aos preços praticados na venda aos consumidores, que são cerca de 30% mais altos (em média) que os preços dos produtos convencionais fabricados por firmas capitalistas com algodão produzido e manufaturado com produtos químicos, embora o preço do algodão orgânico, no mercado internacional, seja cerca de 100% superior ao do algodão convencional. Isso é possível, segundo os dirigentes da Justa Trama, graças à eliminação de intermediários nos processos de transações internas à Rede e na venda direta ao consumidor.

6. RESULTADOS E DESAFIOS

O surgimento da Justa Trama no cenário da economia solidária brasileira produziu um amplo espectro de resultados transformadores, inovações e desafios para o presente e para o futuro, nos três níveis analisados pela pesquisa: no nível micro, dos empreendimentos; no nível meso, do entorno geográfico; no nível macro, que neste estudo é o da economia solidária e de suas relações com o mercado, com a sociedade e com o Estado.

6.1. RESULTADOS E DESAFIOS NO NÍVEL MICRO – OS EMPREENDIMENTOS

Todos os empreendimentos que participam da Justa Trama fizeram e fazem uma aposta de futuro, mas já colhem seus frutos. O impacto da Rede sobre cada empreendimento, como já foi assinalado, foi diferenciado, mas todos eles apontam mudanças positivas e importantes, e apostam fortemente num futuro ainda mais promissor.

a) A Adec

A Adec e o Esplar, dez anos atrás, apostaram numa inovação tecnológica importante: o plantio do algodão agroecológico em regime consorciado, por meio da experiência desenvolvida pelas pesquisas do agrônomo Pedro Jorge Lima, da Esplar, em parceria com os agricultores. Uma segunda inovação foi a vinculação desse produto a circuitos alternativos de beneficiamento e consumo, começando pela relação com o movimento do comércio justo, através da Veja Fair Trade. O movimento para evitar um possível monopólio²¹ da Veja, e para ampliar o mercado, especialmente no Brasil, levou à Justa Trama. Tudo isso, com a obtenção de um preço de venda 100% acima do algodão cultivado convencionalmente.

A área de plantio continua bastante restrita, uma vez que é uma cultura muito intensiva em trabalho, mas que, por outro lado, é perfeitamente adequada à agricultura familiar, já que o cultivo com maquinário é inadequado. A Adec renasceu a partir desse processo e se firmou como referência para os pequenos agricultores plantadores de algodão da microrregião dos Inhamuns.

Os grandes desafios, agora, do ponto de vista econômico, são: (a) expandir as áreas de plantio; (b) ampliar os canais de comercialização do algodão no mercado para a Justa Trama; (c) garantir canais de comercialização igualmente privilegiados para os outros produtos utilizados no cultivo consorciado. Do ponto de vista político, falta à Adec estreitar os vínculos de participação de seus associados e conseguir capilarizar o processo de formação e de assistência, ainda incipientes.

²¹ Situação de mercado em que há apenas um comprador.

b) A Coopertextil

O grande desafio da Coopertextil, segundo seus dirigentes, passados mais de dez anos de recuperação da empresa, é manter-se no mercado. Sua direção tem clareza do que significa concorrência e sobre as tendências oligopólicas do mercado. Suas apostas são bastante diversificadas e sua participação na Justa Trama é uma dessas apostas. Os benefícios atuais são muito pequenos, mas os custos também são, e a Justa Trama é uma aposta de futuro.

Como toda empresa industrial, a modernização constante de seu parque é a primeira meta, e todo o resto, com mais ou menos prioridade, deságua especialmente neste objetivo. É difícil saber até que ponto, sob estas condições, o caráter cooperativo e solidário da Coopertextil pode se desenvolver. O caráter inovador da Justa Trama em relação ao meio ambiente, por exemplo, é valorizado pela cooperativa, mas outras iniciativas nesse campo são ainda muito tímidas (como, por exemplo, o tratamento dos efluentes da fábrica, um investimento de pouco tempo atrás). A evolução de seus trabalhadores e de seus quadros dirigentes, em termos de formação e capacitação individual, ocorrida ao longo dos últimos anos, não parece se refletir numa evolução do coletivo da empresa, embora isso possa ser apenas uma percepção apressada de quem passou algumas poucas horas no campo de pesquisa. Mesmo assim, no meu entendimento, o principal desafio da Coopertextil parece ser desenvolver os laços de coesão e solidariedade que uma empresa cooperativa exige para seu êxito econômico.

c) Univens

O caminho percorrido pela Univens foi – assim como para a Adec – de inovações e desafios. Embora o problema da participação esteja parcialmente resolvido na Univens (para algumas associadas a participação é uma exigência do coletivo mais que uma convicção pessoal), o desafio da viabilidade econômica continua presente, como aliás para qualquer empreendimento econômico sob o capitalismo, na acumulação flexível.

O produto feito a partir do algodão agroecológico, a constante renovação em termos de *design* das roupas e peças produzidas, a incorporação dos acessórios e aviamentos da Açaí, o desenvolvimento da marca e, sobretudo, a montagem e gestão da Justa Trama, constituíram um conjunto surpreendente de inovações tecnológicas, de caráter econômico e social. Isto fez com que a história da Univens, a partir de 2004, se confundisse com a história da Justa Trama. Mas os resultados estão lá: uma empresa solidária, viável economicamente, com forte presença na comunidade e no movimento da economia solidária como um todo.

d) Fio Nobre

Sem dúvida, dos elos da cadeia, é o empreendimento que, junto com a Univens, mais se apropriou e mais aposta no sucesso da Justa Trama, que é a marca responsável pela maior parte do seu faturamento, hoje em dia.

A Fio Nobre é também a principal responsável por uma importante inovação comercial dentro da Justa Trama, pois é a principal organizadora da articulação de empreendimentos do citado Centro Público de Economia Solidária de Itajaí, um centro de comercialização, que pode ser observado na figura abaixo, semelhante a uma pequena loja de departamentos, que reúne uma razoável variedade de produtos, do artesanato às roupas da Justa Trama, de produtos de alimentação agroecológicos a um minirrestaurante ecológico, passando por um cyber-café de proposta educativa. A isto, a Fio Nobre alia a busca constante pela inovação no *design* das peças produzidas. E, além disso, sua presença no movimento da economia solidária, em Santa Catarina, é muito marcante.



© Elaboração própria

Centro Público de Economia Solidária (Cepesi) – Itajaí

e) Cooperativa Açaí

A Açaí é, também, responsável por importantes inovações tecnológicas, econômicas e sociais. É uma das promotoras, neste momento, de uma rede regional de artesanato amazônico (enraizada em Rondônia, mas que começa a se articular com os outros estados da região), e já abriu canais permanentes de exportação para seus produtos e os de seus parceiros.

A participação da Açaí na Justa Trama também foi uma proposta sua, visualizada nas apresentações da ideia inicial da Rede no âmbito da Unisol e do FBES.

Interessante observar que desde 2008 as artesãs da Açaí vêm pesquisando alternativas tecnológicas para garantir colorido às roupas da Justa Trama sem o uso de tintas sintéticas, usando apenas corantes extraídos dos vegetais da Amazônia. Neste sentido, a experiência da Açaí, dando visibilidade social e viabilidade econômica aos trabalhadores dos materiais extraídos da floresta, preservando-a de forma sustentável, concretiza mais uma experiência (dentre outras) que buscam demonstrar a possibilidade de aliar produção de riqueza à preservação ambiental.

f) Coopstilus

O elo mais frágil, ainda, da cadeia Justa Trama, é responsável também por uma inovação importante: a extensão da produção de vestuário, a partir do algodão agroecológico, para o público infantil, abrindo campo para o estabelecimento de um novo padrão de relacionamento entre o consumo infantil e a produção mercantil, isto é, um novo elo do processo educativo para o consumo consciente.

g) Cooperativa Central Justa Trama

A Justa Trama ainda enfrenta um conjunto enorme de desafios. O primeiro deles é o de estabelecer uma produção articulada de forma contínua e rotineira, pois atualmente o fluxo da cadeia é intermitente. Isso depende, basicamente, da abertura de novos canais de comercialização para o produto final da Rede. Nelsa Nespolo, diretora presidente da Justa Trama, aponta que o desafio é duplo: quantitativo e qualitativo. Porque se trata de ampliar os canais de comercialização, a fim de ampliar a demanda e, conseqüentemente, a oferta, abrindo novos espaços de produção; mas também é necessário que esse processo garanta a continuidade do caráter solidário dos grupos associados e da Rede como um todo, e também aperfeiçoar a aliança entre produção sustentável e consumo consciente.

Um segundo desafio é aperfeiçoar a coerência entre marca e produto, depurando a produção na parte de estamparia, superando o uso da química sintética e substituindo-a por alternativas naturais, como o uso do bordado e de corantes naturais. Esse é um grande desafio.

Um terceiro obstáculo a superar é completar a cadeia solidária, incorporando empreendimentos solidários no processo de distribuição – especialmente o transporte e a logística, de um lado, e a comercialização, de outro.

E o último e mais importante de todos: consolidar e expandir a Justa Trama de maneira que ela ajude a impulsionar outras experiências e fazer avançar a economia solidária. Mas este é um desafio macro, que será abordado logo adiante.

6.2. RESULTADOS E DESAFIOS NO NÍVEL MESO – O ENTORNO GEOGRÁFICO E A CADEIA PRODUTIVA DO ALGODÃO

a) Tauá e a microrregião dos Inhamuns

Transformar a economia e a cultura que naturaliza a desigualdade no sudoeste do sertão semiárido do Ceará – este é o maior desafio daqueles que participam e militam na Adec. Localizada numa das regiões de menor PIB *per capita* do Brasil, a Adec luta contra os resquícios do coronelismo e do servilismo de antigamente, e o modelo de agronegócio que representa a perspectiva “moderna” da elite local.

Todos sabem que é uma mudança recém-iniciada, mas que tem uma perspectiva profunda: mudar a sociedade a partir da auto-organização dos camponeses pobres, da agricultura familiar, incorporando o conhecimento popular ao conhecimento científico e produzindo formas inovadoras de cultivo e geração de renda e

riqueza, de forma ambientalmente sustentável e economicamente solidária. Das 10 mil pequenas propriedades da região, 300 participam ou já participaram da experiência do cultivo agroecológico da Adec – isto é: 3% das famílias da agricultura familiar na região. É pouco? Não, se comparado aos 300 anos de história de escravidão, latifúndio e violência contra os camponeses. O maior e melhor resultado obtido até agora, neste campo, é o reconhecimento da Adec dentro e fora da região. Ela já é referência e uma ferramenta importante que pode impulsionar outras mudanças.

b) Pará de Minas

Dos empreendimentos da Justa Trama, a Coopertextil parece ser o que tem menos pretensões à mudança do seu entorno geográfico. Sua pretensão é contribuir com a geração de empregos e de riqueza econômica para a região em que está inserida.

Mesmo assim, ainda que fora dos planos mais imediatos de seus dirigentes, a Coopertextil pode vir a fazer parte de uma história maior e mais profunda, se o consumo e o cultivo do algodão agroecológico crescerem e ela estiver articulada diretamente com esse processo.

c) Bairro Sarandi, Porto Alegre

A Univens já é uma referência no bairro Sarandi e na economia solidária de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. Além de gerar trabalho e renda no bairro, a cooperativa vem produzindo projetos sociais comunitários e disputando a orientação política dos moradores do lugar por meio da participação ativa de suas lideranças nos processos “micro”, como à época do orçamento participativo, ou através da associação comunitária.

Em 2008, a cooperativa inaugurou outro espaço construído a partir da sua iniciativa: o Centro Social “Nova Geração” (*fotos ao lado*), uma creche cooperativa mantida com recursos da comunidade e da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e que atende a cerca de 80 crianças, incluindo alguns filhos de cooperadas. À noite, no espaço da creche funcionam projetos destinados a jovens e pessoas de outras idades, como oficinas de formação profissional e inclusão digital. Os recursos para a construção do centro também vieram da Europa, a partir da confiança conquistada pela Univens e pela Justa Trama entre seus parceiros internacionais.



Centro Social Nova Geração – desdobramento da Univens e a creche



© Elaboração própria

d) O mercado nacional de roupas de algodão

A Justa Trama está inserida num mercado oligopolizado e altamente saturado: a cadeia produtiva do tecido e da confecção. Com a liberalização dos mercados e o crescimento exponencial da indústria chinesa, tudo se tornou ainda mais difícil.

Mesmo assim, a Justa Trama quer crescer. Seus planos estão ancorados num movimento de mercado que vem se expandindo: o chamado “consumo consciente” ou “consumo responsável”, que convida os consumidores a fazer do consumo um ato quase histórico: escolhas que representem, ao mesmo tempo, satisfação pessoal e satisfação social, mas que respeitem o direito das gerações futuras fazerem as mesmas escolhas, que garantam a reprodução de relações sociais pautadas pela sustentabilidade, pela solidariedade e pelos cuidados com a própria saúde.

A expansão efetiva do consumo consciente pode significar uma revolução nas relações mercantis, especialmente para empreendimentos como a Justa Trama, que estão ancorados a esta perspectiva na ponta da produção. Este é um desafio e tanto: participar desta virada é como navegar num sonho com um barco de verdade.

6.3. RESULTADOS E DESAFIOS NO NÍVEL MACRO – A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária contraria tudo que está nos manuais de economia e de administração: teoricamente, ela não poderia existir. Suas escalas de produção são muito pequenas; a falta de capital leva a uma baixa produtividade; suas preocupações morais produzem deseconomias de todo tipo: perda de oportunidades em função de escrúpulos e princípios ideológicos, processos produtivos de rendimentos limitados, utilização intensiva de trabalho e aposta no aproveitamento de mão de obra pouco qualificada.

Os manuais não sabem que, na maioria das vezes, para os empreendimentos de economia solidária, essa conjuntura não resulta de uma escolha entre outras possíveis, mas sim que se trata da única alternativa para uma dada situação.

O grande e maior desafio da Justa Trama, assumido por seus participantes, é provar que é possível construir uma outra economia, na qual a vida prevaleça sobre o trabalho, e o trabalho prevaleça sobre o capital. Suas lideranças estão conscientes de sua enorme responsabilidade: o efeito demonstração da Justa Trama é estupendo, e assim será “para o bem e para o mal”, isto é, para o sucesso ou para o fracasso da experiência. Este é o maior desafio da Justa Trama: sobreviver e prosperar, gerando trabalho, produzindo riqueza e, ao mesmo tempo, preservando o meio ambiente e cultivando valores intrínsecos à sua experiência, como a participação democrática e a repartição solidária da riqueza.

7. ANÁLISES TRANSVERSAIS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1. OS ATORES SOCIAIS E SEUS DIFERENTES PAPÉIS

A história da Justa Trama confirma muitas lições que os estudos e pesquisas sobre economia solidária vêm assinalando há alguns anos. O foco fundamental, pilar de qualquer análise neste âmbito, está nas pessoas – no seu modo de ser e agir, pensar, se relacionar, aprender e fazer. O êxito dos empreendimentos depende essencialmente do sujeito do processo: do empreendedor coletivo representado naquela iniciativa, e dos indivíduos que o compõem, incluindo aí líderes e não líderes (CRUZ, 2006).

Esse “êxito”, por outro lado, não pode ser medido por indicadores meramente econômicos, que embora eloquentes, algumas vezes não constituem nem mesmo a parte mais importante da análise, pois nos empreendimentos de economia solidária os resultados subjetivos são tão importantes quanto os resultados objetivos. E a subjetividade é algo realmente difícil de ser avaliado. Por outro lado, sob o capitalismo tardio (ou de acumulação flexível), com mercados normalmente oligopolísticos, a situação das empresas não oligopólicas é, via de regra, uma situação de “instabilidade crítica”, como afirmava Steindl (1986). A ideia de uma empresa consolidada, que resolveu seus problemas econômicos e financeiros, no atual estágio do capitalismo, serve para caracterizar apenas um pequeno e seletivo grupo de grandes empresas.

Em minha opinião, portanto, a melhor forma de descrever e analisar empreendimentos de economia solidária é vê-los como um processo, ou seja, como uma construção. E tentar perceber se essa construção avança, retrocede ou está estagnada, economicamente e na percepção de seus sujeitos. Sucessivos avanços, por menores que sejam, tendem a manter vivos o interesse e o ímpeto de seus construtores, e vice-versa.

Neste sentido, a Justa Trama é um empreendimento repleto de êxito. Para seu conjunto e para cada um dos empreendimentos que a formam, ela tem significado um processo contínuo de aperfeiçoamento, de inovação, avanços concretos e expectativas positivas. Analisá-la em seu contexto pode permitir – como em outros casos – apreender em seu processo os condicionamentos históricos que o guiam, e lançar luz sobre outros processos, de outras experiências. Por tudo isto, vou focar estas “análises transversais e considerações finais” no desempenho dos atores sem, contudo, deixar de abordar elementos periféricos do contexto.

a) O protagonismo dos produtores e dos trabalhadores associados

A história da Justa Trama deixa manifesto que não há qualquer elemento ativo na construção de empreendimentos solidários que substitua o protagonismo dos empreendedores coletivos. Não existe programa de apoio, política pública, contexto ou mercado favorável, enfim, não existe nada que substitua a vontade, o esforço e a criatividade dos trabalhadores para fazer avançar um empreendimento solidá-

rio. É provável que essas qualidades de um empreendedor coletivo (vontade, esforço, criatividade) sejam insuficientes para garantir o êxito do empreendimento, mas sua ausência é a garantia do seu fracasso. Em todos os empreendimentos visitados e pesquisados, isso se torna evidente.

Por outro lado, essas qualidades não nascem do nada, nem de nenhum curso de capacitação, por melhor que ele seja. Como nos mostra a história da Justa Trama, elas são o resultado de um longo e difícil aprendizado que pode ser coletivo ou individual, mas que nasce muito antes de cada empreendimento solidário exitoso: nasce das experiências e ações construídas coletivamente em outros campos da ação social – nos movimentos sociais, em outros empreendimentos coletivos que não obtiveram o mesmo êxito ou que simplesmente fracassaram, ou na luta coletiva pela manutenção de postos de trabalho em extinção iminente.

Da mesma forma, é preciso que cada coletivo “fabrique” lideranças à sua altura, capazes de dar solução para as questões e problemas que o coletivo se coloca a missão de resolver. E é preciso que (a) essas lideranças, menos que possuir qualidades excepcionais de gestão ou quaisquer conhecimentos técnicos (o que também é bom que tenham), sobretudo sejam capazes de potencializar ao máximo as qualidades empreendedoras do coletivo do qual foram investidos como líderes; e é preciso (b) que o coletivo seja autônomo e participativo o suficiente para escolher suas lideranças e alterná-las se e quando for necessário.

A economia solidária foi, é e será um longo processo educativo. E o efeito multiplicador de seus êxitos e fracassos, para os trabalhadores, é tão efetivo quanto os êxitos e fracassos da luta sindical ou do combate político partidário.

b) O papel fundamental dos apoios qualificados

Cada um dos empreendimentos pesquisados não foi capaz de se autoconstruir de forma independente ou isolada: a quantidade de apoios e auxílios ao longo da caminhada de todos eles é algo tangível. Seria possível pensar a Adec sem o Esplar? A Univens sem a Incubadora da Prefeitura de Porto Alegre? A Fio Nobre sem o Cepesi? A Justa Trama sem a ADS ou a Unisol Brasil? Seria possível pensar todos eles, e qualquer um deles, sem a lista volumosa de entidades apoiadoras que participaram de todos os momentos importantes da sua construção?

A Coopertextil pode não ter tido um parceiro deste tipo, mas ela já estava economicamente estabelecida quando surgiu: ela foi menos uma construção que uma apropriação dos trabalhadores de algo que já existia. E talvez por isso, apesar de seu tamanho e seu faturamento, seja difícil avaliar se a Coopertextil é hoje um empreendimento mais ou menos exitoso (guardando o conceito de “êxito” que utilizamos há pouco) que os demais.

Entretanto, é necessário qualificar também esses atores como apoiadores. Embora todos tenham cumprido papéis distintos, cada empreendimento reconhece o valor específico que cada um desses parceiros teve na sua caminhada. Aqueles que contribuíram financeiramente foram decisivos, certamente. Aqueles que pontual-

mente participaram da jornada – abrindo uma porta ou enfrentando uma dada situação crítica, também o foram. Mas estou convencido de que os mais valorados foram aqueles que participaram da construção dos projetos em seu cotidiano – das ideias aos transtornos, das vitórias às derrotas, das frustrações às comemorações –, mas que, sobretudo, souberam respeitar o protagonismo dos trabalhadores associados, especialmente naqueles momentos em que as relações foram tensas e difíceis.

É preciso saber valorar e reconhecer o papel e os limites desses atores e, principalmente, aprender com eles o seu ofício de coadjuvantes solidários.

c) O Estado e as políticas públicas

Por tudo isso, me parece absolutamente necessário desconstruir um mito pernicioso que cerca a economia solidária: a de que o Estado é ou pode ser o protagonista de seu desenvolvimento. Por isso, a ideia de uma política de “fomento à criação de empreendimentos solidários” constitui uma rotunda ilusão. Ela funciona da mesma forma que o “fomento ao empreendedorismo”, como se a atitude das pessoas em relação ao mundo e a si mesmas pudesse ser alterada por uma política pública.

O Estado – como demonstra o caso da Justa Trama e dos empreendimentos que a formam – tem um papel decisivo, sim, mas longe de ser protagonista. Sua principal função é de “facilitador”, de apoiador com uma condição privilegiada de recursos e poder.

O Estado poderia começar, por exemplo, equalizando – pelo menos! – os tratamentos que dispensa ao grande capital e à economia solidária. Para os empreendimentos solidários isso significa constituir taxas de juros privilegiadas para os investimentos; condições de acessibilidade às licitações públicas; tratamento equânime em relação às formas variadas de fiscalização do Estado; linhas de crédito em volume e em desenho adequado à realidade dos empreendimentos; estruturas permanentes de formação e de assessoria igualmente adequadas à realidade e às necessidades dos empreendimentos solidários; recursos para pesquisa aplicada nas áreas tecnológicas socialmente adequadas às experiências; construção de marcos regulatórios construídos com a participação dos atores sociais interessados e claramente delimitados etc.

Nada disto constituiria um “privilégio” para a economia solidária, porque todas estas facilidades são amplamente concedidas pelo Estado ao grande capital... Entretanto, as políticas públicas dirigidas à economia solidária sofrem dos mesmos limites das políticas públicas dirigidas às questões sociais: públicos focados, recursos contingenciados por toda sorte de outras prioridades (especialmente a dívida pública), “descentralização” da gestão (o que equivale a dizer desresponsabilização do poder central).

A política desenvolvida pela Secretaria Nacional de Economia Solidária nos últimos anos é um exemplo claro: apesar de todos os bons programas construídos

e executados, da relação estreita entre ela e o movimento real da economia solidária, do compromisso e da sensibilidade dos dirigentes e de seus esforços importantes, os recursos dirigidos à economia solidária foram absolutamente desproporcionais em relação à população envolvida diretamente com esse processo.²²

O caso da Justa Trama é a exceção que confirma a regra. Sua acessibilidade aos recursos resulta, basicamente, do êxito alcançado inicialmente, a duras penas, por seus protagonistas, e que recebeu parte do pouco apoio disponível exatamente porque os recursos precisam ser focados nas ações que podem garantir maior visibilidade e efeito demonstrativo.

O portfólio das políticas desenvolvidas pela Senaes é basicamente correto, se tomamos como lição o caso de desenvolvimento da Justa Trama e de suas necessidades ao longo de sua história: (a) recursos para capital fixo, (b) para assessoria técnica e (c) para pesquisa e desenvolvimento, especialmente. E, além disso, a Senaes desenvolve iniciativas de Estado importantes: construção e discussão do marco legal regulatório, institucionalização das políticas públicas voltadas para o setor, construção de espaços de participação para definição de políticas setoriais.

O problema, infelizmente, não é a qualidade, mas as condições deprimidas de recursos e ações oferecidas à economia solidária em comparação com as ações e políticas oferecidas ao grande capital ou mesmo às pequenas e médias empresas, o que pode ser comparado, *vis-à-vis*, ao tratamento díspar dispensado ao agronegócio e à agricultura familiar.

Por outro lado, quando se trata de ações construídas no âmbito de outros organismos do Governo Federal, o mais comum é a implementação de políticas descoladas da realidade dos empreendimentos, demonstrando (a) que a compreensão da problemática da economia solidária se restringe à Senaes e (b) que as ações para o setor são fragmentadas, especialmente em função do não reconhecimento do papel decisivo da Senaes ou, às vezes, em função de disputas políticas particularistas no âmbito dos ministérios.

Esta situação se replica em maior ou menor grau no nível dos estados e municípios e isso depende, fundamentalmente, dos atores específicos que atuam em cada governo.

7.2. ESTADO, SOCIEDADE E MERCADO – A NECESSIDADE DE UMA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO REGIME DE REGULAÇÃO

Contrastando o caso da Justa Trama com as políticas formuladas e desenvolvidas pela Senaes ao longo de seus quase oito anos, pode-se avaliar que elas são, basicamente, aquelas que seriam necessárias ao desenvolvimento da experiência

22 O levantamento financiado pela Senaes e realizado por universidades e ONGs entre 2005 e 2007 identificou cerca de 22 mil empreendimentos solidários, reunindo aproximadamente 1,8 milhão de associados diretos (disponível em: <http://www.mte.gov.br/economiasolidaria>). Isto significa, por exemplo, o mesmo número de pessoas envolvidas na luta pela terra no Brasil, atualmente.

ou de qualquer empreendimento solidário, e que continuam sendo demandas na fase atual:

- Linhas especiais e específicas de financiamento – a partir de recursos próprios de projetos da Senaes ou outras autarquias governamentais, como a Fundação Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/BNDES. Recursos dessa natureza foram acessados pela Justa Trama e, em princípio, continuam disponíveis, mas para casos muito especiais e reconhecidos, como é a Justa Trama.

- Recursos para formação e assessoria – alguns dos programas atuais da Senaes nesta área encontram-se em estruturação (é o caso da instalação dos Centros Nacionais de Formação em Economia Solidária/CFES e do Programa Brasil Local) ou já têm uma pequena história de funcionamento (como o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares/Proninc).

- Recursos para P&D a partir de demandas específicas da economia solidária – já houve editais da Financiadora de Estudos e Projetos/Finep e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq para o setor.

Entretanto, volto a frisar: os recursos são ínfimos, e não apenas do ponto de vista da demanda social realmente existente, mas especialmente quando comparados aos recursos disponibilizados às empresas convencionais. Aliás, um argumento comum, e contrário ao que foi afirmado acima, é que os empreendimentos solidários poderiam (e deveriam) acessar os recursos disponibilizados às empresas. Ora, isso significa ignorar as diferenças essenciais entre o perfil e as necessidades de um e de outro tipo de empreendimento econômico (solidários *versus* convencionais/capitalistas).

As ações destinadas a adequar a relação entre Estado e economia solidária também têm sido limitadas pelas mesmas relações privilegiadas entre capital e Estado:

- A construção e discussão do marco legal regulatório vêm sendo obstaculizadas sistematicamente pela ação do cooperativismo empresarial, de viés capitalista, representado pelos *lobbies* de setores específicos da Organização das Cooperativas Brasileiras.

- A institucionalização das políticas públicas voltadas para o setor vem esbarrando num sem-número de restrições legais e estruturais como, por exemplo, o tratamento discriminatório do Ministério Público do Trabalho contra as cooperativas em geral (sem um mínimo de diferenciação entre cooperativas fraudulentas e cooperativas populares solidárias) ou as claras limitações impostas pelas licitações públicas, de modo geral.

- A construção de espaços de participação para definição de políticas setoriais, como o Conselho Nacional de Economia Solidária/CNES, que apesar de amplamente apoiado e sustentado pela Senaes, está longe de ter uma interlocução efetiva com os centros de poder do Estado.

A relação entre o Estado e a Justa Trama, volto a dizer, é a exceção que confirma a regra: seu desenho, sua amplitude e seu impacto simbólico têm sido suficientemente fortes para obter um tratamento diferenciado e justo; mas não são condições oferecidas em larga escala, disponíveis e acessíveis nem sequer a uma minoria significativa dos empreendimentos solidários.

Superar essa condição exige um processo de articulação e de mobilização política dos atores sociais da economia solidária. Isso é particularmente difícil, dada a composição contraditória do atual Governo Federal e de suas estreitas relações com as lideranças principais da economia solidária.

Trata-se de uma armadilha comum aos movimentos sociais, na atualidade: sem pressão sobre o governo, predominam as políticas que garantem o acesso aos fundos públicos dos setores sociais historicamente privilegiados, com alguma abertura para os historicamente excluídos; com pressão organizada, os movimentos correm o risco de desgastar politicamente seus aliados no poder estatal, dando brechas a retrocessos e à eliminação dos poucos espaços conquistados.

Tudo isso não vem ao acaso. Os manuais de economia e de administração não reconhecem, em tese, a possibilidade da economia solidária, simplesmente porque sua mera existência e desenvolvimento, ainda que nos marcos do mercado competitivo capitalista, representa uma clara contestação ao *status quo*. O enrijecimento das estruturas de Estado em relação a ela já faz parte de uma disputa muito mais ampla: trata-se da necessária e recorrente – especialmente em tempos de crise – reafirmação das estruturas e dos valores sociais, políticos e culturais do capitalismo. Por menor que seja a expressão econômica e sociopolítica atual da economia solidária, ela já é suficientemente reconhecível para que as engrenagens da conservação se ponham em marcha contra ela.

Se a economia solidária pretender sobreviver como fenômeno social, ela terá de se organizar e mobilizar politicamente para disputar as estruturas, as orientações e os fundos públicos do Estado. E isso, por outro lado, exigirá a formulação de um programa de longo prazo, capaz de reduzir – e se possível eliminar – os enormes privilégios oferecidos pelo Estado ao capital em suas várias formas de expressão social e econômica.

Essa expressão política da economia solidária, porém, só terá repercussão efetiva se seus empreendimentos forem capazes de se empoderar economicamente, de forma suficiente para garantir a expansão das experiências em número e em qualidade. Isso é especialmente necessário agora, uma vez que as novas experiências da economia solidária já não encontram as mesmas condições de acúmulo de capital social próprias das experiências “fundadoras” dos anos 90, como foi o caso dos empreendimentos que ensejaram a Justa Trama. Essa “acumulação de capital social”, agora, provém de “novíssimos” (ou nem tanto) movimentos sociais – ambientalismo, feminismo, lutas de afirmação étnica, movimento cultural da periferia urbana, luta pela reforma agrária –, mas cada vez mais, ao que parece, nasce do efeito multiplicador de experiências de economia solidária bem-sucedidas.

Esta parece ser, como muito bem sabe a liderança da Justa Trama, a principal contribuição que a sua experiência histórica tem a oferecer à economia solidária e à luta pela transformação social – no Brasil e na América Latina, e no mundo todo.

7.3. A JUSTA TRAMA APONTA UM NOVO PARADIGMA?

Percorridas as páginas deste relatório, conhecidas as experiências e analisados seus resultados e desafios, parece adequado responder à pergunta-chave da investigação que gerou este documento.

Como antecipado em sua introdução, talvez valha a pena retomar os parâmetros delimitados pelo projeto de pesquisa que originou este trabalho. Nele, há oito categorias de análise que procuram indicar “elementos que apontam para os novos paradigmas de produção e consumo”. Vejamos:

- A agenda ambiental – o cultivo, processamento e uso (como insumo) do algodão agroecológico e dos aviamentos originados de material extraído diretamente da floresta amazônica, coloca a Justa Trama na condição direta de uma experiência que alia seus objetivos econômicos e sociais aos objetivos ambientais; ainda há problemas tecnológicos a superar, certamente, mas constituiu uma posição evidentemente inovadora.

- O bem viver – o trabalho associativo, o uso de insumos de baixo impacto ambiental, a promoção de formas social e ambientalmente saudáveis de consumo e a implicação sociopolítica das organizações da Justa Trama apontam para uma convivência transformada entre seus agentes, e entres estes e as comunidades que os cercam, e cuja lógica e princípios se desenvolveram para além do mero objetivo de gerar trabalho e renda. Dois exemplos, apenas: o orgulho incontido dos trabalhadores das organizações da Justa Trama de fazer o que fazem, e sua enorme preocupação pelo estabelecimento do preço justo para as suas transações, o que envolve um debate permanente sobre este conceito e sobre sua aplicação.

- A colaboração – não bastando aos participantes dos empreendimentos da Justa Trama a cooperação entre si e com a comunidade em que estão inseridos, sua decisão estratégica foi cooperar com pessoas e organizações territorialmente distantes, mas que comportam os mesmos valores; sabem perfeitamente que essa colaboração produz impactos sobre cada empreendimento, mas que, sobretudo, produz enorme impacto simbólico sobre a economia solidária como um todo e sobre os debates que se abrem à possibilidade de construir outros modelos socioeconômicos.

- A corresponsabilidade – é comum entre os atores da Rede a ideia de que “se alguém falhar, tudo emperra”, e de que “a nossa experiência tem uma responsabilidade muito grande em dar exemplo”. Seus atores têm plena consciência de que a experiência impacta muitos níveis: na vida dos trabalhadores, na vida dos empreendimentos, na comunidade em que atuam, na rede da qual fazem parte, na economia solidária como um movimento.

- A governança democrática – os empreendimentos da Justa Trama buscam, explicitamente, a autogestão. Por definição da Rede, nenhum empreendimento que não seja autogestionário pode fazer parte dela. É claro que há problemas no caminho, mas há também a definição de enfrentá-los. Um deles, por exemplo, é como envolver os trabalhadores dos empreendimentos na tomada de decisões da Rede. Mas autogestão é processo – e o processo está dado.

- Os processos de desintermediação – os empreendimentos da Justa Trama quebraram um mito relacionado à construção de redes de economia solidária: de que os custos com logística tornariam impossível a concretização da cadeia. Entretanto, a auto-organização dos empreendimentos, por meio da Cooperativa Central, permitiu que esses custos fossem assumidos coletivamente. É esse processo que permite que todos os atores da cadeia sejam remunerados com preços bem acima do mercado, e que o produto final seja, em geral, mais barato para o consumidor que outros produtos similares em algodão orgânico.

- A inserção sociolaboral e a geração de trabalho e renda – todos os empreendimentos da Justa Trama nasceram com a mesma intenção: preservar os postos de trabalho e as fontes de renda daqueles que os criaram. Agora, a Justa Trama começa a ampliar isso, à medida que busca mercado e amplia sua oferta de produtos.

Enfim: a Justa Trama antecipa um futuro que não está livre de problemas e de desafios, mas que já está sendo construído, fio a fio, sonho a sonho, gesto a gesto.

BIBLIOGRAFIA

CRUZ, Antônio. *A diferença da igualdade – A dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. Tese de doutorado em Economia Aplicada. Orientador: Márcio Pochmann. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

LIMA, Pedro Jorge. Algodão agroecológico no comércio justo: fazendo a diferença. *Agriculturas* – vol. 5, nº 2. Rio de Janeiro: Leisa Brasil, 2008.

METELLO, Daniela Gomes. *Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da Justa Trama – cadeia solidária do algodão agroecológico*. Dissertação de mestrado em Ciências em Engenharia de Produção. Orientador: Fábio Zamberlan. Coordenação de Programas de Pós-graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.

STEINDL, Josef. *Maturidade e estagnação no capitalismo americano*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.



ASMARE: UMA INOVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

LUCIANA TUSZEL

Bacharel em Relações Internacionais (PUC-SP) e Mestre em Desenvolvimento Sustentável (Universidade de Genebra). Técnica – Pesquisadora da Área de Ambiente Urbano do Instituto Pólis.

INTRODUÇÃO

A Associação de Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável – Asmare, criada em 1990, na cidade de Belo Horizonte, tem-se revelado uma experiência relevante no marco da organização da categoria dos catadores de materiais recicláveis. O processo de organização destes trabalhadores iniciou-se há pouco mais de duas décadas. Desde então, os catadores de material reciclável têm sido atores importantes de uma série de mudanças no setor de resíduos sólidos urbanos no Brasil. Inicialmente motivados em garantir a sobrevivência por meio da coleta de resíduos em vias públicas e lixões, os catadores passaram a se organizar em associações e cooperativas e a reivindicar reconhecimento do poder público e da sociedade pelo trabalho realizado.

Estas organizações, por meio da atuação no Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável (MNCR), estão obtendo avanços no modo como os governos lidam com a gestão dos resíduos sólidos urbanos. Dentre as principais conquistas, podemos citar a participação em programas municipais de coleta seletiva resultantes da reivindicação dos catadores com o apoio de entidades da sociedade civil, a obtenção de apoio de agências de fomento para o fortalecimento das associações e cooperativas de catadores e a influência na construção de um marco legal para o setor de resíduos sólidos que os contemple.

Além de influenciar os municípios na adoção de programas de manejo diferenciado dos resíduos, com inclusão de catadores, há outros aspectos que relacionam a experiência da Asmare a características de um novo modelo de produção e consumo.

O primeiro elemento a ser destacado nesta experiência diz respeito à sua contribuição ambiental. As cooperativas e associações de catadores realizam a coleta, a separação e a reinserção de materiais recicláveis no ciclo de produção, reduzindo a utilização de matéria-prima virgem, água e energia. O trabalho realizado pelos catadores também contribui com a preservação dos espaços públicos urbanos, diminuindo a degradação ambiental. Há também redução da necessidade de novos terrenos para implantar aterros sanitários, caros e de complexa manutenção, visto que os resíduos recuperados deixam de ir para esse destino. Além disso, as associações e cooperativas de catadores estão cada vez mais vinculadas à proposta de construção de um novo modelo de gestão de resíduos sólidos voltado para o reaproveitamento integral dos mesmos. Este modelo se contrapõe aos métodos tradicionais de tratamento dos resíduos, que acompanham a tendência de aumento desenfreado do consumo e, como consequência, da produção de resíduos.

As organizações de catadores também estão se inserindo em dinâmicas de economia solidária. Destaca-se aqui a busca pelo desenvolvimento de relações baseadas na solidariedade e na remuneração igualitária. Há também a preocupação em se fortalecer face à exploração dos intermediários, atores que controlam o comércio dos recicláveis por terem mais condições de fazê-lo na escala exigida pela in-

dústria. A colaboração entre associações e cooperativas resulta na formação de redes de comercialização que têm o propósito de melhorar a posição dos catadores em relação à indústria compradora de recicláveis.

Além disso, experiências como a da Asmare mostram que existe um potencial para a inserção sócio-laboral e a geração de trabalho e renda. A ampliação dos programas municipais de coleta seletiva, com a participação formal das cooperativas e associações de catadores, poderia criar condições para aumentar os postos de trabalho nesse setor. Assim, sua integração de forma remunerada (não como assalariados, mas como prestadores de serviços) contribuiria para melhorar a distribuição de renda.

Por último, evidencia-se a influência que experiências como a da Asmare têm nas diretrizes de políticas públicas e na construção de marcos legais para o setor de resíduos sólidos. A evolução de associações e cooperativas como prestadores de serviço de coleta seletiva é um processo em andamento, amplamente apoiado por programas de capacitação e de fortalecimento institucional implementados pelo governo federal e agências de fomento.

Este estudo segue a seguinte estrutura: no primeiro capítulo se discute a experiência da Asmare em si, apontando as suas principais características, seu histórico e antecedentes e, no segundo, são realizadas análises transversais da experiência com as temáticas de políticas públicas, bem-viver, gênero e raça, bem como os desafios e estratégias. Por fim, aparecem algumas considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas.

1. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

1.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

A Associação de Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare) é uma organização localizada na cidade de Belo Horizonte, criada em maio de 1990. Hoje, é composta por cerca de 240 associados.¹ Suas atividades principais são a coleta seletiva, a separação e comercialização de materiais recicláveis: plásticos, metais, papéis e vidros, gerados pela população do município. Atualmente, comercializa cerca de 675 toneladas por mês, gerando uma renda média bruta de R\$ 610 por associado.²

Desde 1993, a Asmare participa como parceiro prioritário no sistema de coleta seletiva que é parte do Programa de Manejo Diferenciado de Resíduos Sólidos da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), órgão ligado à prefeitura. No âmbito dessa parceria, a cooperativa recebe suporte operacional e subsídios que cobrem os seus custos administrativos. Assim, a SLU ficou responsável em ceder os espaços físicos onde se realiza o trabalho e o armazenamento dos materiais, em disponibilizar os Locais de Entrega Voluntária (LEVs) nos quais a população deposita os materiais recicláveis, e em prover os caminhões para a coleta dos recicláveis por meio do sistema porta a porta. A SLU também cede parte do material reciclável que coleta de maneira seletiva para a Asmare: cerca de 80 toneladas por mês, de um total de 400 toneladas. As demais 320 toneladas são distribuídas para outras cooperativas conveniadas com a prefeitura.

A Asmare foi criada com o propósito de proteger os catadores da repressão sistemática sofrida por parte do poder público nas ruas da cidade. Também nasceu com o objetivo de propiciar melhores condições de trabalho aos seus associados. Veremos ao longo do estudo desta experiência que esses objetivos ainda estão vigentes, mas que os métodos para atingir esses objetivos foram se ampliando e ganhando força política com o tempo. Um exemplo disso é o fato de a organização ter buscado, em período recente de sua história, fortalecer sua autonomia na cadeia produtiva da reciclagem, procurando agregar valor à produção.

Mais adiante apresentaremos a experiência da Rede Cataunidos, criada por iniciativa da Asmare. Por outro lado, a associação também busca a inclusão definitiva na gestão pública municipal de resíduos sólidos. No momento, as atuais parcerias, embora consideradas consagradas pelo poder público, não garantem proteção em relação a tendências como as de terceirização da coleta e de incineração de resíduos. Organizações como a Asmare são, portanto, vulneráveis a possíveis mudanças nas forças políticas e a interesses econômicos que podem passar a ditar os rumos da gestão municipal de resíduos sólidos.

¹ Levantamento realizado pela Cataunidos em outubro de 2009.

² Idem.

A Asmare possui, hoje, uma ampla infraestrutura que engloba um galpão-sede, denominado Contorno (*ver foto ao lado*), por estar situado na avenida com o mesmo nome, onde estão localizados o escritório administrativo, uma cozinha com refeitório, local para enfardamento, pesagem e armazenamento do material. Além disso, lá também estão os boxes utilizados pelos catadores para a separação dos materiais coletados com carrinhos movidos a tração humana.



© Elaboração própria

Fachada do galpão-sede situado na avenida do Contorno

A associação também conta com um segundo galpão, alugado e cedido pela SLU, que recebe a coleta realizada tanto pela própria Asmare como pela SLU. Apesar de não ter sido possível a visita a este galpão, sabe-se que no local são realizados a separação, pesagem, prensagem, enfardamento, armazenagem e comercialização dos materiais.

A Asmare também dispõe de dois espaços culturais, denominados Reciclos, onde funcionam restaurante, bar, lojas de produtos da reciclagem, casa de música ao vivo com apresentações de grupos locais. Além disso, a Asmare tem locais para realizar oficinas de artesanato, algumas dentro dos próprios galpões e outras no Reciclo Espaço Cultural 1, onde são trabalhados materiais como o papel, tecidos, plástico, metais e madeira.

Área de atuação da Asmare³

Regiões de coleta mecanizada (doações):

- Coleta em toda a cidade e municípios adjacentes (caminhões gerenciados pela Asmare): Vespaziano, Contagem, Itaúna, Sabará, Santa Luzia, Betim, Brumadinho e Nova Lima.
- Coleta no bairro Carmo/Sion feita com caminhão compactador da SLU, motorista e guarnição da Asmare.
- Coleta nos bairros Barro Preto e Savassi com carrinhos motorizados.

Área de coleta dos catadores:

- 98% Região Centro-Sul
- 2% Catadores vindos de outras regionais

3 Dados do Informativo Coleta Seletiva da Asmare de 2005.

Região da coleta SLU destinada à Asmare:

- Bairro Serra (porta a porta)
- Carmo/Sion (porta a porta)
- Barro Preto (porta a porta)
- Regional Centro-Sul (LEV)
- Noroeste/Oeste (LEV)



Na tabela abaixo estão listados os principais parceiros atuais da Asmare:

TABELA 1 – PRINCIPAIS PARCEIROS DA ASMARE

	Tipo de colaboração
Superintendência de Limpeza Urbana/ PBH	Cessão de infraestrutura física (galpões), caminhões, equipamentos e manutenção, coleta de parte do material reciclável, vigilância, despesas com água e luz.
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Articulação das ações da Asmare com o programa de inclusão social do município.
Pastoral de Rua	Impulso ao processo de organização, apoio na captação de recursos.
UFMG/Escola de Engenharia	Apoio técnico (estudos sobre a organização produtiva, capacitação técnica, tecnologias sociais).
Insea	Capacitação, organização do Festival Lixo e Cidadania.
Cáritas Regional	Capacitação, apoio na captação de recursos.
Fundação Banco do Brasil	Apoio para estruturação de uma rede de economia solidária com outras cooperativas, para comercialização conjunta do plástico – criação de uma unidade de processamento industrial de plástico, capacitação técnica.
BNDES	Apoio a projeto de infraestrutura, aquisição de máquinas, veículos e equipamentos, capacitação gerencial.
Petrobrás	Apoio a projeto de capacitação para as atividades produtivas e gestão, investimento em infraestrutura, articulação de redes de comercialização, articulação de parcerias e implantação de tecnologias de agregação de valor.

Fonte: Informações obtidas nas entrevistas realizadas durante o estudo da experiência.

1.2. HISTÓRICO E ANTECEDENTES

A situação dos catadores antes da formação da Asmare caracteriza-se por dois momentos distintos. No primeiro, entre 1930 e 1975, cerca de 300 pessoas sobreviviam da coleta de materiais reaproveitáveis e das sobras de alimentos encontradas nos lixões (depósitos a céu aberto, onde a prefeitura dispunha os resíduos domiciliares). Em 1975, com o fechamento dos lixões e a ativação do aterro sanitário, começa um novo período, no qual uma boa parte dos catadores passou a atuar em outro território: as vias públicas da cidade. A atividade que antes passava despercebida ficou visível e passou a ser motivo de conflitos com parte da população e com o poder público. Esta mudança marca o início de uma fase de enfrentamentos entre forças da ordem e os catadores, que resultou na expulsão desses trabalhadores do centro da cidade em direção à periferia.

Neste contexto, a Pastoral de Rua, ligada à Arquidiocese de Belo Horizonte, promove a organização dos catadores. Esta entidade, criada em 1987, trabalha na defesa dos direitos da população de rua, incentivando a recuperação da dignidade por meio da organização. O trabalho da Pastoral de Rua com os catadores de Belo Horizonte tem início em 1988, tendo como base uma experiência anterior com a cooperativa Coopamare, uma organização de catadores da cidade de São Paulo.

A partir da criação da Asmare tem início uma série de movimentos reivindicatórios dos catadores para assegurarem seu direito de continuar o trabalho com o recolhimento de materiais recicláveis e, também, de serem reconhecidos e apoiados como trabalhadores do setor, pelo poder público.

O ano de 1993 é um marco na história da organização quando é estabelecida uma parceria com a Superintendência de Limpeza Urbana – SLU, órgão responsável pela coleta e destinação dos resíduos sólidos da prefeitura. A partir desta data começa a se observar uma mudança na configuração das relações entre o poder público e os catadores. Esse quadro se torna em grande parte possível pela troca de governo no âmbito municipal, quando o Partido dos Trabalhadores assume a administração. Os benefícios que essa parceria trouxe podem ser observados no próprio crescimento da experiência durante o primeiro mandato cumprido por esse partido. Segundo estudo realizado por Resende (1998), a pequena associação, da qual faziam parte apenas 31 catadores, processava nove toneladas por mês de materiais recicláveis, em 1993. Em 1996, já trabalhavam cerca de 200 catadores que recuperavam 160 toneladas de materiais, o que representa um aumento de mais de seis vezes no número de associados e mais de 18 vezes na quantidade de material recuperado.

Segundo Dias (2002), a partir dessa mudança política podem-se distinguir três etapas importantes no desenvolvimento da experiência:

- Diagnóstico da realidade (1993).
- Implantação dos galpões de triagem; início da concessão de subsídios; disseminação dos LEV; investimento na mobilização social (1994-1996).
- Ampliação e consolidação da parceria com a SLU (1997 em diante).

1.3. CARACTERIZAÇÃO DE BELO HORIZONTE

Belo Horizonte é a capital do estado de Minas Gerais, localizada na Região Sudeste do Brasil. A cidade foi especialmente projetada para ser a nova capital, substituindo Ouro Preto em 1897. Possui hoje, distribuída numa área total de 331 km², uma população estimada em 2.452.617 habitantes⁴, da qual quase a totalidade é urbana.

A cidade é o sexto município mais populoso do Brasil e tem o quarto maior Produto Interno Bruto do país⁵, que em 2007 foi de cerca de R\$ 38 bilhões. O PIB *per capita* é de cerca de R\$ 13.636, sendo que o PIB per capita nacional para o mesmo período foi de R\$ 14.183 em média. Estes dados demonstram que o município é altamente próspero e dinâmico economicamente. Entretanto, se analisarmos outros indicadores, veremos que o município apresenta como característica uma elevada desigualdade social. Calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade é de 0,849, considerado alto pela própria organização. No entanto, de acordo com o Atlas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, também realizado pelo Pnud⁶, alguns bairros da cidade apresentam IDH comparável ao da Bolívia, país com o índice mais baixo na América do Sul.

Outro indicador interessante é o coeficiente de Gini, calculado para medir a desigualdade de um dado território. Dados do estudo “O Estado das Cidades do Mundo 2010-2011: Unindo o Urbano Dividido” da ONU-Habitat, mostraram que Belo Horizonte, assim como diversas outras cidades brasileiras e latino-americanas, tem um coeficiente de Gini maior que 0,61, de um índice que vai de 0 a 1, sendo 1 o número que representa a maior desigualdade. Isso a coloca como uma das cidades mais desiguais do mundo.

Esta questão é histórica e serve como pano de fundo para explicar o fato de diversos segmentos da população da cidade procurarem na recuperação de resíduos a sua sobrevivência. Atualmente, há estimativas de que no Brasil cerca de 800 mil trabalhadores realizem esta atividade.

1.4. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA GESTÃO DE RESÍDUOS EM BELO HORIZONTE

Atualmente, o programa oficial da coleta seletiva opera por meio de duas modalidades distintas de recolhimento: a coleta porta a porta (semelhante à coleta convencional) e a coleta ponto a ponto, que disponibiliza os Locais de Entrega Voluntária (LEV) em diversos bairros da cidade, onde a população deposita o lixo reciclável, que é então recolhido pelo SLU. A população conta com 140 LEV para depositar o material reciclável. Os caminhões de coleta porta a porta passam em 30 bairros e atendem cerca de 350 mil (14,6%) dos 2,4 milhões de habitantes. Das

4 Disponível no site http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1435&id_pagina=1. Acesso em 30 de março de 2010.

5 Produto Interno Bruto dos Municípios 2003-2007, IBGE.

6 Disponível em http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_bh/release_IDHM.pdf. Acesso em 18 de março de 2010.

cerca de 4 mil toneladas de lixo coletadas por dia na cidade, apenas cerca de 13 toneladas⁷ – ou 0,33% do lixo recolhido – são encaminhadas para as cooperativas e associações de catadores.

Seis organizações de catadores estão recebendo material reciclável por parte da prefeitura: além da Asmare, a Coopersoli (Barreiro), a Coopemar (Regional Oeste), a Comarp (Pampulha), Associrecycle (Centro) e a Coopersol (Venda Nova). A maior parte das organizações, entretanto, realiza a coleta de materiais sem apoio da prefeitura. Estima-se que, atualmente, existam cerca de 2.500 catadores avulsos e organizados em associações e cooperativas atuando em Belo Horizonte.

O orçamento disponível para a totalidade dos serviços de limpeza urbana gira em torno de 4% do orçamento total do município, que em 2008 foi de R\$ 5,1 bilhões.

1.5. CARACTERIZAÇÃO DOS ASSOCIADOS À ASMARE

A seguir, serão apresentados dados sobre o perfil dos associados à Asmare, A partir de informações obtidas em um levantamento produzido pela própria Associação e disponibilizado pela administração da mesma (realizado em janeiro de 2010⁸).

De acordo com esses dados, a Asmare é composta, em sua maioria, por associados homens, no total de 53,2%, enquanto que as associadas mulheres representam 46,8% dos trabalhadores.

Os associados que participaram do levantamento têm idade entre 15 e 65 anos, destacando-se a faixa que vai dos 21 aos 40 anos, que representa 47,7% dos trabalhadores. Vale ainda mencionar que o grupo dos associados menores de 20 anos representa cerca de 10% dos integrantes da organização. Por sua vez, a faixa etária que vai dos 41 aos 60 perfaz um total de 32,1%. Os maiores de 60 somam cerca de 10% dos associados.

Quanto ao grau de escolaridade, chegou-se ao resultado de, aproximadamente, 2% de analfabetos na Associação, sendo que a grande maioria dos associados estudou até o Ensino Fundamental (81,5%). O levantamento não permite saber se esse grupo conseguiu completar até o último ano desse grau de escolaridade, mas conforme outro levantamento realizado por Torres (2008) em sua dissertação de mestrado podemos observar a escolaridade dos associados com mais detalhe:

Tempo de estudo	%
Menos de 4 anos	23,8
De 4 a 7 anos	39,2
De 8 a 10 anos	29,4
De 11 a 13 anos	6,31
14 anos ou mais	0,7
Não sabe	0,7

Fonte: Torres, 2008

7 De acordo com a coordenadora do programa de coleta seletiva são coletadas, em média, 400 toneladas de material reciclável por mês.
8 A pesquisa foi aplicada por amostragem em um total de 109 associados.

Em relação ao rendimento mensal dos beneficiários, ainda de acordo com informações divulgadas pela administração da Asmare, a retirada média mensal dos associados é de R\$ 610. Segundo o estudo de Torres, realizado em 2007, os associados declararam que a renda variava de R\$ 100 a R\$ 1.400, e que 61,1% recebia entre R\$ 400 e R\$ 600.

A remuneração varia individualmente pelo fato de a Asmare adotar um sistema de remuneração que se baseia no estabelecimento de metas e produtividade individual. De acordo com Oliveira & Lima (2009), esse sistema, que procura incentivar uma cadência de trabalho acelerada, vincula a remuneração à quantidade de resíduos coletada ou triada. A meta consiste no estabelecimento de uma cota mínima de coleta/triagem por dia. A receita da associação é dividida em parcelas iguais entre todos aqueles que atingem a meta.⁹

A remuneração por produção pode gerar desigualdades entre trabalhadores com condições físicas diferentes. Também pode haver desigualdades entre diferentes setores da associação, se não forem levadas em conta eventuais diferenças nas condições de produção.

Em relação ao tempo de associação dos catadores participantes na Asmare percebe-se que boa parte dos associados já está trabalhando há um tempo razoável na associação.

TABELA 2 – TEMPO DE TRABALHO (EM ANOS) DOS ASSOCIADOS DA ASMARE

Tempo de trabalho dos associados na Asmare (%)	
Menos de 1 ano	11,01
De 1 a 2 anos	5,5
De 3 a 5 anos	8,26
De 6 a 10 anos	25,69
De 11 a 20 anos	37,61
Mais de 20 anos	9,17
Não sabe / não respondeu	2,75

Fonte: Levantamento realizado pela Rede Cataunidos em janeiro de 2010.

1.6. GESTÃO DA INICIATIVA

A Associação tem como documento base um Estatuto Geral que regulamenta a forma de administrar a organização e dispõe sobre as regras para integrar a Associação. No caso da Asmare é exigido dos associados que se comprometam em seguir certas regras, como, por exemplo, não fazer triagem na rua, manter os filhos frequentando a escola, não levar as crianças para o ambiente de trabalho, não consumir bebidas alcoólicas durante o trabalho e não morar na rua.

9 Há outro sistema com base em metas coletivas e remuneração igual para todos os trabalhadores. Aqui, a remuneração é dividida conforme as horas trabalhadas pelos associados. Atualmente, há estudos sendo realizados por parceiros da Asmare para avaliar qual arranjo funciona melhor, com o objetivo de melhorar a produtividade do empreendimento.

Desde 1997, a estrutura organizacional da Asmare se complexificou com uma maior descentralização da coordenação do empreendimento a partir da criação de diversas comissões de trabalho.¹⁰ Conforme a dissertação de mestrado de Dias (2002), as comissões de trabalho desempenham as seguintes funções:

As atividades gerenciais e operacionais da Asmare são desempenhadas, em sua maioria, pelos próprios associados da organização. De acordo com o depoimento dado no contexto deste estudo por Cristina Bove, coordenadora nacional da Pastoral de Rua, os associados da Asmare são bem-sucedidos na comercialização e administração do empreendimento, não precisando mais do apoio de parceiros nessas áreas.

“As comissões têm caráter consultivo e propositivo e suas atribuições são:

Comissão de saúde: promoção de cursos de primeiros socorros, de doenças sexualmente transmissíveis, planejamento familiar e medicina alternativa, além de acompanhar os casos de doenças específicas;

Comissão de educação, cultura e lazer: acompanha o projeto de alfabetização de adultos, o desenvolvimento escolar das crianças e adolescentes, o curso de capacitação dos catadores, além de se responsabilizar pela promoção de atividades lúdicas;

Comissão de finanças: responsável pelo acompanhamento da contabilidade;

Comissão de divulgação e imprensa: responsável pela divulgação da experiência da Asmare, pelo acompanhamento de visitantes aos galpões, pela elaboração do informativo *Catando Notícias* e pela mobilização dos catadores para as diversas atividades e eventos da associação;

Comissão de meio ambiente: responsável pelos aspectos de ambiência dos galpões (ornamentação etc.) e pela divulgação da coleta seletiva;

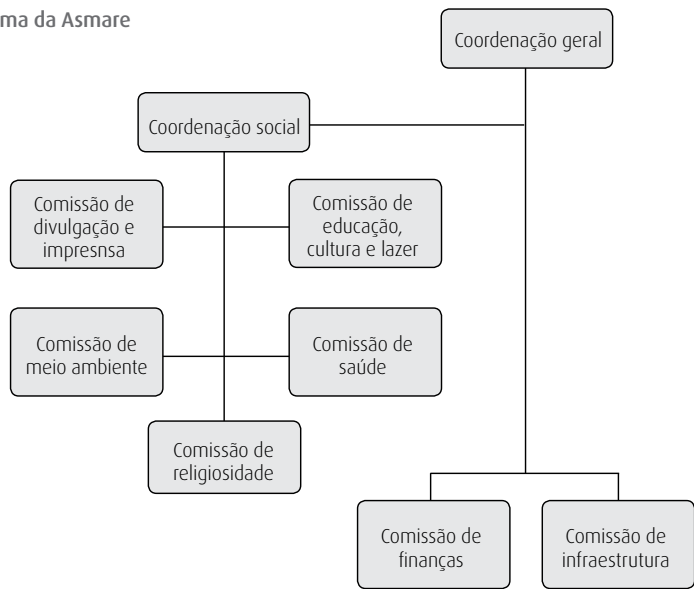
Comissão de religiosidade: responsável por animar e reafirmar a dimensão mística dos associados, através da celebração dos momentos significativos da caminhada da Asmare;

Comissão de infraestrutura: responsável pela organização do espaço de trabalho nos galpões e pelo controle e manutenção dos equipamentos.” (DIAS, 2002, p.109)

As atividades gerenciais e operacionais da Asmare são desempenhadas, em sua maioria, pelos próprios associados da organização. De acordo com o depoimento dado no contexto deste estudo por Cristina Bove, coordenadora nacional da Pastoral de Rua, os associados da Asmare são bem-sucedidos na comercialização e administração do empreendimento, não precisando mais do apoio de parceiros nessas áreas.

¹⁰ Essa forma de organização é também encontrada em algumas cooperativas de São Paulo. Pesquisa realizada em 2004 pelo Instituto Pólis, mostrou que diferentes grupos temáticos funcionavam como áreas de debate para resolução de problemas internos da gestão do empreendimento, para promover maior integração social dos cooperados e uma maior mobilização da sociedade na separação dos resíduos, entre outros.

Organograma da Asmare



© Elaboração própria

1.7. RESULTADOS, DESAFIOS E INOVAÇÕES

1.7.1. RESULTADOS

A presente pesquisa mostra que a Asmare desenvolveu diversas características que podem ser apontadas como aspectos positivos da experiência. Um desses aspectos diz respeito à melhoria das condições de trabalho dos associados. A parceria com o poder público e a articulação com diversos outros parceiros permitiram que os membros da Asmare pudessem beneficiar-se de uma melhor infraestrutura, melhor acesso aos materiais e a possibilidade de enfrentar em melhores condições a difícil realidade do mercado da reciclagem. Além desses ganhos, que auxiliam na melhora do padrão de vida dos catadores participantes da experiência, podemos destacar alguns ganhos intangíveis. Os participantes falam muito da recuperação da dignidade e de mudança na visão que a sociedade tem dos catadores.

Neste sentido, é necessário ressaltar que a Asmare desenvolveu uma série de atividades que ajudaram na construção desse novo olhar. Esses empreendimentos foram sendo desenvolvidos ao longo do processo de crescimento da cooperativa, tais como: os espaços culturais Reciclo I e II, as oficinas de artesanato, o projeto Ecobloco, o Carnaval da Asmare, o Festival Lixo e Cidadania, entre outros.

Também se destaca o fato de a Asmare ter se tornado um referencial para a organização de outros grupos de catadores de materiais recicláveis em âmbito municipal, estadual e nacional. Esses grupos se beneficiam do acúmulo de experiência que a Asmare possui para implementar seu próprio empreendimento. Atualmente, em Minas Gerais, apesar de não se ter o número exato de cooperativas e associações existentes, sabe-se que existem pelo menos 80 organizações articuladas com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)

que participam de processos de capacitação e se beneficiam do acúmulo de experiência que o empreendimento da Asmare tornou possível. Na cidade de Belo Horizonte existem nove outros grupos de catadores, cuja organização se tornou possível, em grande parte, pelo aproveitamento do referencial criado pela Asmare.

Em termos mais amplos, um resultado que pode ser atribuído ao sistema de coleta seletiva com inclusão de organizações de catadores é a eficiência do processo quando comparado a outros modelos de funcionamento. De acordo com dados fornecidos pela Rede Cataunidos para a presente pesquisa, a coleta de resíduos mecanizada realizada pela Asmare apresenta uma média de rejeito¹¹ de cerca de 3%, enquanto que a coleta mecanizada realizada por empresa terceirizada pela SLU apresenta cerca de 42% de rejeito.

Segundo o professor Francisco Lima, da Escola de Engenharia de Produção da UFMG, os catadores têm muito sucesso no trabalho de mobilização da população para adesão à coleta seletiva. Não só conseguem material com índices menores de rejeito, como a adesão da população ao programa é mais duradoura. Nesse sentido, destaca-se a importância do relacionamento com os diferentes doadores, sejam eles grandes empresas ou domicílios. Em inúmeros depoimentos, percebe-se que além de catadores, esses profissionais assumem o papel de agentes ambientais, promovendo novos hábitos no que diz respeito ao descarte de resíduos. Temos, aqui, um elemento importante a considerar quando observamos a tendência recorrente de o poder público terceirizar o serviço de coleta, com o argumento de que as cooperativas e associações não têm capacidade técnica para garantir a eficácia do processo.

Destaca-se também a redução de gastos que a atividade dos catadores propicia ao município, quando este deixa de arcar com os custos de gerenciamento dos resíduos que seriam encaminhados para o aterro sanitário. Haveria possibilidade de aumentar essa economia caso houvesse uma gestão que investisse na ampliação do reaproveitamento integral dos resíduos. No caso de Belo Horizonte, se considerarmos que 30% dos resíduos são passíveis de ser reciclados, pode-se deduzir que cerca de 1.200 toneladas poderiam ter destino mais apropriado que o aterro sanitário. Reciclando esses resíduos, o poder público poderia cortar custos de aproximadamente R\$ 28 milhões por ano¹². Em relação ao orçamento geral do município para a limpeza urbana, esse valor representa uma economia de 17,5%.

Por último, é importante reconhecer a capacidade de reivindicação da Asmare por políticas públicas de integração das organizações de catadores nos programas públicos de coleta seletiva. Mais adiante, apresentaremos as principais leis aprovadas recentemente que incluem a questão dos catadores e que foram, em boa parte, resultado da luta do MNCR, no qual a Asmare atua ativamente.

11 Resíduos não aproveitáveis para processos de reciclagem.

12 Neste caso considera-se um aproveitamento ideal da totalidade dos resíduos recicláveis. Para se obter esta estimativa de redução de custos utilizou-se o custo médio do serviço de coleta de resíduos de R\$ 64 por tonelada, valor levantado por estudo da Secretaria Nacional de Informações sobre Saneamento. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: diagnóstico do manejo de resíduos sólidos urbanos, 2007. Brasília: MCidades, SNSA, 2009.

1.7.2. DESAFIOS

Ainda que a Asmare tenha se consolidado como uma referência local, regional e nacional, ela enfrenta uma série de desafios que limitam a consolidação e a expansão da experiência e a melhoria da qualidade de vida de seus associados. Essas dificuldades podem ser resumidas como segue:

- A instabilidade dos preços dos materiais recicláveis no mercado deixa os catadores em situação de vulnerabilidade financeira, sobretudo em períodos de crise econômica;
- A relação de dependência com diversos tipos de intermediários atuantes no mercado da reciclagem, como depósitos, ferros-velhos e atacadistas, dificulta a venda de materiais em melhores condições e com melhores preços;
- A dificuldade de vender certos tipos de materiais, por falta de compradores;
- O espaço físico relativamente pequeno impede a estocagem de grandes quantidades de material, o que dificulta a venda direta para a indústria a melhores preços;
- A grande quantidade de resíduos orgânicos que chega misturada ao material reciclável, fato que mostra a necessidade de uma política pública que promova continuamente a educação para a separação nas fontes geradoras. Atualmente, segundo dados da própria Asmare, dependendo do bairro de proveniência, pode haver até 40% de refugo em meio aos resíduos;
- A dependência dos subsídios financeiros concedidos pela prefeitura faz com que a organização corra o risco de enfrentar grandes dificuldades. Na modalidade atual, a parceria estabelecida sob forma de convênio pode ser revogada rapidamente caso o poder municipal seja assumido por outras forças políticas que modifiquem as prioridades na gestão de resíduos sólidos. Uma forma de assegurar estabilidade seria a contratação da organização como prestadora de serviços (Velloso, 2005);
- Há uma exigência cada vez maior em relação à profissionalização do catador e à qualidade do serviço que as organizações oferecem à cidade. Isso implica numa maior organização do processo produtivo da gestão e administração das organizações de catadores. Em geral, essa exigência não vem acompanhada dos investimentos necessários ao desenvolvimento da eficiência das organizações.

1.7.3. INOVAÇÕES

A rede de economia solidária Cataunidos

A Asmare é líder do processo de formação e desenvolvimento de uma rede de economia solidária denominada Cataunidos, integrada por mais oito organizações de catadores do estado de Minas Gerais: a Asmac de Contagem (43 catadores), a Ascapel de Betim (40 catadores), a Apaig de Igarapé (10 catadores), a Coopert de Itauna (64 catadores), a Ascamp de Pará de Minas (32 catadores), a Ascavap de Brumadinho (33 catadores), a Astrapi de Ibirité (14 catadores) e a Ascap de Nova Lima (17 catadores). O conjunto dessas organizações soma um total de 493 pessoas.

Apresentamos a Cataunidos no campo das inovações por ser um exemplo não muito comum no âmbito da economia solidária e, mais especificamente, entre as organizações de catadores.¹³

Esta rede surgiu com o objetivo de fortalecer suas organizações participantes formulando estratégias como a troca de experiências, a comercialização conjunta de materiais recicláveis e o avanço na cadeia produtiva da reciclagem por meio da implantação de uma unidade de processamento de plástico. Essas estratégias buscam a superação de certos gargalos enfrentados pelas cooperativas e associações de catadores, tais como a dependência e a exploração econômica por parte de intermediários e a precariedade social decorrente desta dinâmica.

A mobilização que resultou na rede iniciou-se em 2002, sendo que a ideia de estabelecer uma rede de economia solidária e implantar uma unidade de processamento de plástico surgiu no mesmo contexto de criação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, em 2001. Entretanto, a formalização da rede apenas aconteceu no início de 2006, com a fundação da Cooperativa de Reciclagem dos Catadores da Rede de Economia Solidária Cataunidos, integrada pelos catadores.

O processo liderado pela Asmare para a formação desse empreendimento envolveu uma ampla mobilização e o estabelecimento de parcerias com diversas instituições. A Fundação Banco do Brasil (FBB) investiu na capacitação dos trabalhadores; a Petrobrás concedeu apoio técnico ao projeto e computadores; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) investiu em maquinário (inclusive para as organizações integrantes da rede) e colabora com recursos financeiros; e o Ministério do Trabalho e Emprego e o Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (Insea) também colaboram com apoio técnico e capacitação. Ao mesmo tempo, houve todo um trabalho de negociação com as prefeituras dos municípios anteriormente citados e de Belo Horizonte. Podemos ver que, a partir dessa informação, a rede possui a peculiaridade de depender de recursos oriundos de diversas fontes e do estabelecimento de diversos compromissos, o que sem dúvida traz certa complexidade ao processo, visto que há necessidade de coordenação e sincronia na obtenção desses apoios.

Para viabilizar o projeto foram assinados termos de compromisso entre cada prefeitura e as cooperativas e associações envolvidas, e também com a Rede Cataunidos. Pelo lado da prefeitura, o compromisso foi de garantir a implantação da coleta seletiva no município com a integração dos catadores. Por outro lado, as associações e cooperativas se comprometeram a encaminhar todo o material reciclável recolhido e separado por essas organizações à Rede Cataunidos. A Cataunidos, por sua vez, assume a responsabilidade de receber, triar (triagem fina), processar e comercializar o material das organizações integrantes da rede.

13 Há outros exemplos de redes de economia solidária formadas por organizações de catadores, mas muitas delas estão desativadas por não terem resistido às inúmeras dificuldades que este tipo de empreendimento enfrenta no decorrer de seu desenvolvimento.

A unidade de processamento de plástico está localizada na região norte do município de Belo Horizonte, distrito de Venda Nova, no bairro Juliana, que é predominantemente residencial. O terreno foi cedido por comodato pela prefeitura de Belo Horizonte. Durante a visita de campo, em conversas informais com alguns integrantes da fábrica, verificou-se que a localização da fábrica não foi decidida com base nas necessidades da lógica produtiva do empreendimento. A unidade está longe da região de concentração industrial, que se encontra na região metropolitana ao sul da cidade, mais exatamente nos municípios de Betim e Contagem e, portanto, distante dos compradores ou da indústria recicladora. Também encarece a logística o fato de a fábrica estar distante das organizações-base. Para os trabalhadores, também há dificuldade de chegar ao local, já que não há transporte público que dê acesso à fábrica.¹⁴

Além dos problemas relacionados com a logística, a rede enfrenta dificuldades peculiares de uma iniciativa sem fins lucrativos. De acordo com o depoimento dado pelo animador geral da Asmare, Fernando Godoy, isso se deve ao fato de o empreendimento apresentar características bem específicas relacionadas ao caráter solidário da iniciativa:

“Um empreendimento social não é igual a um empreendimento que tem um dono só. No nosso caso nós sabemos o que queremos, que é dar uma destinação correta ao produto final, mas não tínhamos dinheiro...Tivemos dificuldade em conseguir o terreno, o maquinário. Tudo é feito por etapas e há demora no processo. Houve atraso no início das atividades. O dinheiro que serviria como capital de giro acabou sendo usado para a manutenção de máquinas. Já tivemos um avanço bem significativo porque (...) com a entrada da Cataunidos já gerou um aumento no valor dos materiais. Mesmo que ela não consiga sua meta final, já houve um resultado positivo nos preços. Um empreendimento social sempre vai ter coisas para resolver. E tem que pensar nos demais, na rede. O capitalista só se preocupa com ele mesmo. Tem de ter esse trabalho de articulação em rede. Fortalecer as bases é o nosso objetivo.” (Entrevista concedida à autora)

Segundo entrevista que nos foi concedida pela coordenadora financeira da Cataunidos, Madalena Duarte, a unidade de processamento conseguiu finalizar a fase de experiência em meados de 2009. Apesar disso, a fábrica ainda não funciona com sua capacidade total que é de processamento de 190 toneladas por mês de plástico. No momento, o empreendimento realiza a moagem de plásticos como o Pead¹⁵ colorido e transparente, o PP¹⁶ e o PET¹⁷. A Cataunidos possui também uma máquina extrusora¹⁸ (*ver foto na página ao lado*), cuja operação ainda não é viável. O alto custo de funcionamento da máquina só poderá ser compensado quando houver material suficiente para tal. Esta última etapa resultaria no plástico granulado, material com valor mais alto que o dos flocos resultantes da moagem.

14 A estação de trem mais próxima fica a cerca de meia hora de caminhada do local.

15 O polietileno de alta densidade é utilizado em embalagens para detergentes, óleo automotivo, sacolas de supermercado e utilidades domésticas em geral.

16 O polipropileno é utilizado em fraldas, seringas, filmes para embalagens de alimentos, potes entre outros.

17 O polietileno tereftalato é utilizado em garrafas para uso alimentar e hospitalar, cosméticos e bandejas para microondas, entre outros.

18 A extrusão é um processo industrial de transformação do plástico, que resulta em grânulos utilizados na fabricação de tubos, filmes, placas etc.



© Elaboração própria

Máquina extrusora

Ainda segundo Duarte, há grandes desafios pela frente. A coordenadora explica que a maior dificuldade é a falta de capital de giro, tendo em vista a necessidade de rapidez no pagamento das cooperativas/associações que formam a rede. Considerando que as organizações que compõem a rede também não dispõem de capital de giro, elas necessitam receber o pagamento imediato pela produção realizada. Já os compradores da fábrica somente pagam pela compra 30 dias, em média, após fechamento do negócio. Na pior fase da crise econômica do ano passado, esse prazo chegou a se estender até 90 dias.

Apesar das dificuldades, o empreendimento trouxe uma série de ganhos para as organizações que o compõem. Além de trazer melhorias nas condições de comercialização dos materiais, a articulação em rede facilita o acesso a recursos financeiros. Podemos destacar o fato de que alguns grupos de catadores só conseguiram se formalizar por meio do apoio que obtiveram da rede Cataunidos. Como exemplo, podemos citar a Astrapi, organização de Ibirité, que conseguiu um galpão por meio de uma negociação que somente a Cataunidos tem condições de iniciar, já que conta com experiência e visibilidade. Outros ganhos podem também ser incluídos nesse processo, como as diversas capacitações, a aquisição de máquinas e equipamentos etc.

1.8. INSTRUMENTOS LEGAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS

1.8.1. MARCOS LEGAIS E REGULATÓRIOS

A seguir, apresentaremos brevemente as principais leis que contemplam a atividade dos catadores. Veremos mais adiante que essa inserção nos marcos regulatórios em diversas instâncias é fruto da articulação das associações e cooperativas de catadores e da organização e trabalho do MNCR.

Municipal

1992 – Lei Orgânica Municipal. Quando foi criada, a lei dispunha sobre a obrigatoriedade do manejo diferenciado dos resíduos, mas os catadores estavam ausentes

do texto. Foi para protestar contra essa ausência que os catadores organizaram uma das primeiras manifestações públicas nas ruas da cidade e na Câmara Municipal. O lema da manifestação era “Coleta seletiva, esse é o nosso papel”. O objetivo dos catadores era chamar a atenção da cidade para que fosse contemplada na lei orgânica a inserção dos catadores na coleta seletiva. A mobilização acabou resultando em um item (VII) do artigo 151 da lei, estipulando que a coleta seletiva da cidade será preferencialmente realizada por cooperativas de trabalho. A Asmare teve atuação direta nesse processo.

Estadual

2009 – Lei Estadual de Resíduos Sólidos. A aprovação da Lei Estadual nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009, dispõe sobre a prioridade que o município deverá conceder à contratação das organizações de catadores como prestadores de serviço para a realização da coleta seletiva. Essa inclusão foi o resultado do envolvimento do MNCR, juntamente com o Fórum Estadual Lixo e Cidadania, no momento de construção e elaboração da lei. Apesar do avanço que representa, questiona-se como as possibilidades abertas pela lei poderão realmente ser concretizadas no âmbito municipal.

Federal

2002 - A Portaria Ministerial nº 397, de 9 de outubro de 2002, institui o reconhecimento do catador de material reciclável como categoria profissional, incluindo a atividade na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO, nº 5192). A CBO “tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares”¹⁹. Essa conquista foi um dos primeiros resultados da atuação do MNCR.

2006 – Decreto nº 5.940/06. Prevê que resíduos sólidos passíveis de serem submetidos a processo de reciclagem, produzidos nos órgãos públicos federais (revistas, jornais, envelopes etc.), sejam destinados a associações e cooperativas de catadores.

2007 – Política Nacional de Saneamento Básico. Instituída pela Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. O artigo 57 dispensa a licitação na contratação de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, reconhecidas como catadores, para o serviço de coleta seletiva.

2009 – Medida Provisória nº 476. Dispõe sobre a concessão de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de resíduos sólidos por estabelecimento industrial para utilização como matéria-prima ou produtos intermediários na fabricação de seus produtos, e dá outras providências.

2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). O projeto de lei que institui a PNRS foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 10 de março de 2010, e está aguardando aprovação pelo Senado Federal. Especialistas do setor veem a aprovação desta lei como um marco não só para regulamentar o setor de resíduos sólidos como um todo, mas para a promoção de um modelo de gestão de resíduos sólidos com participação prioritária dos catadores nos programas de coleta seletiva. O texto prevê incentivos à criação e contratação, pelos municípios, de associações e cooperativas de catadores. Nesse sentido, o artigo nº 18 prevê que os municípios terão acesso prioritário aos recursos e incentivos da União destinados aos serviços de limpeza urbana, se integrarem cooperativas e associações de catadores aos seus programas de coleta seletiva. Também está previsto no texto a integração prioritária das organizações de catadores nos processos de responsabilidade compartilhada²⁰ sobre a gestão de resíduos e a logística reversa²¹.

1.8.2. INSTÂNCIAS POLÍTICAS DE ARTICULAÇÃO

Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis

Foi criado por Decreto Presidencial, em 11 de setembro de 2003. O objetivo deste comitê é implementar o Projeto Interministerial Lixo e Cidadania: Combate à Fome Associado à Inclusão de Catadores e à Erradicação de Lixões, visando garantir condições de trabalho dignas aos catadores e apoiar a adequada gestão de resíduos sólidos pelos municípios, articulando políticas setoriais e projetos voltados para os trabalhadores. Ressaltamos como um dos resultados da atuação desse comitê a aprovação do Decreto nº 5.940/06, anteriormente citado.

O Comitê é formado por dez órgãos do governo federal:

- MMA – Ministério do Meio Ambiente
- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
- MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia
- MEC – Ministério da Educação
- MS – Ministério da Saúde
- MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
- SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República
- Casa Civil da Presidência da República
- Caixa Econômica Federal
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Fórum Estadual Lixo e Cidadania de Minas Gerais

O Fórum Estadual Lixo e Cidadania (Felc) de Minas Gerais é uma organização da qual participam diversos atores tais como ONGs, representantes do poder pú-

19 Disponível em <http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>. Acesso em 20 de março de 2010.

20 Segundo esta noção, a responsabilidade final dos produtos pós-consumo será dividida entre poder público, empresas e sociedade.

21 Processo pós-consumo de devolução de bens (embalagens ou produtos em fim de vida útil) ao fabricante com o objetivo de reduzir o impacto ambiental implicado no descarte dos mesmos.

blico, organizações de catadores, empresas, entidades de fomento e financiamento. A iniciativa de fóruns regionais como este foi impulsionada pelo Fórum Nacional Lixo e Cidadania, que, por sua vez, foi resultado da articulação de mais de 40 entidades em torno da implementação do Programa Lixo e Cidadania. O foco deste trabalho se concentrou na erradicação do trabalho infantil na catação, na erradicação dos lixões e em priorizar os catadores como beneficiários dos programas municipais de coleta seletiva. É interessante observar que a própria experiência da Asmare, bem como sua parceria com o poder público, serviu de referência na elaboração deste programa (Dias, 2005).

Atualmente, esses espaços funcionam como lugares de debate e elaboração de propostas de políticas públicas para o setor de gestão de resíduos sólidos. No âmbito do Felc mineiro estão sendo conduzidos diversos debates e estudos. Dentre eles, está a preparação de um projeto de lei para assegurar o direito à Previdência Social para essa categoria.

Também se destaca o projeto de elaboração de um conjunto de diretrizes que serviriam de referência para a implantação e aprimoramento dos sistemas de coleta seletiva. Um dos tópicos discutidos diz respeito ao modo de remuneração que apresentaria melhores resultados para as organizações. Um grupo de trabalho foi instituído para realizar este estudo, por meio da análise de diversas experiências no Brasil, para extrair delas os melhores arranjos produtivos e organizacionais.

1.8.3. PROGRAMAS DE APOIO AOS CATADORES

Como parte do resultado da atuação política dos catadores desde a formação do MNCR existem alguns programas em desenvolvimento voltados para estruturação da base produtiva, formação de associações e cooperativas, aquisição de equipamentos, infraestrutura e capacitações diversas.

O projeto com incentivo do BNDES para apoiar o segmento dos catadores iniciou em 2007 com o I Ciclo de apoio a projetos de estruturação produtiva de cooperativas, no âmbito da iniciativa Apoio a Projetos de Catadores de Materiais Recicláveis. Até o momento 57 projetos foram aprovados, no valor de R\$ 30,6 milhões. Os recursos foram e continuam sendo aplicados em construção de galpões, aquisição de caminhões, prensas, elevadores de carga, contêineres para caminhões e ecopontos, carrinhos de coleta, computadores, impressoras, cadeiras e mesas de escritório, aparelhos de fax, equipamentos de proteção individual. Também são feitos investimentos na capacitação gerencial dos catadores. Os projetos que receberam apoio estão localizados em 46 municípios de seis estados: Bahia, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo, além do Distrito Federal.²²

²² Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2009/Social/20091029_catadores.html> Acesso em 20 de março de 2010.

Também vale apontar os projetos apoiados pela FBB visando promover maior autonomia dos catadores na cadeia produtiva dos recicláveis. Em 2004, houve investimentos em 75 projetos, atingindo diretamente cerca de 3 mil beneficiários. A usina para processamento de plástico da Rede Cataunidos e a produção de caixas com bagaço de bananeira pela Cooperativa 100 Dimensão (DF) estão entre esses projetos. No ano passado, foi realizado um convênio entre a FBB e a Secretaria Nacional de Economia Solidária do MTE (Senaes), para investir R\$ 16,8 milhões na capacitação técnica de mais de 10 mil catadores.²³

Entre 2003 e 2008, a Petrobrás investiu cerca de R\$ 24 milhões em 26 projetos desenvolvidos em nove estados, beneficiando diretamente cerca de 7.200 pessoas e 143 instituições de catadores de materiais recicláveis. Os projetos injetam recursos em capacitação para a produção e gestão, em infraestrutura, na articulação de redes de comercialização e de parcerias, e implantação de tecnologias de agregação de valor aos materiais coletados.²⁴

23 Disponível em <http://www.fbb.org.br/portal/pages/publico/pubTema.jsp?codTemaLog=216>. Acesso em 20 de março de 2010.

24 Disponível no site <http://www.petrobras.com.br/minisite/desenvolvimento-e-cidadania/projetos/geracao-renda-oportunidade-trabalho/rede-reciclagem-residuos/>. Acesso em 4 de abril de 2010.

2. ANÁLISES TRANSVERSAIS

2.1. POLÍTICAS PÚBLICAS

Experiências como a da Asmare mostram elementos que indicam a possibilidade de implementação de políticas públicas de resíduos sólidos, com a integração de catadores, nos municípios brasileiros.

Resumindo, foi mostrado que a organização é capaz de operar a coleta, realizar todo o processamento do material (separação, prensagem e enfardamento) e comercializar com sucesso os diferentes materiais. Também foi destacada a capacidade da Asmare de mobilizar tanto a população como grandes empresas para participar da separação seletiva dos resíduos. Percebe-se que nos bairros onde a Asmare atua há mais tempo, a qualidade da separação é diferenciada. Ou seja, isso evidencia a adesão à cultura da recuperação de resíduos e a um processo social voltado para a sustentabilidade socioambiental, visto que a separação dos resíduos pode levar o indivíduo a refletir sobre o próprio consumo e a possibilidade de reduzir a sua produção de resíduos. A Asmare atua como líder no processo de articulação de organizações próximas, com o objetivo de fortalecê-las do ponto de vista econômico.

A defesa de um modelo de coleta seletiva eficaz e abrangente deve levar em conta diversos desafios a ser superados. Para um sistema público de gestão de resíduos sólidos urbanos se consolidar como um novo paradigma neste setor de serviço público municipal é preciso reverter a lógica de coleta e destinação convencional de “lixo” (todos os resíduos misturados e destinados a aterros sanitários), no sentido de haver 100% de coleta seletiva, ou seja, estruturar um sistema em que a cidade separe os resíduos secos (recicláveis) dos úmidos (orgânicos) e dos rejeitos, para que os mesmos sigam caminhos diferentes e sustentáveis. Os secos, para a indústria da reciclagem (35% do total); os úmidos, para a compostagem (40%); e o rejeito, para o aterro sanitário (5%).

Em Belo Horizonte, segundo depoimento colhido em entrevista com um representante da SLU, constatamos que o poder público aposta na incineração como única solução possível diante do aumento da produção de resíduos, resultante do crescimento econômico dos últimos anos. O argumento é de que há tantos resíduos que as organizações de catadores não poderão dar conta da totalidade dos resíduos recicláveis.

É verdade que para se ampliar este modelo baseado em cooperativas e associações de catadores, há a necessidade de fortalecimento das organizações de diversas maneiras. De acordo com informações colhidas durante a visita de campo à Asmare, foi possível identificar uma série de necessidades, expectativas e desafios que, se contemplados, poderão levar ao avanço do modelo.

Para o segmento das organizações de catadores existem políticas públicas em andamento, tanto em nível municipal, o poder mais próximo dos catadores, como em nível estadual e federal. Há, hoje, um bom número de prefeituras estabelecendo sistemas públicos de coleta seletiva com integração de catadores. Apesar de o apoio

público representar um avanço para o segmento, a maioria dos programas de coleta seletiva, no Brasil, está estagnada e é um desafio para a categoria trabalhar pela expansão dos mesmos.

As organizações de catadores também se ressentem de não serem remuneradas pelo serviço que prestam à municipalidade.²⁵ Os principais argumentos usados pelo MNCR na defesa da remuneração são a contribuição para a preservação dos espaços públicos em geral e a redução de gastos pela diminuição dos resíduos encaminhados a aterros sanitários praticamente saturados.

Como já mencionado anteriormente, nos últimos anos muitas leis que contemplam a atividade dos catadores foram aprovadas e houve investimentos importantes, principalmente provenientes de agências de fomento federais, em projetos para fortalecer as cooperativas e associações da categoria. No âmbito do Felc, de Minas Gerais, e outros espaços de debate discute-se, agora, como fazer para que as leis sejam aplicadas pelos governos municipais. A maior necessidade em termos de políticas públicas é que elas sejam integradoras dos múltiplos aspectos que envolvem a questão dos resíduos e das organizações dos catadores. A experiência da Rede Cataunidos na estratégia de fortalecimento das associações mostra que há a necessidade de pensar soluções adaptadas à realidade desse segmento. Investir recursos, como já vem sendo feito, é fundamental, mas há dificuldades específicas relacionadas ao caráter solidário dos empreendimentos que devem ser levadas em conta na elaboração das políticas públicas.

2.2. BEM VIVER

O Roteiro Bem Viver foi utilizado para entrevistar seis associados da Asmare. Todos realizam atividades diversificadas dentro da organização: trabalham na coleta de materiais recicláveis, na oficina de marcenaria, no caixa, na cozinha e na administração.

Em termos gerais, os entrevistados destacaram como aspecto positivo a estabilidade financeira que o projeto trouxe para a vida deles. Os aspectos que mais obtiveram melhora devido ao aumento da renda foram a alimentação e a habitação. Neste último aspecto, dados levantados por Torres (2008) mostram que 57,8% dos associados possuem casa própria, enquanto apenas 0,7% declararam morar nas ruas. Também foram valorizados aspectos que dizem respeito à melhoria das condições de trabalho. Ter um local seguro para realizar o trabalho, para armazenar o material reciclável e ter vale transporte foram citados como ganhos importantes para uma melhor qualidade de vida.

A Asmare é vista por alguns dos entrevistados como um local de aprendizagem. É valorizado o fato de poder mudar de atividade e aprender novos ofícios dentro da experiência. Essa possibilidade contribui para aumentar a autoconfiança das pessoas, que se sentem valorizadas com a aquisição de experiências em

25 Alguns municípios passaram a remunerar as organizações. Podemos destacar aqui o caso de Diadema e Orlândia, no estado de São Paulo.

áreas diferentes. Outro fator colocado em destaque pelos associados foi a possibilidade de poderem se expressar nos espaços de participação, como reuniões e assembleias internas.

Além disso, outro aspecto positivo a ser ressaltado é a mudança de visão que a sociedade tem dos catadores em geral. Segundo os entrevistados, eles passaram a ser vistos de maneira positiva, como trabalhadores que fazem uma atividade importante para o meio ambiente. Essa mudança contribui também para aumentar o sentimento de valorização perante a sociedade.

Como aspecto em que não houve melhora, foi destacada a falta de tempo disponível para atividades que não tenham a ver com o trabalho ou o cuidado com a casa e a família. Alguns, inclusive, se queixaram de não ter mais tempo para dedicar aos filhos. Atividades de lazer ficam, em geral, relegadas ao final de semana, mas algumas entrevistadas disseram que, praticamente, todo o tempo livre é dedicado à família.

2.3. GÊNERO E RAÇA

A presença de mulheres nas organizações de catadores é bastante importante. Para se ter uma ideia dessa participação, um levantamento preliminar realizado pelo Instituto Pólis em 2009, com 402 catadores associados ou cooperados em São Paulo, mostrou que cerca de 54% dos trabalhadores que atuam nesse segmento são mulheres. De acordo com alguns entrevistados, as mulheres estão presentes na experiência da Asmare nas diferentes instâncias de gestão da Associação, assim como nos processos externos de articulação com o poder público e de estabelecimento de parcerias com atores diversos.

Conforme a entrevista concedida pela técnica do Insea, Marislene Nogueira, as mulheres participam de todo o processo, seja na atividade de catação na rua, puxando carrinhos, seja na triagem, ou ainda na administração. Percebe-se, porém, que as mulheres predominam na atividade de triagem.²⁶ A percepção é de que no trabalho manual as mulheres têm mais habilidade e rapidez para identificar os diferentes materiais e fazer a separação. Esta diferença é muito importante no momento de pensar, por exemplo, o sistema de remuneração usado pela associação ou cooperativa, para que não se produzam desigualdades de gênero.

Ainda de acordo com Nogueira, um dos principais ganhos para os associados da Asmare foi a mudança no relacionamento entre as mulheres e seus companheiros (muitos trabalham juntos na Associação). Na visão dela, houve melhora no que diz respeito à violência física, fato corriqueiro no início da experiência e que não ocorre mais com a mesma frequência do passado. Também no âmbito da relação homem-mulher houve uma mudança no sentido das mulheres terem sido capazes de exigir mais diálogo no que se refere a um maior equilíbrio na distribuição de tarefas domésticas.

26 Este fato também pôde ser observado em diversas outras experiências em São Paulo, conforme pesquisas realizadas pelo Instituto Pólis.

Em relação a outras experiências de associações e cooperativas no estado de Minas Gerais, há casos em que a grande maioria dos participantes é mulher. E nesse caso são as mulheres que assumem toda a negociação com o gestor municipal. As mulheres também estão bastante presentes no universo de lideranças do MNCR.

Não foi possível obter dados em relação aos percentuais de negros, brancos e pardos participantes da experiência. No entanto, segundo um levantamento da Fundação João Pinheiro, realizado em 2006, mais de 84% dos associados da Rede Cataunidos se dizem negros e pardos. Esse índice é bem maior quando comparado com o percentual na região metropolitana de Belo Horizonte, que é de 55,7%.

2.4. DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

As cidades são os territórios responsáveis pela maior parte do consumo de bens e, como resultado disso, da produção de resíduos sólidos. Dados mostram que, embora a média de produção de resíduos *per capita* seja de 600 gramas por dia, nas cidades esse valor gira em torno de 1 kg *per capita*. Nos últimos anos, o Brasil conheceu um crescimento acelerado no seu consumo interno e na população, o que resulta no aumento da produção de resíduos sólidos urbanos.

O destino que se tem dado à maior parte dos resíduos sólidos no país é considerado insatisfatório levando-se em conta as possibilidades atuais de redução, reaproveitamento e reciclagem. Hoje, uma grande parte dos resíduos ainda tem destinação inadequada no Brasil, ou seja, tem como destino depósitos a céu aberto, mais conhecidos como lixões, com todos os problemas ambientais que isso causa. Dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000, realizada pelo IBGE, mostram que os resíduos domiciliares produzidos diariamente no Brasil chegavam a 125.281 toneladas, sendo que 47,1% eram destinados a aterros sanitários, 22,3% a aterros controlados, e 30,5% a lixões.

Outra pesquisa (SNIS, 2009) sobre a coleta seletiva mostra que apenas cerca de 3 kg/hab/ano de resíduos são coletados formalmente e encaminhados para um sistema público de manejo diferenciado. O estudo mostra que as associações e cooperativas de catadores são responsáveis por, no mínimo, 28,5% da quantidade total recolhida na coleta seletiva. Com o aumento da produção de resíduos e a falta de políticas públicas para o setor, os aterros ficam rapidamente saturados, o que implica ocupação de novos terrenos, cada vez mais distantes dos centros urbanos. Este processo aumenta os custos da gestão da coleta de maneira drástica. Ainda segundo o mesmo estudo, em municípios de grande porte²⁷, onde os aterros municipais estão com sua capacidade esgotada, o custo da tonelada coletada, transportada e aterrada, subiu de cerca de R\$ 40, em 2002, para uma média de R\$ 127,11 em 2007.

27 Acima de 3 milhões de habitantes.

Outro método de tratamento dos resíduos do qual se tem falado muito ultimamente, e que se encontra em fase de implantação em diversas cidades brasileiras, é a incineração. Essa tecnologia também apresenta inúmeros problemas, embora esteja sendo apresentada por técnicos do setor público e pelo setor privado como a solução definitiva para os problemas de destinação dos resíduos.

A queima de resíduos é pouco coerente com a formulação de um novo paradigma de produção e consumo. Considerando que a sociedade atual é confrontada com a escassez de recursos naturais e impactos irreversíveis em dimensão planetária, queimar resíduos corresponde a queimar recursos valiosos que poderiam ser reaproveitados, se fossem tratados com outros métodos. Também é importante dizer que a incineração está em acordo com os padrões hegemônicos de desenvolvimento baseados no aumento desenfreado do consumo de bens com uma vida útil cada vez mais curta.

Para combater este padrão perdulário de consumo, considera-se que a melhor estratégia seja o desenvolvimento de um sistema público de reaproveitamento integral dos resíduos que siga a lógica dos 3R: reduzir, reutilizar e reciclar. Para isso, deve-se considerar primeiramente a prevenção em relação à produção de resíduos, ou seja, o desenvolvimento de métodos e a reorganização da produção de maneira a evitar ao máximo que resíduos sejam produzidos. A reutilização, que seria o passo seguinte à redução, consiste em dar uma nova vida aos bens produzidos (ação que não implica transformação industrial). Em seguida, o que não pode ser reduzido nem reutilizado, seria encaminhado para reciclagem.

O método de tratar os resíduos pela reciclagem apresenta vantagens quando comparado à incineração. Segundo estudo de Morris & Canzoneri (1992), há maior economia de energia no processo de reciclagem que no aproveitamento de energia pela queima de resíduos. Na reciclagem de papelão, por exemplo, a energia economizada é cerca de três vezes maior que a energia liberada pela queima do mesmo material. No caso das latinhas de alumínio, a proporção é cerca de 347 vezes maior em favor da reciclagem. A mesma comparação conclui que a incineração seria mais vantajosa apenas para o material PET.

Além disso, quando se trata de coleta seletiva e reciclagem, existe um claro potencial para geração de trabalho e renda, que as plantas de incineração não possuem. Os catadores, organizados ou não, têm tirado seu sustento e alimentado a indústria da reciclagem há mais de 50 anos. Atualmente, a Cáritas e o MNCR estimam o número de catadores que atuam no país em 800 mil. Com mais investimento pelo poder público em sistemas de coleta seletiva que integrem os catadores, poderiam ser criados postos de trabalho com condições dignas. Sua integração de forma remunerada (não assalariados, mas prestadores de serviços) contribuiria para melhorar a distribuição de renda, uma vez que evitaria a contratação de grandes empresas para a realização do serviço.

Atualmente, ainda há um potencial imenso para ampliar as atividades de reciclagem. De acordo com a pesquisa Ciclossoft 2008, realizada pelo Compromisso Em-

presarial para Reciclagem (Cempre)²⁸ no Brasil, existem cerca de 405 municípios operando programas de coleta seletiva, que abrangem um universo de 26 milhões de pessoas. Deste total, 43% têm ligação direta com cooperativas de catadores.

Somente nos últimos anos, e de maneira bem tímida, é que se tem visto um maior comprometimento por parte do poder público na implantação de programas municipais de coleta seletiva. É importante ressaltar que este comprometimento tem muito a ver com o processo de organização dos catadores e sua atuação de modo articulado com inúmeras organizações da sociedade civil que defendem modelos de gestão da coleta seletiva com atuação prioritária deste segmento profissional. A taxa de reciclagem dos resíduos no país é de 11% em relação ao total de resíduos produzidos. Esse percentual é muito baixo quando comparado com o de outros países. A Alemanha e a Suíça reciclam, respectivamente, 50% e 48% dos resíduos sólidos urbanos.²⁹ Segundo a Associação Brasileira da Indústria do PET (Abipet), o parque industrial de reciclagem brasileiro opera com capacidade ociosa de 20%.

Outra vantagem são os benefícios econômicos que a coleta seletiva apresenta em relação à incineração. Entre os principais estão a redução do consumo de matérias-primas virgens no ciclo de produção e a redução de gastos de orçamento público com a destinação dos resíduos para aterros sanitários. À luz das vantagens que o trabalho dos catadores traz para a sociedade, seria justo que parte da economia realizada fosse revertida para remunerar os serviços que a categoria presta aos municípios. Além de subsídios que garantam o funcionamento da coleta, os catadores reivindicam uma remuneração, como seria caso o serviço fosse realizado por empresas tradicionais ou empreiteiras.

Por último, acredita-se que experiências como a da Asmare e a atuação do MNCR foram fundamentais para inserir na sociedade o debate sobre uma mudança de lógica de gestão de resíduos em contexto urbano. Foi por meio da luta dessa categoria por reconhecimento do seu direito de atuação que se estabeleceu, no âmbito político, a reivindicação por um sistema de reaproveitamento integral dos resíduos sólidos urbanos. Não fosse a presença das cooperativas e associações, somada à atuação de entidades socioambientalistas, há muito se teria optado por tecnologias de incineração, de maneira antidemocrática.

Além da mudança de rumo nas políticas públicas de gestão de resíduos, há outros processos que podem fortalecer as organizações de catadores. Para ocorrer um aumento na renda dos catadores, por exemplo, tem que se consolidar o avanço das organizações na cadeia produtiva da reciclagem. Processo que, como se viu na experiência da cooperativa Cataunidos, demanda uma série de soluções adaptadas à realidade dos empreendimentos econômicos solidários. É necessário também que se articule com grandes empresas uma forma de apropriação social de tecnologias que possam garantir ao catador o acesso a materiais de alto valor agregado e a processos de reciclagem em escalas maiores.

28 Disponível em <http://www.cempre.org.br>. Acesso em 13 de março de 2010.

29 Disponível em <http://www.actu-environnement.com/ae/news/1295.php4>. Acesso em 20 de março de 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo de caso mostrou que a experiência da Asmare está vinculada a diversos elementos e processos em confronto com o padrão dominante de produção e consumo. A atividade realizada pela associação é fruto, por um lado, das desigualdades sociais e econômicas características do território na qual está inserida e, por outro lado, das dificuldades do poder público em lidar de modo sustentável com os resíduos. O trabalho de coleta dos recicláveis surge como estratégia de sobrevivência, mas adquire, em duas décadas, características de um movimento social organizado que luta por reconhecimento da sociedade e do governo, e por mudanças no modelo de gestão de resíduos das cidades.

As possibilidades de ganhos ambientais, econômicos, sociais, políticos e culturais que os catadores proporcionam para a sociedade estão em confronto direto com as tecnologias utilizadas até agora para a gestão dos resíduos. Incineradores e aterros sanitários trazem alto custo para a sociedade e reforçam o modelo de produção atual, dispendioso em recursos financeiros e predador em termos de consumo de matérias-primas escassas.

A Asmare, em conjunto com outras organizações similares, obteve muitas conquistas relacionadas ao reconhecimento do seu trabalho por parte do poder público (ainda que de forma insatisfatória) e da sociedade. Apesar dos avanços obtidos pela Associação, e pela categoria como um todo, em direção a um novo modelo de gestão de resíduos sólidos urbanos, verifica-se a falta de maiores investimentos e de políticas públicas para o setor. Para que organizações como a Asmare possam progredir é preciso a estruturação de programas de coleta seletiva que efetivamente garantam condições de trabalho para a categoria. Além disso, é preciso assegurar à cidade um amplo e bem organizado programa de coleta seletiva que mobilize o conjunto da população a separar seus resíduos e a disponibilizá-los adequadamente.

Também é possível avançar mais na agregação de valor aos materiais recicláveis, nos processos de comercialização em que participam as associações e cooperativas. Para que isso ocorra é necessário a elaboração de políticas que regulem a cadeia produtiva da reciclagem, de forma a eliminar a intermediação.

Por fim, apesar dos grandes desafios postos para esta categoria, as cidades estão diante de uma oportunidade de avançar rumo a um novo modelo de gestão dos resíduos urbanos, na perspectiva da sustentabilidade socioambiental e, também, de mudanças no atual padrão de produção e consumo.

BIBLIOGRAFIA

Asmare. Informativo *Coleta Seletiva* de 2005

DIAS, Sonia M. *Construindo a cidadania: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a Asmare*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte, 2002.

DIAS, Sonia M. *Prudência ecológica: solidariedade, mobilização social e vontade política para enfrentar as seqüelas da sociedade do desperdício*. Revista do Legislativo, nº 39, Belo Horizonte: 2005.

Fundação João Pinheiro, FJP. Boletim Pesquisa Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PD/RMBH). Consultado em LIMA, Francisco & OLIVEIRA, Fabiana G., *Produtividade técnica e social das associações de catadores: por um modelo de reciclagem solidária*. Em KEMP, Valéria H. & CRIVELLARI, H. M. T. (orgs.). *Catadores na cena urbana – Construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

LIMA, Francisco; OLIVEIRA, Fabiana G. *Produtividade técnica e social das associações de catadores: por um modelo de reciclagem solidária*. In: KEMP, Valéria H. & CRIVELLARI, H. M. T. (orgs.) *Catadores na cena urbana – Construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

OLIVEIRA, Fabiana G.; LIMA, Francisco *A economia da dádiva: alternativa para o aumento da produtividade no setor de triagem de materiais recicláveis*. Em Maria Zanin. *Economia solidária: tecnologia em reciclagem de resíduos para geração de trabalho e renda*. São Carlos: Claraluz, 2009.

MORRIS, Jeffrey; CANZONERI, Diana. *Recycling versus Incineration: An Energy Conservation Analysis*. Estudo para Pollution Probe (Toronto, Ontario) and Work on Waste USA (Canton, NY) por Sound Resource Management, setembro de 1992. Em TANGRI, Neil. *Waste incineration: A dying technology*. California: Essential Action for Gaia, 2003.

RESENDE, Fernando. *Case study on the project Asmare – Association of Paper, Carton and Recyclable Material Pickers*. Belo Horizonte, 1998.

Secretaria Nacional de Informações sobre Saneamento. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: diagnóstico do manejo de resíduos sólidos urbanos, 2007. Brasília: MCidades, SNSA, 2009.

TORRES, Henrique Rodrigues. *As organizações de catadores de material reciclável: inclusão e sustentabilidade. O caso da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e material Reaproveitável, Asmare, em Belo Horizonte, MG*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento sustentável. Brasília, fevereiro de 2008.

VELLOSO, Cássio H.V. *Consultoría para el BID: Mejoramiento de las condiciones de recicladores informales*. Peru: IPES, Documento de Caso/ Belo Horizonte, abril de 2005.



MUNICÍPIO DE PIRAÍ: A CIDADE DIGITAL E O DIREITO À INFORMAÇÃO

LUÍS EDUARDO TAVARES

Sociólogo, pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte,
Mídia e Política (Neamp) da PUC-SP, e técnico da área de
Desenvolvimento Cultural do Instituto Pólis.

INTRODUÇÃO

*Piraí, Piraí, Piraí
Piraí bandalargou-se há pouquinho
Piraí infoviabilizou
Os ares do município inteirinho
Por certo que a medida provocou
Um certo vento de redemoinho*

*Diabo de menino internetinho
Sozinho vai descobrindo o caminho
O rádio fez assim com o seu avô
Rodovia, Hidrovia,
Ferrovia e agora chegando a infovia
Pra alegria de todo o interior.*

Cordel Banda Larga – Gilberto Gil

O programa Piraí – Município Digital, ou simplesmente Piraí Digital, é considerado hoje a principal referência no campo das cidades digitais brasileiras. Situado no sul fluminense, às margens do rio Piraí e a 84 km da capital do estado, o município conta com 26.114 habitantes (IBGE, 2009) e uma extensão territorial de 506,1 km². O programa Piraí Digital foi inaugurado em 2002, como um desdobramento do Programa de Desenvolvimento Local de Piraí, empreendido a partir de 1997 em resposta a uma grave crise vivenciada pelo município e decorrente do paradigma de desenvolvimento que imperou na década de 1990 e ali se refletiu na privatização da Light – uma das principais fontes de geração de emprego e renda no município por várias décadas.

O Programa de Desenvolvimento Local de Piraí baseou-se nas potencialidades e recursos intrínsecos do município, como água, geração de energia, extensão territorial, sua localização na rodovia Presidente Dutra, sua vizinhança e proximidade com importantes centros econômicos, para criar novas oportunidades de economia industrial e agrária. O plano obteve êxito, mas o município só despontaria no cenário nacional nos anos seguintes, ao se inserir numa economia do tipo informacional, assim como em sua cultura digital.

Este deslocamento de eixo nas políticas de desenvolvimento local de Piraí, de uma economia industrial e agrária para uma economia informacional, partiu do reconhecimento de que novos padrões de desenvolvimento se estabeleciam com a economia da informação e, junto com ela, novas configurações de desigualdades e assimetrias, conforme os níveis de acesso às novas tecnologias informacionais e ao conhecimento. Esta compreensão justifica a necessidade de as políticas de desenvolvimento local apostarem em ações de inclusão digital para se inserirem nas dinâmicas da sociedade informacional.

Esse reconhecimento define uma nova etapa no desenvolvimento local de Pirai ainda no início da década de 2000, caracterizando o nascimento do programa Pirai Digital com a construção de uma infraestrutura de rede informacional que leva internet em banda larga ao município, por meio de um sistema híbrido de cabeamento e radiofrequência cobrindo todo seu território. A Rede, concebida como uma infraestrutura urbana, está associada a um conjunto de ações multissetoriais numa perspectiva de “direito à cidade”, ancorada na universalização do acesso à informação e comunicação. Ela é gerida pela prefeitura e conselhos da sociedade civil, e integra, via software livre, secretarias de governo, hospitais, escolas, cooperativas, telecentros, rádios comunitárias e outros serviços públicos, além de integrar *on-line* a população.

A gestão municipal de Pirai é protagonista na idealização e condução do programa Pirai Digital, embora sua viabilização e expansão formem um diverso mosaico de financiamentos e parcerias que perpassam os níveis estadual e federal do poder público, iniciativa privada, terceiro setor e universidades. Deve-se também compreender essa experiência local como uma expressão de conjunturas políticas, econômicas e históricas, tanto no plano nacional quanto global que a condicionam. Pirai Digital apresenta-se como uma experiência no campo das cidades digitais que, por sua vez, emergem na onda de expansão de uma sociedade informacional ainda em vias de transição com a sociedade industrial. Movimentos esses de surgimento de novos paradigmas de desenvolvimento e de conflitos com paradigmas estabelecidos.

QUESTÕES PARADIGMÁTICAS

As questões paradigmáticas referentes à experiência de Pirai Digital estão associadas, sobretudo, à emergência global de uma sociedade informacional que ali se manifesta. Esta sociedade caracteriza-se por um sistema produtivo baseado na produção de bens informacionais; numa organização do trabalho pós-fordista, configurada em redes e processos colaborativos; e numa nova tecnologia de produção que é, ao mesmo tempo, uma tecnologia de comunicação e se encontra ao alcance de uma ampla parcela da população, não mais confinada no interior de uma fábrica.

O ambiente social constituído pelo novo sistema de produção, pela nova organização do trabalho e pelo novo instrumento, molda assim formas de comportamento e interação social como sua própria cultura, que pode ser designada como cultura digital. Esta se apresenta como a expressão de novos paradigmas, sendo a cultura das redes, do compartilhamento de informações, conhecimentos e saberes, da produção colaborativa, da desintermediação, características essas que renovam os modelos de democracia e participação cidadã.

Ao analisar estas questões na experiência do Pirai Digital, temos que considerar as características da gestão do programa, de seu arranjo institucional, de suas orientações, de conflitos com os marcos regulatórios existentes e as mudanças

provocadas no município. Nesse sentido, podemos observar a conjunção de diferentes fatores de ordem micro, meso e macro que configuram esta experiência e constroem seu caminho.

No plano micro, consideramos as subjetividades da localidade relacionadas à história e características do município, físicas, humanas, geográficas, que associadas a conjunturas maiores resultam nas singularidades apresentadas pela experiência. A privatização da Light vivenciada por Pirai é um fator de ordem micro relacionado a conjunturas meso e macro que condicionam as apostas que o município irá seguir em seu plano de desenvolvimento local. Assim como a solução encontrada pela tecnologia híbrida da rede que viabilizou o acesso à internet no município foi uma inovação desenvolvida pela localidade para enfrentar as adversidades tanto endógenas, como a geografia da região, quanto exógenas, de ausência de políticas públicas para o custeio de uma rede via cabo.

Como fatores de ordem meso, temos as políticas públicas de inclusão digital, nas esferas estaduais e federal, atreladas a conjunturas político-econômicas nacionais que determinam, por exemplo, o papel do Estado e da iniciativa privada nestes processos. Estas conjunturas, por sua vez, também são condicionadas por movimentos globais que prescrevem diferentes diretrizes econômicas.

Neste momento, presenciamos políticas públicas que recolocam o Estado como indutor dos processos de desenvolvimento, após a derrocada dos discursos neoliberais que defendiam a eficiência dos mercados para cuidar do provimento de serviços públicos. A efetivação de novos projetos, como o das cidades digitais, enfrenta impedimentos de marcos regulatórios definidos no período anterior, e acabam por forçar mudanças. Temos, assim, referente às cidades digitais, o caso emblemático da reativação da Telebrás, privatizada em 1998, para conduzir o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) que almeja a universalização do acesso à internet em alta velocidade, haja vista que as concessionárias privadas dos serviços de telecomunicações não se mostraram capazes de cumprir este objetivo.

Tal tendência de retomada do protagonismo estatal, que pode ser observada em diferentes setores do atual governo federal, não é exclusividade da agenda nacional, mas uma tendência que se manifesta pelo menos em um plano continental, como pode ser observado em diferentes países da América Latina, na última década, o que por sua vez não significa um retorno aos Estados Nacionais Desenvolvimentistas, caracterizados pela centralidade burocrática das funções planejadoras.

O que presenciamos é um novo modelo de protagonismo estatal com participação popular e políticas sociais, tal como salienta, com exemplos, Giuseppe Cocco (2009, p. 13): “A reforma universitária e a política de cotas, as políticas culturais do Ministério da Cultura (MinC), com a gestão Gilberto Gil e Juca Ferreira, no Brasil; a reconquista da PDVSA na Venezuela depois da tentativa de golpe, em 2002, e da greve dos petroleiros daquele mesmo período; as assembleias constituintes na Bolívia e no Equador; as políticas de direitos humanos e as políticas sociais para ‘piqueteiros’ do governo Kirchner etc.”.

A crise econômica global de 2008 veio reforçar a deslegitimidade do projeto neoliberal, consagrado pelo Consenso de Washington¹, que imperou principalmente na década de 1990. Trata-se, portanto, de um fator de ordem macro que condiciona as políticas nacionais, e até mesmo locais, como na experiência de desenvolvimento local de Piraí, onde desde o início o município foi protagonista do processo.

Por fim, todos esses processos se encontram num movimento global mais amplo de grandes transformações decorrentes da transição de uma sociedade industrial para uma sociedade informacional, instauradora de novas estruturas sociais que podem ser designadas, de maneira ampla, como a pós-modernidade ou numa série de designações correntes, tais como sociedade em rede e sociedade do conhecimento.

1 Conjunto de medidas formuladas em novembro de 1989, por economistas de instituições financeiras baseadas em Washington D.C., como FMI, Banco Mundial e Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do International Institute for Economy, e que se tornou a política oficial do FMI em 1990, quando passou a ser “receitada” para promover o “ajustamento macroeconômico” dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades.

1. CIDADES DIGITAIS

Para compreender o processo de transformações econômicas em curso, no qual se situam as cidades digitais, e a emergência de novos paradigmas de desenvolvimento, apresentamos, a seguir, algumas características do novo sistema de produção, denominado informacional, e suas diferenças com o industrial.

1.1. O CAPITALISMO INFORMACIONAL

Denomina-se capitalismo informacional a etapa do sistema produtivo caracterizada pela produção de bens informacionais, que são aqueles bens de ordem imaterial, ao mesmo tempo produtos e insumos dos circuitos de produção baseados na informação. Podem ser softwares, imagens, músicas, textos, algoritmos matemáticos, fórmulas químicas, conhecimentos científicos em geral. Enfim, aquilo que é passível de ser convertido em informação pela codificação digital e capaz de gerar inovação. Esta etapa, que sucede a produção industrial como sistema hegemônico na economia capitalista, é constituída por uma nova organização do trabalho e pelas tecnologias da informação.

Em geral, um sistema de produção pode ser definido pelos elementos fundamentais de promoção da produtividade que o compõem. No sistema de produção agrário, as fontes de produtividade baseiam-se no aumento quantitativo de mão de obra e dos recursos naturais (em particular, a terra), bem como na qualidade desses recursos. No sistema industrial, baseiam-se na introdução de novos recursos energéticos e tecnológicos capazes de maximizar a produção. E no sistema informacional, na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e comunicação entre os elementos envolvidos, visando a acumulação de conhecimentos e maiores níveis de complexidade do processamento da informação, num processo de retroalimentação ou *feedback*. O sistema informacional de produção, seguindo o paradigma agrário e industrial, dá-lhe novas faces, definindo os traços distintivos da sociedade no início do século XXI.

Na atualidade, estes diferentes sistemas de produção coexistem e se interpenetram, mas sob a hegemonia do informacional. A ascensão do informacional não descarta a forma industrial, mas a reconfigura, assim como o sistema industrial em ascensão não descartou a forma agrária, mas a transformou. Aquilo que se convencionou chamar de modernização está associado à industrialização e, portanto, a chamada modernização econômica se referia à passagem do paradigma econômico de preponderância agrícola para o industrial. A atual passagem do industrial para o informacional é, assim, um processo de pós-modernização econômica, segundo Hardt e Negri (2005, p. 301). Com a modernização, a agricultura caiu sob o domínio da indústria, ficando sujeita às suas pressões, o que implicou uma queda na produção agrícola (tanto na percentagem de trabalhadores empregados como na proporção do valor produzido) e também numa transformação da agricultura, que se tornou industrializa-

da. Hoje, com a pós-modernização, a indústria passa por mudanças semelhantes às que ela provocou na agricultura, e ambas se tornam sujeitas ao novo sistema produtivo, sendo informatizadas.

Assim, é importante ressaltar que quando o município de Pirai desloca o eixo de seu desenvolvimento local para a economia informacional, isso não significa de forma alguma que os setores industriais e agrários deixam de existir. Durante 1997 e 2001, o Programa de Desenvolvimento Local de Pirai investiu basicamente nas atividades industriais e agrícolas e, a seguir, com o Pirai Digital, essas atividades foram reconfiguradas por um processo de informatização que lhes imprimiu novos ritmos.

O processo histórico em que o desenvolvimento das forças produtivas ocorre assinala as características da tecnologia e seus entrelaçamentos sociais. No caso do sistema informacional de produção, como apontado por diversos autores, ele ocorre num processo de crise e reestruturação do capitalismo, que lhe confere suas características. De acordo com Manuel Castells,

[...] o fator mais decisivo para a aceleração, encaminhamento e afirmação do paradigma da tecnologia da informação e para a indução de suas consequentes formas sociais foi/é o processo de reestruturação capitalista empreendido desde os anos 80, de modo que o novo sistema econômico e tecnológico pode ser adequadamente caracterizado como capitalismo informacional (CASTELLS, 2006, p. 55).

Castells se refere em especial aos fatos decorrentes do esgotamento do modelo keynesiano de crescimento capitalista, que no início da década de 1970 se manifestou sob a forma de inflação desenfreada, sobretudo com o aumento dos preços do petróleo em 1974 e 1979. Os esforços de reestruturação mediante a desregulamentação, privatização e dismantelamento do contrato social entre capital e trabalho, denominado neoliberalismo, que encontra seu auge na década de 1990, utilizaram as tecnologias da informação como suporte básico. No contexto pós-neoliberal, as políticas de disseminação dessas tecnologias visando a universalização do acesso, são empreendidas pelo Estado.

A inovação tecnológica e a transformação organizacional com enfoque na flexibilidade e na adaptabilidade foram absolutamente cruciais para garantir a velocidade e a eficiência da reestruturação. Pode-se afirmar que, sem a nova tecnologia da informação, o capitalismo global teria sido uma realidade muito limitada. [...] Portanto, o informacionalismo está ligado à expansão e ao rejuvenescimento do capitalismo, como o industrialismo estava ligado à sua constituição como modo de produção (CASTELLS, 2006, p. 55).

O processo de desenvolvimento dessas manifestações produtivas foi moldado pelos interesses do capitalismo avançado, mas isso não quer dizer que só podem se limitar à expressão desses interesses. O grau de ambivalência dessas tecnologias e a organização do trabalho associado a elas permitem a construção de novos paradigmas econômicos, instalando confrontos no interior do capitalismo.

Descentralização, desterritorialização e desmaterialização da produção são características notáveis da passagem do industrialismo ao informacionalismo, ou pós-modernização econômica, engendradas pelas condições tecnológicas contemporâneas. A instantaneidade da informação e da comunicação permite a circulação, sem custos, de bens informacionais para qualquer lugar, assim como o controle à distância. O resultado foi a dispersão das fábricas e o esvaziamento das cidades fabris, e mudanças de eixo geográfico na balança e no poder econômico. A reestruturação neoliberal do capitalismo, com a globalização da produção e do mercado, aproveitando as oportunidades das condições mais vantajosas para a realização de lucro em todos os lugares, serviu-se das potencialidades das novas tecnologias. As mesmas potencialidades que, no entanto, abrem caminhos para outros paradigmas econômicos.

Desde o início das formas pós-industriais, com a crescente importância do setor de serviços, ou terciário, o emprego da comunicação no processo produtivo gerou um sistema em circuito, de *feedback* entre produtores e consumidores, alterando substancialmente sua relação. O modelo fordista, de produção em massa de mercadorias padronizadas, não sentia a necessidade de se comunicar com o mercado. O modelo toyotista, na década de 1960, estabelece uma relação de comunicação constante, adaptando a produção às mudanças do mercado. No *just in time*, de estoque zero e produção na medida exata da demanda atual do mercado, a decisão da produção vem depois da decisão do mercado.

Seria mais exato conceber o modelo como algo que busca uma contínua interatividade ou uma rápida comunicação entre a produção e o consumo. Este contexto industrial oferece um primeiro exemplo em que a comunicação e a informação desempenham um novo papel central na produção. Pode-se afirmar que a ação instrumental e a ação comunicativa tornaram-se intimamente interligadas no processo industrial informacionalizado, mas deve-se imediatamente acrescentar que esta é uma noção empobrecida da comunicação como mera transmissão de dados de mercado (HARDT e NEGRI, 2005, p. 311).

O aperfeiçoamento das tecnologias e, conseqüentemente, do nível de comunicação no processo produtivo, consagra a rede como modelo pós-fordista de organização da produção sobre a linha de montagem. A rede não linear e acêntrica interliga simultaneamente diferentes pontos em produção compartilhada, gerando um envolvente e complexo circuito de *feedback*, do qual a internet é a maior expressão. As redes de computadores, modelos arquetípicos da morfologia social das redes, apresentam dois tipos, cada qual exprimindo diferentes relações de poder: redes clientes/servidor e redes *peer-to-peer* – p2p (par-a-par, em português). No primeiro caso, existe um servidor ou computador central cuja finalidade é servir as necessidades de outros computadores (clientes). Trata-se da reprodução de uma estrutura piramidal da produção industrial no contexto das redes informacionais. A rede p2p é uma arquitetura em que cada nodo, ou computador, está interligado aos demais e tem direitos e obrigações equivalentes. Sua finalidade é facilitar o intercâmbio de informações entre um grande número de usuários da rede.

O diagrama da produção e comunicação disposto pelas redes p2p tem grandes implicações: ele compartilha funções, funde papéis, nivela o poder entre os nodos da rede. A internet é uma rede global p2p e, portanto, estabelece estas funções para toda a sociedade, gerando uma forma de produção social que pode, ou não, ser direcionada ao mercado, mas da qual todos que estejam conectados são potenciais produtores. As relações entre produtores e consumidores, global e localmente, tornam-se opacas e conceitos como *prosumidores* e *glocal* são criados neste contexto. Entretanto, estes aspectos, embora reais, são uma tendência típico ideal, uma vez que não se realizam plenamente, por funcionarem sob relações de poder encasteladas que lhes são contrárias e as condicionam.

1.2. AS CIDADES DIGITAIS

As cidades digitais despontam neste contexto de pós-modernização da economia por meio da informatização. São chamadas cidades digitais aquelas que apresentam, em toda a sua área geográfica, infraestrutura de telecomunicações e internet, tanto para acesso individual quanto público, disponibilizando à população informações e serviços públicos e privados em ambiente virtual. As cidades digitais se distinguem das cidades industriais em muitos aspectos: sua produção pós-fordista é desterritorializada e descentralizada, constituindo-se em redes rizomáticas e acêntricas, enquanto as cidades industriais possuem centros de produção que se organizam em linhas de montagem fordistas. Da mesma maneira, as cidades digitais não dependem de sua localização geográfica, de proximidade ou vizinhança com outros polos econômicos e recursos naturais, como depende a cidade industrial. A despeito de certa infraestrutura física de cabeamento e transmissão em radiofrequência do sinal da internet, o principal recurso que ela requer é a qualidade do conhecimento de sua população, por isso, a área de educação ganha destaque em muitas delas, como Piraí.

Uma vez conectada na rede, a cidade pode estabelecer relações com qualquer parte do mundo em tempo real, rompendo as barreiras da distância espacial. Assim, a infovia representa para as cidades digitais o que a ferrovia, hidrovía, rodovia e aerovia representaram para as cidades industriais. As cidades digitais emergem hoje como uma alternativa de potencializar o território, reintegrando espaços segregados. Desta forma, os próprios municípios se reestruturam a partir das tecnologias informacionais, que reduzem os tempos de integração entre núcleo central urbano e distritos rurais, e criam novos fluxos de integração territorial.

A constituição de cidades digitais se expandiu com a utilização da tecnologia sem fio (*wireless*) – notadamente Wi-Fi e WiMAX². Uma das experiências precursoras foi desenvolvida pelo governo do Canadá, por meio do programa “Conectando Canadenses”, que desenvolveu redes condominiais a partir de organizações que têm suas redes individuais, repartindo coletivamente o custo de manutenção.

2 A tecnologia Wi-Fi é utilizada para pequenas distâncias, mas tem permitido a instalação de redes em pequenas cidades e bairros; e o WiMAX permite transmissões por rádio em longas distâncias e com maiores velocidades.

Hoje, diversas cidades canadenses estão “linkadas” à internet, por meio de seus condomínios de fibras.

Um aspecto interessante da experiência canadense, tal como salienta Franklin Coelho (2010, p. 193), é o fato de serem as escolas públicas as âncoras das redes de fibra óptica, o que se deve a várias razões. A começar pela importância para o ensino em disponibilizar a internet em banda larga nas escolas. Além do que, na configuração dos bairros residenciais, as escolas formam pontos focais, a partir dos quais se podem estender os cabos até as residências. Em alguns casos, outras instituições como hospitais, universidades e órgãos da administração pública também servem de âncoras.

Também baseada no conceito de redes condominiais, outra experiência importante e precursora é a CivicNet³, uma iniciativa da Prefeitura de Chicago que visa responder às conexões públicas e privadas. Esta rede foi construída mediante um regime de parceria entre a prefeitura e a iniciativa privada, e inclui os serviços de telefonia, por meio de um processo de licitação que permitiu à municipalidade criar uma infraestrutura sem investimentos diretos.

No Brasil, experiências semelhantes começaram a surgir a partir da privatização das telecomunicações, o que possibilitou a constituição de operadoras de serviço restrito de comunicações, como as redes corporativas. Dessa maneira, surgiram redes de comunicação próprias como na Universidade Federal Fluminense (UFF), que cobre todas as necessidades internas de comunicação e permite o acesso à internet em todos os prédios da universidade. Outro modelo é o da Universidade Federal do Paraná (UFPR) que ainda abrange em sua rede dois *campi* da Universidade Católica (PUC-PR), o *campus* do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet-PR) e também uma empresa de tecnologia (Cits) (COELHO, 2010, p. 193).

O advento das redes comunitárias condominiais, todavia, chamou a atenção para o papel da internet banda larga no desenvolvimento local, uma vez que inseriu as prefeituras no debate sobre a implantação e gestão de redes em seu território. Nesse sentido, importantes inovações em termos de legislação e definição de competências municipais nessa área foram introduzidas pela Prefeitura de Porto Alegre. Em 1998, baseando-se na legislação federal sobre meio ambiente, a prefeitura criou uma lei que taxava mensalmente aqueles que necessitassem de cabos subterrâneos para implantar ou ampliar seus serviços. Em 2000, por meio de um decreto, a prefeitura estabeleceu a possibilidade de aceitar como pagamento dutos construídos pelas empresas, ou então cabos de fibra óptica e caixas de passagem. A utilização do licenciamento ambiental para a construção de infraestrutura de redes gerou a infovia Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre (Procempa), que integra os diversos órgãos públicos municipais numa rede de telefonia digital, eliminando a necessidade de várias linhas e propiciando aos cofres públicos uma economia anual de R\$ 1,7 milhão em contas telefônicas (COELHO, 2010, p. 195); interligação esta que gera maior agilidade

3 <http://www.cityofchicago.org/CivicNet>

para a gestão financeira e orçamentária, o monitoramento dos transportes e o controle do sistema de saneamento.

O estado do Rio de Janeiro criou o programa Infovia-RJ, objetivando abranger os 92 municípios do estado e integrar, por meio do acesso confiável à internet em banda larga, órgãos estaduais, instituições de ensino e pesquisa e grupos organizados. O programa tem como foco principal a expansão do projeto Município Digital, com a formação de corredores digitais entre os vários municípios, iluminados por tecnologias de rede *wireless*, replicando em todo o território fluminense a experiência pioneira da Prefeitura de Pirai.⁴

As experiências de implantação de redes locais adotaram caminhos públicos e privados. A emergência das redes *wireless* possibilitaram que novas experiências se disseminassem em pequenas e grandes cidades a partir de seus próprios sistemas *wireless*, uma vez que o movimento das operadoras em disponibilizar internet banda larga em tais localidades apresentava-se demasiado lento. Para tanto, diferentes modelos se estabeleceram a partir destas ações locais, caracterizando novos modelos de intervenção nas cidades e tendo a participação de diversos atores (governo, empresas privadas, ONGs).

Marcos regulatórios e arranjos institucionais

A experiência das cidades digitais brasileiras é construída no âmbito de iniciativas que constituem hoje um mosaico de políticas públicas de inclusão digital. No final de 2010, existem 21 programas no âmbito federal, a maioria em parceria com instituições estaduais, prefeituras e organizações do terceiro setor. Apenas seis dos 27 estados da federação não têm projetos próprios de inclusão digital.⁵ Contudo, as primeiras ações foram realizadas durante a década de 1990, sob a influência do projeto neoliberal de privatização das telecomunicações, que via o Estado apenas como regulador do setor privado, intervindo nas falhas de um modelo de mercado.

Nesse momento, as políticas nesse campo eram marcadas pela Lei Geral de Telecomunicações (LGT)⁶, na qual a universalização do acesso estava voltada para o serviço de telefonia. A LGT, que criou a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), também consolidou o fim do monopólio estatal nas telecomunicações brasileiras, que perdurava nas Constituições anteriores. Dessa forma, abriu caminho para a privatização do sistema Telebrás, em 1998. Alguns anos mais tarde, ainda no contexto da privatização das telecomunicações, é instituído o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust)⁷, aprovado quase quatro anos após a LGT, quando a internet já mostrava ser o futuro das telecomunicações e percebia-se que a universalização nessa área significava muito mais que telefonia

4 http://www.proderj.rj.gov.br/noticia.asp?mat_id=1109

5 Anuário AREDE de Inclusão Digital 2009/2010.

6 Lei Geral de Telecomunicações (LGT) – Lei nº 9.472, de 15 de julho de 1997.

7 Lei do Fust (Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000) prevista na LGT (art. 81, inciso II). O Fust arrecada 1% de todas as contas telefônicas, e parte do valor das outorgas de telecomunicações; deveria aplicar os recursos para reduzir o enorme fosso entre os brasileiros incluídos na sociedade das telecomunicações e da informática, dos completamente excluídos.

fixa. Assim, o Fust não se restringiu à telefonia fixa e previu o uso dos recursos na implantação da internet em instituições de saúde, escolas e bibliotecas, sendo que nas instituições escolares estava previsto também o custeio dos equipamentos e de parte das contas dos serviços de telecomunicações.

Durante a primeira metade da década de 2000, despontaram os telecentros, juntamente com o emprego do *software* livre, que alimentaram os ideais de inclusão digital como uma nova cultura de direito de acesso à informação como um bem público. As novas tecnologias *wireless* de disseminação da internet e a construção de redes híbridas que combinam cabeamento e radiofrequência, como é o caso do Piraí Digital, permitiram a conectividade à internet de municípios não cobertos pelas operadoras de telecomunicações, possibilitando assim a efetivação das cidades digitais. Dessa forma, a insuficiência dos serviços privados de telecomunicações em realizar a universalização do acesso, aliada à concepção da informação e comunicação como direitos, reforça uma ideologia da volta do papel do Estado como indutor desse processo de universalização.

O Fust já arrecadava bilhões de reais e se mostrava o recurso ideal para custear as cidades digitais, o que de fato era a sua missão original, impedida pelos marcos legais. A LGT condicionava a aplicação dos recursos do fundo a cobrir custos não recuperados das operadoras de telefonia fixa⁸ e, além disso, estes recursos vinham sendo sistematicamente contingenciados para gerar superávit fiscal.

Neste contexto, representando um novo ciclo do papel do Estado nas políticas de desenvolvimento, é instituído o Plano Nacional de Banda Larga (PLNB)⁹, pelo Ministério do Planejamento, reativando a Telebrás como gestora do plano, com a meta principal de assegurar o acesso à internet em alta velocidade a cerca de 39 milhões de domicílios até 2014. Vale ressaltar que a volta da Telebrás como protagonista do PNBL não significa a reestatização do setor, mas um novo regime de parcerias público-privadas nas quais o Estado assume um papel mais preponderante que no projeto neoliberal, disciplinando a concorrência e impedindo preços abusivos das operadoras concessionárias na oferta dos serviços de telecomunicação. A alteração dos marcos legais é, portanto, fundamental para o cumprimento da meta, tal como a Nova Lei do Fust¹⁰, que visa alterar as regras de uso do fundo, colocando como obrigatória a conexão de todas as escolas públicas do país à internet em banda larga.

Neste novo desenho, os municípios apresentam-se como os atores mais adequados para garantir o serviço local de acesso à internet e articulá-lo na perspectiva do desenvolvimento local. Para tanto, há que se discutir um marco legal que per-

8 O artigo 1º da Lei do Fust, ao repetir o artigo 81 da LGT (proporcionar recursos para cobrir a parcela do custo exclusivamente atribuível ao cumprimento das obrigações de universalização de serviços de telecomunicações, que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço), condicionou o emprego dos recursos do Fust unicamente pelas concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), que são as únicas a ter obrigações de universalização, por explorar o serviço em regime público.

9 Decreto 7.175, de 13 de maio de 2010.

10 Projeto de Lei 1.481/07.

mita ao município implantar, manter e operar o serviço de acesso público às redes digitais de informação. Franklin Coelho, coordenador do programa Piraí Digital, defende que este serviço do município deve ser composto de: “(1) implantação de uma rede local em banda larga de transmissão de voz, dados e imagens; (2) provimento de conexão interligando as redes locais com as redes digitais de informações e internet; (3) provimento de ligação de equipamentos terminais com os provedores de acesso a redes digitais de informação e à internet; (4) provimento de equipamentos terminais para operação do serviço e respectivos *softwares* que o viabilizem; (5) administração e operação dos sistemas e dos serviços disponibilizados” (COELHO, 2006, p. 19).

Trata-se de um novo arranjo institucional que materialize a atual tendência deste processo de descentralização na área de telecomunicações. De forma geral, isto significa reconhecer jurídica e institucionalmente a rede digital de comunicação em banda larga como um serviço público municipal. Porém, um serviço municipal que se constitui a partir do estabelecimento de parcerias entre as três esferas governamentais, ficando a União responsável por conexões internacionais e interestaduais, os governos estaduais pelas infovias e últimas milhas, e os municípios pelos últimos metros e o acesso público da população. E, além disso, também no estabelecimento de parcerias público-privadas baseada, por um lado, numa concepção liberalizante de compartilhamento de responsabilidades e gastos públicos com a sociedade civil e, por outro, numa concepção de controle social da gestão e de publicização desses serviços.

No cenário das experiências internacionais de cidades digitais, diferentes caminhos para pensar o arranjo institucional podem ser observados. A partir da análise dessas experiências, Franklin Coelho estabelece uma tipologia de seis modelos de arranjos institucionais observados em distintas cidades digitais, pela qual a experiência do município de Piraí se caracteriza no tipo 4, de acordo com o quadro a seguir:

QUADRO 1 – ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA AS CIDADES DIGITAIS

Tipo	Características
1. Cidades digitais estatais	O serviço é prestado exclusivamente pela administração municipal. A prefeitura constrói a rede, fornece os serviços de acesso à rede e de provedor, e assume a operação e manutenção;
2. Cidades digitais com administração direta	Administração direta concedendo ou permitindo as funções de operação e manutenção. Arranjo também apropriado para municípios de pequeno porte;
3. Cidades digitais com administração direta e indireta	Combina administração direta e indireta, sendo que as funções de planejamento e normatização, definição de políticas tarifárias e controle da receita poderão ser exercidas por qualquer dos níveis, dependendo do grau de concessão estabelecido;
4. Cidades digitais com controle público- privado e gestão da administração direta	Combina funções atribuídas a órgãos de administração direta, indireta e empresas privadas. A responsabilidade pela gestão está na administração direta;
5. Cidades digitais com controle público privado e gestão das empresas	Combina funções atribuídas a órgãos de administração direta, indireta e empresas privadas, A responsabilidade pela gestão está nas empresas;
6. Cidades digitais sob controle privado	A administração direta estabelece controle de concessão ou permissão a empresas privadas que tem autonomia em relação às tarifas, à gestão financeira e ao controle da receita, dentro dos limites estabelecidos nos contratos.

Fonte: Franklin Coelho, 2006

No debate sobre arranjos institucionais para o serviço de banda larga, é costume fazer analogias destes com os de outros serviços públicos. Os sistemas de redes digitais podem ser relacionados aos sistemas de transporte no qual é feita a concessão à iniciativa privada, mas conservando o controle da administração direta sobre itinerários, horários e tarifa. Do mesmo modo, as cidades digitais podem estabelecer parcerias público-privadas, mas com um controle da administração direta que garanta a universalização do serviço.

Quando a rede é de fibra óptica e ligação a cabo nos domicílios, a arquitetura assemelha-se a uma rede de abastecimento de água e esgoto, enquanto que as redes *wireless* são análogas às redes de iluminação pública, que são mantidas com tarifas públicas de ligações domiciliares, mas beneficiando os que passam na cidade e usufruem das ruas iluminadas.

Em suma, para o desenho desta política devem-se levar em conta os seguintes tópicos: infraestrutura de rede que permita o acesso universal da população; disseminação de uma cultura de direito à informação e ao conhecimento como parte integrante do direito à cidade; desenvolvimento de conteúdos e aplicações com aposta no *software* livre; e um novo marco regulatório que permita trabalhar esta rede de comunicação digital como um serviço público municipal.

2. PIRAI DIGITAL

2.1. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE PIRAI

Em 1996, o município de Pirai sofre um grande revés com a eliminação de 1.200 postos de trabalho em decorrência da privatização da Light – Serviços de Eletricidade S/A, a principal indústria empregatícia da localidade. A empresa, de origem canadense, estava instalada em Pirai desde 1905, quando lá foi construída a Usina de Fontes, maior e mais moderna usina hidrelétrica do país naquela época. No período do Estado Desenvolvimentista brasileiro, na década de 1970, a Light foi estatizada pelo governo federal, vindo a ser privatizada num novo ciclo de retração do Estado, na década de 1990.



© Elaboração própria

Esta privatização era parte da reforma do Estado que, no Brasil, como em diversos países, marcou o período em questão. De inspiração neoliberal, o paradigma econômico desse momento, coroado no Consenso de Washington, prescrevia uma crise, uma estagnação econômica mundial decorrente do inchaço das máquinas estatais, e anunciava a falência do modelo do Estado de Bem-Estar Social que imperou durante meio século na Europa e EUA, e de sua variante latino-americana, denominada Estado Nacional Desenvolvimentista.

No Brasil, a orientação neoliberal foi preponderante na reforma do Estado, que realizou privatizações e terceirizações de empresas estatais e serviços públicos, sendo justificadas, além da necessidade de enxugar a máquina, cortando despesas, também pela necessidade de imprimir maior dinâmica a certos setores emperrados pela burocracia e pelos interesses políticos. Esta maior dinâmica seria dada pela competitividade do mercado, que aumentaria a eficiência e qualidade dos serviços oferecidos à população. Mas, na prática, assistimos ao avanço do domínio do setor privado sobre o público, com diversos processos marcados por corrupção e o encarecimento dos serviços oferecidos à população. Além da privatização do fornecimento de energia elétrica, que desempenha um papel importante na história do Pirai Digital, a privatização da Telebrás, em 1998, também toca diretamente aos objetivos desta pesquisa.

A gestão municipal que assumiu a Prefeitura de Piraí em 1997, comandada por Luiz Fernando de Souza, o Pezão, tinha a difícil tarefa de reverter um quadro econômico adverso. Além das demissões na Light, havia uma queda acentuada na produção agropecuária, de acordo com Lessandra da Silva (2002, p. 4): “O município tinha um déficit de 1.500 empregos, o que na época representava 10% da população economicamente ativa de Piraí. A prefeitura tinha uma receita de R\$ 1,5 milhão mensais, sendo 52% gastos com o pagamento dos 1.400 servidores”. Para enfrentar esta crise, foi elaborado o Programa de Desenvolvimento Local de Piraí, o qual, visando o aproveitamento de seus recursos intrínsecos, teve como primeiro passo a organização do Perfil Econômico Municipal (PEM), que daria as diretrizes do programa.

O PEM identificou como potencialidades locais: a localização geográfica de Piraí, situada às margens da rodovia Presidente Dutra, com facilidade de acesso aos principais centros de produção do país; a abundância aquífera – 96% da água que abastece a região metropolitana do Rio de Janeiro passa por Piraí; e a produção de energia elétrica – cerca de 20% da energia distribuída pela Light para o Grande Rio é produzida no município. A partir desses dados, foram criados três eixos de ação para alavancar o desenvolvimento local: (1) Programa de Geração de Renda, Emprego e Desenvolvimento do Comércio, Indústria e Serviços; (2) Programa de Promoção do Trabalho e Renda na Área Rural e (3) Programa de Promoção de Trabalho e Renda com Fomento ao Cooperativismo.

Por meio do Programa de Geração de Renda, Emprego e Desenvolvimento do Comércio, Indústria e Serviços, a prefeitura investiu na instalação de um condomínio industrial num terreno à beira da rodovia Presidente Dutra, que pertencera à Light. Para atrair novas indústrias, foram concedidos incentivos fiscais e alguma infraestrutura como galpões construídos com recursos provenientes do BNDES, governo estadual, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Um contrato foi firmado entre a prefeitura e as empresas, estabelecendo que os empregos fossem destinados, preferencialmente, aos moradores do município.

No Programa de Promoção do Trabalho e Renda na Área Rural, foi promovido o Polo de Piscicultura, um projeto que partiu do reconhecimento da grande disponibilidade de água, apontado pelo PEM. O diagnóstico demonstrou que a piscicultura era uma alternativa viável para complementar a pecuária leiteira, mas como não havia este tipo de cultura no município, a prefeitura realizou convênio com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (Emater-RJ), com a Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro (Fiperj) e com o Ministério da Agricultura, de forma a capacitar produtores locais. O principal produto do Polo de Piscicultura é a tilápia, introduzida no município por meio deste projeto e, hoje, uma das principais referências gastronômicas de Piraí.

E com o Programa de Promoção de Trabalho e Renda com Fomento ao Cooperativismo, a prefeitura buscou a construção de uma cultura empreendedora de associações cooperativas e formas de organização autossustentáveis. A preocupa-

ção era incorporar a população, geralmente excluída do mercado por falta de qualificação; assim, investiu nos pequenos produtores rurais e nos cidadãos com mais de 40 anos que haviam trabalhado na Light. A prefeitura decidiu investir na indução ao cooperativismo com economia solidária e, para capacitar as organizações, contratou a VIVARIO, que viabilizou o acesso ao crédito e o apoio à comercialização dos produtos, por meio do selo “VIVARIO Comércio Solidário”. Também foi implantada a Feira do Artesão, e construído um centro de formação de cooperativas e de produção de artesanato.

Em quatro anos, o Programa de Desenvolvimento Local de Piraí alcançou a sua meta, ao atrair novas indústrias, gerar novos postos de trabalho e elevar a receita municipal, resultados estes que justificaram o Prêmio Gestão Pública e Cidadania de 2001, promovido pela Fundação Getúlio Vargas, BNDES e Fundação Ford. Segundo Lessandra da Silva (2002, p. 14), na publicação referente a este prêmio, foram gerados aproximadamente 1.500 empregos diretos e a arrecadação municipal aumentou 100% em três anos.

Devem-se ressaltar os aspectos paradigmáticos desse programa conduzido pela Prefeitura de Piraí, entre 1997 e 2000, e que formam a base das inovações que vêm a seguir com o Programa Piraí – Município Digital, principal objeto deste artigo. Desde o início, o programa de desenvolvimento local trazia em si uma concepção de “desenvolvimento” que não se restringia ao crescimento econômico, procurando articular a geração de emprego e renda com educação, saúde e meio ambiente, o que corresponde ao paradigma do desenvolvimento sustentável. Isto significava, na prática, um exercício de intersetorialidade na gestão pública, ações conjuntas entre as secretarias de governo na consecução de metas, a fim de alcançar um desenvolvimento holístico da localidade. Esta prática intersetorial certamente foi facilitada por ser Piraí um município de pequeno porte, com uma pequena máquina administrativa e poucos interesses difusos. De qualquer maneira, vale como modelo neoparadigmático de gestão pública a ser adotado em outras localidades mais ou menos complexas.

Ao traçar o Perfil Econômico Municipal para planejar o desenvolvimento local, adotou-se como princípio assentar esse desenvolvimento nas características naturais de Piraí, em seus atributos intrínsecos e, com isso, a afirmação de sua identidade cultural. O desenvolvimento local de Piraí possui, assim, a marca de suas singularidades, geradoras de valores próprios naquilo que for produzido. Outro aspecto paradigmático frisado no artigo de Lessandra da Silva para o Programa Gestão Pública e Cidadania foi o enfrentamento de uma cultura patriarcal e assistencialista motivada por uma velha dependência em relação à Light e reforçada por práticas clientelistas de grupos políticos. Sob a administração de Pezão, a prefeitura fomentou a auto-organização de pequenos produtores por meio de cooperativas e economia solidária, além de criar mecanismos de participação cidadã, através de conselhos da sociedade civil.

Em todo o processo do programa de desenvolvimento local foi necessário in-

vestir na capacitação do quadro técnico da administração pública, e aqui se encontra um dos primeiros germes do Pirai Digital, ainda em 1997. A prefeitura buscou parcerias com universidades públicas, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade de Brasília (UnB) para a qualificação dos funcionários. Com esta última, foi feito um convênio para a realização do plano diretor de informática, no qual foram capacitados 400 funcionários. Naquele momento, a prefeitura contava com duas linhas telefônicas e seis computadores. Nas palavras do próprio Pezão:

Nós precisávamos ter um sistema de comunicação eficiente para atrair o empresário. Como você vai atrair uma grande indústria, se não tem infraestrutura de comunicação e tecnologia da informação? Então, foi da necessidade de criar um futuro para a cidade, de conseguir fazer um projeto que levasse à geração de empregos, que surgiu o projeto de criar uma rede própria de comunicação no município (AREDE, nº 22, janeiro/ fevereiro/2007)¹¹.

Antes de adentrar a construção do Pirai Digital, há ainda outro aspecto importante a ser destacado nesta fase do desenvolvimento local do município, prenunciando uma tendência na gestão pública que irá se afirmar na atualidade: a de um Estado indutor do desenvolvimento econômico e social. Aspecto este notável, pois representa uma mudança nas orientações neoliberais de não intervenção estatal que caracterizaram, sobretudo, a década de 1990. Esta mudança de orientação, todavia, não significa um retorno aos moldes do Estado Desenvolvimentista ou do Bem-Estar Social, mas sim um novo modelo que se manifesta atualmente no Plano Nacional de Banda Larga, com a reativação da Telebrás pelo governo federal.

De acordo com Pezão, em entrevista a Lessandra da Silva (2002, p. 16): “Em vez de inchar a máquina pública ou patrocinar o investimento, o que se fez foi abrir a cabeça para que o município possa ser um sócio do desenvolvimento”. Trata-se, sim, de explorar novas relações entre o Estado e o mercado na promoção do desenvolvimento.

Programa Pirai – Município Digital

Os bons resultados do programa de desenvolvimento local valeram à gestão municipal de Pezão um segundo mandato, entre 2001 e 2004, e nesse período Pirai inicia uma nova etapa em seu desenvolvimento local. Na década de 2000, presenciávamos uma rápida transformação em diversas práticas econômicas e culturais em decorrência do progresso e disseminação das tecnologias informacionais. E aqueles que perceberam esse movimento e se anteciparam nesse caminho, destacam-se e são referência, agora que a realidade informacional se consumou como um fato inexorável. A experiência de Pirai, hoje referência entre os modelos de cidades digitais, é um exemplo dessa capacidade de antecipação.

O município compreendeu a importância da economia da informação no novo cenário global, e sabia que um efetivo desenvolvimento local neste contexto depen-

11 <http://www.AREDE.inf.br/inclusao/edicoes-antiores/76-%20/817>

dia da interconexão de seus habitantes com os circuitos de produção informacional; que apenas o desenvolvimento agrário e industrial não evitaria novas formas de exclusão. Sendo assim, a partir do plano diretor de informática realizado, desde 1997, com a UnB, foi elaborado um projeto de construção de uma rede de fibra óptica que conectasse o município à internet em banda larga.

Ora, se nos dias de hoje tal empreitada enfrenta muitos gargalos de ordem técnica, econômica e regulatória, há que imaginar o tamanho desses gargalos no início da década passada, quando a infraestrutura de banda larga no Brasil só beneficiava os integrantes das classes mais privilegiadas das grandes cidades. Um dos grandes desafios a ser solucionado era o do financiamento a um projeto como esse, ou seja, da proveniência de recursos para tal. Uma possibilidade poderia ser o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), instituído pela Lei 9.998, em agosto de 2000, e regulamentado, no mesmo ano, pelo Decreto 3.624. Porém, tal regulamentação só permitia aplicar os recursos em telefonia fixa do serviço público. Outra alternativa era o Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT), do BNDES, e foi por esta via que Piraí apostou, conseguindo financiar sua rede. Contudo, não de forma simples.

Em entrevista à revista *AREDE*, o ex-prefeito Pezão explica o processo:

Luiz Paulo Velloso Lucas, ex-prefeito de Vitória que, na época, era diretor da área social do BNDES, tinha lançado o PMAT só para cidades com mais de 500 mil habitantes e grandes capitais. Levei a ele nosso plano diretor de informática, mostrei que a gente tinha feito um grande investimento no município acreditando nos recursos que viriam com o PMAT. Ele se sensibilizou muito – como uma cidade pequena tinha um plano diretor de informática, quando muitas cidades grandes e capitais não tinham –, e me apoiou para conseguir, no Congresso, que o programa fosse estendido também às cidades pequenas. Mais tarde, foi o professor Carlos Lessa, quando presidente do Banco, quem comprou nossa briga para fazer uma alteração no nosso projeto do PMAT, que foi uma experiência inovadora. E assim pudemos, com esses mesmos recursos, levar a informatização para as escolas (*AREDE*, nº 22, janeiro/fevereiro/2007)¹².

Foi em abril de 2002 que a prefeitura encaminhou ao BNDES o primeiro projeto de construção da rede pública de banda larga. Sendo o programa destinado originalmente para conectar as secretarias municipais, foram necessárias algumas adequações no projeto para que pudesse se estender a escolas, centros comunitários, bibliotecas, entre outros. A proposta inicial de uma rede Wi-Fi com 20 pontos de acesso foi orçada em R\$ 1,5 milhão e indeferida pelo alto custo.

Para conseguir os recursos, foi necessário encontrar soluções que ao mesmo tempo aprimorassem e reduzissem os custos da construção da rede. Tais soluções vieram com o desenvolvimento de uma tecnologia própria, adequada à realidade local. Para tanto, foi firmado um convênio entre a UFF, o Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cederj) e a Prefeitura de Piraí para a reformulação da proposta. Este novo modelo de rede denominou-se Sistema Híbrido

12 <http://www.AREDE.inf.br/inclusao/edicoes-antiores/76-%20/817>

com Suporte Wireless (SHSW), combinando Wi-Fi e cabeamento físico para alcançar uma cobertura 40% superior ao projeto anterior, e a um custo 58% inferior.

Esta solução tecnológica para conectar a área rural à internet, que representa 20% da população total de Piraí, foi encontrada a partir da utilização de antenas nos pontos geograficamente mais altos para a transmissão via ondas de rádio. O projeto da Rede SHSW cobria 39 edifícios públicos com 144 computadores, mais 20 estabelecimentos de ensino (em média com um computador para 33 alunos), quatro bibliotecas, instituições de atendimento a crianças e adolescentes, nove quiosques em praças públicas e quatro telecentros.

Além de avançar na capacidade de infraestrutura, o projeto também avançava no conceito de inclusão digital. Não se tratava somente de oferecer acesso à internet, mas inserir o município, de maneira mais ampla, na sociedade informacional. Ao ser concebido como uma infraestrutura urbana para transmissão de voz e dados, similar aos serviços de abastecimento de água e luz elétrica, o projeto da Rede SHSW buscava garantir o direito à informação como um direito universal, parte integrante do direito à cidade.

O projeto da rede era acompanhado da instalação de laboratórios, como a Estação do Futuro que, além de telecentro, destina-se ao aprendizado virtual com desenvolvimento de cursos, empreendedorismo, artesanato, entre outros, e o laboratório de desenvolvimento e multimídia de software (Litap); de uma proposta pedagógica diferenciada para as escolas e outros serviços públicos, como o sistema de gestão em rede que integra diferentes secretarias (educação, saúde, segurança, planejamento), ouvidoria municipal e a modernização do sistema de arrecadação tributária; além da expansão da rede SHSW para domicílios e empresas privadas do município de Piraí. Dessa forma, o projeto da rede integrou-se e, ao mesmo tempo, deu uma guinada no Programa de Desenvolvimento Local de Piraí.

A efetivação dessa proposta requereu o estabelecimento de um novo regime de parcerias entre a prefeitura e empresas privadas, segundo o qual estas contribuíam com o projeto sem a criação de relações de dependência, tal como com a Light. As empresas que se instalavam no município, usufruindo dos benefícios concedidos pela prefeitura, e que invariavelmente dependiam da infraestrutura informacional, deviam estender os esforços de adequação das suas necessidades de acesso à rede, otimizando o acesso das escolas, bibliotecas, telecentros comunitários e demais locais públicos do seu entorno.

Quanto aos custos desse projeto de rede, conta Pezão:

Investimento de R\$ 150 mil na primeira fase da rede. Depois, para levá-la à área rural, o investimento chegou a R\$ 600 mil, já que a topografia do município é muito acidentada. Isso com recursos do PMAT e, quando já estava deixando a prefeitura, tivemos uma ajuda do Ministério das Comunicações. Sem falar nas parcerias com empresas. Para montar os laboratórios, saímos pedindo computador para todo mundo: Bancos, fornecedores da prefeitura, governo federal (com o qual firmamos parcerias), e governo estadual, que nos ajudou muito. O *link* que leva a comunicação em banda larga até o município é contratado pelo governo estadual (AREDE, nº 22, janeiro/fevereiro/2007)¹³.

De acordo com Edson Sadao (2007, p. 26):

Os recursos financeiros utilizados de 2002 a 2004 foram provenientes de vários parceiros, como BNDES, Itaútec, Sebrae, UFF, Cintra, entre outros. O total dos valores atribuídos foi de R\$ 781.573. É preciso destacar os recursos não financeiros provenientes de parceiros empresariais, governamentais, sociedade civil e multissetoriais do programa, que se agregam à captação de recursos. Esses parceiros ofereceram ao programa laboratórios de informática, quiosques, telecentros, equipamento de Wireless, apoio técnico etc. (SADAO, 2007).

Assim, foi lançado o Programa Pirai – Município Digital, em 2002, deslocando o eixo do desenvolvimento local do município de um foco preponderantemente industrial e agrário para um investimento maior, na inserção do município na economia da informação e na sociedade do conhecimento que a acompanha. Todavia, a materialização do projeto levou alguns anos. Em abril de 2003, foi inaugurada uma universidade a distância a partir do consórcio de universidades e instituições estaduais promotoras do ensino a distância, como a Cederj, criando novas alternativas de formação superior e educação continuada à população. A Rede SHSW ficou pronta somente em 2004, vindo a ser inaugurada nesse ano e permitindo então o acesso à internet em escolas, postos de saúde, telecentros e praças da cidade. Ainda nesse ano, foi criado o Conselho da Cidade, uma instância participativa para a gestão do programa.

O segundo mandato do prefeito Pezão encerrou-se em 2004, e os méritos alcançados pelo desenvolvimento local de Pirai o tornaram vice-governador do estado do Rio de Janeiro, na chapa de Sérgio Cabral, do PMDB, eleito em 2006. Na Prefeitura de Pirai, Arthur Henrique Gonçalves Ferreira, o Tutuca, também do PMDB, assume a gestão em 2005 para dar continuidade aos trabalhos da gestão anterior. É reeleito em 2008, ficando com o mandato até 2012.

Desenho de gestão

A partir desta infraestrutura de rede, foi elaborado um desenho de gestão com foco em quatro grandes eixos de atividades, cada um com objetivos específicos, mas integrados ao plano maior. Estes eixos receberam a denominação de: .GOV, .EDU, .ORG e .COM. Vejamos mais apuradamente cada um deles.

O eixo denominado .GOV se concentra nas ações propriamente governamentais, com vista ao governo eletrônico. Consiste na transformação da administração pública por meio da reorganização digital do fluxo de informações e dos procedimentos, modernizando e racionalizando a gestão de forma estratégica, agilizando os serviços e proporcionando maior transparência e interatividade com o cidadão, aproximando governo e sociedade e permitindo maior capacidade de ação e decisão. De uma maneira geral, todas as secretarias participam do eixo .GOV, mas sua coordenação está a cargo das secretarias de Governo e Planejamento.

A informatização da gestão pública implica, em primeiro lugar, equipar com computadores todos os setores da prefeitura para, em seguida, estabelecer uma

comunicação digital dentro da administração, por meio da intranet, e para fora, por meio do Portal da Prefeitura.

Com a criação da intranet e de contas de *e-mail* para todos os funcionários, os procedimentos internos tornam-se mais ágeis. Com o Portal da Prefeitura e um sistema de informações de apoio ao cidadão – que passa por ouvidoria, acesso às contas, taxas e tributos *on-line* – há redução de burocracia, acesso imediato à informação, maior monitoramento e controle público dos gastos administrativos. Esta informatização ainda produz enorme redução do volume de papel e proporciona articulação intersetorial por meio da comunicação entre os servidores e integração entre bancos de dados, otimizando os serviços prestados à população.

O processo de informatização da administração pública é um aspecto de mudança paradigmática, pois exige novos aprendizados, tanto técnicos quanto conceituais, por parte dos servidores e também dos cidadãos. O trabalho diário dos servidores, seus hábitos e práticas cotidianas, passam por mudanças substanciais no novo contexto tecnológico. O elemento comunicação torna-se presente em todas as atividades, a interatividade com o cidadão é uma nova realidade e a transparência enfrenta menos subterfúgios. Considerando que a prefeitura contava com seis computadores no início do projeto, podemos ter em vista o investimento necessário em capacitação e reciclagem de funcionários, e as resistências e dificuldades que todo processo de mudança envolve.

Para a efetivação de uma governança eletrônica também é necessário um processo de aprendizagem dos cidadãos, que envolve a apropriação tecnológica e a consciência das novas possibilidades para fazer valer seus direitos. Objetivando isso, assim como a organização da sociedade civil num sentido maior, é que foi pensado o eixo .ORG. Este eixo visa compartilhar com a comunidade os caminhos de incorporação das tecnologias informacionais, transformando o cidadão no principal ator da produção, gestão e usufruto dos benefícios gerados pelo desenvolvimento local. Trata-se de integrar *on-line* toda a comunidade, encorajando os cidadãos a interagir com o governo, criando sistemas de governança eletrônica, nos quais as decisões são compartilhadas.

O eixo .ORG está diretamente relacionado ao Programa de Promoção de Trabalho e Renda com Fomento ao Cooperativismo, iniciado em 1997 com o Programa de Desenvolvimento Local de Piraí, conforme descrevemos anteriormente. Dessa forma, aposta nos telecentros instalados em cada distrito e nos terminais de acesso ou quiosques instalados em cada bairro, como espaços estratégicos.

Os telecentros são concebidos como agências de desenvolvimento local, oferecendo uma série de serviços como cursos, capacitação empreendedora, legalização *on-line* de cooperativas e associações de produtores, sistema de comércio solidário, cadastramento para microcrédito e teletrabalhos com serviços oferecidos via internet e *software* disponível no telecentro. Nos quiosques também foi disponibilizado sistema de procura de empregos. A prefeitura criou 25 mil contas de *e-mail*, a serem distribuídas à população.

Juntamente com essas ações, foi criado o Conselho da Cidade, em 2004, que acompanha o impacto territorial desta transformação.

O eixo .COM visa integrar as empresas no Programa Piraí Digital, por meio de um regime de parceria com a prefeitura. Numa perspectiva de responsabilidade social, as empresas, indústrias e comércios estabelecidos no município contribuem na extensão, aperfeiçoamento e manutenção da rede para toda a comunidade e, como contrapartida da prefeitura, tem acesso à rede e seus benefícios como integrantes da comunidade.

Enfim, o eixo que mais vem ganhando destaque é o .EDU, responsável pela qualificação do município neste contexto informacional. Sendo o conhecimento a principal força produtiva na economia da informação, os esforços de inclusão digital para o desenvolvimento local devem investir bastante na educação, introduzindo as escolas nas novas condições tecnológicas. Assim como na gestão pública, em que a informatização vai muito além da instalação de computadores, envolvendo a formação das pessoas para um novo paradigma, na educação esta informatização requer repensar a concepção de escola, do profissional da gestão educacional, do papel do professor e do aluno, bem como do material didático.

Marshall McLuhan (2009, p. 30), um dos mais importantes pensadores da comunicação, declarou no final da década de 1950 que “um dos efeitos da circulação da informação em muitos meios de comunicação é viver em salas de aula que não têm paredes”. Situação essa que veio a se concretizar, sobretudo hoje, com a disseminação dos computadores e da internet. Assim, todo o modelo educacional desenvolvido na era mecânica, encontra-se defasado agora, na era digital.

A educação é o aspecto mais emblemático do programa Piraí Digital. Após um processo de informatização nas escolas, o município criou condições de ser o primeiro contemplado pelo projeto Um Computador por Aluno (UCA), do Ministério da Educação (MEC) e da Casa Civil. Em 2009 foram entregues *laptops* modelo *classmate* para os alunos do ensino médio e fundamental do Centro Integrado de Educação Pública (Ciep) Profa. Rosa da Conceição Guedes, do distrito de Arrozal, o que significou a maior transformação em um processo educativo, já experimentada no Brasil.

O projeto UCA nasceu em 2005 como uma versão brasileira do One Laptop per Child (OLPC), desenvolvido por Nicholas Negroponte, fundador do Media Lab do Massachusetts Institute of Technology (MIT), e pelo educador Seymour Papert, mas levou quatro anos para conseguir se efetivar devido à dificuldade em fabricar um PC com valor acessível ao projeto.

Na primeira tentativa de leilão, em 2007, a melhor proposta foi da Positivo Informática, que ofereceu cada PC por R\$ 654,50 (AREDE, 2009, p. 49), empresa que forneceu os computadores portáteis a Piraí. Segundo o site oficial do projeto, o UCA é definido da seguinte maneira: “Incorporação do uso das tecnologias da informação e comunicação a partir da possibilidade de uso individual do aluno, como instrumento a serviço do projeto pedagógico, para contribuir na interação

entre professores e estudantes e como estratégia de encorajamento do aluno como produtor de conhecimento”¹⁴.



© Elaboração própria

Caderno e *notebook* dividem espaço na carteira

Preparar as escolas para o novo paradigma significa adequá-las tanto do ponto de vista físico quanto humano e de conteúdos, um processo de mudança que enfrenta dificuldades e resistências. Do ponto de vista físico, a Prefeitura de Pirai fez todo o serviço de reforma nas estruturas para a chegada da rede: instalação de laboratórios de informática e, mais tarde, com a chegada do UCA, foi necessário projetar e construir móveis próprios para o acondicionamento dos *laptops*, com extensões para o recarregamento das baterias.



© Elaboração própria

Armários acondicionam *notebooks* em sala de aula

O mais difícil foram os processos de adaptação humana e pedagógica, pois neles são tensionados os novos paradigmas com os já estabelecidos. Segundo Joemar, diretor do Ciep de Arrozal, em entrevista concedida para esta pesquisa:

Tudo o que é novo surpreende, e a educação é um processo lento. Quebrar um paradigma não é algo que se faz de um dia para o outro. Quando a instituição aposta que o novo vai ser mesclado com o antigo, as coisas acontecem. Nós não abandonamos completamente as práticas antigas, não abandonamos o giz e o quadro negro, não abandonamos e nem vamos abandonar o livro didático, apostamos nessa combinação entre a tecnologia e o tradicional¹⁵ (Entrevista concedida ao autor).

¹⁴ <http://www.uca.org.br>

¹⁵ Entrevista realizada no Ciep Rosa Conceição, de Arrozal, 10 de março de 2010.

Esta combinação é necessária num processo de transição, principalmente quando se enfrenta resistência por parte de alguns; e essa resistência foi demonstrada, principalmente, pelos professores e outros profissionais do ensino, como a própria direção da escola. Da parte dos estudantes, pelo contrário, o processo de mudança é motivador, qualquer estudante fica animado com a possibilidade de utilizar *laptops* e internet como instrumentos de ensino, e apresentam muito pouca dificuldade em se adaptar. No caso dos professores e demais profissionais, são necessárias capacitações permanentes, tal como vem sendo feito pela Secretaria Municipal de Educação. Ângela Maria Reis, secretária de Educação, disse em entrevista que:

Não adianta dar o computador na mão do aluno e não capacitar os professores para dar um direcionamento.¹⁶ Porém, estamos em pleno processo de construção, de transição, que é marcada pela resistência, pelo medo do novo que, principalmente, têm os professores. Mas temos que mostrar que o aprendizado é de todos. Eu mesma participo dos treinamentos para motivar os professores. O envolvimento dos diretores das escolas é importante, foi por meio deles que chegamos primeiro, antes dos professores e dos alunos, se eles não estiverem sensibilizados nada acontece¹⁷ (Entrevista concedida ao autor).



© Elaboração própria

Capacitação de professores

A resistência dos profissionais da escola, principalmente dos professores, se deve ao fato de que, diferentemente dos estudantes, eles não dominam ou mesmo pouco utilizam computadores e, assim, se veem vulneráveis, quase como se pudessem ser descartados do processo de ensino. Por outro lado, há toda uma cultura da educação assentada em determinadas metodologias e instrumentos, na qual foram formados até hoje, sendo difícil se desvencilhar. Neste sentido, o que está em questão nos processos de capacitação é a sensibilização às exigências do mundo contemporâneo, no qual as mudanças não são apenas importantes, mas inevitáveis. São necessárias aprendizagens novas para atualizar esses profissionais nas possibilidades oferecidas pelos novos instrumentos, os quais também precisam ser acompanhados de novas metodologias. Os professores precisam aprender a lidar com *e-mails*, com *softwares* que auxiliam os trabalhos pedagógicos que comportam diário *on-line* e uma rede interativa entre os professores das diferentes escolas, além de repensar o seu papel como educadores.

16 Entrevista realizada na Secretaria de Educação de Pirai, 11 de março de 2010.

17 Ibidem

No novo contexto, não há mais como o professor desempenhar o papel de único detentor do conhecimento que deve ser transmitido ao aluno. A internet em sala de aula abre um horizonte muito mais amplo de acesso ao conhecimento que o conteúdo limitado encerrado no livro didático e no professor. A educação torna-se um processo de construção coletiva do conhecimento entre alunos e professores, no qual este último desempenha o papel de orientador, problematizador e coprodutor na construção do conhecimento.

Com relação aos estudantes, as mudanças são muito mais fáceis, pois estes se sentem mais estimulados com os novos instrumentos e métodos de aprendizagem. Entretanto, a educação, neste cenário, não deve perder de vista que sua função é desenvolver competências e habilidades que formem um cidadão capaz de conviver, se comunicar e dialogar num mundo interativo e interdependente. Nesse sentido, devem ser adequados os parâmetros curriculares, construindo propostas pedagógicas numa perspectiva multidisciplinar. As tecnologias informacionais, muito mais dinâmicas que os materiais impressos, atuam com grande eficiência na produção de conhecimento, na investigação e na solução de problemas para tomada de decisão. Conhecimento esse não mais transmissível do mestre ao aluno, mas que aflora no interior de uma discussão, de um diálogo.

O maior interesse dos alunos pela escola foi citado também pelo diretor Jocemar e pela secretária de Educação Ângela. Este é um resultado que já pode ser observado, dado que a informatização é relativamente recente, principalmente o projeto UCA, que começou a funcionar no segundo semestre de 2009. O diretor Jocemar Rodrigues ainda cita como resultado observável, além de uma evasão escolar mínima, que não chega a 1% – “os alunos têm prazer em ficar na escola; hoje, uma professora faltou e os alunos não foram embora” –, a avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (Ideb), no qual a escola foi mal avaliada em 2005 e, em 2009, acabou superando as expectativas para 2015.

Relação com políticas públicas

A experiência de Piraí Digital se relaciona com as esferas governamentais, municipal, estadual e federal.

No nível municipal, é feita a gestão do programa, combinando atribuições públicas e privadas, mas sob a responsabilidade da administração pública direta. A prefeitura é quem fornece internet banda larga no território do município, levando o cabo para 108 prédios, entre eles escolas, hospitais, postos de saúde, bibliotecas, delegacias, casas de cultura, telecentros, rádios comunitárias e empresas, em contrapartida a contribuições que estas últimas dão para a expansão e melhoria da Rede. E, também, via espectro aberto de Wi-Fi para toda a extensão do município. Contrariamente ao projeto original, a prefeitura não leva o cabo diretamente aos lares, devido à inviabilidade financeira para tal. No projeto original, a prefeitura realizaria este serviço pela metade do preço oferecido pelas operadoras, o restante seria cobrado como uma taxa de infraestrutura urbana, tal como água ou luz.

Porém, o marco regulatório nacional deste setor, contido na Lei Geral das Telecomunicações, não autoriza a comercialização deste serviço pelo poder público, podendo este somente oferecê-lo gratuitamente. Neste caso, os custos se tornam inviáveis para a Prefeitura de Piraí. Contudo, com uma antena de Wi-Fi é possível ter acesso gratuito. Como política pública, chamamos a atenção para o fato de que a Rede é concebida como uma infraestrutura urbana, ancorada numa ideia de direito à informação e à comunicação como parte do direito à cidade, ou seja, como bem público.

Na esfera estadual, há o programa Infovia-RJ, da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, que objetiva conectar os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro, via Rede de Governo, uma espinha dorsal de fibra óptica que atravessa o estado e da qual é possível puxar *links* para os municípios. A Rede de Piraí é conectada ao *link* do Infovia-RJ, que faz a manutenção do mesmo. Com a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, também há uma parceria com o Centro de Educação a Distância do Rio de Janeiro (Cederj), que criou no município uma universidade a distância, na qual o governo cede os equipamentos (laboratórios, material didático, sistema de videoconferência), a UFRJ disponibiliza professores para tutoria e desenvolvimento do material didático, e a prefeitura fornece espaço físico e assume a administração. A Secretaria de Ciência e Tecnologia ainda financiou o telecentro da Apae de Piraí. E, por fim, a Faperj, que financia projetos de pesquisa visando a replicação da experiência.

Pelo governo federal são diversas as políticas públicas que contribuem para o Piraí Digital. A primeira delas, que deu início à construção da Rede, é o Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT), do BNDES. Este programa, que havia sido criado para beneficiar municípios com mais de 500 mil habitantes, modificou seus critérios para atender Piraí, com cerca de 25 mil habitantes em 2002, época em que acessou o recurso. A direção do BNDES se sensibilizou com a proposta apresentada e pelo fato de o município ter investido num plano diretor de informática, coisa que muitos municípios grandes nunca fizeram.

O Ministério da Educação (MEC) tem um papel importante no programa: primeiro beneficiou as Escolas Públicas com o Programa Nacional de Tecnologia Educacional para Escolas Brasileiras, construindo laboratórios de informática para os alunos e, mais recentemente, o município foi pioneiro no projeto Um Computador por Aluno (UCA), cujo objetivo é fornecer *notebooks classmate* PC para cada aluno da rede pública, para trabalho em sala de aula. No segundo semestre de 2009, Piraí adquiriu 5.500 *notebooks*, gerando grandes mudanças nas dinâmicas de ensino-aprendizagem, reconfigurando o papel de alunos e professores. O Ministério da Ciência e Tecnologia destina recursos para expansão da Rede, sistema de videoconferência e desenvolvimento de conteúdos nas áreas de Educação e Saúde. O Ministério do Desenvolvimento fornece equipamentos para telecentros, e o CNPq financia o desenvolvimento de conteúdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, neste estudo, que o elemento preponderante é a cultura digital, a cultura das redes, do compartilhamento de informações e conhecimentos, da produção colaborativa, da desintermediação; características essas que renovam os modelos de democracia e participação cidadã. Outros elementos, como a governança democrática, a colaboração e a corresponsabilização se manifestam aqui a partir da cultura digital.

No que se refere à governança democrática, pode-se dizer que na cultura digital ela é praticamente um pressuposto. As redes tendem a uma configuração acêntrica, com direitos e responsabilidades iguais entre os pontos, e a informação tende a circular de forma livre, sendo compartilhada. Neste contexto, a transparência se torna muito difícil de ser monitorada, e o emprego intensivo da comunicação proporciona uma maior interatividade entre governo e sociedade, o que ressignifica a participação cidadã.

A mesma arquitetura acêntrica da rede e as novas tecnologias de informação e comunicação, que numa economia informacional são também tecnologias de produção e transformam todos que estão conectados à rede em potenciais produtores, também geram dinâmicas de produção colaborativa, de corresponsabilização e desintermediação. As duas primeiras se manifestam na efetivação do programa, conseguida com uma ampla rede parcerias envolvendo as três esferas governamentais, iniciativa privada e terceiro setor, onde cada um tem seu papel na expansão e potencialização da rede como um bem comum.

Processos de desintermediação, colaboração e corresponsabilização também podem ser observados na escola, após a informatização e reforma pedagógica que instituiu novas relações professor-aluno, muito mais baseadas na troca, por meio das quais o conhecimento aflora do diálogo.

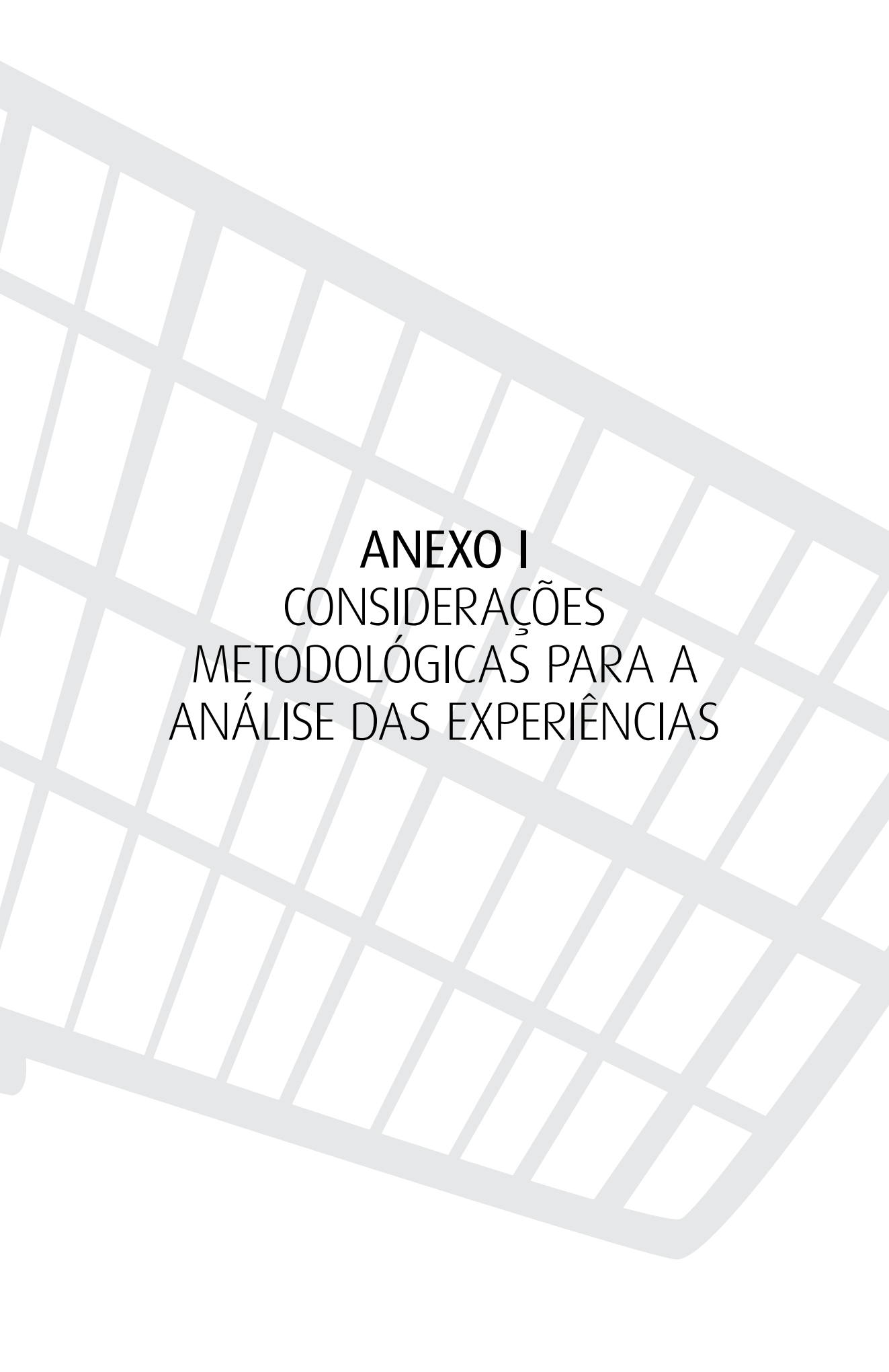
Outro elemento proposto na pesquisa e muito presente na experiência de Pirai é a valorização do local. O Programa de Desenvolvimento Local de Pirai, iniciado em 1997, teve suas diretrizes estabelecidas a partir do Perfil Econômico Municipal, a fim de partir de suas características internas. O Pirai Digital, dando continuidade ao programa de desenvolvimento, manteve-se focado na valorização do local, resgatando e potencializando sua cultura com o auxílio das tecnologias digitais.

BIBLIOGRAFIA

- AREDE. Anuário de Inclusão Digital 2009/2010.
_____. Edição nº 22, janeiro/fevereiro/2007.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede. Vol. 1*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- COCCO, Giuseppe. *Mundo Braz: o dever-mundo do Brasil e o dever-Brasil do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- COELHO, Franklin Dias. *Cidade digitais: caminhos de um programa nacional de inclusão digital*, 2006 (texto não publicado).
- _____. A cidade digital e a apropriação social da inovação tecnológica. In SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.), *Cidadania e redes digitais*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010.
- HARDT, Michael e NEGRI, Antônio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- IBGE. *Estimativas das populações residentes em 1º de julho de 2009, segundo os municípios*, 2009. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/homr/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009 DOU.pdf](http://www.ibge.gov.br/homr/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009%20DOU.pdf). Acesso em: fevereiro de 2010.
- MCLUHAN, Stephanie; STAINES, David (orgs.). *Compreender-me: conferências e entrevistas*. Lisboa: Relógio D'Água, 2009.
- SADAO, Edson. *Piraí – Município Digital*, 2007.
- SILVA, Lessandra. *Programa de Desenvolvimento Local de Piraí*. Programa Gestão Pública e Cidadania. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

Sites consultados:

- <http://www.canarie.ca/about/index.html>
- <http://www.cityofchicago.org/CivicNet>
- http://www.proderj.rj.gov.br/noticia.asp?mat_id=1109
- <http://www.intel.com/business/bss/industry/government/digitalcommunity-best-practices.pdf>
- <http://www.AREDE.inf.br/inclusao/edicoes-anteriores/76-%20/817>



ANEXO I

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS PARA A ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS

1. INTRODUÇÃO

Este documento busca orientar os pesquisadores que farão os estudos das experiências no âmbito do Projeto Novos Paradigmas de Produção e Consumo. Aqui são apresentadas orientações gerais referentes à coleta de dados e aos eixos de análise, de forma a produzir estudos que tenham olhares similares para as experiências e que, portanto, possam ser comparados de forma a apontar para as conclusões da pesquisa.

Os estudos de caso deverão abarcar um olhar descritivo (descrição clara da experiência, identificando os atores envolvidos, funcionamento, antecedentes, etc), analítico (além da descrição, é preciso entender a experiência e sua relação com fenômenos explícitos e implícitos circunscritos à estrutura socioeconômica e política em que cada experiência se insere) e avaliativo (após a descrição e análise, será preciso um esforço de avaliação em múltiplas dimensões, que serão expostas ao longo deste documento).

Antes das determinações metodológicas, faz-se necessário algumas considerações em relação à função dos estudos de caso na metodologia e nos resultados esperados do Projeto Novos Paradigmas de Produção e Consumo.

2. QUAL É O OBJETIVO DA ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS NESTE PROJETO?

As análises de experiências neste Projeto se configuram como objetivo específico e não geral. Sua função é metodológica e isso é fundamental estar claro. Este Projeto não se localiza no campo da sistematização de boas práticas ou de experiências inovadoras, de forma que o estudo das experiências aqui tem a função de analisar, em suas múltiplas dimensões, os elementos que dialogam com novos paradigmas de produção e consumo.

Desta forma, a observação das experiências neste Projeto tem por objetivo captar e analisar como determinados elementos, já em curso, apontam para um novo paradigma que está se manifestando, ainda que ele se materialize em um contexto “adverso”, pautado por uma lógica que reproduz o padrão de desenvolvimento dominante.

Assim, a análise da experiência busca não apenas registrar aquela experiência e a sua especificidade, mas averiguar como aquele paradigma está se manifestando na realidade. Por exemplo, o estudo do Banco Cacaos tem como objetivo final subsidiar a análise sobre como está se consolidando na realidade brasileira um novo paradigma financeiro/monetário, que se manifesta hoje por meio dos bancos comunitários, das moedas sociais, do microcrédito, do aval solidário e por uma série de outros elementos que são a manifestação de uma outra lógica ligada às micro-finanças. A análise das experiências permitirá ao Projeto compreender na prática quais são as questões que impedem ou permitem o avanço destes novos paradigmas, e nesse sentido, o trabalho de campo adquire uma importância fun-

damental, devendo aportar elementos para esta reflexão. Desta forma, o pesquisador que realizará este estudo de caso, deve conhecer mais do que a experiência em si, mas compreender o campo em que a experiência está inserida. Voltando ao caso do Banco Cocal, a análise da experiência passará certamente pela análise da Rede de Bancos Comunitários que recentemente se constitui no Brasil, além disso, passará também pela atual aproximação desta rede com o Banco Central e o seu interesse em constituir um marco legal para este campo.

O Projeto Novos Paradigmas de Produção e Consumo possui três níveis de análise:

- Micro – as experiências, seus acúmulos práticos e suas especificidades (ex. Banco Cocal, Rede Ecovida, PAIS e as outras experiências selecionadas);
- Meso – as articulações e redes, os marcos legais, as políticas públicas e o campo de experiências similares (ex. a Rede de Bancos Comunitários, as outras experiências de bancos comunitários, o movimento de agroecologia, os modelos de certificação orgânica, a Rede de Tecnologias Sociais etc.);
- Macro – conceitos, tendências, novos paradigmas, modelos de desenvolvimento etc.

A análise das experiências deve envolver a coleta de dados e de informações e a análise nos níveis micro e meso, além de oferecer subsídios para o nível macro de análise. Ou seja, neste Projeto as experiências (micro) são observadas dentro de uma análise meso e macro.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA ANÁLISE

A metodologia de análise das experiências se baseará em um roteiro geral de coleta de dados, informações e percepções e em eixos de análise, que são os instrumentos comuns de campo a todas as experiências. As experiências que serão estudadas são muito diferentes entre si, o que tornou impossível a elaboração de instrumentos e orientações muito específicos. Por exemplo, não é possível definirmos quais são os atores que devem ser entrevistados, pois os atores envolvidos na experiência do Banco Cocal são totalmente diferentes daqueles envolvidos com a Justa Trama. Assim, foram elaboradas determinações genéricas, que o pesquisador deve aplicá-las em cada experiência e definir, por exemplo, quem são os atores a serem entrevistados e o enfoque que será dado para cada análise.

Da mesma forma, o pesquisador deve definir os métodos de coleta de dados, informações e percepções mais adequados à cada experiência. Entrevistas com diversos atores é uma das formas mais utilizadas no trabalho de campo, sendo que, de forma geral, uma experiência possui a participação de gestores/técnicos, beneficiários, atores políticos, lideranças sociais, associações representativas e entidades de apoio. Neste sentido, devem ser realizadas entrevistas de forma a contemplar a visão de todos os “lados” envolvidos, sendo que a especificidade de cada experiência poderá incluir outros atores. Desta forma, o

pesquisador deve realizar **no mínimo 6 entrevistas em profundidade** ao longo do trabalho de campo.

O trabalho de campo inclui, além das entrevistas, visitas a determinados locais, levantamento bibliográfico e documental, conversas informais, bem como outras formas de registro da experiência. Abaixo, a metodologia de estudo da experiência está dividida em duas partes: uma descritiva, que envolve basicamente a coleta e sistematização de dados, informações e percepções; e uma outra analítica, que refere-se à reflexão sobre esta primeira parte. Esta divisão, entre descrição e análise, deve ser respeitada também na elaboração do Relatório, que será tratado mais a frente.

3.1. COLETA DE DADOS, INFORMAÇÕES E PERCEPÇÕES

Nesta parte descritiva da experiência (micro), são definidos seis pontos principais de observação que devem guiar a coleta de dados, informações e percepções, bem como a descrição da experiência. São eles:

a) Características gerais da experiência (3-4 página)

- Descrição panorâmica: apresentar, de forma sucinta, do que se trata a experiência;
- Objetivos: identificar quais são os objetivos enunciados pela experiência;
- Parcerias: identificar os principais parceiros atuais e o tipo de colaboração existente;
- Pretensão: identificar qual é a situação que a experiência busca reverter ou potencializar;
- Políticas públicas: identificar se a experiência se beneficia de alguma política pública específica para seu campo de atuação, quais são as que influenciam positivamente e negativamente, o que deveria ser mudado nas políticas públicas existentes e qual tipo de apoio público seria mais interessante e viável para a experiência.

b) História e antecedentes: neste tópico deve-se apresentar um breve relato (3-4 páginas) sobre a origem da experiência, destacando os principais motivos de seu surgimento, bem como sua história e desenvolvimento. Para tal, deve-se atentar aos seguintes pontos:

- Etapas-chave: identificar na história da experiência etapas, fases, períodos em seu desenvolvimento, identificando as características de cada um deles e o que marcou sua superação (ou não);
- Recursos aplicados na experiência: identificar os recursos financeiros e não-financeiros destinados à experiência ao longo de sua história, relacionando-os com sua origem e destinação específica;
- Atores sociais envolvidos: identificar na história de cada experiência, seus idealizadores e protagonistas, bem como seus papéis e a interação entre eles.

c) Localidade e suas características (3-4 páginas): buscar explorar em que me-

dida o contexto geográfico, político, social e cultural determina a existência e a forma de funcionamento da experiência¹.

- Território de atuação: delimitar e descrever toda a abrangência territorial em que a experiência ocorre;
- Diagnóstico socioeconômico: apresentar as principais características socioeconômicas do território, a partir de dados já existentes e a caracterização das forças políticas;
- Indicadores: selecionar alguns indicadores existentes para a(s) região(ões) que possam complementar a caracterização territorial da experiência, com base em indicadores demográficos, econômicos e sociais², comparando-os em âmbito regional, estadual e nacional, de acordo com a necessidade;
- Identificar a problemática territorial que dá origem à experiência;
- História da localidade: identificar na história da região o que é relevante para contextualizar a experiência, fazendo conexões entre os antecedentes regionais e da experiência.

d) Caracterização dos beneficiários e/ou envolvidos na experiência (3-4 páginas): para caracterizar os beneficiários e os envolvidos na experiência, o pesquisador deverá buscar coletar dados já sistematizados, de forma que ele não deve fazer uma pesquisa com todos eles para tentar encontrar as informações necessárias (a menos que isso seja possível). Além disso, esta caracterização deve ser complementada com informações qualitativas, que podem ser obtidas em entrevistas e por meio de observação direta. Abaixo, estão indicações de informações a serem coletadas para os beneficiários:

- Distribuição de gênero/raça;
- Distribuição de faixa etária;
- Grau de escolaridade;
- rendimento mensal individual/familiar;
- Motivações/interesses para a participação na experiência e os resultados obtidos no campo pessoal, familiar e da comunidade.

Como será possível perceber no tópico seguinte, que tratará da análise da experiência, a coleta de dados para a caracterização dos beneficiários é um etapa fundamental. Desta forma, a coleta dos dados acima sugeridos deve ser complementada a partir dos enfoques analíticos definidos no Item 3.2: Análises Transversais.

e) Gestão da iniciativa (2-3 páginas): neste tópico, pretende-se apresentar a forma de funcionamento da experiência, com base nos seguintes pontos:

1 Nesta parte, sugere-se visitar o material (banco de dados) que vem sendo produzido pelo Instituto Pólis, no que concerne ao Relatório das Cidades. Esta importante pesquisa traz um banco de dados bastante completo que poderá subsidiar informações referentes à caracterização/contextualização dos municípios / territórios que serão visitados.

2 Sugerem-se os seguintes indicadores, que podem variar de acordo com a especificidade de cada experiência: população total, população urbana/rural, renda per capita, IDH, densidade populacional, Coeficiente de Gini.

- Tomada de decisão: como é a forma de governança da experiência, elaborando um organograma simples;

- Participação: identificar como a participação se expressa na experiência, chamando atenção para os atores (cidadãos em geral, autoridades públicas, técnicos, empresários, lideranças comunitárias, etc.), mecanismos e espaços de participação (conselhos, assembléias, plebiscitos, mesas de trabalho, etc.) e em que fase ela ocorre (diagnóstico, consulta sobre a ação, formulação e desenho, implementação e execução, avaliação, controle social da gestão pública ou prestação de contas);

- Avaliação e planejamento: caso haja procedimentos de avaliação e planejamento, descrever as ferramentas e mecanismos utilizados, os atores envolvidos e a periodicidade.

f) Resultados e desafios (5-6 páginas): neste ponto, pretende-se avaliar os avanços, entraves e retrocessos que permeiam a dinâmica da experiência, destacando os seguintes aspectos:

- Resultados: apresentar em tópicos os resultados quantitativos e qualitativos segundo os objetivos listados;

- Desafios: apresentar em tópicos quais são os maiores desafios ao desenvolvimento da experiência, bem como suas fragilidades e fatores de sucesso;

- Inovações: quais foram as mudanças que a experiência gerou na região ou em seu âmbito de atuação (tais como desenvolvimento de uma nova temática, busca de novas soluções aos problemas, inclusão de novos atores, desenvolvimento de novos enfoques, estratégias e metodologias, modificações na gestão interna, mudanças em como pensar a ação, novas formas associativas, articulação com novos arranjos institucionais, reaplicação de tecnologia e/ou metodologia, etc.).

Estes são, então, os seis pontos guias para a coleta de dados sobre a experiência. No entanto, conforme já foi explicado acima, o estudo da experiência, neste projeto, transborda a delimitação micro e avança na caracterização meso (5-7 páginas). Assim, deve-se realizar também um levantamento sobre o campo em que esta experiência está inserida, e para tanto os seguintes tópicos podem ser utilizados como guia:

- Marcos legais e regulatórios;
- Políticas públicas existentes e em construção;
- Articulações e redes;
- Outras experiências, suas características e distribuição geográfica;
- Entidades de fomento e assistência;
- Principais demandas e desafios

Nesta parte, as análises devem também relacionar as questões micro e meso, no sentido de responder se, por exemplos, foram criados marcos legais e regulatórios/articulações e redes que favoreceram a experiência? Quanto da experiência foi importante para a criação destes?

A pesquisa sobre o campo meso em que a experiência está inserida deve ser realizada antes, durante e depois da visita de campo. Devem ser utilizadas formas variadas para a coleta destas informações, como consulta a páginas da internet de entidades de apoio, entrevistas por telefone com pessoas de referência nesta área, pesquisa em bases de dados, entre outras.

3.2. ANÁLISES TRANSVERSAIS

A partir dos dados coletados e sistematizados, para realizar a análise da experiência (10-15 páginas), estão definidos quatro eixos transversais.

a) Políticas Públicas

Este eixo de análise busca, a partir do estudo em campo, gerar subsídios para a formulação da plataforma de políticas públicas prevista no final do Projeto. Para tanto, é importante que sejam coletadas percepções e opiniões dos envolvidos nas experiências sobre quais são as necessidades de apoio público e avaliações sobre os existentes. Seguem algumas questões orientadoras:

- Quais políticas públicas beneficiam atualmente a experiência e permitem seu desenvolvimento? Com relação a estas políticas públicas, quais são as críticas existentes e quais são as melhorias sugeridas?
- Quais são as políticas públicas que não atingem a experiência, mas que poderiam vir a gerar resultados positivos para o seu desenvolvimento?
- Que tipo de políticas públicas poderiam ser criadas para promover o desenvolvimento da experiência e de outras em seu campo?
- Qual nível de poder (municipal, estadual ou federal) está mais presente no apoio a esta experiência atualmente? Qual é o nível de poder mais capaz e adequado de apoiar esta experiência e outras no seu campo?

Nos pontos guias para a coleta de dados, informações e percepções a questão das políticas públicas está presente, mas o pesquisador deve formular os roteiros de entrevistas e visitas já atento a este eixo de análise.

b) Bem Viver

O conceito de “bem viver” e as diversas experiências de criação de indicadores que se contrapõem ao PIB e buscam ressignificar o desenvolvimento não puderam ser incorporados entre as experiências que serão estudadas, por ser um tema transversal e as iniciativas no Brasil ainda serem recentes. Assim, buscamos incorporar este elemento metodologicamente. Obviamente que não será criado um indicador de análise das experiências a partir do conceito de bem viver, mas serão adotadas as dimensões de análise comumente contempladas nestes indicadores, para, de forma simples, avaliar como cada experiência contribui para o bem viver de seu público, buscando superar as avaliações puramente numéricas e econômicas. Esta avaliação será essencialmente qualitativa e baseada na percepção do pesquisador a partir da observação da experiência.

No entanto, para trazer insumos à percepção do pesquisador, este eixo de análise dispõe de um instrumento de coleta de dados específico, que deve ser combinado com os outros roteiros que serão elaborados pelos pesquisadores. Assim, foi elaborado um roteiro qualitativo que busca levantar informações de como a experiência influencia no bem viver dos envolvidos e da localidade onde ela está presente.

Assim, o pesquisador deverá desenvolver esta análise a partir dos dados, informações e percepções coletados ao longo da pesquisa e com base nas entrevistas realizadas a partir deste instrumento específico, denominado aqui como “Roteiro sobre o Bem Viver”. No anexo 1 deste documento, encontram-se orientações gerais para a aplicação deste instrumento e o próprio roteiro.

c) Gênero e Raça

A inclusão das dimensões gênero e raça, na análise das experiências, objetiva identificar o grau de preocupação por parte dos atores envolvidos, com esses aspectos tanto na própria concepção da experiência como no seu desenvolvimento. Objetiva ainda identificar até que ponto a experiência avança ou não no desafio de enfrentamento das questões da desigualdade social entre homens e mulheres e ainda, de que forma trata as especificidades das questões que envolvem as desigualdades raciais e a luta pelos direitos raciais. Neste sentido vale checar se estas dimensões estão presentes nos objetivos, estratégias e resultados desenhados nas experiências.

Em relação aos dados a serem coletados e aos aspectos a serem observados e dialogados, nos quesitos gênero e raça, destacam-se alguns pontos que favorecerão a análise transversal posterior:

- como estão posicionados/as, na estrutura de poder desses projetos, homens, mulheres, afro descendentes e outras etnias? Há estratégias específicas para inserção de mulheres e negros nessa estrutura?
- para além dessa estrutura, quais os papéis e o real protagonismo dos atores envolvidos na experiência (homens, mulheres, afro descendentes e outras etnias) traduzidos em ações, responsabilidades, grau de autonomia, renda, credibilidade interna, visibilidade externa etc.?
- em relação aos dados quantitativos, procurar desdobrá-los em porcentagens para homens e mulheres, negros e brancos ou outras etnias;
- procurar identificar qualitativamente de que forma são apropriados, por todos os envolvidos na experiência, os ganhos do projeto (diferenciando entre homens, mulheres, afro descendentes e outras etnias);
- procurar levantar ou descobrir se a experiência tem algum vínculo com movimentos ou organizações de mulheres e negros, bem como com feministas ou com Conselhos da Condição da Mulher ou da Condição Racial, e, se possível, como se dá ou deu essa relação;
- procurar levantar ou descobrir se a experiência tem algum vínculo com o poder público, local ou em outra esfera e, em especial, com departamentos ou se-

cretarias da mulher ou da condição racial.

- O que seria um ganho de gênero e/ou de raça nesta experiência?

d) Desafios e Estratégias

Estando as experiências convivendo concomitantemente ao sistema inserido no paradigma hegemônico, os estudos de campo buscam, em grande medida, responder quais são os desafios e as estratégias daqueles que estão materializando novos paradigmas na sociedade atual. O objetivo aqui é entender quais são, nesta relação com o hegemônico, as questões que limitam e quais impulsionam o desenvolvimento dessas experiências. Além disso, quais são as formas que os atores destas experiências encontram para conviver com o sistema hegemônico. Por exemplo, sabe-se que a atividade dos bancos comunitários e a circulação das moedas sociais foram diversas vezes impedidas pelo Banco Central Brasileiro, que está fundado em um paradigma financeiro/monetário que não é compatível com tais experiências. Recentemente este Bacen pediu desculpas públicas ao Banco Palmas e está interessado em regulamentar este campo. Este é um fato ilustrativo, que permite entendermos qual era a estratégia utilizada pelas experiências para lidar com o Bacen, como esta “ilegalidade” impedia o desenvolvimento deste campo de experiências, como foi o processo de avanço e quais interesses fazem com que tal instituição queira regulamentar este setor.

Para guiar esta análise, seguem algumas questões para guiar a análise neste eixo:

- Quais são os limitadores (das mais diversas naturezas) ao desenvolvimento da experiência e de outras neste campo? Estes limitadores são de natureza política, financeira, cultural, geográfica, institucional ou outra?
- Quais são as estratégias que estão sendo utilizadas para lidar com estes desafios?
- A importância da experiência está crescendo ou recuando diante dos modelos hegemônicos?
- A existência da experiência pressupõe alguma forma de subsídio ou apoio (financeiro, político, institucional ou outro) ou ela possui viabilidade?

Neste eixo de análise cabe destacar um desafio específico que é de extrema importância neste Projeto: a escala. Deste forma, é fundamental entender quais são os desafios para a experiência e o campo em que ela está inserida para se atingir ganhos de escala. Ou seja, que deixem de ser localizadas e consigam avançar no embate com o paradigma dominante. Sobre esta problemática, cabe mencionar que o Projeto não pretende avaliar se as experiências estudadas e os elementos encontrados conseguirão superar os padrões hegemônicos atuais no âmbito da produção e do consumo.

4. CRONOGRAMA, PRODUTOS E NORMAS TÉCNICAS

De forma concreta, o trabalho do pesquisador consistirá nas atividades, nos produtos e nos prazos abaixo descritos.

4.1. PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO EM CAMPO

As primeiras duas semanas de trabalho do pesquisador será o período de preparação para o trabalho em campo. Esta preparação se baseia no levantamento de dados sobre a experiência, o campo em que ela está inserida, as localidades em que ela ocorre, outras pesquisas e materiais já produzidos sobre a experiência e informações relevantes. Alguns dos pontos definidos para a coleta de dados podem ser respondidos antes da visita de campo, e seus dados apenas complementados com as percepções da visita.

A preparação do pesquisador ao chegar em campo é fundamental para uma boa pesquisa. A visita deve ser utilizada para coleta de informações que não possam ser obtidas previamente, mas fundamentalmente a atividade de campo deve ser utilizada para captar percepções, opiniões e informações que não aparecem nos dados publicados. Desta forma, o pesquisador deve ir a campo sabendo consideravelmente sobre a experiência e sobre o que pretende observar *in locu*.

Nesta fase, ocorrerá também uma reunião de formação dos pesquisadores para o trabalho de campo, onde a metodologia descrita poderá ser debatida e as dúvidas sanadas. Esta formação ocorrerá nos dias 4 e 5 de fevereiro, das 14h às 18h.

Assim, além da coleta de informações, o pesquisador deve elaborar três produtos, que devem ser entregues impreterivelmente até o dia 12 de fevereiro, antes das viagens de campo. São eles:

- *Agenda da visita de campo*: descrição das atividades previstas durante o campo, separando as que já estão marcadas e as que ainda estão por ser definidas.
- *Roteiro das entrevistas e visitas*: descrição de quais são as perguntas, questões envolvidas, objetivos e informações a serem levantadas em cada entrevista ou visita que se pretende realizar em campo - até 1 página por roteiro.
- *Resumo das informações levantadas*: síntese sobre o que é a experiência, sua história, quais são os atores envolvidos, a problemática existente, sua localidade e outras informações relevantes - até 3 páginas.

4.2. TRABALHO EM CAMPO

O pesquisador deve estar em campo durante cinco dias úteis completos. Durante o trabalho em campo o pesquisador realizará ao menos 6 entrevistas em profundidade, além das entrevistas com o Roteiro sobre o Bem Viver, e estas devem ser gravadas, com equipamento a ser disponibilizado, para que sejam transcritas e possam ser melhor analisadas na elaboração do relatório. Na eventualidade de que alguma entrevista não possa ser gravada, esta deverá ser registrada de forma escrita e o caso devidamente informado no “relato de visita de campo”, que é tratado abaixo. Após o retorno, o pesquisador deve entregar imediatamente os seguintes produtos:

- *Gravação das entrevistas*: arquivo digital (gravados em um CD ou DVD) da gravação das entrevistas realizadas, em profundidade e a partir do Roteiro sobre o Bem Viver, que serão transcritas para que sejam analisadas pelo pesquisador.

- *Versão prévia do relato da visita de campo*: versão preliminar do relato de campo com as primeiras impressões sobre a experiência e um quadro informando as atividades realizadas, com datas e horários - até 3 páginas.
- *Roteiros sobre o Bem Viver*: roteiros aplicados, com as respostas fechadas preenchidas.

4.3. ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO – 1ª VERSÃO

A partir do retorno da visita de campo, o pesquisador terá três semanas para a elaboração da primeira versão do relatório, que deve conter entre 35 e 40 páginas (sem anexos) e deve seguir as orientações de conteúdo acima especificadas. Com relação à forma, deve-se utilizar fonte *Times New Roman*, tamanho 12, com espaçamento 1,5. Além disso, em anexo ao relatório são exigidos os seguintes produtos:

- *Relato da visita de campo*: descrição informal das impressões e percepções sobre a visita realizada e um quadro informando as atividades realizadas, com datas e horários, bem como quais foram os objetivos alcançados em cada uma delas. (até 5 páginas)
- *Material levantado*: original, cópia ou arquivo digital (gravados em um CD) dos documentos e materiais levantados e utilizados sobre a experiência, como outras pesquisas e estudos, folhetos informativos, sites, relatórios etc. Estes materiais devem estar organizados em um listagem.
- *Fotos*: arquivos digitais de fotos captadas na visita de campo, com legendas explicativas. (até 10 fotos)
- *Dificuldades*: anotações referentes às dificuldades encontradas ao longo da realização da pesquisa. (até 3 páginas)
- *Quadro sintético*: informações breves e resumidas sobre a experiência de acordo com o seguinte quadro:

Tabela resumo da análise das experiências					
Nome	Localização	Características Gerais e Antecedentes	Relação com os Elementos sugeridos	Relação com Políticas Públicas	Impactos para a construção de NPPC

Durante a elaboração do relatório, a coordenação do projeto e o pesquisador realizarão uma reunião intermediária, na segunda semana após o retorno da visita de campo. Nesta reunião, o pesquisador deve explicar de forma sucinta como está o andamento da elaboração do relatório e quais são os principais pontos das análises. A entrega da primeira versão do relatório deve ser feita em uma versão impressa e em uma versão digital (gravada em CD ou trazida no *pen drive*).

4.4. ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO – 2ª VERSÃO

Após a entrega da primeira versão do relatório, a coordenação do projeto realizará sua análise em duas semanas. Após este período, será realizada uma reunião de devolução, quando será entregue um documento com sugestões de mudanças e discutido seus pontos principais, que podem ser pontuais ou estruturais.

A partir deste parecer, o pesquisador realizará as mudanças acordadas e a elaboração da versão final do relatório, que deve ser entregue duas semanas após a realização da reunião acima mencionada, em versão impressa e digital (gravada em CD ou trazida no *pen drive*).

4.5. OFICINAS E CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

Ao longo de 2010 serão realizados alguns eventos no âmbito desta pesquisa, em que o pesquisador deverá estar presente para apresentação de sua pesquisa e do relatório final. Primeiramente, ocorrerão oficinas de debate sobre as experiências estudadas e os relatórios elaborados, que serão ainda definidas datas e metodologias. Além disso, ocorrerá no segundo semestre de 2010 uma Conferência Internacional, cuja presença também se fará necessária. Para estes eventos o pesquisador deverá preparar apresentações específicas e eventuais documentos que sejam necessários.

4.6. CRONOGRAMA RESUMIDO

Desta forma, as atividades e os produtos que envolvem a realização do estudo de uma experiência podem ser distribuídos no seguinte cronograma:

Período	Atividade	Produto
1ª e 2ª semana	Preparação para o trabalho em campo	• Agenda da visita de campo • Roteiro das entrevistas e visitas • Resumo das informações levantadas
3ª semana	Trabalho em Campo	• Gravação das entrevistas • Versão prévia do relato da visita de campo
4ª a 6ª semana	Elaboração do Relatório – 1ª versão	• Primeira versão do relatório • Primeira versão dos anexos descritos acima
5ª semana	Reunião intermediária com a coordenação	
7ª e 8ª semana	Análise do Relatório por parte da coordenação	• Documento com sugestões de mudanças • Reunião devolutiva
9ª e 10ª semana	Elaboração do Relatório – 2ª versão	• Versão final do relatório • Versão final dos anexos descritos acima
A definir	Oficinas	• Participação do pesquisador • Apresentação específica e eventuais documentos que sejam necessários
2º semestre de 2010	Conferência Internacional	• Participação do pesquisador • Apresentação específica e eventuais documentos que sejam necessários

Fica definido que as semanas, utilizadas neste cronograma como referência, iniciam na segunda-feira e terminam na sexta-feira, assim, um produto previsto para a 10ª semana deve ser entregue na sexta-feira desta semana. Além disso, vale esclarecer que os principais produtos especificados acima serão analisados por um Comitê Interno de Avaliação, designado pelo Instituto Pólis, que fará um parecer do material entregue, que será devolvido ao pesquisador.

ANEXO 1 – INSTRUÇÕES E ROTEIRO SOBRE O BEM VIVER

Esta avaliação sobre o impacto das experiências no bem viver é essencialmente qualitativa, que busca averiguar, a partir da percepção dos atores envolvidos com a experiência, qual é o impacto desta na qualidade de vida dos beneficiários e da comunidade. Para tanto, a partir de uma adaptação das 9 dimensões que são abordadas na pesquisa do indicador Felicidade Interna Bruta (FIB), que é realizado no Butão e que se configura como a experiência mais avançada e conhecida neste campo, foi elaborado o Roteiro sobre o Bem Viver. Abaixo estão descritas brevemente estas dimensões que compõem o FIB:

- Bem-estar psicológico: avalia o grau de satisfação e de otimismo que cada indivíduo tem em relação a sua própria vida.
- Uso do tempo: busca avaliar a satisfação com a distribuição do tempo entre trabalho, família, amigos, esportes e outras atividades cotidianas.
- Vitalidade comunitária: foca nos relacionamentos e interações nas comunidades, avaliando a sensação de pertencimento, a vitalidade dos relacionamentos afetivos, a capacidade de mobilização e de auto-cooperação.
- Cultura: avalia a capacidade de manter, afirmar e fomentar as tradições e as culturas do local, examinando da existência de eventos culturais, de oportunidades de desenvolver capacidades artísticas, bem como a discriminação por causa de religião, raça ou gênero.
- Meio ambiente: Mede a percepção quanto a qualidade da água, do ar, do solo, da biodiversidade e do meio ambiente de forma geral.
- Governança e Cidadania: Avalia como é a percepção sobre a governança, a participação e a transparência nas decisões do governo, nos movimentos sociais, na mídia, no judiciário, no sistema eleitoral e em outras instituições políticas e sociais. Também capta a influência na cidadania e na exigibilidade de direitos.
- Padrão de vida: Avalia as condições materiais de vida por meio da renda individual e familiar, do nível de dívidas, da qualidade das habitações, do padrão de consumo e da percepção com relação a segurança financeira.
- Saúde: Mede a eficácia das políticas de saúde, com critérios como auto-avaliação da saúde, invalidez, exercício, sono, nutrição, etc.
- Educação: Leva em conta vários fatores como participação em educação formal e informal, competências, envolvimento na educação dos filhos, valores em educação, educação ambiental, etc.

Com quem realizar as entrevistas?

Esta entrevista sobre qualidade de vida, a partir do Roteiro sobre o Bem Viver, deve ser realizada com cerca de 8 beneficiários da experiência. No entanto, para que seja possível captar como cada um dos “lados” envolvidos na experiência enxerga o impacto desta na qualidade de vida da comunidade, perguntas deste roteiro podem ser incluídas nos roteiros das entrevistas em profundidade. Ou seja, a aplicação do Roteiro sobre o Bem Viver deve ser feita apenas com os beneficiários diretos da experiência, mas este tema pode ser tratado também com os gestores, técnicos, atores políticos, representantes de entidades e outras pessoas durante as entrevistas em profundidade.

Como aplicar este Roteiro nas entrevistas?

Primeiramente, é importante que o pesquisador deixe claro para o entrevistado que esta não é uma avaliação do projeto, que as respostas que ele fornecer não vão determinar se o projeto vai continuar ou não, de forma que ele pode ser sincero e ficar a vontade para dizer o que quiser. Além disso, deve-se ficar claro que ele não será de forma alguma identificado e que ele não precisa fornecer informações pessoais.

Na realização da entrevista, é importante que o entrevistado não ultrapasse significativamente o tempo destinado para cada resposta aberta, de forma que o pesquisador deve, caso necessário, contornar, de forma sutil, a fala excessiva do entrevistado. O pesquisador deve também estar atento para a linguagem que será utilizada para fazer as perguntas, para tanto este Roteiro foi elaborado com termos simples, que podem ser compreendidos por públicos diferentes.

Este Roteiro sobre o Bem Viver é um instrumento mais objetivo de coleta de dados, com a finalidade de subsidiar a análise da experiência neste eixo.

As entrevistas devem ser gravadas para que as respostas abertas sejam transcritas e analisadas; já as respostas às perguntas fechadas devem ser anotadas nos questionários e entregues à coordenação após o retorno da viagem de campo.

Como analisar as entrevistas?

Vale ressaltar novamente que esta é uma pesquisa qualitativa, com diversos públicos e que busca captar percepções sobre como o projeto influencia na qualidade de vida dos beneficiários e da comunidade. Assim, as perguntas fechadas tem como objetivo deixar algumas respostas mais claras e possibilitar comparações com outras experiências. No entanto, é fundamental estar claro que as respostas de múltipla-escolha não buscam gerar resultados quantitativos e estatisticamente válidos, de forma que a tabulação destes dados não faz sentido. Ou seja, mesmo as respostas fechadas devem ser olhadas qualitativamente.

As seguintes perguntas devem guiar a análise das entrevistas:

- Quais são as dimensões em que o projeto gera maior impacto na qualidade de vida dos beneficiários e da comunidade?
- Quais são as diferenças de percepções, entre os públicos, com relação ao impacto que o projeto gera na qualidade de vida dos beneficiários e da comunidade?

ROTEIRO SOBRE O BEM VIVER

Abertura: Eu farei algumas perguntas rápidas que você pode responder da forma como achar melhor, mas tente ser direto, claro, pois também não quero tomar o seu tempo. Algumas vezes pedirei que você escolha uma das alternativas de uma espécie de questionário.

1. BEM ESTAR PSICOLÓGICO

1.1. Pensando na sua vida hoje, quais são as coisas que você destacaria como positivas, boas? E negativas, ruins? (provocar para averiguarmos quais os elementos que compõem a noção de qualidade de vida para o entrevistado)

3 minutos de fala do entrevistado

1.2. Pensando no projeto, ele contribui ou não para mudar, em algum aspecto, a sua vida? Em que sentido e de que forma? (provocar por exemplos)

3 minutos de fala do entrevistado

a) Agora, vou ler algumas frases e pedir para você me dizer qual delas melhor expressa a sua opinião:

- () o projeto não contribui para mudar a sua vida
- () o projeto contribui para piorar a sua vida
- () o projeto contribui um pouco para melhorar a sua vida
- () o projeto contribui muito para melhorar a sua vida
- () não sei/não quero responder

1.3. O projeto contribui ou não para aumentar a confiança na sua capacidade de crescer na vida, de que você vai melhorar de vida? Em que sentido?

3 minutos de fala do entrevistado

a) A partir do que você me disse, você avalia então que o projeto:

- () não contribui para aumentar a sua auto-confiança
- () contribui um pouco para aumentar a sua auto-confiança
- () contribui muito para aumentar a sua auto-confiança
- () não sei/não quero responder

2. USO DO TEMPO

2.1. E o projeto contribui ou não para você ter mais tempo disponível para outras atividades, para fazer coisas que antes você não tinha tempo de fazer? (provoque por exemplos e coisas concretas)

3 minutos de fala do entrevistado

a) Pensando num intervalo de números de 1 a 7, onde 1 é o menor valor e 7 é o

maior valor, quanto o projeto contribui para você ter mais tempo livre para fazer o que gosta, o que te dá prazer? (mostrar cartela para que o entrevistador indique o número escolhido, que você deve circular abaixo)

1 2 3 4 5 6 7

3. VITALIDADE COMUNITÁRIA

3.1. O projeto tem alguma influência na comunidade, muda alguma coisa na vida da comunidade? (provoque por exemplos e coisas concretas)

3 minutos de fala do entrevistado

a) Pensando na influência do projeto na vida da comunidade, qual das frases melhor expressa sua opinião?

- () o projeto tem uma influência **muito negativa** na vida da comunidade
- () o projeto tem uma influência **negativa** na vida da comunidade
- () o Projeto **não tem influência** na vida da comunidade
- () a sua influência é **positiva** na vida da comunidade
- () a sua influência é **muito positiva** na vida da comunidade
- () não sei/não quero responder

3.2. Pensando agora em você, o projeto mudou a sua relação com a comunidade? Em que sentido? (provoque por exemplos e coisas concretas)

3 minutos de fala do entrevistado

a) Você avalia que o projeto acabou contribuindo para que a sua relação com a comunidade:

- () ficasse muito pior
- () ficasse pior
- () melhorasse um pouco
- () melhorasse muito
- () o projeto não mudou em nada a sua relação com a comunidade
- () não sei ou não quero responder

4. CULTURA

4.1. O projeto contribui para fortalecer a cultura tradicional da região? Em que sentido? (provoque por exemplos e coisas concretas)

2 minutos de fala do entrevistado

a) Pensando num intervalo de números de 1 a 7, onde 1 é o menor valor e 7 é o maior valor, o quanto o projeto contribui para fortalecer a cultura tradicional da região? (mostrar cartela para que o entrevistador indique o número escolhido, que você deve circular abaixo)

4.2. E pensando agora em você, o projeto te levou ou não a participar mais das atividades culturais, tais como festas, eventos, shows etc? (provoque por exemplos e coisas concretas)

2 minutos de fala do entrevistado

5. MEIO AMBIENTE

5.1. O projeto contribui ou não para a preservação ou para a melhoria do meio ambiente na região? Em que sentido? (provoque por exemplos de como isso influencia na vida do entrevistado)

3 minutos de fala do entrevistado

a) Na sua avaliação, a influencia do projeto no meio ambiente da sua região é:

- () negativa
- () nula, não influi
- () positiva
- () muito positiva
- () não sei/não quero responder

6. GOVERNANÇA E CIDADANIA

6.1. O projeto contribui ou não para deixar você mais **informado** em relação aos seus direitos? Em que sentido? E contribui para você **cobrar** mais os seus direitos? (provoque por exemplos)

4 minutos de fala do entrevistado

6.2. Existem formas/canais para as pessoas participarem das decisões do projeto? Quais e como funcionam? E você participa, de algum modo, das decisões sobre o projeto? (provoque por exemplos)

3 minutos de fala do entrevistado

6.3. Você gosta/ ou gostaria de participar das decisões sobre o projeto ou não? Por que?

1 minutos de fala do entrevistado

7. PADRÃO DE VIDA

7.1. O projeto melhorou ou não a sua renda, o seu padrão de vida? Em que sentido?

2 minutos de fala do entrevistado

7.2. Pensando num intervalo de números de 1 a 7, onde 1 é o menor valor e 7 é o maior valor, quanto o projeto contribui para melhorar a sua renda? (mostrar

cartela para que o entrevistador indique o número escolhido, que você deve circular abaixo)

1 2 3 4 5 6 7

7.3. Caso a sua renda tenha melhorado, aponte 2 itens onde essa melhoria é mais significativa:

- () alimentação
- () habitação
- () vestuário
- () transporte
- () assistência à saúde
- () lazer e cultura
- () Educação
- () Outro:_____

8. SAÚDE

8.1. O projeto contribuiu ou não para melhorar a sua saúde? Em que sentido? (provoque por exemplos)

2 minutos de fala do entrevistado

a) Pensando num intervalo de números de 1 a 7, onde 1 é o menor valor e 7 é o maior valor, quanto o projeto contribui para melhorar a sua saúde? (mostrar cartela para que o entrevistador indique o número escolhido, que você deve circular abaixo)

1 2 3 4 5 6 7

9. EDUCAÇÃO

9.1. O projeto contribui ou não para ampliar seus conhecimentos, para trazer novas informações sobre a comunidade, sobre a sua região, ou sobre a realidade do Brasil ou de outros países? (provoque por exemplos)

3 minutos de fala do entrevistado

a) Pensando num intervalo de números de 1 a 7, onde 1 é o menor valor e 7 é o maior valor, quanto o projeto contribui para ampliar sua visão de mundo? (mostrar cartela para que o entrevistador indique o número escolhido, que você deve circular abaixo)

1 2 3 4 5 6 7

9.2. O projeto te oferece alguma facilidade no acesso a serviços de educação

para você e sua família?

() sim

() não

() não sei ou não quero responder

Apoio institucional:

